A historical map of Brazil, showing various captaincies such as Bahia, Ilheus, Porto Seguro, and Rio de Janeiro. The map is detailed with geographical features and names of local settlements.

ORGANIZADORES

George F. Cabral de Souza

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Marilia de Azambuja Ribeiro Machel

Gustavo Acioli Lopes

Kleber Clementino da Silva

Ricardo Pinto de Medeiros

Leticia Serrano Marinho de Araújo



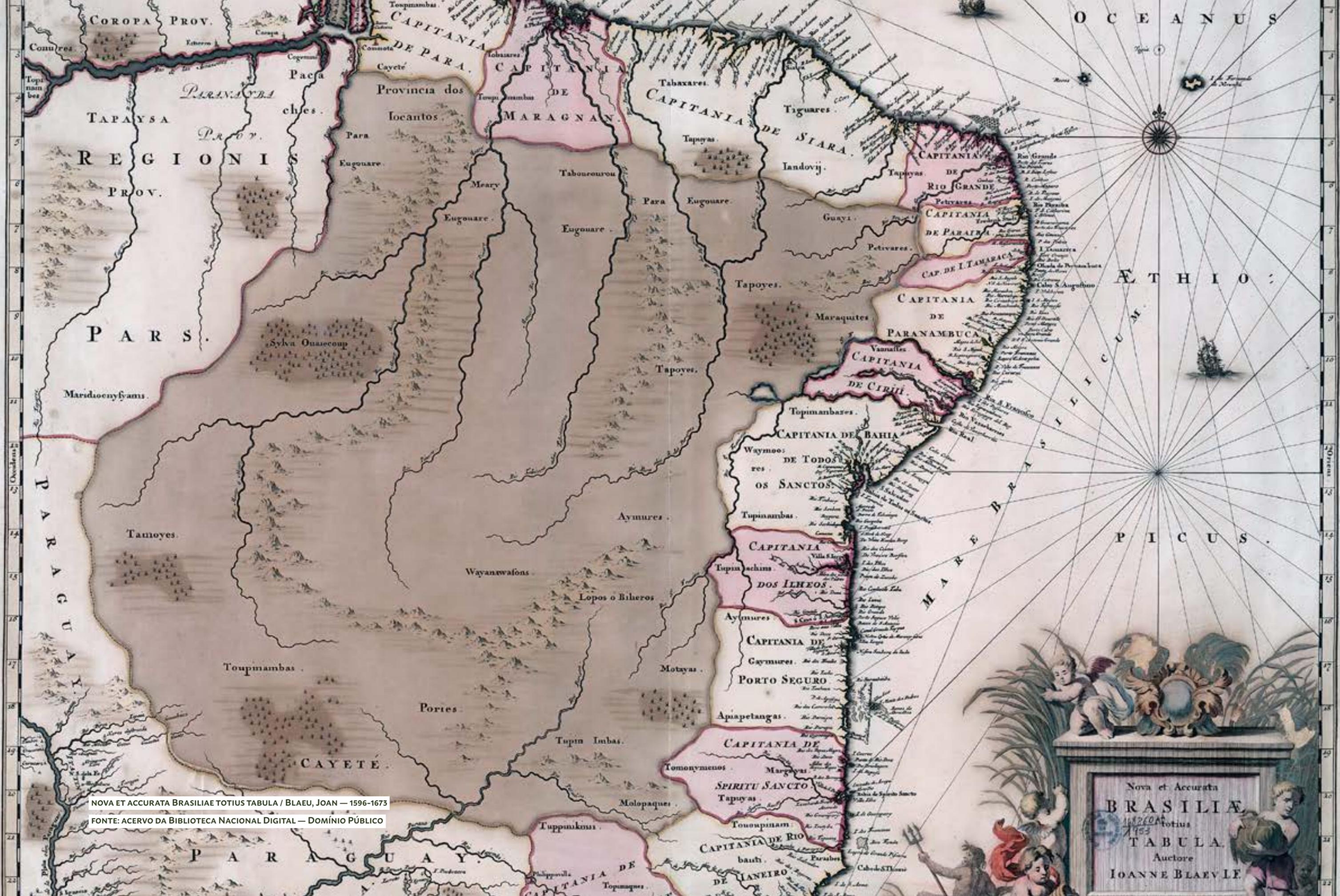
ELIX

HC

Encontro
Internacional de
História Colonial

IMPÉRIOS COLONIAIS
DA ERA MODERNA:
RUPTURAS E
PERMANÊNCIAS

CADERNO
DE RESUMOS



NOVA ET ACCURATA BRASILIAE TOTIUS TABULA / BLAEU, JOAN — 1596-1673

FONTE: ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL — DOMÍNIO PÚBLICO

NOVA ET ACCURATA
 BRASILIAE
 TOTIUS
 TABULA.
 Auctore
 IOANNE BLAEVIO

realização



incentivo



apoio



Catlogação na fonte

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

E56c Encontro Internacional de História Colonial (8. : 2021 set. 14-17 : Recife, PE).

Caderno de resumos [do] VIII Encontro Internacional de História Colonial [recurso eletrônico] : Impérios coloniais da Era Moderna : rupturas e permanências / organizadores : George F. Cabral de Souza... [et al.]. - Recife: Ed. UFPE, 2021.

ISBN 978-65-5962-052-4 (online)

1. História - Congressos. 2. História social. 3. História econômica. 4. Civilização moderna. 5. Imperialismo. 6. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. I. Souza, George F. Cabral de (George Félix Cabral de) (Org.). II. Título.

909.82

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2021-062)

ORGANIZADORES

George F. Cabral de Souza

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Gustavo Acioli Lopes

Kleber Clementino da Silva

Ricardo Pinto de Medeiros

Leticia Serrano Marinho de Araújo



Encontro
Internacional de
História Colonial

IMPÉRIOS COLONIAIS
DA ERA MODERNA:
RUPTURAS E
PERMANÊNCIAS

DE 14

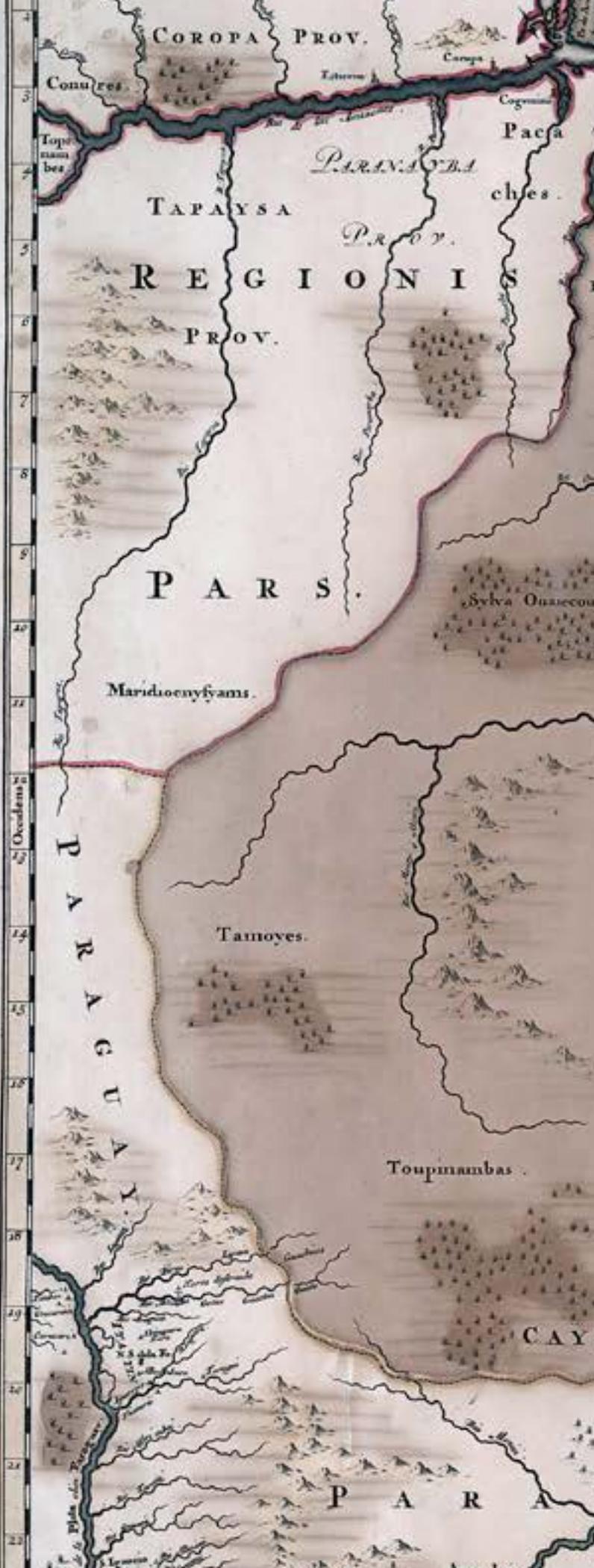
A 17 DE

SETEMBRO

DE 2021

RECIFE-PE

CADERNO
DE RESUMOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Reitor
Alfredo Macedo Gomes

Vice-reitor
Moacyr Cunha de Araújo Filho
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação
Pedro Valadão Carelli

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

Reitor
Marcelo Carneiro Leão

Vice-reitor
Gabriel Rivas
Pró-reitora de Pós-graduação
Maria Madalena Pessoa Guerra

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

Reitor
Pedro Henrique de Barros Falcão

Vice-reitora
Maria do Socorro Mendonça Cavalcanti
Pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação
Sérgio Campello Oliveira

UNIVERSIDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

Reitor pro tempore
Paulo César Fagundes Neves

Vice-reitor pro tempore
Daniel Salgado Pifano
Pró-reitor Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Patrícia Avello Nicola

EDITORA UFPE

Diretor
Junot Cornélio Matos
Vice-diretor
Diogo Cesar Fernandes

COMISSÕES DO VIII EIHC

NÚCLEO EXECUTIVO

Marília de Azambuja Ribeiro Maçhel – UFPE
Suely Creusa Cordeiro de Almeida – UFRPE
Kleber Clementino da Silva – UFRPE
Ricardo Pinto de Medeiros – UFPE
Guštavo Acioli Lopes – UFRPE
George F. Cabral de Souza – UFPE

EQUIPE APOIO EXECUTIVO

Bruno Kawai Souto Maior de Melo – UFPE
Henrique Nelson da Silva – EFER Prof. Paulo Freire
Hugo Coelho Vieira – Instituto Ricardo Brennand
Jeffrey Aislan de Souza Silva – UFPE
Luanna Ventura dos Santos Oliveira – UFPE
Eštavam Henrique do Santos Maçhado – UFPE
Paulo Fillipy de Souza Conti – UFPE
Thiago Soares de Macedo Silva – UFPE
Elida Nathalia Olímpio – UFPE
Letícia Serrano Marinho de Araújo – UFPE

COMISSÃO ORGANIZADORA

Mariana Albuquerque Dantas – UFRPE
Bruno Martins Boto Leite – UFRPE
Jeannie da Silva Menezes – UFRPE
Viçtor Hugo Abril – UFRPE
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva – FFPNM/UPE
Guilherme de Souza Medeiros – Univasf
Reinaldo Forte Carvalho – UPE/Petrolina

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alírio Cardoso – UFMA
Ana Paula Megiani – USP
Bruno Miranda – UFRPE
Carla Mary da Silva Oliveira – UFPB
Carmen Alveal – UFRN
Eduardo Borges – UNEB
Eduardo França Paiva – UFMG
Edna Maria Matos – UFS
Fábio Kuhn – UFRGS
Flávio José Gomes Cabral – Unicap
Gian Carlo de Melo Silva – UFAL
José Carlos Vilardaga – Unifesp
José Luis Ruiz Peinado – Universidade de Barcelona
José Manuel Santos – Universidade de Salamanca
José Pedro Paiva – Universidade de Coimbra
Juciene Ricarte Apolinário – UFCG
Júnia Ferreira Furtado – UFMG
Kalina Vanderlei – FFPNM/UPE
Laura Maçhuca Gallegos – CIESAS-México
Leornado Rolim – UERN
Márcia Mello – UFAM
Maria de Deus Manso – Universidade de Évora
Maria Fernanda Bicalho – UFF
Nauk Maria de Jesus – UFGD
Pedro Cardim – Universidade Nova de Lisboa
Rafael Chambouleyron – UFPA
Ronald Raminelli – UFF
Suzana Severs – UNEB
Tiago Gil – UnB
Virgínia Almoedo – UFPE (*in memoriam*)

Diagramação

Pedro Alb Xavier

6_
APRESENTAÇÃO

8_
PROGRAMAÇÃO GERAL

10_
MESAS-REDONDAS

110_
SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

111_

01. HISTÓRIA DO DIREITO E DA JUSTIÇA NA ÉPOCA MODERNA: HORIZONTES ULTRAMARINOS E REINÓIS

124_

02. A IDEIA DE IMPÉRIO E A EXPERIÊNCIA COLONIAL: DINÂMICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA DE JESUS

135_

03. GOVERNANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PODERES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

147_

04. DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: RUPTURAS, CONTINUIDADES E PROTAGONISMO INDÍGENA

159_

05. SOCIEDADE, PODER E ECONOMIA NAS MONARQUIAS IBÉRICAS (SÉCULOS XVI-XIX)

178_

06. OS SERTÕES E A IMAGEM DO MUNDO: PORTUGAL, ÁFRICA E BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII

187_

07. OS CONTRATADORES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XIX: DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

198_

09. O IMPÉRIO E SEUS IDIOMAS: GOVERNOS ULTRAMARINOS, NEGOCIANTES E ESCRAVOS NO MUNDO PORTUGUÊS

221_

10. IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: POLÍTICA, SOCIEDADE E CULTURA

245_

11. INSTITUIÇÕES E COMÉRCIO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

261_

12. O GOVERNO DA JUSTIÇA: INSTITUIÇÕES, DISCURSOS, PODERES, PRÁTICAS E MAGISTRADOS (SÉCULOS XVII-XIX)

268_

14. FRONTEIRAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NOS MUNDOS COLONIAIS

286_

15. EXPANDIR A FÉ, PROMOVER A DISCIPLINA. EPISCOPADO, CLERO PAROQUIAL, MISSIONÁRIOS E INQUISIÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

sumário

313_

16. ARTÍFICES DO ILÍCITO: A CORRUPÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E POLÍTICA NO ANTIGO REGIME

329_

17. DINÂMICAS RELIGIOSAS NOS ESPAÇOS IBERO-AMERICANOS: IGREJA, RELIGIOSIDADE, INQUISIÇÃO E PODER (SÉCULOS XVI-XIX)

370_

18. REVOLTAS, INCONFIDÊNCIAS E INDEPENDÊNCIAS: EPISÓDIOS, PODERES E NARRATIVAS DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (SÉCULOS XVII-XIX)

387_

19. CULTURA E EDUCAÇÃO NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS

395_

20. RELAÇÕES DE PODER, REDES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DOS IMPÉRIOS IBÉRICOS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII: ENTRE O GLOBAL, O REGIONAL E O LOCAL

418_

21. ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS NO PASSADO COLONIAL (SÉCULOS XVI-XIX)

435_

22. INDÍGENAS E AFRICANOS NO ATLÂNTICO SUL

455_

23. GOVERNO E JUSTIÇA EM MOVIMENTO, CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE CONHECIMENTOS: HISTÓRIAS DE SUCESSO E FRACASSO NOS MUNDOS IBÉRICOS (SÉCULOS XVI-XVIII)

466_

24. O PERÍODO POMBALINO E A ILUSTRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

483_

25. FORMAS DE PENSAR O IMPÉRIO: REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

.....
495_

BANNERS

.....
513_

MINICURSOS



FI HC



apresentação

A oitava edição do Encontro Internacional de História Colonial, cujo título geral é "Impérios coloniais da Era Moderna: rupturas e permanências", ocorre sob os impactos da pandemia da Covid-19, a maior crise sanitária mundial dos últimos 100 anos. Pela primeira vez em sua história, o evento será realizado por meios virtuais. Apesar das incertezas e das grandes dificuldades vivenciadas nos meios acadêmicos brasileiros, o VIII EIHC conta com 335 comunicações (inscrites em 23 simpósios temáticos), 23 mesas-redondas, 3 conferências, 8 minicursos e 24 apresentações em banners. O evento se reafirma como o mais importante espaço de debate de uma área de pesquisa que vivenciou uma notável expansão ao longo das últimas décadas no Brasil.

Este *Caderno* reúne os resumos de todas as apresentações inscritas no VIII EIHC. Os resumos estão colocados de acordo com a distribuição dos trabalhos ao longo dos quatro dias de atividades do evento. Iniciamos com a Programação Geral. Em seguida vêm os trabalhos que compõem as mesas-redondas, simpósios temáticos, banners e minicursos. Dadas as circunstâncias especiais que marcam esta edição, os trabalhos propostos na categoria banner serão apresentados mediante vídeos previamente gravados pelos pesquisadores. Dessa forma, ficou garantido o espaço de inserção dos graduandos e graduados que estão trilhando os primeiros passos na pesquisa sobre o período colonial.

A realização deste evento não teria sido possível sem a colaboração de todas as pessoas participantes nas diferentes categorias. Agradecemos penhoradamente a cada uma delas. As Comissões Organizadora e Científica e o Núcleo Executivo do VIII EIHC dedicam a realização desta edição do EIHC à memória de António Manuel Hespanha, Virgínia Almoêdo e Anita Novinsky, três grandes mestres que souberam, cada um à sua maneira, compartilhar seus conhecimentos com muitas gerações de estudiosos da nossa história. Que venham tempos melhores!



FI HC

programação geral

	14/09	15/09	16/09	17/09
8h30 às 10h		MINICURSOS	MINICURSOS	MINICURSOS
10h30 às 12h30	ABERTURA OFICIAL PRIMEIRA CONFERÊNCIA: PROFA. PATRÍCIA MELO Universidade Federal do Amazonas Ciência e saberes nativos: o lugar dos índios nas viagens científicas dos séculos XVIII e XIX	SEGUNDA CONFERÊNCIA: PROF. NUNO GONÇALO MONTEIRO ICS – Universidade de Lisboa Instituições, migrações e identidades no Atlântico português	TERCEIRA CONFERÊNCIA: PROF. ZACARIAS MOUTOUKIAS Université Paris Diderot Terrenos y debates de renovación en historia económica colonial: cultura institucional, actores, finanzas públicas e intercambios	MESAS-REDONDAS
14h às 18h	SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	SIMPÓSIOS TEMÁTICOS
18h às 19h		ASSEMBLEIA ORGANIZADORES		SESSÃO DE ENCERRAMENTO
19h às 21h	MESAS-REDONDAS	MESAS-REDONDAS	MESAS-REDONDAS	

ELHC

11_

01. MONARQUIA PLURICONTINENTAL E AGENTES SOCIAIS NA AMÉRICA LUSA: VICE-REIS, NOBREZA DA TERRA E ESCRAVOS (BAHIA, RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS – SÉCULOS XVII E XVIII)

18_

02. ESCRAVOS E LIBERTOS: MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS E HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

22_

03. POVOS INDÍGENAS E AGENCIAMENTOS NOS ESPAÇOS COLONIAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA ENTRE O SÉCULO XVI E O INÍCIO DO SÉCULO XIX

26_

04. ARTEFATOS EM NOVOS CONTEXTOS E CONEXÕES NA ÉPOCA MODERNA

31_

05. CONHECIMENTO DO CORPO E DA NATUREZA ENTRE OS JESUÍTAS (AMÉRICA, ÁSIA E EUROPA, SÉCULOS XVII-XVIII)

35_

06. CIDADES IMPERIAIS: DINÂMICAS LOCAIS, FLUXOS GLOBAIS

39_

07. CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS, CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS: DINÂMICAS AMERICANAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

43_

08. CURADORIA DE TEXTOS: A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE EM DEBATE

48_

09. A CIRCULAÇÃO DE PAPÉIS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: SUJEITOS, IDEIAS E ACERVOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

53_

10. INSTITUIÇÕES, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO ILUSTRADO LUSO-AMERICANO SETECENTISTA

57_

11. ¿ES POSIBLE UNA HISTORIA INDÍGENA DEL SIGLO XVIII-XIX? APUNTES PARA UNA DISCUSIÓN

62_

12. PRODUÇÃO GRÁFICA E PROCESSOS DE EDIÇÃO: INTERPRETAÇÃO E MATERIALIDADE SOCIAL DE MANUSCRITOS E IMPRESSOS

65_

13. O QUE HÁ DE MODERNO NA HISTÓRIA COLONIAL?

70_

14. FAMÍLIA E MULHERES NA EDUCAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA: MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS

75_

15. PRESENÇA JESUÍTICA E EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE: PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE AMÉRICA PORTUGUESA E ÁSIA

80_

16. LUGARES DA AMÉRICA NA PRIMEIRA MODERNIDADE

84_

17. BRASIL HOLANDÊS: COTIDIANO, HISTORIOGRAFIA E AMBIGUIDADES

87_

18. CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, LIVROS, OBJETOS E NOTÍCIAS ENTRE O BRASIL E OS TERRITÓRIOS DA MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1668)

91_

19. NOVOS OLHARES SOBRE A URBANIZAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL: FONTES, ABORDAGENS E METODOLOGIAS

96_

20. RETÓRICA JURÍDICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NO MUNDO IBÉRICO (SÉCULOS XVII-XIX)

100_

21. FRONTEIRAS COMPARTILHADAS: FLUXOS MERCANTIS E CONEXÕES IMPERIAIS (SÉCULOS XVI-XVIII)

104_

22. IMPÉRIOS E MOBILIDADE SOCIAL: FORMAS DE AQUISIÇÃO DE RIQUEZA, CONSUMOS E COMPORTAMENTOS DIFERENCIADORES (SÉCULOS XVI-XIX)

107_

23. CORRUPÇÕES COLONIAIS: PETIÇÕES CONTRA AUTORIDADES NA IBERO-AMÉRICA

mesas-redondas

.....
DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

01. MONARQUIA PLURICONTINENTAL E AGENTES SOCIAIS NA AMÉRICA LUSA: VICE-REIS, NOBREZA DA TERRA E ESCRAVOS (BAHIA, RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS – SÉCULOS XVII E XVIII)

MODERADOR: JOÃO LUÍS RIBEIRO FRAGOSO (UFRJ/CNPQ)

Nas últimas décadas do século XX as ideias que organizavam a compreensão da Europa Moderna e de suas conquistas ultramarinas (séculos XV-XVIII) foram colocadas em xeque por uma diversidade de investigações empíricas. O conceito de Estado Moderno como absolutista mostrou-se frágil diante do avanço da percepção da realidade portuguesa e de suas conquistas e ainda pelas evidências de que na Europa, em geral, a centralidade da coroa ocorreu em meio a sociedades corporativas e polissinodais. Noções como monarquias compósitas, autoridades negociadas e monarquia pluricontinental passaram a informar os novos estudos. Antes mesmo desses questionamentos, as teorias da dependência ruíram diante da descoberta de que as chamadas colônias eram sociedades dinâmicas e, portanto, iam além de um amontoado de plantations ou de minas subordinadas aos interesses europeus. A partir desse cenário os historiadores voltaram à mesa de trabalho, aos arquivos e às bibliotecas para revisitarem velhos temas como Estado Moderno, aristocracia, comunas urbanas, relações centro – periferia e conexões entre diferentes economias mundo. Assim se começou a estudar a dinâmica das Monarquias

ultramarinas através de questões mais refinadas e de novas hipóteses. Por exemplo: na dinâmica da Monarquia Pluricontinental lusa quais eram as relações entre a coroa e seus conselhos palacianos, as elites sociais locais das conquistas e os altos agentes da coroa nelas presentes? Ou ainda: sabe-se que na América lusa a ação social era informada pela concepção de sociedade de Antigo Regime, porém tal ação foi redefinida pela escravidão africana e mais ainda pela imensa mobilidade social, como a proporcionada pela alforria e pela transformação de potentados plebeus em nobreza costumeira (autoridade social passada de geração para geração nas mesmas famílias), fenômenos não previstos naquela concepção de mundo. Como entender tal Antigo Regime nesses trópicos? A mesa proposta tem como pano de fundo o cenário acima delineado.

“TEM MOSTRADO A EXPERIÊNCIA NO BRASIL”: AS REBELIÕES E O DEBATE SOBRE OS PODERES DOS OFICIAIS RÉGIOS NO ULTRAMAR NO REINADO DE D. JOÃO V

JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE CASTRO (COLÉGIO PEDRO II)

JHFCASTRO@GMAIL.COM

Nas duas primeiras décadas do século XVIII, notadamente o período inicial do reinado de D. João V em Portugal (1705-1750), a monarquia lusa refletiu sistematicamente acerca da melhor forma de conter as rebeliões no ultramar, especialmente nas terras do Brasil. O objeto fundamental desta apresentação é constituído justamente pelo debate travado entre os conselhos e oficiais régios sobre como conter novos episódios de contestação em um dos momentos mais críticos do período de domínio português na América lusa, marcado por episódios como a Guerra dos Emboabas, o Motim do Maneta e a Guerra dos Mascates em diferentes regiões dessa conquista, bem como as medidas concretas assumidas pela coroa portuguesa para enfrentar a recorrência desses eventos, em números elevados no período de acordo com o que os oficiais lusos notavam a partir de suas experiências. A partir da análise deste objeto, é possível apontar como objetivos importantes a meta de demonstrar que este período da história se configurava como um momento crítico da manutenção do domínio sobre distintas áreas dessa porção do Império português, ainda

que não se expressassem em tais movimentos ideias de plena autonomia em relação à coroa portuguesa. A presença estrangeira na costa brasileira, contudo, evidenciava o risco de que tais movimentos culminassem no fortalecimento da presença de outras monarquias na região e da perda de territórios por parte de Portugal, obrigando assim a Coroa portuguesa a debater a questão e revisitar sua forma de atuação no Brasil diante de eventos de contestação liderados por homens que exerciam os poderes locais, e que com certa frequência conseguiam ser perdoados por eventuais atos de enfrentamento às decisões régias ou de seus representantes. Com base em fontes como a troca de correspondências entre oficiais da Coroa no período e também nas decisões tomadas por D. João V enviadas ao Brasil ou mesmo a outras porções do Império com o propósito de tratar da melhor forma de lidar com as rebeliões, é possível perceber que ao final dos anos 10 do século XVIII uma importante alteração acontece na orientação aos agentes da Coroa sobre a melhor forma de agir diante de um episódio de rebeldia protagonizado por homens de qualquer natureza, inclusive os potentados locais. A carta patente do vice-rei D. Vasco Fernandes César de Menezes, instituído no cargo em 1720, é um bom exemplo desta modificação, conferindo ao mais importante representante real no Brasil a prerrogativa de aplicar a pena capital a quem quer que oferecesse resistência às decisões da monarquia. E em consonância também com a literatura política produzida na Europa ao longo das décadas anteriores, também importantes fontes para o desenvolvimento desta apresentação, que admitiam e mesmo defendiam uma conduta mais rígida e pragmática na relação do rei e seus representantes com os súditos em comparação com os tratados escolásticos que baseavam as decisões políticas na maior parte do século anterior, inclusive na luta pela Restauração em 1640. O percurso desta investigação justifica-se pela importância e possibilidade de demonstrar que o período de domínio português na América lusa constituiu-se como um momento dinâmico em que as formas de ação da Coroa e de seus oficiais variavam de acordo com o tempo e em diálogo com as experiências e as circunstâncias. Mais que alterações e inovações, contudo, as situações de crise e disputa como as duas primeiras décadas do século XVIII apresentavam-se como momentos de intenso debate e diferentes soluções, ainda que por

vezes uma opção prevalecesse sobre a outra. Enriquecer a compreensão deste momento passa, certamente, pela compreensão de que a colonização era também espaço de disputas, avanços, recuos, perdas, ganhos, avaliações e reavaliações. E nesta apresentação, o esforço passa por demonstrar como isso se desenvolveu no período joanino em matéria tão importante e sensível como as rebeliões. Palavras-chave: Rebeliões; Cultura Política; Governança.

ENTRE A SUBMISSÃO E A AUTONOMIA: MODOS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE ELITE NAS MINAS SETECENTISTAS

CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA (UFJF/FAPEMIG /CNPQ)
CARLAMCA@UOL.COM.BR

Esta comunicação objetiva propor uma reflexão sobre alguns aspectos da atuação dos grupos de elite em Minas colonial. Nos últimos anos os estudos sobre as elites locais têm se configurado como uma temática de grande interesse para os historiadores que se debruçam sobre a América Portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao papel que desempenhavam em relação ao poder central. O interesse por esse objeto está diretamente relacionado a uma renovação historiográfica internacional em que a ênfase nas formas de governo absolutistas das monarquias europeias tem sido relativizada dando lugar a noções como debilidade do poder central, pluralismo político, autoridades negociadas e autogoverno dos povos. Diante destas novas orientações historiográficas também se modificaram as explicações acerca das relações entre as metrópoles e suas possessões coloniais. Nessa nova perspectiva a compreensão da configuração dos poderes locais, das diversas instituições presentes nas municipalidades e do comportamento das elites locais, tem despertado óbvio interesse não só nas sociedades europeias como também nas áreas coloniais. Embora com ênfases diversas e percepções teóricas por vezes distintas, comum

a grande parte destas análises está a ideia de que nas sociedades do Antigo Regime, embora central, o poder do monarca era compartilhado com outras instituições ou grupos. É cada vez mais corrente entre os historiadores dedicados ao período a ideia de que, principalmente no sul da Europa (ou o que seria mais ou menos equivalente, nas monarquias católicas da idade moderna europeia), prevalecia uma concepção de mundo na qual o Monarca era a cabeça da sociedade, mas não se confundia com ela. Para a monarquia europeia são muitos os estudos que enfatizam a debilidade ou passividade da monarquia e o caráter corporativo da sociedade. Especialmente em relação à monarquia lusa, partindo de uma concepção da sociedade como um organismo naturalmente ordenado, cabia à cabeça, identificada com a figura real, a prerrogativa de organizar o corpo social ou as várias instâncias que o compunham, fosse no reino, ou nas diversas áreas do ultramar integradas ao império. Ao Rei cabia principalmente impor a justiça limitando-se a respeitar as diversas jurisdições concorrentes. Cabia às comunidades não só a capacidade do autogoverno como também a interpretação do governo do Príncipe. Como tem destacado diversos autores, essa situação se verificava também para as possessões americanas dessas monarquias. Embora fossem muitas as diferenças existentes entre as relações do centro com as periferias vividas no Velho Mundo, daquelas que se definiram nas Américas, é certo que as sociedades que se estruturaram nas áreas coloniais também tinham no seu topo o Príncipe e na sua base as famílias, as comunidades e municipalidades. Na América portuguesa eram as municipalidades - na figura de suas elites, as responsáveis pelo gerenciamento cotidiano da vida econômica, da manutenção da ordem, da organização dos cultos e festividades religiosas, da manutenção dos bons costumes e até mesmo da garantia da governabilidade régia. Desse modo, compreender como agiam os grupos de elite no gerenciamento deste mundo ultramarino

apresenta-se como objeto instigante e fundamental. Também é certo que, no caso da América portuguesa, é necessário considerar que as elites locais, embora orientadas pelos mesmos princípios ordenadores da sociedade do Antigo Regime europeu de onde eram originárias, tiveram que se adaptar, além de criar “idiomas próprios” e estratégias específicas para lidarem com as diversas “gentes” que conformaram essa sociedade tão diversa. O encontro e a mistura de europeus letrados e rústicos, escravos africanos de diversas culturas e línguas, índios e_ à medida que vai avançando a colonização, mulatos, pardos, crioulos e forros, davam a tônica desse novo mundo. Conseguir ordenar ou fazer tudo isso funcionar, não era tarefa facilmente exequível para uma monarquia débil de recursos, de agentes administrativos e de forças militares capazes de serem deslocados para um território tão distante e disperso. Tendo estes pressupostos como orientação, nesta comunicação, tentarei me aproximar do modo como as elites locais da América Portuguesa se relacionavam com os poderes centrais do reino, lançando mão das pesquisas mais recentes sobre a capitania de Minas Gerais produzidas sobretudo nos programas de pós-graduação. Além disso, tomarei como exemplo, a atuação dos integrantes da câmara de Mariana nas primeiras décadas do século XVIII usando a documentação camarária (principalmente os livros de registros de correspondências da câmara), mas também inventários post-mortem, testamentos, solicitações de mercês e processos de habilitação para a Ordem de Cristo e Santo Ofício relativos a alguns dos camaristas, para a demonstração dos meus argumentos.

Palavras-chave: Poder local; Elites coloniais;

Câmaras municipais; Minas Colonial.

O ENGENHO DE AÇÚCAR ESCRAVISTA COMO SISTEMA AGRÁRIO: RIO DE JANEIRO FINS DO SÉCULO XVIII

JOÃO FRAGOSO (UFRJ/CNPq)

JL.FRAGOSO@UOL.COM.BR

Essa comunicação tem por objeto o sistema agrário nas terras do engenho de açúcar escravista da América lusa, entre os séculos XVI e XVIII. Ao longo do período considerado, grosso modo - na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco - naquelas terras, além das plantações e escravarias dos senhores de engenho, temos lavradores de cana e de mantimentos sem terras baseados no trabalho familiar e ou escravo. Esses lavradores, nas freguesias rurais do Rio de Janeiro, tinham diferentes origens sociais (nobreza da terra, foros, reinóis etc.) e diversas formas de acesso à terra. Alguns eram foreiros, outros partidistas ou simplesmente moradores. Eles se casaram, foram compadres, clientes e patrões. Talvez algumas dessas práticas, as opções nelas contidas, tenham permitido gerações daquelas famílias estabilidade nas terras dos engenhos. Enfim, essa comunicação pretende contribuir para diminuir a nossa ignorância sobre o funcionamento dos engenhos de açúcar escravistas, considerando que em suas terras existia um sistema agrário resultado da ação de múltiplos agentes sociais e não apenas da vontade senhorial, da Coroa e das conjunturas do mercado internacional. Para tanto utilizaremos, os mapas de população, os registros paróquias e as escrituras públicas disponíveis para o Distrito de Guaratiba- RJ de fins do século XVIII, considerando que tal área fazia parte da Monarquia Católica lusa estava submetida as flutuações da economia atlântica e dos circuitos do comércio interno da praça do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Antigo Regime, engenho de açúcar, escravidão, lavradores sem terras.

02. ESCRAVOS E LIBERTOS: MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS E HISTÓRIAS NÃO CONTADAS

MODERADOR: EDUARDO FRANÇA PAIVA (UFMG)

Histórias contadas por escravos e libertos de todas as “qualidades” divergem, muitas vezes, de versões elaboradas a posteriori por historiadores e estudiosos de outras áreas do conhecimento. Nesta mesa-redonda, abordaremos aqueles agentes históricos, escutaremos suas vozes, estabeleceremos um diálogo profícuo e respeitoso sobre dimensões de seus modos de viver e de atuar em sociedades escravistas, aspectos que continuam ocultos, mal conhecidos e, por vezes, inconvenientes a lógicas e perspectivas atuais. Para tanto, inicialmente, demonstraremos que, ao contrário do que se acostumou a pensar, nossos interlocutores nos deixaram imensa quantidade de testemunhos diretos e indiretos, relativos às suas experiências, práticas culturais, percepções e impressões sobre as realidades históricas que ajudaram a construir. Assim, partiremos de informações deixadas por alguns deles para, a partir daí, examinarmos historiograficamente os contextos e as maneiras como agiram. Pretendemos perceber como registravam, entendiam e explicavam suas realidades complexas, que pouco ou nada têm a ver com esquemas e modelos explicativos elaborados a posteriori, quase sempre simplificadores e generalizantes. Desejamos, compreender suas narrativas sobre memórias ancestrais e sobre suas próprias trajetórias, associadas ao universo escravista e aos resultados de suas ações individuais e coletivas em diferentes contextos, transformados incessantemente ao longo de quase 400 anos. Queremos saber mais sobre como perceberam a escravidão; sobre como viram e se inseriram neste processo junto com índios, mestiçados e africanos; sobre como escravos buscaram sua liberdade, sem, contudo, condenar a escravidão, legitimando-a historicamente; sobre como escravos se transformaram em senhores de escravos. Pretendemos, ainda saber sobre como escravas e libertas seduziram senhores e seus familiares para construir sociabilidades e laços de parentesco e, a partir

daí, conquistarem alforrias, herdarem e fazerem de seus filhos herdeiros; sobre como elas narraram sua experiência consciente de poderes e autonomias em sociedade escravista, misógina e patriarcal; sobre como as libertas e seus descendentes imediatos formaram camadas médias urbanas, responsáveis por dinamizarem o comércio mundial, e (re)definiram o padrão escravista nas áreas mais urbanizadas, incrementando a edificação de núcleos familiares escravos, de nascimentos internos e de alforrias, reduzindo, assim, a dependência para com o tráfico africano; sobre como a apropriação do catolicismo por parte de escravos e libertos foi elemento fundamental para o triunfo do cristianismo na América portuguesa. Entendemos, assim, que, para melhor conhecer nosso passado, é imprescindível explicitar toda a sua complexidade, mesmo que muito dela seja contrária a versões historiográficas mais recentes e a valores culturais que produzimos, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. Percebemos, também, a necessidade de evidenciar códigos, valores e definições compartilhados por homens e mulheres no passado, mesmo que se oponham aos preceitos liberais, abolicionistas e republicanos que, mais tarde, nortearam o olhar de parte dos pesquisadores e determinaram explicações convenientemente produzidas em oposição a um passado escravista “atrasado” e a um projeto de “civilização” para um “novo” Brasil. Empregar modelos de análise que desconsiderem escravos, forros e seus descendentes e suas experiências registradas na documentação é, a nosso ver, continuar relegando-os, simplificada-mente, ao papel idealizado de “vítimas”, destituindo-os de sua própria história, que também é a história de todos nós.

DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS A SENHORES DE CATIVOS: HISTÓRIAS VIVIDAS E NÃO CONTADAS DE ESCRAVOS E FORROS DOS SERTÕES. SÉCULOS XVIII E XIX

ISNARA PEREIRA IVO (UESB/CNPQ/FAPESB)

NARAIVO@GMAIL.COM

Objetiva-se entender como escravos e forros, das Minas Gerais Setecentistas e da Bahia Oitocentista, se tornaram proprietários de terras e de escravos construindo estratégias de mobilidade social e de liberdade. Compreender as dinâmicas destas relações sociais, e

sua lógica histórica coetânea, afasta-se de arcabouços explicativos, quase sempre generalizantes, que invisibilizam as tramas construídas pelos agentes históricos das mais variadas qualidades e *status* jurídicos. Nestas sociedades, a ordem consiste nas desigualdades das coisas e das gentes, cujos direitos e obrigações se distinguem, de forma misturada e mesclada, nas práticas religiosas, culturais e políticas. Identificar fragmentos de memórias construídas, afetos vividos e sentimentos compartilhados entre aqueles, hierarquicamente, diferentes, é o desafio. Escrituras de doação em causa de dote, de hipoteca, de compra e venda de terras, de compra e venda de escravos e de doação de escravos e de terras constituem os papéis da oficialidade administrativa que desnudam as experiências vivenciadas por cativos e forros em suas estratégias de mudança de condições e, quiçá, qualidades.

Palavras-chave: escravos do sertão, mobilidade social, hierarquias, forros, alforrias, testamentos.

SENHORES MAMELUCOS E SENHORES FORROS (SÃO PAULO SEISCENTISTA E RIO DE JANEIRO SETECENTISTA)

ROBERTO FERREIRA GUEDES (UFRRJ/CNPQ)

ROBERTOGUEDESFERREIRA@GMAIL.COM

Com base em testamentos, registros paroquiais de batismo, entre outros documentos, o trabalho analisa senhores mamelucos seiscentistas da vila de São Paulo e senhores forros setecentistas da cidade do Rio de Janeiro. A abordagem comparada ressalta que, distantes no tempo e no espaço, os dois grupos não constituíram todos homogêneos em si mesmos. Em São Paulo, formas de identificação plural, inserção diferenciada em redes de sociabilidade, pertencimento a grupos familiares distintos, tornaram multifacetados os designados como mamelucos. A condição de ex-escravos setecentistas no Rio de Janeiro tampouco os fez um só. Diferentes formas de acesso à alforria naturalidades distintas, dessemelhantes experiências de vida em cativo e em liberdade engendraram os designados de forros e/ou libertos como um grupo plural. Nem mesmo a experiência senhorial fora a mesma para os senhores forros, logo, o que os assemelha aos mamelucos é a diversidade. Logo, as categorias mameluco e forro, mesmo na condição de senhores, reduzem diversidades. Em

comum, ambos guardavam vivências em sociedades escravistas permeadas de hierarquias de Antigo Regime e de valores cristãos, de religiosidades múltiplas, tudo mestiçado na cosmopolita urbe carioca.

Palavras-chave: mamelucos, forros índios, alforrias, escravos, libertos.

O QUE É QUE A LIBERTA TEM? TEM AUTONOMIA, FAMÍLIA, BENS E ESCRAVOS, TEM! TEM O QUE CONTAR TAMBÉM!

EDUARDO FRANÇA PAIVA (UFMG/CNPQ)

EF.PAIVA@UOL.COM.BR

Nossos arquivos estão repletos de autobiografias testamentárias de ex-escravas, que ditaram memórias, realizações, valores, (des)afetos, êxitos, malogros, formas de pensar, viver e morrer, crenças, bens materiais e intimidades. Nos documentos mineiros do século XVIII as vidas dessas mulheres ficaram registradas em detalhes, tanto os individuais e particulares quanto os que resultaram do viver em sociedade. Os relatos sobre o cativo, as formas de libertação e o tornarem-se senhoras de escravos perpassam as narrativas testamentárias. Elas valorizaram autonomias experimentadas, matrifocalidade, ascensão econômica e social, inserção religiosa e atuação nas respectivas comunidades, assim sintetizadas: “por meu trabalho, serviço e indústria”. Figuras de trajetórias quase sempre exitosas, que precisam ser lidas em perspectiva comparada e conectada, pois explicam como permaneceu inabalável a instituição escravista, como *locus* e *orbis* se articularam na América profunda e como as dinâmicas históricas daí emergidas provocaram impactos em escala global. Esses relatos de forte caráter feminino, não branco e mestiçado guardam informações relevantes sobre a história daquele mundo.

Palavras-chave: Escravidão; Libertas; Alforrias;

Testamentos; Autobiografia; Minas Gerais.

03. POVOS INDÍGENAS E AGENCIAMENTOS NOS ESPAÇOS COLONIAIS DA AMÉRICA PORTUGUESA ENTRE O SÉCULO XVI E O INÍCIO DO SÉCULO XIX

MODERADOR: JUCIENE RICARTE APOLINÁRIO (UFCG)

APOLINARIOJU18@GMAIL.COM

Esta mesa propõe abrir espaços de diálogos sobre as novas concepções teóricas, metodológicas e fontes documentais que possibilitam uma operação historiográfica sobre as práticas políticas e culturais indígenas e suas ações adaptativas, reveladas em contextos dinâmicos nos quais assumem significados próprios diante das relações interétnicas com os não-indígenas nas missões, vilas e lugares entre o século XVI e o início do século XIX. Trata-se de produções históricas que têm privilegiado o caminho interdisciplinar com a Antropologia, Arqueologia, Linguística, entre outros saberes. O mais importante é que uma das preocupações da historiografia recente sobre história indígena é não construir mais uma imagem genérica do índio, ou apenas como vítima dos primeiros contatos na América Portuguesa, mostrando-os “dizimados” e “assimilados”, ou seja, como se estivessem em contínuo processo de desaparecimento. Não é possível mais aceitar tais discursos como se os povos originários fossem apáticos no processo colonizador europeu, pois se sabe que cada grupo indígena tinha e tem um caráter étnico de posicionamento frente aos não-indígenas nas diferentes temporalidades seja no Estado do Brasil ou do Grão-Pará e Maranhão. Indígenas que souberam criar novas territorialidades e relações interétnicas também com outros grupos étnico-raciais, como por exemplo, os homens e mulheres africanos e os negros e negras já nascidas no Brasil, que juntos agenciavam espaços de liberdade e

sobrevivência diante do mundo do trabalho compulsório, religiosidade e processos educacionais como as missões religiosas. Trazer, portanto, à baila essas discussões ao mesmo tempo torna-se espaço provocativo para que cada vez mais sejam apresentados aos eventos acadêmicos o que vem sendo produzido no Brasil, quais fontes históricas estão sendo revisitadas e quais diálogos teórico-metodológicos estão sendo destacados nas contínuas operações historiográficas em todas as regiões brasileiras, especialmente após a década de 1980, desde quando historiadores e antropólogos vêm ressignificando os lugares dos índios na história do Brasil, especialmente nos processos de sociabilidades a partir dos aldeamentos indígenas até o início do século XIX, nos quais se evidenciam os protagonismos no pós-contato.

POLÍTICA INDIGENISTA PORTUGUESA E POLÍTICAS INDÍGENAS NO TEMPO DA ILUSTRAÇÃO: ENTRE OS IDEIAS ASSIMILACIONISTAS E A MANUTENÇÃO DAS DIFERENÇAS

MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA (UFF)

REGINACELESTINO@UOL.COM.BR

A proposta de civilizar e assimilar os índios da América portuguesa como vassallos do Rei de Portugal, sem distinções em relação aos demais foi introduzida em meados do século XVIII, com as reformas pombalinas. A política indigenista do período analisada de forma articulada às atuações políticas dos índios (políticas indígenas) revela a complexidade do jogo político entre os agentes sociais e aponta para o fato de que o discurso assimilacionista caminhou junto com a manutenção das diferenças. Na verdade, a própria aplicação da nova lei baseava-se, essencialmente, na manutenção das diferenças que servia tanto aos interesses das autoridades e moradores, quanto dos próprios índios. Isso pode ser observado em inúmeras contradições presentes na documentação do período, incluindo a própria lei e nas disputas e discursos políticos dos vários atores em confronto. A proposta de assimilar e civilizar os índios desenvolveu-se com práticas variadas conforme as regiões e os povos indígenas que responderam a ela de formas diversas. Se muitos resistiram através de fugas e rebeliões, outros colaboraram,

valendo-se da lei para assegurar possíveis ganhos. Alguns podem ter assumido a condição de mestiços, enquanto outros continuaram afirmando suas identidades indígenas para reivindicar antigos direitos que lhes haviam sido garantidos por leis anteriores por sua condição de índios aldeados. Agiam conforme a cultura política do Antigo Regime, por eles apropriada, como têm revelado inúmeras pesquisas recentes. O espaço priorizado é a capitania do Rio de Janeiro, em abordagem comparativa com outras regiões e o período estende-se de meados do século XVIII ao início do XIX.

Palavras-chave: Câmaras Municipais, Protagonismo Indígena, Período Pombalino.

PROTAGONISTAS INVISÍVEIS: OS INDÍGENAS ANTE A LEI E O LEGISLADOR. CONTRIBUTOS PARA UMA PROBLEMÁTICA

MARIA ADELINA AMORIN (CHAM/UM/FCSH)

MARIADELINAMORIM@GMAIL.COM

Cada vez mais, a historiografia sobre o Brasil colonial tem vindo a refletir sobre a questão indigenista, em vista a uma recuperação do papel de agente histórico total dos indígenas como parte ativa do devir histórico e do amplexo sociológico e cultural a que pertenciam. A magna questão da liberdade e cativeiro dos «índios», nos seus múltiplos desdobramentos, uma vez que determinava as relações de poder e a utilização de mão-de-obra, essencial ao projeto imperial (economia privada e pública e segurança interna e externa) levou à promulgação pela Corte (o legislador) de um complexo *corpus* legislativo (lei), tendente à sua regulamentação. Do mesmo modo, e atendendo ao caráter confessional do Estado, a Igreja promulgou complementarmente uma série de bulas e breves, que ora reiteravam o teor dos diplomas civis, ora os contrariavam nos seus princípios. Coexistiram, assim, múltiplas formas de ordenamento jurídico, decorrentes da ‘casuística’ que determinava a produção de jurisprudência, em constante readaptação às circunstâncias no terreno. O verdadeiro protagonismo dos indígenas nesta complexa problemática, a consciência do seu próprio estatuto jurídico e os meios como agiu perante um sistema judiciário adverso (resistência, incorporação, negociação) ainda carece de uma agenda sistemática

de estudos. Apresentam-se alguns casos de estudo da Amazônia colonial portuguesa, integrados na recuperação historiográfica do protagonismo indígena na questão jurídica.

Palavras-chave: Protagonismo indígena; jurisprudência; projeto imperial; Igreja.

AS CÂMARAS MUNICIPAIS NAS VILAS DE ÍNDIOS: PODER LOCAL, ADMINISTRAÇÃO COLONIAL E PROTAGONISMO INDÍGENA – O CASO DE SÃO JOSÉ DE PORTO ALEGRE (1769-1793)

FRANCISCO CANCELA (UNEB)

FCANCELA@UNEB.BR

Na segunda metade do século XVIII, a política indigenista pombalina intensificou a inserção das populações indígenas da colônia americana nas malhas do poder da sociedade portuguesa do Antigo Regime. Os moradores indígenas passaram a conviver com três novas instituições que redimensionaram o processo de territorialização da população indígena: 1) as diretorias dos índios instituídas pelo *Diretórios dos índios* para cuidar da “direção e economia” das populações indígenas; 2) as paróquias criadas para substituir o modelo jesuítico de catequização; e 3) as câmaras municipais fundadas para assegurar a “cidadania” indígena”. De acordo com a nova legislação, as lideranças indígenas conquistaram o direito de ocupar os cargos da república, atuando nos cargos camarários – o que lhes assegurou uma participação mais ativa nas decisões políticas da administração local, além da conquista de algum espaço de negociação e até mesmo de nobilitação na sociedade colonial. Na sua atuação nas câmaras municipais coloniais, as lideranças indígenas vivenciaram experiências de reprodução das práticas e valores políticos típicos daquela sociedade, imprimindo na pauta daquelas instituições seus interesses, suas trajetórias de vida e suas estratégias políticas. Este trabalho apresenta uma leitura da experiência efetiva de funcionamento do governo de uma vila de índio na antiga capitania de Porto Seguro, analisando as comunicações políticas, as práticas governativas e as políticas dos índios registradas nas atas do Senado da Câmara de São José de Porto Alegre.

Palavras-chave: Câmaras Municipais; Protagonismo Indígena; Período Pombalino.

04. ARTEFATOS EM NOVOS CONTEXTOS E CONEXÕES NA ÉPOCA MODERNA

MODERADORA: LEILA MEZAN ALGRANTI (UNICAMP)

O objetivo da mesa redonda é compreender as conexões entre várias partes do Império Português por meio da circulação de artefatos durante o século XVIII. Considerados a um só tempo como produtos do trabalho humano, vetores de relações pessoais e conformadores de práticas corporais e sociais, os objetos em movimento serão aqui analisados privilegiando-se as mudanças e as continuidades de seus usos e funções em diferentes contextos. A construção de trajetórias de artefatos como instrumento metodológico tem sido largamente empregada na prática historiográfica e o clássico estudo de Igor Kopytoff (1986), “The cultural biography of things”, em geral, tem sido referência para os trabalhos sobre circulação de objetos no tempo e no espaço. Hans Peter Hahn e Hadas Weiss (2015), contudo, questionam o uso da palavra biografia para artefatos e coleções, devido à dificuldade de se precisar momentos como o de nascimento e morte dos objetos, preferindo a utilização de termos como itinerários, trajetórias, percursos. Os pesquisadores argumentam que investigações etnográficas e arqueológicas cada vez mais atestam as transformações das coisas, na medida em que novos significados emergem da reutilização de determinados artefatos posteriormente ao seu emprego original ou da atribuição de novos valores a objetos que permaneceram enterrados durante anos. A noção de itinerário, por sua vez, ilumina o caráter não linear da mobilidade de um objeto e as mudanças nos seus contextos e nos seus papéis sempre motivadas pela agência humana. A circulação de objetos durante a época moderna não foi

exclusiva das elites nobiliárquicas, nem dos grandes centros urbanos europeus, pelo que a sua difusão atingiu maiores proporções do que aquelas que a historiografia vinha admitindo, como o provam os trabalhos de Cissie Fairchilds (1993), Paula Findlen (1994), Paula Hohti (2010), Timothy Brook (2012), Renata Ago (2013), para os mais diferentes contextos nesse período. Para o Império Português, podemos destacar, entre outros, os empreendimentos de Russel-Wood (1992), de Luís Frederico Dias Antunes (2006) e o de Maria João Ferreira (2013) sobre o comércio de tecidos asiáticos, de Ana Godinho Dotti de Carvalho (2010) sobre móveis chineses na Lisboa setecentista, de Isabel dos Guimarães Sá (2017) sobre o consumo de bens comuns e de luxo no Porto no século XVII. Quando as trajetórias de objetos acabam sendo direcionadas para instituições de guarda, tal movimento favorece o estudo da formação de coleções e sua mobilização para a escrita da história e a produção de memórias, como o fez Mariana Françoze (2014) ao analisar os caminhos percorridos por um manto tupinambá. Tais estudos, centrados na análise dos artefatos transacionados pelos mais amplos espaços, ganhando, por vezes, novos sentidos e significados, se inserem no que se tem chamado de *material turn* (Gerritsen; Riello, 2015). Na historiografia brasileira, contudo, poucos são os pesquisadores que focalizam o trânsito de objetos – sem serem necessariamente mercadorias – sob a perspectiva da cultura material para (e pela) América Portuguesa. Com vistas a contribuir para o debate, os integrantes da mesa propõem refletir sobre os deslocamentos e usos de determinados artefatos no ambiente doméstico, no universo do trabalho e na administração colonial de forma a iluminar conexões entre homens e espaços no mundo português.

MÁQUINAS ÚTEIS DOS QUINTAIS DOMÉSTICOS DAS VILAS – MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

JOSÉ NEWTON COELHO MENESES (UFMG / FAPEMIG)
JNMENESES@GMAIL.COM

A comunicação refletirá sobre um elemento importante dos quintais domésticos, espaço importante na configuração das vilas de Minas Gerais setecentistas e do início do século XIX. Apresenta-se com os objetivos de compreender os elementos materiais da cultura construídos nas relações sociedade/natureza e na construção de um espaço importante para o abastecimento alimentar e a sociabilidade urbana no período, embora demonstre evidências das tênues fronteiras entre urbano e rural nesse tempo histórico. Equipamentos comuns no mundo rural, como moinhos d'água, engenhocas de moer cana, casas de farinha e seus pertences, pilões e peneiras, feitos em madeira, taquara, arame, ferro fundido e cobre, povoam os quintais das urbes e são arrolados (ou não) nos Inventários post mortem, as fontes fundamentais da pesquisa. A proposta é problematizar um espaço essencial no abastecimento do domicílio e da vila, evidenciado materialmente por equipamentos de tradições variadas (europeias, africanas e ameríndias), no diálogo de práticas, de saberes e de valores técnicos. São máquinas úteis, ligadas à cozinha e às práticas alimentares, servindo-nos à compreensão de uma cultura diversa e rica.

Palavras-chave: Máquinas úteis; Quintais; Minas Gerais, domicílios urbanos, tradições.

INDUMENTÁRIA INDIANA NA AMÉRICA PORTUGUESA: TRAJETÓRIAS E CONEXÕES TRANSOCEÂNICAS

CLÁUDIA ELIANE P. MARQUES MARTINEZ (UEL)
CEPMARQUES@UOL.COM.BR

O objetivo desta comunicação é analisar os tecidos e roupas provenientes de Goa que entraram pelos portos da Bahia e do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII. A disseminação pelo interior da América portuguesa poderá ser identificada por meio das “colchas de chita da Índia, fina forrada”, dos “fardos de chita” e das “varas de pano de linho” encontrados em um conjunto de inventários *post mortem* de eclesiásticos, em Mariana/MG. Indumentária semelhante será observada por meio dos “livros de receita e despesas dos padres jesuítas”, residentes em Goa. Este manuscrito traz uma listagem dos objetos pessoais, ouro, joias, mobiliário, utensílios domésticos e profissionais, além das roupas, “corjas de sedas”, “panos de linhos”, “peças de cetim” dos clérigos. Mais do que a posse da indumentária, busca-se compreender a trajetória e os possíveis significados, por exemplo, de uma “calça da Índia de tintas azuis em bom uso”, encontrar-se localizada no interior da Capitania de Minas Gerais. Além das fontes mencionadas, vamos analisar o mapa de cargas da “Nau Nossa Senhora da Conceição”, de 1787, que informa os “sortimentos que deveriam vir para o Brasil e Angola”. Enfim, pretende-se colocar em discussão, a produção e o consumo dos tecidos, bem como a circulação e a dispersão da indumentária indiana, tendo como parâmetro a colonização portuguesa nos dois continentes em foco.

Palavras-chave: indumentária, circulação, conexões transoceânicas, Goa, Minas Gerais.

AS ROTAS TRILHADAS PELOS PAPÉIS NO IMPÉRIO (PORTUGAL E AMÉRICA, SÉCULO XVIII)

MARIA APARECIDA DE MENEZES BORREGO (MUSEU PAULISTA – USP)

MABORREGO@USP.BR

As marcas d'água identificadas em documentos produzidos em Portugal e em seus domínios americanos evidenciaram que papéis de diferentes proveniências circulavam durante o século XVIII e se convertiam em artefatos fundamentais para a comunicação entre os agentes nas várias partes do Império. Nesse sentido, é reveladora a carta do intendente e provedor da fazenda real em Cuiabá ao rei sobre a falta de papel na região em 1738: “Em tal consternação tem posto os Payagazes estas minas q' se nao animão a vir de Povoado mercadores alguns com fazendas necessaas pa seus abitadores, de q' resulta não haver nellas papel que chegue pa os livros q' são necessários pa a cobrança dos Dizimos deste anno”. Nesta comunicação, as análises recairão sobre os circuitos comerciais e administrativos de papéis entre o reino e a América Portuguesa, e sua interiorização a partir do porto de Santos, seguindo para São Paulo e Ararituaba e atingindo as minas de Cuiabá e Mato Grosso nos setecentos. Ao se atentar para a materialidade dos documentos, intenta-se destacar sua capital importância para o funcionamento do Império, cujo sucesso dependia, em grande medida, da produção escrita que se desenvolvia nos territórios sob domínio luso.

Palavras-chave: papel; cultura material; cultura escrita; Império Português.

05 . CONHECIMENTO DO CORPO E DA NATUREZA ENTRE OS JESUÍTAS (AMÉRICA, ÁSIA E EUROPA, SÉCULOS XVII-XVIII)

MODERADORA: ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK (UNISINOS)

Dos muitos agentes no aquíém e no além-mar ibéricos que contribuíram para a construção e reconfiguração do conhecimento sobre natureza e sua relação com o corpo, sobretudo o médico-farmacêutico, os jesuítas têm destaque, tanto pelo volume e longevidade de sua presença e ação com as populações locais, quanto pelo registro constante e plural desses contatos em cartas e relatórios. Mas não só, sua contribuição se manifesta também em livros de matéria médica, receituários farmacológicos e compêndios de medicina. Alinhados, pois, à proposta do colóquio de refletir sobre os métodos e/ou instrumentos utilizados pelos jesuítas para conectar os mundos natural e social, privilegiaremos, nesta mesa, a discussão sobre a sistematização, ressignificação, produção e circulação de informações e saberes sobre o mundo natural entre os religiosos e leigos radicados tanto no Oriente luso quanto do Ocidente ibérico, metrópoles e colônias, sobretudo, para seus usos médicos entre os séculos XVII e XVIII.

BREVE INVENTÁRIO DAS PLANTAS DA ÁSIA, DA EUROPA E DA AMÉRICA EM UM LIVRO DE RECEITAS (E SEGREDOS) PARA AS BOTICAS DOS JESUÍTAS (SÉCULO XVIII)

ANA CAROLINA DE CARVALHO VIOTTI (UNESP-FRANCA)

CAROLINA.VIOTTI@UNESP.BR

Em 1766, a *Colecção de varias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da India, de Macau e do Brasil* recebeu, em Roma, “todas as licenças necessárias para ser publicada”. No entanto, a obra, uma compilação de mais de duas centenas de receitas – de medicina – manejadas pelos jesuítas espalhados por todo o Império Português, como anuncia seu título, não só não conheceu a prensa em seu tempo, como se manteve manuscrita, em um único volume, até nossos dias, por razões tão incógnitas quanto sua autoria. Aqui, com a apresentação e análise desse rico receituário, recentemente editado, propõe-se observar, entre as muitas referências guardadas na Colecção, um “tipo” de ingrediente amplamente utilizado pelos religiosos, aqueles vindos do reino vegetal, a partir de uma espécie de inventário breve das plantas do Brasil, do Oriente e da Europa. Objetiva-se, nesse sentido, compreender um pouco mais sobre a formulação de receitas médico-farmacêuticas pelos jesuítas, as referências das quais se valiam para criá-las e apontar algumas pistas sobre a dinâmica circulação desses elementos entre as boticas dos “quatro cantos do mundo”.

Palavras-chave: jesuítas; medicina; farmácia; boticas; *Colecção de receitas*; plantas.

BOTICAS, BOTICÁRIOS E SABER DE BOTICA DOS JESUÍTAS NA AMÉRICA PORTUGUESA, 1549-1759

BRUNO MARTINS BOTO LEITE (UFRPE)

IMPETUSFACIENS@GMAIL.COM

Desde a chegada dos jesuítas à América Portuguesa, em 1549, fez-se necessário a compreensão da natureza local e a aquisição de saberes farmacêuticos como ferramenta no combate a muitas doenças que se propagavam na sociedade colonial, então em construção. Esta necessidade levou a Companhia de Jesus nestas partes a construir espaços para a produção de remédios e a lançar mão

de sujeitos versados nos conhecimentos farmacêuticos os mais atuais da época. Pretende-se aqui tratar desses espaços de produção medicamentosa – descrevendo-os e analisando-os com base na documentação disponível –, de seus agentes – destacando entre eles os indivíduos mais renomados e observando as suas produções – e o saber de botica ali empregado – com base no estudo de determinadas receitas farmacológicas de alguns desses renomados boticários nos mais importantes colégios jesuíticos da Nova Lusitânia. Com isto, pretendemos estabelecer um quadro geral do saber de botica na América Portuguesa da Época Moderna, seus espaços e seus atores.

Palavras-chave: História da Companhia de Jesus, Ciência na América Portuguesa da época moderna, Espaços de saber dos jesuítas na América Portuguesa, Cientistas da Companhia de Jesus na América Portuguesa, Saberes jesuíticos na América Portuguesa.

CIRCULAÇÃO, APROPRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE SABERES FARMACOLÓGICOS E MÉDICO-CIRÚRGICOS NA AMÉRICA PLATINA DO SETECENTOS

ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK (PPGH-UNISINOS)
EFLECK@UNISINOS.BR

Em uma rápida busca em catálogos de arquivos europeus e latino-americanos, localizamos inúmeros manuscritos de etnobotânica e medicina, que comprovam tanto a circulação, quanto a produção e ressignificação de informações e saberes sobre o mundo natural ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Muitos deles não foram, no entanto, ainda publicados ou mais detidamente analisados por pesquisadores que se debruçam sobre a história da América colonial, empenhados em desvendar as trocas interétnicas e culturais entre os nativos e os colonizadores e religiosos encarregados de sua evangelização. Nesta comunicação, nos detemos em dois desses

manuscritos ainda inéditos, o *Libro de Cirugía* (1725) – atribuído ao irmão jesuíta Pedro Montenegro –, e o *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776), escrito pelo padre jesuíta José Sánchez Labrador, discutindo as evidências de circulação e apropriação de saberes e procedimentos terapêuticos acionados no tratamento de determinadas enfermidades na América platina do Setecentos. Procuramos, também, demonstrar que estas obras resultaram tanto de observações e experiências feitas pelos autores dos manuscritos analisados ou de informações que obtiveram junto a informantes indígenas, quanto da consulta a obras escritas por outros jesuítas ou cientistas leigos, com os quais estabeleceram um produtivo diálogo, refutando ou confirmando as orientações e os pressupostos por eles defendidos.

Palavras-chave: Circulação, apropriação e produção de saberes; Manuscritos jesuítas de botânica médica e medicina; *Libro de Cirugía*; *Paraguay Natural Ilustrado*; América platina; século XVIII.

.....
DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

06. CIDADES IMPERIAIS: DINÂMICAS LOCAIS, FLUXOS GLOBAIS

MODERADOR: MARIA SARITA MOTA (CIES-IUL)

Esta mesa pretende debater o conceito de “cidades imperiais” como metáfora para estudar o processo de territorialização e urbanização dos impérios ultramarinos da época moderna. Trata-se de discutir as categorias de hierarquia urbana através da trajetória histórica da criação de arraiais, vilas, comarcas e cidades da América Portuguesa. O objetivo principal é comparar a projeção global dessas entidades urbanas e os diferentes agentes que ajudaram a moldá-las, problematizando o estatuto político de cidade. Mais do que comparar, é preciso dimensionar os desequilíbrios territoriais locais entre lugares que não foram agraciados com títulos, privilégios, honras e liberdades, identificando aí fluxos regionais não contemplados pela historiografia. Com base em pesquisa empírica original, e diálogo com diferentes correntes teórico-metodológicas, especialmente a cartografia histórica, a história político-institucional e a história urbana global, a mesa analisará os diversos níveis de interação entre “arraiais”, “vilas”, “comarcas”, “cidades” mostrando como essas categorias políticas ocultam dinâmicas muito mais complexas. Entre os vários exemplos que poderíamos citar para discutir o processo de nobilitação urbana na América Portuguesa, destacam-se o arraial do Tejuco, uma urbe imperial ou sertanista encrustada nos sertões das Gerais e suas múltiplas geografias reveladas nos espaços físicos, sociais, econômicos, morais, entre outros; a comarca de Campos dos Goytacazes, uma região fronteira de conflitos que se projetou como capital política face à influência histórica nas vizinhanças do Norte Fluminense, Sul de Minas Gerais e Centro-Sul do Espírito Santo interferindo nas dinâmicas inter-regionais e imperiais; São Luís do Maranhão, uma cidade entre impérios e nações marcada pela pobreza, conectada pelas elites locais, nativas ou lusodescendentes

aos interesses imperiais de conquista e exploração territorial. Por fim, esperamos mostrar que a disputa pelo título de “imperial cidade” entre lugares do Estado do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará revela que a cidade colonial foi mais do que um ponto de controle do território, e que o Brasil se estabeleceu como um espaço com poder próprio em meio ao Império português.

O ARRAIAL DO TEJUCO NO SÉCULO XVII: UMA URBE IMPERIAL OU SERTANEJA?

JUNIA FERREIRA FURTADO (UFMG/UNIFESP/CNPQ/FAPEMIG)
JUNIAFF@GMAIL.COM

Esta apresentação se concentra no censo de 1774, intitulado “Mapa dos moradores da cidade de Tejuco, de acordo com cada uma das ruas que compõem a cidade”, que lista todos os chefes de família em suas residências, com seus demais moradores, e no mapa que o acompanha, intitulado “Pequeno Mapa da Vila de Tejuco”, encomendados pelo Intendente Diamante João da Rocha Dantas e Mendonça que os envia para a Coroa. Os cuidados tomados pelas autoridades deixaram um registro valioso e meticuloso da geografia da urbe e de seus habitantes. As múltiplas geografias da cidade são reveladas nos espaços físicos, sociais, econômicos, morais, entre outros. Meu objetivo é mostrar uma configuração muito mais dinâmica e plural da cidade, muito diferente da que se poderia esperar de uma urbe setecentista encrustada nos sertões das Gerais.

Palavras-chave: Cidades, Tejuco, Arraial, Cartografia, Mapas.

SÃO LUÍS DO MARANHÃO: UMA CIDADE ENTRE IMPÉRIOS E NAÇÕES MARCADA PELA POBREZA

HELIDACY MARIA MUNIZ CORRÊA (UEMA/FAPEMA)
HELIDACY.CORREA@YAHOO.COM.BR

Ao longo do período colonial, São Luís foi apresentada como “Ilha Maranhão”, conquista militar e cidade. Em todas as representações é constante a noção de um espaço a ser conquistado, seja pela monarquia ibérica ou pelas nações concorrentes de Portugal. São Luís nasceu no centro de uma intensa política internacional de disputa

pela dominação do norte da América portuguesa. Situada num *território do meio* (Estado do Maranhão e Grão-Pará), entre domínios de Portugal e Espanha, tornou-se um *lugar de intermediação* da política ibérica e um espaço concorrente para franceses, holandeses e demais estrangeiros que espreitavam uma oportunidade para tomarem posse do território. A proposta desta comunicação é refletir acerca das peculiaridades da cidade de São Luís, cabeça de um *Maranhão Ibérico*, e lugar de extrema pobreza para os novos moradores da terra. Palavras-chave: Cidade de São Luís, Maranhão Ibérico, Pobreza, Assistência.

A COMARCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: A DINÂMICA REGIONAL, OS CONFLITOS E O IMPÉRIO (1732-1841)

CLÁUDIA CRISTINA AZEREDO ATALLAH (UFF/FAPERJ)

CLAUDIA_ATALLAH@HOTMAIL.COM

A comarca foi a principal categoria jurídica e uma das mais importantes divisões político-administrativas do império português. Sua demarcação foi sempre conflituosa nas áreas de conquistas. Partirei, portanto, da ideia de comarca enquanto uma região fronteira de conflitos definida a partir do movimento das populações e de suas associações nem sempre pacíficas e imóveis. A demarcação jurisdicional da comarca atendeu, ao longo do antigo regime, às demandas por controle, quase sempre precário e insuficiente, desses movimentos e dessas associações, que muitas vezes desafiavam os poderes instituídos. A comarca é um espaço dinâmico que pode conduzir desconstruções e reconstruções, interferindo, assim, nas dinâmicas inter-regionais e imperiais. O cenário para análise é a Comarca de Campos dos Goytacazes, criada em 1834, que esteve sob a jurisdição da Comarca do Espírito Santo desde 1732. Analisarei, a partir dos autos de correições dos ouvidores e dos processos crimes depositados no Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho, as estratégias de controle dos povos, bem como os índices de violência urbana, suas flutuações e discrepâncias ao longo dos anos propostos para o estudo, 1742-1841.

Palavras-Chave: Comarca, Conflitos, Justiça, Região, Império Português.

O LUGAR DAS CIDADES NA HISTÓRIA GLOBAL

MARIA SARITA MOTA (CIES-ISCTE/FCT/PORTUGAL)

SARITAMOTA@GMAIL.COM

Esta comunicação discute a pertinência e a validade do conceito de “cidades imperiais” no âmbito da história urbana global a partir do império português. De acordo com o dicionário Webster, o termo surge pela primeira vez em 1550, e designava uma cidade que é um vassalo imediato do imperador do Sacro Império Romano. Esse registro denota a importância da *urbis imperialis libera* cuja definição perpassa, necessariamente, pela questão fiscal e financeira incluindo a isenção do pagamento de tributos e a liberdade comercial. Importa salientar que, como sedes do poder, as cidades imperiais integram um vasto sistema cultural, econômico e geopolítico que ajudou a moldar a cultura urbana moderna. As identidades múltiplas e complexas desses lugares foram construídas através de redes de relações marcadas pelas interconexões entre o local e o mundo. Mas, se o urbanismo imperial português ajudou a moldar a geografia das cidades coloniais, algumas redes urbanas locais e regionais criaram autonomias próprias e se projetaram para lá dos limites do império. Neste sentido, seria Lisboa a única cidade com vocação imperial? Até que ponto podemos traduzir as dinâmicas urbanas à escala imperial e global?

Palavras-chave: Cidades Imperiais, Cidades Coloniais, Urbanização, Império português.

07. CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS, CONSTRUÇÃO DE FRONTEIRAS: DINÂMICAS AMERICANAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

MODERADOR: RAFAEL CHAMBOULEYRON (UFPA)

Os participantes da mesa propõem-se a debater a constituição de fronteiras de vários tipos: as imperiais entre os domínios espanhóis e portugueses na América, que também têm sido denominadas de “externas”, e as de assentamento, produtivas ou “internas”, que remetem à exploração econômica agrícola, pecuária ou de mineração, estabelecidas através de conflitos, domínio e trocas entre grupos europeus e indígenas. Longe de estabelecer uma dicotomia entre elas, a perspectiva é a da sua mútua construção e permanente conexão. Tais processos serão abordados a partir de diferentes locais de observação e agentes: a capitania de Mato Grosso, o Estado do Maranhão e Pará e a capitania do Rio Grande de São Pedro. O contraponto a esses casos “continentais” de fronteiras oeste, sul e norte da América do Sul será dado pela análise do istmo do Panamá, uma conflituosa área de fronteira transoceânica que teve importantes implicações no mundo atlântico dos séculos XVII e XVIII.

COMUNICAÇÕES E CAMINHOS ENTRE OS DOMÍNIOS IBÉRICOS POR MEIO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

NAUK MARIA DE JESUS (UFGD)

JNAUK@HOTMAIL.COM

No século XVIII, diversas expedições particulares e oficiais em direção às terras de Castela por meio da capitania de Mato Grosso foram realizadas com objetivos diversos, tais como os de reconhecer o território, estabelecer negociações comerciais e aprisionar índios. Essas viagens são reveladoras dos encontros e tensões entre portugueses, espanhóis, luso-americanos e indígenas de diferentes etnias, bem como nos permitem conhecer os caminhos fluviais e terrestres percorridos, seja no interior da capitania, seja em direção às Províncias de Moxos e Chiquitos. Na presente comunicação, a partir das viagens realizadas em direção aos domínios hispânicos, trataremos das comunicações estabelecidas entre as gentes da fronteira e os caminhos que foram (re)desenhados no processo de conquista, de demarcação de limites e de defesa da porção ocidental da América portuguesa.

Palavras-chave: Mato Grosso setecentista, viagens, domínios hispânicos, fronteiras.

“GARGANTA DA AMÉRICA”. O ISTMO DE PANAMÁ: UMA FRONTEIRA TRANSOCEÂNICA, SÉCULOS XVII E XVIII

JUAN SEBASTIÁN GÓMEZ GONZÁLEZ (UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA)

JUAN.GOMEZ67@UDEA.EDU.CO

Geralmente conhecido como “garganta para a comunicação de ambos os mares”, o Istmo do Panamá foi uma das áreas de fronteira mais conflituosas do continente americano durante o período colonial. Ocupações furtivas, guerras internacionais, nativos insubordinados e rebeliões com ecos no Grão Caribe, Atlântico e Pacífico constituem vários dos fatores que nos permitem refletir sobre essas jurisdições como um espaço não convencional, de acordo com as tipologias historiográficas fundadas para conceituar as fronteiras do Novo Mundo. Por que esse espaço pode ser definido como um território de fronteira? Que particularidades e implicações são notadas entre os séculos XVII e XVIII para entender essa situação? Qual é

a relevância do istmo do Panamá no mundo atlântico? É possível pensar sobre a relação do istmo do Panamá com as dimensões globais durante a primeira modernidade? Essas perguntas serão a base das reflexões, dando origem a novas ideias para indagações sobre o passado dessa região multifacetada.

Palavras-chave: istmo de Panamá, Fronteira, Portobelo, Panamá, Atlântico, Pacífico.

DINÂMICA ENTRE FRONTEIRAS IMPERIAIS E FRONTEIRAS PRODUTIVAS NO RIO GRANDE DO SUL, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

HELEN OSÓRIO (UFRGS)

HELEN.OSORIO@UFRGS.BR

A comunicação aborda os processos de mútua constituição da fronteira imperial – aquela pretendida e disputada pelas duas monarquias ibéricas – e da fronteira produtiva, agrária, fruto do assentamento europeu e seus embates com as populações autóctones no extremo meridional dos domínios portugueses. A expansão produtiva, com a fixação de migrantes americanos e lusitanos e o estabelecimento de estâncias para criação de gado impulsionaram as pretensões portuguesas rumo o Rio da Prata. Por outro lado, os tratados diplomáticos e seus desdobramentos concretos sobre o terreno (como as expedições de demarcação de limites), produziram estímulos aos agentes locais para alargarem suas posses e reequacionarem seus próprios interesses.

Palavras-chave: Fronteiras, Rio Grande do Sul, fronteira agrária, américa meridional, fronteira imperial.

FRONTEIRAS DE ASSENTAMENTO E DE EXPANSÃO. AGRICULTURA E EXTRATIVISMO NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVII E XVIII)

RAFAEL CHAMBOULEYRON (UFPA/CNPQ)

RCHAMBOULEYRON@GMAIL.COM

Esta comunicação discute a conexão existente entre o processo de expansão das fronteiras internas e das fronteiras externas do Estado do Maranhão e Pará, de finais do século XVII a meados do século XVIII. Trata-se de mostrar como o deslocamento das fronteiras norte e oeste, que ensejou a intensificação das trocas e dos conflitos entre diversos grupos europeus e indígenas, é concomitante e conectado à expansão do assentamento agrícola nos rios próximos a Belém e à expansão da pecuária pelos sertões do Maranhão e do Piauí. Não é possível entender como separadas essas diversas expansões em direção às múltiplas fronteiras – a interna do assentamento agrícola, a externa ocidental e norte, confinante com as terras das coroas de Castela e da França, e a oriental, confinante com o Estado do Brasil. Ao contrário, elas revelam a natureza centrífuga e conectada da ocupação do norte da América portuguesa.

Palavras-chave: Amazônia colonial; fronteira; agricultura; extrativismo; sertão.

o8. CURADORIA DE TEXTOS: A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE EM DEBATE

MODERADORA: SILVIA HUNOLD LARA (UNICAMP)

A proposta da mesa-redonda é discutir questões teóricas, metodológicas e historiográficas implicadas na edição de documentos históricos. O que transforma um texto em documento? Qual a articulação entre os elementos materiais e intelectuais envolvidos em sua produção e como são abordados pela Filologia e pela História? Por meio do diálogo interdisciplinar, tais questões são interpeladas a partir de textos produzidos nos séculos XVII, XVIII e XIX que tratam das experiências de escravizados e libertos na América portuguesa. Por tocarem em temas relativos à experiência da escravidão e às condições de acesso ao ponto de vista dos subalternos em uma sociedade escravista por meio de registros produzidos com outras intenções, o debate ganha uma dimensão política, inerente tanto à pesquisa quanto ao gesto da divulgação destes documentos para um público mais amplo. O primeiro texto é uma narrativa sobre expedições vitoriosas contra os Palmares realizadas em 1675-1678 e um acordo de paz com o governo de Pernambuco, cujos testemunhos seiscentistas encontram-se na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Uma transcrição publicada em 1859, que apresenta diferenças significativas em relação às versões mais antigas do texto, tem sido

fartamente utilizada pela historiografia, sem uma análise crítica que a descoberta de manuscritos do século XVII atualmente permite empreender. O segundo é um manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sem data, letra do século XVIII, cópia in-fólio de 69 folhas numeradas, publicado como “Diálogos Makii” (Ed. Chão, 2019). O documento é composto por dois diálogos e sua leitura autoriza concluir ter sido escrito no Rio de Janeiro (c.1786) por um africano alforriado, membro da Irmandade de Santo Elezbão e Santa Efigênia. A pesquisa realizada desvenda o contexto de sua redação e circulação, e envolveu pensar estratégias para sua transcrição e divulgação para um público de não historiadores. O terceiro apresenta uma narrativa sobre a instauração de práticas discursivas e jurídicas que legalizam historicamente a violência institucional contra os negros, no contexto de revoltas dos escravizados. A Resolução da Biblioteca Nacional, de 1822, registra cenas de enunciação de um discurso político firme, autoritário, vigilante e punitivo, por meio de ações administrativas e interventivas contra a ameaça representada por movimentos de escravizados no Recôncavo Baiano. A edição deste e de outros textos sobre as revoltas na Bahia requer uma pesquisa criteriosa, interpretativa, dialógica e argumentativa, visto que os negros deixaram, nos registros jurídicos, vestígios indiretos de sua luta e resistência. A mesa-redonda é composta por duas historiadoras (Mariza Soares e Silvia Lara) e dois filólogos (Eliana Brandão e Phablo Fachin) e oferece uma oportunidade para refletir sobre diferentes métodos de pesquisa com base em textos escritos. No contexto da História, sobre o modo como os historiadores lidam com suas fontes, tema pouco explorado pela historiografia. No contexto da Filologia, sobre como o texto escrito torna-se um documento autêntico do contexto sócio-histórico em que se deu sua gênese e divulgação, tendo em vista sua materialidade, escrita e tradição.

A RELAÇÃO DAS GUERRAS CONTRA OS PALMARES DE PERNAMBUCO: IMPLICAÇÕES FILOLÓGICAS DE SUA GÊNESE, TRANSMISSÃO E CIRCULAÇÃO

PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN (FLCH/USP/CAPEs)

PHABLO@USP.BR

A tradição documental de uma das obras mais citadas sobre Palmares, a *Relação das guerras contra os Palmares de Pernambuco*, é constituída pela totalidade dos testemunhos, manuscritos ou impressos, conservados ou desaparecidos, em que o seu texto se materializou ao longo da sua transmissão, nos séculos XVII, XIX e XX, com diferenças significativas entre eles. A historiografia tem dado preferência à documentação impressa do XIX, sem considerar os manuscritos seiscentistas. Na comunicação, apresento a análise filológica dos manuscritos do século XVII, a gênese da sua tradição, cuja autoria se mantém em sua materialidade a um mesmo punho. A identificação e a sistematização das alterações realizadas, da sua correlação textual e material, no âmbito da curadoria do texto, revelam sua lógica de circulação e transmissão e contribuem para a compreensão das implicações históricas e filológicas que apresentam, ampliando o debate acerca da história que se fixou de Palmares e de como uma *Relação*, produzida para enaltecer um governador, tornou-se paradoxalmente fonte principal para uma história da resistência escrava.

Palavras-Chave: Tradição documental, Edição de documentos históricos, Palmares, Filologia Portuguesa.

DIÁLOGOS MAKII: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA HISTÓRICA E EDIÇÃO COMERCIAL DE UM MANUSCRITO DO SÉCULO XVIII

MARIZA DE CARVALHO SOARES (UNIFESP/CNPQ)

MARIZACSOARES@GMAIL.COM

A comunicação apresenta a transcrição e edição de um manuscrito da Biblioteca Nacional-RJ (sem data, letra do século XVIII, in-fólio, 69 folhas), publicado como *Diálogos Makii* (Chão, 2019). O documento foi escrito no Rio de Janeiro (c.1786) por um africano Mina alforriado, membro da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia.

A pesquisa realizada desvenda o contexto de redação e circulação do manuscrito. Sem abrir mão do rigor acadêmico, o livro visa atingir um público amplo. Para isso foram discutidos critérios de edição que permitam pesquisas futuras. A próxima etapa da pesquisa planeja pensar o manuscrito como um texto étnico cujo autor (Francisco Alves de Souza) expressa uma vivência coletiva de uma comunidade de procedência africana na diáspora. Já está em andamento um diálogo com a pesquisa linguística sobre o uso do português por africanos Mina no século XVIII (falantes de línguas Gbe orientais como fongbe e maxi); de outro lado, há interesse em ampliar o diálogo com a filologia. Para além da identificação do autor, data, contexto de produção há ainda muito a ser estudado tanto do ponto de vista da materialidade da cópia da BN, quanto da escrita do documento. Palavras-chave: Documentos históricos - Edição - África - Escrita étnica.

LUTA E RESISTÊNCIA DOS ESCRAVIZADOS A PARTIR DA RESOLUÇÃO DE 1822: LEITURAS FILOLÓGICAS

ELIANA CORREIA BRANDÃO GONÇALVES (UFBA)

ELIANABRAND7@GMAIL.COM

A partir da edição da Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia de 1822, disponibilizada pela Biblioteca Nacional, serão apresentadas reflexões sobre a contribuição da Filologia na elaboração de edições criteriosas de documentos históricos que narram à instauração de práticas discursivas e jurídicas que legalizam historicamente a violência institucional e reavaliam os vestígios diretos e indiretos de luta dos escravizados na Bahia. Em particular, a referida Resolução trata do estado de controle e de vigilância, no século XIX, por parte do governo do Império e da Província, diante dos riscos decorrentes das constantes ações de enfrentamento e resistência dos escravizados no Recôncavo baiano. A Resolução é um ato administrativo normalmente expedido pelas autoridades do executivo ou pelos presidentes de tribunais, órgãos legislativos e colegiados administrativos, para disciplinar matéria de sua competência específica, normalmente registrando uma decisão ou ordem derivada de um contexto ou de determinadas demandas sociais. Dessa forma, será desenvolvida uma discussão sobre o uso social da escrita e a

necessidade de se atentar às condições de produção, circulação e leituras dos textos que registram variados modos de confrontos, pelos diversos segmentos sociais, e pluralidade de usos da língua. Por fim, será destacada a produtividade do diálogo interdisciplinar e das conexões interpretativas entre Filologia e História e vice-versa, na prática preparatória de edições, que levem em consideração diversos modelos editoriais, atentando para o objetivo que norteia a edição do texto.

Palavras-chave: Filologia. Edição. Documentos históricos.

OS MUITOS AUTORES DA RELAÇÃO DAS GUERRAS CONTRA OS PALMARES DE PERNAMBUCO E OS NOMES PALMARISTAS

SILVIA HUNOLD LARA (IFCH/UNICAMP/CNPQ/FAPESP/FAEPEx)

SHLARA@UNICAMP.BR

Em 1859, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou um texto intitulado “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, sem qualquer informação além de o manuscrito ter sido oferecido pelo conselheiro Drummond. Apesar de se tornar um dos documentos mais citados pelos historiadores de Palmares, ninguém teve curiosidade suficiente para buscar o original. Sua localização no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em 2009, permitiu constatar ter sido escrito pelo padre Antônio da Silva e ser resultado da reelaboração de uma versão guardada pela Biblioteca Pública de Évora. Depois de fundamentar a atribuição de autoria, focalizo a variação nos nomes das lideranças palmaristas como exemplo das modificações introduzidas no processo de reelaboração do manuscrito e por seus copistas e editores. Comparo os manuscritos da Torre do Tombo e de Évora, as cópias feitas no século XIX, as publicações patrocinadas pelo conselheiro Drummond, em 1859, e por Pedro Paulino da Fonseca, em 1876, e por outros autores ao longo do século XX. Além de discutir as implicações historiográficas dessas alterações, o objetivo é refletir sobre o peso autoral das intervenções feitas pelos editores de documentos históricos.

Palavras-Chave: Edição de documentos históricos, Palmares, Historiografia, Autoria.

09. A CIRCULAÇÃO DE PAPÉIS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: SUJEITOS, IDEIAS E ACERVOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

MODERADORA: JULIANA GESUELLI MEIRELLES (PUC-CAMPINAS)

Os estudos da Cultura Escrita têm sensibilizado os historiadores dedicados a compreender as especificidades da Época Moderna. O momento é privilegiado por firmar a escrita como meio de comunicação sobre o oral e o visual, intensificando a produção de registros manuscritos e ampliando-se, gradativamente, com o uso da imprensa. Registros que desempenharam um papel fundamental no governo à distância colocado em prática pelas monarquias europeias na formação do que se convencionou chamar de impérios coloniais. Nesse processo, circuitos de trocas de cartas, relatos, memórias, imagens, mapas, livros, entre outros, serviram como instrumentos de transmissão de ideias, costumes e valores, marcando o espaço de experiência da ação colonizadora. Para além de palavras anotadas no papel, tais escritos não estavam separados de uma materialidade que os inscrevia em novas funções sociais, como propõe Antonio Castillo Gómez referindo-se à possibilidade de reconstrução do “significado e o uso que lhe dão as respectivas sociedades ao longo do tempo”. Transformados em artefatos, entesourados nas bibliotecas e arquivos, atendendo a uma moda das livrarias, na expressão de Diogo R. Curto, tais escritos guardavam as memórias, os saberes e a própria história do Novo Mundo. A formação desse governo de papel, como denominou John H. Elliott, marcou a história da composição de duas das mais importantes instituições de guarda documental brasileiras: o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. A Mesa Redonda tem como objetivo problematizar algumas experiências singulares que marcaram a origem dessas instituições, ligando-as com as práticas da cultura escrita setecentista.

O Arquivo Nacional preserva hoje o maior conjunto de fundos e coleções compreendidos no período que, além de demonstrativos da própria história da acumulação desses arquivos, desenha uma cartografia do Império, a partir da produção desses papéis, sua circulação e das rotas que se constituem na própria escrita. Mapas de comércio, correspondência sobre o tráfico negreiro, as medições de fronteiras, o trânsito dos navios, a presença de estrangeiros nas cidades do Império, as múltiplas relações entre capitânias, os portos e outros continentes são algumas inscrições que, também dispostas em rede, configuram um território. A mesa dedicará particular atenção às listas de produtos da história natural, às coleções que seguem da América para a Metrópole, às descrições de jardins botânicos, às recomendações aos naturalistas, em um século XVIII balizado pelo discurso científico luso-brasileiro que permaneceria, para alguns, como traço de continuidade na construção do Império a partir de 1822. Dialogando com a historiografia luso-brasileira contemporânea que têm registrado contribuições importantes sobre a utilização de cartas para o estudo da comunicação política entre as diversas instâncias da administração colonial e a metrópole, propomos uma análise das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Seu epistolário, produzido entre os anos de 1811 e 1821, emerge como um significativo conjunto documental do período em que a realeza bragançista administrava o Império a partir da América. Único meio de comunicação capaz de superar a distância que o separava de seus parentes e amigos, as missivas de Marrocos nos remetem a uma outra dimensão: a formação, estruturação e gerenciamento do acervo da Real Biblioteca. Ainda nesta perspectiva, a comunicação também privilegia a compreensão do acervo da Sala de Manuscritos, localizada no Real Gabinete - considerado um espaço de acesso restrito e grande reverência para a monarquia em que, mais uma vez, destacava-se o trabalho intelectual de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, responsável por organizar o Índice Geral dos Manuscritos da Bibliotheca da Coroa disposto alfabeticamente (1813). O valor de tais acervos como lugares de memória e de diálogo entre o passado e o presente, pode ser mensurado quando da negociação da compra das coleções que compunham a Real Biblioteca, no processo de Independência do Brasil. Apesar de conhecido e comumente

citado, seus significados ainda são pouco explorados pela historiografia. Na tentativa de contribuir para alguns elementos relativos a esse momento, refletiremos sobre uma das coleções adquiridas naquele contexto: a Coleção Frei José Mariano da Conceição Veloso, composta de 2.500 volumes, advindos das suas atividades editoriais na Casa Literária do Arco do Cego. A temática da mesa também investigará algumas heranças deixadas pelo reformismo ilustrado luso-brasílico, em particular a História Natural, para os elementos da identidade nacional construída ao longo do século XIX. A escolha da produção e circulação de manuscritos e impressos como objeto, considerando assim a sua própria historicidade, pode ser vista ainda na perspectiva das discussões metodológicas relativas à constituição e delimitação de corpus documentais para a pesquisa histórica. Finalmente, problematizados à luz da história da cultura escrita, os fundos e coleções compreendidos no período são indissociáveis das práticas de governação imperial no auge da crise do antigo regime português. Tal constatação justifica a escolha do tema para o debate com a comunidade de especialistas em história colonial.

O CONHECIMENTO DA NATUREZA NOS MANUSCRITOS DO ARQUIVO NACIONAL

CLAUDIA BEATRIZ HEYNEMANN (ARQUIVO NACIONAL)
CBHEYNEMANN@GMAIL.COM

Uma história da escrita no século XVIII inclui a reflexão acerca das séries de manuscritos, recaindo com mais frequência sobre coleções de origem privada, portanto. Deve-se aqui acrescer a esse universo o conjunto sob esse aspecto, menos abordado, dos fundos de arquivo, de natureza pública. Nessa comunicação iremos nos dedicar, em códices e avulsos, às listas de produtos da história natural, às coleções que seguem da América para a Metrópole, às descrições de jardins botânicos, às recomendações aos naturalistas em um século balizado pelo discurso científico luso-brasileiro que certamente inclui o sistema de Lineu. Considera-se indissociável da própria ideia de Império a circulação desses papéis, sua mobilidade entre a América portuguesa e a Corte, e também na África e ao Oriente. O Arquivo Nacional conserva o mais expressivo acervo do país compreendido

no período; além de demonstrativos da própria trajetória dessas instituições, incluindo a sobrevivência e perenidade destes fundos, tais documentos correspondem a um modo de indexação da realidade, traçando uma cartografia do Império, a partir da sua produção, circulação, das rotas e hierarquias que estabelecem.

Palavras-chave: cultura escrita; arquivos; história natural; Império luso-brasileiro.

A HISTÓRIA NATURAL DE FREI VELOSO NO OLHAR DA BIBLIOTECA NACIONAL: TRAJETÓRIA DE UMA COLEÇÃO

NÍVIA POMBO (IFCH/UERJ/INCT – REDE PROPRIETAS)

NIVIAPOMBO@GMAIL.COM

A história da Real Biblioteca reserva um importante capítulo às coleções que a integraram a partir da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Destaco a recepção em 1811 da Coleção Frei José Mariano da Conceição Veloso, composta de 2.500 volumes advindos das atividades editoriais da Casa Literária do Arco do Cego. Composta por manuscritos, livros, gravuras e matrizes de cobre, a coleção resulta do esforço do reformismo ilustrado luso-brasílico em participar dos circuitos de produção do saber Iluminista no Setecentos. A importância deste acervo para a Biblioteca Nacional evidencia-se em muitas ações institucionais. Uma delas ocorreu em 2011, quando parte da Coleção passou a integrar programa Memória do Mundo da UNESCO. A relevância de um acervo não resulta apenas do contexto de sua produção. A Coleção Frei Veloso contém marcas de historicidade: quais tensões envolveram sua custódia? Como foi arranjada e vista pelos funcionários da instituição? Ao dedicarem atenção ao acervo legado por Frei Veloso, tais profissionais deixaram registros sobre ele, ao longo dos séculos XIX e XX. A comunicação tem como propósito perscrutar a história da Coleção no olhar da Biblioteca Nacional, ou seja, como a construção da memória deste acervo foi realizada por seus bibliotecários, funcionários e pesquisadores.

Palavras-chave: Frei Veloso; História Natural; Memória;

Coleções; Tipografia do Arco do Cego; Bibliotecas.

HORIZONTES POLÍTICOS E INTELECTUAIS DA CULTURA JOANINA: A ATUAÇÃO DE LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS NA FORMAÇÃO DO ACERVO REAL (1811-1821)

JULIANA GESUELLI MEIRELLES
(PUC-CAMPINAS/PÓS-DOUTORANDA/USP)
JUGMEIRELLES@GMAIL.COM

Esta comunicação problematizará a rede de interlocução interatlântica entre Luís Joaquim dos Santos Marrocos e seu pai Francisco José dos Santos Marrocos, a partir do estudo da troca de cartas entre eles. O foco mais específico da comunicação será centrado, sobretudo, na relação entre pai e filho em duas perspectivas de análise, constituídas a partir da perspectiva teórico-metodológica da História Social da Cultura Escrita. Primeiramente, tratarei acerca do trabalho intelectual e arquivístico de Marrocos, responsável pela constituição do acervo político e cultural da realeza relativo aos manuscritos reais que resultou na produção do Índice geral dos Manuscriptos da Bibliotheca da Coroa, em 1813, documento ainda pouco explorado pela historiografia. A seguir, discutirei alguns dos sentidos possíveis apresentado nas Cartas de Luís Joaquim – em âmbito público e privado – que regia a complexidade dessa relação, tecida através de uma rede interatlântica de comunicação. Terei como baliza a trajetória intelectual e política de ambos dentro da monarquia joanina (o pai residindo em Lisboa e o filho no Rio de Janeiro) no período, com vistas a compreender suas estratégias de interlocução política que permearam suas escolhas e interesses em busca de visibilidade na sociedade de corte joanina.

Palavras-chave: Luís Joaquim dos Santos Marrocos,
Manuscritos, circulação atlântica, corte joanina.

10. INSTITUIÇÕES, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONTEXTO ILUSTRADO LUSO- AMERICANO SETECENTISTA

MODERADORA: THAIS NÍVIA DE LIMA E FONSECA (UFMG)

A mesa redonda tem como objetivo analisar as relações entre a produção e circulação de saberes e as práticas educativas presentes em diferentes instituições no contexto ilustrado luso-americano setecentista. Naquele momento, métodos, saberes e práticas foram destacados como instrumentos de modernização e civilização pelo movimento de reformas levado a efeito pela administração pom-balina. As pretensões transformadoras, no entanto, estavam condicionadas pelas permanências de concepções ordenadoras da sociedade da época, e no seu desenvolvimento podem ser analisadas na oscilação entre os discursos de modernização diante das práticas de conservação. Ainda assim, algumas iniciativas trouxeram elementos de inovação em seus fundamentos. Para analisá-los, consideramos as ações de instituições como o colégio dos nobres, o ensino régio, as instituições militares e religiosas e os saberes que nelas circulavam e que as identificavam conforme seus objetivos e suas funções sociais e políticas.

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM CONVENTOS E RECOLHIMENTOS FEMININOS DA AMÉRICA PORTUGUESA

ANA CRISTINA PEREIRA LAGE (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI UFVJM- CAMPUS JK)
ANACRISTINAPEREIRALAGE@GMAIL.COM

Os conventos e recolhimentos femininos que existiram na América Portuguesa devem ser considerados instituições educativas pois, no interior desses espaços, acontecia o aprendizado de leituras, escritas, trabalhos manuais, etc. Detecta-se um número superior

de recolhimentos em relação ao de conventos, uma vez que o primeiro tipo somava 23 instituições e o segundo tipo seis instituições (sendo que três foram recolhimentos que se transformaram em conventos). Para além das especificidades, é necessário salientar a necessidade de se observar as semelhanças e diferenças entre estas instituições e perceber que a educação está imbrincada nas suas práticas. Assim, essa comunicação busca traçar um “Estado da Arte” acerca das investigações que envolvem os conventos e recolhimentos da América Portuguesa. Além disso, busca trabalhar com a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino e que pode elucidar os caminhos traçados e as práticas educativas dessas instituições. Parte-se do princípio que é necessário perceber uma totalidade e trabalhar com um jogo de escalas para comparar e compreender as diversas intencionalidades da busca feminina por esses espaços ao longo do período.

Palavras-chave: Instituições femininas; Conventos; Recolhimentos; Práticas Educativas.

COLÉGIO REAL DOS NOBRES: PARA INSTRUIR A MOCIDADE NO SERVIÇO DE DEUS E DOS SOBERANOS

ANTONIO CESAR DE ALMEIDA SANTOS (UFPR)
ACASANTOS1954@GMAIL.COM

Em 7 de março de 1761, o rei D. José, considerando que os estudos dos jovens fidalgos seriam “mais férteis”, se “cultivados em Colégios”, promulgou uma Carta de Lei com os Estatutos do Colégio Real dos Nobres. Apesar de ser considerada uma proposta pombalina malsucedida, a criação desta instituição permite apreender os saberes que se pretendia inculcar nos jovens destinados ao serviço régio, possibilitando ainda o estabelecimento de conexões entre esses saberes e os que circulavam no contexto da Ilustração europeia. Esta discussão

preocupa-se, assim, em abordar, no contexto português setecentista, o desejo de mudança expresso pela circulação desses saberes e as práticas reformadoras que eles propunham. Para este estudo, são utilizados documentos que tratam das reformas educacionais da segunda metade do século XVIII em Portugal, algumas obras que têm a instrução como objeto de reflexão e informações obtidas junto à historiografia que enfoca a situação do ensino voltado aos jovens nobres em outros estados europeus.

Palavras-chave: Ilustração; instrução; nobreza; colégio; Portugal.

ENSINO MILITAR LUSO-AMERICANO: UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIAS MILITARES CONECTADAS POR MEIO DOS MANUAIS

FRANCIS ALBERT COTTA (UEMG)

FRANCIS.EOD@GMAIL.COM

As Academias e Aulas Militares existentes em Portugal e na América portuguesa possuíam estatutos que orientavam a execução dos seus cursos, além de metodologias de ensino que envolviam as condutas desejadas dos lentes e discípulos. Os saberes (teóricos e práticos), que englobavam dimensões educativas e instrutivas, estavam inseridos em manuais militares previamente indicados, elaborados por franceses, italianos, prussianos, espanhóis e portugueses. Nas aulas realizadas na América vários lentes produziam e/ou orientavam a confecção de materiais didáticos pelos seus discípulos. Com base nos manuais indicados ocorriam adaptações locais. As práticas educativas, norteadas inicialmente por manuais de matrizes diversas, eram marcadas pela circulação de saberes, constituindo essas ações em momentos privilegiados para a percepção das conexões entre as histórias militares. Assim, esta proposta busca interpretar os elementos materiais da cultura (manuais e produções deles advindos) e seus significados identitários por meio das dinâmicas da educação e instrução militares na América portuguesa.

Palavras-chave: Educação Militar; Império Português; Práticas Educativas; Histórias Militares Conectadas.

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS: PRÁTICAS E LUGARES SOCIAIS

THAÍS NÍVIA DE LIMA E FONSECA (UFMG)

O objetivo desta comunicação é discutir a presença de diferentes instituições educativas na Capitania de Minas Gerais num contexto marcado pelas práticas de educação e instrução organizadas no âmbito da vida privada, e impactado pela implementação do ensino régio instituído no Império Português a partir das reformas pombalinas da educação, na segunda metade do século XVIII. As instituições educativas existentes –incluídas as aulas régias –atendiam a diferentes segmentos e sujeitos da sociedade mineira colonial e, a despeito das diferenças possíveis entre elas, estavam ligadas pelas concepções educativas culturalmente predominantes. Considerando-se esses elementos, pretende-se aqui desenvolver uma análise que contribua para o entendimento das dinâmicas que envolviam as instituições educativas existentes e suas relações com as instâncias de poder e os diferentes grupos sociais. As principais fontes utilizadas são documentos administrativos das esferas central e local, e documentos notariais.

Palavras-chave: Instituições educativas; ensino régio; história da educação; história social.

11. ¿ES POSIBLE UNA HISTORIA INDÍGENA DEL SIGLO XVIII-XIX?

APUNTES PARA UNA DISCUSIÓN

MODERADORA: KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO (UPE)

Los debates sobre las implicancias de una Historia Indígena y una Historia de los Indígenas se han centrado sobre el aspecto, no menor por cierto, de la visibilidad documental e interpretación y análisis de las acciones nativas considerando a las mismas desde marcos conceptuales propios de la indianidad y no siendo mediadas las interpretaciones por una situación colonial que sin ser dejada de lado sí exige no ser la que prime al momento de formulación de explicaciones. Por ello pensar cómo formular una Historia Indígena exige revisar, primero, cómo es que la Historia como disciplina aborda el rol de determinados personajes en el pasado, qué se concibe como pasado para aquellos y qué relación construyen los sujetos con sus comunidades y cómo es que éstas se relacionan, en este caso, con un aparato de dominación colonial. En un segundo lugar se torna necesario dilucidar cómo es que se constituyó el cuerpo documental que permite contar con datos, pistas e indicios sobre distintas acciones políticas, llevadas a cabo por los indígenas, que perturbaron el orden colonial primero y republicano luego. A continuación de estos dos ejercicios preliminares se impone la condición de cuestionar en qué medida aquellas informaciones son suficientes y/o relevantes para la reconstrucción de un pasado que en sí mismo posicione de modo activo a las poblaciones indígenas partiendo de considerar la relación sujeto-comunidad y cómo es que la misma se piensa a sí misma con relación a su pasado-futuro. Es decir, cómo y en qué medida diversos grupos indígenas pensaron y llevaron a cabo sus acciones y estrategias políticas en función de sus propios intereses y no como una reacción inercial a las disposiciones implementadas por los distintos dispositivos de poder. El objetivo de esta Mesa, por lo tanto, es contribuir al debate sobre la construcción de una Historia Indígena que torne posible abordar el problema de nociones propias de política y

cómo es que las mismas se alojan, disimuladas en algunas ocasiones y en otras invisibilizadas ex profeso, en el cuerpo documental existente y cómo es que éste último necesita de lecturas renovadoras que hagan posible desentrañar aquellas lógicas; aspecto que puede ser alcanzado desde una lectura que se proponga matizar la intencionalidad subyacente en el registro documental. Para ello la Mesa abordará regiones del Virreinato del Río de la Plata y del Virreinato del Brasil en dónde, distintos acervos documentales, registraron una notable actividad política. Las áreas ocupadas por las reducciones conforman un espacio desde donde es posible, mediante el análisis de diversos acontecimientos políticos acaecidos durante el siglo XVIII y comienzos del siglo XIX, no sólo cuestionar los límites de la administración española y portuguesa colonial, así como hispano-criolla, sino que genera un cuerpo de interrogantes que facilitan responder a las cuestiones señaladas al comienzo y desde ellas ponderar la viabilidad de formular una historia indígena para el siglo XVIII y comienzos del XIX.

¿ES POSIBLE LA CONSTRUCCIÓN DE UNA HISTORIA INDÍGENA DESDE LA DOCUMENTACIÓN COLONIAL? PERSPECTIVA INDÍGENA Y MÍSTICA IGNACIANA EN LAS ETNOGRAFÍAS CULTURALES JESUÍTICAS SOBRE EL CHACO DEL SIGLO XVIII

CARLOS DANIEL PAZ (FCH-UNCPBA)

YCHOALAY@GMAIL.COM

Algunos miembros de la Compañía de Jesús, a lo largo del siglo XVIII y con especial énfasis luego de la Expulsión de los territorios americanos, escribieron etnografías culturales notables en sí mismas por la densidad –en el sentido *geertziano*– de la información allí registrada; crónicas que son revisitadas constantemente en busca de información complementaria al registro documental elaborado por dispositivos de poder coloniales de carácter laico. Escritos, en dónde se hacen notar informaciones sobre casi todos los aspectos de la vida de las comunidades indígenas, narrados desde una proposición inconfundible que caracteriza a la escritura jesuítica y en dónde la mística ignaciana imprime un sesgo particular que debe de ser

reconsiderado para la construcción de una Historia Indígena para el período colonial. Esta comunicación, partiendo de este acuerdo mínimo, revisará la información contenida por aquellas etnografías culturales. Este ejercicio de lectura se llevará a cabo reexaminando aquellas informaciones de carácter etnográfico partiendo desde la mística ignaciana cuestionado, en segundo lugar, qué sentido poseyeron las acciones nativas para el sacerdote en su noción de ‘estar en el mundo sin ser mundano’ como parte de aquella premisa de ser indiferente para de ese modo alcanzar la *Ad maiorem Dei gloriam*. Esta interpelación a una parte del cuerpo documental permitirá entonces hacer dialogar los sentidos de distintas acciones nativas que movilizaron la reflexión ignaciana a partir de la fuerza dinámica interna proveniente de los exámenes de autoconsciencia que realizaban los sacerdotes, dando paso a una forma de conocer los procesos reflexivos que orientaron la escritura aquellos considerados *otros*.

OS MEMORIAIS INDÍGENAS MISSIONEIRO: A ESCRITA DOS GUARANI DEPOIS DOS JESUÍTAS (1767-1801)

EDUARDO S. NEUMANN (UFRGS)

EDUARDOSNEUMANN@GMAIL.COM

A expressiva quantidade de textos escritos pelos índios missioneiros, após a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis na América comprovam os novos usos que eles destinaram à sua competência alfabética. Nos papéis escritos com a letra dos índios - em guarani ou espanhol-, uma parcela da população manifestava suas opiniões e dúvidas, bem como procuravam intervir no rumo dos acontecimentos. Um exemplo esclarecedor são os memoriais. Nestes documentos, mais do que uma descrição de fatos e acontecimentos, há um sentido persuasivo do qual podemos extrair alguns aspectos dos modos de atuar dessa elite. São os testemunhos da capacidade de agir de um segmento letrado missioneiro. Estes papéis são reveladores a respeito das atitudes que eles adotaram diante das mudanças administrativas e territoriais em curso no Vice-Reinado do Rio da Prata. A prática da escrita permitiu aos indígenas missioneiros encaminharem tanto demandas individuais ou coletivas, comunicando os distúrbios causados pela má administração - civil ou religiosa - ,

às autoridades coloniais. Através desse recurso a elite letrada procurou estabelecer uma interlocução direta com os governadores e vice-reis. Estes memoriais permitem uma aproximação às lógicas políticas e as reações desses indígenas, frente ao cenário de intensas transformações em uma região de fronteira disputada pelas monarquias ibéricas.

Palavras-chave: memoriais indígenas, escrita guarani, expulsão dos jesuítas.

“A LIBERDADE DOS NATURAIS DESTA PROVÍNCIA”: ASPECTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA PLATINA DE PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX

KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO (UPE)

KARINA.MELO@UPE.BR

Nos primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e o vice-reino do Prata. Eles foram empreendidos tendo em vista a participação indígena junto aos serviços militares e a utilização de sua mão de obra e conhecimentos sobre o território e nas lidas com o gado. Distintas autoridades aprofundaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos índios e o destino de suas terras e bens. Em meio aos debates e tentativas práticas de recrutamento para o serviço militar figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre o território e sobre o manejo de rebanhos vacuns e cavaleiros. Espalhados em distintos arquivos, registros de cunho administrativo, legislativo e militar evidenciam aspectos importantes sobre o processo histórico de formação dos Estados argentino, brasileiro e

uruguaio, assim como permitem dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas pelos indígenas que habitavam a região limítrofe entre o vice-reino do Prata e a capitania do Rio Grande de São Pedro, a mais austral da América portuguesa. Experiências de contato e convívio entre os habitantes locais que circulavam pelo espaço dos limites platinos contribuíram para o sucesso e o fracasso de diferentes tentativas de agentes coloniais de expandir as fronteiras e apoderar-se dos recursos disponíveis no território. Ao mesmo tempo, vínculos políticos e identidades profissionais revelam estratégias desenvolvidas por setores considerados subalternos com o objetivo de sobreviver em um contexto de profundas transformações sociais.

Palavras-chave: experiências indígenas, fronteiras platinas, princípios do século XIX.

12. PRODUÇÃO GRÁFICA E PROCESSOS DE EDIÇÃO: INTERPRETAÇÃO E MATERIALIDADE SOCIAL DE MANUSCRITOS E IMPRESSOS

MODERADOR: RODRIGO BENTES MONTEIRO (UFF)

A digitalização crescente de fundos arquivísticos e bibliográficos, hoje facilmente consultados em plataformas eletrônicas, pode contribuir para se deixar de lado os caminhos mais lentos pelos quais os documentos vindos de outro tempo foram criados e construíram seus percursos. No entanto, os registros manuscritos e impressos provenientes do império luso-brasileiro possuem histórias particulares, tecidas por entre autorias de perfis variados e circunstâncias de produção distintas. Ao considerar as características físicas e os processos de recolha de informações de vária ordem para a elaboração de um registro hoje preservado, o grupo de pesquisa *Metamorphose* estimula estudos acadêmicos que valorizam, por uma perspectiva interdisciplinar, a materialidade social de manuscritos e impressos – entendida como análise da materialidade física dos documentos, de sua produção gráfica coletiva e seus processos de edição, bem como dos modos de organização textual e visual da informação registrada. Também se destacam as investigações dedicadas à compreensão de estratégias configuradoras das autorias intelectual e gráfica de textos e imagens, de forma associada a suas circulações. Desse modo se evidencia uma dimensão complementar das análises textual e iconográfica, reforçando a necessidade de fortalecer as instituições responsáveis pelas

guarda e preservação da documentação histórica. Procura-se valorizar esses vínculos profissionais, associados aos benefícios das novas tecnologias, para o exame de fontes escritas e visuais. Em especial, na linha de pesquisa “produção gráfica e processos de edição” se ressalta o estudo das circunstâncias de produção de manuscritos e impressos a partir do estudo da configuração visual da página, e dos processos de recolha de informações de ordem visual e/ou escrita que, metamorfoseadas, resultam no manuscrito ou impresso ora preservado. Para tal selecionamos para o debate três investigações com fontes de natureza diversa (manuscrita, cartográfica e impressa), situadas desde há 300 anos ao limiar do período colonial.

COMO SE FAZ UM ATLAS?! O PROJETO DE EDIÇÃO DO ATLAS DA SOCIEDADE REAL MARÍTIMA E MILITAR, CERCA DE 1800

IRIS KANTOR (USP/CNPQ)

IKANTOR@USP.BR

Iris Kantor perscruta o processo de edição de atlas em cerca de 1800, na Sociedade Real Marítima e Militar, criada por Rodrigo de Sousa Coutinho em 1798. A Sociedade empreendeu a feitura de dois atlas, um terrestre e outro celeste. Para tanto, foram contratados desenhadores e gravadores que trabalhavam para a Tipografia do Arco do Cego e na Imprensa Régia. A montagem da empresa editorial também contou com experimentados gravadores e artistas gráficos de origem inglesa e francesa. Por intermédio das chapas de cobre e da prova de impressão, Kantor reconstitui as etapas de confecção das imagens cartográficas que evidenciam não só os processos técnicos utilizados, mas também os critérios de bricolagem, as apropriações e a atualização das informações geográficas gravadas nos suportes materiais. Pretende também refletir sobre a presença dos atlas nas bibliotecas públicas e particulares, bem como nos gabinetes de governo.

Palavras-chave: Atlas; Império Português; Rodrigo de Sousa Coutinho.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE (1779-1853): EXPERIÊNCIA, CONTATOS E ERUDIÇÃO NOS TRABALHOS DE UM NATURALISTA

LORELAI BRILHANTE KURY (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/UERJ/CNPQ)
LOLAKURY@GMAIL.COM

Lorelai Kury pesquisa o material publicado pelo naturalista Auguste de Saint-Hilaire, a partir de suas expedições pelas capitanias de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande, entre 1816 e 1822. Embora o diário de viagem do autor não seja consultável, é possível perceber a composição dos volumes impressos, feita com anotações de campo, memórias e mapas manuscritos consultados *in loco*, informação oral, além de pesquisa em bibliotecas e acesso a informantes na França. Uma das principais fontes para suas narrativas de viagem foram os trabalhos inéditos de brasileiros formados na Universidade de Coimbra reformada, com quem pôde conviver durante sua estada no Brasil. Desse modo, os livros impressos são um amálgama de experiência *in loco*, contatos com brasileiros e de trabalho erudito, produzidos em diferentes épocas.

Palavras-chave: livros de viagens; impressos; Auguste de Saint-Hilaire.

OS IMPRESSOS NO CÓDICE. A RETÓRICA DE CITAÇÕES NO DISCURSO HISTÓRICO, E POLÍTICO

RODRIGO BENTES MONTEIRO (UFF/CNPQ)
RBENTESMONTEIRO@GMAIL.COM

Rodrigo Bentes Monteiro estuda o processo de elaboração do conhecido códice sobre a sublevação de Vila Rica em 1720, hoje depositado no Arquivo Público Mineiro. Para além da análise comparativa com outro manuscrito preservado na Universidade de São Paulo, percebe-se as muitas leituras de impressos realizadas pela autoria colaborativa dos textos, sendo possível identificar várias edições consultadas mediante a transcrição paleográfica. Por trás dos manuscritos, verifica-se a biblioteca existente em Ribeirão do Carmo, bem como o decoro e o cuidado na redação do *Discurso histórico, e político* como códice destinado a uma circulação restrita, no âmbito da casa nobiliárquica de Assumar e Alorna. Palavras-chave: manuscritos; leituras e citações; 3o conde de Assumar.

13. O QUE HÁ DE MODERNO NA HISTÓRIA COLONIAL?

MODERADOR: LUÍS FILIPE SILVÉRIO LIMA (UNIFESP)

O fenômeno colonial moderno está inserido nos quadros complexos das transformações que, em nível global, assinalaram a emergência do que denominamos, em termos historiográficos, período moderno. Se, por um lado, cada vez mais fica claro aos historiadores e historiadoras que se dedicam a esse período o fato de que não é possível mais continuar a pensá-lo em termos exclusivamente “europeus”, por outro lado cresce a consciência, entre os diferentes estudiosos dos contextos coloniais, de que também seus campos de pesquisa não se encontram mais delimitados pelas configurações “nacionais” que, ao longo do século passado, dominaram as investigações. Esta mesa se propõe a discutir a pertinência das relações entre os estudos voltados para o período colonial e aqueles que se dedicam, na divisão disciplinar tradicional, à história moderna. Os fenômenos e as sociedades que se formaram em todo o globo a partir do século XV estão presentes, mesmo que de forma desigual, no que chamamos de primeira modernidade. Em que medida as diferentes partes do mundo e seus habitantes, incluindo os espaços colonizados, conformaram esse período e esse conceito? O que há de moderno na forma como se construíram as relações entre os europeus e esses agentes fora da Europa? Como podemos mensurar mais efetivamente os impactos dos fenômenos ocorridos na Europa, nesse período, sobre as sociedades que se desenvolviam em outras regiões e, simultaneamente, como podemos avaliar os profundos impactos que essas sociedades, suas demandas e conflitos, provocaram sobre as sociedades europeias e suas produções sociais, culturais, intelectuais e simbólicas? Nosso objetivo é estimular, por meio dessas reflexões, as trocas e interações entre historiadores modernistas e colonialistas, de forma que nossos estudos possam dar conta dos desafios de uma História que se pensa, cada vez mais, em chaves globais. Com esse intuito, em 2020, foi fundada a H-Moderna (Rede Brasileira de Estudos em História Moderna) que congrega os pesquisadores e pesquisadoras

que, no Brasil, se dedicam ao estudo da Época Moderna. Assim a proposta de Mesa Redonda é também articular ainda mais essa rede para promover e fortalecer a pesquisa na área de História Moderna na academia brasileira a partir de uma perspectiva global que pense de modo transnacional os diferentes espaços geográficos e os problemas clássicos do campo, possibilitando uma visada ampla e renovada sobre os processos históricos entre os séculos XV e XVIII.

SOB A SOMBRA DA NAÇÃO: PARADIGMA NACIONALISTA E SEU IMPACTO SOBRE A HISTÓRIA MODERNA E A HISTÓRIA COLONIAL

MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO MACHEL (UFPE)

MARILIA.MACHEL@UFPE.BR

Essa comunicação busca apresentar uma análise sobre o impacto do paradigma nacionalista na construção dos campos de reflexão da história moderna e da história colonial. Acreditamos que graças à força desse paradigma historiográfico, apesar das frequentes evocações à necessidade de uma história global e transnacional, ainda hoje essas disciplinas continuam percorrendo caminhos paralelos que raramente se interconectam. Para tanto, nos dispomos a fazer uma reflexão sobre o caso dos estudos luso-brasileiros considerando a história da produção historiográfica sobre o Brasil colonial e da relação que esta estabeleceu, nas últimas décadas, com a historiografia sobre o Portugal moderno. Com isso procuraremos demonstrar como o problema do protagonismo histórico, construído a partir de bases ideológicas de cunho identitário e nacionalista, encontra-se no cerne da incomunicabilidade que vige entre esses dois campos de estudo.

Palavras-chave: estado-nação; história moderna; história colonial.

QUAIS OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO MILENARISMO? EM BUSCA DE UMA LINGUAGEM COMUM PARA A HISTÓRIA COLONIAL E MODERNA

LUÍS FILIPE SILVÉRIO LIMA (UNIFESP, CNPQ, FAPESP)

LFSLIMA@UNIFESP.BR

A partir da provocação (ou assim entendida por Bethencourt) de um debate (ou da ausência dele, segundo Subrahmanyam) sobre o milenarismo ser ou não a linguagem imperial portuguesa, pretendo discutir movimentos proféticos e discursos milenaristas que se alteraram e cruzaram entre Europa e América. Olharei, entretanto, não exclusivamente para o ultramar português, buscando também casos do Império Espanhol e Inglês, bem como sairei do Mediterrâneo e do Índico para me concentrar em eventos no Atlântico. A proposta é colocar em teste, por um lado, as hipóteses de que para superar os etnocentrismos de uma história nacional e comparada deve-se conectar casos numa perspectiva transnacional, e, por outro, refletir em que medida princípios da dita modernidade (racionalismo, desenfeitiçamento) não tornam opaco o entendimento das ideias modernas e da centralidade do “Novo Mundo” no “Velho”.

Palavras-chave: Histórias Conectadas; Milenarismo; Atlântico.

ENTRE A COLÔNIA PORTUGUESA E A MODERNIDADE EUROPEIA: O IMPACTO DE POTOSÍ NA APREENSÃO GEOGRÁFICA DA AMÉRICA

ANDRÉA DORÉ (UFPR)

ANDREADORE6@GMAIL.COM

Essa comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o impacto da descoberta e exploração da montanha de Potosí pelos espanhóis no vice-reino do Peru em três contextos: nas figurações geográficas sobre a América realizadas por portugueses; na sua tradução pela cartografia holandesa, responsável pela sistematização e divulgação de grande parte do saber geográfico no período; e na repercussão das notícias sobre a montanha nos projetos de ocupação das terras do Brasil. As fontes utilizadas são, sobretudo, mapas, cosmografias e relatos produzidos desde que os espanhóis encontraram Potosí, em 1545, até meados do século XVIII. Por meio desse recorte empírico aborda-se a história colonial em articulação com práticas mais amplas de apreensão da América, constitutivas da primeira modernidade.

Palavras-chave: tradução geográfica; primeira modernidade; Potosí.

“...PORQUE NON SOI LATINO Y NO ME PUDO AIUDAR DE LOS DE LATÍN”: CAMINHOS DA APROPRIAÇÃO DO HUMANISMO ERASMIANO NA AMÉRICA PORTUGUESA (1549-1563)

RUI LUÍS RODRIGUES (UNICAMP)

RUILUIS@MSN.COM

Pensar a época moderna em chave global significa estar atento a importantes intersecções nos diferentes campos da atividade historiográfica. Foi nas dinâmicas dos contatos entre as “quatro partes do mundo” (Gruzinski) que se produziu a própria consciência de uma modernidade. Esta comunicação pretende sinalizar um caminho

possível para o estudo da época moderna em chave global, ao investigar a presença, nas cartas jesuíticas produzidas na América portuguesa entre 1549 e 1563, de uma das ênfases centrais do humanismo erasmiano: a preocupação catequética. A partir do exame do *corpus* documental, veremos como a missão jesuítica inscreveu a América portuguesa no universo das preocupações eruditas então cultivadas na Europa; ao mesmo tempo, veremos que essa ação apropriativa, ao reler as preocupações humanísticas sob o sol dos trópicos, transmutou-as numa nova realidade discursiva, capaz de ação efetiva num contexto totalmente novo.

Palavras-chave: humanismo erasmiano; catequese jesuítica; missão na América portuguesa; apropriação.

14. FAMÍLIA E MULHERES NA EDUCAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA: MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS

MODERADOR: FABRÍCIO VINHAS MANINI ANGELO (UNI-BH)

A historiografia sobre História da Educação no período colonial brasileiro vem passando por diversas transformações nos últimos anos. No que tange aos seus agentes, às suas fontes, aos seus temas e às suas metodologias e estas mudanças têm se mostrado muito significativas, pois tem apontado para uma renovação das compreensões mais tradicionais da educação no período. Os novos pesquisadores do período romperam com abordagens tradicionais que enfatizam sobretudo o papel das ordens religiosas nos processos educativos na América portuguesa ou o papel do Estado na organização da educação colonial, principalmente após as reformas pombalinas. Neste sentido, é importante perceber que existem múltiplas fontes que registram as diversas práticas educativas presentes na América portuguesa. É importante perceber os diversos agentes educativos atuantes na América portuguesa como as irmandades religiosas leigas ou as oficinas nas quais era possível aprender ofícios mecânicos. Para perceber estes e outros momentos educativos no período e região em tela é fundamental abandonar a forma escolar como única instituição educativa legítima. Neste sentido, é fundamental perceber as famílias como espaço fundamental de aprendizagem de diversos conteúdos e valores, é no âmbito das famílias, compreendidas em seu sentido ampliado, que são empreendidas diversas

estratégias que buscaram garantir distinção por meio da educação para seus filhos ou descendentes. Para isso, os novos pesquisadores têm buscado analisar aquele passado em outras fontes como as cartórias (testamentos, inventários e contas de tutelas) que registram os modos com as famílias mobilizavam-se para buscar distinção aos seus filhos ou herdeiros. Neste sentido, é importante enfatizar, famílias e agentes relacionados a ela como pais, mulheres, mães, tutores, tios, padrinhos, filhos, primos, sobrinhos, agregados e etc. mobilizaram-se para garantir a educação como forma de distinção naquela sociedade. Portanto, faz-se necessário a proposição de uma mesa redonda que busque divulgar a contribuição destes novos estudos.

MULHERES DE FAMÍLIA EM TEMPOS DE COLÔNIA – ENTRE O PRESCRITO E O VIVIDO PARA A MANUTENÇÃO E EDUCAÇÃO DOS MENORES (SÃO LUÍS-MA)

KELLY LISLIE JULIO (UFMA)
KELLY_LISLIE@YAHOO.COM.BR

Esta comunicação tem como proposta dissertar sobre as ações femininas para a educação e subsistência da família, especialmente crianças e jovens no período colonial brasileiro. Para tal, tomar-se-á como princípio a concepção de que, no período em questão, a família e seus membros exerciam, para além da obrigação com o cuidado, o sustento e a criação das crianças e jovens, uma função educativa. Nesses termos, homens e mulheres tinham papéis ideais específicos a serem desempenhados. A intenção é apresentar esses papéis, especialmente aqueles determinados para as mulheres. Mas, além disso, problematizar essas atribuições imaginadas frente às questões do cotidiano. Para realizar tal intento, elegeu-se o cotidiano da cidade de São Luís, no Maranhão, no final do século XVIII e alguns indícios deixados em inventários e testamentos preservados na Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão – CADHTJEM e requerimentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizados pelo “Projeto Resgate”. Depois, de modo mais circunscrito, ater-se-á à família do Cirurgião Bento da Cunha e Mariana Mendes da Anunciação. No inventário de Bento há alguns indícios que evidenciam os investimentos e as

estratégias desenvolvidas na família para a educação e sobrevivência dos filhos, com destaque para aquelas realizadas após a morte do marido. Neste segundo momento do texto, a intenção é destacar elementos utilizados pela família para o sustento e manutenção de um certo status social e econômico. Alguns desses elementos foram construídos antes do falecimento do progenitor, mas a viúva se esforçou para conservar. Além desses aspectos, serão evidenciados também os diferentes tipos de educação ofertados para os quatro órfãos que ficaram em companhia da viúva tutora que, mesmo não sendo nomeada em testamento pelo marido, buscou a mercê régia para exercer tal função. Assim, a presente comunicação tenta contribuir para as discussões a respeito da família, do papel da mulher na dinâmica da sociedade e, principalmente, da noção de educação existente na sociedade luso-brasileira durante o período colonial.

Palavras-chave: Mulheres, Educação, São Luis-MA

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NO PERÍODO COLONIAL: RELAÇÕES DE PARENTESCO E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM MARIANA/MINAS GERAIS

LEANDRO SILVA DE PAULA (UFG)

DEPAULA@UFG.BR

Na América Portuguesa, as Ordenações Filipinas, código de leis aplicado tanto em Portugal quanto em suas colônias, delegavam aos pais responsabilidades e poderes sobre os filhos até que eles completassem 25 anos, se casassem ou então se emancipassem por algum outro motivo. Somente na ausência da figura paterna, é que crianças e jovens eram considerados órfãos. Nesse caso, as Ordenações Filipinas indicavam a escolha de tutores, para serem responsáveis pelos cuidados e pela administração dos bens pertencentes ao órfão. Em relação aos cuidados com os menores que ficavam órfãos estes eram fortemente determinados por questões de gênero, grupo social e idade. O objetivo deste artigo é investigar o papel e a influência dos tutores na educação e na inserção social de órfãos a partir da relação existente entre os laços de parentesco e as possíveis estratégias educativas adotadas no período da tutela no termo de Mariana (1790-1822). Tutores que possuíam laços afetivos com seus tutelados

– por exemplo, as mães dos órfãos –, desempenhavam o exercício da tutela com maior empenho e recorriam mais intensamente a possíveis estratégias do que aqueles que não possuíam relacionamentos sociais anteriores à tutela? Nos casos dos tios, avôs ou desconhecidos que assumiram a tutela e foram além do que era exigido pela lei, quais estratégias ou tendências podem ser observadas na escolha de uma educação dos órfãos voltada para as letras ou para o trabalho? Qual a relação existente entre os laços de parentesco entre tutores e órfãos e o tipo de educação encaminhada durante a tutela? Através de uma ampla análise documental em inventários, testamentos e contas de tutela, constatei que os laços de proximidade ou de parentesco possibilitavam uma melhor percepção dos tutores sobre as habilidades e características de cada órfão, tornando-se um diferencial na educação dos tutelados.

Palavras-chave: Tutores, Mariana, Minas Gerais, Século XVIII.

LEGADOS EDUCATIVOS: AS HERANÇAS DOS HOMENS RICOS DE TRÊS COMARCAS DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

TALITHA MARIA BRANDÃO GORGULHO (UFMG/CAPES)

TALITHAGORGULHO@YAHOO.COM.BR

O trabalho que ora apresento, parte da minha pesquisa de doutorado, se propõe analisar os tipos os legados relativos à educação deixados pelos *Homens Ricos* das comarcas do Rio das Velhas, do Rio das Morte e de Vila Rica entre os anos de 1750 e 1809. As principais fontes utilizadas para esse estudo são a Lista dos homens mais ricos da capitania, de 1756, juntamente com os inventários e testamentos de alguns dos sujeitos que nela aparecem. Para a realização das análises, adoto conceitos, de educação e de legado, mais ampliados. Como educação estou entendendo tanto as de natureza escolar e não escolar, direcionadas de forma individual a descendentes e agregados, quanto um tipo de educação que se destina, em alguma medida, a sociedade, observando o papel educador das elites locais. Por legado, entendo não apenas o que foi explicitamente deixado nos testamentos e inventários como herança, mas também os preceitos educativos realizados em vida pelos inventariantes e testadores. A

intenção neste trabalho é discutir o papel que os legados educativos tinham na manutenção, fortalecimento e ampliação dessas camadas mais privilegiadas da sociedade mineira setecentista, a partir de mapeamento, quantificação e análise deles.

Palavras-chave: Família, Homens Ricos, Legados, Minas Gerais, século XVIII.

FAMÍLIAS E SUAS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS EM MINAS COLONIAL (1710-1780)

FABRÍCIO VINHAS MANINI ANGELO (UNI-BH)

FABRICIOVINHAS@GMAIL.COM

O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias educativas das famílias dos termos das vilas de Sabará e de Vila Rica entre 1710 e 1780. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental de modo que foi posto em exame o conjunto de testamentos registrados nessas vilas ao longo do século XVIII. Os testamentos escolhidos a partir amostra aleatória simples a partir de um acervo disponível. Primeiramente, buscou-se analisar as estratégias educativas empreendidas pelas famílias daquele tempo e, com isso, compreender o papel que a família assume na trajetória educacional das futuras gerações, isto é, busca-se compreender as estratégias educativas das famílias em relação à sua descendência. Para traçar esta análise buscou-se dialogar criticamente com o aparato teórico-metodológico cunhado por Pierre Bourdieu em outro contexto histórico. A partir dessa metodologia e referencial teórico, é possível perceber que as estratégias educativas destas famílias permitiram às famílias educarem seus herdeiros e que a educação para estas famílias funcionava como uma herança, como um legado que permitia alcançar uma certa distinção social ou sua manutenção. Neste caso, um estudo de trajetória que combina abordagens qualitativa e microanalítica apresenta toda a sua potencialidade na compreensão do objeto aqui proposto. A pesquisa em História da Educação para América portuguesa é bastante rarefeita, e, por isso, urge um trabalho que busque compreender o papel da família do século XVIII na transmissão da educação como herança às gerações futuras.

Palavras-chave: Estratégias Educativas, História da Família, Testamentos, Minas Gerais, Século XVIII.

15. PRESENÇA JESUÍTICA E EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE: PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE AMÉRICA PORTUGUESA E ÁSIA

MODERADOR: FÁBIO EDUARDO CRESSONI (UNILAB)

O objetivo desta mesa redonda é discutir a relação entre a presença jesuítica nos continentes americano e asiático, a partir de uma perspectiva educacional comparada. Buscamos apresentar os fundamentos, instituições, sujeitos e práticas relacionadas a estes processos para, em seguida, analisá-los por intermédio das ações catequético-educativas desempenhadas pela Companhia de Jesus. Pretendemos avaliar as semelhanças e diferenças entre as missões desempenhadas nestas duas geografias, bem como as continuidades e rupturas presentes no decorrer dos diferentes ritmos que marcam o desenrolar do tempo histórico em meio a estas espacialidades. Para efetivar esta ação, nos propomos a utilizar diferentes fontes produzidas no interior desta ordem religiosa, bem como na sua relação com o Império português diante da política do Padroado, a partir dos processos de expansão ultramarina e consolidação da modernidade. Desta forma, diferentes jogos de escala são adotados, a fim de identificar e problematizar as alteridades produzidas no interior de cada missão diante das intenções educacionais impostas pela Companhia de Jesus na América portuguesa e na Ásia. Desta forma, propomos debater as estratégias educativas desta ordem, bem como seus resultados, a partir do estudo de suas mais variadas formas de escrita e difusão dos registros destas missões.

A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E O CONCÍLIO DE TRENTO

CÉLIO JUVENAL COSTA (UEM)

CELIOJUVENALCOSTA@GMAIL.COM

Objetiva-se apresentar uma reflexão sobre a fundação da Universidade de Évora, em 1559, e sua relação com os ventos renovadores da Igreja Romana, emanados do Concílio de Trento (1545-1563). A chegada da Companhia de Jesus em Portugal, em 1540, representou, dentre outras coisas, o início dos trabalhos de uma ordem religiosa atenuada com o processo de renovação da Igreja Romana, iniciado, de fato, pelo papa Paulo V, em terras de um reino que foi um dos subscritores do concílio tridentino, pois era um estado vassalo do estado papal. Um dos momentos mais significativos da relação dos jesuítas com Portugal foi a entrega, por parte de D. Henrique, irmão do rei D. João III, do Colégio do Espírito Santo, na cidade de Évora, para a Companhia de Jesus, e sua posterior transformação em Estudo Geral, ou seja, em universidade. Foi a primeira, e única, universidade em Portugal além da real universidade de Coimbra até o século XVIII. Na Universidade de Évora priorizou-se o curso de Teologia Moral, ou Casos de Consciência, que objetivava formar para o exercício do sacerdócio. A hipótese que move a pesquisa é a de que o clero que se queria formar em Évora era o diocesano, ou o clero secular, pois eram aqueles padres que trabalhavam nas paróquias diretamente com os fiéis. O curso de Teologia que continuaria formando padres para diversas funções era o que se dava em Coimbra, o qual contava com uma solidez maior em termos de outras disciplinas e mestrado e doutorado. O projeto de Évora parece ser o objetivo, digamos “estatal”, de D. Henrique, de reformar o clero secular em terras lusitanas e, também, d’além mar, no caso específico, da América Portuguesa. A título de exemplo, nas cartas que os jesuítas escreveram na primeira década do Brasil para Portugal e para Roma é comum encontrar críticas ao “mau cristianismo” dos padres seculares, os quais serviam de mau exemplo para o restante dos portugueses que aqui se encontravam. Assim, era preciso, seguindo os passos e as determinações de Trento, corrigir, emendar, reformar o clero secular, pois, por meio dele, era possível atender de forma mais eficaz, tornando-se bons exemplos, os fiéis, para que eles não se deixassem levar pela onda protestante.

“EMBARCAR A OUTREM, QUE PODE ANDAR PELOS SEUS PES. AIMOAR”: O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO PADRE TAPUITINGA ANSELMO ECKART NA AMAZÔNIA PORTUGUESA (1753-1757)

KARL HEINZ ARENZ (UFPA)

KARLARENZ@UFPA.BR

Na década de 1750, poucos anos antes da expulsão definitiva da Companhia de Jesus do Estado do Grão-Pará e Maranhão, chegaram a esta vasta região no norte da América portuguesa, vários missionários originários da Europa Central, conhecidos como tapuitinga. Nos propomos, nessa comunicação, a seguir a trajetória de um deles, o padre Anselmo Eckart, no sentido de analisar o processo de sua familiarização com as línguas e os costumes de diversos grupos indígenas, tal como ela transparece em suas anotações pessoais e na sua produção de material linguístico. Como principais fontes – das quais algumas ainda inéditas – usamos: a pasta contendo as notas do padre tapuitinga (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa), o chamado Dicionário de 1756, de sua autoria ou coautoria (Stadtbibliothek Trier, Alemanha) e o inventário do acervo da biblioteca do Colégio de Belém, onde Eckart permaneceu no início de sua estada (Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma). As referidas fontes permitem perceber as estratégias de aproximação, tanto intelectual quanto vivencial, de um missionário recém-chegado ao(s) universo(s) indígena(s) amazônicos em meados do século XVIII. As múltiplas referências ao cotidiano dos índios em diversos contextos coloniais evidenciam seu zelo de lidar com este ambiente até então desconhecido. Além disso, enfocamos o quanto esse processo de aprendizagem jesuítico entrou em conflito aberto com certas disposições da nova legislação pombalina, como a interdição do uso da Língua Geral de matriz tupi e a insistência na “civilização” – um conceito novo – dos indígenas na Amazônia lusa.

Palavras-chave: Amazônia portuguesa, padres tapuitinga, povos indígenas, mediação cultural, reformas pombalinas.

A FUNDAÇÃO DOS COLÉGIOS DE GOA E MACAU: ESTRATÉGIAS JESUÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA ÁSIA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI E XVII)

CÉLIA CRISTINA DA SILVA TAVARES (UERJ)
CELIATAVARES@UOL.COM.BR

O objetivo central da Mesa Redonda é dar instrumentos para se fazer uma comparação da ação jesuítica em termos educacionais em regiões distantes entre si, mas coordenada pela Companhia de Jesus: América e Ásia portuguesas. Dessa forma, a presente comunicação tem o objetivo de apresentar as características gerais da fundação de dois importantes colégios nas cidades de Goa- na Índia – e Macau – na China. Será apresentado o contexto que levou à consolidação dos colégios nestas duas cidades de domínio português, demarcando características específicas de cada uma para promover a comparação com outras experiências desenvolvidas na América portuguesa, nos séculos XVI e XVII.

Palavras-chave: Amazônia portuguesa, padres tapuitinga, povos indígenas, mediação cultural, reformas pombalinas

PARA TUDO DIZEM PÂ E AO MESMO TEMPO AANI: O PROBLEMA DA ALTERIDADE JESUÍTICA E DA INTERCULTURALIDADE FUNCIONAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

FÁBIO EDUARDO CRESSONI (UNILAB)
CRESSONI@UNILAB.EDU.BR

O objetivo desta comunicação é pensar os pressupostos da missão na América portuguesa quinhentista, no que diz respeito ao processo catequético-educativo desenvolvido em função da mediação cultural estabelecida com os *Tupinambá*, a partir dos primeiros contatos realizados em parte da costa brasileira. Nesse sentido, iremos analisar os fundamentos do agir jesuítico em consonância com a noção de *devotio moderna* e a política do Padroado.

Demonstraremos, pois, como a ortopraxia inaciana produz uma alteridade em relação ao *Outro* (indígena), que se articulava a lógica intercultural funcional do Estado português, a partir da expansão do Império. A fonte utilizada para a constituição desta reflexão será o *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556), texto escrito pelo padre Manoel da Nóbrega pouco tempo depois de seu estabelecimento na colônia. A justificativa para a adoção deste documento se fundamenta no fato do cerne do texto gravitar em torno da seguinte questão: pode ou não o indígena ser convertido e, portanto, salvo? Outras perguntas que se sucedem, tais como por quais métodos e quais as dificuldades desse processo educativo, são a chave para junção deste documento ao objetivo explicitado. O caminho teórico-metodológico percorrido, ao partir das contribuições da história das religiões, da teoria literária, da antropologia, da nova história indígena e do pensamento decolonial, indicia a hipótese apresentada acerca da relação entre a alteridade jesuítica e a interculturalidade funcional inerte ao Estado português. Desta forma, esperamos poder contribuir para o debate relativo aos processos catequético-educativos na América portuguesa, bem como em outros espaços, ao longo do Antigo Regime, por meio da perspectiva comparada, conforme propomos por meio desta e das demais comunicações que integram esta mesa-redonda.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Alteridade; Interculturalidade; América portuguesa.

16. LUGARES DA AMÉRICA NA PRIMEIRA MODERNIDADE

MODERADOR: LUIZ ESTEVAM DE OLIVEIRA FERNANDES (UFOP)

Pretendemos analisar os lugares ocupados pela América e seus habitantes nas lógicas da Primeira Modernidade, em especial nos escritos de viajantes ou cronistas que descreveram situações ou descreveram suas vivências deste lado do mundo. Num primeiro momento, pensaremos o lugar da América entre viajantes que realizaram - ou afirmaram ter realizado - voltas ao mundo. Entre os relatos selecionados, estão a “Viaje alrededor del mundo”, de Martín Ignacio Loyola, a “Viage del Mundo”, de Pedro Ordóñez de Ceballos e os “Infortunios de Alonso Ramírez”, publicado pelo erudito novo-hispano Carlos de Sigüenza y Góngora. Em seguida, discutiremos a crônica de Juan Rodríguez Freyle (El Carnero, 1636-1638) com base na noção de “extraordinário” (e seu antônimo, “ordinário”) em dupla dimensão: como aquilo que está fora da ordem e que é também singular. Essa chave de análise será aplicada tanto à crônica em si, e ao lugar que ela ocuparia no rol de relatos sobre a “conquista e descobrimento”, nesta ordem; quanto às próprias histórias e casos narrados por Juan Rodríguez Freyle, e a seus lugares na sociedade que se formou ao longo dos primeiros cem anos da fundação de Santa Fé de Bogotá. Daí a noção de “lugar” indicando 1) a circunscrição, ou não, do relato de Freyle nas crônicas de “descobrimento e conquista” e nas narrativas europeias sobre a América; e 2) a circunscrição, ou não, dos casos contados nas expectativas de ordem e regularidade para sociedades americanas durante o período colonial. Por fim, analisaremos narrativas que usaram a tópica do maravilhoso, do fabuloso, do prodigioso e do monstruoso, criando uma geografia e uma etnografia imaginária sobre o Novo Mundo. Nossa

hipótese procura se distanciar das teses consolidadas sobre o assunto que reafirmam o binômio remoto/maravilha vs. próximo/experiência. A documentação situa a América num lugar que, via territórios e povos do maravilhoso e seus pressupostos de racionalidade, criaram lógicas de produção de presença. A partir desses múltiplos lugares, reais e imaginados, pretendemos discutir o papel do continente e de suas gentes na constituição de lógicas de racionalidade, ordem e configuração da Primeira Modernidade.

“BARBAROS, COMO LOS DE NUESTRAS INDIAS”: O LUGAR DA AMÉRICA E DOS AMERICANOS NOS RELATOS DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO (SÉCULO XVII)

LUÍS GUILHERME ASSIS KALIL (UFRRJ)

A apresentação busca analisar relatos de viagens ao redor do globo publicados ao longo do século XVII, como a *Viaje alrededor del mundo* (Martín Ignacio Loyola, c. 1600), a *Viage del Mundo* (Pedro Ordóñez de Ceballos, 1614), a *Voyage en Afrique, Asie, Indes Orientales & Occidentales* (Jean Mocquet, 1617) e a *Peregrinación del Mundo* (Pedro Cubero, 1682). A partir de obras até hoje pouco estudadas e que escapam aos recortes tradicionais de pesquisa, por não se limitarem a uma colônia, Império ou continente específico, pretendemos abordar quais são os lugares ocupados pela América e os americanos em relação ao resto do mundo. Dessa forma, sugerimos que a experiência americana durante a Primeira Modernidade estabelece relações muito mais amplas e complexas, sendo fundamentais para a compreensão de eventos, comportamentos e interpretações nas quatro partes do globo.

Palavras-chave: crônicas coloniais; América; circum-navegação; Novo Mundo.

UMA HISTÓRIA FORA DE LUGAR? UMA (EXTRA)ORDINÁRIA CRÔNICA SEISCENTISTA SOBRE A FUNDAÇÃO DE BOGOTÁ

ANDERSON ROBERTI DOS REIS (UFMT)

O objetivo desta comunicação é propor uma interpretação da crônica *Conquista y Descubrimiento del Nuevo Reino de Granada*, escrita por Juan Freyle Rodríguez entre 1636 e 1638 em Santa Fé de Bogotá. Conhecida pelo título de *El Carnero*, tal obra tem uma especificidade se comparada a outras crônicas do período: ao invés de narrar os grandes feitos e façanhas de descobridores, conquistadores e missionários, ela faz desfilar casos pouco exemplares, de sujeitos os mais diversos da sociedade bogotana. Valendo-me dessas historietas, e da referida especificidade que considero justificar a presente investigação, tomarei como objeto de análise a noção de “extraordinário” (e seu antônimo: ordinário) em dupla dimensão: como aquilo que está fora da ordem e que é também singular. A fim de pensar os lugares da América na primeira modernidade, essa chave analítica será aplicada tanto à crônica em si, e ao lugar que ela ocuparia no rol de relatos sobre a “conquista e descobrimento”; quanto às próprias histórias e casos narrados por Juan Rodríguez Freyle, e a seus lugares na sociedade que se formou ao longo dos primeiros cem anos após a fundação de Santa Fé de Bogotá.

Palavras-chave: *El Carnero*; crônicas; Santa Fé de Bogotá; primeira modernidade.

O IMAGINÁRIO DO MARAVILHOSO NA HISTÓRIA DA AMÉRICA

LUIZ ESTEVAM DE OLIVEIRA FERNANDES (UFOP)

LEOF79@GMAIL.COM

O maravilhoso é uma categoria de compreensão do mundo presente nas narrativas europeias desde a Antiguidade. Mas nem por isso o que se entendia por maravilha foi sempre a mesma coisa. Nesta apresentação, faremos um mapeamento das categorias do maravilhoso como geografia desde o fim do medievo até a primeira metade do século XVI. Analisando a historiografia sobre o assunto (Sergio Buarque de Holanda, Giucci, Greeblatt, Kiening etc.), bem como documentação clássica do tema (como as buscas por Quivira, Cibola, Eldorado etc), analisaremos características do discurso do maravilhoso.

Em especial, passaremos em revista a ideia a) de sua adesão ao real e ao imediato, a capacidade, por vezes, metódica de observação, animada e em certa forma pragmática como uma lógica arcaica; 2) o binômio maravilha/distância vs. fim da maravilha/experiência; 3) a noção de ser uma brecha da compreensão contextual numa elusiva e ambígua experiência do mundo material.

Palavras-chave: Maravilhoso, geografia, historiografia, epistemologia.

17. BRASIL HOLANDÊS: COTIDIANO, HISTORIOGRAFIA E AMBIGUIDADES

MODERADOR: RÔMULO LUIZ XAVIER DO NASCIMENTO (UFPE)

Ainda que muito tenha se escrito sobre a presença neerlandesa no Brasil, suas consequências e representações, o tema está longe de ser lugar-comum. Pelo contrário, à luz de novos pontos de vista, a presença holandesa nas capitânicas do norte suscita interpretações que não se circunscrevem a esse espaço. O tema mexe com a África, América portuguesa e parte da Europa, sendo considerado *par excellence* um assunto que exemplifica aquilo que chamaríamos de uma história atlântica. Dessa forma, a mesa em tela tem como proposta percorrer histórias que se situam dos dois lados do Atlântico. Do lado da América portuguesa, discutiremos o cotidiano escravo sob o governo da Companhia das Índias Ocidentais no que concerne, sobretudo, às ambiguidades legais que incidiam sobre o cativo. Também trataremos do drama dos moradores subordinados à Companhia que, ora cooperavam e ora se insurgiam contra ela, numa espécie de ambivalência política face ao domínio batavo. Por fim, no campo fértil e sempre necessário da discussão historiográfica, discutiremos a maneira como a guerra holandesa foi contada em Portugal e Espanha.

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA HISTÓRICA DA GUERRA HOLANDESA NO SÉCULO XVII

KLEBER CLEMENTINO DA SILVA (UFRPE)

KLEBERCLEMENTINO1@GMAIL.COM

A comunicação proposta discutirá o modo como se pensava o passado e se escrevia a História no Antigo Regime ibérico. Na escrita da história do século XVII, o historiador cumpria papel específico na divisão do trabalho historiográfico: enquanto outros reportavam os eventos, em relações e opúsculos, a ele cabia engrandecê-los e imortalizá-los em obras geralmente publicadas em in-folio, escritas em linguagem julgada apropriada à dignidade do livro histórico, fixando exemplos para seu tempo presente e diretrizes para a posteridade.

Para caracterizar esta peculiaridade da escrita da história, serão examinadas seis obras lusocastelhanas, produzidas entre 1625 e 1698 (como a *Nova Lusitania*, de Brito Freyre, e o *Castrioto Lusitano*, de Raphael de Jesus), cujos conteúdos tematizam a Guerra Holandesa (1624-1654). Em conjunto, tais textos inscreverão esta guerra, seus episódios e heróis no cânone da história portuguesa e, mais tarde, brasileira.

Palavras-chave: Guerra Holandesa, Escrita da História, Política.

AMBIVALÊNCIAS POLÍTICAS EM FACE DO DOMÍNIO HOLANDÊS NAS CAPITANIAS DO NORTE (1630-1654)

REGINA DE CARVALHO RIBEIRO DA COSTA (UFF)

REGININHACRIBEIRO@GMAIL.COM

Pensar a história da dominação neerlandesa nas capitanias do Norte seiscentistas (1630-1654) sob o ponto de vista dos habitantes do espaço colonial é o objetivo da comunicação. Trata-se de lançar luz sobre as ambivalências políticas dos colonos, as quais se traduziam em atitudes que variavam da resistência velada à colaboração explícita para o estabelecimento dos holandeses. O exame da atuação dos personagens históricos no contexto incerto, através da microanálise, permite perceber como os luso-brasileiros titubeavam entre compactuar com a dominação holandesa ou defender o restabelecimento do poder português na região, passando de um extremo ao outro conforme as conveniências momentâneas. Caso mais conhecido é de João Fernandes Vieira, colaborador do governo nassoviano que terminou por lutar contra os holandeses na insurreição pernambucana. Vasculhar a riqueza documental do período, sobretudo crônicas coloniais, papéis administrativos, documentação indígena, fontes inquisitoriais, revela uma miríade; dessa história que, entre idas e vindas, deserções e alianças, se tornaram peças-chave para a permanência dos flamengos por mais de duas décadas em solo colonial.

Palavras-chave: Brasil holandês; Ambivalência política; colaboração; resistência; aliança; dissimulação.

COTIDIANO DO TRÁFICO NO BRASIL HOLANDÊS

RÔMULO LUIZ XAVIER DO NASCIMENTO (UFPE)

ROMULO.XNASCIMENTO@UFPE.BR

Muito embora os holandeses estivessem (principalmente no papel de financiadores) envolvidos no tráfico de escravos desde o início do século XVII, foi só durante a ocupação do litoral nordestino que esse comércio se fez mais intenso. Dessa forma, foi a partir de seu centro político na América portuguesa, o Recife, que a Companhia das Índias Ocidentais passou a operar sucessivas viagens entre Pernambuco, a costa da Guiné e Angola. A presente comunicação individual, lastreada em fontes holandesas coevas (Atas do Alto Conselho no Brasil e as Cartas do Brasil), tem a finalidade maior de narrar esse cotidiano do tráfico. Nesse sentido, abordaremos questões como tipos de embarcações utilizadas, frequência no porto do Recife, quantidade de escravos transportados, leilão e preço dos cativos vendidos na praça do Recife. Teremos, sobretudo, uma tendência a destacar o papel do porto do Recife no Atlântico Sul nesse momento (entre 1637-1645), lembrando de incluí-lo numa discussão mais ampla sobre portos levantada por Russel-Wood.

Palavras-chave: Brasil holandês; portos; tráfico de escravos; embarcações; Recife; África.

.....
DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

18. CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, LIVROS, OBJETOS E NOTÍCIAS ENTRE O BRASIL E OS TERRITÓRIOS DA MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1668)

MODERADORA: ANA PAULA MEGIANI (USP)

Durante o período em que o Brasil esteve integrado à Monarquia Hispânica (1580-1640) e os anos posteriores marcados pela Guerra de Restauração portuguesa, desenvolveram-se intensos intercâmbios entre o território da América portuguesa, Europa e os domínios hispânicos da América. Grupos de comerciantes, contingentes militares e membros das elites administrativas interessados em conseguir mercês circularam entre esses espaços e levaram consigo livros, ideias e experiências. As comunicações desta mesa apresentam os resultados alcançados durante a vigência do projeto desenvolvido coletivamente entre 2017 e 2020, que teve como objetivo identificar e seguir alguns dos protagonistas destes intercâmbios e reconstruir as rotas seguidas por algumas pessoas, livros, notícias e objetos que circularam, buscando perscrutar as marcas de sua presença nos lugares até onde chegaram.

BRASILIENSES CORTESANOS. CIRCULACIÓN DE PERSONAS ENTRE EL ESTADO DE BRASIL Y LA CORTE DE LOS HABSBURGO EN LOS AÑOS DE LA UNIÓN DE CORONAS (1580-1640)

JOSÉ MANUEL SANTOS (UNIVERSIDAD DE SALAMANCA/
MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN)
MANUEL@USAL.ES

Durante los años de la Unión de las coronas portuguesa y española, entre 1580 y 1640, muchos personajes ligados a la América portuguesa pasaron por la corte de los Habsburgo en sus dos sedes de Valladolid y Madrid. Bien sea por razones políticas, económicas, en virtud del cargo, presentación de proyectos y arbitrios, o por petición de mercedes y privilegios, numerosos políticos, comerciantes, misioneros y altas dignidades entendieron que, a pesar de la autonomía portuguesa, era mejor defender sus planes y realizar sus peticiones en las más altas instancias del poder y a veces ante el mismo rey. Desde Gabriel Soares de Sousa en 1587, hasta Antonio Ruiz de Montoya en 1638, las numerosas visitas fueron documentadas, pudiendo tener ahora un cuadro más exacto que nos ayuda a completar el conocimiento del interesante campo de las representaciones que se fueron creando en la corte sobre los territorios portugueses en América. Igualmente, empezamos a conocer el impacto que tuvo la visita a la lejana y todopoderosa máquina del centro del poder de la Monarquía Hispánica en los habitantes del Estado do Brasil y en las reformas políticas que se llevaron a cabo, después de estas visitas, en el territorio luso-americano.

Palabras clave: Brasil, América portuguesa, Unión de coronas ibéricas, periodo filipino, la corte de los Habsburgo, Soares de Sousa, Antonio Montoya, Diogo de Campos Moreno, Francisco de Sousa.

PROIBIDOS, ESCRAVIZADOS E TRATANTES: OS PERSONAGENS DO CAMINHO DE SÃO PAULO AO PARAGUAI EM TEMPOS DE MONARQUIA HISPÂNICA (1580-1640)

JOSÉ CARLOS VILARDAGA (UNIFESP)

ZECAVILARDAGA@GMAIL.COM

O caminho que conectava São Paulo ao Paraguai fez-se sobre antigas rotas indígenas e alternava percursos terrestres e fluviais. Apropriado pelos colonizadores luso-castelhanos desde os anos 1550, assim mesmo foi sistematicamente proibido pelas autoridades portuguesas e castelhanas. Contudo, no contexto da chamada União Ibérica (1580-1640), acompanhando processos de interiorização, e a estruturação de rotas comerciais articuladas pela prata potosina e pelos mercados regionais em formação, este caminho - marginal em relação ao caminho de Buenos Aires a Potosí -, passou a ser mais amplamente utilizado como alternativa aos que pretendiam chegar aos contrafortes andinos. Nele, uma rede de vilas, aldeias, portos, minas e reduções articulou uma espacialidade colonial luso-castelhana atravessada por alianças e conflitos. Buscaremos apresentar um perfil dos personagens que circularam em contrabando, em ambas as direções, pela chamada “via proibida” de São Paulo neste período. Através de processos judiciais, visitas, cartas jesuíticas, atas de câmara e cabildo, e inventários, descortinam-se autoridades, aventureiros, clérigos, tratantes, “bandeirantes”, e escravizados negros e indígenas.

Palavras-chave: São Paulo colonial; Província do Paraguai;

Espaço; Caminhos coloniais; Conexões; Contrabando.

EMBAJADAS Y EMBAJADORES ENTRE EL REINO DEL KONGO Y LA SANTA SEDE, SIGLO XVII

JOSÉ LUIS RUIZ-PEINADO ALONSO (UNIVERSIDAD DE BARCELONA/
MINISTERIO DE CIENCIA E INNOVACIÓN.)
LUIGIRUIZPEINADO@UB.EDU

El contacto entre europeos y africanos dará lugar a un complejo entramado de relaciones de gran calado. De esta forma, la aceptación del cristianismo y el inicio de la evangelización del Reino del Kongo han de ser visto desde la perspectiva de intercambios religiosos, como un gran mercado de almas, junto a al establecimiento de nuevas redes comerciales y militares que permitió aproximar ambos mundos atlánticos. El canónigo de Valencia y Arcediano de Alcira, Juan Bautista Vives o Juan de Valencia era agente del Mani Kongo y a partir de la muerte del enviado del rey paso a ser el embajador en Europa. Él fue quien solicitó el despacho de la embajada de capuchinos para el Congo ante las autoridades del Vaticano. Varios Papas tuvieron interés en enviar misioneros al Kongo; Paulo V, Gregorio XV, Urbano VIII y Inocencio X. Las cartas enviadas por los espías portugueses en el Vaticano nos dan cuenta de la inquietud portuguesa tras la guerra de independencia de que el fin último de las misiones de los capuchinos no fueran un viaje exploratorio español para luego lanzar una gran expedición con tropas y arrebatar el Congo al dominio portugués y holandés en el África Central Occidental. Archivo Propaganda Fide, Archivo Histórico Ultramarino, Archivo de Simancas, Archivo General de Indias

Palabras Clave: África, misiones capuchinas, diplomacia, El Vaticano.

19. NOVOS OLHARES SOBRE A URBANIZAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL: FONTES, ABORDAGENS E METODOLOGIAS

MODERADOR: ESDRAS ARRAES (USP)

A publicação do estudo pioneiro do arquiteto e professor Nestor Goulart Reis Filho (1968) – Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720 –, representa um ponto de viragem das pesquisas dedicadas à construção urbana de povoações da América portuguesa. A abordagem de Reis Filho insere as vilas e cidades numa perspectiva histórica e sistêmica, cujo objetivo é situar cada povoação no contexto dos processos de urbanização levados a cabo pela Coroa portuguesa. Desde então, outras investigações derivaram, ampliando o horizonte empírico e epistemológico, além de introduzir nesse panorama fontes primárias inéditas encontradas nos arquivos brasileiros e portugueses. Nesse aspecto, a proposta dessa mesa consiste justamente em apresentar os resultados das mais recentes pesquisas centradas não apenas na repercussão das leis régias na formação espacial de vilas e cidades coloniais, mas também movimentando outras dimensões do cotidiano narradas em diferentes fontes pouco manuseadas nos estudos da urbanização brasileira. Como metodologia, procura-se articular em sentido amplo a conexão entre texto (hermenêutica) e cartografia (representação), a fim de compreender a construção social dos espaços e territórios das vilas eleitas como exemplares, tais como

Oeiras do Piauí, Cunha ou Mogi das Cruzes. Tomam-se diferentes escalas geográficas como método, partindo da macroescala de uma capitania ou comarca, por exemplo, até reduzir o foco à escala do intraurbano. Enquanto a primeira medida evoca, sobretudo, a concretização das políticas régias na definição de territórios e fronteiras, a segunda revela espaços configurados por relações sociais efervescentes no cotidiano, como proposto por Michel de Certeau. Ainda serão chamados ao debate documentos inéditos, como censos e décimas urbanas, que elaboram textualmente imagens de vilas ocultas nos símbolos cartográficos.

UMA CIDADE ENTRE DIVERSOS SERTÕES: OEIRAS DO PIAUÍ NA URBANIZAÇÃO DAS CAPITANIAS DO NORTE

ESDRAS ARRAES (FFLCH/USP/FAPESP)

ESDRASARRAES@GMAIL.COM

Oeiras do Piauí, cidade criada na segunda metade do Setecentos por D. José, representa o paradigma da urbanização e do povoamento dos sertões das capitanias do Norte. Por um lado, a urbe se refere, em termos ideais, à implementação de um projeto de reforma espacial levado a cabo pela Coroa portuguesa desde finais do século XVII. Por outro, significa que as áreas interiorizadas estavam ocupadas por uma população social e etnicamente diversificada. De fato, os sertões não eram de todo “vazios”. As duas dimensões – cidade e sociedade – são legíveis numa farta documentação trocada entre os representantes da Coroa e o Conselho Ultramarino, sobretudo no censo de 1762 realizado por João Pereira Caldas, o primeiro governador da capitania de São José do Piauí. Isto posto, esta comunicação pretende explorar os aspectos sociais, políticos e materiais dos processos de urbanização dos sertões do Norte a partir dessas fontes, especialmente aquelas que tomam Oeiras como conteúdo. Procura-se situar na cartografia antiga e temática o papel das povoações oficiais (capelas, freguesias, julgados, vilas e cidades) nas tramas sociais tecidas em diferentes escalas geográficas, da urbana à atlântica.

Palavras-chave: censo, Oeiras do Piauí, sociedade, sertões, território, urbanização.

FORMAÇÃO URBANA E FRAGMENTOS DA PAISAGEM: O CASO DA VILA DE MOGI DAS CRUZES

LUCIANA MASSAMI INOUE (IFSP)
LUMASSAMI@GMAIL.COM

O objeto desta comunicação é relatar a história e a evolução urbana da vila de Mogi das Cruzes, em seu período colonial, procurando mostrar e ressaltar a importância da vila, dentro da expansão da fronteira paulista; assim como a partir de fragmentos atuais da paisagem, fazer uma história regressa. Como fontes de pesquisa utilizaremos autores que exploram topônimos e instrumentos cartográficos, além de evidências materiais da paisagem urbana atual, isto é, uma metodologia de trabalho que através do cruzamento destas duas principais fontes, interpretam os modos de organização do trabalho, modos de vida e descortinam uma diversidade de sujeitos, interesses, trocas e hibridismos. Acredita-se que esta leitura atual dos fragmentos urbanos da paisagem atual, fazendo uma história regressa, estudando-se a modificação ou a permanência da morfologia urbana atual, seja de importância e possua desdobramentos na questão da preservação do patrimônio urbano. Além disso, para questões didáticas seja de suma importância para uma metodologia da leitura da paisagem. Tais desdobramentos é o que se gostaria de focar no final desta apresentação.

Palavras-chave: evolução urbana, história colonial, Mogi das Cruzes, morfologia urbana, paisagem, vila.

O QUE REVELAM AS DÉCIMAS URBANAS ACERCA DE VILA BOA E DOS ARRAIAIS DA CAPITANIA DE GOIÁS

NÁDIA MENDES DE MOURA (IPHAN/UNESCO)

NADIAMMOURA@YAHOO.COM.BR

No campo dos estudos da história do urbanismo, já foram produzidos muitos trabalhos sobre a morfologia urbana de cidades e vilas coloniais. Os assentamentos urbanos, entretanto, vêm apresentando novas frentes de estudo, se valendo de pesquisas em fontes primárias, nem sempre exploradas pelos colegas urbanistas na escala da cidade. Entendendo a cidade e o casario não apenas como cenário para o desenrolar das relações sociais, mas absorvendo sua materialidade como mais uma fonte de pesquisa, a presente comunicação visa apresentar os resultados do cruzamento de fontes variadas, como as Décimas Urbanas, a cartografia e a iconografia de época, resultando na elaboração de mapas temáticos a partir da sistematização dessas informações, especializando os dados em plataforma georreferenciada, se valendo do SIG histórico (Sistema de Informação Geográfico). Com esses mapas temáticos representando hipoteticamente os núcleos de Vila Boa, Meia Ponte, Pilar e Natividade, em conjunto com relatos dos viajantes do início do Oitocentos e bibliografia especializada, foi possível chegar a relevantes considerações sobre esses núcleos urbanos do período colonial e importantes aspectos da socio-topografia local.

Palavras-chave: Vila Boa, Arraiais, Capitania de Goiás, Décima Urbana.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA: ARQUEOLOGIA DE UMA PAISAGEM A PARTIR DE INVENTÁRIOS POST-MORTEM E DÉCIMAS URBANAS

DIOGO FONSECA BORSOI (IFBAIANO/FAPESP)
DFBFONSECA@GMAIL.COM

O conceito de Arqueologia da Paisagem compreende um campo de investigação que envolve, no Brasil, uma série de trabalhos sobre vilas e cidades que se vale de um minucioso rastreamento de vestígios materiais registrados em fontes diversas. Há uma longa tradição na História Urbana que aborda as povoações oficiais a partir do desenho, questionando se haveria regularidade na constituição de seus traçados originais. Pouco se indagou acerca da volumetria e o que ela poderia revelar sobre o nosso passado urbano e colonial. Nesse sentido, a presente comunicação visa a apresentar alguns resultados obtidos a partir da sistematização de dados do imposto das décimas urbanas e dos inventários *post-mortem* da Vila de São Luiz do Paraitinga na primeira metade do século XIX. A cidade guarda ainda hoje um dos maiores conjuntos urbanos tombados do Estado de São Paulo, mas há poucos estudos preocupados em entender a constituição e desenvolvimento de seu casario em sucessão cronológica. Assim, objetiva-se contribuir com a bibliografia sobre a história da cidade e da urbanização, identificando lacunas e propondo contribuições para o conhecimento de paisagem pregressas de nossas vilas e cidades.

Palavras-chave: Arqueologia da Paisagem, décimas urbanas, século XIX, São Luiz do Paraitinga, urbanização.

20. RETÓRICA JURÍDICA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NO MUNDO IBÉRICO (SÉCULOS XVII-XIX)

MODERADORA: JEANNIE DA SILVA MENEZES (UFRPE)

Nossa proposta para esta mesa-redonda é propiciar uma interlocução entre pesquisadores que investigam os elementos da argumentação jurídica e da administração da justiça no mundo ibérico e ibero-americano no período do Antigo Regime, entre os séculos XVII e XVIII. Em princípio, os processos judiciais e suas peculiaridades, além de uma ideia geral da justiça serão discutidos em análises sobre categorias como “arbitrio”, “clemência”, “celeridade”, “misericórdia”, “justo”, “remédio”. Ao mesmo tempo, estarão em debate as informalidades nos trâmites do judicial e os conteúdos em discussão nos julgados. Destacamos que a fundamentação presente nas peças em diferentes conjuntos processuais esteve orientada por princípios oriundos do Mundo ibérico alicerçado numa retórica própria que, inclusive, justificava os modos “informais” de conduzir a administração. Nosso debate possibilita, entre outras contribuições, relacionar tais experiências no mundo hispânico e português em suas interfaces com as realidades americanas, na busca de perspectivas para os estudos históricos acerca do direito e da justiça na Primeira Modernidade.

A REAPROPRIAÇÃO DO DIREITO COMUM EUROPEU NO ULTRAMAR: COMO POSSEIROS RESSIGNIFICARAM O TERMO JUSTO TÍTULO NA AMÉRICA PORTUGUESA NOS CONFLITOS DE TERRA

CARMEN MARGARIDA OLIVEIRA ALVEAL (UFRN)

CARMEN.M.O.ALVEAL@GMAIL.COM

O trabalho pretende analisar como os posseiros e sesmeiros se reapropriaram da noção do justo título, oriundo do direito romano e do direito comum europeu e transformaram seu entendimento na luta por direitos de propriedades no Brasil do período colonial. Na Europa, o justo título era compreendido como um reconhecimento dos pares ou vizinhos do direito de propriedade de determinada pessoa com base na posse. No Brasil, percebe-se que os moradores, ainda no século XVII, chegaram a utilizar com tal significado. Mas ao longo do tempo, sobretudo no decurso do XVIII, passaram a utilizar o termo justo título como uma referência ao recebimento do documento relativo à carta de sesmaria, um título de papel, instituindo que a legitimidade final do direito à propriedade realizava-se com base no título de sesmaria. Portanto, a simples posse ou usufruto da terra passava a não ser reconhecida única e exclusivamente como direito de propriedade, complexificando os argumentos jurídicos utilizados. Tais mudanças contribuíram para o aumento dos conflitos agrários. A análise tem como base tanto os documentos avulsos como os códices da Coleção Resgate bem como as cartas de sesmarias de diversas capitanias.

Palavras-chave: Posseiros, Direito Colonial, Conflito de terras, Justo título, sesmarias.

A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA EM ESPANHA: AS MUDANÇAS DO ANTIGO REGIME AO LIBERALISMO

PEDRO ORTEGO GIL (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA)

PEDROORTEGOGIL@GMAIL.COM

Os câmbios sofridos na administração da justiça herdada do Antigo Regime desde a Constituição de 1812 ao longo do século XIX mostram uma indubitada concorrência entre normas dos séculos anteriores e os interesses políticos para a sua renovação. A necessidade

de explorar e aprofundar no desenrolar dos câmbios estruturais na organização judiciária com a vigência de leis processuais herdadas e as dificuldades para aprovar novas leis de ajuizamento, exige ter presente a importância dos partidos políticos. A investigação não só deve dirigir-se as fontes normativas e as parlamentares, senão empregar outras fontes, como as periodísticas. Os textos constitucionais falam do poder judiciário, ainda que na realidade não passara do exercício da potestade judiciária. Os juízes tiveram a condição de funcionários, submetidos ao poder executivo, mas a sua potestade de julgar e fazer executar o julgado foi uma atribuição própria e exclusiva. É preciso também ter em consideração a importância da jurisprudência na configuração do ordenamento oitocentista a través da cassação e a importância da interpretação autêntica das leis.

Palavras-chave: Administração da Justiça; Arbítrio judiciário; Poder judiciário; Jurisprudência.

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA NO MUNDO IBÉRICO (SÉCULO XVIII)

RAFAEL RUIZ GONZALEZ (UNIFESP/FAPESP)
RAFARUI@HOTMAIL.COM

Trata-se de apresentar o que poderíamos considerar como “traços característicos” da administração da justiça no mundo ibérico a partir dos processos criminais da Real Audiência de Lima no final do século XVIII, principalmente naqueles processos em que as mulheres aparecem como vítimas ou autoras.

Palavras-chave: Probabilismo, Retórica jurídica, Teologia moral, Misericórdia, Perdão, Prudência.

O PERDÃO COMO CATEGORIA DO JUDICIAL E OS USOS DA JUSTIÇA LOCAL – A PROPÓSITO DE UM PROCESSO DE DEFLORAMENTO NO SÉCULO XVIII

JEANNIE DA SILVA MENEZES (UFRPE)

JEANNIEMENEZES@GMAIL.COM

Em se tratando de fazer justiça no Antigo Regime ibérico, o perdão é, a nosso ver, uma categoria que reafirma a constante e permanente parceria da Teologia Moral com a retórica dos juizes e advogados. Evidenciamos o institucional de localidades do Novo Mundo nesta atmosfera de produção letrada, na qual circularam juizes e clérigos exercendo suas funções, como também permitiram o movimento de saberes trazidos das Escolas Jurídicas europeias. Por outro lado, também conectaram os mundos americanos aos grandes casos de consciência nos tratados produzidos por juristas e teólogos ou para os quais os juizes se voltavam nas sentenças por eles produzidas no Novo Mundo. Este trabalho se propõe a percorrer este universo das decisões tendo como fio condutor o perdão que encerrava as decisões de juizes numa linha de argumentação tratadista projetada no direito local.

Palavras-chave: justiça; retórica; perdão.

21. FRONTEIRAS COMPARTILHADAS: FLUXOS MERCANTIS E CONEXÕES IMPERIAIS (SÉCULOS XVI-XVIII)

MODERADOR: GUSTAVO ACIOLI LOPES (UFRPE)

Dos séculos XVI a XVIII, alguns Estados da Europa Ocidental consolidaram impérios em escala global, através dos quais um crescente fluxo de pessoas, bens, informações e capitais circulava constantemente. Estas iniciativas de conquista de territórios ou de rotas mercantis só foram possíveis com a participação de agentes mercantis, que, desde o início, engajaram-se na expansão ultramarina, conectando territórios distantes por meio do comércio e emprestando racionalidade à administração fiscal. Poder político e exploração econômica passaram a ser vistos como elementos indissociáveis da expansão ultramarina pela assim chamada literatura “mercantilista”. Neste mesmo sentido, o fornecimento de trabalhadores forçados africanos pela metrópole era considerado por muitos como o corolário da subordinação dos domínios coloniais às mães pátrias. No entanto, a necessidade de prover de bens os diversos mercados interconectados levou a que, não raro, os fluxos mercantis ultrapassassem os limites das fronteiras imperiais. Essa mesa redonda apresenta pesquisas que evidenciam as múltiplas conexões que foram estabelecidas por mercadores e seus agentes, que, partindo de espaços centrais dos impérios, ligavam diferentes mercados e áreas produtoras. Como agentes dos fluxos econômicos em escala global, valiam-se dos instrumentos imperiais, mas também transpunham os limites legais e espaciais que o poder político buscava estabelecer. As comunicações que compõem esta mesa redonda têm em comum o comércio de africanos escravizados como tema, abordando aspectos distintos – mas não separados – dos investimentos e negócios realizados na mercancia de braços no mundo atlântico

WEAVING IMPERIAL NETWORKS: AN ASIAN DIMENSION OF THE BRITISH ATLANTIC SLAVE TRADE IN THE EIGHTEENTH CENTURY

KAZUO KOBAYASHI (WASEDA UNIVERSITY)
 KAZUO.KOBAYASHI@WASEDA.JP

The eighteenth century saw the development of the Atlantic slave-based economy, underpinned by constant supply of labour from the African continent. In order to purchase African captives on the Atlantic coast, European merchants had to bring what Africans craved for, among which, in the British case, Indian cotton textiles became a flagship commodity in the century. During this period the Anglo-Asian trade, carried out by the English East India Company, played a pivotal role in the supply of Indian textiles for slave traders. This paper addresses how British merchants procured textiles in India for West Africa. By examining this question, the paper illustrates commercial networks from the production areas of Indian textiles to West Africa, and ultimately argues that the so-called 'triangular trade' narrative needs to be replaced by another model.

Keywords: Indian textiles; Atlantic slave trade; EIC; Anglo-Asian trade.

ESCLAVOS DE IDA Y AZÚCAR DE VUELTA. CONEXIONES MERCANTILES ENTRE BRASIL Y LA MONARQUÍA HISPÁNICA, 1595-1602

MANUEL F. FERNÁNDEZ CHAVES (UNIVERSIDAD DE SEVILLA)
 MFERNADEZ6@US.ES

En este trabajo se realiza un abordaje a las distintas redes que conectaban los capitales invertidos en la trata de esclavos africana y la posterior inversión de parte de los rendimientos de esta actividad en la importación de azúcar brasileño y de otras procedencias hacia el puerto de Sevilla. Para identificar a los agentes de este comercio, su soporte financiero y su actividad mercantil se

acudirá al estudio de las fuentes de protocolos notariales de la ciudad de Sevilla y se cruzarán los datos obtenidos con los que pueden extraerse del estudio de las fuentes fiscales contenidas en el Archivo General de Indias. El objetivo central de este trabajo es demostrar, por un lado, la interdependencia de agentes de diversas procedencias (principalmente portugueses, castellanos e italianos) y su actuación en diversos escenarios en la organización de la trata negrera, y, por otro lado, analizar el grado de participación de distintas redes de financiación en estos tráfico, estuviesen o no especializadas en la trata negrera como su principal dedicación mercantil.

Palavras-chave: escravidão atlântica, açúcar, Brasil, Índias de Castela, mercadores, cristãos novos.

CONEXÕES DOURADAS: O OURO DO BRASIL E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA COSTA DA MINA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

GUSTAVO ACIOLI LOPES (UFRPE)

GUSTAVO.ACIOLI@UFRPE.BR

Pretende-se nesta comunicação retomar um tema clássico, a circulação atlântica do ouro do Brasil no século XVIII, mas destacando um aspecto menos estudado, a saber, o papel do ouro no comércio escravista da Costa da Mina. Baseado em fontes portuguesas, inglesas, holandesas e dinamarquesas, discute-se a importância do metal amarelo nesta mercancia, envolvendo os portugueses e, sobretudo, os agentes mercantis de países do Norte-Noroeste europeu. Depois que as pesquisas históricas definiram com precisão a importância do tabaco brasileiro (especialmente o baiano) no comércio de escravos no Golfo de Benin, pesquisas mais recentes têm apontado o lugar relevante ocupado pelo ouro das Gerais, que era carregado pelos negreiros saídos do Brasil para aquela região da África Ocidental. Ao mesmo tempo, indicam o entrelaçamento dos agentes portugueses e dos demais Estados europeus ocidentais envolvidos no comércio de africanos forçados, tendo o ouro como elemento central dessa conexão de início a meados do século XVIII. Esta comunicação aportará dados sobre estas relações mercantis, no que concerne às transações escravistas nas quais o ouro esteve implicado.

Palavras-chave: ouro; Costa da Mina; comércio de escravos; Noroeste europeu.

DE DENTRO DO MERCANTILISMO: NEGOCIANTES ESTRANGEIROS NO FINANCIAMENTO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS PORTUGUÊS (1720-1770)

MAXIMILIANO MAC MENZ (UNIFESP/FAPESP)

MAXMACMENZ@HOTMAIL.COM

O comércio entre a Europa e os domínios lusitanos no Atlântico deveria ser uma exclusividade dos mercadores portugueses. Na prática, isto significava que as embarcações que faziam o comércio com as colônias deveriam ser de proprietários nacionais e possuir tripulações portuguesas. Mesmo assim, havia uma comunidade de estrangeiros que atuava em Lisboa e participava ativamente neste comércio. As formas pelas quais estes mercadores atuavam no comércio colonial português, particularmente no tráfico de escravos, ainda são obscuras. Neste sentido, pretendo discutir em minha comunicação como os capitalistas de outras praças europeias atuavam no comércio de escravizados frente a um contexto “mercantilista”. Minha análise se centrará principalmente nos livros do consulado da Alfândega de Lisboa do ANTT e nas escrituras dos cartórios notariais de Lisboa. Estes dois fundos permitem identificar os principais exportadores para Angola. Por último, processos judiciais revelam as estratégias dos mercadores estrangeiros para superar os entraves legais e participarem do comércio de pessoas.

Palavras-chave: Tráfico de escravos, financiamento, capitalismo.

22. IMPÉRIOS E MOBILIDADE SOCIAL: FORMAS DE AQUISIÇÃO DE RIQUEZA, CONSUMOS E COMPORTAMENTOS DIFERENCIADORES (SÉCULOS XVI-XIX)

MODERADORA: LUCIANA MENDES GANDELMAN (UFRRJ)

Em sociedades que se pretendiam fechadas em relação à ascensão social, e favoreciam a reprodução da condição de cada um, alicerçada no sangue, na ocupação, e no estilo de vida, entre outras marcas de distinção, os impérios, ao favorecerem o acesso dos grupos populares e intermédios a novas formas de riqueza, propiciaram a subida de estatuto de alguns, embora sempre limitando as possibilidades de subidas rápidas na escala social. Esta mesa-redonda pretende reunir algumas comunicações que apresentem dados, individuais, familiares ou coletivos, que permitam conhecer melhor esses percursos ascendentes, com o intuito de discutir as diferentes formas de distinção utilizadas para marcar a diferença entre um estatuto “inferior” e outro que se pretendia mais elevado. Assim, entre as questões possíveis, tentaremos responder às seguintes perguntas: que formas de riqueza e atividades favoreceram a ascensão social? De que formas é que esta última se plasmava nos diferentes poderes à escala local? Qual o papel dos consumos distintivos no reconhecimento dessas mudanças de estatuto? Quais os comportamentos passíveis de integrar as pessoas em ascensão em novos grupos sociais? Qual o papel da sucessão de diferentes gerações na consolidação dessa subida na escala social? Em que medida é que muitos percursos ascensionais foram interrompidos e por quê?

MOBILIDADE SOCIAL ENTRE OS DOADORES TRANSOCEÂNICOS DAS MISERICÓRDIAS: A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO E A AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVII-XVIII)

ISABEL CRISTINA DOS GUIMARÃES SANCHES E SÁ (UNIVERSIDADE DO MINHO/CECS/FCT)

ISABELDOSGUIMARAESSA@GMAIL.COM

As Misericórdias constituem excelentes observatórios de mobilidade social, sobretudo aquela que se pode estudar através dos doadores que emigraram para os impérios ibéricos. A presente comunicação dará enfoque especial aos benfeitores que se relacionam com a América Portuguesa e partirá do estudo de processos de execução testamentária existentes no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Estes incluem geralmente um testamento, e outros documentos que podem ou não fazer parte do dossier (inventários *post-mortem*, escrituras de compra e venda ou outras, questões judiciais) e que remetem para fontes documentais exteriores às Santas Casas (registos notariais, vereações, genealogias, etc.). O estabelecimento de conexões permite proceder à elaboração de trajetórias que esclarecem a forma como os indivíduos pretendiam projetar a sua ascensão social para além da morte.

Palavras-chave: mobilidade social; doadores da Misericórdia; benfeitores; América Portuguesa; Misericórdia do Porto; brasileiros de torna-viagem.

A FAMÍLIA DE ANTÓNIO PINHEIRO SALGADO: UM ESTUDO DE CASO DE MOBILIDADE SOCIAL NA ÉPOCA MODERNA

ANDREIA DURÃES (ESCOLA FONTES PEREIRA DE MELO)

ADURAES@GMAIL.COM

Embora não se encontre, na Época Moderna, referência à expressão “mobilidade social”, sabe-se que esta não só era possível, como era facilitada, muitas vezes, pelo rei, que emancipava, legitimava e permitia o enobrecimento. Sabe-se também que os impérios potenciaram o fenómeno, oferecendo oportunidades de enriquecimento e desempenho de cargos. Com a presente comunicação queremos dar o testemunho do percurso social ascendente da família do Capitão e

Cavaleiro da Ordem de Cristo, António Pinheiro Salgado. Interessamos conhecer, por um lado, as atividades que favoreceram a acumulação de riqueza, por outro, o papel do matrimónio e do desempenho de cargos e funções enquanto mecanismos que potenciaram esta ascensão social, bem como evidenciar o papel do império, em particular do Brasil, neste processo. Para o efeito, procedemos à análise e cruzamento de várias fontes, como sejam inventários de bens, testamentos e os processos de habilitação do Santo Ofício e da Ordem de Cristo.

Palavras-chave: ascensão social; império; família; cargos; riqueza.

VIVER COM ASSEIO E LIMPEZA: APARÊNCIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

LUCIANA DA SILVA

LUCIPDG@GMAIL.COM

Ao longo da Modernidade, em ambos lados do Atlântico, transformações econômicas geravam possibilidades de enriquecimento que, por vezes, era acompanhado da mobilidade social. Antes mesmo de tal troca de estado ocorrer, a riqueza proporcionava aos sujeitos câmbios de ordem material e comportamental, sintetizados na expressão “refinamento dos modos”: artefatos de luxo passavam a ocupar os interiores domésticos e, através da aparência, se ostentava nos espaços públicos a nova condição econômica adquirida e se exibia um lugar na estrutura social ainda não pertinente, mas pretendido. O objetivo desta apresentação é discutir alguns efeitos da aparência e da indumentária, por meio das concepções de limpeza e asseio, nos processos de mobilidade social existentes na América portuguesa do século XVIII. A análise, realizada em ampla base documental, que inclui habilitações do Santo Ofício, Consultas do Conselho Ultramarino e inventários, incide sobre os vínculos firmados entre consumos, condições materiais de vida, distinção e status social, refletindo sobre como e porque os artefatos indumentários de luxo se tornavam objeto de desejo de muitos sujeitos nesta parte do Império português.

Palavras-chave: Cultura material, indumentária, hierarquias sociais, América portuguesa.

23. CORRUPÇÕES COLONIAIS: PETIÇÕES CONTRA AUTORIDADES NA IBERO-AMÉRICA

MODERADORA: ANDRÉA SLEMIAN (UNIFESP)

A mesa pretende discutir as vias pelas quais petições - queixas e denúncias - contra agentes coloniais eram encaminhadas ao rei, às instâncias intermediárias ou centrais da monarquia, constituindo-se em formas coevas de querelas para resolução dos conflitos então gerados. Tem-se em mente não apenas a abrangência destes recursos, mas também a permeabilidade entre matérias de governo e de justiça e o seu alcance como meio de controle das mesmas autoridades.

QUEIXAS CONTRA OS OFICIAIS DE SUA MAJESTADE NA AMÉRICA PORTUGUESA: FORMAS DE RESISTÊNCIA AOS ABUSOS DE PODER INSTITUCIONAL (SÉCULOS XVII-XVIII)

ROBERTA STUMPF (CHAM/NOVA FCSH/FCT/PROJETO RESISTANCE)

ROBERTASTUMPF@GMAIL.COM

Uma das facetas mais interessantes do estudo da corrupção colonial são os instrumentos ordinários ou extraordinários que a monarquia portuguesa utilizou para fiscalizar seus oficiais. Esta comunicação pretende contribuir para com o debate proposto pela Mesa mediante a análise das devassas que foram abertas na América portuguesa para averiguar supostos abusos de poder depois de terem sido denunciados. Mais do que os atos em si, interessa saber em que instâncias, instituições ou autoridades semelhantes queixas chegaram e como proporcionaram a abertura de inquéritos e o seu desenrolar. Palavras-chave: controle, devassas, corrupção, denúncias.

LIBELOS ANÓNIMOS Y MEMORIALES SECRETOS. IMAGEN DEL JUEZ Y PRÁCTICA DE LAS VISITAS EM LA MONARQUÍA CATÓLICA

CARLOS GARRIGA (UPV/EHU)

CARLOS.GARRIGA@EHU.ES

Partiendo de los problemas de fundamentación jurídica y legitimación política que planteaba la *visita* de los tribunales supremos como “juicio irregular y anómalo” en el universo garantista del *ius commune*, la ponencia se ocupa del debate en torno a la admisibilidad por parte de los visitantes de libelos anónimos y memoriales secretos contra los magistrados de dichos tribunales, que representaban al rey de la Monarquía católica a ambos os lados del Atlántico. En un crescendo que culminó a mediados del siglo XVII, este debate enfrentaba, tanto doctrinalmente como en la práctica de las visitas, el arraigado discurso jurisprudencial del odio popular al “buen juez” (*iudex perfectus*) y la imperiosa exigencia política de controlar el ejercicio de oficios tan preeminentes como las magistraturas supremas. Palabras claves: visitas; libelos y memoriales; *iudex perfectus*; corrupción; tribunales supremos.

REBELDES CON CAUSA. DENUNCIAS DE INDIOS Y POLÍTICAS IMPERIALES EM LOS ANDES DEL SIGLO XVII

JUAN CARLOS DE ORELLANA SÁNCHEZ (UNIVERSIDAD DE TEXAS – AUSTIN)

JDEORELLANA@UTEXAS.EDU

En 1650, los caciques, gobernadores, e indios principales de la ciudad de La Paz presentaron una denuncia ante la Real Audiencia de Lima contra el abuso sistemático y la corrupción que se generó alrededor del proceso de composición de tierras en esa región. Los funcionarios responsables de la medición y remate de las tierras les quitó maliciosamente parcelas uso, vendiéndolas fraudulentamente, castigando a quienes se quejaban. Dado que los funcionarios alegaron jurisdicción privativa sobre el proceso, ningún otro tribunal o autoridad podía intervenir en el asunto. Indefensos en su tierra, los indios redactaron una larga denuncia en la que, a través de la doctrina legal y la retórica, argumentaron que, al estar privados de todo recurso formal a la justicia, tenían el derecho de tomar las armas

y recuperar sus bienes. Esta presentación explora el discurso y las acciones que los indios en los Andes del siglo XVII desplegaron para defender su tierra y su trabajo. El análisis de demandas, escritos y peticiones ilustra cómo, al enfrentar el abuso y el maltrato, los indios definieron su realidad social y perfilaron políticas imperiales, impactando profundamente en el sistema colonial. Casos como el de La Paz ponen de relieve los riesgos que el poder irrestricto y la falta de mecanismos de control planteaban al bienestar de los indios y, por lo tanto, a la estabilidad colonial, especialmente cuando esto ocurría en el corazón minero del Imperio.

Palabras clave: corrupción, mecanismos de control, denuncias, indios, composición de tierras.

UM DIFUSO CONTROLE DA AÇÃO DOS AGENTES COLONIAIS? PETIÇÕES E QUEIXAS NA IBERO-AMÉRICA

ANDRÉA SLEMIAN (UNIFESP/FAPESP/CNPQ)

ANDREA.SLEMIAN@GMAIL.COM

Há ao menos duas décadas, o tema das petições tem chamado a atenção dos historiadores da Ibero-América colonial acerca de sua centralidade tanto como mecanismo reivindicatório de direitos como para queixas e denúncias contra autoridades coloniais. Neste debate há desde os que valorizam sua eficácia em ambos os sentidos, também os que as tomam em conta como instrumentos essenciais no desvendamento dos *desmandos* e *corrupções*, ainda que apontem sua prática disseminada e os altos níveis de tolerância na colônia, até alguns que deixam entender sua teatralidade mais bem que qualquer outro resultado que não sejam as disputas entre inimigos e grupos políticos. Esta comunicação pretende discutir como o tema tem sido tratado historiograficamente e também propor como estas petições, em função de sua enorme abrangência nas sociedades em questão, terminavam por servir como mecanismos de disciplinamento dos corpos sociais, bem como as punições um caráter mais amplo que as previstas legalmente.

Palavras-chave: petições, queixas, disciplinamento, controle.

ELHC

111_

01. HISTÓRIA DO DIREITO E DA JUSTIÇA NA ÉPOCA MODERNA: HORIZONTES ULTRAMARINOS E REINÓIS

124_

02. A IDEIA DE IMPÉRIO E A EXPERIÊNCIA COLONIAL: DINÂMICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA DE JESUS

135_

03. GOVERNANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PODERES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

147_

04. DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: RUPTURAS, CONTINUIDADES E PROTAGONISMO INDÍGENA

159_

05. SOCIEDADE, PODER E ECONOMIA NAS MONARQUIAS IBÉRICAS (SÉCULOS XVI-XIX)

178_

06. OS SERTÕES E A IMAGEM DO MUNDO: PORTUGAL, ÁFRICA E BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XV E XVII

187_

07. OS CONTRATADORES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XIX: DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

198_

09. O IMPÉRIO E SEUS IDIOMAS: GOVERNOS ULTRAMARINOS, NEGOCIANTES E ESCRAVOS NO MUNDO PORTUGUÊS

221_

10. IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO RÉGIME: POLÍTICA, SOCIEDADE E CULTURA

245_

11. INSTITUIÇÕES E COMÉRCIO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

260_

12. O GOVERNO DA JUSTIÇA: INSTITUIÇÕES, DISCURSOS, PODERES, PRÁTICAS E MAGISTRADOS (SÉCULOS XVII-XIX)

268_

14. FRONTEIRAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NOS MUNDOS COLONIAIS

286_

15. EXPANDIR A FÉ, PROMOVER A DISCIPLINA. EPISCOPADO, CLERO PAROQUIAL, MISSIONÁRIOS E INQUISIÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

315_

16. ARTÍFICES DO ILÍCITO: A CORRUPÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E POLÍTICA NO ANTIGO RÉGIME

329_

17. DINÂMICAS RELIGIOSAS NOS ESPAÇOS IBERO-AMERICANOS: IGREJA, RELIGIOSIDADE, INQUISIÇÃO E PODER (SÉCULOS XVI-XIX)

370_

18. REVOLTAS, INCONFIDÊNCIAS E INDEPENDÊNCIAS: EPISÓDIOS, PODERES E NARRATIVAS DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (SÉCULOS XVII-XIX)

387_

19. CULTURA E EDUCAÇÃO NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS

395_

20. RELAÇÕES DE PODER, REDES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DOS IMPÉRIOS IBÉRICOS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII: ENTRE O GLOBAL, O REGIONAL E O LOCAL

418_

21. ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS NO PASSADO COLONIAL (SÉCULOS XVI-XIX)

435_

22. INDÍGENAS E AFRICANOS NO ATLÂNTICO SUL

455_

23. GOVERNO E JUSTIÇA EM MOVIMENTO, CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE CONHECIMENTOS: HISTÓRIAS DE SUCESSO E FRACASSO NOS MUNDOS IBÉRICOS (SÉCULOS XVI-XVIII)

466_

24. O PERÍODO POMBALINO E A ILUSTRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

483_

25. FORMAS DE PENSAR O IMPÉRIO: REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

simpósios temáticos

Obs.: Os simpósios temáticos 8 e 13 não funcionarão.

01. HISTÓRIA DO DIREITO E DA JUSTIÇA NA ÉPOCA MODERNA: HORIZONTES ULTRAMARINOS E REINÓIS

COORDENADO POR:

NUNO CAMARINHAS (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)

NUNO.CAMARINHAS@FD.UNL.PT

LUÍS FERNANDO LOPES PEREIRA (UFPR)

LUISFERLOPES@UFPR.BR

Est e simpósio procura ser um espaço de debate em torno de pesquisas na história do direito e da justiça no Antigo Regime, no espaço ultramarino português. Esta temática tem conhecido um enorme desenvolvimento nos últimos anos, testemunhado pela profusão de trabalhos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Estes trabalhos têm contribuído de forma decisiva na identificação de práticas, estruturas, agentes e questões até há pouco tempo desconhecidas, ignoradas ou, pelo menos, pouco conhecidas. Em grande medida inspirada pelas propostas de análise saídas da Nova História Institucional e política da década de 1980 e, para a realidade brasileira, pelo impulso decisivo do «Antigo Regime nos Trópicos», a história do direito e da justiça na América portuguesa e no restante ultramar português encontra-se numa encruzilhada: o conhecimento de que dispomos atualmente sobre as estruturas administrativas e os seus agentes é, já, substancial. O que fazer agora, para ir mais além? Como integrar esse conhecimento em questionamentos novos que permitam saber mais? Como trazer para essa pesquisa problemáticas emergentes na historiografia atual? Neste simpósio, para além da criação de um fórum privilegiado para a troca de experiências e conhecimentos, procuraremos promover uma abordagem que procure integrar os estudos nas grandes linhas de questionamento atuais, nomeadamente por via da inserção dos objetos de

estudo nos seus contextos mais alargados (atlânticos e globais) e do recurso à comparação com outras experiências imperiais da época moderna. Partindo de temas de história do direito e da justiça, o simpósio tem também como objetivo promover uma história da administração e dos poderes, no seu cruzamento com os territórios e as populações administradas. Sob esta luz, a problemática das jurisdições, do pluralismo jurídico, das fronteiras do direito letrado e do mundo infra-letrado, ganham novo interesse e urgência. Ao mesmo tempo, a integração de estruturas formais de administração em universos de compreensão que ultrapassem o território brasileiro pode ajudar a promover uma análise mais fina e rigorosa dos objetos de estudo apresentados. Serão aceites trabalhos que tenham como objeto a história do direito e da justiça nas suas diversas facetas para o recorte temporal do Antigo Regime. O âmbito geográfico não se limita à América Portuguesa, reconhecendo o interesse na exploração de outros horizontes ultramarinos ou reinóis.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

HONESTIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E CULTURA JURÍDICA SETECENTISTA EM CURITIBA E PARANAGUÁ (1771-1800)

VANESSA MASSUCHETTO (DOUTORANDA – UFPR)

VANESSA.MASSUCHETTO@GMAIL.COM

A proposta de apresentação de trabalho ora encaminhada versa a respeito da análise de crimes contra a honestidade (portanto, contra a ordem moral) ocorridos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba e na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá na segunda metade do século XVIII. As fontes investigadas correspondem a 7 casos crime que tramitaram nas jurisdições dos Juízos Ordinários de Curitiba e de Paranaguá, e da Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, e consistem em ocorrências de estupro, rapto, adultério, incesto e tratos ilícitos. A estratégia metodológica utilizada para o desenvolvimento da análise dos processos é o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg e a perspectiva tomada para

o estudo das relações de gênero é a de Joan Scott. A seleção destes crimes explica-se por serem de extrema importância para o estudo das questões de violência enfrentadas pelas mulheres na sociedade de Antigo Regime, além de deixarem entrever alguns elementos da cotidianidade e das relações familiares e comunitárias das personagens envolvidas. Estes casos lançam luzes sobre temas que envolvem a discussão de gênero na história, trazem questionamentos acerca do posicionamento social das mulheres, possibilitam o debate referente à atuação feminina no interior da cultura jurídica criminal das sociedades existentes na América Meridional – abrangendo os usos sociais da justiça – e permitem a visualização de experiências femininas.

Palavras-chave: América Meridional; Cultura Jurídica Criminal;

Relações de Gênero; Honestidade; Experiências Femininas.

OUVIDORES NO ULTRAMAR ATLÂNTICO PORTUGUÊS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS OUVIDORIAS DE SERGIPE D’EL REI E DAS ILHAS DE CABO VERDE E GUINÉ (1598-1834)

WANDERLEI DE OLIVEIRA MENEZES (MESTRE – UFS)

WANDERLEI.SERGIPECOLONIAL@GMAIL.COM

Nas últimas décadas, o intercâmbio entre historiadores portugueses, africanistas e brasileiros e as pesquisas coletivas em acervos dispersos nos dois lados do Atlântico têm levado a uma constante revisão no entendimento acerca da justiça em Portugal e outras partes do Império em Além-Mar durante a Época Moderna. Percebendo a importância desses magistrados régios e seu papel estratégico na governança dos espaços coloniais, esta pesquisa tem a pretensão de estudar os ouvidores-gerais que atuaram nas Ilhas de Cabo Verde e Guiné (1598-1832) e Sergipe d’El Rei (1695-1834), buscando analisar como esses juízes se posicionavam diante das diretrizes político-administrativas traçadas no Reino e das demandas locais numa possessão periférica da América Portuguesa e da África Atlântica. Esta comunicação é uma proposta de análise comparativa de duas ouvidorias situadas no Atlântico Ultramar Português durante a existência desses órgãos administrativos. É alvo desta pesquisa as trajetórias dos

bacharéis letrados nomeados, as especificidades dessas duas áreas administrativas do império português e o papel desempenhado pelos administradores da justiça régia na construção da governança local. Para isso, utilizaremos documentos que nos ajude a compreender as trajetórias desses magistrados e seus percalços nessas áreas, como leitura de bacharéis, registros de mercês régias, processos e correspondências ativa e passiva. Raros são os estudos sobre a justiça nas conquistas ultramarinas e os poucos existentes se concentram, geralmente, sobre uma comarca/ouvidoria delimitada ou, na melhor das hipóteses, estuda-se comarcas que compõem uma mesma capitania. Assim, pretendemos realizar um estudo comparativo entre duas áreas periféricas que levasse em consideração a dinâmica desses territórios e o papel da monarquia portuguesa na construção de malhas administrativas nos mais distantes rincões do Ultramar.

Palavras-chave: Magistratura; Império Português; Sergipe d'El Rei; Cabo Verde; História Comparada.

30 ANOS DO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO NA REVISTA VARIA HISTORIA: AUTORES/ AS, TEMÁTICAS E REFERÊNCIAS

JONAS WILSON PEGORARO (DOCENTE – UNB)

JONASWP@UNB.BR

A comunicação visa apresentar um panorama das publicações voltadas ao período colonial brasileiro presentes na revista *Varia História* de 1990-2020. Para tal, foram analisados os artigos científicos presentes no periódico, identificando e examinando seus /suas autores(as) e as referências bibliográficas utilizadas. De fato, foi feito um intensivo esquadramento dos artigos, bem como uma pesquisa, por meio da plataforma Lattes, a respeito dos/das autores/as, seus/suas orientadores/as e programas de pós-graduação. A revista serviu como um “laboratório” para um projeto muito maior que é desenvolvido no Departamento de História da Universidade de Brasília intitulado “Pesquisas em História Moderna e Colonial: uma análise de periódicos científicos (2001- 2018)”, no qual foram examinadas diversas facetas das publicações e dos/das produtores/as de conhecimento histórico das revistas científicas brasileiras.

Nesta linha, para esta comunicação, foram contabilizados 712 artigos publicados pela revista no intervalo proposto, destes 158 se dedicaram ao “período colonial brasileiro” e foram analisados, constituindo um universo de 135 autores e autoras, 87 orientadores/as e 39 programas de pós-graduação que compuseram uma imensa rede acadêmica e de produção de conhecimento histórico por meio da revista *Varia História*. Chamo atenção especial para um dos pontos analisados – as referências bibliográficas utilizadas. Talvez esse seja o mais importante ponto, pois nos encaminha para uma grande reflexão sobre os/as produtores/as de conhecimento e suas “heranças teórico-metodológicas”.

Palavras-chave: Artigos científicos, período colonial brasileiro, autores de referências.

A PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM TEMPOS DE REGÊNCIA: A LEGISLAÇÃO APROVADA POR D. CATARINA DE ÁUSTRIA EM PORTUGAL (1557-1592)

GIOVANNA APARECIDA SCHITTINI DOS SANTOS (DOCENTE – UFG)

GIOVANNA_APARECIDA_SCHITTINI@UFG.BR

A produção jurídica dos monarcas revela-se termômetro profícuo para as reflexões acerca do poder político; do contexto histórico e social no qual exerceram sua governança; das necessidades a ele inerentes; dos interesses políticos em jogo e das representações e simbolismos que a instituição régia e o monarca em exercício pretenderam associar a si. Nesse sentido, essa comunicação tem como objetivo a compreensão da atividade legislativa da rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578), regente de Portugal entre os anos de 1557 e 1562 em nome de seu neto, D. Sebastião (1554-1578), e consiste na identificação e análise das leis, regimentos, alvarás, mandados e provisões da regente para a regulamentação geral do reino de Portugal. Com esse movimento, busca-se delinear o perfil legislativo de D. Catarina; identificar as áreas da governança nas quais suas normas jurídicas mais incidiram e o impacto que tiveram, abordando, por fim, como essa atividade legislativa se relacionou com as representações sobre a rainha. O modo como a regente buscou articular sua imagem às representações favoráveis a seu respeito e suas ações no campo da justiça foram considerados como mecanismos adotados por ela para a articulação do poder nos

aspectos simbólico, político e jurídico, como procura-se demonstrar. A escolha da justiça para a análise da regência de D. Catarina justifica-se pela importância que a instância possuía na composição do poder do monarca moderno: a justiça era considerada atributo régio por excelência e a elaboração de leis e a nomeação de magistrados ligados à rainha são analisados para explicitar seu perfil jurídico-governativo e a busca por autoridade política que atravessou sua regência. Além disso, permite uma maior compreensão da regência de D. Catarina, figura histórica pouco estudada e ainda cercada de preconceitos historiográficos.

Palavras-chave: D. Catarina de Áustria; Atividade Legislativa; Representação; Gênero.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS NA AMÉRICA IBÉRICA: UMA ANÁLISE DA JUSTIÇA CIVIL NO SÉCULO XVIII

MARÍLIA CAROLINA CARNEIRO DE OLIVEIRA (MESTRANDA – UFRPE)
MARILIACAROLINA25UPE@GMAIL.COM

O trabalho propõe-se a analisar fragmentos institucionais da Justiça Civil da América Ibérica, a aplicação da justiça, as estruturas argumentativas e a formação da consciência dos Juízes a partir de quatro processos criminais no século XVIII, sendo dois processos do Peru e dois processos do Brasil, ambos envolvendo mulheres. A partir desses pontos, teremos a intenção de entender como a justiça se comportava nessas sociedades modernas e buscaremos expor a relação da sociedade com a justiça de seu tempo. Para entendermos como a Justiça Civil se admitia, é necessário fazer o exercício de partir da Teologia Moral e depois a Casuística. A Teologia Moral era estabelecida por Deus. A Casuística era regida a partir de códigos de condutas morais, com base na jurisdição civil, em que a Teologia Moral

prevalecia. Portanto, para chegarmos as questões jurídicas, precisamos entender o elo que existe entre o Direito Natural, o Direito Canônico e o Direito Comum. A partir de uma perspectiva Jurisprudencial, o Direito vai se efetuar, não considerado um saber único, imutável e singular, e sim alterável e diverso, não possuindo uma fórmula específica na sua aplicação. Deste modo, iremos evidenciar o ordenamento jurídico em seus rigores e suas flexibilidades repercutindo na dinâmica da vida social da América Ibérica, a partir das fontes e textos trabalhados.

Palavras-chave: América Ibérica; Justiça Civil; Processos.

A ESCRIVANIA DA CÂMARA DE OLINDA: FAMÍLIA, SERVIÇOS E PROPRIEDADES DE OFÍCIOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO POST-BELLUM (SÉCS. XVII-XVIII)

ABIMAE ESDRAS CARVALHO DE MOURA LIRA (MESTRANDO - UFRN)

AECMOURA@GMAIL.COM

Este artigo pretende analisar a materialidade da política régia portuguesa de doação de propriedades de ofícios na Capitania de Pernambuco, entre os séculos XVII e XVIII, bem como o capital simbólico e pecuniário que estavam diretamente associados àquela costumeira prática administrativa. Para tanto, utilizar-se-á da emblemática trajetória perscrutada pela família Miranda de Almeida na escritania da Câmara de Olinda, ao reter em seu interior a titularidade desse ofício durante aproximadamente um século. Para isso, utilizou-se dos Documentos Manuscritos Avulsos do Conselho Ultramarino, referentes à Capitania de Pernambuco e do Livro Nobiliarquia Pernambucana. Esses conjuntos foram transcritos e analisados à luz das discussões sobre a Nova História Política, detendo-se, especificamente, na vertente cultural dessa corrente. Utilizou-se, concomitantemente, do método indiciário e onomástico como fio condutor das investigações. Por fim, percebeu-se que os dilemas que constantemente fissuraram o tecido social pelo Império e pela Capitania de Pernambuco, nomeadamente, naquelas centúrias, foram os mesmos que impuseram limites, restrições, possibilidades e redimensionamentos na política régia de concessão, manutenção e sucessão da propriedade do ofício de escrivão da Câmara de Olinda.

Palavras-chave: Propriedades de ofícios; escrivão da Câmara de Olinda; Nova História Política.

A ADMINISTRAÇÃO DOS DOMÍNIOS IBÉRICOS NA AMÉRICA NO SÉCULO XVIII: A IMPLANTAÇÃO DO REGIME DE INTENDÊNCIAS E A REORDENAÇÃO DAS COMANDÂNCIAS MILITARES NO RIO DA PRATA E SUA RELAÇÃO COM A AMÉRICA PORTUGUESA

ALFREDO DE JESUS DAL MOLIN FLORES (DOCENTE – UFRGS)

AJDMF@YAHOO.COM.BR

O século XVIII foi permeado claramente de grandes desafios aos Impérios coloniais, de onde se pode afirmar que haveriam de surgir, por consequência, grandes transformações quanto à forma de proceder e pensar a administração de territórios e pessoas nos domínios portugueses e espanhóis na América. Não por acaso, a introdução de novas categorias de ensino, dirigidas às elites política, militar e jurídica nos Impérios ibéricos, consolidariam uma nova maneira de organizar esses domínios, distanciando-se das antigas estratégias adotadas no início do processo de expansão das Coroas na América. Assim, a introdução de estudos novos, advindos das conquistas científicas da época, como também a revisão dos modos de administração, resultaram em novas fórmulas, como a Intendência, que foram implantadas com o objetivo de suplantarem as antigas já existentes na América. De modo particular, na América hispânica, o regime de Intendência representou a presença do Rei de modo direto, absorvendo muitas vezes o movimento durante o século XVIII da ascensão de militares a cargos relevantes da administração colonial, dentro de um cenário de fronteiras por definir e com lutas armadas entre as Coroas e no interior dos territórios (como ocorreu com grupos indígenas que possuíam relativa autonomia). Tendo em conta este cenário, propõe-se nesta pesquisa aprofundar as relações entre a implantação ocorrida no contexto hispânico do regime de Intendências, conjugadamente com a manutenção das comandâncias militares, em especial no contexto platino, e sua repercussão na fronteira sul dos domínios luso-brasileiros durante o século XVIII.

Palavras-chave: América hispânica; Intendência; Comandância militar; América portuguesa; fronteira.

UMA VILA PARA A PRINCESA? UM JUIZ DE FORA NO LIMIAR DO SÉCULO XIX E SEU PAPEL POLÍTICO NA CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO

DÉBORA CAZELATO SOUZA (DOUTORA – UEMG)

DEBORACAZELATO@YAHOO.COM.BR

EDNA MARA FERREIRA DA SILVA (MESTRA – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CAMPANHA)

EDNAMARA.FERREIRA@GMAIL.COM

José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa era natural de Minas Gerais. Formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, e realizou a leitura de bacharéis no ano de 1785. Antes de servir como juiz de fora da Campanha da Princesa (Minas Gerais), foi juiz de fora de Alandroal (Portugal). Miranda e Costa foi responsável por criar o cargo de juiz de fora em Campanha, no ano de 1798, momento da elevação do arraial em Vila. Permaneceu no ofício até aproximadamente a segunda década do século XIX. A carreira do juiz de fora da Campanha da Princesa se mistura com a história do próprio local e com o estabelecimento dos limites dessa vila, uma das últimas a ser criada na capitania de Minas. A ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas quanto coloniais. O arraial de Campanha do Rio Verde era área de fronteira e de disputa entre as autoridades de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila que passa a destinar um terço de seus rendimentos a um donativo a herdeira do trono português. A esse donativo segue um curioso ato, o da doação da posse do senhorio da vila à princesa do Brasil, Carlota Joaquina. Essa comunicação se propõe a investigar, além da trajetória do juiz, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Para essa comunicação utilizaremos principalmente as fontes disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Público Mineiro, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os resultados, ainda que preliminares, apontam a grande influência do juiz na Vila da Campanha, não somente pela doação do termo (o que sugere uma aproximação com a Carlota), mas também pelas relações ali estabelecidas com os poderosos locais.

Palavras-chave: juiz de fora; Campanha da Princesa; senhorio; território; Minas Gerais.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

MULTINORMATIVIDADE E SABER JURÍDICO EM CONFLITOS DE TERRAS COM ÍNDIOS EM FINS DO SÉCULO XVIII NA AMÉRICA PORTUGUESA

CARMEN ALVEAL (DOCENTE – UFRN)

CARMEN.M.O.ALVEAL@GMAIL.COM

SAMUEL BARBOSA (DOUTOR – USP)

SAMUEL.BARBOSA@USP.BR

O presente trabalho pretende analisar a mobilização do saber normativo em dois processos judiciais acerca de um conflito de terra que perdurou 26 anos, em fins do século XVIII. Nesse conflito agrário, os principais agentes envolvidos eram os índios da aldeia de Mangaratiba, Capitania do Rio de Janeiro. A outra parte da contenda era um mestiço, originário da própria aldeia, mas que comprara terras vizinhas e agora disputava seus limites com seus antigos companheiros. Como a disputa chegou à Corte de Apelação, os desembargadores e outras autoridades judiciais envolvidas travaram um debate jurídico acerca do direito dos índios sobre o domínio da terra. Retomando ideias bastante discutidas no século XVI, e também recuperando a legislação indigenista elaborada pela Coroa portuguesa, como a Lei de 1 de janeiro de 1680, a noção dos direitos naturais dos índios por serem os senhores naturais das terras foi determinante para dar ganho de causa aos índios de Mangaratiba, embora a determinação da sentença favorável, não significou que estes índios tenham garantido seu direito de fato. A questão analítica que nos interessa discutir são os ganhos do conceito de multinormatividade como alternativa ao de pluralismo jurídico para compreender o jogo das normatividades, implícitas e explícitas, em um conflito agrário da América Portuguesa.

Palavras-chave: Multinormatividade; Direito dos índios; legislação indigenista; direitos naturais; conflito de terra.

HISTÓRIA DAS MULHERES E DIREITO DURANTE O SÉCULO CRISTÃO NO JAPÃO: ENCONTRANDO NORMATIVIDADES NAS CONFRARIAS JAPONESAS

LUISA STELLA DE OLIVEIRA COUTINHO SILVA (DOUTORA – MAX PLANCK INSTITUTE)
LUISASTELLA@GMAIL.COM

Em meados do século XVI, após a chegada dos primeiros Jesuítas no Japão, centenas de missionários passaram a viajar para o arquipélago, ampliando os limites da missão evangelizadora. Em algumas décadas, milhares de japoneses converteram-se ao cristianismo, tornando o número de padres no Japão insuficiente para administrar a nova vida dos convertidos e realizar os ritos religiosos próprios. Assim, à medida que os adeptos do catolicismo aumentavam, japoneses, homens e mulheres, começaram a organizar suas próprias irmandades, ou confrarias, onde realizavam os ritos cristãos e mantinham práticas diárias. Neste contexto, considerando as confrarias no Japão como espaços de produção de normas a partir das práticas religiosas, este estudo visa analisar a vida diárias dos convertidos utilizando igualmente duas tradições normativas: as fontes da missão no Japão que circularam nos impérios ibéricos sobre as confrarias do Japão e a história do direito do Japão e suas fontes em japonês. Pretendemos demonstrar como as práticas sobre o casamento, o sistema de parentesco, o repúdio, o divórcio e o papel das mulheres nestas confrarias redefiniram papéis sociais e categorias legais à medida que iam sendo culturalmente traduzidas e adaptadas. Influenciados pela história do direito, história das mulheres e história global, acentuamos a importância de compreender as categorias de gênero de acordo com as fontes normativas e categorias do período em análise, defendendo a intersecção das definições de sexo e gênero, status, condição e religião. Esta abordagem visa contribuir no avanço da interpretação das fontes para além dos discursos de cunho nacionalista, da história do comércio, da utilização unilateral do contexto missionário e das interpretações acríticas em relação às questões de sexo e gênero na história do direito.

Palavras-chave: História do direito; História das Mulheres; Século Cristão no Japão. Confrarias.

INFRAJUSTIÇA NA AMÉRICA PORTUGUESA: O CASO DA COMARCA DA PARAÍBA, SÉCULOS XVII E XVIII

YAMÊ GALDINO DE PAIVA (DOUTORA – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)

YAMEPAIVA@GMAIL.COM

Esta comunicação tem como base a investigação desenvolvida para a nossa tese de doutoramento, recentemente defendida, e dedica-se a tratar das formas extrajudiciais de resolução de litígios. Há algumas décadas, a historiografia europeia tem apontado a existência de um pluralismo jurídico na Europa durante a modernidade. Dentre as diversas normativas reguladoras das sociedades europeias estavam práticas informais, denominadas por alguns historiadores como infrajudicialidade, através das quais os próprios indivíduos por si, ou através de mediadores, chegavam a entendimentos comuns sobre um ponto conflituoso. Essas decisões consensuais poderiam ser apenas orais, mas frequentemente ocorria de serem reduzidas à escrito e formalizadas perante um tabelião. Este é um aspecto que também esteve presente no ultramar americano, embora ainda seja pouco desenvolvido pela historiografia, especialmente para a América portuguesa. Abordaremos, através do caso da comarca da Paraíba entre a segunda metade do século XVII até o final do século XVIII, como esse tipo de regulação fez parte do cotidiano das populações, destacando os principais assuntos tratados e o perfil das partes envolvidas nessas formas consensuais de resolução de conflitos, e como conviveu com outras normativas locais e agentes responsáveis pela administração da justiça, como os juizes ordinários e os ouvidores. As principais fontes utilizadas são livros de notas existentes para o período.

Palavras-chave: Infrajustiça; administração da justiça; América portuguesa.

ALTERIDADES JURÍDICAS NOS SERTÕES DE ANGOLA: UMA ANÁLISE DO ENCONTRO ENTRE ESTRUTURAS JURÍDICAS COLONIAIS E AFRICANAS (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

GABRIEL DE SOUZA MIGUEL (MESTRANDO – UFRRJ)

GABRIELDESOUZAMIGUEL@GMAIL.COM

No presente trabalho, analisamos o projeto político português para a centralização das estruturas jurídicas de escravização nos sertões de Angola durante a segunda metade do século XVIII. Para isso, objetivamos perscrutar o projeto reformista para o domínio africano em sua manifestação legislativa sobre os mecanismos jurídicos de escravização, analisando os pormenores da legislação em questão. Além disso, pretendemos compreender as percepções e orientações da monarquia portuguesa sobre os mecanismos jurídicos africanos e, numa via de mão dupla, as percepções e apropriações dos mecanismos jurídicos coloniais pelos africanos. Para entendermos este encontro de estruturas, modelamos o conceito de “alteridades jurídicas”, nos quais as práticas legais e de justiça são pensadas e definidas de forma plural, abrindo espaço para um aspecto relacional dessas mesmas estruturas, quando uma entra em contato com a outra e, por conseguinte, ambas se transformam. Dessa forma, tendo como fonte histórica a legislação produzida naquele período acerca das estruturas jurídicas africanas, realizaremos uma análise comparativa entre as ordens provenientes de Portugal e o que efetivamente se praticava pelos agentes da justiça colonial em Angola. Acreditamos que este trabalho nos capacite a analisar com maior clareza as influências mútuas sofridas pelas estruturas jurídicas africana e portuguesa, em intenso contato nos sertões da África Centro-Occidental. Além disso, essa análise pode nos ajudar a entender como potentados africanos, por um lado, se apropriaram de parte dos códigos jurídicos portugueses vigentes e, por outro, resistiram à plena efetivação desses mesmos códigos.

Palavras-chave: África; Angola; escravização; sertões; estruturas jurídicas.

02. A IDEIA DE IMPÉRIO E A EXPERIÊNCIA COLONIAL: DINÂMICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA DE JESUS

COORDENADO POR:

MARIA EMILIA MONTEIRO PORTO (UFRN)

MARIAPORTO2@YAHOO.COM.BR

MARIA DE DEUS BEITES MANSO (UNIVERSIDADE DE ÉVORA)

MARIADEUSMANSO@GMAIL.COM

Constituído no ano de 2009, o Grupo de Pesquisa Jesuítas nas Américas congrega pesquisadores de diferentes estados do Brasil, bem como colegas da Argentina e de Portugal. Participando ativamente no Encontro Internacional de História Colonial (EIHC) desde o ano de 2010, o grupo propõe-se estar presente na oitava edição com o Simpósio Temático “A ideia de império e a experiência colonial: Dinâmicas e Práticas da Companhia de Jesus”. A época moderna foi marcada pelo projeto expansionista europeu, envolvendo diferentes agentes da sociedade. Na intenção de se impor um modelo sociocultural europeu/cristão criaram-se estruturas e instituições que ajudaram a edificar a empresa colonial. A Companhia de Jesus encarnará o esforço como uma missão universal, na qual o Homem só se salvava pela prática do catolicismo. Este tornou-se um dos agentes essenciais para a edificação dessa missão que abrangeu os cinco continentes, tanto enquanto evangelizadores, como responsáveis por práticas caritativas e de cura, como homens de ciência e cultura e aptos a adaptarem a sua ação ao contexto em que se inseriam. O trabalho da Companhia de Jesus ao longo dos tempos nem sempre foi bem acolhido, quer pela Igreja e poderes, quer pelas sociedades locais com que entravam em “convivência”. Sobre o seu itinerário que, em muitos momentos da História foi conturbado, reſtam-nos muita documentação e estudos sobre os

quais vale a pena ler/questionar. Para além de uma história apolo-gética ou ideológica que se foi escrevendo, temos que indagar sobre o seu papel na sociedade de então e ver particularmente as continuidades e/ou rupturas que mantiveram desde seu diálogo com a tradição medieval até a constituição dos aspectos fundantes da época moderna. Neste sentido, convidamos os colegas a apresentarem trabalhos que nos ajudem a questionar a sua relação com a história colonial e/ou com o processo histórico que designamos de primeira grande globalização da época moderna.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

PORTUGAL E A EXTINÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS – A CONTROVÉRSIA REGALISTA NO SÉCULO XVIII

MARIA DE DEUS BEITES MANSO (UNIVERSIDADE DE ÉVORA)
MARIADDEUSMANSO@GMAIL.COM

Decorridos mais de dois séculos desde a sua fundação, os ataques contra a Companhia de Jesus acentuavam-se tanto em Portugal como em outros países europeus e no espaço ultramarino. No que concerne a Portugal e ao seu Império, a maior ofensiva surgiu no reinado de D. José I, sendo Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, secretário de Estado do Reino. A “lenda negra”, fenómeno também designado por “império jesuítico”, ou “império oculto”, segundo o qual a ambição e determinação era a formação de um governo global e não apenas tomar conta de Portugal ou do Brasil. Assim, o nosso objetivo será analisar como alguns episódios e publicações desde a entrada dos jesuítas em Portugal até à sua extinção (1759), cujos conteúdos consolidaram a “lenda negra”, ditando a extinção e mais tarde a sua supressão, foram estudados pela historiografia, particularmente a portuguesa. Atendendo a que o tema tem merecido muita atenção por parte de investigadores, e tratando-se particularmente de uma análise historiográfica, indicamos sobretudo leituras que nos ajudarão a refletir sobre o tema apresentado para este ST.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Marquês de Pombal; Regalismo.

MEDIDAS POMBALINAS E A ATUAÇÃO DA MESA DE INSPEÇÃO DA BAHIA NO CONFISCO DOS BENS DA COMPANHIA DE JESUS

IDELMA APARECIDA FERREIRA NOVAIS (DOUTORA USP / LED SAR-UESB)
IDELMAFN@YAHOO.COM.BR

Esta comunicação tem como objetivo analisar as Reformas Pombalinas direcionadas para a dinâmica econômica do Brasil Colônia, entre elas, as políticas e medidas adotadas pela Coroa Portuguesa que culminou a expulsão da Companhia de Jesus e a atuação da Mesa de Inspeção do Açúcar e Tabaco da Bahia, criada 1751 e instalada nos principais portos do Brasil, no confisco e administração dos bens dos Jesuítas. A Mesa de Inspeção era um órgão administrativo e centralizador, que constituiu um importante instrumento da política mercantilista da Coroa. Esta instituição tinha o objetivo de assegurar o rendimento e controle das atividades produtivas e comerciais da colônia, visando garantir a manutenção do exclusivo colonial. Dentre as suas diferentes atribuições, podemos destacar a preocupação e empenho da Mesa de Inspeção da Bahia na melhoria da qualidade dos produtos, principalmente o açúcar, tabaco e algodão, como também sua atuação para auxiliar os senhores de engenho e lavradores com as novas técnicas de cultivo, produção do açúcar, armazenamento e comercialização. O tema se insere no quadro das políticas adotadas pelo Marques de Pombal, orientadas para a revitalização do comércio português na segunda metade do século XVIII, tendo como resultado uma série de medidas conhecidas como Reformas Pombalinas. Uma delas foi a expulsão e confisco dos bens dos Jesuítas e, que nesta comunicação, analisaremos especificamente um documento em que apresenta a interferência da Mesa de Inspeção no processo de confisco dos bens da Companhia de Jesus na Bahia.

Palavras-chave: Política; Inspeção; Administração; Jesuítas.

PUGNAS E MISSIVAS NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: O PADRE GABRIEL MALAGRIDA S.J E AS AUTORIDADES LUSITANAS NO PERÍODO POMBALINO

THIAGO GOMES MEDEIROS (MESTRE – UFPB)
PROFESSORTHIAGOMEDEIROS@GMAIL.COM

O presente trabalho tem por objetivo analisar o tráfego epistolar ocorrido no Estado do Grão-Pará e Maranhão durante o período pombalino, tratando especificamente dos interesses da Companhia de Jesus na região, com destaque para as ações do padre jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761). Para tanto, utilizou-se *A coleção de Cartas e Escritos do Padre Malagrida*, composta por 57 documentos autorais, escritos entre os anos de 1721 e 1756, como também foram trabalhadas as correspondências entre o governador, Mendonça Furtado com o irmão, o Marquês de Pombal, entre outras autoridades lusitanas, encontradas na obra *A Amazônia da Era Pombalina* de Marcos Carneiro de Mendonça. Daí, traçou-se um perfil de interesses com foco para a fundação de seminários na América portuguesa, surgindo conflitos entre as autoridades eclesiásticas e políticas, em Portugal e no Grão-Pará e Maranhão. No centro dessa discussão encontra-se o Alvará Régio de 1751, concedido por D. José I ao padre Malagrida, o que representava uma investidura de poder e licença para as suas fundações. O jesuíta italiano, munido do documento, ultrapassava a autoridade dos bispos e governadores locais, e além da proteção real, também obteve o sustento para suas obras, mesmo com as provedorias locais em crise. Nesse sentido, o Alvará de 1751 coloca o padre missionário em rota de colisão com os irmãos Carvalho e Melo e Mendonça Furtado, além de causar a reação das autoridades episcopais da região. Assim, o estudo das várias missivas trocadas entre os protagonistas dessa história, auxiliam na construção de uma narrativa sobre as pugnas ocorridas no Grão-Pará e Maranhão, entre o poder espiritual e práticas da Companhia de Jesus e o poder temporal do período pombalino, trazendo uma rede de influências e relações de poder em pleno período colonial no extremo norte do Brasil.

Palavras-chave: Pugnas. Missivas. Companhia de Jesus. Gabriel Malagrida. Período Pombalino. Grão Pará e Maranhão.

AS TERRIBILIDADES JESUÍTICAS: UM DOCUMENTO A SERVIÇO DO ANTIJESUITISMO AMAZÔNICO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

ROBERTA LOBÃO CARVALHO (DOCENTE – IFMA)

ROBERTA.CARVALHO@IFMA.EDU.BR

Nesta comunicação nos propomos a analisar *as Coleção das Representações, Propostas, e Providencias, Sobre As ruínas, que aos Povos do Estado do Gram Pará, e Maranhão fizeram aos denominados Jesuítas, até o fim do Reinado do Senhor Rei dom João Quinto (1686-1755), que faz parte das Terribilidades Jesuíticas no Governo de D’El Rei dom João Quinto*, um corpus documental que fez parte da construção do anti-jesuitismo amazônico construído durante a primeira metade do século XVIII. Acreditamos que essa coleção tenha sido organizada, em sua maioria, por Paulo da Silva Nunes, um dos maiores opositores da Companhia de Jesus durante a primeira metade do século XVIII. Alertamos que, ao que tudo indica, esse corpus serviu para a construção de uma parte da propaganda antijesuítica pombalina, assim como suporte para as principais leis pombalinas pensadas para a região amazônica, mas esse assunto será tratado em um outro momento, visto que agora, temos a intenção apenas de tornar claro ao leitor a estrutura física e argumentativa apresentadas nessa coleção. Palavras-chave: antijesuitismo; Amazônia colonial; Terribilidades Jesuíticas; século XVIII.

A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E A APROPRIAÇÃO DOS SEUS BENS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REI SEGUNDO CLODOMIR SILVA

ANTONIO LINDVALDO SOUSA (DOCENTE – UFS)

ENTEMPO@HOTMAIL.COM

O tema a expulsão dos jesuítas e apropriação dos seus bens na Capitania de Sergipe del Rey ocupou espaço significativo em algumas publicações de pesquisadores formados em direito e medicina no final do século XIX início do século XX. Uma dessas publicações foi o livro *Álbum de Sergipe* publicado pelo advogado Clodomir Silva, por ocasião do centenário da independência de Sergipe da Bahia, em 1920. Este livro foi financiado pelo Estado e considerado como

produção oficial das comemorações desse festejo. Passados mais cem anos, no bicentenário dessa independência, em 2020, esse livro é novamente editado reafirmando a importância dessa produção e do autor no conjunto das referências sobre o estudo do passado dessa capitania. Nesse livro, o autor considera alguns acontecimentos como significativos de mudanças na América portuguesa e, principalmente em Sergipe onde concentra sua narrativa. Um desses acontecimentos foi a temática da expulsão dos jesuítas e apropriação dos seus bens. A presente comunicação busca compreender como Clodomir Silva, nesse seu livro *Álbum de Sergipe*, enfoca esse tema. Para atingir tal objetivo será necessário ler o texto como um artefato cultural produzido pelo autor onde há referências explícitas e implícitas de outros textos, de fontes históricas, da subjetividade deixada por ele, do grupo que ele fazia parte e das intenções em jogo no momento de sua produção.

Palavras-chave: Expulsão, bens, jesuítas, representação, capitania de Sergipe Del Rey.

OS JESUÍTAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY: O TOMBAMENTO E OS CONFLITOS DA PRESERVAÇÃO DA IGREJA E DO COLÉGIO TEJUPEBA

JOSINEIDE LUCIANO ALMEIDA SANTOS (MESTRA – GPCIR–UFS)

JOSINEIDE.LUCIANO@GMAIL.COM

Em várias localidades de Sergipe, tanto na parte norte como do sul, ainda se encontram edificações religiosas dos jesuítas, tombadas pelo IPHAN, administradas pela arquidiocese sergipana ou por particulares. Duas dessas edificações são a igreja e o colégio dos jesuítas na região conhecida pelo nome de Tejupeba, nas margens do rio com esse mesmo nome, um afluente do rio Vaza-barris, área geopolítica importante no período colonial porque ligava a cidade de Sergipe, São Cristóvão, com outras localidades produtoras da cana-de-açúcar e da criação do gado. Nossa comunicação busca compreender como essas duas edificações jesuítas foram tombadas, o processo de preservação e os conflitos entre o IPHAN e os proprietários.

Palavras-chave: Jesuítas, Tombamento, patrimônio, preservação.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

VIVENDO ENTRE OS ÍNDIOS: OS JESUÍTAS E AS MISSÕES NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO

MARIA CRISTINA BOHN MARTINS (DOUTORA – PUCRS/CAPES)
MCRIS@UNISINOS.BR

A comunicação pretende contribuir com as discussões dos especialistas que desde 2010, por meio do Grupo de Pesquisa [CNPq] Jesuítas nas Américas, reúne no Encontro Internacional de História Colonial (EIHC) pesquisadores da história da Companhia de Jesus. Buscaremos por meio dela, analisar a presença da Ordem na governação do *Rio de la Plata* e seu trabalho no sentido de pacificação e “reducción a pueblos” dos indígenas da região. Como instituição colonial, a “missão por redução” pretendia levar adiante o trabalho de conversão ao qual se associava o de “civilização” de populações cujos comportamentos estavam em desacordo com o projeto colonizador. As fontes sobre as quais se sustenta a pesquisa são crônicas e cartas escritas pelos religiosos, assim como documentos provenientes da administração civil, o cabildo ou o governador de Buenos Aires. Entre as crônicas, destacamos “*Paraguay Cathólico. Los indios pampa-puelches-patagones*” (1772) de Sánchez Labrador, a compilação *Entre los pampas de Buenos Aires* feita por Guillermo Furlong em 1938, assim como a *Carta Ânua* dos anos 1735-1743 de Pedro Lozano. Entre os documentos provenientes da administração colonial, estão os *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*.

Palavras-chave: jesuítas, fronteiras, missões, colonialismo.

“ESTA TERRA É NOSSA EMPRESA”: A COMPANHIA DE JESUS E SEUS DILEMAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO DA TERRA

BEATRIZ NOWICKI GALERA (MESTRANDA – USP/CAPES)
BIANOWICKIG@GMAIL.COM

A apresentação tem por objeto as práticas administrativas da Companhia de Jesus no que toca à questão do uso da terra na

América portuguesa durante o século XVII. É notório que a ordem acumulou um extenso patrimônio, porém pouco é dito sobre como ele foi administrado e como, no intuito de conservá-lo e aumentá-lo, a Companhia estabeleceu determinadas relações sociais. São estas duas questões que permeiam a apresentação. Os objetivos são: Identificar os principais dilemas da Companhia em relação à administração das terras adquiridas; levantar quais eram as ponderações sobre o uso da terra feitas pelos padres administradores; compreender qual o significado destes dilemas na construção das relações sociais e da atuação política da ordem na América portuguesa. A presente pesquisa abarca o acervo do Archivum Romanum Societatis Ies (ARSI), principalmente as cartas escritas pelos padres catalogas por Serafim Leite como administradores e cuja atuação está datada dentro do século XVII. Nos últimos anos, a administração jesuítica vem ganhando espaço enquanto tema de pesquisa. Estudos dedicados a inventariar os bens da ordem, a descrever o funcionamento econômico dos colégios e as práticas relacionadas aos espaços produtivos da ordem têm investigado as bases materiais do seu projeto missionário. No intuito de somar na compreensão da atuação econômica da ordem é que se faz necessário analisar os dilemas e seus significados na vida administrativa dos padres, levando em consideração três aspectos. O primeiro de que se trata de uma nova ordem religiosa que se forja na experiência missionária em terras não europeias. O segundo aspecto é que sua atuação econômica se dava em uma sociedade escravista, colocando desafios que carregavam esta especificidade em relação ao mundo conhecido. Por fim, deve-se levar em conta o lugar que a Companhia ocupou na reprodução ideológica da sociedade colonial e como tal lugar se expressa em suas práticas administrativas.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; terra; administração.

A IMAGINÁRIA SACRA NO EXTREMO SUL DO BRASIL: REPRESENTAÇÕES E CULTURA MATERIAL

LARISSA PATRON CHAVES SPIEKER (DOCENTE – UFPEL)

LARISSAPATRON@GMAIL.COM

Este trabalho investiga a representação das imagens sacras no extremo sul do Brasil, sua relação com cultura ibérica, promovidas através de processos de aculturação, dominação e resignificação,

no debate sobre questões de identidade, permanência de práticas sociais e culturais, bem como a salvaguarda do patrimônio sacro existente na região sul. O trabalho, fragmento da pesquisa “Imaginária Sacra no Rio Grande do Sul”, desenvolvida nos Cursos de Artes e de História da Universidade Federal de Pelotas, propõe o levantamento, catálogação e análise da imaginária sacra da região, evidenciando, para além da composição estética e história das peças, questões de mestiçagem presente nas imagens. Esse recorte, objetiva investigar as imagens sacras existentes na estância “Nossa Senhora dos Prazeres”, sesmaria que pertenceu ao Coronel Tomás Luiz Osório na cidade de Pelotas, no século XIX, e que contém acervo de representação histórica, ainda não patrimonializado. A investigação se justifica pela possibilidade de somar as análises anteriores, no que refere a estudos sobre patrimônio local e de imagética sacra. Ao analisar a simbologia das imagens, percebemos a mistura de diferentes elementos culturais das comunidades locais, privilegiando aspectos temporais e espaciais, explorando as *connected histories/ world history* (GRUZINSKI, 2007), pelo viés da investigação da cultura material e historicidade das imagens no Rio Grande do Sul. Palavras-chave: Representação Sacra; Cultural Material, Mestiçagem; Identidades.

A COMPANHIA DE JESUS E A ICONOGRAFIA EUCARÍSTICA NA CAPITANIA DE SERGIPE

VERÔNICA NUNES (DOCENTE – UFS)

NUNES.CAMPUSLAR@GMAIL.COM

O tema da iconografia eucarística é um recorte da pesquisa sobre a cultura material católica, da iconografia cristã e a leitura zooarqueológica em igrejas da capitania de Sergipe. O estudo abordou os retábulos de altares das igrejas colônias com intuito de verificar a presença de animais no altar. Os retábulos foram considerados como intra-sítios das construções, igrejas e conventos definidos como sítios arqueológicos nos quais foi desenvolvida a prospecção do que foi denominada uma arqueologia do olhar, arqueologia em cena. No caso da Companhia de Jesus foram estudados os retábulos dos altares-mores das igrejas de Nossa Senhora de Socorro da missão indígena do Geru e o de Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba,

propriedade jesuítica localizada na povoação de laranjeiras. A iconografia eucarística apresenta o pelicano em sua piedade e constitui a cultura material católica analisada no contexto zooarqueológico. O objetivo da comunicação é apresentar a materialidade iconográfica produzida em superfície e destacar os significados intencionais nos espaços religiosos relacionados com o processo catequético na Capitania de Sergipe no sec. XVIII. Desse modo o discurso sobre a materialidade nos espaços religiosos ajuda a pensar nos elementos iconográficos enquanto um insumo pedagógico dos padres com o intuito de decorar o templo, de difundir as ideias da religião católica e de ensinar aos fiéis.

Palavras-chave: Capitania de Sergipe; Zooarqueologia; Cultura Material, Iconografia, Jesuítas.

CIÊNCIA COLABORATIVA: JESUÍTAS, SERTANISTAS E CULTURA VISUAL DAS TERRAS INTERIORES DO BRASIL (SÉCULO XVIII)

DENISE A. S. DE MOURA (DOCENTE – UNESP)

DENISE.MOURA@UNESP.BR

Esta é uma comunicação que apresenta resultados preliminares de uma pesquisa sobre ciência colaborativa e cultura visual no Brasil no século XVIII. O objetivo é mostrar, através de evidência eloquente a colaboração entre sertanistas e jesuítas na construção de uma cartografia das terras interiores do Brasil. Este não é um fenômeno novo, mas muito mencionado pela historiografia. Em 1746, Thadeu Enis, um jesuíta atuante nas missões da Província do Paraguai, confeccionou um mapa que expandia esta região missioneira e de comunidade indígenas autônomas até as minas de Goiás. O desenho foi feito com a colaboração explícita de Simão Bueno, um sertanista de São Paulo, pertencente a uma linhagem de exploradores, mineradores e criadores de gado atuantes entre Goiás e a região da atual Vacaria, no Rio Grande. Simão Bueno tanto o proveu o padre com informações geográficas como com um desenho de sua própria autoria. Para interpretar e compreender este trabalho de dupla autoria foram aplicados procedimentos da história da cartografia entendida como processo social. Tal procedimento forneceu condições teórico-metodológicas para estabelecer a interlocução entre os

dois mapas e verificar o objetivo de sua confecção e a maneira como ambos foram usados. As conclusões que podem ser previstas são: os limites de se pensar em uma cartografia jesuítica desvinculada de outros agentes; a impossibilidade de estabelecer clivagem entre conhecimento científico e conhecimento prático de sertanistas em ambientes coloniais; a cartografia praticada pela Ordem não necessariamente vinculada ao trabalho de evangelização, mas às circunstâncias históricas específicas vividas pela instituição na colônia. E por fim a recomposição das relações entre antigas forças em disputa em alianças circunstanciais para enfrentar o avanço dos projetos coloniais de Estado.

Palavras-chave: ciência; cartografia; mapas.

RELATO DE UMA PESQUISA: JESUÍTAS, TRADIÇÃO VISUAL E UMA PINTURA DO SÉCULO XVIII DAS PERIFERIAS DO IMPÉRIO

MARIA EMILIA MONTEIRO PORTO (DOCENTE – UFRN)

MARIAPORTO2@YAHOO.COM.BR

Trata-se de apresentar os resultados de um exercício de pesquisa em cultura visual tendo como objeto a tela “Morte do Padre Filipe Bourel / século XVIII / óleo s/tela / sem assinatura / 110,5 x 133,5 cm / tombo 10 523”. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro 10 523. Aplicando o método biográfico de interpretação da imagem, a pintura acompanha a retórica visual jesuítica e expressa o esforço de propaganda da ordem diante da vizinhança da derrota da política missionária. Representa uma região de missão nas capitanias do norte, estendendo-se como memória e identidade tanto a uma região periférica do império português, como a missionários da Assistência alemã da Companhia de Jesus.

Palavras-chave: jesuítas, cultura visual, Capitanias do norte.

03. GOVERNANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PODERES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

COORDENADO POR:

REINALDO FORTE CARVALHO (UPE PETROLINA)

REINALDOFORTE@YAHOO.COM.BR

Articular os diversos pontos do Império Ultramarino Português se constituiu em uma tarefa desafiadora para a Coroa lusitana. Nesta lógica, ao lançar um olhar para um quadro mais amplo das conquistas nos diversos territórios, a Coroa acabou inserindo-se em multifacetadas dinâmicas, assumindo diferentes papéis, ora como protagonista das ações, ora como mera coadjuvante. Uma das estratégias da monarquia lusa era nomear/inserir oficiais para assegurar as prerrogativas régias nas localidades, sendo que, por intermédio destes mesmos oficiais, buscava manter o controle daqueles espaços. Portanto, entender as práticas administrativas desses representantes régios, é adentrar nos espaços de negociação, embate e conflito destes indivíduos no exercício de suas funções. Diante disto, torna-se relevante a discussão acerca da atuação dos representantes portugueses, por revelar de que forma eram colocados em prática o exercício do mando nos espaços coloniais em relação às normas do Estado lusitano.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA DA GUIANA FRANCESA

IVETE MACHADO DE MIRANDA PEREIRA
(DOUTORADO/EHESS-PARIS/CAPES)
MACHADOIVETE18@GMAIL.COM

Esta comunicação reproduz parte da minha pesquisa de doutorado, financiada pela CAPES, que analisou os nove anos da ocupação portuguesa da Guiana Francesa nas esferas jurídica, fiscal e comercial. O texto privilegia o início da ocupação portuguesa na Guiana e os problemas enfrentados pelos dois administradores para governar a colônia segundo as leis francesas, como determina o artigo XI do texto da capitulação. Um dos objetivos da comunicação é responder à questão: o que os Portugueses tiveram de adaptar na sua forma de governar para administrar a Guiana Francesa? A comparação entre as administrações francesa e portuguesa é o fio condutor que permite verificar quais foram as modificações empreendidas pelos Portugueses para conservar a conquista. Se em um primeiro momento a autoridade portuguesa foi negociada com a elite local, a chegada de um magistrado, o antigo ouvidor da capitania da Paraíba, Maciel da Costa, acarretará mudanças administrativas. O estudo utiliza documentos administrativos conservados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional, e no Arquivo Ultramarino Francês, além de documentos impressos como as Ordenações Filipinas. O trabalho pretende contribuir para preencher o vazio historiográfico do período da ocupação portuguesa da Guiana, nunca antes abordado como objeto específico de pesquisa.

Palavras-chave: Guiana Francesa; ocupação; legislação; administração.

A ATUAÇÃO DE PAULO DIAS DE NOVAIS: POSSIBILIDADES E LIMITES DA AÇÃO PORTUGUESA NO NDONGO, 1571-1589

LUCIANA LUCIA DA SILVA (MESTRE – UFRJ)

L.LUCIA.SILVA@HOTMAIL.COM

Esta proposta de comunicação tem por objeto a presença portuguesa no Ndongo em fins do século XVI. O Ndongo se situava na região que ficou conhecida como Angola a partir do início da presença portuguesa e era habitado por um subgrupo entre os mbundu, os falantes do kimbundu que ocupavam uma larga faixa da África Centro Ocidental. O século XVI marca o período de consolidação do Ndongo na região e de sua inserção no tráfico atlântico de escravizados, que levou à presença de agentes oficiais portugueses na região. O objetivo é pensar as possibilidades e limites de ação de Paulo Dias de Novais, enviado à região como “capitão donatário e governador”. Sua trajetória na busca de atingir os objetivos portugueses, especialmente de adentrar o território e chegar às idealizadas minas de prata que os portugueses acreditavam existir na região, demonstra que a ação portuguesa era condicionada por questões internas e pela agência dos chefes mbundu. Por isso, buscaremos identificar as principais características da atuação desse agente português no Ndongo, relacionando-as à existência de fatores imperiais, mas também locais. Para tal, usaremos como fonte correspondências escritas pelo próprio Paulo Dias de Novais ou a ele endereçadas, além de cartas e relatórios relativos à atividade missionária na região, que nesse momento era exercida por religiosos da Companhia de Jesus que acompanhavam o governador português em sua empreitada na região, presentes na Monumenta Missionária Africana. A proposta se justifica pelo fato de que muito ainda precisa ser problematizado sobre os acontecimentos desse período, que permitiram que Angola se tornasse região de destaque no envio de pessoas escravizadas para as Américas através do tráfico transatlântico. Bem como pelo fato de o protagonismo dos mbundu nesses acontecimentos nem sempre ter ocupado o devido espaço na pesquisa histórica, não sendo, apesar de indispensável para a compreensão das dinâmicas em curso, devidamente reconhecido e valorizado.

Palavras-chave: Angola; Ndongo; protagonismo mbundu; presença portuguesa; Paulo Dias de Novais.

“UM VASSALO FIEL E ÚTIL À REAL CASA DE VOSSA MAJESTADE”: CAPITÃES MORES NOS SERTÕES DE PIRANHAS E PIANCÓ, CAPITANIA DA PARAÍBA (SÉC. XVIII)

JANICE CORREA DA SILVA (MESTRA – UFPB)

CORREA.JANICE@YAHOO.COM.BR

O título deste artigo faz referência a uma declaração do capitão mor da Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (sertões da capitania da Paraíba), Francisco de Arruda Câmara, em um extenso requerimento datado de 5 de dezembro de 1786 destinado à rainha dona Maria I por meio do qual apresentava argumentos de defesa em seu favor, objetivando se livrar de uma série de acusações contra sua pessoa. A expressão utilizada por Arruda deixa bastante nítido o modo como o poder central metropolitano se utilizou de diversas estratégias a fim de viabilizar a governança nos domínios ultramarinos. O uso das forças militares foi uma dessas estratégias, e no âmbito delas, os capitães mores se apresentaram como peças fundamentais nas dinâmicas de negociação e conflito entre os interesses das elites locais e de outros segmentos sociais úteis ao Estado. Fundamentado nos aportes teóricos da Nova História Política e com base nos estudos de temas que percebem as relações de poder entre centros e periferias sob uma nova ótica, este artigo se propõe a investigar a atuação dos capitães mores nos sertões da capitania da Paraíba durante o século XVIII e o modo como eles contribuíram para manter a ordem política e administrativa nas áreas interioranas. A fim de compreender essa trama serão utilizados ofícios e requerimentos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino e documentos existentes no Cartório João Queiroga da cidade de Pombal, estado da Paraíba. Elegeu-se o estudo de alguns capitães mores (José Gomes de Sá, Constantino de Oliveira Ledo e Francisco de Arruda Câmara) que se destacaram na condução política da Vila de Pombal por governarem de modo tirânico e violento. Procura-se por meio deste trabalho contribuir com o debate historiográfico em torno das vicissitudes políticas sertanejas e da complexidade da sociedade ali constituída.

Palavras-chave: Capitães mores; Sertões; Negociação; Conflito.

GOVERNADORES E MINISTROS DA RELAÇÃO E OS PROBLEMAS NO GOVERNO DA CAPITANIA DA BAHIA (1753 – 1777)

CHARLES NASCIMENTO DE SÁ (DOCENTE –
UNEB, DOUTORANDO – UNESP)
CHARLES.SA75@GMAIL.COM

O objetivo proposto neste texto centra-se em entender e analisar a ação dos governadores da capitania da Bahia em suas interações, disputas e contendas com os ministros do Tribunal da Relação da Bahia, instância máxima da justiça na América portuguesa entre o ano de 1750 a 1777, período de governo de D. José I. Os documentos aqui compilados fazem parte da coleção Castro de Almeida, do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, e se encontram disponibilizados no site do Projeto Resgate. As Fontes coligidas aludem aos choques, disputas e dilemas vivenciados pelos governadores do período pombalino em suas interações com membros do Tribunal de Relação da Bahia. Entre os assuntos analisados e que fizeram parte dos problemas vivenciados pelos governadores no período pombalino, temas ainda hoje atuais se fazem presentes, tais como: remuneração, intrigas palacianas, disputas por poder ou status, brigas, casos amorosos, lucros indevidos. Para a abordagem desse estudo utilizou-se autores como Stuart Schwartz, Pierre Verger, Russell-Wood, Rodrigo Bentes Monteiro, Charles Boxer, Nuno Gonçalo Monteiro, Mafalda Soares da Cunha, dentre outros. Governar não era de modo algum algo fácil. A existência de problemas na capitania da Bahia entre 1750 e 1777 foi algo comum, corriqueiro e que se mostrou uma fonte perene de preocupações e barreiras para o exercício da autoridade dos governadores na Bahia Setecentista.

Palavras-chave: governadores, Bahia, problemas, período pombalino, Tribunal da Relação, Império português.

AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DA CAPITANIA DA BAHIA PELO CONTADOR ANTÔNIO FERREIRA CARDOSO (1762-1769)

POLIANA CORDEIRO DE FARIAS (MESTRE EM ENSINO,
FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS – IFBAIANO)
POLICFARIAS@YAHOO.COM.BR /

As reformas implementadas na Capitania da Bahia, durante o governo de D. José I, modificaram, significativamente, a malha administrativa secular do espaço, com a criação de instituições de caráter colegiado e a supressão de alguns órgãos que, desde os primórdios da colonização, foram responsáveis pelo encaminhamento de matérias administrativas, econômicas e fiscais. A criação da Junta da Real Fazenda, em 1761, é tomada como ápice do processo, gerando fraturas institucionais e conflitos de jurisdição entre instituições cimeiras. A presente comunicação tem por objetivo discutir a percepção do contador geral Antônio Ferreira Cardoso, sobre às entidades que possuíam interferência na arrecadação fazendária, bem como as propostas e providências por ele elencadas, visando solucionar problemas ditos estruturais da capitania e impor uma nova racionalidade, com o protagonismo da Junta da Real Fazenda e do contador geral, à repartição fazendária. Ao sugerir novos procedimentos administrativos para o ultramar, orientando-se por políticas em parte já adotados pelo Erário Régio, Antônio Ferreira Cardoso, um oficial especializado, que fora escrivão e contador em Angola e passara para a Bahia em 1762, opôs-se teozantemente ao provedor-mor e criou imenso mal-estar com outros oficiais fazendários, sobretudo o desembargador conselheiro, Antônio de Azevedo Coutinho, que fora nomeado por Carta Régia de 1758, sindicando as dívidas à Fazenda Real.

Palavras-chave: Antônio Ferreira Cardoso; Arrecadação fazendária; Capitania da Bahia.

.....

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

CONFLITOS DE PODER E INTERESSES NA ADMINISTRAÇÃO DAS TERRAS NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE (1679-1754)

RAFAEL RICARTE DA SILVA (DOCENTE – UFPI)

RAFAELRICARTE@UFPI.EDU.BR

Conflitos de poder, denúncias e acusações sobre doação, posse e administração das terras na Capitania do Siará Grande ao longo do processo de efetiva conquista foram recorrentes. Capitães-mores, sesmeiros, religiosos, camaristas e demais moradores entraram em disputas de poder e interesses particulares pela posse das terras em processo de conquista. Para melhor compreender estes embates, a pesquisa ora apresentada tem como objetivo investigar a atuação dos capitães-mores na concessão de terras no Siará Grande entre os anos de 1679 e 1754, analisando até que ponto estes agentes da governança local estiveram envolvidos em articulações e negociações em torno do cumprimento ou não das determinações impostas pela legislação sesmarial. Para tanto, as análises dos perfis e das trajetórias de governança e das atribuições que os capitães-mores deveriam cumprir na execução de seus serviços foram os pontos de partida da investigação. Metodologicamente, investigou-se a configuração geográfica das áreas doadas por cada capitão-mor e o período, os deveres/exigências ressaltados por cada um, as redes sociais estabelecidas entre estes agentes da governança local e os requerentes de sesmarias e os embates entre os diversos sujeitos históricos imersos neste contexto de expansão das fronteiras do sertão, especialmente o conflito de interesses e poderes envolvendo Gabriel da Silva Lago (Capitão-mor) e Cristóvão Soares Reimão (Ouvidor-Geral). O corpus documental da pesquisa é composto por manuscritos avulsos do Conselho Ultramarino referentes ao Siará Grande,

legislação sesmarial, cartas de sesmarias e registros de nomeações para o posto de capitão-mor contidos nos Registros Gerais de Mercês da Coroa portuguesa. A partir da análise documental observa-se a existência de diversos embates entre os sujeitos históricos, elencados acima, nas disputas por terras e discussões das normativas legais acerca da doação e/ou posse de sesmarias.

Palavras-Chave: Capitania do Siará Grande; Sesmarias; Capitães-mores.

A DESCRIÇÃO DA CIDADE E OS “RELATOS DE ESPAÇO” NAS CARTAS DE DATA DISTRIBUÍDAS PELA CÂMARA DE SÃO LUÍS

MARIANA FERREIRA SCHILIPAKE (DOUTORANDA – UFPR)

MA_FSANTOS@YAHOO.COM.BR

A partir da análise de cartas de data e sesmaria distribuídas pela Câmara de São Luís no início do século XVIII, a comunicação visa discutir como a narrativa camarária descreveu aquele espaço urbano em processo de organização e povoamento. Se, por um lado, a concessão de terras dentro do “termo” de São Luís era uma das principais prerrogativas da governança municipal no Maranhão, por outro, salienta-se que a ocupação efetiva dos terrenos devolutos não raro ocorria antes do assento do título junto à Câmara. As petições e cartas de data constituem-se em registros não apenas das prerrogativas ligadas ao acesso à terra no espaço urbano colonial, mas, também, de aspectos inerentes à constituição física das cidades ou vilas e seu ordenamento fundiário. Embora imprecisos aos olhos do historiador, eles fornecem descrições que cumpriam o seu papel dentro da finalidade daqueles documentos e que, portanto, faziam sentido para os contemporâneos. Trata-se de referências às construções e logradouros mais importantes de São Luís, assim como aos moradores e vizinhos conhecidos cujas casas e/ou terrenos também serviam como marcadores e balizas para a localização dos lotes de terra

solicitados pelos peticionários. O aspecto “ambulante” das narrativas constitui-se em uma de suas características mais interessantes, pois, ao denotarem movimento, elas exprimem verdadeiros percursos pela cidade, ou “relatos de espaço” na perspectiva de Michel de Certeau, descrevendo-a a partir das ações, trajetos e experiências cotidianas dos indivíduos. Além disso, os dados relacionados à distribuição de datas ou “chãos urbanos” também possibilitam observar o sentido tomado pelo crescimento da São Luís setecentista a partir da ocupação fundiária registrada pela administração municipal.

Palavras-chave: Câmara de São Luís, cartas de data e sesmaria, espaço urbano colonial.

OFICIAIS RÉGIOS E O PODER LOCAL: CONFLITOS DE JURISDIÇÃO E AUTORIDADE (MARANHÃO, 1775-1787)

PATRICIA KAUFFMANN F. C. DA SILVEIRA (MESTRA – UFMA)

PATRICIAKAUFFMANN@HOTMAIL.COM

Entre 1775 e 1787 o Maranhão teve três governadores: Joaquim de Melo e Póvoas (1775-1779), Antônio de Sales e Noronha (1779-1784) e José Teles da Silva (1784-1787). Funcionários régios de carreira, enfrentaram problemas diversos e dificuldades semelhantes na condução de seus mandatos, lidando com questões ligadas à sua autoridade e jurisdição. Em maior ou menor grau, estiveram envolvidos em contendas com outros agentes régios (ouvidores e juízes-de-fora) e representantes do poder local (camaristas, principalmente). O objetivo desta comunicação é apresentar as matérias que suscitaram tais conflitos administrativos e jurisdicionais a partir dos manuscritos contidos na coleção Maranhão (Avulsos) do Arquivo Histórico Ultramarino. Sobre o período Melo e Póvoas, aventamos duas hipóteses: a primeira, que o parentesco do governador com o Marquês de Pombal inibiu quaisquer manifestações contrárias durante boa

parte de seu governo; a segunda, que a queda do referido ministro marcou uma ruptura brusca na forma como se davam suas relações com os demais agentes régios e a elite local. O mandato de Sales e Noronha foi certamente o mais conturbado, tendo sido o único governador a enfrentar uma ruidosa devassa. Propomos duas interpretações para o desfecho de seu governo: a primeira, que a cobrança sistemática dos devedores da Companhia Geral de Comércio e as ações incisivas do ouvidor na matéria (autorizando, inclusive, prisões) tenham acirrado os ânimos da elite local que pressionaram Lisboa a autorizar a devassa. A segunda diz respeito ao papel do então juiz-de-fora: casado com uma herdeira da elite da terra, valeu-se de sua posição na magistratura colonial e das inevitáveis alianças com os interesses locais para viabilizar e dar celeridade à referida devassa; incitando, inclusive, a convocação de várias testemunhas. Já Teles da Silva parece ter governado em consonância com o ouvidor e o juiz-de-fora, o que nos permite elencar a hipótese de que, justamente por dispor de tal apoio, seu governo pôde cercear de forma muito mais efetiva as ações da elite local.

Palavras-chave: Maranhão; oficiais régios; conflitos; século XVIII.

OS OUVIDORES RÉGIOS E OS PODERES LOCAIS NO CEARÁ SETECENTISTA

REINALDO FORTE CARVALHO (DOCENTE – UPE PETROLINA)

REINALDOFORTE@YAHOO.COM.BR

Este estudo analisa a consolidação do poder local no controle político e administrativo da Capitania do Ceará no setecentos. A análise prioriza as práticas políticas empregadas pelos potentados locais como forma de preservação hegemônica do poder frente aos dispositivos normativos da administração colonial portuguesa na Capitania do Ceará. O estudo é ancorado no campo teórico da Nova História Política, com base na matriz

conceitual da História do poder político, disposta nos temas da história dos poderes locais e da administração da justiça colonial que norteiam todo o estudo. O objetivo central é analisar as relações de poder entre os potentados locais e os representantes da administração da justiça na Capitania do Ceará no Século XVIII. Especificamente o estudo caracteriza os principais aspectos da Capitania do Ceará no processo de consolidação da administração colonial portuguesa, identificando a constituição do poder local no Ceará e da instituição dos poderes formais da administração colonial na referida Capitania. Objetiva também, investigar as relações de força entre os potentados locais e os representantes da administração portuguesa em meio aos conflitos de jurisdição no controle administrativo da Capitania do Ceará.

Palavras-chave: Poder local, Justiça, Capitania do Ceará.

ENTRE OS INTERESSES LOCAIS, O “BEM-COMUM” E OS PODERES CENTRAIS: ASPECTOS DA ATUAÇÃO DA CÂMARA DO RECIFE A PARTIR DE SUA CORRESPONDÊNCIA ATIVA E PASSIVA (1710- 1777)

GEORGE F. CABRAL DE SOUZA (DOCENTE – UFPE/CNPq)

GEORGE.CSOUZA@UFPE.BR

Esta comunicação apresenta parte dos resultados de um projeto de pesquisa amparado pelo CNPq cujo principal objetivo era identificar, sistematizar e analisar a correspondência ativa e passiva da Câmara Municipal do Recife no período colonial. O corpus documental foi recolhido, principalmente, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Ao longo da pesquisa dedicamos especial atenção às inteirações entre os administrados, a municipalidade e as autoridades delegadas da coroa (civis e eclesiásticas). Partimos do pressuposto

de que não se pode confundir os interesses locais com os interesses gerais e, nessa perspectiva, investigamos o posicionamento da municipalidade recifense frente algumas interferências de autoridades eclesiásticas nas dinâmicas administrativas da vila, ora atingindo a sua população como um todo, ora se imiscuindo em questões relativas à figuras da elite local. Procuramos demonstrar que as municipalidades atuam nessas situações pautadas pela percepção de serem representantes do poder régio, mas também, de terem obrigações junto às comunidades locais administradas.

Palavras-chave: Recife, Pernambuco, câmaras, conflitos, negociação.

04. DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: RUPTURAS, CONTINUIDADES E PROTAGONISMO INDÍGENA

COORDENADO POR:

VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA (UFRRJ)

VANIA.VLOSADA@GMAIL.COM

RICARDO PINTO DE MEDEIROS (UFPE)

RICARDOPINTOMEDEIROS@GMAIL.COM

O reinado de D. José representa um marco importante na história dos povos e comunidades indígenas, em razão das reformas propostas e implementadas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Neste período, os jesuítas foram expulsos da colônia, mandou-se erguer vilas e povoados em antigos aldeamentos dirigidos pelos missionários e operaram-se modificações importantes nos direitos e deveres dos índios, editando-se novas leis, como a lei da liberdade de 1755 e o diretório de 1757. A historiografia é concorde em salientar que as reformas pombalinas, especialmente o diretório, terminaram gerando transformações importantes e de largo alcance na vida dos ameríndios e nas relações deles com a sociedade colonial. Mas enquanto as interpretações clássicas frequentemente sublinham os efeitos disruptivos e deletérios da nova legislação sobre a organização social e política dos indígenas aldeados e independentes, as novas abordagens revisitam o tema em busca do protagonismo indígena e das novas formas de organização social, política e identitária desenvolvidas entre eles em razão da implementação das reformas. O objetivo do simpósio temático é reunir pesquisadores e pesquisadoras do tema e incentivá-los a explorar recortes temporais, espaciais, temáticos e/ou étnicos de suas investigações. São bem-vindas, portanto, reflexões sobre a implantação do diretório nos espaços coloniais e aldeamentos, mas também sobre sua abolição ou continuidade na primeira metade do século XIX, preferencialmente destacando o protagonismo e o ponto de vista indígena sobre os processos históricos analisados.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

O ÍNDIO NOVO NO ILUMINISMO PORTUGUÊS

ALMIR DINIZ DE CARVALHO JÚNIOR (DOCENTE – UFAL)

ALMIRDCJR@YAHOO.COM.BR

Na Amazônia Portuguesa, a partir do Diretório dos Índios de 1757, novas diretrizes sobre a administração colonial se estabeleceram. Uma mudança na forma de percepção do papel da população indígena no projeto colonial entrou em vigor. Era necessário a reclassificação daquela nova alteridade já incorporada à paisagem ocidental. A comunicação tem por objetivo compreender as mudanças nas formas de percepção e identificação desses novos atores sociais a partir do que estabeleciam as diretrizes da Filosofia Natural e os discursos dos naturalistas. Busca responder à questão sobre o enquadramento e a classificação dessa nova humanidade e sua vinculação com as novas verdades estabelecidas pelo Iluminismo português. Busca ainda compreender o papel ativo dos atores indígenas na constituição de suas novas identidades. A comunicação se utiliza de textos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, quando percorreu a região, e estabelece uma relação com as legislações em vigor, os textos matrizes utilizados pelos naturalistas e as ideias do iluminismo português. Utiliza-se ainda de algumas denúncias e processos da Visita da Inquisição de Lisboa ao Grão-Pará na segunda metade do século XVIII, com o objetivo de identificar as formas ativas de autoidentificação dos índios coloniais.

Palavras-chave: Diretório Pombalino, História do Índios, Iluminismo Português.

FORTALECER OS DOMÍNIOS NA REGIÃO DO CABO NORTE: O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E A MÃO DE OBRA INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DO FORTE DE MACAPÁ

LEONARDO RAIOL JÚNIOR (MESTRANDO – UFPA)

LRJ.RAIOL@GMAIL.COM

Neste estudo, busca-se entender o contexto ao qual está inserido a construção da Fortaleza de São José de Macapá, entre 1760 e

1765. Mas, nossa atenção se pauta a respeito dos operários, ou seja, da mão de obra indígena que estava ligada direta e indiretamente nas obras. De tal modo que a nossa reflexão envereda por algumas questões basilares. Isto é, de onde vieram os sujeitos que serviram como mão de obra na construção? Quais são as táticas e estratégias que tais indivíduos se apropriaram na circunstância ao qual estava se formando, no período após Diretório dos Índios? As reformas e transformações promovidas pelo projeto lusitano, a partir da segunda metade do século XVIII, ocasionaram uma série de mudanças na região do Cabo Norte. Nesse contexto, não se pode perder de vista as ações dos sujeitos, os quais estavam envolvidos nas fases da construção do Forte de Macapá. A proposta desse estudo é analisar e compreender a mobilidade e a sociabilidade de diferentes agentes históricos, entre os quais estão índios, negros, homens livres e portugueses. Notou-se que a maioria dos trabalhos acadêmicos analisam o contexto e as circunstâncias da construção da fortaleza de Macapá, porém, partem de uma ótica militar ou de uma perspectiva arquitetônica, análises que nós nos distanciamos em certa medida, mas sem deixar de entender que é de suma importância. Para embasar a análise, utilizamos dois arcabouços documentais, como os códices (98 e 150) do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), e o segundo, consiste nas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Logo, a partir das reflexões aferidas, verificou-se uma complexa rede que abrangia a circulação de sujeitos e produtos, e é nesse ponto que o estudo tenta dar ênfase.

Palavras-chave: Mão de obra indígena; Cabo Norte; Diretório dos Índios; Forte.

O PROTAGONISMO DE UMA LIDERANÇA INDÍGENA NA IMPLANTAÇÃO DO DIRETÓRIO POMBALINO NA CAPITANIA DO CEARÁ: O CASO DE DOM FELIPE DE SOUSA E CASTRO

LÍGIO JOSÉ DE OLIVEIRA MAIA (DOCENTE - UFRN)

LIGIOMAIA@YAHOO.COM.BR

Líder tabajara de sua aldeia, localizada na Serra de Ibiapaba na capitania do Ceará, e herdeiro de uma longa experiência de contato e colaboração com os poderes coloniais, D. Felipe de Sousa e Castro

era mestre-de-campo de um importante corpo militar a serviço da Coroa portuguesa. A base que sustentava essa proeminência estava na relação assimétrica rei/vassallos com serviços prestados e nas diversas formas de recompensa típicas daquela sociedade de Antigo Regime. Não à toa, essa liderança será uma interlocutora privilegiada do governador capitão-general de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva na implantação do diretório pombalino na capitania do Ceará, mantendo com ele e outras autoridades do Recife uma clara colaboração com os interesses colonialistas. Essa proposta de comunicação visa lançar luz sobre as ações dessa liderança na elevação e organização de vila Viçosa Real, antiga aldeia de Ibiapaba, enfatizando seu protagonismo nesse contexto de incertezas do que significaria a implantação daquele “novo sistema”, para os grupos indígenas e autoridades coloniais.

A partir de um conjunto de fontes burocráticas acerca da preparação da implantação do diretório e documentos internos ao funcionamento dessa nova vila de índios, procurar-se-á esclarecer a dimensão da agência indígena nesse processo.

Palavras-chave: Ceará colonial; diretório pombalino; história indígena; Ibiapaba.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NAS ILHAS DO SÃO FRANCISCO, SERTÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

RICARDO PINTO MEDEIROS (DOCENTE – UFPE)

RICARDOPINTOMEDEIROS@GMAIL.COM

A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre a produção de mapas para visualizar as configurações étnicas e as dinâmicas espaciais ocorridas durante a implantação da política pombalina no sertão pernambucano e mais especificamente nas ilhas do submédio São Francisco. Este processo envolveu diferentes ordens religiosas, etnias, agentes governamentais e membros da elite local, principalmente criadores de gado, e provocou conflitos e profundas mudanças territoriais e culturais. Para a confecção dos mapas, além de fontes manuscritas e bibliográficas, foram utilizados também mapas antigos que foram vetorizados e georeferenciados. Posteriormente, foram inseridos os dados referentes às aldeias,

etnias e deslocamentos ocorridos durante a implantação da “*Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares eretos nas aldeias da capitania de Pernambuco e suas anexas*”, versão local do Diretório Pombalino. A projeção dos dados no espaço permitiu visualizar detalhes sobre a lógica dos deslocamentos realizados e sobre a distribuição étnica e das ordens religiosas pré-existentes e da relação entre elas que até então não haviam sido percebidos. Além disso, permitiu também entender a lógica espacial que orientou a transferência das aldeias das ilhas e dos povos não aldeados, para as duas vilas de índios criadas no processo: As vilas de Santa Maria e de Assunção.

Palavras-chave: Cartografia histórica; política pombalina, Capitania de Pernambuco.

DESDOBRAMENTOS DO DIRETÓRIO POMBALINO NO SERTÃO DO ARAROBÁ (PERNAMBUCO, 1750-1762)

FELIPE AGUIAR DAMASCENO (CEFET-RJ)

FELIPE.AGUIARDAMASCENO@GMAIL.COM

Em 1758, o governo de Pernambuco criou sua própria versão do Diretório (1757) – chamemos de *Direção* –, especificamente para a capitania de Pernambuco e anexas. Na freguesia do Ararobá, Agreste de Pernambuco, já existia uma “semi-independente oligarquia sertaneja”, que ocupou os cargos militares, de governança e representava os interesses dos senhores de terras naquelas regiões. No entorno desses territórios de poder geridos por essa oligarquia se agregaria uma camada populacional formada por livres pobres, indígenas e escravizados, empregados nas atividades produtivas desenvolvidas nas fazendas e sítios de gado, muitos deles moradores nas novas vilas fundadas a partir da *Direção*. O caso que exploraremos neste trabalho diz respeito ao papel desempenhado por um grande proprietário de terras daquela região, Antônio Vieira de Melo, junto aos índios das etnias Xucuru e Carnijó, aldeados nas franjas de suas terras, sob a *Direção*. Em 1761, o grande senhor de terras é preso e enviado à cadeia no Recife, sob acusações de aposamento irregular de terras, agressões a moradores da freguesia e de se utilizar dos índios de maneira irregular. O longo processo judicial se separou em diferentes fundos, tanto na documentação avulsa do

Conselho Ultramarino, quanto na documentação do Juízo Ordinário de Garanhuns e região, depositado no arquivo do IAHGP. Este trabalho pretende mostrar, através das falas indígenas nos autos, suas ideias próprias sobre seus feitos, a relação que estabeleceram com o proprietário e sua perspectiva sobre o seu novo lugar na sociedade colonial, anunciado a partir da *Direção*. Controlar o uso da mão de obra e incentivar a mestiçagem entre brancos e índios era uma contradição que a *Direção* não conseguiria resolver.

Palavras-chave: Diretório; Pernambuco; Xucurus; Carnijós;

Direitos de propriedade; Relações interétnicas.

PORTALEGRE DO BRASIL: DEMARCAÇÃO E EREÇÃO DA VILA (1761)

RISTEPHANY KELLY DA SILVA (MESTRA – UFRN)

RISTEPHANY.KELLY@GMAIL.COM

O Diretório dos Índios, também conhecido como Diretório Pombalino, legislação feita para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, versava sobre como administrar e consolidar as vilas, cristianizar e civilizar os índios. Ele foi homologado pelo rei Dom José I por meio de um alvará de confirmação que o validava também para o Estado do Brasil, em 1758. Embora tenha sido estendido ao Estado do Brasil, o Diretório fora criado para a realidade dos índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão, gerando dúvidas por parte dos governadores das Capitanias do Norte do Estado do Brasil sobre a forma de agir. Então, foi elaborada uma adaptação, denominada Direção de Pernambuco. Seguindo as determinações da Direção, em 1761, erigiu-se a Vila de Portalegre na Serra do Regente. Sendo a única vila dos sertões do Rio Grande do Norte, Portalegre recebeu indígenas de diversas etnias além dos moradores que já ocupavam a Serra do Regente, no momento de sua instalação. O presente trabalho pretende apresentar os passos que o Juiz de Fora do Recife Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco traçou para construir a vila na Serra do Regente, uma vez que houve um debate sobre em qual local da capitania a vila deveria ser erigida. Na ocasião, foram apontadas três localidades ao longo da Ribeira do Rio Apodi para a instalação da vila. A partir de documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo

Nacional da Torre do Tombo e, sobretudo, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, analisaremos quais foram os conflitos que resultaram na instalação da vila na Serra do Regente.

Palavras-chave: Portalegre; Vilas de Índio; Direção de Pernambuco.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

ARRENDAMENTOS NAS TERRAS DOS ÍNDIOS: UM ESTUDO DE CASO NA BAHIA, 1778

TERESINHA MARCIS (DOCENTE - UESC)

TMARCIS@UESC.BR

O reinado de D. José I foi marcado pela implantação da política de integração dos índios como súditos do rei. Uma das reformas impactantes foi a transformação dos aldeamentos em vilas com a adoção da administração política e econômica local de acordo com o modelo português. Os moradores indígenas das novas vilas estabelecidas enfrentaram diversos desafios e reelaboraram suas práticas cotidianas para manter direitos primários, especialmente sobre os territórios, cada vez mais ameaçados pela expansão da ocupação colonial. Um caso exemplar dessa situação ocorreu em 1778, no reinado de dona Maria I, ano em que tramitou pelo Conselho Ultramarino e Fazenda Real em Lisboa, um requerimento solicitando a confirmação do contrato de arrendamento de terras firmado entre o coronel Francisco Feliz de Oliveira com a câmara da vila de índios de Santarém, vila localizada na então comarca de Ilhéus. O requerimento havia chegado ao reino por conta de conflitos entre o contratante e a câmara. As causas do conflito não foram informadas, mas destacava-se a intenção do contratante em construir um *engenho d'água* para moer cana e fazer açúcar. O requerimento permite decifrar além dos trâmites do processo, os procedimentos e os termos dos contratos de arrendamentos vigentes no período. Também revela a crescente presença e força econômica de luso-brasileiros no termo das vilas de índios da comarca de Ilhéus, e as práticas de ocupação colonial dos territórios definidos na legislação como patrimônio dos índios.

Palavras-chave: Vilas de índios; arrendamentos; Comarca de Ilhéus.

AQUÉM E ALÉM DIRETÓRIO: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS NO CONTEXTO DO REFORMISMO ILUSTRADO NA BAHIA (1758-1788)

FABRICIO LYRIO SANTOS (DOCENTE – UFRB)

FABRICIOLYRIO@GMAIL.COM

No âmbito das políticas oficiais de colonização e dominação das populações indígenas do Brasil no período colonial merece destaque o Diretório dos Índios, de 1757. Promulgado no reinado de D. José (1750-1777), o Diretório teve como principal autor o governador do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão e aliado político de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Pela lei de 17 de agosto de 1758 o Diretório foi convertido em lei e validado também para o Estado do Brasil, abarcando o conjunto das possessões lusitanas na América. Diversos exemplares impressos foram distribuídos entre as autoridades coloniais visando sua ampla divulgação e efetivação. Na capitania da Bahia, a recepção ao Diretório se deu mediante ressalvas significativas apontadas pelo vice-rei e expressas no parecer emitido em 19 de maio de 1759 pelos membros do Conselho Ultramarino reunidos em Salvador, responsáveis por sua observância e aplicação. Baseada na correspondência administrativa coligida no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado da Bahia e em testemunhos impressos, a comunicação pretende evidenciar as resistências e adaptações surgidas em torno da aplicação do Diretório na Bahia, evidenciando as contradições existentes entre as políticas traçadas em Lisboa e as dinâmicas locais de colonização, bem como o protagonismo dos povos indígenas e outros atores sociais. Como parte de uma pesquisa mais ampla, o trabalho busca também contribuir para uma compreensão abrangente acerca do processo de colonização portuguesa nos diferentes espaços do continente americano, para além de elucidar aspectos relativos às rupturas e permanências da legislação indigenista no contexto do reformismo ilustrado.

Palavras-chave: Diretório. Povos Indígenas. Bahia. Século XVIII. Política colonial.

“[...] E SABER A LÍNGUA GERAL DOS ÍNDIOS PARA MELHOR SABER ENSINAR”: DIRETÓRIO POMBALINO E POLÍTICA DE LÍNGUAS NAS VILAS DOS ÍNDIOS DA ANTIGA CAPITANIA DE ILHÉUS

PEDRO DANIEL DOS SANTOS SOUZA (DOUTOR – UNEB)

PDSOUZA.UNEBXVIII@GMAIL.COM

A política de gestão das línguas na América portuguesa, expressa no Diretório dos índios, previa a proibição do uso da língua geral – considerada uma “invenção abominável e diabólica” – e das línguas próprias dos diversos grupos etnolinguísticos e, conseqüentemente, a adoção e o ensino da “Língua do Príncipe” nas povoações e vilas de índios. Elaborado inicialmente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, quando o Diretório foi confirmado e estendido ao Estado do Brasil, por meio do Alvará de 17 de agosto de 1758, o tribunal especial do Conselho Ultramarino, instalado na Capitania da Bahia, estabeleceu as medidas necessárias para a execução da política indigenista do governo de D. José I (1750-1777) e, em particular, de sua política linguística. As instruções dos Conselheiros, a partir da análise dos parágrafos do Diretório, determinavam que os escrivães das Câmeras das novas vilas fossem responsáveis pelo ensino da leitura e da escrita, atuando, portanto, como agentes do letramento indígena e do ensino de português como segunda língua, além de desempenharem as funções de Diretores de índios. Nesse contexto, três vilas de índios foram erigidas na antiga Capitania de Ilhéus: Olivença, Barcelos e Santarém. Apoiando-nos na História Social da Cultura Escrita e em fontes do Arquivo História Ultramarino (AHU), do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNJR), refletiremos sobre a atuação dos escrivães das Câmeras das referidas vilas, quanto à obrigação de ensinar a “ler, escrever e contar aos meninos”, e as reconfigurações demográfico-linguísticas desses espaços, caracterizados pelo uso da língua geral. Haja vista a “civilidade” dos povos indígenas que se pretendia alcançar, a política linguística expressa no Diretório e a sua implementação por meio da “escola para índios” configuram-se como variáveis fundamentais para compreendermos o avanço da língua portuguesa nas vilas de índios e suas implicações linguísticas. Palavras-chave: Diretório dos índios; políticas linguísticas; escolarização; antiga Capitania de Ilhéus; escrivães-diretores.

O VALE DO PARAÍBA INDÍGENA: DIREITOS DE PROPRIEDADE E CONFLITOS DE TERRA EM VALENÇA (RIO DE JANEIRO, 1780-1835)

FELIPE DE MELO ALVARENGA (DOUTORANDO – UFF/CNPq)

F.M.ALVARENGA@HOTMAIL.COM

Antes da disseminação da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, a população indígena vivia naqueles sertões, espalhada num amplo espaço de terras, no final do Setecentos. O assentamento dos índios nestas regiões, inclusive, não respeitava as divisões coloniais administrativas da América Portuguesa, separadas em Capitânicas. Índios Coroados, Araris, Puris, entre outras nações indígenas, viviam Serra Acima e usufruíram das regiões florestais da Mata Atlântica durante muito tempo. Praticavam atividades de coleta, pesca e cultivavam diversos gêneros alimentícios. Atravessavam, sem grandes dificuldades, os Rios Paraíba, Paraibuna, Preto e Peixe e faziam uso dos recursos naturais encontrados nas duas bandas destes rios. Balizada pela atual discussão teórica sobre a História Social da Propriedade, acreditamos que a reprodução ampliada deste modo de vida estava também ligada a um exercício costumeiro de direitos de propriedade, a despeito dos índios não possuírem títulos que comprovassem o seu domínio sobre as terras. Como Paolo Grossi e Rosa Congost nos expressam, é preciso pluralizar a discussão sobre a propriedade da terra, mesmo que isso signifique arriscarmos na tentativa de reconstituir direitos de propriedade que foram desconstruídos e/ou desprotegidos ao longo da História. Neste ínterim, acreditamos ser necessário analisar os conflitos que perpassaram a definição dos direitos de propriedade dos índios antes da formação da *plantation* cafeeira. Por isso, o objetivo desta comunicação é identificar quais foram as principais transformações da propriedade indígena no contato com a sociedade luso-brasileira na passagem do século XVIII ao XIX em Valença. Avaliaremos como os direitos sobre a terra indígena foram modificados nos sertões, na criação do aldeamento e na elevação deste terreno à condição de Vila entre 1780 e 1835. Analisaremos correspondências de autoridades, relatos de viajantes e visitas paroquiais, cartas de aforamento, entre outras fontes históricas.

Palavras-chave: Vale do Paraíba; Valença; Direitos de Propriedade; Índios Coroados.

POVOS INDÍGENAS E A ESPACIALIZAÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL – GOIÁS (1722-1770)

PALOMA NATALIA RIQUETTA NERVI (MESTRANDA – UFSC)

PALOMA97NERVI@GMAIL.COM

Esta apresentação trará os resultados preliminares da nossa pesquisa de mestrado, a qual tem por objetivo central investigar a relação entre as dinâmicas socioespaciais indígenas e os ambientes coloniais, no contexto da espacialização da economia colonial em Goiás, entre os anos de 1722 e 1770. A maior parte da documentação utilizada advém da correspondência oficial disponibilizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino. Além dessas fontes, são referências fundamentais os documentos cartográficos. A partir da análise e articulação dessa documentação, revelamos o complexo emaranhado de interesses, conflitos e alianças que constituíam as relações entre colonizadores e povos indígenas. Na intensificação do processo de espacialização do capital mercantil na região, diversos povos indígenas foram progressivamente desterritorializados e reterritorializados. Escapando da oposição simplista colonizador/colonizado, nos questionamos sobre a natureza das relações sociais, sobre a agência indígena e as estratégias que indivíduos e grupos indígenas utilizaram na conquista de espaços dentro da sociedade colonial. Nesse sentido, os casos dos Bororo e dos Akroá são particularmente significativos. Esses ameríndios negociaram certa autonomia nos locais onde foram reduzidos, valendo-se da necessidade de seus serviços militares para a defesa e manutenção da circulação das mercadorias. A força de trabalho indígena, empregada nas mais diversas áreas e, expressivamente, no serviço militar, foi imprescindível para a fixação, manutenção e expansão das atividades econômicas. A historiografia tem dado pouco espaço a análises que articulem, de múltiplas formas, a economia colonial aos povos indígenas, todavia, acreditamos que a partir de um enfoque local, evidenciando a agência indígena, poderemos revelar as formas e os ritmos da circulação, bem como, compreender o próprio processo de espacialização da economia nas sociedades coloniais.

Palavras-chave: Povos indígenas, economia colonial, espacialização, Goiás.

O DIABO NA PELE DOS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE DO PAINEL “TERESA É EMPURRADA PELO DEMÔNIO” DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO DO RECIFE

ANDRÉ CABRAL HONOR (DOCENTE – UNB)

CABRAL.HISTORIA@GMAIL.COM

RAFAEL LIMA MEIRELES DE QUEIROZ (MESTRE – UNB)

RAFAEL6B@GMAIL.COM

Consagrada a Santa Teresa de Jesus em 1710, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo do Recife resguarda diversos painéis produzidos na segunda metade do século XVIII de autoria do pintor pernambucano João de Deus e Sepúlveda. Dentre as 53 pinturas consagradas à hagiografia teresiana encontra-se um painel intitulado “Teresa é empurrada por demônios” no qual a representação gráfica do diabo carrega elementos iconográficos de representações europeizadas do indígena americano. Por meio da metodologia de análise imagética sistematizada por Erwin Panofsky e revista por Rafael García Mahiquez, buscamos perceber a matriz iconográfica dessa imagem, tentando compreender o significado do diabo e suas representações nas igrejas carmelitas da Capitania de Pernambuco e Paraíba compreendendo o porquê desta vinculação entre o demônio e o indígena no referido painel.

Palavras-chave: indígenas; iconografia; demônio; Santa Teresa.

05. SOCIEDADE, PODER E ECONOMIA NAS MONARQUIAS IBÉRICAS (SÉCULOS XVI-XIX)

COORDENADO POR:

VALTER LENINE FERNANDES (IFSUL)

VLF.VALTER@GMAIL.COM

VICTOR HUGO ABRIL (UFRPE)

VICTORHUGO.ABRIL@GMAIL.COM

A expansão ultramarina ibérica abriu uma via de passagem para todos os cantos do mundo e permitiu o contato e a interação econômica e social entre diferentes civilizações. Nesse sentido, a chegada e a ocupação dos europeus na América foi um dos mais importantes feitos do qual se tem registro. Ao impulsionarem as tarefas mercantis e colonizadoras do além-mar, os portugueses e espanhóis conectaram as diferentes regiões do mundo. Os aventureiros, os negociantes e os religiosos partiram da Europa com o objetivo de conquistar terras e escoadouros comerciais e substituíram as rotas tradicionais por outras transoceânicas com a abertura de novos mercados e linhas de circulação econômica internacional. O recorte cronológico adotado contempla os séculos XVI a XIX, período em que, gradativamente, intensificaram-se as trocas comerciais atlânticas. Neste simpósio temático, analisaremos as relações entre as instituições centrais das monarquias ibéricas e as instituições locais de suas diversas colônias, abrangendo pesquisas entre os séculos XVI e XIX. O cerne é o diálogo a respeito da economia, da política, da religiosidade, da sociedade, do direito e das fronteiras no mundo ibérico e nas suas colônias ultramarinas.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

CONTROLE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO: FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA NA ALFÂNDEGA DE 1750 A 1808

HELENA SÁ (DOUTORANDA – UNIRIO)
HELENADESA@GMAIL.COM

O objetivo desta comunicação é analisar de que forma era feita a cobrança de tributos pela Alfândega carioca e como esta exercia o controle de entrada e saída de mercadorias no porto, em um contexto de consolidação e crise do Antigo Sistema Colonial e de reviravoltas no plano externo com a eclosão de revoluções – Industrial e Francesa – e guerras na Europa, ao mesmo tempo em que a cidade se revelava como uma das principais Praças do Império português. Tendo em vista que a instituição ainda era regulamentada pelo Foral da Alfândega de Lisboa, elaborado durante o período filipino, buscamos demonstrar que os novos ventos soprados (seriam o do Liberalismo?) no período compreendido entre 1750 e 1808, embora não tivessem varrido as antigas diretrizes mantidas pela Coroa, provocaram algumas rupturas e inflexões na sua estrutura e forma de funcionamento. Podemos destacar nessa época a substituição do modelo da cobrança da dízima feita por contratadores particulares estabelecido no governo de D. João V pela arrecadação direta da Fazenda Real, o fim de sistema de frotas existentes desde o século anterior, a reestruturação da contabilidade e da administração fazendária, com a criação da Juntas da fazenda em substituição as provedorias, a tentativa de compor um corpo de oficiais especializados, além da incorporação da cobrança de alguns tributos que antes eram de responsabilidade da Câmara. Tudo isso permeado pela crescente invasão de contrabandistas não só ingleses, como de outras nações.

Palavras-chave: Alfândega; Tributos; Rio de Janeiro.

A ALFÂNDEGA SOTEROPOLITANA: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO (1694-1746)

HYLLO NADER DE ARAÚJO SALLES (MESTRE /UFJF – COLÉGIO
ESTADUAL EUNICE JERÔNIMO DE OLIVEIRA/SEC-BA)
HYLLO.NADER@GMAIL.COM

A presente comunicação tem por objeto as mudanças na estrutura física da alfândega de Salvador, Bahia de Todos os Santos, entre 1694, quando se iniciou as discussões da necessidade de transferir seu prédio da cidade alta para a cidade baixa, e 1746, ano em findou a obra de reedificação da alfândega, pois, na noite do primeiro de outubro de 1742, o peso das mercadorias fez ruir uma das paredes da casa da alfândega, o que acabou por levar a ruína de todo o edifício. Tais alterações foram acompanhadas por mudanças na própria administração fazendária, visto que em meio a uma economia mais dinâmica e complexa, fez-se necessário um aumento do número de oficiais, bem como de seus ordenados, emolumentos e propinas, e o melhoramento e expansão da estrutura física da aduana. Portanto, o objetivo é compreender como essas alterações contribuíram para a melhor eficácia fiscal, isto é, como possibilitaram uma melhor expedição e a consequente cobrança de tributos. As fontes que alicerçam a presente agenda de investigação são os documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate Barão do Rio Branco, relativos à capitania da Bahia, além de fontes publicadas nos Anais da Biblioteca Nacional e na coleção Documentos Históricos também da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: império; porto; administração fazendária.

UMA BREVE HISTÓRIA DA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO NO BRASIL. A ADUANA: DO CONTROLE À FACILITAÇÃO (E CONTROLE)

EDSON NOGUEIRA DE MORAES (ESPECIALISTA – RECEITA FEDERAL)
EDNOMOR@HOTMAIL.COM

A Facilitação do Comércio é o tema de maior destaque para as aduanas de todo o mundo na atualidade, uma vez que a eficiência

dos procedimentos desses órgãos afeta diretamente o tempo de liberação de mercadorias e o custo das operações comerciais. Mas, no início, a preocupação principal da aduana era outra. De acordo com a Secretaria da RFB (2012, *on-line*), “as alfândegas foram instaladas no Brasil no século XVI para reprimir o contrabando de pau Brasil e de outras riquezas naturais da então colônia de Portugal”. Sua função original era fiscal, ou arrecadatória. Assim, este artigo objetiva identificar a adoção de medidas para reduzir os impactos causados pela atuação da aduana sobre a fluidez do comércio internacional no Brasil ao longo de sua história. O trabalho tem como base pesquisa bibliográfica, que examinou autores como Francisco Salles Lencastre e Lília Schwarcz, e análise de atos normativos do Brasil e de Portugal relacionados ao comércio internacional, tais como o Regimento dos Provedores da fazenda Dell Rei. Espera-se que a pesquisa contribua para a obtenção de uma maior compreensão do processo de transição do modelo inicial de aduana, focado em segurança e arrecadação, para o atual, em que segurança, arrecadação e facilitação do comércio são vistas como partes de um processo integrado.

Palavras-chave: Procedimentos alfandegários; Facilitação do comércio; História do Brasil.

COMÉRCIO DIRETO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1750-1800

VALTER LENINE FERNANDES (IFSUL/PPGH UFRGS)

VALTERFERNANDES@IFSUL.EDU.BR

A comunicação é o resultado de um Projeto de Pesquisa em desenvolvimento no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), Brasil. Em um primeiro momento, no ano de 2018, tinha como objetivo estudar as relações comerciais entre o Rio Grande de São Pedro, o Rio de Janeiro, Lisboa e Cádiz na segunda metade do século XVIII. Diante de um recorte lógico nos depósitos com o Tratado de demarcação de limites, de 1750 e a partir da sua análise verificamos a necessidade de entender que o território do Rio Grande estava em um constante processo de delimitação de limites territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola. O Rio Grande era considerado pela coroa portuguesa um território

de fronteira, com uma variedade de denúncias de contrabando e descaminho. Além disso, podia ser considerado como um centro de abastecimento de produtos como: couros secos, sebos, trigo, carne salgada entre outros. Nesse sentido, a constante ameaça da invasão espanhola, a presença de navios estrangeiros face aos conflitos europeus, as dificuldades de delimitação desse território apontam a criação de políticas objetivando a manutenção das práticas de proteção e proveito do espaço meridional, em formato de um Império. Assim, o trabalho buscará apreender dois momentos: o primeiro, a representação dos comerciantes e fazendeiros solicitando um comércio direto do Rio Grande de São Pedro com Pernambuco, Bahia e Lisboa; o segundo, o estágio em que verificamos a flexibilização das determinações do Conde de Resende, Vice-rei do Estado do Brasil, em relação ao pagamento da dízima da Alfândega das embarcações dos portos do Sul exclusivamente no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio Grande de São Pedro; Comércio; Fronteira; Alfândega; Tributo.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

CARGOS E PRIVILÉGIOS NA BAHIA COLONIAL: O CASO DE JOÃO FERREIRA BITTENCOURT E SÁ

IDELMA APARECIDA FERREIRA NOVAES (DOUTORA USP/CAPES)

IDELMAFN@YAHOO.COM.BR

Esta comunicação tem o objetivo abordar a sociedade e economia do Antigo Regime com o enfoque nos cargos administrativos que algumas pessoas almejavam como estratégia de ter acesso aos setores da administração portuguesa na Bahia e, portanto, se beneficiar da proteção, mercês e privilégios. Baseado nos estudos sobre a Mesa de Inspeção da Bahia, pretendo retratar a atuação dos presidentes desta instituição e a sua trajetória como funcionário da coroa e de como atuavam em vários setores da governança, acumulando cargos, privilégios e fortunas. Para tanto, o caso de João Ferreira Bittencourt e Sá ilustrará essa ação dos homens nos cargos públicos, no qual construiu carreira chegando a ocupar até três cargos ao mesmo tempo, bem como os seus conflitos e benefícios. Além de

participar da administração colonial João Ferreira Bitencourt e Sá também desenvolvia atividades econômicas diversas, com destaque para o comércio e a produção de açúcar. A sua atuação também gerou perseguição política, sendo acusado de desenvolver práticas ilícitas. A pesquisa é baseada em correspondências trocadas entre os governantes das instituições coloniais, principalmente as da Mesa de Inspeção, Intendência Geral do Ouro e do Governador da Bahia, com a coroa Portuguesa.

Palavras-chave: Sociedade; Economia; Administração; Colônia.

AMANCEBAMIENTO Y CONCUBINATO ENTRE PERSONAS DE ORIGEN AFRICANO CON OTROS GRUPOS SOCIALES EN SALTILLO Y PARRAS, VIRREINATO DE LA NUEVA ESPAÑA. SIGLO XVIII

MÓNICA SAMANTHA AMEZCUA GARCÍA (MESTRA – ESCUELA NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA)
MONICA_1204_2@HOTMAIL.COM

La historia del noreste novohispano, en la Nueva España, estuvo conformada principalmente por cuatro grupos sociales: los indígenas de la región, los españoles, los afrodescendientes y los tlaxcaltecas. A pesar de que con el paso del tiempo tuvieron ciertas diferencias entre ellos, también encontraron espacios y actividades para interactuar en su vida económica, social y familiar. El presente trabajo de investigación se centra en analizar las características distintivas de las relaciones de convivencia e intercambio entre los afrodescendientes en la Villa de Santiago de Saltillo y Santa María de Parras en los siglos XVII y XVIII. Esta investigación se sustentará en términos conceptuales a partir de las premisas teóricas de la denominada vida cotidiana, la cual conforma parte de la historia social. También fue necesario conocer los conceptos que se utilizarán. Primero el de frontera, ya que mediante éste se comprenderán cómo las relaciones que se gestaron tuvieron características específicas. También se consideraron los conceptos relacionados con la “calidad” y la “casta”, para entender cómo fueron vistos los afrodescendientes en los documentos. Además de la información bibliográfica, las fuentes que se utilizaron se basan en denuncias de los afrodescendientes y el

resto de los grupos. Se consideraron aquellas relacionadas con el concubinato, la bigamia o el amancebamiento. En el caso de Saltillo se acudió al Archivo Municipal de Saltillo y en el de Parras al Archivo Matheo. Así mismo, se necesitaron los registros que se encuentran resguardados en el Archivo General de la Nación.

Palabras clave: afrodescendientes; vida cotidiana; septentrión de la Nueva España; amancebamiento.

A MORTE À ESPREITA: O MORRER E OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS NO RECIFE NEERLANDÊS (1630- 1654)

LUCAS ALVES DA ROCHA (MESTRANDO – UFPE)

LUCAS-ALVES170@HOTMAIL.COM

IZABELA PEREIRA DE LIMA (DOUTORANDA – UFPE)

IZABELAPEREIRADELIMA@HOTMAIL.COM

A Arqueologia vem descobrindo recentemente no Recife antigo, cemitérios bem preservados sob ruínas de casas que datavam do final do século XVII, esses remanescentes divididos de forma organizada em uma ampla área, suscitaram em uma série de indagações, desde a origem das pessoas enterradas até a ausência de enxoval fúnebre juntos com os mortos, porém a principal questão era como se organizava os espaços fúnebres dentro do contexto do Brasil Neerlandês, tanto organizadamente como voltado para as covas coletivas de epidemia. Partindo desta questão, o presente trabalho traz uma visão mais focada em entender como era o morrer dentro de um período tão instável como era o da dominação neerlandesa no Nordeste do Brasil. De um lado uma babel de grupos em choque como os católicos, os protestantes e os judeus, que possuíam visões apesar de próximas da morte, com peculiaridades que distinguiam uns dos outros, do outro lado às leis civis e o status social dentro daquele período que regia os espaços mortuários para os diferentes grupos que vivia ou sobreviviam entre as batalhas, as migrações e as questões de preços impostos para o morrer no Recife. O presente estudo não se limitará a vasta bibliografia historiográfica sobre o Brasil holandês e a morte no período colonial, como também as diversas pesquisas arqueológicas acerca deste período para assim descrever um panorama de como era morrer no Recife nesta época, passando dos menos favorecidos aos grandes enterros nas igrejas, dos cemitérios das comunidades às

vaſtas covas coletivas, repletas de vítimas das batalhas e das epidemias, descrevendo assim as diversas faces da morte naquele período. Palavras-chave: Arqueologia Funerária, Arqueologia Histórica, Brasil Neerlandês, Cemitério.

A COROA, A IGREJA E O FENÔMENO DAS ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS NAS MINAS SETECENTISTAS

NÍVEA MARIA LEITE MENDONÇA (DOUTORANDA – UFF/CAPES)
NIVEAJF@HOTMAIL.COM

Este trabalho investiga a união estabelecida entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica durante a Época Moderna, uma forte aliança que resultou no regime do Padroado Régio, com o objetivo de caracterizar como essa união contribuiu para a disseminação das associações religiosas em Minas Gerais. Abordamos, em particular, as Ordens Terceiras do Carmo, instituições de leigos que assumiram a tarefa de difundir a fé católica nessa região. Devido à presença do olhar atento da Coroa, a mesa dirigente da Ordem Terceira do Carmo precisou redigir e encaminhar várias cartas patentes ao Reino para obter a aprovação da sua implantação na região. Em outras palavras, as ações da Igreja durante esse período eram limitadas, já que o monarca, por ser grão-mestre da Ordem de Cristo – como estabelecido pelo regime do Padroado –, era quem autorizava o reconhecimento dos compromissos e Estatutos. Um estudo aprofundado dessa relação se faz necessário porque nos ajuda a perceber como foi importante a criação e a legitimação dessas associações durante a Época Moderna. As principais fontes usadas são os Estatutos das Ordens Terceiras; tais documentos, antes de serem colocados na prática da vida grupal, passavam por uma dupla inspeção: a da Coroa e a da instituição à qual estava vinculada a Ordem Terceira – nesse caso, a Ordem Carmelita. Também dialogamos com alguns estudos clássicos da historiografia das associações religiosas, como o de Caio Boschi (1986), Fritz Salles (2007) e Russel Wood (1981). Com base nos dados levantados, propõe-se uma visão sobre o regime do padroado segundo a qual este foi parte integrante do forjamento dos domínios da fé enquanto mecanismos de controle da população. Assim, a Coroa soube utilizar os elementos de base religiosa dentro de um discurso político, enquanto a Igreja

transformou os leigos em agentes evangelizadores, que, ao utilizarem os elementos estruturantes do sagrado, disciplinavam e mantinham a população sob sua supervisão.

Palavras-chave: Coroa; Igreja; associação religiosa; Ordem Terceira do Carmo.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

A ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO “EMPÓRIO DO BRASIL”

MARCOS GUIMARÃES SANCHES (DOUTOR – UFRJ)

MARCOSSANCHES1956@GMAIL.COM

O “empório” de que falava o Conde de Bobadela, cujo exercício do governo – longo e subordinando todo o sul – retrata a centralidade do Rio de Janeiro na América portuguesa no século XVIII e a preocupação da Coroa em exercer maior controle sobre a sua administração incluindo a fazenda, entendida como ponto de relevo na estruturação monárquica da época moderna. A presente comunicação apresenta um pequeno recorte de pesquisa sobre a Provedoria de Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, nas décadas iniciais do século XVIII, quando se entrecruzam dois movimentos. As descobertas minerais no interior do continente e a expansão para o sul levaram o Rio de Janeiro a progressiva trajetória a condição de principal porto luso na América e, por outro lado, a monarquia portuguesa, em especial, após o início do reinado de D. João V, promoveu mudanças na orientação do governo das suas conquistas. São analisadas as dinâmicas da administração fazendária e sua interface com outras instâncias da administração na perspectiva de um paradigma jurisdicionalista e a composição do seu corpo de oficiais. Sendo priorizadas as fontes custodiadas no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional. O recorte escolhido serve como microcosmos onde se manifestam tensões e conflitos que além de expressar suas dinâmicas, repercutem os desafios da América portuguesa no início do século XVIII. A extração fiscal no contexto da atividade mineradora – tanto em relação a arrecadação propriamente dita, quanto a jurisdição sobre ela –, o controle do acesso às minas, a projeção do

setor mercantil na capitania e sua articulação ao setor produtivo e aos fluxos do comércio atlântico se apresentavam como linhas de força na América portuguesa, particularmente na sua porção sul, nucleada pelo Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Brasil Colonial; Fiscalidade; Administração Fazendária.

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-FAZENDÁRIAS NAS LEIS BRASILEIRAS DURANTE A INDEPENDÊNCIA (1821-1834)

ARTHUR GILBERTO GARCEA DE LACERDA ROCHA (DOUTORANDO – UFRRJ)

ARTURGARCEA@GMAIL.COM

A manutenção da unidade territorial e o impedimento de uma indesejada guerra civil já presente na fala de D. Pedro I em setembro de 1822 foi exposto no centralismo administrativo-fiscal das legislações no período de transição para a independência em relação a Portugal até o avanço liberal marcado pelo Ato Adicional de 1834. Os estudos sobre o período da construção e consolidação do Estado brasileiro, que concerne os aspectos políticos, destacam-se na historiografia brasileira, deixando um grande espaço para os que buscam abordar conteúdos políticos-fazendários. O objetivo deste estudo é mostrar como foram procedidas as transformações na legislação administrativa-fiscal do nascente Império do Brasil referentes às suas províncias, em específico a Província de Pernambuco, sobretudo quanto à criação de uma administração das províncias, bem como a uma regulamentação para os Conselhos Gerais de Províncias. Por outro lado, após a abdicação do Imperador em 1831, as leis começam a sofrer as alterações liberalizantes e reformulam o pacto federativo, que do ponto de vista fiscal já se inicia em outubro do mesmo ano com uma nova organização do Tesouro Público Nacional e das Tesourarias das Províncias e criando as assembleias legislativas, com autonomia para a elaboração de seus orçamentos. Outrossim, cabiam as províncias a administração de suas receitas e despesas e para tal necessitavam regulamentar suas tesourarias para proceder as arrecadações e pagamentos, como também responder ao controle fazendário nacional. Portanto, este estudo visa identificar como a Assembleia Provincial de Pernambuco, depois de criada a Tesouraria das Rendas Provinciais, respeitadas as

imposições legais nacionais, passaram a comandar, conjuntamente, a fiscalidade pernambucana.

Palavras-chave: Legislação. Fiscalidade. Brasil. Pernambuco.

O DIREITO DE SAÍDA DOS ESCRAVIZADOS DA BAHIA PARA AS ÁREAS MINERADORAS: DA IMPOSIÇÃO ÀS DIRETRIZES DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (1714-1725)

GILBERTO DOS SANTOS (MESTRANDO USP/CAPES)

GILBERTODOSSANTOS@USP.BR

Esta comunicação tem como objeto de pesquisa o direito de saída dos escravizados da Bahia para as áreas mineradoras que foi estabelecido no ano de 1714, após um período no qual a Coroa após a descoberta das regiões auríferas no Centro-Sul passou a restringir o comércio de escravizados para essas áreas para evitarem o descaminho do ouro e por causa da alta demanda das áreas mineradoras por mão de obra africana. A demanda do mercado minerador por escravizados e os altos preços deles começaram a ser prejudiciais aos negócios agrícolas. Logo, a Coroa criou diversos embargos a passagem de cativos para o trabalho aurífero, como medidas de evitarem a possível “ruína” da agricultura e evitar o contrabando do ouro. Como as leis de restrições foram infrutíferas, a Coroa na década de 1710 permitiu que qualquer pessoa pudesse passar escravizados para as áreas mineradoras, mas deveriam pagar um tributo referente a esse comércio. O direito de saída dos escravizados da Bahia para áreas mineradoras foi imposto em 1714 e seus rendimentos seriam utilizados na segurança das costas brasileiras. Após a imposição tributo foi necessário definir as diretrizes sobre a cobrança dos 4\$500 sobre cada escravizado que fosse levado para o trabalho aurífero. E a fiscalização para evitarem que se contrabandassem negros da Bahia para Minas Gerais, sem pagar o tributo na casa da Provedoria da Fazenda Real. O nosso objetivo é explicar como ocorreu a imposição do direito de saída dos escravizados da Bahia para as áreas mineradoras em 1714 e as diretrizes para arrecadação e fiscalização do referido tributo. E através da nossa pesquisa buscamos entender como esse tributo foi um dos meios fiscais utilizados pela Coroa para controle da redistribuição de escravizados para o interior do Brasil e para compensar a perda do domínio do tráfico negreiro atlântico. Utilizaremos como

fontes de pesquisas, documentos do AHU disponíveis no Projeto Resgate, os documentos históricos da BNRJ, documentação disponível no ANTT e historiografia sobre o tráfico negreiro no Brasil colonial, entre os quais destacamos: de Maurício Goulart (A escravidão africana no Brasil); Pierre Verger (Fluxo e Refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos); Luiz Viana Filho (O negro na Bahia); Katia M. de Queirós Mattoso (Ser escravo no Brasil), Jean Baptiste Nardi (Sistema Colonial e tráfico negreiro) entre outros.

Palavras-chave: Bahia; Áreas Mineradoras; Provedoria da Fazenda; Tributo e Escravizado.

“POR NÃO TER TERRAS SUAS AS PEDIU”: APROPRIAÇÃO DE TERRAS EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (1800-1822)

VANESSA AMES SCHOMMER (MESTRANDA – UFRGS)
VASCHOMMER@GMAIL.COM

É costumeira a afirmação que o assenhoreamento dos campos e a formação dos grandes latifúndios seriam simplesmente produto da concessão de sesmarias e da “bravura” dos portugueses. Porém, a ocupação das terras americanas pelas Coroas Ibéricas realizou-se não só por meio de contatos conflituos com populações originárias, mas também por meio de avanços sobre campos já ocupados por terceiros. Esses avanços sobre terras de outrem mobilizou e gerou uma série de sobreposições de direitos à terra, sendo expressos na forma de conflitos. Portanto, o presente trabalho se propõe a entender o processo de apropriação de terras, sua forma de concessão e conflitos na freguesia e posterior vila de Santo Antônio da Patrulha – paragem ainda pouco explorada pela historiografia –, durante as duas primeiras décadas do século XIX, em seus aspectos legais, institucionais e concretos. Para tanto, utilizaremos como fonte os Requerimentos ao Governador, Livros de Registro Geral e Processos cíveis de disputas de

terras. Através da análise desses documentos pretendemos apurar quem são os sujeitos que requerem terras, quais os argumentos utilizados e quais os marcadores sociais de quem tem seu pedido atendido, bem como, nas ocasiões de disputas judiciais quais as alegações mobilizadas para a manutenção da posse da terra. De modo geral, para o contexto do Continente, a propriedade da terra tinha como característica a não demarcação das divisas de forma absoluta e as relações de acesso e manutenção da terra se davam de forma conturbada.

Palavras-chave: conflitos de terra; acesso à terra; direitos de propriedade; América Portuguesa.

A PRODUÇÃO DE AGUARDENTE NO NORTE FLUMINENSE AÇUCAREIRO: CAMPOS DOS GOYTACAZES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XVIII

MYLENA PORTO DA GAMA (DOUTORANDA – UFRJ/CNPQ)

MYLENA.PORTO@HOTMAIL.COM

Esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da análise sobre a produção da aguardente na região de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, no final do século XVIII. A história de Campos dos Goytacazes se desenrola concomitantemente ao desenvolvimento da produção de açúcar em seu território. A região se destacou como a principal área agroexportadora do Rio de Janeiro, ainda no século XVIII. Assim, obteve crescimento significativo na quantidade de engenhos instalados em seu território e, como resultado, um próspero volume na produção do açúcar e de artigos identificados como efeitos dos engenhos de cana-de-açúcar, como o melado, a rapadura e a aguardente. A partir do contexto de crescimento da economia açucareira na região, objetivamos analisar a produção da aguardente, utilizando como fonte principal documentos sobre os pagamentos para o *Subsídio Literário em Campos dos Goytacazes*. Esse subsídio foi determinado por meio do *Edital da Coleta Literária*, em 1772, como uma ordem régia criada pelo Marquês de Pombal com justificativa de financiamento das escolas régias, por conta da expulsão dos jesuítas pelo próprio Pombal. Entendemos, no entanto, que a partir da análise fiscal podemos não obter os valores totais para a produção do artigo, por isso consideramos que essa é uma análise parcial para o período. Ainda assim, a documentação relativa ao subsídio foi fundamental para essa pesquisa, uma

vez que, a partir da abordagem quantitativa dessa fonte, identificamos grandes valores arrecadados por essa taxaço e, conseqüentemente, um volume expressivo para a produço de aguardente. A partir da análise fiscal, é possível realizar o cruzamento com outras fontes, como inventários, relatórios realizados pelo Marquês do Lavradio e por Couto Reis, incluindo ainda a perspectiva espacial da produço, através da ferramenta de georreferenciamento do mapa da região, de 1785.

Palavras-chave: Coleta Literária; aguardente; imposto; Campos dos Goytacazes.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

A QUEM OBEDECER? DESAVENÇAS ADMINISTRATIVAS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PERÍODO FILIPINO

MARIA ISABEL DE SIQUEIRA (DOCENTE – UNIRIO)

MISRJHISTORIA@GMAIL.COM

Os desentendimentos e as disputas entre os funcionários que atuavam na administração da América portuguesa foi algo recorrente na capitania do Rio de Janeiro no decorrer do período filipino (1580-1640). A distância entre a metrópole e a colônia, associada a precariedade dos canais de comunicação entre o rei e seus mais importantes auxiliares e a imprecisão das delimitações das competências de cada cargo favoreciam um clima de beligerância em que não raro um agente acabava por se intrometer na alçada do outro. O objetivo desta comunicação é desenvolver uma análise do cenário tenso de competição retratado nas cartas escritas pelo Provedor da Fazenda Diogo Lopes de Bulhão ao monarca, em que este se queixava das constantes intromissões do governador local, Rui Vaz Pinto, nos assuntos relativos à sua competência. Pretendemos demonstrar que esses conflitos repercutiram no cotidiano das instituições e ainda que tais divergências iam além de questões que envolviam as atribuições de cada um desses oficiais régios, pois o que estava em jogo era o desejo de cada ator em manter os seus projetos, com vistas a extraírem o máximo de lucro no ultramar, além da obtenção de cada vez mais poder e prestígio junto a Coroa.

Palavras-chave: período filipino; Rio de Janeiro; conflitos administrativos.

O GOVERNO DA BAHIA NO GOLFO DA GUINÉ (1676-1815)

AUGUSTO DA SILVA (DOCENTE - UFS)

AUGUSTODASILVA@GMAIL.COM

Os laços da Bahia com o golfo da Guiné vêm há muito sendo estudados pela historiografia da escravidão e do tráfico negreiro, resultando em importantes análises demográficas, sociais, econômicas e culturais. Nesta pesquisa, que está em sua fase inicial, busco analisar os vínculos, ou mesmo as jurisdições, políticas, civis e militares que uniam esses dois polos do Atlântico. No decorrer da primeira metade do século XVII, conjunturas políticas e econômicas do sistema atlântico, sobretudo a valorização da produção açucareira do Brasil e a guerra luso-holandesa, conduziram, entre outras coisas, ao fim da carreira Lisboa-Guiné e consolidação da carreira Bahia-Guiné. O tráfico negreiro para a Bahia realizado com o tabaco (e também com a aguardente) transformou as ilhas de São Tomé e Príncipe e a feitoria de São João Batista de Ajudá, na costa da Mina, em estabelecimentos, praticamente, subordinados à Bahia. A historiografia que se debruça sobre a formação do estado e da administração da América portuguesa esteve sempre muito presa a noção de territorialidade própria do estado contemporâneo brasileiro que se instituiu no século XIX. Com base na comunicação política estabelecida entre esses dois polos do Atlântico, da nomeação das autoridades destacadas para o Golfo da Guiné, além dos relatórios de receita e despesa busco problematizar os domínios do governo da Bahia sobre as ilhas de São Tomé e Príncipe e a feitoria de Ajudá.

Palavras-chave: Governo da Bahia; Golfo da Guiné; São João Batista de Ajudá; São Tomé e Príncipe.

TRAVESSIAS: GOVERNANÇA, ADMINISTRAÇÃO E PODER EM PERNAMBUCO (SÉCULOS XVII-XVIII)

VICTOR HUGO ABRIL (DOCENTE - UFRPE)

VICTORHUGO.ABRIL@GMAIL.COM

Esta comunicação pretende dar conta de um fenômeno costumemente visto na trama colonial de Pernambuco, entre o período da Restauração pernambucana (1654) e todo o século XVIII: o sistema de governação e os poderes locais. Estes dois fenômenos são

de inteira importância para a compreensão da política, administração e sociedade coloniais, propiciando questionar: como conceituar o governo colonial? A que tipos de dominação estava submetido: ao rei, aos representantes delegados, a câmara, detentora do poder local? Por fim, como discutir os tipos de mando na relação Coroa *versus* conquista; centro *versus* periferia; poder central *versus* poderes locais? De este modo, teremos um quadro explicativo da governança no espaço colonial. Importante destacar que tais fenômenos não são específicos de Pernambuco. Podemos agregar a estes estudos comparações com outras duas capitânicas principais: Rio de Janeiro e Bahia. A partir destas, podemos entender a centralidade de algumas regiões do império português. De forma objetiva, o que buscamos é: a) sistematizar as informações manuscritas e impressas acerca do governo colonial em Pernambuco com o intuito de entender os modos de governar e suas relações com demais poderes; b) compor um quadro geral da administração colonial para entender governantes e agentes dentro da capitania de Pernambuco; c) caracterizar as trajetórias dos agentes na governança para identificar suas redes de relações; d) sistematizar as informações sobre a elite local e os reinóis para compreensão de como o poder circula no espaço colonial.

Palavras-chave: Governo; Poderes Locais; Travessias.

MILICIAS COLONIALES EN EL SIGLO XVIII NOVOHISPANO. LA POBLACIÓN NEGRA EN LA DEFENSA DE LA COSTA DEL GOLFO DE MÉXICO

JAIRO EDUARDO JIMENEZ SOTERO (ESCUELA NACIONAL DE ANTROPOLOGÍA E HISTORIA)
SACBE1812@GMAIL.COM

El Virreinato de la Nueva España, con sus 300 años de duración, fue el escenario histórico donde España puso en práctica todo un conjunto de políticas de corte imperial con el objetivo, de ejercer un mejor control social, político y económico de sus territorios. Dicha formación social fue un mundo histórico construido sobre la base de profundas jerarquizaciones sociales, dispositivos epistémicos y culturales que tendieron a remarcar las fronteras y límites entre los distintos grupos sociales que allí habitaban, entre ellos los de origen africano. Dichos lindes o separaciones sociales no fueron otra cosa

que dispositivos políticos, herramientas configuradas para la construcción de un orden social específico, fundamentado -para cuestiones militares- sobre un perfil estamental y clasiſta, de antiguo régimen. Los actores sociales del periodo novohispano fueron concebidos como sujetos con subjetividades propias en función de sus potenciales servicios a la Corona y en ese sentido, fueron asimilados y clasificados dentro de los parámetros del orden colonial imperante. Por ello, la corona influyó desde el inicio en la creación de un aparato burocrático imperial y con ello, en el proceso de mayor o menor acumulación de poderes administrativos con base, en las realidades encontradas en América. En buena medida, las políticas metropolitanas se configuraron tomando en cuenta las particularidades del escenario americano y de las personas que lo habitaban. El capital material y humano de Nueva España modeló, por tanto, el perfil de la política española del siglo XVIII y los factores sociales de la época fueron siempre fuertes elementos a tener en cuenta para la implementación de los planes políticos de la época borbónica.

En este sentido, el contexto europeo de este siglo, marcado por un constante estado de guerra entre las potencias va a repercutir en los planes de defensa de la España de los Borbones y esto se hará sentir en América. Las crecientes necesidades militares de la metrópoli en sus dominios imperiales durante el periodo exigirán un replanteamiento de los esquemas defensivos de la época de los Habsburgo y pondrán ahora en el centro el debate, a la población que habita en los territorios americanos. La población nativa será de ahora en adelante, tomada como un factor a tener en cuenta dentro del contexto político colonial y su papel en la defensa del virreinato adquirirá un nuevo matiz. En este contexto resalta la emergencia de la población afrodescendiente como pieza clave de las nuevas estrategias de defensa colonial por lo cual, constituyen el objetivo central de esta investigación. El estudio del siglo XVIII en Nueva España en lo general y el del establecimiento de los primeros cuerpos militares permanentes de la historia mexicana en particular presenta un interés innegable pues mediante ellos, además de explorar las causas políticas y económicas de los planes reformistas centralizadores de origen francés aplicados por la monarquía española a lo largo de todo el siglo, podemos acercarnos también a la dinámica social y cultural del mundo novohispano. Atender a la

importancia del componente simbólico dentro de la cultura permite, en nuestra opinión, establecer conexiones entre las distintas dimensiones de la vida social de los grupos humanos y nos acerca a un entendimiento global del fenómeno estudiado. El ejército y las fuerzas militares son un valioso recurso para acercarnos a una sociedad concreta. Como elemento de análisis constituyen en palabras de Críston Archer un “túnel” que nos da acceso al entramado de la sociedad y una “ventana” a una ciudad y a las características de un país determinado. La filiación y procedencia de los integrantes de un determinado cuerpo armado nos brinda una radiografía de la sociedad y permite vislumbrar las estratificaciones sociales de un periodo y espacio determinado. Su implementación y perfeccionamiento denotan el grado de consolidación y desarrollo de formaciones estatales particulares, así como el funcionamiento de los mecanismos de coerción de una formación social. Igualmente, su estudio conlleva un acercamiento a las relaciones entre sociedades que, en el contexto del reformismo borbónico del siglo XVIII, apuntan a una serie de conflictos bélicos entre naciones en los cuales, se disputaba la hegemonía sobre Europa y América, hablamos entonces de luchas armadas a escala global que tenía como telón de fondo muchas veces el continente americano. En este sentido, las concepciones imperiales unían claramente los intereses europeos con los americanos. En los tratados de paz, se insertaban cláusulas de cesión de intereses en América a cambio de compensaciones obtenidas en cuestiones relacionadas a Europa y/o arreglos pluricontinentales. La política colonial y metropolitana de las principales naciones europeas se entrelazaban dentro de un contexto de guerra latente prefigurando de tal forma, los planes político-militares del siglo XVIII en el seno de los estados imperiales. Las monarquías absolutas desde sus inicios se embarcaron en un fuerte esfuerzo centralizador de poder que recaería ahora fundamentalmente, en manos de un Estado secular y sus consecuentes dispositivos de control. Las monarquías, por tanto, crearon ejércitos y una burocracia permanente, un sistema nacional de impuestos, un derecho codificado y los comienzos de un mercado unificado. En el siglo XVIII asistimos entonces a un aumento de las potestades de los estados que, de ahora en adelante, retomarán un conjunto de funciones fiscalizadoras (incluidas las militares) que legitimarían su ejercicio del poder. Las organizaciones del Estado comenzarán entonces a la par, por penetrar

el imaginario social de las personas del periodo y se comenzará con la naturalización de una forma de ejercer el poder basado en la presencia palpable de las instituciones estatales como parte de una ideología. La pertinencia del estudio de la guerra y los cuerpos militares dentro de la historia novohispana radica en que mediante el estudio de éstos como fenómenos históricos (es decir con un origen, desarrollo y susceptibles de cambios en el tiempo) podemos entender las transformaciones ocurridas al seno de la sociedad colonial. Al constituir un microcosmos de una formación social determinada, sintetizan una serie de valores, forma de comportamiento y relaciones culturales complejas ancladas al imaginario colonial del siglo XVIII. En el caso de la Nueva España el periodo borbónico trajo consigo un constante replanteamiento de las formas políticas y administrativas heredadas de los Habsburgo y los conflictos bélicos y el estado de guerra novohispano imperante en la época, contribuyeron a crear un imaginario colectivo en el que las reformas eran cuando menos deseables. No obstante, ese ámbito modernizador se dio en función de la preservación y fortalecimiento de la estructura imperial en tanto que ésta, debía verse beneficiada por los recursos (humanos y materiales) de sus territorios. En este contexto, los grupos subalternos del virreinato fueron vistos como potenciales defensores del imperio, pero siempre dentro de una lógica de tipo militar en el que las calidades étnicas definieron su posición dentro de la institución miliciana. Por tanto, pensamos en la importancia de un estudio que tome como punto central la participación afrodescendiente en los cuerpos milicianos del siglo XVIII pues éstos como súbditos del rey, debían prestar servicios militares. La interpretación de este proceso dentro de la esfera de la ideología nos permitirá analizar las implicaciones sociales y políticas del fenómeno y también, abordarlo como una forma de control social no sólo físico (en este acaso mediante el ejército) sino que ahora también, se hará patente en la esfera ideológica. Hablamos entonces también de colonialidad. Además de la necesaria y pertinente revisión de bibliografía sobre el tema de la afrodescendencia y contingentes militares milicianos en la historia novohispana, para este trabajo se recurrirá a fuentes de primera mano. Se consultarán fundamentalmente los acervos del Archivo General de la Nación de México (AGN) y los Archivos Municipales de Xalapa y Veracruz (Veracruz, México). Palabras clave: milicia; Nueva España; Siglo XVIII; población afrodescendiente; Costa del Golfo.

06. OS SERTÕES E A IMAGEM DO MUNDO: PORTUGAL, ÁFRICA E BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XV E XVIII

COORDENADO POR:

ANDRÉ RICARDO HERÁCLIO DO RÊGO (MRE/USP)

HERACLIO.DOREGO@YAHOO.COM.BR

O objetivo desta proposta de simpósio é reunir trabalhos sobre as representações e imagens do sertão nos países em que se fez notar a influência e a presença portuguesas no período histórico que vai do século XV ao século XVIII. Trata-se aqui sobretudo da presença portuguesa nas Américas e na África. Pretende-se verificar, em uma perspectiva comparada, a evolução da representação e da imagem que as terras consideradas como 'sertão' foram tendo no decorrer do percurso histórico do Império Português. Nesse contexto, conhecer, ocupar e integrar os sertões são elementos intrínsecos de um projeto de construção da nacionalidade no Brasil e de afirmação imperial na África portuguesa. Conquanto não se possa realizar uma caracterização geográfica exata do sertão, pois este não é passível de ser localizado com precisão, o objetivo desta proposta de simpósio é verificar a evolução da representação do conceito, suas características, suas atribuições, suas condicionantes, sua abrangência temporal e espacial. Propomos a discussão de algumas percepções e teorias, como aquela segundo a qual o sertão pode ser concebido como um espaço para expansão, como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele espaço; por isso, o termo sertão é utilizado na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal, como no caso do Brasil colonial e da África portuguesa. O sertão é assim parte do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma

localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para a sua transformação. À época da Independência, dois quintos do território eram ocupados efetivamente, os outros três quintos seriam território a explorar e ocupar, fundos territoriais, o sertão. Por outro lado, o sertão seria um 'lugar' ocupado por povos diferentes, exóticos, a morada dos Outros, cujos habitantes seriam cultural ou racialmente distintos, sendo identificados como saídos de uma outra época ou descendentes de uma outra origem: terra de tapuias, terra de cafres, terras ocupadas por indígenas ferozes. Nesse contexto, a cartografia exerceu um papel fundamental na criação e na consolidação dessas imagens e representações, sobretudo porque, nos mapas do período, haveria um silêncio, uma 'omissão' no que diz respeito à singularidade da paisagem, obliterada por estereótipos motivados, entre outros, pela ignorância e pela falta de conhecimento: diante dos espaços vazios nos mapas, os cartógrafos e ilustradores começaram a preenchê-los com imagens familiares, geralmente estereotipadas. Essas imagens poderiam ser fruto também da predominância de valores europeus na cartografia da época, da transposição inconsciente de valores europeus e suas preferências. Os mapas, desse modo, muitas vezes preferiam deixar espaços em branco a contemplar a geografia indígena, sob a justificativa de que seria melhor evitar mapear o que não podia ser verificado. Tratar-se-ia, também, de uma forma de justificar as doutrinas da *terra nullius* e do *vacuum domicilium*. Mas, nem por isso, deve-se desconsiderar a importância da geografia indígena na construção dos mapas; sem a informação por ela fornecida, essa cartografia dos sertões seria ainda mais difícil de fazer. Os cartógrafos, assim, ajudaram a criar, a instituir o sertão, ao contrapor áreas urbanizadas, europeizadas, ocupadas, a áreas vazias, desconhecidas, em que de certa forma se negava a presença legítima dos indígenas, sob a alegação de falta de conhecimento daquelas regiões. Este é, resumidamente, o objetivo do simpósio: acompanhar a evolução histórica e simbólica deste conceito, tão rico em matizes, procurando entrever e perceber, nos mapas, nas crônicas coloniais, nos relatos de viagem, nos documentos oficiais produzidos pelos órgãos governamentais, as coincidências e as divergências, as aproximações e os estranhamentos, entre as variadas percepções dos diversos

atores envolvidos. Trata-se, por outra, de procurar verificar como se percebia o Outro nesse ‘confronto’ entre litoral e sertão, entre civilização e barbárie, mas também entre o que seria, nas palavras de Frei Vicente do Salvador, essa “civilização de caranguejos” das costas e o que seria, segundo Euclides da Cunha, a “rocha viva” da nacionalidade, no interior.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

O CATÓLICO E ARDENTE ZELO NA PROPAGANDA DA FÉ: MISSIONÁRIOS NOS SERTÕES D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR

ANDRÉ RICARDO HERÁCLIO DO RÊGO (DOUTOR – USP/MRE)

HERACLIOREGO@YAHOO.COM.BR

Um dos motivos para a expansão lusitana pelos sertões foi a conquista de novos fiéis. Com efeito, ao lado da busca de riquezas, a conquista de almas era uma das motivações da expansão ibérica, num verdadeiro espírito de cruzada. Essa dupla motivação seria originária de um compromisso do primeiro rei de Portugal, dom Afonso Henriques, que em sonho teria recebido dos céus a missão de serem os portugueses “operários para terras remotas” da Fé. Não à toa, a expansão lusitana foi feita sob a égide da Ordem de Cristo, da qual o infante dom Henrique era o grão-mestre; também é sintomático que os dois primeiros nomes dados ao Brasil tenham sido “Ilha da Vera Cruz” e “Terra de Santa Cruz”. Esses “operários para terras remotas” foram sobretudo os jesuítas, seguidos de longe por outras ordens como a dos capuchinhos, que se internaram pelo interior de dois continentes à busca das verdadeiras riquezas do sertão, que seriam as almas dos gentios à espera da catequese e da salvação. Como parte dessa catequese, os missionários realizaram várias expedições, das quais resultaram muitos relatos e descrições, que se revelariam muito úteis para a travessia do sertão. Observe-se, igualmente, que a “missioneação” nos sertões da África e do Brasil é tributária de uma visão do mundo ainda marcadamente medieval, que oferece aos sertões uma tripla face: Inferno, Purgatório e Paraíso. Inferno por ser uma terra difícil, remota, habitada por monstros e

criaturas esquecidas de Deus; Purgatório, por ser local de travessia e de purgação dos pecados; e Paraíso por ser a morada de uma humanidade nova, sem pecado, que vivia num clima perenemente temperado, em meio a luxuriante floresta ou a jardins belíssimos. Note-se que essas diferentes faces dos sertões não são excludentes; antes ao contrário, são complementares e simultâneas.

Palavras-chave: Sertões. Missionários. Conquista de almas. Humanidade nova.

O PAPEL DO TRÁFICO DE ARMAS NOS SERTÕES DE ANGOLA (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

LEONARDO OLIVEIRA AMARAL (MESTRANDO – UFAL)

LEONARDO.AMARAL.18@OUTLOOK.COM

Adotando ideais ilustrados durante a segunda metade do século XVIII, o marquês de Pombal tinha como objetivo mudar o foco da exploração portuguesa na África Centro-Occidental, alterando assim os métodos pelos quais a administração se relacionava com a população e com o terreno locais. Apesar das tentativas, a transformação e renovação pensadas por Pombal e seus governadores em Angola não obteve êxito nem a curto nem a longo prazo e, conseqüentemente, mantendo por muito tempo o foco escravista da exploração portuguesa na região, o que fica claro nas fontes que abordam o tráfico e o comércio de produtos antes, durante e depois do período ilustrado. Dentro do contexto do tráfico negreiro, vários produtos circulavam paralelamente aos escravos. A economia tinha um papel de destaque nas relações entre portugueses e povos africanos. Foi através de tentativas de monopolizar o comércio e o trânsito de bens em Angola e seus sertões que os portugueses visavam cercar os interesses africanos destes produtos sob o domínio da Coroa, fortificando assim áreas que se estendiam pelo território. O comércio inter-regional de produtos bélicos é uma das inúmeras chaves no entendimento dos entraves políticos que a administração portuguesa enfrentava. A entrada destes produtos nos sertões de Angola é amplamente discutida nas documentações, evidenciando o descontentamento dos governadores que se viam no impasse entre proibir e liberar o acesso às autoridades locais, muitas das quais eram vassallos portugueses, a armas e pólvora. Palavras-chave: África Centro-Occidental; Governos Ilustrados; tráfico e comércio de armas.

“LHES NÃO ACHO MAIS ATENSAO QUE AO SERVIÇO DE DEUS E BEM DAS ALMAS”: A CHEGADA DOS CAPUCHINHOS NA ÁFRICA CENTRO-OCIDENTAL, SÉCULO XVII

ANA MARIA SOARES DE ARAÚJO (MESTRANDA – UFAL)
ANAMS.ARAUJO@OUTLOOK.COM

Na tentativa de desvincular-se da monarquia espanhola, após a Restauração de 1640, a Coroa brigantina buscou consolidar seu poder entre seus súditos portugueses; entre as cortes europeias; com o Vaticano e em suas possessões ultramarinas, muitas das quais ameaçadas pela presença holandesa. No território angolano, já marcado pela inconstância da influência portuguesa e palco de muitas revoltas locais, desembarcaram as primeiras missões de capuchinhos, muito críticos da Companhia de Jesus e do envolvimento dos padres jesuítas no comércio de escravos. Os capuchinhos eram, em sua maioria, italianos e espanhóis, o que causou certa desconfiança ao monarca português e entre os religiosos jesuítas devido a corrente guerra contra a Espanha pelo trono de Portugal. Muitas vezes taxados de espiões conspiradores, outros elogiados pela dedicação à atividade missionária, a influência capuchinha na África Centro-Occidental – tanto religiosa quanto política – não pode ser desconsiderada na análise das relações de poder estabelecidas com as chefias locais. Utilizando como base documental a *Monumenta Missionaria Africana*, organizada e coligida pelo padre António Brásio; a *História Geral das Guerras Angolanas*, de António de Oliveira de Cadornega e a *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, de Antonio Cavazzi de Montecúcolo, buscamos compreender os desdobramentos da presença missionária na região e como influíam nas esferas de poder espiritual e temporal. O tema revela a importância de estudos sobre Angola nesse período de retomada do controle lusitano, inserindo esses personagens nas diversas redes estabelecidas pelos heterogêneos grupos que formavam a sociedade angolana.

Palavras-chave: Missões capuchinhas, África Centro-Occidental, século XVII.

O SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO CONTEXTO DO NORDESTE COLONIAL (SÉCULOS XVIII E XIX): OS PROCESSOS HISTÓRICOS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES HUMANAS E NA TERRITORIALIDADE

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR (MESTRE -SEDUC-PE)

CARLOSFERNANDO_1984@YAHOO.COM.BR

A bacia do submédio rio São Francisco tem a sua relevância histórica para formação territorial e populacional do Brasil. Ela foi a primeira região da colônia desbravada, explorada e colonizada por distintos agentes coloniais. Chamada pelas fontes colônias de “Sertão”, o Sertão do São Francisco era um território vasto e rico, com populações nativas culturalmente diversa, genericamente denominadas de “Tapuia”, que precisavam ser incorporadas ao projeto de colonização. A proposta de comunicação propõe-se a desenhar um quadro socioeconômico e histórico da região do submédio rio São Francisco da segunda metade do século XVIII até as duas décadas iniciais do século XIX. Com a intenção de compreender os processos históricos que redesenharam os limites territoriais daquele sertão e as transformações nas relações humanas entre os diferentes sujeitos coletivos partícipes na sua construção, em destaque a relação entre os indígenas e os colonos luso-brasileiros. As fontes utilizadas neste trabalho são bibliográficas e manuscritas do final do período colonial até início do século XIX. O primeiro foi a consulta de teses e dissertações em História sobre a formação territorial do Sertão do São Francisco e das populações indígenas dessa região, útil tanto como referencial teórico quanto um guia para a descrição das transformações que a região e seus habitantes experimentaram. A segunda foi a leitura e transcrição de documentos de caráter político administrativo com relatos de experiências de contato entre autoridades locais e populações nativas. Eles estão disponíveis no arquivo público de Pernambuco (APEJE) e no Memorial de Justiça do mesmo Estado (MJPE). A compreensão do processo histórico no Sertão do São Francisco e como isso influenciou as relações entre indígenas e não-índios, nos ajuda a entender os problemas políticos e sociais vividos na contemporaneidade pelos sertanejos da região, principalmente a população camponesa de descendência afro-indígena.

Palavras-chave: Rio São Francisco, Territorialidade, Sertão de Pernambuco, Povos Indígenas de Pernambuco, Índios do Sertão e Terras Indígenas.

“MONÇÕES” OU “CAMINHO QUE ANDA”: A NAVEGAÇÃO FLUVIAL PELO SERTÃO DO PIAUÍ

ANA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO (DOUTORANDA – PUCSP/CNPQ)

HANABELA2005@HOTMAIL.COM

O estudo aborda o papel desempenhado pelas “monções” ou “caminho que anda” pelos sertões do Piauí, em especial em seus processos e práticas socioculturais. Para tratar desse tema clássico da nossa historiografia e das ciências sociais, selecionou-se, dentre os que se dedicaram a estudá-lo, Sérgio Buarque de Holanda (1945) para as “monções do sul”, e Renato Castelo Branco (1947) para as “monções do norte”. Os dois autores tratam desse fenômeno sociocultural que ligou rios e civilizações pelo interior dos sertões brasileiros. Foi um movimento que desde o século XVII foi se expandindo interior adentro, sempre aberto a novas problematizações, ficando conhecido como “monções” ou “caminho que anda”. Mas o que diferencia e unifica as monções do sul e do norte? Nas rotas realizadas por esse movimento, entrelaçava-se uma gente com pautas culturais diferenciadas e semelhantes, gente que mobilizava um contingente de viajantes, tripulantes, comerciantes, embarcadiços, populações ribeirinhas, entre tantos outros. O interesse em revisitar o tema responde às inquietações estimuladas pela tese de doutorado que procura problematizar ideias e temas sobre o sertão e o sertão piauiense, em particular. Por conseguinte, a abordagem se orienta por uma perspectiva dos processos e práticas sociocultural das “monções” ou “caminho que anda” e dos modos que essa gente instituiu um estilo de vida em suas várias feições e modalidades de conflitos, intercâmbios e recriações socioculturais. Nesse ponto, os rios se transformaram em alternativa viável, mesmo regida por instrumentos diferentes, guiada por métodos próprios e movida por um tipo de gente identificada como uma “Raça de navegadores” de idêntica força àquela dos tropeiros que guiaram o gado para o avanço expressivo da civilização do couro pelos sertões do Piauí em especial.

Palavras-chave: Sertão, navegação, sociedade, cultura.

O SERTÃO NAS DEMARCAÇÕES DE TERRA: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS A PARTIR DE FONTES JUDICIAIS (RIBEIRA DO SERIDÓ, 1768-1772)

HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO (DOCENTE -UFRN/CERES)
HELDERMACEDOX@GMAIL.COM

O trabalho propõe uma problematização sobre possibilidades de investigação sobre os sentidos possíveis do conceito de sertão que emergem de fontes de natureza judicial como as demarcações de terra. Essas ações, no âmbito da América portuguesa, eram processos gestados no âmbito da Justiça para se proceder à delimitação e ratificação de fronteiras de sesmarias anteriormente obtidas por colonos. Considera, para fins de análise discursiva, a partir dos ensinamentos metodológicos de Eni Orlandi, um *corpus* documental composto das demarcações de terra dos sítios São José, Passagem e Sobras do Roçaurubu, Acari, Poço e Cacimba do Saco, Passagem do Acari e Ingá, todos da Ribeira do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, realizadas entre 1768 e 1772, cujos originais encontram-se arquivados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Em termos de discussão historiográfica, a investigação dialoga com as produções de Janaína Amado, Erivaldo Neves e, dentre outros, Antonio Carlos Robert de Moraes, no que tange à compreensão da palavra “sertão” como um conceito que referia-se a espaços amplos, longínquos, desconhecidos, a depender de quem enunciava o discurso sobre o mesmo; que era grafado, nos documentos de época, tanto no singular, quanto em sua forma plural – sertões –, indicando, no ato de sua nomeação, a diversidade de espaços conquistados e colonizados pelos portugueses na América; que, mais que uma superfície material, pode ser apreendido enquanto um “discurso valorativo referente ao espaço”, uma ideologia geográfica que foi mobilizada pelos conquistadores para denominar caatingas, cerrados, florestas e outros espaços. A análise das demarcações de terra, portanto, tem como objetivo perceber que sentidos possíveis para o sertão podem ser encontrados nessas fontes judiciais e que tipos de investigações podem ser construídas a partir de tal reflexão.

Palavras-chave: História dos Sertões; Demarcações de terra; Ribeira do Seridó; Sertões coloniais.

SERTÃO, ISOLAMENTO E A ORGANIZAÇÃO COTIDIANA DOS MORADORES DE SÃO PAULO NO SÉCULO XVI (1562 – 1596)

ANDREZA DA SILVA VIEIRA (DOUTORANDA UEM)
VIEIRA.Z@OUTLOOK.COM

Esta comunicação procura refletir sobre a vida cotidiana dos moradores da vila de São Paulo, suas relações com o sertão e a administração camariста do século XVI. Para a nossa reflexão partimos de três parâmetros que consideramos importantes para uma maior aproximação de nosso objeto: a distância em relação aos demais núcleos populacionais de origem europeia na América; as necessidades emergentes individuais de cada morador com alimentação, moradia, vestuário; e o contato com povos nativos locais, trazendo mudanças na forma de ser e viver do português que chegou ao local. Esses três aspectos, a satisfação das necessidades individuais para a manutenção da vida, o contato com os nativos e as dificuldades de acesso moldaram a vida e originaram uma população com características próprias que os distinguiram dos demais núcleos populacionais de origem europeia na América. Para isso, fomos buscar na documentação camariста a resposta aos nossos questionamentos. As atas escritas do século XVI possuem relatórios de reuniões e ali ficaram registradas o que foi aprovado, desaprovado, as ordens locais e gerais, as cartas recebidas, as multas e as construções que deviam ser executadas. Por registrar basicamente as ações da administração da vila, a documentação contém, em sua maior parte, questões políticas e econômicas. Todavia, ao compreender que a administração regia os colonos e sua maneira de viver, conseguimos visualizar nas entrelinhas o cotidiano daquele povoado. Por meio das reuniões, contemplamos a existência de uma vida simples e pobre. O colono morador da vila, seja ele jesuíta, seja camariста, mantinha alianças com algumas das etnias próximas. Essas alianças trouxeram casamentos e relações de proximidade com novas culturas. Ao dividir o cotidiano com alguém mais familiarizado com o meio, foram auxiliados e aos poucos foram lidando com os empecilhos diários.

Palavras-chave: Atas da Câmara; vila de São Paulo; cotidiano; sertão do planalto.

07. OS CONTRATADORES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XIX: DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

COORDENADO POR:

BRUNO AIDAR (UNIFAL)

PROFBRUNO Aidar@gmail.com

RAIMUNDO MOREIRA DAS NEVES NETO (IFPA)

RMNETOHISTORIA@YAHOO.COM.BR

A formação dos Estados modernos e dos impérios coloniais desde o século XV retomaria com grande ímpeto o sistema de arrendamento de contratos, medida antiquíssima utilizada desde o Império Romano, expandindo tal prática na Europa e América, assim como em parte da África e da Ásia. Muitos historiadores analisaram como tal sistema contribuiu para a formação de grupos de contratadores profundamente imbricados com as elites mercantis dessas diferentes paragens. No caso da América Portuguesa, com exceção dos quintos do ouro, a maior parte da arrecadação dos tributos esteve sob responsabilidade dos contratadores de impostos e há pouco os historiadores começam a desvendar os segredos do contrato de Angola, tão importante para a compreensão do domínio português na África. O papel dos contratadores nas relações entre a fiscalidade do Estado da Índia e do Estado do Brasil permanece um campo inexplorado de investigações. Obviamente para Portugal e as outras monarquias europeias, o sistema de arrematação possuía sérias implicações sociais e políticas no centro e suas partes, não estando circunscrita à grandeza das rendas estatais. Se por um lado, o recurso aos contratos permitia um fluxo contínuo de receitas fiscais com a transferência dos custos administrativos da arrecadação e a formação rápida de uma extensa malha de arrecadação sobre amplos

territórios, por outro havia a questão decisiva dos vínculos de dependência do Príncipe ao poder financeiro dos contratadores, como bem observou Montesquieu em meados do século XVIII, tomando como medida tanto a Antiguidade romana, quanto o seu próprio contexto na monarquia francesa. Havia ainda o ponto crucial da extração fiscal exercida pelos contratadores sobre populações rurais e urbanas, que não raramente sublevaram-se contra a opressão dos primeiros, forcejando a preferência pela administração direta em várias mentes ilustradas na França, Espanha, Portugal e nos reinos italianos na segunda metade do século XVIII. Nas últimas décadas, muito no esteio das investigações sobre as elites mercantis, a renovação dos estudos sobre os contratadores do império português trouxe e traz à tona a existência de um amplo mosaico das partes fiscais do império, com semelhanças e diferenças ao longo do tempo entre as camadas de poder local, regional e imperial que compunham os mecanismos complexos e contraditórios da extração fiscal colonial. Após numerosos estudos, um aspecto crucial que se coloca é compreender a unidade na diversidade dos contratadores no império português e sua especificidade face aos contratadores nas outras monarquias europeias. Dessa forma, a proposta desse simpósio é abrir espaço para diferentes questões em meio a um diálogo entre a história econômica, a história social e a história política, dimensões exigidas pelos contratadores enquanto um objeto de estudos privilegiado para o entendimento das diversas fases do Antigo Regime em Portugal, do período colonial brasileiro e das primeiras décadas dos governos liberais nos dois lados do Atlântico. Além das questões que balizaram os estudos clássicos na área, a historiografia recente tem se desdobrado em novos questionamentos e em uma maior complexidade das investigações. Um primeiro conjunto de perguntas envolve os contratos e os contratadores por si próprios: quais eram as dimensões quantitativas (valores, lucratividade e localização espacial) e qualitativas (aspectos institucionais e jurídicos) dos contratos? Quais as origens econômicas e sociais dos contratadores? Como os contratos se articulavam às formas de acumulação mercantil e financeira dos arrematantes? Quais eram as vantagens e desvantagens do sistema de arrematação comparado à administração direta? Qual foi o papel dos contratadores na estruturação das

alfândegas? Um segundo conjunto de questões relaciona-se ao entorno econômico, social e político dos contratos e dos contratadores: quais eram as conexões entre os contratos e o tráfico de escravos? Como os pagamentos dos contratos e dos tributos relacionavam-se com os circuitos monetários e financeiros coloniais? Como analisar as redes estabelecidas entre contratadores, fiadores e governo? Qual era o grau de concentração e concorrência entre os contratadores? Quais eram as relações dos contratadores com os grupos sociais e instituições coloniais? Quais eram as formas de descaminhos e evasão fiscal praticada pelos contratadores e pela população tributada? Ambos conjuntos de indagações envolvendo os contratos e os contratadores são essenciais para a periodização e compreensão das mudanças e crises nos diferentes modelos políticos de governo imperial português, seja em um paradigma mais antigo de matiz jurisdicionalista ou pré-estadualista presente nos Seiscentos, seja naquele com características crescentemente absolutistas ou estadualistas que emerge nos governos de D. João V e D. José I ou, por fim, no novo modelo liberal deflagrado pela revolução do Porto e pelo movimento constitucional no Brasil.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

E PLURIBUS UNUM: UM BALANÇO SOBRE OS ESTUDOS DOS CONTRATADORES NO BRASIL COLONIAL

BRUNO AIDAR (DOCENTE – UNIFAL)
 PROFBRUNOAIDAR@GMAIL.COM

O objetivo do presente texto é realizar um balanço da extensa literatura sobre os contratadores no período colonial tanto no tratamento das diferentes regiões do império na América Portuguesa quanto na temporalidade desses estudos. Ainda que presente em trabalhos clássicos, como os desenvolvidos por Myriam Ellis e Maria Thereza Schoerer Petrone, apenas nas duas últimas décadas os contratadores receberam um tratamento historiográfico mais amplo, muito no esteio das pesquisas sobre as elites mercantis coloniais. A maioria desses estudos parte de uma abordagem regional, carecendo de

um balanço que apresente uma visão panorâmica desses agentes na totalidade do império colonial. Dessa forma, o texto pretende fazer essa análise comparativa, extraindo aspectos quantitativos e qualitativos que permitam observar as origens sociais e econômicas dos contratadores, a articulação dos contratos com outras formas de acumulação mercantil e o papel dos contratadores na construção de uma extensa rede de arrecadação. A segunda seção do texto pretende sintetizar o contexto econômico dos contratadores no meio colonial, sobretudo seus vínculos com o tráfico de escravos, circulação de mercadorias e circulação monetária. O contexto social das redes sociais também era relevante por conta das muitas redes estabelecidas para a obtenção dos contratos e para a definição dos padrões de concentração e concorrência entre os contratadores, bem como para práticas ilícitas envolvidas nos contratos. Por fim, a terceira seção busca apresentar algumas semelhanças e especificidades dos contratadores no Brasil colonial quando comparados às experiências dos contratadores na França e na Espanha (e suas colônias americanas), especialmente ao longo do século XVIII. O texto utiliza basicamente dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos que foram publicados sobre este tema.

Palavras-chave: Contratadores de Impostos. Administração fazendária. Brasil Colonial.

A PROVIDORIA-MOR DO ESTADO DO BRASIL E A JUNTA DA REAL FAZENDA (1640-1807): POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

ANDRÉ FILIPPE DE MELLO E PAIVA (DOUTORANDO – USP)

ANDREPAIVA@USP.BR

A Provedoria-Mor do Estado do Brasil, estabelecida em regimento datado de 1548 e posta em funcionamento simultaneamente à instalação do Governo Geral na América, teve participação bastante intensa na organização e gestão da colonização, estabelecendo parâmetros de governança, além de funcionar como supervisora das provedorias locais, que possuíam escopo local/regional. Suas atribuições e funções, dada a própria plasticidade e organicidade empreendimento colonizador, vão se modificando ao longo do tempo. Destarte, desempenha um papel mais ligado à inspeção das diversas

capitanias, passando pela administração das folhas de pagamento à gestão dos gastos militares. Com sua extinção, em 1769, foi substituída pela Junta da Real Fazenda, no âmbito das políticas implementadas por D. José I e seu secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Esta instituição demonstra ser carente de um estudo que analise a Provedoria-Mor de maneira mais profunda e, simultaneamente, estabeleça um panorama de sua atuação, estrutura e funcionamento ao longo dos seus mais de dois séculos de operação. Um exercício bastante profícuo para sua compreensão mais completa como instituição seria sua comparação com os anos de funcionamento da Junta da Real Fazenda. Para dar conta deste estudo, tencionamos a análise de um considerável conjunto de fontes, diversos entre si, que nos aportarão subsídios para o entendimento mais alargado desta instituição e de seus agentes, com foco bastante direcionado aos elementos qualitativos do período. Por conseguinte, não apenas um estudo em relação às políticas destas instituições se faz necessário, mas também uma prosopografia de seus agentes, procurando reter neste esforço a influência e o peso de suas trajetórias para a estratégia de recrutamento para estas posições nos organismos de administração.

Palavras-chave: Provedoria-mor; Junta da Real Fazenda; Administração; Império Português.

ENTRE O AVENTUREIRO, O CONTRATADOR E A PASSAGEM PELOS RIOS PARAIBUNA E PARAÍBA: UM OUTRO CAMINHO PARA AS GERAIS (RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII)

PHILIPPE MANOEL DA SILVA MOREIRA (DOUTORANDO – UFF/CAPES)

PROF.PHILIPPEHISTORIA@YAHOO.COM.BR

Esse trabalho tem como objetivo apresentar dados sobre as dinâmicas territoriais que envolveram as rotas de comércio que conectavam os rios Paraíba e Paraibuna com o caminho de Inhomirim, no Recôncavo do Rio de Janeiro, partindo do relato de viagem de Sebastião Gomes da Silva Berford que mapeou, em sua jornada do Maranhão até a corte no final do século do XVIII e início do XIX, uma série de variantes de caminhos, inclusive fluviais, que ratificam a ação dos contratadores de passagens e põem em xeque o modelo

clássico dos “dois caminhos” (o velho e o novo), comum nas narrativas historiográficas sobre as conexões entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais na história colonial do Sudeste. Destacaremos que a ação desses agentes tinha como objetivo controlar e cobrar pela passagem de mercadorias da alfandega fluminense e de africanos escravizados que eram levados em canoas por rios e “picadas” em direção às Minas, o que impactou diretamente na demografia local e nas configurações territoriais. Para comprovar tais hipóteses apresentaremos as seguintes fontes: contratos de passagens e listagens de escravos contidos no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), mapas e imagens dos caminhos, rios e suas variantes e tabelas sobre o tráfico de escravizados da plataforma Slave Trade Database.

Palavras-chave: contrato; tráfico; viajante; passagem; rios.

A CARTOGRAFIA FISCAL E O PERFIL SOCIAL DOS DÍZIMOS EM MARIANA NO FINAL DO SÉCULO XVIII

THAIZ BARBOSA FREITAS (MESTRANDA – UFF/CAPES)

THAIZBARBOSAFREITAS@GMAIL.COM

A proposta de estudo do trabalho é analisar a concentração espacial e o perfil social da arrecadação dos dízimos das freguesias do Termo de Mariana, em Minas Gerais setecentista, que se estendia a diferentes grupos sociais. Nesse sentido, pretendemos demonstrar que a se tratava de um tributo que reforça a complexidade das conjunturas econômicas e financeiras da região, assim como analisaremos, através da elaboração cartográfica de informações históricas, os diferentes papéis das freguesias e dos grupos sociais que pagavam, ou não, o tributo, considerando, essencialmente, seu caráter religioso. Para tais análises, balizamos o trabalho em dois recortes temporais: primeiro, entre o período de início dos registros dos créditos, em 1784, e o final, 1786; segundo, nos períodos de pagamentos dos créditos, 1787-1810. O livro do contrato dos dízimos do Capitão Domingos de Abreu Vieira, referente às freguesias do termo de Mariana para esse período, constituiu a principal fonte de pesquisa deste trabalho. A partir desses recortes espaciais e temporais, é possível destacar que a relevância do tema de pesquisa tem como base o fato de que trabalharemos não apenas a dimensão econômica do imposto eclesiástico, relacionada diretamente à produção agrícola, para a qual

já existem outros estudos, mas, principalmente, como sua dimensão fiscal permite compreender as transformações que envolvem a ocupação de indivíduos de diferentes grupos sociais nos espaços na sociedade colonial.

Palavras-chave: dízimos; espaço; fiscalidade; Mariana; século XVIII.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

A COROA, A FAZENDA REAL E OS CONTRATADORES NA AMAZÔNIA COLONIAL (SÉCULOS XVII E XVIII)

RAIMUNDO MOREIRA DAS NEVES NETO (DOCENTE – IFPA)

RMNETOHISTORIA@YAHOO.COM.BR

O presente trabalho versará sobre os planos para o desenvolvimento econômico do Estado do Maranhão e Grão-Pará e crescimento da Fazenda Real, de meados do século XVII a meados do século XVIII, em especial a espinhosa questão da fiscalidade examinada principalmente a partir da figura dos contratadores das rendas reais. O principal argumento defendido é o de que a administração e a defesa das rendas reais articularam boa parte das ações da Coroa com relação ao Estado do Maranhão e Pará. Nesse processo intervieram diversos agentes, que revelaram ter múltiplos interesses, quaisquer que fossem os objetivos da própria Coroa ao longo desse período. Neste particular, convém ressaltar que os contratadores não eram simples coletores de impostos, dada mesmo a grande rentabilidade das arrematações, e, por vezes, o próprio status que já traziam de alguma ocupação na administração colonial. Ao falar dos ganhos dos contratos, devemos lembrar do oficial (coleta dos impostos), do descaminho (eram muitos, mas sobretudo em torno do cacau) e, é claro, do prestígio social que este agente passava a ter na Conquista. Tanto era assim que, não raras vezes, pessoas da rede montada em torno do contratador passavam a se arriscar a dar lanços nos contratos vindouros. Por força do contrato, o contratador era amparado por alguns agentes como administrador, feitor, procurador, conservador. Como alguns contratadores eram do Reino, logo se escolhiam estes agentes na Conquista, sobretudo aqueles que tinham

trato com a Fazenda Real. Com relação ao acervo documental, a maior parte da documentação usada neste trabalho se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ao qual acessamos através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, no Arquivo Público do Estado do Pará e no *Arquivo Público do Estado do Maranhão*.

Palavras-chave: Amazônia; Contratadores, Séculos XVII e XVIII.

AS REDES DO TRÁFICO TRANSATLÂNTICO NO GRÃO-PARÁ: CONTRATO DE CACHEU, BISSAU E CABO VERDE E O CONTRATADOR JACINTO FERNANDES BANDEIRA (1778-1815)

MARLEY ANTONIA SILVA DA SILVA (DOUTORA – UFPA/DOCENTE – IFPA)

MARLEYHIST@YAHOO.COM.BR

As redes de negócio que sustentaram o tráfico de escravizados africanos para o porto de Belém do Grão Pará nos idos de 1778 a 1815 é o objeto de análise deste trabalho. As fontes *Slavery Voyage*, a Base de Dados do Comércio transatlântico de escravizados, adicionadas às do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), somada as fontes do Instituto Histórico e Geográfico Brasil (IHGB), notadamente a documentação colonial portuguesa, relativa a África, Ásia e Oceania lá resguardada; acrescidas da bibliografia relativa ao tema, permitiram identificar como se estruturou o financiamento do tráfico para o Ver o Peso, o porto de Belém do Grão Pará.

Palavras-chave: África; Grão Pará; tráfico transatlântico.

RIBEIRAS DA ESCASSEZ: CONTRATOS, GUERRA E FISCALIDADE NA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1673-1723)

LÍVIA BRENDA DA SILVA BARBOSA (MESTRA – IFRN)

LIVIBARBOSALBSB@GMAIL.COM

A “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida entre o final do século XVII e o início do século XVIII, movimentou toda uma estrutura de guerra necessária para sua manutenção. Na capitania do Rio Grande é possível identificar a associação de instituições administrativas, particulares e relações supra capitania que foram fundamentais para o sustento da Guerra. A exemplo disso, menciona-se a Câmara da Cidade

do Natal, a Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande e os esforços do Governo-geral para enviar o sustento das tropas e coordenar as ações de combate nos sertões do Rio Grande. Nesse sentido, esse trabalho estabelece destaca as relações entre a administração dos contratos da Provedoria do Rio Grande, as altas e quedas de suas receitas e as necessidades de apoio financeiro externo à capitania do Rio Grande na conjuntura da Guerra. Para isso, são utilizadas fontes como autos de arrematação, alvarás e ordens de envio de recursos do Governo-geral para as Capitanias do Norte, a saber, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Siará Grande. A partir desta análise será possível, portanto, compreender a ligação entre as dimensões fiscais, econômicas, dentro dos contratos e arrematações, com a conjuntura da Guerra.

Palavras-chave: Fiscalidade; Guerra dos Bárbaros; Rio Grande; Provedoria da Fazenda Real; Governo-geral.

NOS BASTIDORES DA ARREMATAÇÃO: DISPUTAS E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CONTRATO DO SUBSÍDIO DAS CARNES EM PERNAMBUCO DURANTE O SÉCULO XVIII

POLIANA PRISCILA DA SILVA (DOUTORA – UFPE)
POLIANA.POLIANASILVA@GMAIL.COM

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a disputa dos negociantes-arrematadores que atuavam no comércio de carnes secas e couros da capitania no controle de um dos maiores contratos de Pernambuco, o subsídio das carnes durante o século XVIII. Inúmeros foram os arrendamentos promovidos pela monarquia portuguesa através dos contratos. Usualmente ofertados por um triênio, muitos foram consecutivamente renovados por décadas ao mesmo grupo de homens de negócio ou membros de uma única família; desobedecendo a lei da administração pombalina que determinava que o período de vigência do contrato não podia exceder os três anos. Um dos casos mais notáveis da chamada “patrimonialização de contratos” em Pernambuco é o da família Costa Monteiro. As sucessivas arrematações ou o aceite de lances fechados pela Fazenda Real sem que o contrato tenha de ir à hasta pública, colocou esta família no controle do ramo das carnes e dos

couros na capitania durante décadas, transformando a arrematação do contrato num cenário de disputa, quando o grupo capitaneado por Manuel Gomes dos Santos também enveredou na arrematação do subsídio. Para compreendermos as diversas facetas que o controle do subsídio das carnes poderia conferir para a elite mercantil da capitania, foi utilizada a documentação manuscrita de cunho administrativo, econômico e biográfico, ligada aos contratos régios e os homens de negócio residentes em Pernambuco, originária dos códices e da documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino. Assim, mais do que identificar os negociantes-arrematadores que se tornaram “sócios temporários da Coroa” no ramo das carnes e couros, procuramos entender a importância destes para a comércio e fiscalidade da capitania. Descortinando as manobras nos leilões de arrematação, os conluís realizados para aumentar seus lucros, como também as táticas utilizadas para permanecer no controle do subsídio, desenvolvendo tendências monopolistas para afastar os grupos rivais.

Palavras-chave: patrimonialização; contratadores; arrematações; carnes; ilicitudes; Pernambuco.

MONOPÓLIOS E DISPUTAS POLÍTICAS DURANTE A VIGÊNCIA DE DOIS CONTRATOS DO SUBSÍDIO DA CARNE NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1789-1802)

ESTEVAM HENRIQUE DOS SANTOS MACHADO
(DOUTORANDO – UFPE/CAPES)
ESTEVAMHSMACHADO@GMAIL.COM

Os grandes comerciantes investiam na arrematação dos contratos reais e se utilizavam destes como uma forma de acumulação e influência. Ao arrecadar impostos, o empresário tinha uma vantagem sobre os demais podendo consolidar uma hegemonia no mercado. O objetivo deste

trabalho é perceber como este processo de acumulação de riqueza era tensionado pela atuação de outras instâncias de poder da capitania, como governadores e câmara, detentores de objetivos e preocupações diversas das dos contratadores. O presente trabalho pretende discutir os problemas enfrentados por dois contratadores do subsídio das carnes na Capitania de Pernambuco em seus respectivos triênios de atuação. O primeiro, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque, contratador da carne entre 1790 e 1792, teve sua atuação apoiada pelo governador da Capitania de Pernambuco à época, Dom Thomás José de Mello, enquanto o segundo, Francisco Carneiro do Rosário, contratador da carne entre os anos 1800 e 1802, teve sua administração do contrato prejudicada pela ingerência da Junta governativa encabeçada pelo Bispo Azeredo Coutinho. Além do Arquivo Histórico Ultramarino, foram analisados neste trabalho um texto em formato de denúncia intitulado “Análise de monopólio das carnes, da pólvora e do comércio da ilha de Fernando de Noronha praticados em Pernambuco debaixo da proteção do governador daquela capitania D. Thomas José de Mello” escrito, em 1793, pelo Comerciante da praça de Pernambuco João de Deus Pires Ferreira e a “Demonstração sobre a administração e renda dos contratos da Capitania de Pernambuco em 1801-1802”, texto oficial produzido pela Junta governativa da Capitania com a finalidade de denunciar a imprópria postura do Contratador Francisco Carneiro do Rosário. As duas experiências demonstram como a proximidade, ou não, dos contratadores com o poder influenciava não só o cumprimento dos ditames do contrato, mas no cometimento de extrapolações e abusos.

Palavras-chave: Comércio, Fiscalidade, Contratos, Carne, Pernambuco.

09. O IMPÉRIO E SEUS IDIOMAS: GOVERNOS ULTRAMARINOS, NEGOCIANTES E ESCRAVOS NO MUNDO PORTUGUÊS

COORDENADO POR:

ANTÔNIO CARLOS JUCÁ DE SAMPAIO (UFRJ)

ACJUCA@GMAIL.COM

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO (UNEB)

HELIDAS@GMAIL.COM

Ao longo dos últimos trinta anos a pesquisa histórica sobre o período colonial tem questionado o esquematismo dos estudos relativos ao período, cujos pilares eram a visão dicotômica da sociedade brasileira, percebida como dividida entre senhores e escravos, e a compreensão da colônia como um simples corolário da expansão mercantil europeia. Da nova percepção derivada de tais avanços surge uma sociedade complexa, que não se deixa capturar por simplificações e anacronismos, outrora tão em voga. Atualmente a principal questão desse debate historiográfico é o estudo das especificidades que marcaram as diversas áreas ultramarinas que compunham o Império português. Pretende-se compreender o ultramar lusitano na encruzilhada dos distintos processos históricos da Europa, África, Ásia e do Novo Mundo, ultrapassando uma visão eurocêntrica e percebendo a dinâmica imperial como resultado da química formada pela antiga sociedade portuguesa e as conjunturas mundiais. O Antigo Regime português sem seu Império ultramarino seria incompreensível. Essa nova perspectiva historiográfica não pôde deixar de vincular o Antigo Regime português à expansão ultramarina e aos fluxos globais produzidos na idade moderna. Pode-se assim sublinhar algumas das principais singularidades ultramarinas, em particular a percepção hoje corrente de que os impérios ultramarinos eram cortados e interligados

por diversas redes comerciais, sociais e políticas. Negócios oceânicos que conectavam a reprodução de diferentes estruturas sociais em toda a sua profunda diversidade. Deu-se assim maior ênfase à consideração de características essenciais da sociedade portuguesa nos Tempos Modernos, procurando explicitar a profunda singularidade do escravismo na América e das dinâmicas socioeconômicas por ele engendradas nas regiões situadas nos três continentes que então integravam o império ultramarino português. Para melhor analisar todas essas questões, a presente proposta de organização de simpósio temático pretende debater temas como: os padrões de atuação dos agentes e redes mercantis no âmbito do Império; a circulação de homens e culturas políticas e seus efeitos na criação de zonas de influência que conectavam o local com o global; a experiência dos poderes e instituições locais em interação com as cidades capitais do império luso; a negociação como eixo do relacionamento entre poder central e poderes locais; a escravidão como um marco decisivo na definição dos modos de dominação que deram forma ao Brasil colonial. A ideia de linguagens partilhadas como meio de comunicação que contribuía para a estabilidade do império pode, inicialmente, ser percebida pela indagação de como seria possível no Antigo Regime dos Trópicos a interação entre diferentes segmentos sociais, como negociantes e nobreza da terra, entre senhores (reinóis ou nascidos nas conquistas) e escravos no mais das vezes vindos do continente africano. Que tipos de linguagem possibilitavam a comunicação entre grupos tão distintos? A estas perguntas, aparentemente tão simples, deve-se acrescentar que a atuação dos escravos, uma vez aliados a seus senhores, era imprescindível para a manutenção da primazia política na América portuguesa, já que cativos armados tinham peso importante na força política dos bandos, facções da nobreza da terra. Por sua vez, o papel de negociantes de escravos era fundamental para a reprodução de uma sociedade escravista, ou seja, a atuação do corpo mercantil contribuía para reordenar as relações de poder e a hierarquia social. O estudo destas linguagens é fundamental caso se pretenda compreender tal império com os seus diferentes loci, povos e segmentos sociais, congregando interesses múltiplos, cambiantes no tempo e no espaço, quer de natureza política, cultural, econômica ou social. Logo, conflitos entre forças locais (conquistas/colônias) e centrais (coroa/reino),

disputas entre facções no poder (bandos), demandas entre grupos sociais (comerciantes e fidalgos, senhores e escravos), além de tensões internas a cada dimensão aludida, poderiam tornar inelásticas as bases de funcionamento do império e de uma sociedade estamental, caso suas linguagens e formas de comunicação não propiciassem a atenuação de conflitos e embasassem a governabilidade portuguesa como um todo. Dito de outro modo, o que se ressalta aqui é que a linguagem e a comunicação foram fundamentais para a formação e a manutenção da estabilidade do império. Com efeito, pretende-se ultrapassar a interpretação do império constituído por dualidades como Metrópole versus Colônia e Senhores versus Escravos. Ao invés de dualidades, na verdade, teríamos múltiplas cadeias de conflitos e de negociações. Ou seja, multiplicidades de idiomas que interconectados entre si davam forma e movimento ao império português da época moderna.

.....

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

ESCRavidÃO E HIERARQUIAS SOCIAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA

GOVERNANDO GENTES, ESTABELECEndo COMPADRIOS: PRÁTICAS DE ANTIGO REGIME E A CONFIGURAÇÃO DA MONARQUIA PLURICONTINENTAL NOS SERTÕES DA AMÉRICA LUSA – SÉCULO XVIII

MARIA LEMKE (DOCENTE – UFG)
MARIALEMKE@GMAIL.COM

A descoberta do ouro no centro da América lusa alterou a face e as fronteiras do mundo. O deslocamento humano foi sem precedentes e não se reduziu à costa atlântica. Nos chamados sertões auríferos, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás, tanto os sinais de exaustão quanto a suspeita de novos veios auríferos moviam homens com suas hierarquias, orientações valorativas, medos e incertezas. Nessas regiões – de amplitude territorial considerável,

marcadas pela escravidão, por hierarquias sociais e costumeiras e mobilidade social – a presença indígena era expressiva e os confrontos e conflitos, inevitavelmente, sangrentos de parte a parte. Não por acaso, na documentação político-administrativa sobressaem solicitações para a guerra justa. Quais estratégias de conquista foram empregadas para conter e apaziguar esses povos? A violência na força da espada, do chumbo e da pólvora não poderia ser a única tônica e, de fato, não o foi. José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1770-1778), quando da conquista dos Javaé e dos Carajás, em 1775, valeu-se de juramentos de vassalagem nos quais se comprometia a governar aqueles povos “com amor, justiça e caridade”. Além desse modo de obtenção da lealdade, ele e seus sucessores, Luís da Cunha Menezes (1778-1783) e Tristão da Cunha Menezes (1783-1800) – como representantes de uma sociedade católica, de privilégios e deferências – apadrinharam uma e outra criança indígena, acrescentando às hierarquias já existentes nestes grupos, outras, também fundamentadas em preceitos cristãos. Tomando por base a documentação político-administrativa, nesta comunicação abordo como algumas práticas de Antigo Regime católico, juramentos de vassalagem e compadrio, foram empregadas nesses sertões da América lusa para garantir a paz. Compadres de governadores e outros representantes régios, indígenas tornavam-se vassalos do rei e cristãos; governadores, por seu turno, colhiam os louros resultantes da propagação da fé e da expansão das fronteiras. Não obstante os interesses distintos, tais práticas contribuíram para configurar a face mestiça da monarquia pluricontinental nos sertões. Este é o tema e objeto desta comunicação.

Palavras-chave: Compadrio; vassalagem; práticas de governança; Antigo Regime.

A ESCRAVIDÃO NOS PAPÉIS DO GOVERNO: COMUNICAÇÕES POLÍTICAS E GOVERNANÇA, CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO, 1781-1821

THIARA BERNARDO DUTRA (DOUTORANDA – UFES)

THIARABERNARDO@HOTMAIL.COM

Ao propor o exercício de análise das possibilidades de investigação histórica das correspondências administrativas – as *comunicações*

políticas - para a compreensão do controle da escravidão pelas autoridades governamentais, foi possível vislumbrar a complexa realidade que se configurou nos domínios ultramarinos. A presente comunicação tem como objeto a análise da correspondência administrativa das autoridades governamentais da capitania do Espírito Santo, entre 1781 e 1821. Busca-se delimitar o problema em torno da interferência do Estado nas relações escravistas. Serviram como base das inquirições cartas trocadas entre os diversos níveis de poder na capitania depositadas no fundo do Arquivo Distrital de Braga, do Arquivo da Torre do Tombo, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Foram utilizadas 1.191 correspondências trocadas entre agentes da governança e a sociedade local. Na medida em que as pequenas propriedades, a economia de abastecimento e o enclave dominado por homens pobres encontraram lugar na reflexão historiográfica, o estudo sobre o Espírito Santo pode conferir maior entendimento sobre a realidade que se configurou nos espaços coloniais. Tal renovação influenciou também os estudos sobre a escravidão, que passaram a ser pensados sob a ótica do Antigo Regime português. A imbricação dessas perspectivas ofereceu melhor percepção das especificidades das relações entre senhores e escravos em uma sociedade estratificada e propiciou maior visibilidade às práticas cotidianas. Acredita-se que o completo entendimento da sociedade escravista passa pela consideração da natureza do Estado e das relações estabelecidas entre os indivíduos, livres ou escravos, e a política. A lacuna na análise sobre o olhar que as autoridades lançavam à escravidão justifica a importância do tema. Assim, a comunicação oferece material para discutir as relações entre os governadores da capitania capixaba e a escravidão.

Palavras-chave: Comunicações Políticas; Governadores; Capitania do Espírito Santo; Escravidão.

LEIS E PRÁTICAS SOCIAIS: OS CATIVEIROS INJUSTOS E AS LIBERDADES DOS INDÍGENAS NO ESTADO DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

MARCIA ELIANE ALVES DE SOUZA E MELLO (DOCENTE – UFAM)

MARCIAMELLO64@YAHOO.COM.BR

ANDRÉ LUÍS BEZERRA FERREIRA (DOUTORANDO – UFPA/MUSEU MAURITISHUIS – HAIA)

ANDRELUIS_BF@YAHOO.COM.BR

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos relativos aos cativeiros injustos e as liberdades dos índios e seus descendentes no Estado do Maranhão, durante a primeira metade do século XVIII. Para tanto, esse trabalho se vale de fontes ainda inéditas de natureza cartorária, eclesiástica e judiciária, que nos possibilitam compreender as relações entre a legislação vigente sobre a regulamentação do cativo indígena. Assim, pretendemos elucidar as linguagens partilhadas pelas interpretações e variações das leis, referentes aos sentidos e significados das liberdades dos índios. Buscamos superar a dicotomia entre a escravidão e liberdade, para enfatizar as estratégias empreendidas por senhores e cativos nas esferas de uma sociedade estamental. A documentação disponível possibilita analisar as tessituras sociais do cotidiano dos cativos e seus senhores na sociedade maranhense. Através dos testamentos é possível observar as relações estabelecidas entre as famílias cativas e as de seus patronos, bem como as tensões criadas pelas declarações das últimas vontades. Ao acessarem a justiça através do Juízo das Liberdades, os cativos passavam a fazer uso da sua qualidade indígena, cuja trajetória familiar possibilitava litigar pelas suas liberdades. Desse modo, as memórias de seus familiares e as ilicitudes em que foram resgatados ou aprisionados poderiam ser a chave para o reconhecimento de sua liberdade. Por sua vez, as cartas de alforrias demonstram como a concessão das liberdades estavam associadas às práticas sociais estabelecidas entre patronos e cativos, sem o litígio judicial. Portanto, este trabalho se justifica pela possibilidade de avançar na compreensão da escravidão indígena, antes relacionada somente aos interesses da economia e suas práticas escravistas nos “sertões” amazônicos, para analisar a aplicabilidade das leis e as articulações, negociações e intermediações dos patronos e indígenas com as instituições de poder local e metropolitano.

Palavras-chave: Cativo indígena; juízo da liberdade; alforrias; Maranhão Colonial.

(RE)DEFINIÇÕES ÉTNICAS E RELIGIOSIDADE NO ESCRAVISMO COLONIAL

ANDRESSA ANTUNES (MESTRANDA – UFOP/CAPES)

ANDRESSAANTUNES2@GMAIL.COM

Esta comunicação pretende apresentar dinâmicas cotidianas de (re)definições étnicas de africanos e afrodescendentes atuantes numa rede de sociabilidade religiosa, no contexto escravista mineiro do século XVIII. Partimos do estudo de caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Alto da Cruz de Vila, cujo envolvimento em disputas religiosas e conflitos sociais evidencia o potencial *locus* de agenciamento negro que esta confraria desempenhou. A pesquisa em desenvolvimento aborda a atuação de indivíduos considerados pardos pelo Livro de Entrada e Anuais de Irmãos (1737-1829) desta Irmandade e seus investimentos na devoção à Santa Efigênia, especialmente a partir de 1780. Embora tal preferência dos pardos pela santa africana seja conhecida da historiografia, aqui buscamos entender o investimento material nesta devoção como expressão da constituição de fronteiras étnicas no interior do grupo dos africanos e afrodescendentes, visto que estes irmãos e irmãs pardos registraram suas doações à Santa Efigênia num livro dedicado ao registro dos irmãos brancos desta confraria. O contexto pombalino da época (1780 em diante) e as progressivas mudanças na legislação e interpretação da legitimidade do cativo africano criaram ambiente favorável para que estes indivíduos, socializados numa privilegiada rede religiosa urbana, desenvolvessem estratégias para lidar com o cotidiano do estigma escravista. Parece ter havido, portanto, uma dinâmica social e religiosa (concomitantemente) que definiu Efigênia como signo de expressão de um grupo étnico pardo, no interior de uma confraria tradicionalmente dominada por africanos. Considerando o histórico desta Irmandade, participar

dos momentos de decisão e manifestação pública do Rosário do Alto da Cruz indicava certo prestígio social e religioso entre os irmãos e a comunidade local.

Palavras-chave: escravidão; sociabilidade; religiosidade; agenciamento.

ENLACES E NÓS: AS TESTEMUNHAS DE CASAMENTO COMO MEIO DE INTERAÇÃO, VÍNCULO E SOCIABILIDADE – FREGUESIA DA CANDELÁRIA – RIO DE JANEIRO (C. 1750 - C. 1850)

JANAINA CHRISTINA PERRYON LOPES (DOCENTE –
UNIVERSIDADE CATÓLICA PETRÓPOLIS)
JANAPERRYON@BOL.COM.BR

O presente trabalho investiga o papel desempenhado pelas testemunhas de casamento no processo de sociabilidade experimentado pelos noivos presentes nos registros de casamento da Freguesia da Candelária, entre os anos de 1750 e 1866. Para tanto, utilizamos como base todos os registros de matrimônio referente a essa Freguesia neste período, depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Em seguida, de posse dessas informações e dos nomes das testemunhas mais recorrentes cruzamos tais informações com outros registros eclesiásticos e cartorários fornecidos pelas mais variadas fontes de informações, de modo a delinear melhor a identidade desses personagens, suas trajetórias de vida e as redes de relações nos quais estavam inseridos. Identificado o perfil prestigioso da maioria dessas testemunhas e seus vínculos com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, abordamos papel de mediadores que estes personagens cumpriram, servindo de veículo de inserção dos noivos que os convocaram não só a uma comunidade religiosa, como também a uma rede social no qual laços eram criados ou reforçados.

Palavras-chave: testemunha; casamento; interação social; sociabilidade.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A CONFORMAÇÃO DO ATLÂNTICO SETECENTISTA

BATISMO DE CABEÇAS: TRÁFICO DE CATIVOS NO PORTO DE LUANDA (FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO XIX)

ROBERTO GUEDES (UFRRJ)

ROBERTOGUEDESFERREIRA@GMAIL.COM

Por meio de registros de batismo de cabeças sem nome cristão da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, cruzados a documentos administrativos variados, o trabalho analisa a estrutura do mercado de cativos no porto de Luanda entre fins do século XVIII e inícios do século XIX. Salaria que o negócio era concentrado em poucas mãos, mas igualmente disseminado e aberto a diferentes agentes mercantis. Com tal estrutura, o tráfico no porto de Luanda se assemelha ao mercado interno de cativos no Sul-Sudeste do Brasil entre fins do século XVIII e inícios do XIX, o que o enfoque comparativo com base em despachos de escravos a partir da Corte joanina permite aferir. Por fim, o trabalho realiza um pequeno estudo prosopográfico sobre os grandes traficantes luandenses, com realce para os mercadores estabelecidos na cidade africana.

Palavras-chave: batismo, cabeças, tráfico de cativos, Luanda.

FAMÍLIA NEGREIRA: OS SACOTO E O COMÉRCIO DE CATIVOS COM A COSTA DA MINA NO SÉCULO XVIII.

SUELY CREUSA CORDEIRO DE ALMEIDA (DOCENTE – UFRPE)

SUEALMEIDA.UFRPE@HOTMAIL.COM

O propósito desse trabalho é apresentar iniciais resultados de uma investigação que vem sendo desenvolvida desde 2013 amparada em dois editais, o Universal do CNPq (2013-2106 – 2018-2021), sobre o processo que envolveu Pernambuco e a Costa da Mina na África Ocidental e o comércio de pessoas que receberam a denominação

de povos “Mina”. Uma parte dos resultados já foram publicados e estão referidos na bibliografia ao final desse resumo, a pesquisa continua com apoio do segundo edital citado. Pernambuco foi considerado pela historiografia o quarto porto nas Américas e terceiro no Brasil que mais recebeu escravizados durante o tempo em que foi realidade a escravidão, fosse legal ou ilegal, no entanto, foi o menos estudado. Entendemos, que para uma compreensão mais circunstanciada do que foi o comércio de cativos para o Brasil e em especial Pernambuco, se faz necessário ampliar e aprofundar conhecimentos baseados em pesquisa empírica sobre o terceiro porto no Brasil e o comércio de gente. Estudos sobre a escravidão se constituem em um tema clássico, e muito já foi produzido, no entanto, a historiografia pernambucana é carente, principalmente no que tange ao período colonial, assim novas abordagens sobre o tema foram surgindo de um processo de renovação historiográfica ligada a perspectiva das Histórias Conectadas (Connect History) que aproximaram centros e periferias demonstrando uma ampla circulação de pessoas, bens e culturas entre o novo e o velho mundo, incorporando a África, aqui em nosso caso a parte Ocidental. O Atlântico foi incorporado não apenas como um obstáculo a ser transposto, mas como um espaço que desenvolveu uma cultura própria criada a partir das demandas provocadas por ambas as margens. As conexões entre Pernambuco e a Costa da Mina se insere nessa nova perspectiva de abordagem e entendimento, construindo-se a partir de especificidades do local, mas indissociavelmente inseparável de parâmetros globais que nortearam as ações de agentes e instituições. As fontes utilizadas não será excesso dizer, são bastante fragmentadas. A maior parte dos livros de registro como: “Livros de despacho da Escravaria”, “Livros de cargas Vivas” e mesmo os livros de “Despacho de Alfandega de Pernambuco” ou da Provedoria, desapareceram ou os que existe estão praticamente em branco. A trama para realizar uma aproximação ao tema tem que ser bem urdida, aproximando vários fundos depositário com documentação de teor diferenciado. Tem sido muito difícil construir quadros, mas mesmo enfrentado dificuldades é possível chegar a resultados. Um trabalho de compor mosaico, fechando-se os dados a partir de fragmentos encontrados e reagrupados. Foi segundo essa metodologia de compor quadros com fragmentos

dispersos e amparada nas conexões possíveis de realizar entre as margens atlânticas, que chegamos à família Freitas Sacoto. Os dados sobre eles nos permitiram perseguindo sua trajetória, elucidar múltiplos aspectos do comércio de escravizados no século XVIII. O recorte informativo vai do final do século XVII até a década de 70 do XVIII. O trânsito entre Portugal e seu ultramar foi intenso. Para o Brasil e em especial para Pernambuco migraram muitos jovens portugueses por séculos. José de Freitas Sacoto, o patriarca da família, chegou a Pernambuco com 17 anos em 1699. As notícias que nos chegam de sua família no reino o colocam numa casa de pequenos lavadores, ligados a outros pequenos comerciantes que servia no balcão da loja. Mas seu trabalho árduo como comerciante na Praça do Recife, levou-o a uma significativa inserção social tornando-se familiar do Santo Ofício, participante na Câmara do Recife e na Ordem Terceira do Carmo, honrarias alcançadas por filhos e netos. Os Sacoto viviam entre Pernambuco e Portugal, possuindo residências em ambas as localidades, bem como casas comerciais administradas pelos membros da família (pai, filhos e netos). José de Freitas Sacoto, Ignácio de Freitas Sacoto, Máximo de Freitas Sacoto e José Ignácio de Freitas Sacoto, o último neto do patriarca, foram mestres e capitães de navios, proprietários de embarcações das quais exerceram senhorios nas viagens realizadas à Costa da Mina e contratadores de direitos de desembarque de cativos no Porto do Recife em Pernambuco. Eles enfrentaram todos os problemas e reveses que surgiram da atividade como: fuga do fisco, naufrágios, embates por direitos dos contratos arrematados e realizaram longas viagens à costa da África Ocidental encarando todos os contratempos que uma empreitada para resgate poderia suscitar. Sempre estiveram atentos às fórmulas de ganhar nesse “infame comércio” participando dos leilões de pessoas no Porto e Alfandega do Recife. A família atuou em todas as frentes fosse recorrendo as decisões do Conselho Ultramarino quando pediram direitos de cobranças e/ou a Mesa da Consciência e Ordem para pedir dispensa de *qualidade*. Os Sacoto conseguem esclarecer como o comércio de gente pode fazer catapultar para o centro de uma elite um homem de origem humilde. Eles tiveram no fim da vida, respeito, nobilitação, foram tratados a “lei da nobreza”, pois possuíam terras, criados, cavalos e foram considerados homens de negócio de grosso trato. Suas atividades sempre forma vistas como honradas e engrossadoras dos cabedais da fazenda real. Em nenhum momento escravizar pessoas

foi visto como mácula ou defeitos, mas pelo contrário foi uma tarefa louvada e recompensada com honras pela monarquia portuguesa.

Palavras-chave: Família, escravidão, comércio.

“PELA PERMISSÃO QUE CONCEDI AOS NAVIOS QUE FOSSEM COMERCIAR À COSTA DA MINA”: OS “PRETOS MINA” NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, SÉCULO XVIII.

FILIPPE MATHEUS MARINHO DE MELO / FILIPEMARINHOO@GMAIL.COM /
MESTRANDO UFRPE/FACEPE

Já é consagrado pela historiografia que boa parte dos africanos desembarcados em Pernambuco no século XVIII eram provenientes da região de Angola, localizada na África Centro-Occidental, principalmente no auge do monopólio da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Este trabalho tem como objetivo ir na direção contrária, pretendendo se aventurar na relação comercial entre a costa ocidental africana e Pernambuco, com o intuito de focar na presença dos chamados “pretos mina” na capitania. Para tanto, será necessário destacar a importância da Costa da Mina para os comerciantes do Recife e traçar estimativas do desembarque e quantitativo dos “pretos mina” como parte significativa da população africana em Pernambuco, além de discutir formas de organização e o exercício de práticas culturais. As fontes utilizadas são diversas em sua natureza. Trata-se de inventários *post-mortem*, livros de casamento e batismo e a correspondência entre as autoridades coloniais e a Metrópole. Compreendemos nossas fontes como dois conjuntos que nos possibilitam entender a presença desses africanos, partindo essencialmente de aspectos sociais. O primeiro conjunto se refere ao comércio e suas dinâmicas, pois a documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino, nos dá indícios do número de embarcações e de cativos desembarcados, além de relatar sobre as problemáticas que foram se desenrolando ao longo do século XVIII, dificultando o comércio com aquela Costa. O segundo conjunto de fontes nos informa sobre a relação que os africanos mantinham entre si, como redes de solidariedade e formas de organização, além das relações com as autoridades coloniais. Este trabalho segue as trilhas abertas pelo que já foi estudado sobre Pernambuco e a Costa da Mina, tendo como eixo principal as pesquisas de Suely Almeida, Gustavo Acioli e Emília Staben.

Palavras-chave: Costa da Mina; Pernambuco; Pretos Mina; Comércio.

MULHERES ATLÂNTICAS: NOTAS SOBRE AS LIBERTAÇÕES FEMININAS NAS ALFORRIAS FLUMINENSES (SÉCULOS XVIII-XIX)

MIRELLA SORAYA PINHEIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA (MESTRANDA -UFRJ/CAPES)
MIRELLASPINHEIRO@GMAIL.COM

A historiografia sobre o tema há muito apresenta as mulheres enquanto as personagens mais agraciadas com as alforrias. Ainda que as hipóteses explicativas variem entre os trabalhos, o que parece ser consenso é que ao examinar as manumissões de quaisquer região e temporalidade na América portuguesa, o pesquisador deparar-se-á com uma predominância feminina entre as liberdades concedidas. A presente comunicação acompanha os referidos estudos do tema, em duas medidas: ao reafirmar a preponderância dessas personagens no ato da alforria fluminense entre os séculos XVIII e XIX e ao reexaminar as justificativas levantadas pela historiografia para esse predomínio. Encaramos essas mulheres como sujeitas de seu próprio tempo e espaço, isto é, integrantes de uma sociedade marcada por traços do Antigo Regime ibérico e de experiências relacionadas à escravidão e sua hierarquia social característica. Paralelamente, busca-se depreender o lugar do sistema atlântico escravista nas trajetórias por elas realizadas em vista de libertarem-se. Procuramos associar o trânsito dessas mulheres na cidade, e as atividades desempenhadas, com as possibilidades oferecidas por essa praça mercantil no mundo Atlântico. Além disso, intentamos identificar essas liberdades femininas no interior de uma instituição escravista que, embora apresentasse caminhos tortuosos para a mobilidade social, empreendia sua autorreprodução. A participação dessas mulheres nessas dinâmicas, ademais, contribuirá para diagnosticar possíveis permanências da ordem de Antigo Regime já no século XIX. Assim, mobilizaremos as alforrias registradas no 1º e 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no intervalo aproximado de 1771 até 1821.

Palavras-chave: tráfico de escravos; disciplina social católica; alforrias; alforrias femininas

.....

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

**REDE, PODERES, GÊNERO: AS MÚLTIPLAS
RAÍZES DA ECONOMIA COLONIAL**

**ESPAÇO ECONÔMICO E PODERES LOCAIS NOS
SERTÕES DA CAPITANIA DA BAHIA: SÉCULO XVIII**

HÉLIDA SANTOS CONCEIÇÃO (DOCTORA - UFRJ)

HELIDAS@GMAIL.COM

As cidades e vilas coloniais constituíram-se como um dos mais importantes pilares da presença portuguesa na América. A fundação de centros urbanos no litoral cumpriu com a função de defender as principais praças mercantis das conquistas, assegurando a vitalidade das suas atividades portuárias e a fixação da população citadina que atuava na vida política da comunidade. A urbanização da América Portuguesa contou com ritmos e dimensões diferentes nos seus vários espaços. Condições geográficas, políticas e socioculturais interferiram na dinâmica de construção de feitorias, vilas e cidades, modulando de forma diversa os núcleos povoadores. Na primeira metade do século XVIII, em locais distantes das cidades litorâneas, especialmente em função das atividades minerais, uma excepcional quantidade de câmaras foi edificada nos territórios do interior da América portuguesa. As novas zonas de povoamento passaram por significativas transformações, após serem elevados à condição de vilas. Este quadro nos desafia a construir outras interpretações acerca da formação dos espaços econômicos na periferia do Império. Tais acontecimentos possibilitaram uma multiplicidade de poderes gerados em interação com as dinâmicas locais. O funcionamento de um extenso circuito de produção econômica através do fluxo mercantil do ouro e do gado, favoreceu a integração das vilas auríferas do sertão baiano ao mapa geopolítico do império. Inevitavelmente, a atuação de oficiais e agentes locais modulou as condições para a existência de poderes periféricos em constante negociação com os poderes do centro. Esta apresentação discute a criação dos

concelhos camarários e do espaço econômico nas vilas auríferas do sertão baiano - Santo Antônio da Jacobina (1722), Rio de Contas (1725) e Minas Novas do Bom Sucesso (1729). O objetivo é perceber como os diversos agentes das vilas do sertão, nomeadamente, moradores, sertanistas, homens de negócios, oficiais das ordenanças, escravos, mulheres, dentre outros, interagiram e ajudaram a moldar hierarquias e costumes locais a partir das negociações com os poderes do centro. Este foi um dos aspectos que sem dúvidas colaborou para o protagonismo dos territórios do sertão, assim como o fortalecimento e longevidade do espaço econômico e político gerados a partir da mineração no sertão baiano ao longo do século XVIII.

Palavras-chave: sertão, Bahia, câmaras, economia colonial.

AS MULHERES NO TEMPO DOS FLAMENGOS: ATUAÇÃO FEMININA DURANTE AS GUERRAS LUSO-HOLANDESAS (1624 - 1654)

ELISIELLY FALASQUI DA SILVA (DOUTORANDA – UNICAMP)

ELISFALASQUI@GMAIL.COM

Esta apresentação tem por objetivo analisar os impactos das guerras luso-holandesas, decorrentes da ocupação holandesa da região setentrional do Brasil, entre os anos de 1624 e 1654, no cotidiano da sociedade. Aventamos a hipótese de que tais impactos poderiam ser vivenciados de forma particular pelas mulheres, tanto em seus efeitos negativos, quanto nas possibilidades de ação. Os relatos sobre o domínio holandês, entre os quais se destacam o de frei Manuel Calado (*Valeroso Lucideno*), sugerem que a vulnerabilidade feminina era agravada em tempos de guerra declarada, e que as mulheres neste ambiente estavam sujeitas aos mais variados perigos, sendo que alguns deles as rondavam de forma específica, como raptos, estupro e humilhações. Sobressaem-se, portanto, nesses relatos, os impactos negativos da guerra sobre o cotidiano: a violência, o medo, a crueldade e o sofrimento. Tais efeitos são sentidos até mesmo em aspectos corriqueiros, como a alimentação, a mobilidade de uma vila a outra, as relações pessoais, a transferência de bens e a prática religiosa. Por outro lado, ao tencionar a realidade existente, o contexto de guerra oferece novos espaços de atuação e/ou lança

luz a possibilidades talvez já existentes, mas ainda não exploradas. É por este caminho que pretendemos dirigir nossa investigação. Analisando diversas fontes disponíveis sobre o período, pretendemos investigar mais detidamente a atuação feminina em tempos de guerra e ocupação holandesa, tanto nos conflitos (de forma direta ou indireta) quanto na vida cotidiana.

Palavras-chave: Brasil holandês, história das mulheres, guerras luso-holandesas.

UMA REDE DE DESCONFIANÇA E DESCRÉDITO: DISPUTAS E TRAIÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONTRATOS DE PESCARIA DAS BALEIAS NAS COSTAS DO BRASIL (1753-1782)

ROMULO VALLE SALVINO (PÓS-DOUTORANDO – UFF)

ROMULOVS@UOL.COM.BR

Na segunda metade do século XVIII, fortaleceu-se um grupo de mercadores de grosso trato que estendeu redes mercantis entre várias praças do Atlântico. Componentes desse grupo arremataram um quinhão relevante dos contratos régios, em negócios dos quais participavam, como contratadores, fiadores, procuradores, administradores locais ou sócios, explícitos ou ocultos. Em um quadro marcado pelas grandes distâncias e pelas dificuldades de comunicação, a historiografia tem ressaltado a importância da confiança e do crédito (como sinônimo de fé que se deposita em alguém ou como capacidade de acesso a fianças e empréstimos) para o funcionamento dessas redes, seja nos casos caracterizados pela prevalência de relações familiares, seja naqueles articulados por laços apenas negociais. Neste trabalho, será enfocada a carreira de Francisco Peres de Sousa, *broker* (intermediário) que foi contratador da pesca das baleias na Bahia e nas capitânicas do Sul e depois sócio da Companhia da Pescaria das Baleias nas Coastas do Brasil, como parte de um grupo de oito homens de negócios, entre outras atividades. As alianças em torno desses empreendimentos, todavia, foram marcadas por quebras de contrato, várias trocas de acusações entre sócios, administradores e outros agentes, processos judiciais, prisões e sequestro de bens. Apesar desses percalços, Peres de Sousa participou da gestão dos contratos de pesca das baleias

desde 1753 até sua morte, em 1782, enquanto os contratadores que o antecederam conseguiram manter-se no negócio apenas por períodos relativamente curtos. A Companhia, por sua vez, persistiu até 1801, quando o monopólio foi encerrado pela Coroa. Tendo como fontes principalmente documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino, é objetivo deste trabalho refletir sobre o quanto o caso tem de idiossincrático e o quanto tais eventos podem refletir mudanças maiores na arquitetura mercantil da época.

Palavras-chave: redes sociais; economia do Antigo Regime; confiança; América Portuguesa; pesca das baleias

AÇÚCAR, CRISE E PERNAMBUCO COLONIAL: OUTRAS PERSPECTIVAS

BRENO ALMEIDA VAZ LISBOA (DOCENTE UPE/GARANHUNS)
BRENOTRIUMPH@GMAIL.COM

Os estudos sobre o açúcar e a economia colonial no Brasil, e em Pernambuco em particular, não são novidade. Há muito que historiadores de diversas origens e perspectivas metodológicas tentam equacionar a importância do açúcar na formação econômica colonial, assim como sua importância para a configuração da sociedade da época e suas implicações nas relações de poder de então. Diversos trabalhos discutiram o assunto, chegando, em geral, a conclusões semelhantes. No caso de Pernambuco, por ser uma capitania eminentemente açucareira desde os seus primórdios, tais trabalhos e conclusões abordaram uma série de questões sobre essa capitania. Em meio a essas abordagens, convencionou-se chamar de “crise” o processo histórico pelo qual passou a economia açucareira na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII. Tal assertiva cristalizada na historiografia durante décadas teve consequências não apenas para o conhecimento do passado colonial pernambucano, mas também para os rumos da historiografia referente a Pernambuco e ao Brasil colonial. Devemos ter em conta que um exame mais cuidadoso da economia pernambucana dos séculos XVII e XVIII mostra o quanto a situação econômica da capitania no período

vai muito além da ideia de “crise”. Consideramos que uma série de motivos, ligados a questões “internas” e externas”, militaram no sentido de obscurecer um conhecimento mais acurado acerca do açúcar e da economia pernambucana nos séculos XVII e XVIII. O que mais nos interessa aqui é entender de que maneira essa ideia de “crise” da economia açucareira se cristalizou na historiografia pernambucana e brasileira e ao mesmo tempo matizar tal ideia a partir de diversos aportes documentais.

Palavras-chave: açúcar; Pernambuco; crise.

NOTAS SOBRE A NOÇÃO DE ALTERIDADE CULTURAL EM SÃO PAULO DE PIRATININGA (1562-1596): REFLEXÕES BASEADAS EM ATAS CAMARÁRIAS SOBRE POVOS INDÍGENAS

ANDREI ÁLVARO SANTOS ARRUDA (MESTRANDO PPGHIS/UNB)

Diante de um excerto como este, datado de abril de 1585, desejo instilar algumas provocações. Bastaria dizer que o português colonizador identificava em povos que não compreendia uma animosidade relativa à sua chegada e ocupação do planalto de Piratininga. Bastaria dizer que o comer de carne humana fosse uma expressão cultural de antropofagia, aparentemente comum a tantos povos nativos da América. Bastaria dizer que o branco não compreendia o estado de inimizade dos indígenas para com os portugueses e seus aliados colonizados, os tupiniquins, após três décadas de desestabilização do modo tradicional de vida dos povos autóctones. Bastaria dizer, talvez, que a colonização e sua imposição religiosa sobre os povos nativos não deixava espaço para a compreensão da alteridade cultural e para o entendimento de costumes outros – a exemplo da antropofagia e outros ritos condenáveis pelos europeus – e por isso havia guerra contra índios revoltados, ou como se dizia na época, alevantados. Será que a noção de alteridade cultural, como pontuada por Todorov em seu célebre *Conquista da América*, encontra respaldo à luz das questões teológicas dos séculos XVI? Ainda que possa parecer temerário concluir que camaristas de uma vila periférica do império luso – na segunda metade do século XVI – estivessem conscientes de noções de analogia retiradas da escolástica,

aço interessante pensar, a partir dos esforços de Andrea Daher e Viveiros de Castro, alguns elementos que fazem criticar a noção de alteridade cultural nas atas da câmara de São Paulo: os índios poderiam fazer parte da monarquia católica e do corpo místico da Igreja? Eles eram retirados de sua antiga cultura e colocados em uma nova? Ou a mudança de costumes por si só indicava redenção? A catequização inspirava uma transformação imediata do converso? Ou a manifestação da boa humanidade católica no indígena dependia da ascensão do ser humano (mesmo, não outro), em um estágio mais baixo, em direção a um mais alto (rumo ao mesmo)?

Palavras-chave: alteridade cultural; colonização; São Paulo de Piratininga.

.....

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

COMÉRCIO E COMERCIANTES NA AMÉRICA PORTUGUESA: TRAJETÓRIAS, ESTRATÉGIAS E ENRAIZAMENTO SOCIAL

OS INTERESSES MERCANTIS DO RECIFE NA FORMAÇÃO DOS “SERTÕES DE FORA”: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TRAJETÓRIA DO CORONEL JOÃO DE BARROS BRAGA NA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE

GABRIEL PARENTE NOGUEIRA (DOUTOR – UFC)

PARENTENOGUEIRA@GMAIL.COM

O período situado entre o final do século XVII e o início do século XVIII é marcado por grandes transformações na América portuguesa. Em Pernambuco e regiões sob sua influência, esta época foi marcada, entre outros aspectos, pelas guerras relacionadas ao processo de expansão da pecuária e pelo forte antagonismo entre segmentos sociais e grupos identificados com os interesses da elite açucareira de Pernambuco e capitânicas vizinha e aqueles associados aos interesses da emergente elite mercantil do Recife. Esta comunicação tem como objetivo central discutir o processo de conquista

dos “sertões de fora” – espaço formado pelo avanço da pecuária a partir da expansão de interesses centrados em Pernambuco – tomando como referência o conflito entre elite açucareira e elite mercantil de Pernambuco. Objetivando perceber o avanço dos interesses da elite mercantil do Recife no processo de expansão da pecuária na capitania do Siará Grande, a discussão tomará como principal referência de análise as redes de relações estabelecidas, em meio a este processo, pelo coronel João de Barros Braga, sujeito que gozou de grande destaque na capitania do Siará Grande em meio à conjuntura das guerras de conquista dos sertões, o que nos possibilita tomá-lo como um referencial para compreensão dos interesses que atuavam neste processo e que nos leva a entendê-lo como um agente que atuou em favor da expansão dos interesses mercantis da praça do Recife em parcelas dos sertões da pecuária que em meio ao processo de formação dos “sertões de fora” foram integrados ao território da capitania do Siará Grande.

Palavras-Chave: Elite Mercantil; Pecuária; Capitania do Siará Grande.

COMÉRCIO FLUVIAL E NEGOCIANTES NO SERTÃO DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ: 1790-1810

SIMÉIA DE NAZARÉ LOPES (DOCENTE – UFPA)

SIMEIA@UFPA.BR

No vale Amazônico, os barcos a vapor responderiam à grande necessidade de se encurtar as distâncias, tornar a comunicação administrativa mais ativa e manter a regularidade no abastecimento de gêneros para o restante das vilas e sítios mais distantes da cidade de Belém. Diversos afluentes que cortam o grande rio e outros canais formados de rios menores faziam a ligação da cidade com as diversas vilas do interior, ou mesmo entre as nações limítrofes. A navegação fluvial teria papel fundamental para potencializar esse mercado, com a promessa de garantir o aumento no fluxo de mercadorias e das rendas para a Capitania do Pará. No porto da cidade, essas mercadorias abasteciam o comércio local e/ou eram exportadas para o porto de Lisboa. No início do século XIX, o comércio para essa área demandou um maior controle, em função das transações comerciais realizadas nesses espaços. Com esse intuito, as fortalezas levantadas

ao longo dos rios serviam de ponto de fiscalização para aferir os produtos negociados e as pessoas afeitas a esse comércio. Por isso, exigiu-se uma forma racional de efetuar a ligação entre pontos e portos da região, onde houvesse maiores vantagens em expandir o mercado, favorecer a obtenção de lucros para novos investimentos e para a dinamização das atividades comerciais. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar o comércio fluvial dos gêneros coletados nos sertões, bem como os sujeitos envolvidos nesse circuito mercantil. Na documentação que se utilizou pode-se encontrar os Registros da Coletoria dos Impostos de Gurupá organizadas nos códices do Arquivo Público do Estado do Pará e os avulsos do Projeto Resgate (Pará e Rio Negro) onde apresentam os produtos comercializados e os nomes dos negociantes envolvidos nesse circuito.

Palavras-chave: Comércio fluvial; Sertão; Comerciantes.

HOMENS DE NEGÓCIO E MERCADORES DE LOJAS EM SANTA CATARINA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

ANDRÉ FERNANDES PASSOS (MESTRANDO – UFSC)

FPASSOS.ANDRE@GMAIL.COM

A historiografia recente enfatiza os graus de autonomia dos negociantes residentes na colônia ao capital mercantil metropolitano e a enorme capacidade de acumulação endógena por setores da elite mercantil luso-brasileira, concluindo que esta elite, ao controlar parte do comércio mundial atlântico, ocupava posição de destaque na hierarquia social do antigo regime português. Apesar dos inegáveis avanços na compreensão do passado colonial brasileiro, pouco se conhece sobre o processo de interiorização das mercadorias importadas. Se os mercadores cariocas promoveram o processo de integração do centro-sul com o mercado atlântico com base no adiantamento de créditos e mercadorias que importavam dos portos de além-mar, cabe uma investigação do funcionamento do circuito mercantil interno que deu suporte a totalidade deste movimento. Em Santa Catarina, assim como em todas as regiões portuárias, os portos locais funcionavam como uma encruzilhada, um ponto de intersecção entre a oferta e a procura, eram as arenas por

onde circulavam mercadorias, pessoas, ideias. Esta pesquisa apresenta resultados preliminares sobre o funcionamento do comércio realizado nas regiões portuárias de Santa Catarina, procurando encontrar quem eram os negociantes especializados nesta praça mercantil, como atuavam neste mercado e qual padrão de acumulação dos negociantes locais, de modo a perceber também como a região se conectou com a dinâmica da economia mundial e quais foram as especificidades locais decorrentes do aumento do contato da região com o mercado atlântico. O método da pesquisa consiste em seguir os fluxos diversos das informações, embarcações, mercadorias, dívidas ativas e passivas, com a possibilidade de encontrar as mesmas pessoas e coisas em uma diversidade de fontes, desde correspondências oficiais, registros de entradas e saídas das embarcações no porto do Rio de Janeiro, anúncios de jornais até inventários *post-mortem*, abrindo um horizonte de histórias possíveis. Palavras-chave: Comércio; Abastecimento; Santa Catarina; Brasil Colonial.

TRAJETÓRIAS DE COMERCIANTES DE ESCRAVOS DA PARAÍBA – SÉCULO XVIII: NOTAS DE PESQUISA

MATHEUS SILVEIRA GUIMARÃES (DOUTORANDO – UFPE)
GUIMARAESMATHEUSS@GMAIL.COM

Os estudos sobre os comerciantes de escravos têm avançado nos últimos anos. Um dos tratos mais lucrativos da América, comprar e vender escravos em uma perspectiva atlântica não era uma atividade simples, sendo bastante concentrada e envolvendo grandes investimentos. As três principais praças comerciais que se desenvolveram no Brasil foram Rio de Janeiro, Salvador e Recife, que mais importaram africanos escravizados. Contudo, estas não foram as únicas. Alguns se aventuraram nesse mercado atlântico de pessoas a partir de outras capitâneas com o intuito de tirar algum proveito das diversas

vantagens oferecidas nesse negócio. Nesse contexto podemos identificar os comerciantes da Paraíba. Sendo uma capitania pequena e muito dependente do mercado de Pernambuco, é perceptível na documentação o envolvimento de desses personagens no trato atlântico de escravos. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas trajetórias e um perfil geral dos homens da Paraíba que se envolveram no comércio de escravos na primeira metade do século XVIII. Apesar de ser uma praça muito pequena e vinculada fortemente a sua vizinha, alguns negociantes conseguiram se beneficiar desse trato. Praticamente inexistem estudos sobre esse grupo na Paraíba, sendo necessário avançarmos na compreensão das dinâmicas comerciais atlânticas das diversas regiões do Brasil. Utilizaremos como principal documentação, os avulsos Arquivo Histórico Ultramarino referentes a Paraíba e a Pernambuco digitalizados pelo Projeto Resgate, a coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional e as Ordens Régias e Livro da Ouvidoria encontrados no Arquivo do Instituto Histórico da Paraíba. Essa documentação nos permitiu identificar essas pessoas e algumas das experiências atlânticas desenvolvidas.

Palavras-chave: comerciantes de escravos; Paraíba; Século XVIII.

10. IMPÉRIOS IBÉRICOS NO ANTIGO REGIME: POLÍTICA, SOCIEDADE E CULTURA

COORDENADO POR:

ÉRICA LÔPO (UFPE)

ERICALOPO@GMAIL.COM

RODRIGO CEBALLOS (UFMG)

RCOVRUSKI@GMAIL.COM

Este Simpósio Temático tem o objetivo de congregar pesquisadores interessados em expor seus estudos sobre a dinâmica administrativa, política, econômica, militar, religiosa e social nos mais diversos recantos dos impérios espanhol e português na Época Moderna. Pretendemos discutir metodologias de pesquisa que se atentem aos sujeitos históricos produtores e partícipes de redes sociais envoltas pela prática política do Antigo Regime e as delimitações de novos espaços de atuação destes sujeitos, caracterizados pelas singularidades que passaram a emergir nas quatro partes do mundo a partir das expansões ultramarinas e as conquistas. Chamam atenção estudos que analisem as estratégias de articulação política e administrativa dos espaços tomados, das territorialidades construídas, da ação de homens e mulheres na economia, nos meios de governar ou do comerciar ou, ainda, no exercício dos valores religiosos no cotidiano. O fazer-se nobre nos espaços ibéricos propicia análises das dinâmicas socioculturais e da formação de lugares de poder capazes de dialogar ativamente com o reino. As naturezas pluricontinental e compósita, respectivamente, dos Estados Absolutistas português e espanhol trazem estudos que merecem maior atenção e, inclusive, possibilidades de intersecções conceituais sobre as práticas políticas e administrativas exercidas nas fimbrias dos impérios. Pretendemos, assim, agenciar um profícuo diálogo entre estudiosos atentos ao uso variado de fontes sobre estes diversificados temas e suas perspectivas de pesquisa

na administração, na governação, na vida social e cultural nos impérios ultramarinos ibéricos durante o Antigo Regime. Desejamos debater: 1) A governação nas conquistas ultramarinas: a administração, os conflitos e a negociação política, as redes sociais e administrativas construídas, as trajetórias e as carreiras político-administrativas, as capitanias e o poder local e suas Câmaras Municipais e os Cabildos; 2) As monarquias ibéricas no Antigo Regime: a monarquia composta espanhola e a pluricontinental portuguesa, a União Ibérica, a ordem sinodal dominante, a organização e a dinâmica da sociedade de corte no ultramar; 3) O mundo ultramarino Atlântico e oriental: as viagens, a expansão e as conquistas, a cultura e organização político-social da América, África e Ásia.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

UM GOVERNO BICÉFALO: ITINERÂNCIA E CAPITALIDADE NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ (SÉCULOS XVII-XVIII)

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS (DOCENTE – UERJ)

FABIANOVILACA@GMAIL.COM

A comunicação aborda uma dinâmica administrativa no Estado do Maranhão e Grão-Pará, caracterizada pelos deslocamentos dos governadores e capitães-generais entre São Luís e Belém, aproximadamente do último quartel do século XVII até meados do século XVIII, e alguns efeitos dessa itinerância. Por exemplo, a substituição da cidade de São Luís pela de Belém como cabeça de governo pela presença dos governadores. Essa condição provisória assumida pela capital do Pará, consolidada a partir de 1751, permite dizer que em boa parte da sua existência o Maranhão e Grão-Pará foi um Estado bicéfalo. Para a compreensão da temática proposta, tem-se como objetivos: 1) apontar e analisar as razões da itinerância dos governadores e capitães-generais; 2) discutir: 2.1) a organização da administração da capitania do Maranhão na ausência dos governadores de São Luís; 2.2) as implicações da sobreposição da sua jurisdição, quando instalado no Pará, à do capitão-mor desta capitania;

2.3) a construção da capitalidade de Belém, desde o século XVII, e o momento em que se tornou efetivamente cabeça de governo, na metade do século XVIII. Para a consecução desses objetivos serão analisadas correspondências entre a Câmara de São Luís e os governadores e capitães-generais no Pará; a documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente ao cotidiano da administração em Belém e São Luís e um único livro da Secretaria de Governo do Estado do Maranhão, encontrado em Lisboa, com cartas do governador Francisco de Sá de Meneses para o capitão-mor Baltazar Fernandes, à frente daquela capitania de 1682 a 1684. Além das fontes manuscritas, relatos de crônicas dos séculos XVII, XVIII e XIX (Bettendorff, Berredo e Baena, respectivamente) trazem indícios importantes para a discussão do tema proposto, que se justifica por ser uma contribuição à revisão historiográfica em curso sobre a administração colonial, em particular, no que concerne ao Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Palavras-chave: Estado do Maranhão e Grão-Pará; Governo bicéfalo; Itinerância; Capitalidade, Administração colonial.

TRAJETÓRIAS ADMINISTRATIVAS DOS PRIMEIROS VICE-REIS DO ESTADO DO BRASIL APÓS A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA O RIO DE JANEIRO (1763-1778)

MÔNICA DA SILVA RIBEIRO (DOCENTE - UFRR)
MONICARIBEIRO81@GMAIL.COM

O presente trabalho tem como intuito analisar as administrações dos três primeiros vice-reis que atuaram após a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, procurando, assim, entender a dinâmica política do Estado do Brasil, e o papel da capitania fluminense nesse contexto. A intenção do estudo é tratar das trajetórias administrativas de Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha (1763-1767); Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja (1767-1769); e Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, Marquês de Lavradio (1769-1778). O intuito é discutir suas atuações no vice-reinado, mas também pontuar seus serviços antes de serem nomeados e depois de terem passado pelo referido cargo no Estado do Brasil, procurando descortinar os

perfis escolhidos para a função e os acrescentamentos políticos que o posto poderia (ou não) trazer. A escolha por essas três gestões se dá pelo fato de que todas ocorreram durante o reinado de D. José I (embora a última tenha se encerrado no início do reinado seguinte, de D. Maria I). A partir disso, buscaremos perceber as mudanças e as permanências que se deram entre esse período – com a transposição da capital para o Rio – e o período anterior – antes de 1763, quando a capitania ainda não tinha a função de sede, mas já possuía um papel privilegiado dentro do cenário político, econômico e social do Império português.

Palavras-chave: vice-reis; trajetórias administrativas; Rio de Janeiro.

FIDALGOS DO REINO E A MONARQUIA PLURICONTINENTAL LUSA: NOTAS SOBRE ESTRATÉGIAS DE CIRCULAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL NAS CONQUISTAS AMERICANAS DE ANTIGO REGIME (SÉCULO XVII)

ERIC FAGUNDES DE CARVALHO (DOUTORANDO – UFRJ)

ERICDECARVALHO@HOTMAIL.COM

Este trabalho tem por objeto os processos de circulação e inserção social experimentados por fidalgos da Casa Real na Monarquia Lusa. Nos quadros ultramarinos do Império português, englobando seus espaços e hierarquias sociais, analisaremos trajetórias da fidalguia reinol; tanto aqueles que serviram através de ofícios régios, quanto aqueles que não o fizeram, porém auxiliaram na composição das elites locais nas conquistas. O foco deste estudo concentra-se nos fluxos estabelecidos, pelo Atlântico, entre o reino e a América portuguesa, ao longo do século XVII. Para fins de comparação e montagem de um quadro de atuação social mais amplo, especialmente no que toca a padrões de circulação deste grupo em especial, o Estado da Índia também será incluído na análise. Minha preocupação se concentra sobre as estratégias de mobilidade social e geográfica verificadas entre os moços fidalgos da Casa Real, categoria pertencente aos chamados foros de fidalgo de primeira ordem – conformadas, sublinho, por forte cariz linhagístico. Falo, neste caso, de moços fidalgos, fidalgos escudeiros e fidalgos cavaleiros da Casa Real. Ao grupo que nos interessa, pretende-se entender suas escolhas de

circulação, e as relações estabelecidas nas periferias da Monarquia Lusa – aspecto fundamental para análise de seus processos de integração social. Considero, sobretudo, o cálculo político e social necessário à manutenção de seu *status* social e de suas respectivas *casas*. Para além da evidente relação materializada na retribuição de serviços prestados por estes vassallos, o trabalho pretende observar seus espaços de serviço, dando ênfase à circulação deste grupo em um século tão atribulado como fora o XVII. Para tanto, constituiu nosso *corpus* documental os Livros de Matrícula dos Moradores da Casa Real, genealogias (tanto reinóis quanto americanas), os Registros Gerais de Mercês do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e missivas de natureza administrativa do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: fidalgos da Casa Real; circulação; inserção social; Império Ultramarino.

“NÃO SE CORTE AS ASAS DE UMA TÃO EMPLUMADA ÁGUIA”: ECONOMIA E POLÍTICA NAS RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO NAS CAPITANIAS DO NORTE (SÉCULOS XVII-XVIII)

LEONARDO PAIVA DE OLIVEIRA (DOUTORANDO – UERJ/CAPES)

LEONARDOPAIVALPO@GMAIL.COM

A gestão hierárquica dos espaços era realizada de acordo com diversos fatores, dentre eles, destaca-se a potencialidade e efetiva produção econômica. Estes eram elementos importantes nas configurações hierárquicas. Nas Capitanias do Norte, Pernambuco era o principal polo econômico, sendo responsável pelos maiores rendimentos, enquanto as demais capitanias muitas vezes não conseguiam arrecadar o valor necessário para se manterem sem a necessidade de auxílio por parte de Pernambuco. Questões políticas e econômicas eram elementos indissociáveis na administração dos territórios da América portuguesa ao longo do período moderno. Os governantes nomeados para as capitanias tinham como obrigação zelar pela saúde financeira de seus governos, sempre procurando formas de providenciar o aumento da Fazenda Real. As discussões envolvendo questões econômicas costumavam fazer parte do dia a dia da administração desses agentes. Tais discussões terminavam envolvendo elementos da configuração política nas Capitanias do

Norte, tendo casos defendendo a necessidade de subordinação dos territórios a Pernambuco devido a sua maior capacidade financeira de auxiliar esses governos, ou o contrário, análises que afirmavam que essa subordinação era prejudicial ao desenvolvimento econômico das capitanias. Tendo isso em vista, esse trabalho tem como objetivo analisar as configurações das hierarquias espaciais nas Capitanias do Norte, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a partir dos relatórios econômicos feitos pelos governantes delas nos quais os elementos financeiros eram utilizados como justificativa principal para a remodelação das estruturas políticas desses espaços que estavam intimamente interligados com os seus estatutos políticos.

Palavras-chave: Hierarquias, Capitanias do Norte; Administração.

ESCREVER PARA GOVERNAR: A TROCA DE CORRESPONDÊNCIAS ENTRE OS GOVERNADORES DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E DA CAPITANIA DO MATO GROSSO (1759-1772)

OTÁVIO VÍTOR VIEIRA RIBEIRO (MESTRANDO - UERJ)

OTAVIOVIEIRA_16@HOTMAIL.COM

A presente comunicação toma os pressupostos da Comunicação política enquanto campo de estudo da historiografia para refletir sobre a dinâmica de circulação interna e trato das questões administrativas veiculadas nas correspondências trocadas entre os governadores do Estado do Grão-Pará e da Capitania do Mato Grosso durante parte do contexto de vigência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre 1759 e 1772. A documentação que sustenta a análise encontra-se disponível no Arquivo Público do Estado do Pará, na seção das Correspondências de Diversos com o Governo e visa assim, apresentar por meio de seu debate que a relação político-administrativa tecida entre o vale amazônico e a fronteira oeste durante este período foi amplamente mediada pela prática da escrita, não obstante terem se conformado no quadro do Império português como espaços de fronteira com jurisdições distintas, haja vista que o Estado do Grão-Pará e a Capitania do Mato Grosso, respondiam respectivamente, em termos administrativos, a Lisboa, então capital do Reino e ao Estado do Brasil, com sede na Capitania do Rio de Janeiro.

Considerando-se isto, as leituras em torno da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, deram ênfase à dimensão do impacto econômico que a sua criação, enquanto empreendimento monopolista teve na reprodução das relações comerciais entre o reino e as suas possessões e no seu movimento de constituição, carecendo assim de discussões voltadas para as suas dinâmicas de circulação e as relações internas ensejadas entre seus agentes.

Palavras-chave: Comunicação política; Correspondências; Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão; Relações político-administrativas.

REFORMAS DE CORREIO E POLÍCIA: A INSPEÇÃO DOS NAVIOS TRANSPORTADORES DE CARTAS DA AMÉRICA PORTUGUESA PARA PORTUGAL

MAYRA GUAPINDAIA (DOUTORA – UNIVERSIDADE LISBOA/CAPEs)

MAYRA.GUAPINDAIA@GMAIL.COM

Em 1798, os Correios em Portugal e seus domínios passaram por reformas. A partir deste ano, toda correspondência deveria ser enviada por uma Administração centralizada pela Coroa. Além disso, a taxa de transporte cobrada pela entrega das cartas, denominada *porte*, seria recolhida diretamente aos cofres régios. Houve uma mudança de paradigma, pois, anteriormente, todo o serviço postal e o recolhimento das taxas associadas estavam nas mãos do Correio-mor, ofício pertencente a uma família desde o século XVII. As reformas postais geraram normas sobre a segurança das cartas e seu correto encaminhamento para o correio. Destaca-se o Parágrafo XI do Alvará de 20 de janeiro de 1798, o qual indicava a obrigatoriedade de todo navio, da Coroa ou mercantil, levar a correspondência em mala fechada. As cartas, quando chegassem ao seu destino, deveriam ser encaminhadas ao Correio, o que resultou em visitas de oficiais da Coroa aos navios nos portos. O procedimento era feito durante as chamadas “visitas do ouro”, onde um juiz subia a bordo com o intuito de recolher o 1% de taxa do ouro transportado, mandar a mercadoria para a alfândega e enviar as cartas ao correio. Esta comunicação tem o intuito de discutir a recolha das cartas durante as visitas do ouro dos navios chegados em Portugal da América Portuguesa, tendo como foco o porto de Lisboa. Para tanto, serão utilizados os ofícios da visita

do ouro que atualmente faz parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. As cartas passaram a ser alvo de inspeção, objeto de atuação da Polícia, pois nelas recaía uma taxa. Era essencial evitar o desvio das cartas, que passou a ser caracterizado como crime passível de punição. Assim, a investigação voltada para as reformas postais em geral e a inspeção dos navios transportadores de cartas em particular, se justificam na medida em que estão diretamente ligadas a transformações de cunho mais amplo, relacionadas às tentativas de mudança na estrutura fiscal da Coroa.

Palavras-chave: Correio Marítimo; visitas do ouro; porte das cartas.

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS ADMINISTRADORES COLONIAIS DA ILHA DE SANTA CATARINA E O VICE-REI NO RIO DE JANEIRO: UM GOVERNO SUBALTERNO? (1774-1777)

LEONARDO GUEDES SOARES (MESTRANDO – UERJ)

LEOHISTUERJ@GMAIL.COM

O presente trabalho aborda a análise da comunicação política existente entre o 2º marquês do Lavradio e vice-rei do Estado do Brasil (1769-1779) com os governadores da Ilha de Santa Catarina, em um dos períodos em que a soberania portuguesa no Sul estava sendo ameaçada pela Coroa Espanhola (1774-1777). A partir da análise de trocas de correspondências existentes entre o vice-rei, Pedro Antônio da Gama e Freitas e Antônio Carlos Furtado de Mendonça, procuraremos analisar a condição de subalternidade da Ilha de Santa Catarina e os limites da atuação do 2º marquês do Lavradio nesse contexto. As fontes utilizadas nessa pesquisa são cartas manuscritas que estão digitalizadas. Todas as missivas podem ser encontradas no acervo do Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, no Fundo Marquês do Lavradio, item 3 (grupo de correspondências ativas). O material está disponível online, no site da própria instituição. O trabalho se justifica, pois procuraremos identificar os meios encontrados pelo 2º marquês do Lavradio para exercer a sua jurisdição e superioridade hierárquica em relação aos governadores de Santa Catarina, mesmo no contexto de guerra. Além da questão da guerra como campo de investigação da História Política renovada,

destacamos que os estudos baseados na comunicação política têm contribuído para a revisão da História da Administração Colonial.

Palavras-chave: comunicação política; Ilha de Santa Catarina; invasões castelhanas; governo subalterno; vice-rei.

OS CORREIOS E O ORDENAMENTO TEMPORAL DO ESPAÇO: O CASO DO RIO DE JANEIRO E MINAS GERAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

THOMÁZ FORTUNATO (MESTRANDO – USP)

THOMAZ.FORTUNATO@USP.BR

Este trabalho apresenta o exame da variação das distâncias temporais dos fluxos postais entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais no início do século XIX. Busca-se demonstrar o *encurtamento do espaço relativo* articulado à *aceleração do tempo de comunicação a distância*, isto é, uma travessia das distâncias comprimida em um intervalo de tempo reduzido. A observação desse fenômeno no âmbito dessas duas províncias permite enquadrar o ordenamento temporal do território, promovido pelos correios, em um contexto mais abrangente de reconfiguração das dinâmicas espaciais provocada pela transferência do centro da monarquia portuguesa à América. Nesse sentido, o trabalho acrescenta às historiografias do território, dos tempos históricos e das instituições do Estado na medida em que investiga o papel desempenhado pelo serviço postal na formação de uma territorialidade temporal que, paulatinamente, balizava a circulação da comunicação escrita, sobretudo de caráter político e comercial. As fontes cotejadas constituem-se de alvarás, ofícios, relatórios, avisos, decretos e decisões envolvendo a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, os governadores e capitães gerais das capitanias, o vice-rei, a Secretaria de Negócios do Império, o poder Executivo e o Legislativo, as Juntas de Fazenda provinciais e, indiretamente, as administrações postais provinciais. Desse modo, espera-se sustentar que uma instituição responsável pela circulação de comunicação escrita em sua procura por maior velocidade, frequência, regularidade, capilaridade e extensão contribuiu para a agregação comunicacional daqueles espaços dominando temporalmente as suas distâncias.

Palavras-chave: Correios; Tempo histórico; Territorialidade; Rio de Janeiro; Minas Gerais.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

ESQUADRINHANDO OS SERTÕES DO NORTE: PROJETOS COLONIAIS E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DAS CAPITANIAS DO CEARÁ E PIAUÍ (SÉCULO XVIII)

LEONARDO CÂNDIDO ROLIM (DOCENTE – UERN)

LEONARDOROLIMHIST@GMAIL.COM

Esta comunicação analisa projetos coloniais para as capitanias do Ceará e do Piauí na formação territorial dos Sertões do Norte durante o século XVIII. A produção de relatos, memórias, ideias, roteiros e tantos outros documentos teve significativo aumento ao longo dos setecentos e se caracterizou pelo conteúdo que pautava as possibilidades de intervenção da estrutura político-administrativa na racionalização e melhor exploração dos territórios coloniais, típicas da ilustração. É importante ressaltar que tais escritos foram produzidos, alguns casos, a pedido de agentes e/ou órgãos reinóis, em outros, por interesse no reconhecimento dos serviços prestados. Esses “papéis” são hoje encontrados tanto na documentação avulsa depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, se caracterizando como uma correspondência formal, quanto em documentos depositados em acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Consideramos em nossa metodologia, não apenas documentos produzidos por ouvidores, capitães-mores, governadores, provedores. Muitas vezes, agentes eclesiásticos contribuíram na escrita de projetos coloniais tanto quanto naturalistas amadores que deste lado do Atlântico exerciam as mais diversas funções. Para o caso específico das duas capitanias (Ceará e Piauí), entendidas aqui como formadoras da região colonial dos Sertões do Norte, serão investigadas as percepções dos agentes, distintas ou similares, acerca das alternativas de explorar as potencialidades dos Sertões do Norte a partir do esquadramento de seu território.

Palavras-chave: Ceará; Formação Territorial; Piauí; Projetos Coloniais; Sertões do Norte.

NA MESMA TERRA, OUTROS CAMINHOS: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA DATA DE TERRA DO TOTORÓ, SERTÕES DA CAPITANIA RIO GRANDE DO NORTE, RIBEIRA DO ACAUÃ, XVIII-XIX

MATHEUS BARBOSA SANTOS (MESTRANDO – UFRN/CERES)

MATHEUSX1998@GMAIL.COM

Investiga o processo de *territorialização* da Data de Terra do Totoró que ocorreu ao longo dos séculos XVIII e XIX. Metodologicamente partiu de revisão historiográfica, análise e transcrição de inventários *post-mortem*, fontes sesmarias e cartas de alforria que foram cruzadas com registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) da Freguesia do Seridó. A Data de Terra do Totoró, situada na Ribeira do Acauã, é fruto do processo de *territorialização* que envolveu não apenas sujeitos livres e luso-brasílicos, mas, também, cativos, livres e forros não-brancos e “mestiços” de unidades produtivas sertanejas. Tomando uso das discussões propostas pela História Quantitativa e Serial e da Micro-História, foi feito o cruzamento de dados entre fontes das esferas judiciais e eclesiásticas dos séculos XVIII e XIX, com o propósito de investigar as relações espirituais e de sangue das pessoas e famílias que se assentaram nas margens do rio Totoró. Partindo do que foi analisado, é possível constatar que esses indivíduos contribuíram para a *territorialização* deste espaço por meio das suas vivências sociais, políticas, econômicas – como a atividade pastorícia e o cultivo de lavouras –, e das práticas religiosas católicas, contribuindo para constituição deste espaço que em 1808 foi elevado ao status de povoação quando da ereção de uma Capela sob o título e invocação de Santa Ana.

Palavras-chave: Data de Terra do Totoró; Territorialização; Ribeira do Acauã; Sertões do Seridó; História dos Sertões.

DOS PALMARES AOS SERTÕES DOS TAPUIAS: NOMES E FEITOS DOS HOMENS DE ARMAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII)

TYEGO FRANKLIM DA SILVA (DOUTORANDO – UFRN/CAPES)

TYEGOFRANKLIM@GMAIL.COM

A segunda metade do século XVII nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, do ponto de vista das ações de conquista e expansão do território português na América, foi caracterizado por dois grandes movimentos bélicos: as guerras contra os mocambos de Palmares e os conflitos do fenômeno que a historiografia chama de Guerra dos Bárbaros, eventos militares promovidos pela Coroa no sentido de garantir seu domínio nessa região, sobretudo após a expulsão dos neerlandeses, em 1654. Estes dois eventos tiveram como elemento comum a ação de homens cuja vida estava diretamente vinculada às ações de combate em terços e tropas, muitas vezes liderados por sertanistas e composto de variada gente. Este trabalho tem por objeto de estudo trajetórias e feitos destes homens de liderança que atuaram nos principais conflitos ocorridos nas Capitanias do Norte na segunda metade do século XVII, com o objetivo de apresentar a possibilidade de análise do processo de territorialização a partir das ações de conquista e o interesse desses indivíduos pela posse das terras conquistadas, elementos presentes em cartas patentes e consultas de nomeação para postos militares em que o movimento desses homens no espaço é evidenciado nas justificativas de solicitação de mercês régias. Partir-se-á da principal motivação que os bandeirantes ou sertanistas recebiam para combater nos conflitos da Coroa: a possibilidade de poderem solicitar mercês régias para si e seus herdeiros, incluindo a possibilidade de ascensão na carreira militar por meio de cartas patente, a obtenção de cargos no aparato administrativo da colônia e, sobretudo, a concessão de terras em sesmarias. Serão consultados fundos documentais que permitem verificar esse interesse dos envolvidos nos conflitos em solicitarem terras nas áreas conquistadas, tais como cartas de concessão de terras dos fundos de sesmarias das Capitanias do Norte e os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, relativos às ações bélicas no período. Palavras-chave: cartas patente; guerras; terras; mercês régias; mobilidade espacial.

“EM SUAS MÃOS, QUE DE MIM RECEBE UMA, DUAS E TRÊS VEZES”: A CERIMÔNIA DE PREITO E MENAGEM E AS JURISDIÇÕES NAS CAPITANIAS DO NORTE (1654-1700)

MARCOS ARTHUR VIANA DA FONSECA (DOUTORANDO – UERJ)

MARCOS_MEGI2@HOTMAIL.COM

A cerimônia de preito e menagem foi um importante ritual surgido durante a Idade Média. Com influência de instituições romanas e germânicas, o preito e menagem foi amplamente utilizado na Europa ocidental durante o período medieval. O juramento de fidelidade criava um laço político de vassalagem entre dois homens nobres e de *status* semelhantes. O cerimonial foi incorporado pelas monarquias do Antigo Regime na jurisdição dos ofícios governativos dos Impérios coloniais. No caso da América portuguesa, o preito e menagem era utilizado para todos os súditos que assumiam ofícios de governo ou postos militares com jurisdição sobre praças ou fortalezas. A cerimônia também desenvolveu um segundo aspecto: a construção de laços de subordinação entre governantes de diferentes capitanias. Por causa deste fenômeno, alguns governantes, notadamente o governador-geral da Bahia e o governador de Pernambuco, utilizaram o preito e menagem para disputarem a primazia política sobre outras capitanias. Desta forma, este trabalho pretende analisar como o preito e menagem foi utilizado pelas autoridades administrativas portuguesas para definir a arquitetura administrativa das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, na segunda metade do século XVII. O tema assume uma importância para o estudo da formação político-jurisdicional das Capitanias do Norte ao se perceber a associação entre o ritual de preito e menagem e a criação de hierarquias políticas entre as demais capitanias e o governo de Pernambuco. As fontes analisadas neste trabalho foram as certidões das cerimônias de preito e menagem prestadas pelos capitães-mores do Rio Grande, Ceará, Paraíba e Itamaracá na segunda metade do século XVII.

Palavras-chave: Preito e menagem; jurisdição; Capitanias do Norte.

HOMENS DE DISTINÇÃO: AS REDES RELACIONAIS DOS VEREADORES DA CÂMARA DE MARIANA (1750-1808)

REGINA MENDES DE ARAÚJO (DOUTORA – IFNMG)

REGINA.ARAUJO@IFNMG.EDU.BR

Entre as instituições que compunham o quadro administrativo do império ultramarino português, destacam-se as câmaras municipais. Esses órgãos vão apresentar-se como espaço privilegiado para aqueles que desejavam mostrar a distinção e ainda galgar privilégios simbólicos e econômicos. Nesse sentido, a presente comunicação pretende lançar luz sobre as trajetórias dos vereadores que ocuparam a câmara de Mariana entre 1750 e 1808 levando em consideração as redes relacionais motivadas por aspectos parentais, econômicos e de amizade nas quais estes estiveram envolvidos. Entendendo a câmara como espaço de trânsito das elites locais, discutira-se o papel da instituição nos projetos de ascensão social levando em consideração a busca por ganhos simbólicos e como palco para o estabelecimento e fortalecimento de redes relacionais. Os vereadores que passaram pela câmara de Vila do Carmo/Mariana compartilhavam dos valores societários portugueses e, portanto, recorreram a mecanismos ascensionais para alcançar a nobreza ou o enobrecimento. A apresentação pretende apresentar alguns projetos de homens que buscaram ao longo de suas trajetórias alcançar patamares mais elevados na escala social, refletindo sobre o papel da câmara nesse processo de ascensão social. Para traçar essas trajetórias, bem como o perfil econômico e social, recorreu-se a à análise dos testamentos e inventários, processos *de genere* e processos matrimoniais, cartas patentes, pedidos de confirmação de postos, listas de notas e processos de habilitação na Ordem de Cristo desses indivíduos, documentação que se encontra no Arquivo Público Mineiro, no Arquivo Histórico da Câmara de Mariana, nos Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo.

Palavras-chave: redes relacionais; poder local; administração.

NOVOS TEMPOS POLÍTICOS NO SERTÃO DO PIANCÓ: A VILA DE POMBAL E A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA NO INTERIOR DA CAPITANIA DA PARAÍBA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

LARISSA DANIELE MONTEIRO LACERDA (MESTRANDA – UFRN/CAPES)
LDMONTEIROLACERDA@GMAIL.COM

A segunda metade do século XVIII foi um dos períodos mais intensos na história do reino português e, especialmente, da América lusitana, dado as transformações administrativas, econômicas e políticas advindas das reformas pombalinas. A criação da vila de Pombal, no sertão do Piancó, em 1772, é apenas um dos reflexos dessas mudanças na capitania da Paraíba. Sua instalação foi significativamente importante, pois, além de viabilizar o projeto régio de apropriação, controle e organização do território, possibilitou ao sertão do Piancó contar com uma câmara própria, instituição que se somou as demais autoridades (militares, jurídicas e religiosas) já existentes, desde fins do século XVII e início do XVIII, e proporcionou certa autonomia e poder de barganha aos homens do sertão. Nesse novo contexto, eclodiram conflitos políticos a nível interno e externo, envolvendo autoridades locais e litorâneas, que colocaram o Piancó e a vila de Pombal em situação de destaque no cenário político da capitania, indicando assim possíveis transformações em sua dinâmica local. E é essa dinâmica que buscamos investigar. O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações ocorridas na dinâmica sociopolítica do sertão do Piancó, na segunda metade do século XVIII, período em que se deu a criação e organização administrativa de seu novo território jurisdicional, a vila de Pombal. Para isso, além do uso de bibliografia especializada (clássica e acadêmica), contamos com a análise de fontes oficiais e manuscritas, produzidas ao longo do século XVIII, tanto em âmbito local, quanto externo, são elas: ordens régias, correspondências, atas do Senado da Câmara de Pombal, Livros de Notas e inventários.

Palavras-chave: sertão do Piancó; vila de Pombal; Paraíba; território jurisdicional.

OS GONÇALVES BRANCO E OS RODRIGUES DE SÁ: FAMILIARES REQUERENTES DE CHÃOS DE TERRA DA CIDADE DO NATAL (1700-1785)

MONIQUE MAIA DE LIMA (DOUTORANDA – UFRN)

MONIQUE.MAIALIMA@HOTMAIL.COM

Este estudo tem por objetivo analisar a trajetória do capitão Manoel Gonçalves Branco e a ocupação da cidade do Natal por seus familiares, em contraposição com a ocupação da família do padre Simão Rodrigues de Sá. Esses dois grupos familiares fizeram requerimentos de chãos de terra na urbe entre 1700-1785. Assim, pretende-se averiguar as redes de vizinhanças familiares observadas a partir dos requerimentos de chãos de terra realizados por integrantes das duas famílias, a localização desses chãos, os conflitos e as pretensões de cada grupo para obter o controle do espaço urbano. Neste ínterim, pretende-se analisar também as justificativas dos dois grupos familiares para a obtenção da terra, e se houve algum benefício por meio de relações clientelares. Para tanto, utilizou-se nesta pesquisa das Cartas e Provisões do Senado da Câmara da cidade do Natal, referentes aos “chãos de terra” da cidade e dos Termos de Vereação sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Também foram utilizados os registros paroquiais, encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal, os registros de casamento (1727-1755) do Arquivo da Cúria Metropolitana de Natal os registros de batismo (1688-1714) que estão no Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco. Nesse sentido, esse estudo permitirá entender como os requerimentos de chãos de terra realizados por essas famílias foram utilizados como estratégias para manter as áreas aforadas ou adensar seus domínios. Uma estratégia que sobremaneira lhes garantiu algum controle do espaço urbano colonial. Palavras-chave: Famílias; Chãos de terra; Cidade do Natal.

OS IRMÃOS MESÁRIOS DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO DA VILA DA CACHOEIRA-BA, 1786-1796

IGOR ROBERTO DE ALMEIDA MOREIRA (MESTRANDO – UNEB/CAMPUS V/FAPESB)
IGOROBERTO_MOREIRA@HOTMAIL.COM

A Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira foi criada em 1691, sendo seu primeiro compromisso datado de 1696. Durante muito tempo os estudos que centravam suas análises nas ordens terceiras dedicavam-se, quase que exclusivamente, a constituição das suas capelas, examinando a arquitetura e o discurso pictórico que revestiam os referidos templos. Não havendo trabalhos preocupados com o perfil social de seus membros e sua inserção social. As pesquisas desenvolvidas analisavam as agremiações pela perspectiva organizacional, a partir dos estatutos os pesquisadores delineavam o perfil dos grupos sociais que compunham as referidas associações leigas. Nos últimos anos a historiografia tem se preocupado em estudar tais associações a partir do perfil dos irmãos, e vem constatando a fragilidade dos estudos que utilizam como o único meio de análise investigativa os estatutos e compromissos dessas agremiações leigas. Essa comunicação apresentará o perfil dos sujeitos que exerceram funções na hierarquia interna da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, entre os anos de 1786-1796. Para tanto, foi necessário transcrever o livro de entrada dos irmãos do sodalício, a fim de reconstituir as mesas administrativas do referido período. Em seguida, utilizamos fontes paroquiais e do judiciário para traçar o perfil dos irmãos mesários. Eram esses sujeitos que tomavam as decisões no interior da Ordem e mobilizavam sua execução, tais como a realização de festejos, a ornamentação da capela, a aceitação de novos irmãos, a profissão dos noviços etc. Além do poder inerente a essas atribuições, em diálogo com trabalhos historiográficos recentes, acreditamos que ser mesário seria um indício a mais de distinção social, o que favorecia novos caminhos de inserção e mobilidade social no interior do corpo de irmãos e na sociedade do seu entorno. Estudando o perfil dos irmãos da OTCC poderemos compreender parte das práticas sociais da Vila da Cachoeira, e conseqüentemente sobre a função dessa agremiação no aparato da dinâmica colonial.

Palavras-chave: Ordens terceiras; perfil socioeconômico; poder.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

“PORQUE HAVIA DE SER CAPITOA DE UMA GRANDE EMPRESA”: FÉ, FAMÍLIA E FAVORES NA FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS.

JUDY BIEBER (UNIVERSIDADE DO NOVO MÉXICO)

JBIEBER@UNM.EDU

Esta comunicação analisa o estabelecimento do convento Ursulino de Nossa Senhora das Mercês em Salvador da Bahia na primeira metade do século XVIII. Ela propõe uma abordagem que parte das análises que, por um lado, realçam a agência feminina ou o comportamento transgressivo das freiras e, por outro, afirmam que os conventos reforçaram a honra feminina e a preservação da riqueza de famílias da elite. Também está menos preocupado com as funções de caridade e educação providenciadas por conventos e recolhimentos. Embora esses fatores não devam ser negligenciados, o interesse dessa pesquisa está mais centrado em como a formação deste convento refletiu estratégias econômicas, políticas e familiares mais amplas, dentro da abordagem de uma sociedade de Antigo Regime. Minha análise enfatiza a acumulação de capital e as redes de influência que se estenderam do Recôncavo aos sertões baianos na formação deste convento. Sua fundadora, Dona Ursula Luisa de Monserrate, foi a única herdeira legítima de Pedro Barbosa Leal, um sertanista cuja família subiu socioeconomicamente através da sua participação na conquista dos sertões baianos na virada do século XVIII. Pedro Barbosa Leal acumulou cartas patentes, sesmarias e outras mercês, formando uma imensa e diversificada fortuna, além de conexões com as mais elevadas autoridades reais do vice-reinado. Dona Úrsula, apesar de sua enorme fortuna, teve menos sucesso ao ativar as redes de influência da sua família e enfrentou muitos desafios no estabelecimento da sua “empresa,” ou seja, sua comunidade religiosa. Meu texto termina com algumas reflexões sobre a fragilidade das redes de influência nesta época para as mulheres, mesmo para as mais privilegiadas. Também enfatizo a importância da riqueza gerada no sertão no desenvolvimento de instituições urbanas na Bahia. O ensaio baseia-se em fontes primárias da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) e do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Palavras-chave: conventos; história da mulher; Antigo Regime; Bahia; sertões.

TÃO VASTAS, TÃO ERMAS, TÃO LONGES: MULHERES NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE.

MARIA ALDA JANA DANTAS DE MEDEIROS (MESTRANDA – UFRN)

ALDAJANAMEDEIROS@GMAIL.COM

Imerso em uma investigação sobre as representações construídas acerca de mulheres não-brancas e “mestiças” na Ribeira do Seridó, sertão da Capitania do Rio Grande, entre os séculos XVIII e XIX, o trabalho analisa os lugares e papéis que foram atribuídos às mulheres nos sertões do Seridó colonial, partindo de obras da “historiografia clássica” seridoense, por meio da leitura e análise das obras de autoria de José Adelino Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros, Manoel Dantas e Olavo de Medeiros Filho. Os escritos produzidos durante o século XX por intelectuais seridoenses como aqueles aqui nominados atuaram como enunciados construtores da identidade regional da espacialidade estudada, constituídos por discursos germinados no seio de uma elite a qual forjou um passado comum a todos, no mesmo instante que fez emergir uma figura regional ligada a esse tempo, única e universalizante: a masculina, branca, portuguesa ou luso-brasílica. Com efeito, estas vozes privilegiadas construíram um sertão pensado e definido no masculino, assim emudecendo tantos outros sujeitos e experiências, de onde destacamos a supressão do feminino, mormente, o não-branco e mestiçado. No intento de diagnosticar e, doravante, caminhar rumo à disputa por esses silêncios, a investigação pressupõe que tais narrativas foram reverberações do que foi escrito, em nível nacional, durante o século XIX, na construção de um pensamento social brasileiro sobre os sertões, estes discursados historiograficamente sobre e através do masculino, em um jogo da luz histórica onde as mulheres apareceram numa recôndita e embaçada silhueta. Essa reflexão, pois, pensa que as mulheres na Ribeira do Seridó apareceram, na historiografia clássica da região, como não muito vastas; ermas e longes do olhar daqueles que a produziram, parafraseando e problematizando o que já escreveu Emanuel Araújo sobre os sertões.

Palavras-chave: Mulheres; História dos Sertões; Sertões do Rio Grande do Norte; Ribeira do Seridó; Historiografia.

O ANTIGO REGIME E AS TRANSFORMAÇÕES DO SÉCULO XVIII NAS TROPAS DE PRETOS E PARDOS – RIO DE JANEIRO, 1762-1785

GABRIELA DE ANDRADE FERREIRA (MESTRANDA – UFJF)

GABRIELAFERREIRA.HISTORIA.UFJF@GMAIL.COM

Este trabalho analisa oficiais patenteados em tropas de Ordenanças e de Auxiliares de pretos e pardos na cidade do Rio de Janeiro, entre 1762 e 1785. O objetivo deste estudo – resultado parcial de minha pesquisa de mestrado ainda em desenvolvimento – é discutir as tentativas de reformas militares às tropas da América portuguesa nos quadros de influência do que ficou conhecido na historiografia como reformismo ilustrado português, fomentado, sobretudo, a partir do governo de D. José e do secretariado pombalino (1750-1777). Tal sociedade pautava-se pelas normas do Antigo Regime; o Império português compunha uma monarquia corporativa, caracterizada pela existência de múltiplas esferas de poder, das quais o âmbito militar fazia parte. Contudo, a segunda metade do século XVIII foi um período de transformações nos âmbitos das ideias e concepções institucionais e governativas. Nossa hipótese inicial é a de que a reforma militar de 1762 e o reformismo ilustrado constituíram-se enquanto influenciadores da difusão de uma concepção diferenciada daquela consuetudinária clássica do Antigo Regime. Por isso, levantamos a hipótese de a existência de um processo de ressignificação da lógica corporativa balizar desta sociedade mediante influência da lógica que ganhara maior difusão a partir de Pombal – a lógica reformadora iluminista. Nossas fontes encontram-se no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino, fundo Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830). A partir de avisos, cartas régias, cartas patentes, decretos, ordens e requerimentos, discutiremos a validade desta hipótese através dos dados levantados até o momento pela pesquisa. Por fim, este estudo se justifica por contribuir à historiografia que investiga o Antigo Regime nos trópicos, o reformismo ilustrado pombalino e suas reais influências à América portuguesa; e, por agregar aos estudos sobre História Militar ao estudar os efeitos da reforma militar lusitana nas determinações e provimentos das tropas de homens de cor na América.

Palavras-chave: Tropas de pretos; Tropas de pardos; Reforma militar portuguesa; reformismo ilustrado; Antigo Regime nos trópicos.

O REGIMENTO DE MILÍCIAS DOS HOMENS PARDOS DA BAHIA: IDENTIDADES E POLÍTICA

CÉLIO DE SOUZA MOTA (DOUTORANDO - UFBA)

CELIODESOUZAMOTA@GMAIL.COM

A presente comunicação analisa a convergência das identidades de cor e militar na luta dos homens pardos por mobilidade social em Salvador no final do século XVIII. Nesta sociedade colonial, diversos marcadores sociais demarcavam diferentes clivagens sociais - como a origem nacional, raça, condição econômica e jurídica etc. -, amalgamando hierarquias escravistas e estamentais do Antigo Regime lusitano. Os Regimentos de milícias era uma das Instituições do Estado português onde homens pardos poderiam alcançar mobilidade social através das cartas patentes do oficialato e comando das milícias de sua própria cor. Naquele século uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas ocorreram no mundo e na América portuguesa afetando decisivamente as estruturas da organização militar na Bahia e, por conseguinte, na vida dos homens pardos alistados naquelas tropas. De início, adotando a abordagem da micro-história, o desiderato deste estudo é debater como esses militares e milicianos pardos mobilizaram a cor para ampliar e conservar “direitos” conquistados na burocracia estatal militar portuguesa se inserindo nas relações de poder daquela sociedade. Tomo o movimento político e social conhecido na historiografia como Revolta dos Búzios - dentre outras denominações -, como locus privilegiado de observação dessas relações. Utilizo como fonte de pesquisa os Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates, publicados pelo APEB, cartas patentes, requerimentos de cartas patentes, cartas de homens pardos à Coroa constante do Arquivo Histórico Ultramarino catalogado no Projeto Resgate Barão do Rio Branco dentre outros.

Palavras-chave: Identidade; Cor; Política; Milícias.

O CÓDIGO DO GOVERNADOR DE CARTAGENA DE ÍNDIAS, DON JOAQUÍN DE CAÑABERAL Y PONCE, EM 1789, COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE IMPERIAL SOBRE OS COSTUMES DE UMA COLÔNIA NO CARIBE

MILTON ARAÚJO MOURA (DOCENTE – UFBA)

MILTONMOURA7@GMAIL.COM

Assim que chega a Cartagena de Indias como Governador, em 1789, Don Joaquín de Cañaberal y Ponce enuncia o código *El deber de vivir ordenadamente para obedecer al Rey*. Este documento, longe de ser uma estratégia isolada, permite compreender tanto a necessidade do Império de controlar toda a vida social de uma cidade portuária que detinha uma importância chave para assegurar o domínio e prosperidade do no Caribe como a dificuldade encontrada pelos gestores no sentido de alcançar a capilaridade dos costumes e disposições do mundo cartageneiro. O código se refere a aspectos que costumam ser chamados de vida privada, como a satisfação de necessidades fisiológicas, do mesmo modo com que se remete ao direito de aglomeração e convivência social. Num contexto marcado pela guerra e pela própria instabilidade do Império, cada espaço da vida social da colônia era encarado como desafio aos efeitos da manutenção do poder sobre uma população consideravelmente heterogênea, em parte flutuante, cujos hábitos parecem continuamente escapar dos ordenamentos de suas autoridades.

Palavras-chave: Cartagena de Indias; império espanhol; colonização.

“HE SIDO SIEMPRE DE PARESCER QUE COMBINE METER EN ESTA PROVÍNCIA DE LOS CHARCAS DE LA DEL BRAZIL ALGUNOS NEGROS” – REDES SOCIAIS E DE COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM LA PLATA (SUCRE) 1549-1600

LUIS GUSTAVO MOLINARI MUNDIM (DOUTORANDO – UFMG)

LUISMOLINARI@GMAIL.COM

De meados do século XVI, e durante quase dois séculos, a cidade de La Plata (hoje Sucre) foi a sede jurídica, administrativa e política da Audiência dos Charcas. Essa extensa região administrativa espanhola, estabelecida após a conquista, era responsável, entre outros

lugares, pelas minas Potosí, a porção mais rica do império espanhol naquele momento. Também estava sob sua jurisdição o florescente porto de Buenos Aires que crescia vertiginosamente em função da entrada de mercadorias e de pessoas em busca de explorar aquelas riquezas. Naquele contexto, embora ainda pouco estudado, centenas de escravos foram levados e vendidos em La Plata. Muitos deles vinham do Brasil, ou diretamente da África, para atender aos diversos gostos e necessidades de uma sociedade platense em ascensão. Servindo em diversas atividades, que iam desde trabalhos domésticos a ofícios manuais, esses escravos, em sua grande maioria negros e mulatos, formaram, juntamente com os nativos *yampares*, *yotala* e *quilaquila* de um lado e com espanhóis e portugueses de outro, um crisol de culturas e de modos de vida que produziam diariamente práticas mestiças. O presente artigo tem por objetivo analisar um aspecto específico dessa sociedade, a que se refere aos agentes locais dessas negociações, ou seja, quem comprava e quem vendia escravos em La Plata, buscando compreender qual o perfil desses indivíduos e as redes de sociabilidades e solidariedades que estabeleciam. Para tanto, as escrituras de compra e venda de escravos em La Plata são fontes preciosas nesse sentido, que trazem em seu conteúdo dados importantes sobre os escravos, compradores e vendedores. Por fim, objetivo é pensar o trato de escravos em La Plata suas especificidades e suas semelhanças com outros centros urbanos da América espanhola no período.

Palavras-chave: Charcas; Comércio de Escravos; La Plata (Sucre); Contrabando.

O CONTROLE NO PORTO: REDES FAMILIARES E COMÉRCIO NA BUENOS AIRES COLONIAL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII)

RODRIGO CEBALLOS (DOCENTE – UFCG)

RCOVRUSKI@GMAIL.COM

Nos estudos sobre as redes comerciais e sociais na cidade colonial de Buenos Aires, as historiografias brasileira e argentina costumam apontar a disputa comercial no porto durante a união das coroas ibéricas entre dois grupos principais e dicotômicos: os chamados “confederados” (composto por comerciantes lusitanos, tidos como

“corruptos”) e os beneméritos (*vecinos* descendentes de conquistadores integrados à região rioplatense). Zacarias Moutoukias (1988) afirma, por sua vez, que a partir da segunda metade do século XVII é difícil discernir uma distinção de interesses entre estes grupos no controle de seu comércio (i)legal. Levantamos a hipótese de que no período da união das coroas ibéricas – momento de forte entrada portuguesa na região do Rio da Prata – não se percebe claramente uma diversidade de interesses entre negociantes lusitanos e espanhóis, mas conflitos intensos entre grupos sociais intrínsecos aos negócios do porto, envolvendo mestres e pilotos, negociantes, governadores, oficiais régios e cabildantes. Os nomes de muitos se repetem nos registros de entrada e saída de navios (Registros de Navios do Arquivo Geral da Nação – Argentina) e dão-nos indícios da formação de redes sociais, com vínculos com o Estado do Brasil colonial, responsáveis pelo circuito comercial atlântico rumo ao porto austral. Atentamos, assim, para as estratégias de participação comercial e inserção social de lusitanos na Buenos Aires colonial como produtora de uma dinâmica original na região capaz de manter, com suas matizes específicas, redes de negócios familiares e de cumplicidade no porto rioplatense.

Palavras-chave: Comércio colonial; redes sociais; administração colonial.

11. INSTITUIÇÕES E COMÉRCIO NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS

COORDENADO POR:

DANIEL STRUM (USP)

DANISTRUM@GMAIL.COM

JESÚS BOHORQUEZ (UNIVERSIDADE DE LISBOA)

JESUS.BOHORQUEZ@ALUMNI.EUI.EU

Desde Adam Smith, reconhece-se que uma melhor capacidade para realizar trocas promove o crescimento econômico. A historiografia reconhece que o comércio foi um vetor central – ainda que não o único e talvez nem mesmo o principal – no desenvolvimento econômico da colônia. A atividade mercantil teve grande impacto em outros setores da economia e implicações profundas imbricações sociais e políticas. No entanto, pouco se estudou como se tornava o comércio viável e lucrativo. O simpósio pretende explorar a natureza e a dinâmica dos sistemas institucionais, cada um formado por uma pluralidade de elementos, tais como crenças, valores, regras e organizações – privadas e públicas, centrais e locais –, sustentaram a expansão do comércio colonial. Buscaremos explorar a organização mercantil com: cumprimento de contratos; acesso à informação; transporte marítimo e terrestre; tributação; armazenamento; segurança aos direitos de propriedade. Para isso convidamos o envio de resumos sobre os seguintes temas: redes comerciais; contratos e cartórios; contabilidade mercantil; tribunais, Mesa do Bem Comum, Junta de Comércio e litígio mercantil; órgãos públicos que regulamentavam o comércio: Mesas de Inspeção, Junta do Comércio, Secretárias, C.U., etc.; políticas de fomento ao comércio pela Coroa, Governo Geral (Vice-Reinado), Governos das Capitanias e Câmaras; Companhias de Comércio: monopolistas ou não; praças mercantis; correspondência comercial; alfândegas; tributação e arrematação de impostos; corso e pirataria; mercancia, riqueza e estatuto social; Tribunal do Fisco da Inquisição.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

A ALFÂNDEGA DE PERNAMBUCO E SUAS RECEITAS: COMÉRCIO, FISCALIZAÇÃO E ESCRAVIDÃO (1700-1750)

LUANNA MARIA VENTURA DOS SANTOS OLIVEIRA (DOUTORANDA – UFPE/CNPQ)
LUANNAVENTURA@GMAIL.COM

Essa apresentação busca demonstrar como a Alfândega de Pernambuco foi administrada pela Provedoria da Fazenda e consequentemente pelo Provedor que atuava como juiz da alfândega. A Alfândega correspondia a uma parte dos rendimentos da Provedoria de Pernambuco, na qual atuava com suas receitas independente dos outros contratos administrados pela Casa dos Contos. Dentro da instituição da Alfândega de Pernambuco eram cobrados os direitos da dízima das frotas e dos navios soltos, além dos dois direitos sobre os escravos vindos da Costa da Mina. Pretendemos discutir como esses dois últimos direitos eram cobrados dentro da instituição, como as alíquotas foram constituídas e sua aplicação no sistema de contratos na década de vinte dos Setecentos. Buscamos trazer à tona o cotidiano portuário do comércio livre em Pernambuco.

Palavras-chave: Alfândega; Escravidão; Tributação.

“UM GRAVÍSSIMO INCONVENIENTE POLÍTICO”: CONTRABANDO E LEALDADE EM UM PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO (AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULO XVIII)

ALANA THAÍS BASSO (DOUTORANDA – UFF/CNPQ)
ALANATBASSO@GMAIL.COM

A historiografia compreende o contrabando como uma prática enraizada na sociedade luso-brasileira do período moderno. Embora tenha sido censurado e combatido pelas autoridades, era também objeto de cuidadoso debate nas instituições dos impérios ultramarinos setecentistas no que diz respeito aos seus preceitos morais e ao seu papel na constituição econômica dos reinos e suas conquistas. O objetivo desse trabalho é analisar o contrabando no plano

das ideias políticas: que usos se faziam dele e que argumentações se construíam sobre sua prática, com o enfoque no Império português do atlântico-sul do século XVIII. Para isso, será utilizado um documento disponibilizado pela Biblioteca Nacional na série *Documentos Históricos*: a resposta dada no parecer de um conselheiro do Conselho Ultramarino, Antônio Rodrigues da Costa, em 1715, a uma consulta feita pelo vice-rei e capitão-geral do Estado do Brasil, Marquês de Angeja. O Marquês buscava saber em sua consulta qual a possibilidade de navios estrangeiros realizarem comércio nos portos brasileiros para poderem pagar despesas com consertos de embarcações. O parecer do conselheiro Costa versa, dentre outras questões, sobre como o regime comercial monopolista da Coroa portuguesa poderia frustrar os súditos e atraí-los ao comércio ilegal, levando-os a demandarem portos livres e, até mesmo, a buscarem outro rei a quem prometer lealdade, procurando um governo mais justo no trato dos seus direitos. A análise desse documento serve ao propósito de demonstrar o entendimento que as instituições portuguesas tinham sobre o contrabando e o livre comércio no que concerne à constituição do império português, à lealdade dos seus súditos e às possibilidades de reivindicação destes.

Palavras-chave: Contrabando; Parecer; Conselho Ultramarino; Século XVIII.

AS ALFÂNDEGAS DO MARANHÃO E DO PARÁ

ANGELO ALVES CARRARA (UFJF)

ANGELO.CARRARA@GMAIL.COM

A história que aqui se vai contar gira em torno não apenas do órgão – a Alfândega – mas principalmente do tributo que a caracterizou – a dízima. Apesar de o Estado do Maranhão e Grão-Pará contar com alfândegas desde a primeira metade do século XVII, o estabelecimento da dízima é tardio em relação ao que se deu no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e está intimamente relacionado à introdução de moeda cunhada nas transações da Real Fazenda, razão pela qual este tema tem de necessariamente fazer parte do enredo. Esta singularidade, contudo, não decorre de qualquer atraso ou “condição periférica”, mas precisamente da “complexidade da experiência histórica” do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Aliás, o

notável avanço da historiografia sobre a Amazônia colonial que vem ocorrendo desde a década passada foi sem dúvida o principal elemento que permitiu aprofundar as análises sobre a fiscalidade dessa região. O tratamento em conjunto das alfândegas de Belém e São Luís decorre da organização administrativa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, governado por um único governador e capitão-general, apesar de as finanças do Estado serem geridas de modo separado pelas provedorias de cada capitania, o mesmo valendo para as moedas em circulação mais importantes em cada capitania: pano de algodão no Maranhão, e cacau no Pará. Já o Piauí, incorporado em 1718, que constituía uma “área de transição” entre os Estados do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará.

Palavras-chave: Alfândegas; dízima; Maranhão; Pará; Belém; São Luís.

O PREÇO DO COMÉRCIO DAS ALMAS: MANTIMENTOS, DIREITOS E EMBARCAÇÕES NA CARREIRA ESCRAVISTA PORTUGUESA (1722-1760)

MORENO ELLI (MESTRANDO – UFRPE)

MORENOELLI@GMAIL.COM

Considerado um dos mais avultados comércios do ultramar, o tráfico de seres humanos enclausurados foi operacionalizado por uma miríade de negociantes, seus intermediários, entidades políticas e fiscais. Milhões de escravizados saíram dos diferentes portos da África para serem vendidos em solo americano, nas diversas praças mercantis. Nestas, independentemente de estarem situadas nas metrópoles ou colônias, encontravam-se os agentes do tráfico, isto é, seus financiadores, e os homens de marear, que muitas vezes também investiam no comércio de gente. Ao formarem sociedades, esses indivíduos repartiam seus custos e empreendimentos, não só nas carregações, que constituíam um peso substancial na jornada, bem como no custeamento das

armações. O objetivo desta comunicação é o de esmiuçar parte do itinerário de uma embarcação envolvida no trato escravagista em Angola, buscando entender como atuavam no negócio de fretes, seus custos com armação do navio, bem como seus possíveis ganhos e perdas em tal empreendimento. Neste sentido, a documentação primária utilizada foi a de um livro de carga de uma galera, que atuou na rota Lisboa-Luanda e que, posteriormente fez duas viagens desta última cidade para o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII. É possível, assim, rastrear a participação desses agentes que compunham a sociedade, os múltiplos indivíduos que fretaram suas mercadorias nessas rotas e os diferentes custos que tiveram na viagem.

Palavras-chave: tráfico de escravos; fretes; Angola.

PROBLEMAS GLOBAIS, QUESTÕES IMPERIAIS: PROJETOS DE COMPANHIAS, A MESA DO BEM COMUM E O TRÁFICO DA BAHIA COM A COSTA DA MINA (1690-1760)

CÂNDIDO DOMINGUES (DOUTORANDO CHAM-UNL/UFBA)

CANDIDO_EUGENIO@YAHOO.COM.BR

Desde clássico estudo de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo*, que os projetos de criação de companhias de monopólio para o tráfico na Costa da Mina e o funcionamento da Mesa do Bem Comum dos Comerciantes da Bahia tem sido os pilares para defender a rivalidade entre os homens de negócio de Salvador e os de Lisboa. A leitura dessa obra fundamental formou uma geração de historiadores que, muito inspirado em uma historiografia que pautada nas tensões entre colônia e metrópole, utilizou-se daqueles fenômenos como base para entender essa *rivalidade*. Uma outra proposta de leitura, no entanto, é possível. Parte da tese de doutorado em andamento, o objetivo deste trabalho é enquadrar os dois fenômenos em contextos político-econômicos globais em que Portugal estava inserido: a forte relação luso-neerlandesa e o tráfico de africanos escravizados. Dessa forma, entendo as múltiplas discussões para se formar uma Companhia de monopólio não como simples rivalidade Lisboa *versus* Salvador, mas relacionando-as à dependência portuguesa do sistema de transportes neerlandês (em especial para o Báltico, novo

centro da vitalidade mercantil do XVIII) e aos limites impostos pelos tratados de paz e comércio luso-neerlandeses (1661, 1669 e 1705) ao tráfico da Costa da Mina. Esta região, apesar de representar 65% do tráfico da Bahia, era domínio da *West-Indische Compagnie* (WIC). Quanto às relações entre as Mesas da Bahia e de Lisboa, objetivo mostrar que a defesa de sua praça mercantil não excluiu relações de afinidades jurídico-comerciais. Seus integrantes eram dependentes de regras e agentes do funcionamento do mesmo sistema português de comércio. Assim sendo, os da Bahia necessitavam de bons representantes no grupo mercantil do Reino para que seus produtos fossem comercializados, enquanto estes precisavam remeter à colônia os produtos europeus e os tecidos da Índia. Por vezes, unificavam os capitais formando sociedades comerciais para a Costa da Mina e outras praças. O avanço nos estudos de tais temas poderá levar-nos a compreender as relações dos traficantes estabelecidos na praça baiana de modo mais global e menos como uma concorrência entre metrópole e colônia. Destarte, abre-se possibilidades de pesquisa futuras para apurarmos a inserção daqueles homens de negócio no comércio global e, além mesmo, podermos identificar os grupos mercantis em que atuavam, quiçá, encontrando aí as rivalidades.

Palavras-chave: Tráfico negreiro; Companhia de Comércio, Mesa de comércio, Rivalidades, Portugal, Holanda.

A FARINHA DE MANDIOCA BRASILEIRA NO MERCADO ATLÂNTICO (BRASIL, PORTUGAL E ÁFRICA - SÉCULO XVIII)

LARA DE MELO DOS SANTOS (DOUTORANDA – UFF)

LARADEMELOSANTOS@GMAIL.COM

A farinha de mandioca foi um dos mais importantes produtos da economia de abastecimento no Brasil desde o início do XVI até a meados do século XIX quando, em resposta a uma sucessão de políticas de isenção fiscal promovidas pelo governo brasileiro, foi preferida, em muitas regiões, pela farinha de trigo importada. Em função de sua extraordinária capacidade de conservação, a farinha de mandioca produzida no Brasil fornecia também a parte mais substancial da alimentação de muitas das embarcações que partiam ou faziam escala nos portos brasileiros, especialmente as negreiras, que

consumiam maiores quantidades do alimento. Foi sobretudo a sua versatilidade nesta função (a de alimento de bordo) que, somada a outros fatores conjunturais, motivou a inclusão do produto na pauta exportadora brasileira durante segunda metade do século XVIII, quando remessas da farinha de mandioca brasileira passaram a ser enviadas periodicamente para Portugal ou para a África. A partir de uma série documental de Relações de cargas de navios que partiram do Brasil para o Reino entre 1757 e 1781 e também da correspondência trocada entre administradores portugueses sediados no Brasil, em Portugal e na África (todos documentos digitalizados através do *Projeto Resgate*) o trabalho pretende examinar este comércio, buscando investigar os fatores que levam ao aumento da demanda pelo produto neste contexto específico, bem como os seus efeitos, refletidos na formação de um mercado atlântico em que as condições de produção, comercialização e consumo nos três continentes influenciam-se reciprocamente.

Palavras-chave: farinha de mandioca; exportação; Atlântico.

“NEGÓCIOS DE CORTE”: OS HOMENS DE NEGÓCIO DA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, O TRÁFICO DE ESCRAVOS E OS SUBSÍDIOS PARA A MANUTENÇÃO DO REINO, C.1800-C.1821

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (UFF)
CARLOSSGUIMARAES@GMAIL.COM

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação dos negociantes de grosso trato, ou homens de negócio, da Praça Comercial do Rio de Janeiro, com a Corte portuguesa no período de c.1800 a c.1821. Desenvolvendo múltiplas atividades particulares ou em nome de El Rey, os negociantes de grosso trato atuaram no comércio de longo curso, como o comércio negreiro com África, no comércio da cabotagem, particularmente na Costa Sul do Rio de Janeiro e chegando até o Rio da Prata, arrematando contratos, efetuando conquistas, senhores de engenho e outras. A chegada da Corte no Estado do Brasil em 1808, a cidade do Rio de Janeiro se tornou na “nova metrópole”, intensificando um processo de interiorização que beneficiou os interesses mercantis dos homens de

negócios “cariocas”. No entanto, tal política não beneficiou todas as capitanias, e a tensão entre o Centro-Sul e o Norte aumentou, culminando com a Revolução de 1817. Beneficiados pelos tratados celebrados com a Grã-Bretanha para pôr fim ao comércio negreiro, os negociantes e negreiros “cariocas” organizaram grupos de subscrições de apoio à Corte contra Pernambuco, cujo valor total chegou à quantia de 115:152\$000 ou £29,987.50. Entre estes grupos destacaram-se os organizados pelos negociantes Fernando Carneiro Leão e João Rodrigues Pereira de Almeida. Na consagração do poder, e espaço de negócios e de sociabilidade, os negociantes financiaram a construção da Praça do Comércio. Projetado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, o prédio foi inaugurado por D. João VI em maio de 1820. O retorno da Corte para Lisboa em 1821, e a conjuntura crítica face às Cortes de Lisboa, a Praça de Comércio se tornou local de conflito face à relação com Portugal, e os negociantes “cariocas” tomaram posição a favor da ruptura com Portugal em 1822. Mas, esta é outra história.

Palavras-chave: negociante de grosso trato; comércio de escravos, Tratados, Praça do Comércio, Revolução Pernambucana.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

NEM PORTUGUESES, NEM COLONOS: OS COMERCIANTES DA ILHA DA MADEIRA DE METHUEN À POMBAL

GUSTAVO MEIRA MENINO (MESTRANDO – USP)
MENINOMEIRA@GMAIL.COM

Este trabalho pretende identificar e analisar a atuação dos comerciantes na Ilha da Madeira entre os anos de 1703 e 1755, período que engloba os trados comerciais entre Portugal e Inglaterra, a recuperação econômica de Portugal, o boom da extração aurífera e o início de políticas de regularização da função de comerciante dentro do Império Português. Parte-se da proposição de que o território da Ilha da Madeira não era um território explorado aos moldes das colônias portuguesas desde meados do século XVI, tendo a ascensão do comércio de vinho na região permitido sua autonomia comercial.

Ao mesmo tempo, o território não era parte integral da metrópole portuguesa, dada sua distância da Coroa Portuguesa que dificultava uma fiscalização efetiva na região. Há a presença de comerciantes estrangeiros na região da Madeira desde os princípios da produção açucareira na região, ainda no século XV, e o século XVIII conta com a participação destes em escala maior do que de portugueses no comércio do vinho. É através da quantificação e do exame dos registros alfandegários, das entradas e saídas de portos portugueses em Lisboa e na Ilha que se pretende discutir as cargas e as rotas dos capitães e mercadores envolvidos no comércio com o arquipélago. O exame das trajetórias auxiliará em apontar algumas características dos mercadores que passaram pelo Porto de Funchal, além de identificar os produtos e as formas de comércio realizado entre a Ilha e diversas regiões do globo.

Palavras-chave: Ilhas Atlânticas; Grupos Mercantis; Economia Global; História Atlântica.

O COMÉRCIO DOS PORTOS DO BRASIL COM A ILHA DA MADEIRA E OS SEUS AGENTES INTERMEDIÁRIOS EM 1640 E 1671

JÉSSICA DE SOUZA CABRAL CORRÊA (DOUTORANDA – UFRRJ/CAPES)

JSKCABRALL@GMAIL.COM

O objetivo desse trabalho é analisar os negociantes e agentes intermediários encarregados do despacho dos produtos brasileiros na Alfândega do Funchal, Ilha da Madeira, nos anos de 1640 e 1671. Além dos agentes serão abordados os produtos embarcados, como as caixas de açúcar (nas qualidades: mascavado, branco e panela) e o tabaco, responsáveis pela maior parte dos registros. Em menor volume, mas não menos importante, estavam os couros inteiros, meios, curtidos, em cavalo e de veado, bem como a presença de crianças cativas. Analisaremos também os vínculos entre os agentes encarregados do despacho na ilha e os proprietários dos carregamentos (e das *licenças de inteiro e meio direito*). Dessa forma, apontaremos não só o nome e a localização dos senhores de engenho, mas também o valor pago de taxa sob as respectivas mercadorias. Trataremos também das ordens religiosas como o Colégio dos Padres da Companhia da Bahia e do Rio de Janeiro, isentos dos

ditos impostos. A documentação analisada, “os livros sob o açúcar e demais gêneros do brasil” da Alfândega do Funchal, disponível no Arquivo da Torre do Tombo, permite ainda conhecer as informações das embarcações (o nome e o tipo *Charruas*, *Naus*, *Patachos* ou *Caravelas*), o itinerário da viagem (o porto de origem e se seguiu *em direitura*), assim como o nome do mestre e de onde era *vecino*. Por fim, tentaremos verificar se tais agentes estiveram ligados a mercadores situados em outras praças comerciais hispanas ou lusas, formando uma rede que extrapolava os limites estabelecidos pelos impérios Ibéricos. Para tal tarefa, cruzaremos as informações obtidas com registros inquisitoriais de Cartagena das Índias (1610 a 1660), tribunal instituído para investigar os judeus conversos envolvidos na trata; a relação dos estrangeiros da mesma no ano de 1630 (com detalhes como ocupação, idade e tempo de permanência); e as contas correntes dos capitães de Navio do Funchal (1675- 1689), a fim de levantar vestígios das ações dos ditos agentes. Além disso, consultaremos bases de dados conhecidas: *Slave Voyage* e *Family Search*.
Palavras-chave: Comerciantes; redes; história colonial.

AS “DROGAS DO SERTÃO” NOS LEILÕES DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO: A PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS DA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

FREDERIK LUIZI ANDRADE DE MATOS (DOCENTE – IFPA/CAPES)
MATOS@GMAIL.COM

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a região amazônica tornou-se local de investidas de europeus por diversos fatores. Dentre esses, se destacou a tentativa de exploração das chamadas “drogas do sertão”, produtos nativos da região, como cravo, cacau, óleo de copaíba e salsaparrilha. A partir da primeira metade do século XVIII, tais produtos passaram a constar como elementos principais dos navios que saíam de Belém, tendo a sua exploração ligada a combinação de práticas extrativas, tendo como principal mão de obra os indígenas e de plantio (no caso do cacau). Com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), implantada com o intuito de suprir uma possível demanda por mão de obra cativa africana, especialmente após a proibição do cativo indígena na região (1755),

e conseqüentemente fomentar o comércio de gêneros produzidos na região, o comércio de tais gêneros nativos passaram a ser gerenciados pela companhia monopolista. A partir de então, tais gêneros passaram a ser comercializados na praça de Lisboa em leilões regulares promovidos pela empresa monopolista. A análise das vendas realizadas nesses leilões revelou uma interessante faceta desses negócios: a constante e importante participação na arrematação das “drogas do sertão” promovidos pelos membros da Junta de Administração da própria Companhia. Tais indivíduos se mostraram compradores de grandes quantidades, revelando um comércio de reexportação dos gêneros amazônicos pelos principais portos europeus. Tais dados puderam ser compilados a partir dos livros de registro de vendas e saídas da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, constante no Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa. Busca-se assim com tal estudo apresentar, primeiramente como as “drogas do sertão” puderam integrar a rede de negócios dos principais homens de negócio de Lisboa, e revelar como tais indivíduos se valeram de suas posições cimeiras na administração da empresa monopolista para se assenhorear de uma parcela de tais negócios.

Palavras-chave: Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; drogas do sertão; homens de negócio; leilões; comércio.

A ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO OURO EM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES: AMÉRICA PORTUGUESA (1796 – 1817)

POLLYANNA PRECIOSO NEVES (DOUTORANDA – UFOP)
POLLYANNA.NEVES.87@GMAIL.COM

O presente artigo é parte de uma tese de doutorado em andamento, que tem por objeto a administração fiscal mineral portuguesa para as explorações auríferas na Colônia do Brasil, entre os anos de 1603 e 1817. Portanto, a parte aqui contemplada, busca reestabelecer as discussões que envolveram as administrações fiscais do ouro na virada do século XVIII para o XIX. Nosso objetivo é averiguar em que medida a exploração mineral se inseria nos debates da dominação portuguesa, diante das transformações ocorridas na Europa, a partir de meados do século XVIII com a Revolução Industrial e agravada pela onda revolucionária que punha em questionamento as

estruturas do Antigo Regime. Somado a este cenário geral, de tensionamento social e rearticulação de mercado e mão-de-obra, internamente, presenciava-se a queda das arrecadações minerais. De modo que a Coroa buscasse investir em pessoal especializado, novos métodos exploratórios, assim como a diversificação para além do ouro e diamantes. Esses elementos demandavam a elaboração de novos dispositivos legais e administrativos para garantir as adequações necessárias, de modo que houvesse o aumento das arrecadações auríferas e a permanência da dominação. Para tanto, optamos por dar enfoque a obra *Pluto Brasilisensis* que contém as memórias do barão de Eschwege, mineralogista que esteve a serviço da Coroa Portuguesa no Brasil, no contexto de busca e adequação de novos métodos. Assim, a partir de suas considerações, buscamos remontar as intencionalidades que envolveram a elaboração do Alvará de 13 de maio de 1803, que instituiu a criação da Junta Real de Mineração e Moedagem e os Estatutos de Sociedade de Mineração de 12 de agosto de 1817, que estabelecia a organização da exploração através de companhias de sociedades. Remontar os meandros administrativos nos possibilitou uma análise complementar da relação entre Metrópole e Colônia que se dava, também, através do fisco como uma das formas legítimas de exercício do poder Real.

Palavras-chave: administração fiscal; mineração; *Pluto Brasilisensis*; fiscalidade.

O CRÉDITO NA BAHIA NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE A PARTIR DE LIVROS DE NOTAS CARTORIAIS (1700-1710)

MARCELO LUNARDI DO CARMO (DOUTORANDO – USP)

MARCELOLCARMO@USP.BR

No início do século XVIII a Bahia contava com um mercado de crédito bastante estruturado, reflexo da característica agrária de sua economia. Nesse período, o açúcar era ainda a principal atividade econômica da capitania, e senhores de engenho e lavradores de cana, constantemente, demandavam recursos para financiar a produção, uma vez que havia um descompasso entre as necessidades diárias de insumos e a venda do produto, que só ocorreria no período da frota. Embora os envolvidos na indústria açucareira fossem os grandes

demandantes de crédito, profissionais de diferentes atividades urbanas também figuravam entre os tomadores de empréstimos. A importância do crédito para a economia colonial já foi demonstrada pela historiografia. Para muitos autores, no início do século XVIII, as irmandades religiosas da Bahia, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia, foram as principais concessoas de recursos. Os valores emprestados pelas instituições tinham origem, principalmente, em doações feitas por particulares, que poderiam se concretizar por três vias: deixar a irmandade como sua herdeira testamentária; nomeá-la como executora do testamento, deixando a instituição uma soma de dinheiro para cobrir os gastos de administração do testamento; e nomear um parente, como herdeiro, deixando parte da herança para ser paga a irmandade. Com base no exame de 210 escrituras, denominadas “de débito e obrigação”, presentes em 13 livros de notas cartoriais, que compreendem o período entre 1700 e 1710, do Arquivo Público do Estado da Bahia, pretendemos discutir a importância das instituições religiosas no mercado de crédito. Dado que grande parte das escrituras analisadas são formalizações de direitos de cobrança herdados pelas irmandades, não representando recursos próprios que as instituições decidiam a quem emprestar, pretendemos esclarecer quem seriam os grandes emprestadores da capitania.

Palavras-chave: Economia colonial; crédito; Bahia; século XVIII.

O NÍVEL DE LIQUIDEZ NA CAPITANIA DA BAHIA NA CONJUNTURA DE RETOMADA DA ECONOMIA DE EXPORTAÇÃO, (1777-1808)

AUGUSTO FAGUNDES DA SILVA DOS SANTOS (UEFS)

AUGUSTOFAGUNDES@UEFS.BR

A presente comunicação tem como objetivo principal demonstrar o nível de liquidez monetária na Bahia do final do período colonial. Utilizando os livros de notas disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia entre os anos de 1777 e 1808, é possível demonstrar que não havia escassez monetária na Bahia do período. Sabe-se que uma historiografia mais tradicional, baseando-se principalmente, em fontes oficiais e relatos de cronistas e viajantes, enfatizou excessivamente a questão da exiguidade pecuniária como uma das características

básicas da economia colonial. Os resultados empíricos da análise documental refutam estas afirmativas, e revelam que 33% de todo o valor que circulou nos cartórios de Salvador entre 1777 e 1808 foi de dinheiro líquido, equivalendo a 769:562\$869 réis. A cifra acima apresentada, não é nada desprezível, principalmente por se referir a uma economia que foi caracterizada historiograficamente como escassa monetariamente e ultra-dependente do crédito. Ora, se considerarmos as vendas à vista, somadas aos empréstimos de dinheiro a juros, que eram capitais em forma de dinheiro injetados diretamente na economia, temos que quase metade, ou exatos 44,2% da riqueza dos baianos registradas nos cartórios de Salvador, entre os anos mencionados, circularam em forma de dinheiro. Esta característica evidencia-se ainda mais, quando se usa como critério a quantidade de escrituras, ao invés das cifras monetárias. Isso ocorre porque, quanto menor o valor do bem envolvido na transação, maiores eram as chances de os compradores efetuarem o pagamento a vista em dinheiro de contado, sem a necessidade de se recorrer ao crédito. Assim, quando se analisa as escrituras de compra e venda, e compara-se com as modalidades de pagamento, ignorando os valores envolvidos nestas transações, o percentual de pagamentos à vista, se revelaram ainda maiores, demonstrando que a economia baiana do período, possuía um relevante grau de liquidez. Foram 585 escrituras ou 38,2% das escrituras de compra e venda, que utilizaram o dinheiro como forma de pagamento. Ao somarmos este tipo de escritura de vendas à vista, com os empréstimos de dinheiro a juros, temos que 890 escrituras, ou 58,2% do universo total de escrituras pesquisadas, foram transacionadas em moeda corrente, denotando um grau relativamente alto de liquidez da economia baiana no final do período colonial. Os dados obtidos com esta pesquisa demonstram que a economia baiana entre 1777 e 1808 vivia uma conjuntura de maior liquidez se comparada com outros momentos da economia colonial. Diante deste quadro que vai de encontro às teorias mais tradicionais sobre a escassez pecuniária na colônia, compreendemos ser necessário, pensar a questão do crédito, e, sobretudo, do meio circulante, não como algo estático, mas como um elemento de características conjunturais, que a exemplo da produção e da circulação, sofreram com as sazonalidades da economia. De este modo, pensar a economia baiana no final do período colonial é compreender, que o contexto de retomada de economia de

exportação, impulsionou a dinamização e a ampliação do setor crédito e promoveu maior liquidez da economia.

Palavras-chave: História Econômica; Economia Colonial; Capitania da Bahia; Nível de liquidez; "Retomada das exportações".

REMETENDO E EMPRESTANDO DINHEIRO SEM CORRER OS “RISCOS DO MAR”: BREVES REFLEXÕES SOBRE O USO DE LETRAS DE CÂMBIO “SEGURAS” NO BRASIL COLONIAL

FERNANDO CARLOS GREENHALG DE CERQUEIRA LIMA (DOCENTE – UFRJ)

FCARLOSGREENHALGH@GMAIL.COM

O objetivo central desta comunicação é analisar a participação de agentes privados no financiamento de atividades econômicas desenvolvidas pelo Estado português no Brasil e nas transferências de “dinheiro público” no interior do império luso-brasileiro através da emissão de letras de câmbio (LC) “seguras”. As LC estudadas por historiadores como Raymond de Roover e Peter Spufford envolviam a participação de quatro agentes atuando em dois locais diferentes e utilizando duas moedas diferentes. Da mesma forma, quando usada no interior do império, a LC segura estabelecia pagamento alhures, tinha prazos pré-determinados, e dela participavam quatro agentes, mas o fato de nela constar uma única moeda (a unidade de conta portuguesa) implicava na ausência do caráter especulativo (cambial) enfatizado por aqueles historiadores. Numa época em que eram elevados os “riscos do mar” (pirataria, acidentes etc.), tanto particulares como agentes do Estado davam preferência ao uso de LC nas transferências ultramarinas. A LC servia também como instrumento de crédito, ao possibilitar o adiantamento de recursos (dinheiro, mercadorias, outros ativos) em troca de recebimento posterior. Dois aspectos merecem destaque no estudo do papel da LC nas finanças públicas: (i) para utilizar LC tanto para financiar empreitadas como para reduzir os custos e os riscos do transporte físico de dinheiro, o estado português dependia da ação de agentes privados que muitas vezes eram responsáveis pelo saque e aceitação das LC; e (ii) os negócios realizados através entre agentes situados nos dois lados do Atlântico não provocavam alteração na quantidade de moeda metálica em circulação nem na colônia, nem na metrópole, dado que as transferências eram simplesmente nominais. A análise dessa questão específica é um objetivo subsidiário desta comunicação.

Palavras-chave: Letra de câmbio; Brasil colônia; crédito; moeda metálica; meios de pagamento.

12. O GOVERNO DA JUSTIÇA: INSTITUIÇÕES, DISCURSOS, PODERES, PRÁTICAS E MAGISTRADOS (SÉCULOS XVII-XIX)

COORDENADO POR:

ISABELE DE MATOS PEREIRA DE MELLO (UFRJ)

ISABELEMELLO@GMAIL.COM

MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO (UFF)

MARCELLOLOUREIRO@YAHOO.COM.BR

Esse Simpósio foi criado no V Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Maceió/AL no ano de 2014. Seu objetivo é reunir estudantes e professores de diferentes instituições que estejam desenvolvendo suas pesquisas sobre as múltiplas facetas do governo da justiça, sua gramática discursiva, suas práticas e instituições. Nas últimas décadas, após a retomada dos estudos relativos à administração das monarquias de Antigo Regime, há um renovado interesse sobre as instâncias de distribuição da justiça, como os conselhos, os juizados, as ouvidorias, os tribunais, etc. Os novos trabalhos apontam para a importância dessas instituições e de seus oficiais, conselheiros, magistrados e secretários para a administração não só da justiça, mas do próprio império ultramarino português. Assim, o simpósio temático pretende reunir trabalhos de pesquisa que nos permitam refletir sobre a construção, a implementação e as práticas do sistema judicial nos territórios ultramarinos, mas também sobre a administração e aplicação da justiça promovida a partir do reino, seja pela jurisdição régia e de seus tribunais palacianos (Conselho Ultramarino, Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Casa da Suplicação, etc.), seja pela verificação da forma como o processo de extensão da vigência do direito régio português se adapta ou conflita com os poderes locais da América portuguesa.

Para além, também pode contemplar estudos que se ocupam das concepções e da gramática em torno da justiça, sua circulação, e o manejo das categorias jurídico-políticas adstritas a essas ideias. Por fim, o simpósio ambiciona ainda alargar o seu âmbito de análise a outras questões da administração da justiça e da estrutura burocrática que a serve, nomeadamente a construção de redes (sociais, pessoais, burocráticas, de comunicação) locais, regionais ou mesmo imperiais, e questionar o papel desempenhado por este corpo de magistrados, algumas vezes como agentes do reino, outras como aliados do poder local, muitas vezes como uma entidade dotada de alargada autonomia. O Simpósio pretende receber trabalhos cujo recorte temporal se enquadre entre os séculos XVII e XIX (até 1850).

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

O FUNCIONAMENTO DOS AUDITÓRIOS NO SÉCULO XVIII: A DINÂMICA ENTRE OS MAGISTRADOS E OS CONHECEDORES DOS NEGÓCIOS FORENSES

ISABELE DE MATOS PEREIRA DE MELLO (DOCENTE – UFRJ)
ISABELEMELLO@GMAIL.COM

Nos séculos XVII e XVIII, diferentes instituições judiciais foram criadas na América portuguesa com o objetivo de promover o acesso à justiça, auxiliar no governo dos povos, na administração à distância e na manutenção dos domínios. Nos últimos anos, foram e ainda estão sendo produzidas dissertações e teses que estão promovendo uma reavaliação do papel dos magistrados e do governo da justiça no universo colonial. Entretanto, apesar dos grandes avanços investigativos, pouco se sabe sobre o funcionamento dos auditórios, sobre as audiências onde eram proferidas decisões e sentenças dos magistrados, sobre as relações estabelecidas entre juízes e advogados, conhecedores dos negócios forenses. Assim, a presente comunicação tem como objetivo analisar a dinâmica estabelecida entre os magistrados e os advogados nos auditórios no século XVIII, privilegiando o espaço da comarca do Rio de Janeiro, buscando perceber como tais relações poderiam influenciar no andamento processual

e na resolução dos pleitos. Além disso, as audiências são espaços privilegiados para pensarmos sobre o difícil equilíbrio entre norma e prática, entre o direito escrito e o costume. O corpus documental dessa investigação é composto por textos jurídicos, correspondências diversas e processos judiciais depositados em instituições de pesquisa no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: administração da justiça; auditórios; advogados e magistrados.

“EXTREMA NECESSIDADE” E “DIREITO DE RESISTÊNCIA”: DUAS CATEGORIAS DISCURSIVAS E SUAS ARTICULAÇÕES COM A TIRANIA E A JUSTIÇA

MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO (DOUTOR – EHESS/UFRJ)

Esta comunicação se debruça sobre as possibilidades do exercício do direito de resistência legítima no pensamento de matriz tomista, corrente na Península Ibérica dos séculos XVI e XVII. Além disso, identifica determinadas categorias político-jurídicas que frequentemente se vinculavam à noção de tal direito, a exemplo de “extrema necessidade”, “extrema miséria”, “tirania” e “justiça”. Por fim, procura ainda explicitar como se processou sua efervescência em Portugal e seus espaços ultramarinos, sua circulação e manuseio na produção discursiva. Se no reino tais categorias se imiscuíam sobretudo à justificativa dos eventos que culminaram na deposição de Felipe IV, nos espaços ultramarinos ameaçavam-se a questões variadas: a guerra contra holandeses em Pernambuco; a revolta contra os Sás no Rio de Janeiro; a defesa da catequização dos indígenas por parte dos jesuítas, ou ainda mesmo sua escravização pela Câmara, no Maranhão. As fontes que suportam esta pesquisa são textos filosóficos e jurídicos, além de cartas e representações diversas, tombadas em diferentes instituições de guarda documental. O pano de fundo é o contexto do pós-Restauroação (1640-1680), momento de incertezas, em que os Bragança precisavam tecer sua

lidimidade jurídico-política e encontrar soluções que afiançassem a continuidade do Império luso.

Palavras-chave: Extrema necessidade; direito de resistência; tirania; justiça; monarquia portuguesa; Restauração.

JUÍZES DOS OFÍCIOS E JUIZ DO POVO E MESTERES: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O CONTROLE DO MERCADO E DA POLÍTICA MUNICIPAL EM SALVADOR DURANTE O SÉCULO XVII

LUIZ HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS (DOUTORANDO – UFRN)

LUISSANTOSHENRIQUE@YAHOO.COM.BR

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar os primeiros esforços da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGHIS-UFRJ acerca do cargo de Juiz do Povo e Meſteres da Bahia, criado em 1641 na Câmara Municipal de Salvador. Neste sentido, analisamos os primeiros volumes das Atas da Câmara buscando compreender as diferenças entre uma forma de ordenamento e fiscalização dos ofícios mecânicos – e de seus espaços de atuação, como oficinas, lojas e tendas – antes de 1641. Antes da criação do cargo de Juiz do Povo, em 1641, eram nomeados os Juízes e Escrivães especificamente para cada ofício mecânico, que representou a associação entre os artesãos da cidade de Salvador sob a chefia do Juiz do Povo e de seu Escrivão – à semelhança da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Dessa maneira, outros aspectos da administração municipal devem ser levados em consideração, principalmente no que se refere ao *direito de almotaçaria*, que concentrava boa parte das práticas possíveis de intervenção no espaço urbano por oficiais camarários e daqueles juízes reconhecidos pela municipalidade e eleitos pelos seus pares artesãos. Nossa hipótese preliminar é de que com características da magistratura municipal, os Juízes dos Ofícios e o Juiz do Povo compartilham entre si – e com os Almotacés – o interesse no controle do mercado em Salvador, e se diferenciam na posição que o Juiz do Povo assume nas demandas políticas dos artesãos e comerciantes na Bahia durante o século XVII.

Palavras-chave: Câmara Municipal de Salvador; Juiz do Povo; Almotaçaria; Cidade.

ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DE OUVIDORES RÉGIOS NA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

ALUÍSIO GOMES LESSA (DOUTORANDO – UFF/CNPQ)

ALUISIOLESSA@GMAIL.COM

Esta comunicação tem por objetivo apresentar como os ouvidores enviados pela Coroa para a fronteira meridional da América Portuguesa a partir do século XVII tiveram uma importante atuação estratégica em uma região marcada pela disputa de soberania entre as coroas ibéricas. Dessa forma verifica-se desde as correições realizadas pelos ouvidores do Rio de Janeiro na capitania de São Vicente durante o período filipino, uma preocupação da Coroa também com aspectos da manutenção e organização territorial, expressa por meio dos regimentos passados a estes magistrados. Tais características também são verificadas no século seguinte, quando o ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, realiza uma longa viagem de correição pelas vilas mais meridionais da América Portuguesa entre 1720 e 1721, deixando lá provimentos que expressam uma atenção tanto ao território em uma escala mais ampla quanto em termos de organização urbanística de cada uma das povoações visitadas, o que acaba convergindo também para os objetivos estratégicos da coroa de garantir a sua soberania na região. Assim, por meio de alguns desses exemplos, utilizando como fontes os regimentos dos ouvidores e também os registros de suas correições, serão apresentados apontamentos sobre como, entre uma série de agentes régios, também os magistrados que atuaram na fronteira meridional participaram das estratégias de manutenção daqueles domínios por Portugal.

Palavras-chave: fronteira meridional; ouvidores; território.

OUVIDORES, CAPITÃES-MORES E CAMARÁRIOS: ENTRE ALIANÇAS E CONFLITOS NA COMARCA DA PARAÍBA (1687-1759)

KLEYSON BRUNO CHAVES BARBOSA (DOUTORANDO – UFF/CAPES-PROEX)
K_B_CHAVES@YAHOO.COM.BR

A Comarca da Paraíba foi criada no ano de 1687, abrangendo em sua jurisdição territórios das capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Logo, os ouvidores da Paraíba interagiam constantemente com uma gama de agentes que intersectavam o raio de ação da sua jurisdição. Neste trabalho, buscou-se analisar um dos variados arranjos de poder presentes na Comarca da Paraíba, tendo como ponto de partida a documentação camarária da cidade do Natal. A partir disto, verificou-se como os camarários de Natal relacionavam-se com os ouvidores da Paraíba, a quem viam como um respaldo legal e jurídico para as suas ações locais. Percebe-se que enquanto as relações daqueles com os ouvidores da Paraíba tendiam sempre para uma harmonia, ou a uma não oposição frontalmente aberta, com os capitães-mores da capitania do Rio Grande as relações eram bem mais traumáticas. Constantemente capitães-mores do Rio Grande e camarários do Natal entravam em conflitos, e, os ouvidores da Paraíba eram acionados pelo poder local para defender seus interesses. Percebe-se, entretanto, que se pela documentação camarária, esse poder local afirmava o poder do ouvidor, os capitães-mores, não somente do Rio Grande, mas também da Paraíba, e até os governadores de Pernambuco, os chefes militares de capitania, de modo geral, representavam poderes que buscavam fragilizar a autoridade e a jurisdição dos ouvidores da Paraíba, intrometendo-se em suas responsabilidades. Assim, a partir da análise destas alianças e conflitos na Comarca da Paraíba, intenta-se compreender como tais arquiteturas de poder influenciam diretamente na realização da justiça tanto em nível de uma Comarca, na figura do ouvidor, quanto na do termo de um concelho, na figura dos juízes ordinários de uma Câmara.

Palavras-chave: Ouvidor; Comarca da Paraíba; Câmara do Natal; Capitania do Rio Grande; Capitães-mores.

OS JUÍZES ALÉM DA JUSTIÇA: FUNÇÕES PARALELAS AOS OFÍCIOS DE JUSTIÇA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

PAULO FILLIPY DE SOUZA CONTI (DOUTORANDO – UFPE/CAPES)
PAULOFCONTI@GMAIL.COM

Ao longo do século XVIII, algumas das funções ocupadas por magistrados não podem ser vistas, segundo entendimento atual, como funções jurídicas. Não havendo repartição dos poderes em executivo, legislativo e judiciário, governar e administrar (lugares e gentes) eram praticamente faces distintas de um mesmo ofício. Aproximando a prática administrativa da ideia de “fazer justiça”, por ambas buscarem métodos consensualísticos para a manutenção dos equilíbrios sociais. Assim, o alargamento das funções jurídicas não leva a diferenciação entre o jurídico e o executivo, senão como uma característica da administração portuguesa de Antigo Regime. Ainda assim, apenas realizar a verificação de tal acúmulo de funções é insuficiente para explicar um cenário que, por vezes, parece contraditório. Acreditamos que o afastamento de tal compreensão para o mencionado período passa por dois outros aspectos: a profissionalização da administração portuguesa e pela descoberta das regiões de ouro e diamantes em finais do século XVII e início do XVIII no Brasil. Para explorarmos o tema, usaremos os exemplos da vivência de João Bernardo Gonzaga enquanto ministro d’El Rey. Nascido no Rio de Janeiro, Gonzaga começou a sua carreira ainda no Reino como juiz de fora em duas ocasiões. Quando foi nomeado para a Ouvidoria de Pernambuco, em 1751, passou a gozar de larga jurisdição e experimentou pela primeira vez o acúmulo de funções, questão sobre a qual chegou a se queixar. Na sequência, foi enviado para a Bahia em função que surgiu como atividade extra de um dos desembargadores daquela Relação, mas que ele serviu sem ter assento naquele tribunal. Através da análise da sua trajetória profissional podemos perceber os desafios impostos aos magistrados que assumiam postos como a Intendência Geral do Ouro da Bahia (o caso de Gonzaga) e, igualmente, notar aspectos inerentes a uma carreira que obrigava os profissionais a circular por regiões cujas dinâmicas sociais eram bastante distintas.

Palavras-chave: Magistrados; Império português; século XVIII; funções paralelas; João Bernardo Gonzaga.

A ATUAÇÃO DOS DESEMBARGADORES DA CASA DE SUPLIÇÃO E DO DESEMBARGO DO PAÇO DO BRASIL NA REPRESSÃO À REVOLUÇÃO DE 1817

JEFFREY AISLAN DE SOUZA SILVA (DOUTOR – UFPE/FACEPE)

AISLAN.JY@GMAIL.COM

Em março de 1817 eclodiu em Pernambuco uma das principais manifestações de contestação à ordem do Antigo Regime monárquico. Graças ao envio de tropos reais, e contando com a ajuda de grupos contrários a rebelião, o movimento foi contido. Alguns dos líderes da rebelião foram enviados para a Bahia, onde foram julgados e condenados por uma Comissão Militar, presidida por Marcos de Noronha e Brito, o governador da capitania. No início de julho de 1817, a notícia das sentenças e dos suplícios conduzidos pela Comissão Militar da Bahia chegou ao Rio de Janeiro. Os desembargadores Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, do Desembargo do Paço do Brasil, e José Albano Fragoso, da Casa de Suplicação do Brasil, enviaram ofícios a d. João VI, se posicionando fortemente contrários a formação e as ações da Comissão. Apontaram as falhas tomadas na condução das investigações e nas sentenças apressadas que foram proferidas. Após as críticas apontadas pelos magistrados, em agosto de 1817, o monarca instituiu um Tribunal da Alçada, composto por desembargadores do Desembargo do Paço, responsáveis por conduzir a devassa sobre os participantes e as motivações da rebelião. Os desembargadores da Alçada chegaram a Pernambuco em outubro de 1817 e permaneceram no território até outubro de 1818. Durante esse tempo, os magistrados envolveram-se em diversos conflitos e acusações, em especial com o governador da capitania Luís do Rego Barreto, nomeado após a rebelião. Utilizando-se das fontes produzidas durante a devassa sobre a revolução de 1817, assim como os ofícios entre os magistrados e o governador da capitania com autoridades régias, o objetivo de nossa comunicação é analisar os argumentos apontados pelos magistrados dos tribunais superiores instalados no Brasil, sujeitos com o poder de dizer o direito, sobre os atos da Comissão Militar, assim como tratar das ações e dos conflitos ocorridos na capitania de Pernambuco entre o Tribunal da Alçada e governador, na condução da devassa.

Palavras-chave: Revolução de 1817; Desembargadores; Conflitos Políticos e Jurídicos.

14. FRONTEIRAS E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS NOS MUNDOS COLONIAIS

COORDENADO POR:

ALÍRIO CARVALHO CARDOSO (UFMA)

ALIRIOSJ@YAHOO.COM.BR

CARLOS AUGUSTO BASTOS (UFPA)

CASTROBASTOS@HOTMAIL.COM

Este simpósio objetiva promover a divulgação de pesquisas e o debate acadêmico sobre temas como expansões territoriais, formação de fronteiras e circulação de pessoas, mercadorias e ideias em espaços transfronteiriços nas possessões ultramarinas europeias. As experiências coloniais ibéricas e não-ibéricas na América, na África e na Ásia dinamizaram transformações em espacialidades nativas, gerando outras concepções de território e de fronteiras, estas últimas compreendidas tanto como delimitações de soberanias quanto espaços de intercâmbios econômicos, culturais e políticos. Questões como a incorporação de territórios ultramarinos aos conjuntos dos impérios coloniais, disputas sobre rotas e espaços, contatos, confrontos e negociações entre europeus e populações não-europeias, a produção do conhecimento científico sobre o espaço fronteiriço, sua natureza e seus habitantes, constituem temas relevantes na produção historiográfica relativa às fronteiras dos mundos coloniais. Além dessas questões, deve-se destacar a pertinência de estudos que abordam as dinâmicas transimperiais, como os fluxos econômicos legais e ilegais, as circulações culturais, naturais e de experiências políticas envolvendo diferentes possessões europeias no ultramar, assim como o estudo das fronteiras a partir de referenciais e problemas discutidos pela História Global. Para esse simpósio, serão valorizados trabalhos sob diferentes enfoques a respeito da expansão de fronteiras coloniais e transformações dos territórios ultramarinos europeus entre os séculos XV-XIX, contemplando discussões acerca

dos fenômenos sociais, das relações econômicas e das leituras políticas em espaços fronteiriços, atentando igualmente às transformações globais vivenciadas nessa longa duração.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

JOÃO VELHO DO VALE: ATUAÇÃO NAS ENTRADAS DOS SERTÕES DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ, SÉCULO XVII

TAMIRES DOS SANTOS DUARTE (MESTRANDA – UFRN)

TAMYRESDUARTE@HOTMAIL.COM

A presente proposta de comunicação tem por objetivo analisar a trajetória de João Velho do Vale, tendo em vista, a sua atuação enquanto agente colonial responsável pela tentativa de dilatação e expansão de parte do território do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII. Desta forma, o objeto a ser trabalhado está inserido nas discussões em torno da expansão do território, sobretudo, de fronteiras. Sendo sobrinho de Bento Maciel Parente, portanto, inserido numa das famílias mais importantes desse período, João Velho do Vale teve seu nome citado nos arquivos ultramarinos em dois momentos distintos primeiro, quando seu tio era governador do Maranhão, e depois, quando o governador Gomes Freire de Andrade o designou a fazer o percurso por terra entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil. Diante disso, as questões trabalhadas serão os contextos distintos por ele vivenciado. Para tanto, o trabalho é dividido em duas partes, tendo como objetivos compreender a sua relação com a sociedade e coroa e entender o seu desempenho enquanto um sujeito que defendia os interesses da monarquia e os seus interesses pessoais. As fontes de pesquisa trabalhadas são requerimentos, consultas, cartas e um roteiro, disponibilizados pelo Projeto Resgate, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e os Anais da Biblioteca Nacional, acessado através do *Livro Grosso do Maranhão*. A justificativa do trabalho se deve ao interesse em entender como o agente social se movimentou em diferentes momentos e assim, perceber o seu contexto social e histórico no processo de conquista, tendo em vista que, os estudos

que o citam, geralmente, abordam em determinado contexto o que termina por delimitar parte da sua história.

Palavras-chave: Maranhão e Grão-Pará, Expansão colonial, João Velho do Vale.

ADENTRAR É PRECISO: SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO E A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS NAS RIBEIRAS DO SÃO FRANCISCO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1654-1753)

ANA PAULA NUNES DA SILVA (MESTRANDA – UFMG/FAPEMIG)

BRASILIANA.HISTORIA@GMAIL.COM

A partir do século XVII, o cenário nos sertões da porção Nordeste da América portuguesa começa a sofrer grandes alterações graças aos adentramentos e conquistas que neles ocorreram, uma conjuntura que está diretamente relacionada ao cenário verificado nas vilas do açúcar do litoral. Os sertões destas regiões tornaram-se áreas de fronteira em relação às zonas do açúcar. A presente proposta de comunicação pretende discutir o processo de interiorização da colonização e a expansão das fronteiras nas ribeiras do rio São Francisco na sua porção pernambucana. Tal processo ganhou impulso no recorte temporal escolhido, que vai de 1654 (após a expulsão dos holandeses) até meados da década de 1750, quando a região em questão passa para sujeição judicial da comarca baiana de Jacobina (1753). Para compreender a trajetória da conquista e ocupação deste sertão, pretende-se evidenciar em que medida estas ações obedeceram aos interesses tanto dos colonos das vilas do açúcar quanto da Coroa portuguesa. Tal processo envolveu adentramentos de colonos vindos do litoral e sangrentas guerras contra os indígenas nativos habitantes da região, e foi motivado principalmente pela expansão da criação de gado, com a participação ativa de missionários no projeto de catequização dos indígenas ‘bravios’ do sertão. Questões como estas fazem parte de um processo longo, violento e marcante na história colonial. A historiografia clássica e a produção mais atual sobre tema dos sertões das Capitanias do Norte serviram como base para a compreensão destes contextos e para a análise das fontes documentais selecionadas, tais como cartas de sesmaria e relatos de cronistas. Pretende-se assim, ampliar a discussão sobre a colonização

dos sertões do São Francisco em Pernambuco, com foco nos adentramentos rumo aquelas veredas, na expansão das fronteiras, e na participação dos colonos neste processo.

Palavras-chave: Pernambuco, Rio São Francisco, Sertão, Adentramentos, Fronteiras, Colonização.

“A TRABALHOSA PEREGRINAÇÃO DE TANTOS OUTROS POR ESTES SERTÕES”: CIRCULAÇÕES E TRAJETÓRIAS SOCIAIS NOS RECÔNDITOS DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE (1720-1799)

YAN BEZERRA DE MORAIS (DOUTORANDO – UFF)
YANBMORAIS@HOTMAIL.COM

Os estudos sobre os sertões da América portuguesa têm se multiplicado nos últimos anos. Esses sertões são entendidos, hoje, como espaços cujas especificidades precisam ser cada vez mais investigadas, de modo a se evitar generalizações e se compreender cada sertão em seu modo de ser através das histórias dos homens que os constituíram e neles viveram. No entanto, ao tempo que as análises se centram cada vez mais nos sertões com suas características próprias, também acabam por “compartimentá-los” de forma a perdermos de vista uma de suas marcantes características: a mobilidade dos sujeitos e as conexões possíveis dos e nos recônditos coloniais. Dessa forma, pretendemos trazer colaboração para a história social dos sertões da Paraíba e das capitanias do Norte, principalmente para o século XVIII, ao analisá-los pela ótica das circulações sociais e práticas de mobilidade dos sujeitos coloniais que não apenas participaram da conquista, mas que construíram e levaram a esses espaços suas perspectivas de vida e experiências desenvolvidas em outros lugares, isto é, compreender como os sertões estavam interligados a outros espaços coloniais por trajetórias

sociais e redes de contato, comércio e poder. Para tanto, enveredaremos na análise de um amplo conjunto documental produzido a nível local no próprio sertão da Paraíba junto a fontes de caráter administrativo.

Palavras-chave: História Colonial; História Social; Sertões.

DOUTOS MESTRES D'AQUI A ALÉM-MAR: TRÂNSITOS ULTRAMARINOS DOS MÚSICOS DAS VILAS DO RECIFE E OLINDA A PORTUGAL AO LONGO DOS SETECENTOS

GILSON RODRIGUES CHACON (DOUTORANDO – UFRS)

GILSON.CHACON@HOTMAIL.COM

Ao analisarmos as Redes de Relações dos músicos e de suas práticas musicais (LUCAS, 2001) e detendo atenção as práticas normativas que envolvem o ofício da música ao longo dos setecentos na América Portuguesa, propomos nesse trabalho compreender os frequentes trânsitos e circularidades dos músicos das vilas do Recife e de Olinda a caminho de Portugal. Para isso, a partir de um olhar etnomusicológico de um espaço-tempo histórico, analisamos os esboços das trajetórias de três músicos que atuaram nos dois lados do Atlântico ao longo no século XVIII, são eles: Manoel de Almeida Botelho (1721-?), Antônio da Silva de Alcântara (1711-?) e Luiz Alvares Pinto (1719-c.1792). Para construção dos esboços dessas três trajetórias foram consultadas as fontes primárias e secundárias das pesquisas musicológicas do Pe. Jaime Diniz (1924-1989) que estão depositadas no Instituto Ricardo Brennand (PE) e complementando com fontes documentais de várias irmandades depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife, além de uma cuidadosa análise das fontes documentais do Arquivo Histórico Ultramarino referente a Pernambuco. A trama que envolve os esboços dessas trajetórias nos propicia perceber uma frequente atuação desses e de outros músicos da América Portuguesa nos espaços de sociabilidade lisboeta, apresentando uma frequente atuação dos músicos oriundos de Pernambuco para com as elites mercantis luso-brasileira, assim como, a atuação desses músicos para com o alto clero e a alta nobreza portuguesa. Demonstrando assim, que os músicos transitados da América Portuguesa tinham a sua disposição uma forte rede clientelar (XAVIER; HESPANHA, 1998) na metrópole; sinalizando a existência de frequente circularidade e

atuação dos músicos pernambucanos; demonstrando que as teias que compunham e fomentavam esses trânsitos ultramarinos, já eram tecidas nos espaços de sociabilidade e inter-relações clientelares principalmente pela costumeira elite local da América Portuguesa.

Palavras-chave: trânsitos ultramarinos; circularidade dos músicos; práticas musicais; redes clientelares; trocas culturais; século XVIII.

A EUROPA CENTRAL E O TRÁFICO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS, 1690-1754

ELISA MICHAELLES DOURADO (UFF – CAPES)

ELISAMD@ID.UFF.BR

É possível cruzar as fronteiras do espaço e conectar as histórias de um tecelão da Silésia, (Prússia) e de um membro da aristocracia Fante (Costa do Ouro), no século XVIII? Mesmo sem acesso ao mar, teriam regiões do interior da Europa se beneficiado do tráfico transatlântico de escravos? Este trabalho tem como objetivo entender as ligações da Europa Central com o mundo atlântico na primeira metade do século XVIII, período de expansão do tráfico negreiro. Para isto, olhou-se para uma de suas peças essenciais: as mercadorias que serviam como bens de troca nos diferentes recortes do litoral africano. O carregamento de um navio negreiro era tarefa complexa e envolvia produtos oriundos de distintas regiões. Ao lado dos tecidos de algodão indianos e de lã ingleses, panos de linho do interior da Europa Central, a Silésia, foram de reconhecida importância no tráfico de escravos. Objetos de cobre contos de vidro da mesma região também ficaram presença nas listas de carregamento de companhias comerciais ou de traficantes particulares de diferentes nações. Comerciantes alemães assentaram-se nos portos ibéricos e ingleses desde o início da Era Moderna e foram essenciais para a construção do mundo atlântico. Analiso cartas de administradores europeus de fortes na Costa da Mina, carregamentos de navios de traficantes privados e relatos de viajantes para identificar a presença das mercadorias da Europa Central na Costa da Mina nas primeiras décadas do XVIII. O estudo das cadeias de commodities, de seu local de produção ao seu destino final, possibilita o resgate de uma discussão antiga através das novas lentes da História global:

o debate sobre o desenvolvimento econômico da Europa ligado ao tráfico negreiro. O abandono da fronteira nacional como enquadramento analítico e a integração de regiões e estratos de tempo permite entender a história da protoindustrialização europeia face ao desenvolvimento do tráfico negreiro, em consonância com os novos rumos historiográficos.

Palavras-chave: História global; história das mercadorias; tráfico negreiro.

OS SERTÕES DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E DO REINO DE ANGOLA: TRÂNSITOS CULTURAIS NOS DISTANTES ESPAÇOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1750-1808)

ALEXANDRE BITTENCOURT LEITE MARQUES (SEDUC/PE)

A expansão marítima, seguida pela expansão terrestre dos portugueses na África e América, propiciou, pela primeira vez na história, uma ligação entre os mais distantes sertões de um e outro continente. Embora em ritmos diferentes, concomitantemente, os colonizadores portugueses dirigiam-se tanto para o interior da África quanto para o interior da América portuguesa. Tratando-se especificamente do Reino de Angola (África portuguesa) e da Capitania de Pernambuco (América portuguesa), pessoas e culturas de duas sociedades coloniais passaram a transitar de um lugar para o outro, tanto sofrendo mudanças quanto mantendo certas permanências em cada um dos lugares aonde chegavam. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar as remessas de alguns dos produtos dos sertões de Pernambuco que seguiram para Angola, bem como dos produtos dos sertões de Angola que foram para Pernambuco, entre os séculos XVIII e XIX. Em virtude desse trânsito de cultura material, analisa-se também a forma como esses produtos eram usados nessas duas sociedades coloniais distantes uma da outra, mas unidas pelo interesse do projeto colonizador português. Para este estudo, opta-se por seguir a linha da história sociocultural, que permite analisar a cultura material, as práticas, as representações e os trânsitos culturais entre diferentes povos, sociedades e indivíduos. Em termos metodológicos, adota-se a concepção da história conectada, que procura analisar, a partir de um fio direto, as flexibilidades do espaço e as histórias paralelas entre distantes regiões. Como fontes de pesquisa utilizamos diversos documentos localizados em diferentes

instituições arquivísticas como, por exemplo, os manuscritos avulsos do Fundo do Conselho Ultramarino das Séries Angola e Pernambuco (Arquivo Histórico Ultramarino), a Coleção Feitos Findos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), documentos do Fundo Geral do Erário Régio (Arquivo do Tribunal de Contas), entre outros.

Palavras-chave: Capitania de Pernambuco, Reino de Angola, Império Português, Sertões, Trânsitos culturais, Séculos XVIII e XIX.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

COMÉRCIO, GUERRAS E ALIANÇAS NAS FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA PORTUGUESA: OS RIOS NEGRO, SOLIMÕES E MADEIRA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

RAFAEL ALE ROCHA (DOUTOR – UFAM)
RAFAEL_ALE_ROCHA@YAHOO.COM.BR

A presente comunicação pretende analisar o avanço colonial português e o comércio praticado entre lusos, índios e outras potências coloniais europeias (espanhóis, holandeses e franceses) nas regiões dos rios Negro, Solimões e Madeira e no Cabo Norte (Amapá) durante a primeira metade do século XVIII. Devido à massa documental utilizada, o estudo inegavelmente possui um viés português, isto é, abordará o ponto de vista das autoridades e a preocupação com as fronteiras à oeste do Estado do Maranhão e Grão-Pará (grosso modo, a Amazônia Portuguesa). Dentre essas fontes, citamos as consultas dos Conselho Ultramarino e as correspondências trocadas por autoridades variadas – boa parte anexada às consultas do mesmo tribunal. Não obstante essa limitação, procuraremos, na medida do possível, identificar as políticas dos outros agentes envolvidos no processo, como, por exemplo, índios de nações diversas, negros, colonos leigos e missionários das demais potências europeias fronteiriças – espanhóis, holandeses e franceses. De forma geral, procuraremos analisar três elementos que nos parece inter-relacionados: 1) o interesse dos diversos grupos indígenas no comércio com índios e não índios; 2) as disputas fronteiriças entre portugueses, espanhóis, holandeses e franceses, que tomavam forma de conflito

bélico, estabelecimento de aldeamentos missionários e/ou competição comercial pela aliança com os indígenas; 3) o impacto destes elementos na legislação indigenista portuguesa. Em síntese, acreditamos que o comércio indígena pré-existente foi reorganizado e reinventado neste contexto de disputas imperiais e, finalmente, impactou (ainda que indiretamente) na própria formulação da política indigenista portuguesa.

Palavras-chave: Fronteiras Amazônicas; Amazônia Portuguesa; Comércio Indígena.

CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES: ATUAÇÃO DE SOLDADOS E ÍNDIOS EM ATIVIDADE DE EXPANSÃO DE FRONTEIRAS NA CAPITANIA DO PARÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

WANIA ALEXANDRINO VIANA (DOCTORA – UFOPA/CAPES)

WANIAALEXANDRINO02@GMAIL.COM

A defesa dos territórios lusos no norte da América portuguesa foi problemática durante toda a primeira metade do século XVIII. Fatores como o número reduzido de gente nas tropas regulares e a ausência de uma tropa auxiliar efetiva tornaram inevitáveis e imprescindíveis a negociação com a força indígena. Este trabalho tem por objetivo verificar a presença indígena em atividades de expansão de fronteiras na capitania do Pará. Busca-se, a partir da análise de diversas fontes do período colonial, verificar os conflitos, as alianças e as negociações urdidas desse processo. Pretende-se, a partir disso, deslocar o eixo analítico dos estudos de defesa para os grupos indígenas que participaram de guerras e conflitos em tropas que buscavam expandir as fronteiras lusas na região. Nesse processo, se evidencia as dinâmicas e interações entre militares e índios nas tropas, e principalmente, a participação de lideranças e grupos indígenas, sem os quais o avanço da fronteira parecia ser impraticável. Mobilizados de diversas partes do sertão eles fizeram parte desse universo defensivo, e a partir de seus próprios interesses, seja pela aliança ou pelos conflitos, participaram estreitamente da defesa do território e avanço da fronteira colonial na capitania do Pará.

Palavras-chave: índios; soldados; fronteira; capitania do Pará; século XVIII.

A FORMAÇÃO DE UMA FRONTEIRA: ESPANHÓIS, PORTUGUESES E ÍNDIOS NO CASSIQUIARE E ALTO RIO NEGRO (1759-1766)

PABLO IBAÑEZ BONILLO (CHAM – UNL)
PANAMSB@HOTMAIL.COM

Las noticias y rumores sobre la guerra entre España y Portugal en la península ibérica circularon por las fronteras amazónicas a través de diferentes medios. Los actores locales participaron de esos circuitos con sus propias observaciones, conectando las informaciones peninsulares con el estado de la guerra en territorio americano. En esta comunicación se analizan estas interacciones comunicativas en las regiones amazónicas de frontera, enfatizando su proximidad con los acontecimientos globales a pesar de las grandes distancias geográficas. A partir de la documentación de varios archivos iberoamericanos, se presentan diferentes escalas comunicativas. Así, se presta atención a la circulación de avisos y órdenes reales desde las capitales imperiales, pero también a los circuitos comunicativos al interior de las provincias americanas, con término en las regiones amazónicas. Se analiza también la circulación de gacetas y correspondencia privada entre el público lector de ambos espacios coloniales, para concluir estudiando las prácticas comunicativas de los actores anclados en las posiciones de vanguardia, donde la oralidad era el soporte esencial para las transacciones comunicativas de testigos, espías, mensajeros y desertores. Esta comunicación forma parte de un proyecto de investigación más amplio sobre las fronteras americanas durante la Guerra Fantástica peninsular. En dicha investigación se prioriza un abordaje microhistórico, que será discutido como herramienta metodológica para el análisis de las relaciones sociales en las fronteras.

Palabras claves: Frontera; Amazonía; Noticias; Guerra Fantástica.

ÍNDIOS, JESUÍTAS E AUTORIDADES COLONIAIS NA REGIÃO DO RIO MADEIRA: CONFLITOS, MEDIAÇÕES E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS (1750-1777)

MARCELA GOMES FONSECA (MESTRANDA – UFPA/CNPq)

MMARCELAFONSECA@GMAIL.COM

Pretendo comunicar, com base na correspondência do governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751- 1759), e no Tagebuch, isto é, diário, do jesuíta alemão Anselm Eckart, que atuou nas aldeias de Trocano e Abacaxis, localizadas na região do rio Madeira (1753-1757), minhas análises e reflexões, sobre os conflitos e disputas de cunho sociopolítico entre índios, jesuítas e autoridades coloniais, durante a transformação da aldeia de Trocano em Vila de Borba, a nova. A fim de evidenciar a formação das sociedades amazônicas, enquanto um processo ativo, que se deve tanto à agência destes sujeitos, seus conflitos, negociações e articulação de códigos e discursos em regiões de fronteiras, quanto aos condicionantes político-sociais da época, por conseguinte, contribuir para as discussões mais recentes sobre a História social da Pan-Amazônia conectada aos problemas globais, para além das historiografias locais ou nacionais. O contexto mais amplo são as tensões entre a Companhia de Jesus e o Marquês de Pombal, que levou à expulsão do Padre de fala alemã e outros missionários, em 1757, e seu encarceramento em Portugal, até 1777. É importante levar em conta a especificidade da região em questão, pois ela integra a fronteira geoestratégica da Amazônia portuguesa com os domínios espanhóis e constitui uma rota disputada para um interior promissor em riquezas naturais. De fato, foi um momento de profundas transformações em Portugal e seu império, que redefiniu fronteiras e relações, além de desencadear novas formas de mediação cultural, sobretudo para com os povos indígenas, detentores de saberes fundamentais e mão de obra imprescindível para a implementação da nova dinâmica colonial na região.

Palavras-chave: Relações; Fronteiras; Rio Madeira; século XVIII.

O TABACO NO CONTRABANDO LUSO-ESPANHOL NAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS DO SÉCULO XVIII

CARLOS AUGUSTO DE CASTRO BASTOS (DOCENTE – UFPA)

CASTROBASTOS@HOTMAIL.COM

A vasta zona limítrofe entre os domínios português e espanhol no vale amazônico, ao longo do século XVIII, foi caracterizada por múltiplos contatos envolvendo diferentes sujeitos que habitavam e/ou transitavam pelas fronteiras. Através dos rios que atravessavam os limites ibero-americanos no extremo norte, ocorria a frequente circulação de pessoas, informações e mercadorias. Com relação às relações comerciais, era recorrente a prática do contrabando, conectando as zonas amazônicas entre si e com outros espaços americanos, articulando redes comerciais e políticas nos dois lados da fronteira. As denúncias sobre as práticas de contrabando, por sua vez, apontam a presença de alguns produtos que eram comercializados entre portugueses e espanhóis, a exemplo do tabaco. Nessa comunicação, será analisado especificamente o papel desempenhado pelo tabaco nas redes de contrabando existentes nos limites amazônicos entre a Audiência de Quito e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, entre as décadas de 1770-1790. Essas redes foram particularmente impulsionadas pelas comissões demarcadoras na fronteira norte, instituídas em decorrência do Tratado de Santo Ildefonso, alimentando especialmente o fluxo de tabaco da América lusa para as zonas amazônicas da Audiência de Quito, alcançando também outros espaços do território hispano-americano. Objetiva-se compreender o papel desempenhado pelo tabaco nas relações comerciais na fronteira, e como o contrabando viabilizava a circulação de produtos entre as zonas amazônicas e áreas andinas no período em questão. A pesquisa baseia-se em fontes primárias portuguesas (disponibilizadas através do Projeto Resgate, e coletadas no Arquivo Público do Estado do Pará) e espanholas (existentes no Arquivo de Índias, Archivo Histórico de Límites del Perú e Archivo Histórico del Ministerio de las Relaciones Exteriores del Ecuador), bem como documentação publicada. O tabaco representava importante produto nas economias coloniais, desempenhando também a função de moeda em trocas comerciais. Nas fronteiras ibero-amazônicas no

período em questão, as denúncias sobre o contrabando de tabaco indicam a importância desse produto no estabelecimento de redes econômicas e políticas transfronteiriças, conferindo novos sentidos às políticas imperiais de demarcação dos limites territoriais e de gestão econômica das fronteiras.

Palavras-chave: tabaco; contrabando; fronteiras amazônicas;

Audiência de Quito; Estado do Grão-Pará e Rio Negro.

A FUGA: AFRICANOS ESCRAVIZADOS E A FLUIDEZ DAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS NO SÉCULO XVIII

DIEGO DE CAMBRAIA MARTINS (DOUTOR – USP)

CAMBRAIA.MARTINS@HOTMAIL.COM

A Amazônia tem sido palco de disputas políticas, ao menos, desde o início do século XVII até a contemporaneidade. Por mais que haja soberania deste ou daquele país na região, as pressões internacionais sempre estiveram presentes ali. Assim, parto da premissa que por mais que os diversos tratados, firmados no início do século XVIII, procurassem garantir que Portugal, Espanha, França, Países Baixos e Inglaterra tivessem sua porção territorial na Amazônia, havia uma intensa circulação de pessoas e mercadorias que fugiam do controle das administrações europeias na região. Nesse sentido, me parece que era bem comum o fato de que grupos escravizados – sejam eles africanos ou indígenas – tivessem como estratégia a fuga para regiões controladas por outras metrópoles, com o intuito de conseguir viver em liberdade. Alguns estudos apontam para a formação de quilombos na região, que reuniam africanos, índios e até mesmo populações livres e pobres oriundas das mais diversas possessões da região. Sendo assim, me basearei em algumas fontes que constam nos papéis avulsos do Grão-Pará do Arquivo Histórico Ultramarino, que contam a trajetória de um grupo de africanos escravizados fugidos da cidade de Caiena, na Guiana Francesa, e que rumaram para Santa Maria de Belém do Pará no ano de 1752. Meu intuito é discutir como a fluidez das fronteiras imperiais na Amazônia colonial permitiu, neste estudo de caso, a circulação de pessoas da possessão francesa para os domínios lusitanos na região, bem como analisar como as autoridades coloniais lidaram com essa questão.

Palavras-chave: Amazônia Colonial; Fronteiras; Circulação.

.....

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

ÍNDIOS COMO SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL: OS PARLAMENTOS DE ÍNDIOS NA ARGENTINA E NO CHILE NO SÉCULO XVIII

HEVELLY FERREIRA ACRUCHE (DOUTORADO - UFJF)

HFACRUCHE@GMAIL.COM

A proposta deste trabalho pretende tratar da porosidade do universo fronteiriço nas Américas, tendo como exemplo as negociações e expectativas dos diálogos entre indígenas e espanhóis nos chamados parlamentos de índios. Ocorridos desde o século XVI, os parlamentos de índios foram realizados com o intento de traçar um diálogo e estabelecer consensos entre povos não submetidos a doutrina cristã e os colonizadores espanhóis. Nosso intuito é analisar o papel desses sujeitos na constituição de um direito internacional no qual os povos indígenas, tradicionalmente vistos como bárbaros e selvagens, usufruíam de protagonismo e alcançavam possibilidades concretas de negociação em territórios de conflito, tais como o sul dos atuais Chile e Argentina. Temos como exemplos de registros o “Parlamento del Presidente Ambrosio O’Higgins, Negrete 3 de marzo 1793”, o “Tratado hispano-mapuche de Negrete de 1803” e o “Mapa sacado de la ocasión de la entrada que hizo a su costa á los fertiles y dilatados Países del Gran Chaco Gualamba, el Governador de la Provincia del Tucumán D. Jerónimo de Matorras, en virtud del Real Contrata. Año de 1774”. Assim, pretendemos tratar o significado político dos parlamentos para a construção de uma atmosfera pacífica entre os espanhóis e os indígenas e sua relação com a disputa pela territorialidade.

Palavras-chave: índios; espanhóis; fronteira; relações diplomáticas; povos não submetidos.

O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO ESPANHOL (1763-1776): GOVERNAR NA FRONTEIRA

LUÍSA CAIAFFO VALDEZ (DOUTORANDA – UFRGS)

LUCAIAFFO@GMAIL.COM

Em 1762, Don Pedro de Cevallos – então governador de Buenos Aires – convocou as forças militares a seu comando e organizou uma expedição contra alguns dos territórios do sul da América ocupados pelos portugueses. Nesta missão militar, as tropas espanholas ocuparam primeiro –em outubro daquele ano– a muito disputada Colônia do Sacramento e, depois de assegurar o domínio sobre esta praça, as forças do rei católico partiram em março do ano seguinte e ocuparam outros assentamentos portugueses na região. Em sua marcha, em abril de 1763, ocuparam a vila de Rio Grande de San Pedro, que permaneceu os seguintes treze anos sob domínio da administração colonial espanhola, por meio de seus funcionários da *gobernación* de Buenos Aires. Durante o período em que Rio Grande esteve vinculado à coroa de Espanha, este assentamento se constituiu como novo ponto fronteiriço para os administradores portugueses. A comunicação proposta busca indagar alguns aspectos que caracterizaram a inserção deste assentamento entre os anos 1763-1776 nas políticas administrativas castelhanas, entendendo-o como inserido em uma realidade de espaço de fronteira. Isto significa entendê-lo como espaço de circulação, encontro e interação e que, como tal, foi tratado pelas autoridades hispanas locais y regionais. Pretende-se então, analisar as correspondências dos administradores locais com os governadores de Buenos Aires para ver como se desenvolveram estas políticas neste espaço, suas especificidades. Ao mesmo tempo busca-se comparar as políticas ali aplicadas aquelas que estudos indicam como implementadas em outros pontos de fronteira da governação de Buenos Aires na região do Rio da Prata no mesmo período.

Palavras-chave: Rio Grande de São Pedro; administração; século XVIII; fronteira.

CONSTRUINDO O BRASIL MERIDIONAL: ELITE CHARQUEADORA NA FRONTEIRA COM A BANDA ORIENTAL (C. 1780 – C. 1810)

STÉFANI HOLLMANN (DOUTORANDA – UNIVERSIDADE DO PORTO)
STEFANIHOLLMANN@HOTMAIL.COM

A fronteira nunca foi um espaço limítrofe para os luso-brasileiros. Desde as primeiras ocupações do atual território do Rio Grande do Sul, as conexões com a América Espanhola foram intensas. No final do século XVIII, com as fronteiras entre os espaços ibéricos no Novo Mundo sendo pacificadas e definidas, mudanças de cunho socioeconômico ocorreram no Brasil Meridional. Com a oferta de gado que havia no Rio Grande de São Pedro, uma nova zona econômica surgiu no mercado interno brasileiro: Pelotas e suas charqueadas. Contudo, os sul-rio-grandenses não possuíam gado suficiente para sua produção do charque. Necessitavam da oferta que havia para além dos limites do Império Luso na América. A região entre o Continente do Rio Grande e a Banda Oriental era uma região na qual as fronteiras estavam sendo definidas, mas que nunca deixou de ser porosa e manejada pelos homens que por ela circulavam. O contrabando de gado, que por ela ocorria, era importante para a manutenção das novas indústrias saladeris no território brasileiro. Para tanto, as conexões que já eram antigas entre a América Espanhola e Portuguesa foram estreitadas. Da mesma maneira, haviam tido outras regiões desta capitania que tentaram produzir o mesmo produto. Contudo, foi Pelotas que possuiu a maior vantagem para a produção da carne. Além da proximidade com o porto de Rio Grande, para que facilitasse o escoamento, o fato de estar nas imediações do Estado Oriental foi outro fator que colaborou com esta economia, fornecendo matéria-prima constantemente para a região. Foi desta forma, que os charqueadores pelotenses, puderam nas rotas comerciais intrainperiais.

Palavras-chave: Charque; Charqueador; Elite; Fronteira; Rio Grande de São Pedro; Contrabando.

“NO MEIO DA TEMPESTADE FURIOSA QUE AGITA O ANTIGO MUNDO”: PLANTAS E PESSOAS NO TRANSPLANTE DE ESPECIARIAS ENTRE CAIENA E O PARÁ (XVIII-XIX)

RAFAEL ROGÉRIO NASCIMENTO DOS SANTOS (DOUTORANDO

– UFPA / DOCENTE – UNIFESSPA)

RAFAELSANTOS@UNIFESSPA.EDU.BR

Este trabalho analisa um conjunto documental envolvendo o contrabando de plantas e sementes feito por indígenas nas fronteiras do Grão-Pará e Guiana Francesa no final do século XVIII e início do XIX. Neste período, a situação política da Europa se fazia sentir em grande parte do globo. As tensões entre Portugal e França reverberavam nas fronteiras de suas conquistas americanas. No meio desse clima, lusos e francos alimentavam uma tensão real naquelas possessões e a região se tornou palco de constantes planos de invasões, fugas de escravos e estabelecimentos de mocambos. Sendo assim, engendraram-se vários processos históricos marcados pelos constantes trânsitos e mobilidades de diversos sujeitos, passando a fomentar as espionagens e, também, o tráfico de itens do mundo natural, como plantas e sementes. As fontes examinadas estão contidas no Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Pará e tratam de um plano secreto do governo paraense de enviar indígenas para Caiena com a missão de buscar “... as sementes e plantas de especiarias”, dentre elas, a noz moscada, a pimenta, o cravo da Índia que deveriam ser transplantadas para o Jardim Botânico em Belém.

Palavras-chave: História indígena, Contrabando, Especiarias, Jardim Botânico.

CAMINHOS DO OURO E TRILHOS DE FERRO NA REGIÃO DO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO, SÉCULO XIX

JELLY JULIANE SOUZA DE LIMA /

JULIANEJELLY@GMAIL.COM / DOUTORANDA – UFMA

O Brasil e a França, até o fim do século XIX, disputavam uma vasta faixa de terra entre os rios Araguari e Oiapoque, que ficou conhecida como área do Contestado Franco-Brasileiro. A explosão da descoberta de jazidas de ouro na Guiana Francesa e na região do

Calçoene no Amapá, impulsionaram aventuras pelas florestas, rios encachoeirados e exploração de montanhas contendo veios de ouro. Desta forma, presidiários, garimpeiros, comerciantes e a companhia do caminho do ferro e econômica do Carsevene deixaram uma floresta “preche” de histórias. Como reminiscência deste passado soterrado pelo tempo, caminhos do ouro e trilhos de ferro são atestados pela presença de vestígios arqueológicos e indicados pelas narrativas de alguns moradores do pequeno distrito de Lourenço em Calçoene, nos dias atuais. Assim, a partir das fontes arqueológicas e orais, procura-se apresentar um tema pouco estudado na História e Arqueologia. Neste sentido, espera-se com esta pesquisa contribuir para a construção de conhecimentos históricos através de um interesse de pesquisa compartilhado que envolve saberes locais e acadêmicos, modelo que permite realizar interpretações multivoais iniciais sobre o passado da Amazônia.

Palavras-chave: Contestado Franco-Brasileiro; distrito de Lourenço; caminhos de ferro; vias de ouro; vestígios arqueológicos; narrativas orais.

15. EXPANDIR A FÉ, PROMOVER A DISCIPLINA. EPISCOPADO, CLERO PAROQUIAL, MISSIONÁRIOS E INQUISIÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

COORDENADO POR:

EVERGTON SALES SOUZA (UFBA)

EVERGTONS@GMAIL.COM

JAIME GOUVEIA (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

JAIM.RICARDO@GMAIL.COM

Nos últimos anos, cresceu exponencialmente a produção bibliográfica relativa ao enquadramento religioso no Império português. Nota-se uma clara tendência a pensar de modo conjunto os instrumentos que permitiram à Igreja expandir o seu raio de ação e, ao mesmo tempo, reforçar o controle sobre os fiéis, favorecendo diretamente a interiorização de certos modelos de conduta e, indiretamente, o desenvolvimento de formas impensadas de obediência. Os bispos, as suas estruturas de governo, redes de agentes e dispositivos de evangelização, vigilância e disciplinamento (tribunais, visitas pastorais, sermões, etc.) cumpriram um papel fundamental neste processo. O clero paroquial esteve na base dessas ações disciplinadoras, coordenadas pela autoridade diocesana, desempenhando um papel de grande relevo nas políticas de enquadramento religioso empreendidas ao longo da Idade Moderna. O clero regular, sobretudo as congregações que evidenciaram maior vocação para a pregação e missionação, realizou um imprescindível trabalho de conversão, irradiando a fé, propagando devoções e fornecendo pasto espiritual, particularmente para aqueles que viviam mais distantes das sedes paroquiais. Por fim, a ação da Inquisição, em particular no que diz

respeito à vigilância da pureza da fé e punição dos desvios, também foi de enorme importância para o disciplinamento da sociedade no Império português. O objetivo deste simpósio temático é o de reunir pesquisadores interessados em refletir e debater sobre a temática da expansão do catolicismo e do disciplinamento religioso no Império português. Busca-se congregar estudos voltados para a compreensão do papel desempenhado por instituições e agentes religiosos e eclesiásticos, bem como pesquisas que procurem perceber a reação dos diferentes povos e grupos sociais frente às ações disciplinadoras levadas adiante pelo episcopado, clero diocesano, clero regular e Inquisição. A proposta de um ST com esta temática ampla deve ser entendida como oportunidade singular para a discussão de múltiplos aspectos atinentes ao papel do cristianismo como elemento fundamental na constituição, consolidação e governo do Império português. Além disso, o ST também encontra justificativa na promoção de um debate que se abre aos estudos de instituições e instrumentos que serviram ao disciplinamento, interessando-se, ao mesmo tempo, pelo modo como as populações espalhadas pelo império aderiram, negociaram, resistiram ou refutaram as ações disciplinadoras.

.....

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

***MISSIONAÇÃO, DINÂMICAS DE PODER
E RELAÇÕES ENTRE JUÍZOS***

**ENTRE ROMA, GOA E MESOPOTÂMIA: A CRISTANDADE
SIRO-MALABAR COMO PALCO DE LUTA ENTRE
MISSIONÁRIOS, BISPOS E INQUISIDORES (1653-1701)**

ANTÓNIO VITOR SANCHES FERREIRA RIBEIRO (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)
AVS.RIBEIRO@GMAIL.COM

Depois dos esforços de latinização levados a cabo pelo Arcebispo de Goa, Aleixo de Meneses após o Sínodo de Diamper (1599), as cristandades da Serra do Malabar, de rito oriental, foram maioritariamente

enquadradas na ortodoxia católica romana. No entanto, permaneceu sempre uma resistência à assimilação por parte de largos sectores dessa comunidade. A chegada em 1653 de um Patriarca enviado pela Igreja Oriental da Mesopotâmia abriu um conflito com as autoridades portuguesas, que se arrastou por décadas, e se agravou com o envio de um outro nos últimos anos do século XVII, numa altura em que as terras do Malabar estavam já sob domínio holandês. Neste último período, o Bispo de Cochim atuava dissimuladamente no território, às ordens do Arcebispado de Goa. No Arquivo Histórico Ultramarino, nas consultas do Conselho Ultramarino relativas à Índia, encontram-se vários documentos que dão conta da forma como o território se foi tornando palco de uma luta entre Goa e Roma, com Portugal a defender os direitos de Padroado face a um crescente aumento de missionários enviados pela Congregação da Propaganda Fide. Em determinadas alturas (principalmente no início da década de 60) verifica-se uma curiosa adesão dos inquisidores de Goa à causa dos missionários da Propaganda. A todos estes atores junta-se ainda a atividade dos jesuítas, ativos naquela região até à chegada dos holandeses. Verificaram-se vários casos de missionários apostólicos, enviados por Roma, que exigiram ser reconhecidos como Bispos pelas autoridades portuguesas, algo a que estas sempre resistiram. O objetivo desta comunicação é, partindo desses documentos, estabelecer a forma como a cristandade sírio-malabar se transformou num palco de luta entre Goa, na sua vertente de poder secular (vice-rei) e religioso (Arcebispo) por um lado, e Roma, através dos missionários da Propaganda, por outro, sem esquecer o papel da Inquisição e da Companhia de Jesus. Pretende-se, complementarmente, lançar luz sobre os esforços de latinização das cristandades da Serra. Os documentos constam fundamentalmente de relatórios enviados pelos missionários da Propaganda e da Companhia de Jesus, cartas do Bispo de Cochim, do Arcebispo de Goa, do Cabido e dos inquisidores, bem como de relatórios de visitas sobre a situação religiosa dos cristãos sírio-malabares.

Palavras-chave: Padroado do Oriente; Cristandades do Malabar; Nestorianismo; Cochim; Goa; Inquisição.

JOSÉ DE VAZ E SUA MISSÃO NO CEILÃO HOLANDÊS: EXPERIÊNCIAS CATÓLICAS NO ORIENTE

ANA PAULA SENA GOMIDE (DOUTORA – UEMG)
APE.GOMIDE@GMAIL.COM

A presente comunicação busca fazer uma análise das ações missionárias empreendidas pelo oratoriano José Vaz no Ceilão entre os anos de 1687-1711. Membro da Congregação do Oratório de Goa, estabelecida no ano de 1682, José Vaz foi considerado um dos maiores responsáveis pela manutenção das práticas católicas entre as comunidades ceilonesas num período no qual a Holanda protestante dominava diversas áreas do Ceilão. Através da leitura da obra intitulada *Chronologia da Congregação do Oratório da Santa Cruz dos Milagres*, escrita pelo também goês Sebastião do Rego em 1746, analisarei os avanços e dificuldades encontrada por José Vaz em sua missão no Ceilão e como sua figura fortaleceu a importância dos clérigos orientais na construção e conservação do catolicismo na Ásia no século XVIII. Além disso, analisarei a própria Congregação do Oratório como espaço de maior atuação no corpo eclesiástico no Oriente português, uma vez que esta acabou por romper com os limites impostos pelas ordens religiosas ao ingresso de indianos cristianizados no interior de suas ordens, a qual hierarquizava e classificava todos aqueles não compartilhavam com as mesmas qualidades dos portugueses. Assim, a presente comunicação busca entender como a Congregação do Oratório de Goa, fundada por clérigos nativos, foi de suma importância para a manutenção do catolicismo em Ceilão, especialmente a partir das ações protagonizadas por José Vaz, onde as missões católicas foram reavivadas pelos oratorianos, dialogando com os estudos sobre as experiências religiosas católicas empreendidas pelos nativos asiáticos no vasto Império português.

Palavras-chave: José Vaz, Ceilão, Catolicismo, Oriente Português, Congregação do Oratório.

“PROMOVER AS MISSÕES” EM TODOS OS TERRITÓRIOS DAS CONQUISTAS PORTUGUESAS. AS JUNTAS DE MISSÕES E A POLÍTICA APOSTÓLICA DE EXPANSÃO DA CRISTANDADE

ÁGATHA FRANCESCONI GATTI (DOUTORANDA – USP)

AGATHA_GATTI@YAHOO.COM.BR

Esta comunicação tem como objetivo tecer uma reflexão sobre a criação das Juntas de Missões à luz da controvérsia que progressivamente se instaurou entre Portugal e a Santa Sé ao longo da segunda metade do século XVII. Tal embate teve como eixo central as discussões em torno das prerrogativas de natureza espiritual asseguradas ao reino pelo direito de Padroado. A criação da Sagrada Congregação *‘De Propaganda Fide’* em 1622 pelo Papa Gregório XV visava dotar a Cúria Romana de um dicastério especialmente dedicado a promover e coordenar a expansão da Cristandade pelo mundo. Sua atuação paulatinamente gestou as bases de uma Igreja missionária romana voltada para a catequização dos povos o que, por sua vez, entrou em choque com algumas das faculdades que Portugal defendia pertencer ao seu Padroado régio. Após dezembro de 1640, tais embates se tornaram cada vez mais latentes e Portugal, com o passar dos anos, põe em prática uma cada vez mais consistente política de reação a estas – a seu juízo – ingerências da Santa Sé em seus territórios missionários. Entre as estratégias definidas, ao lado daquelas que objetivavam conter o avanço de vigários e missionários apostólicos nos territórios de suas conquistas, Portugal procurou fortalecer sua própria política missionária ultramarina. Nesse campo, as Juntas de Missões ganharam destaque e se configuraram como os instrumentos mais palpáveis desse projeto. Tendo a primeira delas, a do reino, sido instituída em 1655, e as Juntas de Missões ultramarinas a partir de 1681, esta comunicação constitui-se numa análise que compreende a criação destes organismos dentro de um cenário marcado por novas diretrizes e forças que buscavam coordenar a

política de catequização dos povos. Para tal, utilizaremos documentos provenientes de arquivos e bibliotecas portuguesas e italianas, com especial destaque para alguns fundos da Biblioteca da Ajuda e do *Archivio Storico 'De Propaganda Fide'*.

Palavras-chave: Juntas de Missões; política missionária; direito de Padroado; *Propaganda Fide*.

DINÂMICAS DE PODER NA PRAÇA DE MAZAGÃO NO SÉCULO XVII – IGREJA, INQUISIÇÃO, JESUÍTAS E CAPITANIAS

DANIEL NORTE GIEBELS (CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA – CHSC)
DANIELGIEBELS@GMAIL.COM

No dealbar do século XVII, perseverava, no inóspito território magrebino, as dioceses portuguesas de Tânger e Ceuta, sujeitas ao mesmo prelado desde 1570 e tendo sob sua alçada, mais a Sul, a isolada praça de Mazagão. Ceuta manter-se-ia sob a influência espanhola desde 1645, sendo perdida definitivamente para a Coroa de Espanha em 1668, enquanto Tânger seria entregue aos ingleses protestantes em 1661, ainda que o culto cristão continuasse a ser aí praticado até 1683, ano da entrega da praça aos muçulmanos. Neste agitado período de tempo, Mazagão chegou a ser considerada para acolher a sede episcopal, intenções goradas, em parte, pela recusa papal em reconhecer os bispos indicados pelo monarca português. Por outro lado, a afirmação da Igreja nessa praça, mesmo no contexto da visita episcopal de D. António Ribeiro de 1607-1609, contou, de forma reiterada, com a oposição dos capitães dela, alguns deles acumulando funções de familiares do Santo Ofício. Os jesuítas surgem, em vários momentos, como intermediários desses conflitos ou como resposta às limitações sentidas pelo aparelho eclesiástico no desempenho do seu múnus. Demonstram-nos alguns processos inquisitoriais nos quais os jesuítas colaboraram empenhadamente com o Santo Ofício, ao arrepio das cada vez mais difíceis relações entre os primeiros e o Tribunal da Fé ao longo da centúria de Seiscentos. Esta comunicação, decorrente dos trabalhos desenvolvidos dentro do projeto *ReligionAJE - Religião, administração e justiça eclesiástica no Império Português (1514-1750)*, do CHSC, procurará assim clarificar estas relações, contribuindo para

um melhor entendimento das dinâmicas de poder que animaram o campo religioso das praças norte-africanas durante o século XVII, perspectiva de análise que não tem merecido a merecida atenção nos estudos sobre aquela região. Dá-se assim continuidade a prévio trabalho sobre estas praças, alargando a indagação a outras fontes documentais, tanto inquisitoriais como eclesiásticas e régias.

Palavras-chave: Igreja; Inquisição; Jesuítas; Capitania; Mazagão; Século XVII.

OS DELADORES NO CEARÁ COLONIAL: IGREJA, AGENTES LOCAIS E INQUISIÇÃO NOS SERTÕES (1750-1790)

ADSON RODRIGO SILVA PINHEIRO (DOUTORANDO – UFF/CNPQ)

ADSON.RODRIGO@GMAIL.COM

O presente trabalho tem como objetivo investigar os meios de ação, as experiências e os modos como agentes de instituições locais e a sociedade colaboraram com o Santo Ofício para identificar os crimes da alçada inquisitorial nos anos de 1750 a 1790 no Siará Grande por meio da denúncia. Para além de construir uma narrativa que contemple apenas a história institucional, o trabalho proposto visa aproximar-se das práticas, experiências e sentidos dos agentes históricos que participavam da rede social de denúncias para atuarem na vigilância dos comportamentos sociais e religiosos esperados pela Igreja Católica e traduzidos pelos mecanismos do poder local. A conduta ansiada pela Igreja em relação aos seus devotos ou dos agentes que a servia, muitas vezes, ia de encontro necessidades individuais que muitas vezes poderiam se sobrepor às obrigações que operavam o sistema de denúncia, pois tinham sonhos, interesses e necessidades individuais que muitas vezes poderiam se sobressair às obrigações legais. A partir dela, pretende-se analisar, como fonte central da pesquisa as denúncias, as experiências e relações construídas pelos denunciadores, tanto para se tornar um delator, quanto para legitimar seu depoimento presentes tanto nos cadernos do promotor quanto em processos inquisitoriais da segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave: Ceará Colonial; Inquisição; Igreja Católica; Processos Inquisitoriais.

CONFLITOS DE JURISDIÇÃO E AS MISSÕES INDÍGENAS DO CLERO SECULAR NA DIOCESE DE SÃO PAULO (1770-1790)

MICHELLE CAROLINA DE BRITTO (DOUTORANDA – UFBA/CAPES)

MICHELEDEBRITTO@YAHOO.COM.BR

O governo episcopal do prelado paulista, d. Frei Manoel da Ressureição, procurou construir uma política de conversão e evangelização do gentio para o corpo clerical diocesano em consonância com a legislação indigenista (sobretudo, o Diretório dos Índios) e as prerrogativas do catolicismo ilustrado. O corpus normativo determinava a substituição dos religiosos pelo clero secular na administração espiritual das aldeias e freguesias missionárias por meio da nomeação episcopal de párocos e vigários que exerceriam o ofício paroquial nos antigos territórios jesuíticos da capitania de São Paulo. O provimento das aldeias e freguesias missionárias pelo bispo resultou em conflitos de jurisdição com o governador, d. Luís Antônio Botelho de Sousa Mourão, pelo direito de nomeação dos clérigos que atuariam na cura de almas e inserção dos índios no mundo cristão. Esta comunicação discorrerá sobre a atuação do clero secular na conversão e catequese indígena no bispado de São Paulo, no período de 1770 a 1790, por meio da análise da documentação eclesiástica e da administração civil, assim como os conflitos em torno dos provimentos das aldeias e freguesias missionárias entre o prelado e o governador da capitania num contexto de consolidação e expansão da rede eclesiástica e missionária secular em São Paulo.

Palavras-chave: Missões indígenas; clero secular; provimentos; padroado régio; conflitos; bispado de São Paulo.

.....

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

DINÂMICAS DE ATUAÇÃO EPISCOPAL: ADMINISTRAÇÃO, ESTRUTURAS E AGENTES

BATISMO E CONVERSÃO NA PRELATURA DO ARCEBISPO DE GOA, D. GASPAR DE LEÃO (1560-1567)

JULIANA TORRES RODRIGUES PEREIRA (DOCTORA – UFBA/CNPQ)

JULIANATRP@GMAIL.COM

Esta comunicação tem como objetivo examinar um dos mais emblemáticos episódios da prelatura de D. Gaspar de Leão, arcebispo de Goa em dois períodos – de 1560 a 1567 e, posteriormente, de 1572 a 1576. Responsável pela convocação do primeiro concílio provincial da arquidiocese e, conseqüentemente, pela construção de uma normativa para a cristandade asiática, o arcebispo publicou em Goa três tratados pastorais que permitem uma reflexão sobre as dificuldades encontradas para a conservação e ampliação de seu compósito rebanho. Ainda recém-chegado a Goa, entrou em contenda com os jesuítas após presenciar os batismos em massa realizados pela Companhia, chegando a manifestar seu estranhamento e oposição à coroa e a Roma. Utilizando documentação levantada na Biblioteca da Ajuda (Lisboa) e em coleções como a *Documenta Indica* e a *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, pretende-se explorar as relações entre episcopado e missionação no espaço asiático e suas distintas percepções e ideais acerca do processo de conversão dos não-cristãos.

Palavras-chave: episcopado; Companhia de Jesus; batismo; conversão; arquidiocese de Goa.

O GOVERNO PRELATÍCIO DO ÚLTIMO ADMINISTRADOR ECLESIASTICO DO RIO DE JANEIRO, FRANCISCO DA SILVEIRA DIAS (1671-1681)

EDIANA FERREIRA MENDES (DOCENTE – UFOB)

EDIANAMENDES@GMAIL.COM

A administração eclesiástica do Rio de Janeiro, criada em 19 de julho de 1575, inaugurou um novo tipo de estrutura da Igreja diocesana.

A administração detinha limites territoriais próprios e os administradores ou prelados eram examinados pela Mesa de Consciência e Ordens e nomeados diretamente pelo rei. Eles detinham um poder e uma jurisdição quase episcopal, ou seja, possuíam quase todos os poderes de um bispo, como prover os benefícios paroquiais, realizar visitas pastorais, julgar causas matrimoniais e de impor censuras aos súditos, ficando impedido apenas de ordenar novos sacerdotes. Entre 1575 e 1681, a administração eclesiástica do Rio de Janeiro foi governada por cerca de sete prelados. O último deles, Francisco da Silveira Dias, natural do Rio de Janeiro, chegou ao cargo por caminhos tortuosos, sendo nomeado interinamente após a partida de Manuel de Souza de Almada para o reino. Sem embargo, diversos imprevistos prolongaram o seu governo até ao ano de 1681, ano da posse do segundo bispo do Rio de Janeiro e o primeiro residente, D. José de Barros de Alarcão. Esta comunicação visa, portanto, analisar a trajetória e o governo prelatício de Francisco da Silveira Dias, numa época de transição entre as estruturas da administração eclesiástica e as da diocese. Em paralelo, pretende-se que este estudo de caso sirva para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento da administração eclesiástica e de como os prelados exerceram, na prática, esta jurisdição quase episcopal.

Palavras-chave: administração eclesiástica, Rio de Janeiro, Francisco da Silveira Dias, século XVII.

A JACOBIA ENTRE USOS E SIGNIFICADOS (1720-1774)

BRUNO KAWAI SOUTO MAIOR DE MELO (DOCENTE – UFPE)

BRUNO.KAWAI@YAHOO.COM.BR

Nos últimos anos, a história da Igreja em Portugal na época moderna vem sendo revisitada largamente. Temas clássicos, como o peso disciplinar do Santo Ofício ou os múltiplos organismos que compunham as malhas diocesanas, foram recuperados a partir de novas chaves interpretativas, abrindo caminho para uma pluralidade de trabalhos preocupados em demonstrar a complexidade institucional da Igreja na constituição da monarquia portuguesa. Foram assim desveladas suas redes de hierarquias e os conflitos de suas facções internas, o que colocou em xeque a visão de uma instituição una, privada de dissensões. No rastro desses novos estudos,

dentre os temas privilegiados que passaram a compor com frequência a agenda da historiografia eclesiástica luso-brasileira, podemos destacar os mais recentes olhares lançados sobre o movimento de carácter político-religioso conhecido como Jacobeia, descrita, pela grande maioria dos estudiosos como uma fervorosa corrente reformista que impactou a Igreja Portuguesa a partir da primeira metade do século XVIII. Partindo de tal, apesar de concordarmos com a hipótese de que de fato tenha havido um movimento espiritual real, trataremos de uma Jacobeia inventada, criada dentro de um jogo de intencionalidades marcado por questões de natureza política, que determinaram a escrita da sua história, dominando os rumos dos seus usos e significados. Nesse sentido, procuraremos historicizar a Jacobeia nos termos da expressiva variação de sentidos que a própria ideia de Jacobeia sofreu ao longo do século do XVIII. Para tanto, propomo-nos aqui a repensar o repertório semântico da linguagem política da época, os agentes históricos envolvidos na criação desse repertório, os propósitos que os guiaram, a divulgação do vocabulário criado e a perpetuação dessas narrativas na criação da memória a respeito do movimento e seus participantes. A documentação utilizada para a construção da presente comunicação encontra-se dispersa entre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca do Porto e Arquivo Geral da Universidade de Coimbra.

Palavras-chave: Jacobeia; Beatos; Escrita da história.

A PARÓQUIA EM PORTUGAL E NO BRASIL EM CONTEXTOS DE REFORMA TRIDENTINA

JOÃO NUNES (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

JNUNES@ESEV.IPV.PT

Com esta comunicação pretende-se suscitar uma reflexão sobre a realidade paroquial de Portugal e Brasil de forma conectada, no que concerne às estruturas existentes e sua distribuição pelos territórios diocesanos numa perspectiva institucional. Na impossibilidade de se analisar todas as dioceses, privilegiaram-se duas que têm sido objeto de estudos aprofundados, no caso do Brasil a diocese da Bahia e no caso de Portugal a diocese de Viseu. As paróquias

foram constituídas a partir dos modelos existentes no universo católico. Todavia, quando se analisam certos aspetos das realidades diocesanas no plano paroquial, através da observação comparativa, verificam-se particularidades que não podem deixar de ser evidenciadas que se prendem com a distribuição geográfica das paróquias, nomeação dos párocos, direitos de padroado e oragos. O estudo das particularidades permite reequacionar ideias generalizadas a respeito das dioceses, a exemplo da ideia de que no Brasil as paróquias eram freguesias de grandes dimensões por comparação com a realidade portuguesa. Por outro lado, permite evidenciar implicações de vária ordem e também naturalmente implicações que se prendem com a execução da reforma católica; assim se explica, por exemplo, os avanços e recuos e as várias velocidades da aplicação dos decretos tridentinos que variavam de região para região no seio de determinada diocese não obstante o zelo das autoridades episcopais. Ou seja, questionar a ideia de que o processo de reforma foi mais lento no Brasil. No que concerne às fontes, foram utilizadas visitas ad limina, bem como censos diocesanos caso por exemplo no que concerne à diocese da Bahia da lista de freguesias da diocese datada de 1792. As memórias paroquiais de 1758 para Portugal e as informações dos párocos da Bahia datadas de meados do século XVIII também foram utilizadas, pois contêm preciosos informes acerca da organização institucional das paróquias e da realidade dos fiéis.

Palavras-chave: diocese; rede paroquial; párocos; reforma tridentina.

“REGRAR A CLEREZIA”. AS INICIATIVAS DO EPISCOPADO NA DIOCESE DE CABO VERDE (1675-1705)

JAIRZINHO LOPES PEREIRA (KU LEUVEN – BÉLGICA)

JAIR.LOPESPEREIRA@KULEUVEN.BE

MATILDE MENDONÇA DOS SANTOS (ESCOLA

SECUNDÁRIA PEDRO GOMES – CABO VERDE)

MATILDEM.SANTOS@HOTMAIL.COM

Um dos maiores problemas que a Igreja Católica teve de enfrentar no império ultramarino português foi o comportamento irregular dos clérigos. Neste âmbito, a partir do século XVI, particularmente após o Concílio de Trento (1545-1563), intentou-se mudar a imagem

do clero, através da aposta na sua preparação religiosa e intelectual e na melhoria do seu comportamento ético e moral. No que respeita à diocese de Cabo Verde (que detinha jurisdição também sobre a região da Guiné na costa ocidental africana), os bispos empreenderam uma série de iniciativas com vista a reger a clerezia, cujos comportamentos eram muitas vezes bastante distantes da ética e da moralidade ambicionada pela Igreja. Este estudo pretende mostrar que o poder episcopal de Cabo Verde (com especial destaque para a atuação de D. Frei António de S. Dionísio e D. Frei Vitoriano Portuense) procurou regular a conduta do clero, apesar da dificuldade em erradicar hábitos ancestralmente enraizados. A partir de um espólio documental variado e disperso (custodiado no Arquivo Histórico Ultramarino), nomeadamente as consultas do Conselho Ultramarino e consultas Mistas, pretende-se demonstrar que a prática religiosa dos párocos e o seu comportamento moral mereceram uma atenção particular do episcopado.

Palavras-chave: Diocese de Cabo Verde; Bispos; Disciplina do Clero; Império Português.

DO PARNAÍBA AO CANINDÉ, ALCANÇANDO IBIAPABA: O CLERO PERNAMBUCANO NO PIAUÍ E A ANEXAÇÃO AO BISPADO DO MARANHÃO NOS SÉCULOS XVII/XVIII

PEDRINA NUNES ARAÚJO (MESTRE/DOCENTE – UESPI)

PEDRINANUNES@GMAIL.COM

A inserção das ações do clero secular no Piauí teve início através da penetração de um padre visitador da prelazia de Pernambuco em 1697. A fundação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória foi a materialização desse poder espiritual e contou com a força comunitária dos moradores em proveito da construção da igreja, da paramentação, ornamentação e manutenção do amparo ao cura. A criação da primeira paróquia e as investidas do estado do Maranhão e dos interesses do Brasil em terras piauienses compõem um cenário de disputa territorial em que as ações episcopais estão atadas a esses objetivos. À medida em que a cidade de São Luís ingressava no território em busca de expansão e novos caminhos rumo ao Estado do Brasil, sertanistas baianos já tinham conseguido fincar seu aparelhamento colonial no Piauí, abrindo também precedentes ao bispado

pernambucano para a implantação das primeiras obras eclesiásticas de caráter secular nos sertões de Rodelas. Este trabalho busca discutir as intervenções do bispo de Pernambuco em defesa das obras realizadas em Moçha frente às borrascas com os sertaniistas da Casa da Torre e a cessão desse território à prelazia maranhense. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino — AHU, Arquivo do Maranhão — APEM e dos compilados de Pereira da Costa incorporam o acervo documental desta pesquisa.

Palavras-chave: Território, bispados, Conflitos de jurisdição.

UM JUÍZO ECLESIASTICO NA DIOCESE DE PERNAMBUCO: O FUNCIONAMENTO DO AUDITÓRIO E CÂMARA ECLESIASTICA DA COMARCA DA MANGA E MINAS DO PARACATU NO SÉCULO XVIII

GUSTAVO AUGUSTO MENDONÇA DOS SANTOS (DOUTOR – UFPE)
GUSTAVO.AMS@HOTMAIL.COM

O presente artigo aborda o funcionamento da justiça eclesiástica na diocese de Pernambuco no século XVIII e analisa de forma pormenorizada o caso do auditório e câmara eclesiástica do Paracatu no mesmo período. Por meio da análise do caso da Comarca da Manga e Minas do Paracatu pretendemos observar como funcionava um juízo eclesiástico em Pernambuco no século XVIII, quais eram os oficiais que compunham um auditório eclesiástico e câmara eclesiástica, qual era a hierarquia da justiça eclesiástica na diocese e como o bispo e os oficiais da justiça eclesiástica atuavam na colônia para difundir a vigilância sobre os fiéis católicos e seus comportamentos. Para isso utilizaremos como fonte principal a documentação do fundo Tribunal Eclesiástico presente no Arquivo Público Municipal Olímpio Michael Gonzaga (Paracatu-MG), documentação recentemente catalogada e pouco estudada, além disso, utilizaremos

a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sendo neste caso sobretudo os arquivos referentes à Inquisição de Lisboa no qual estão presentes vários casos oriundos da diocese de Olinda. Assim, nosso estudo visa preencher um vácuo na historiografia sobre a justiça eclesiástica analisando o funcionamento dela no bispado de Pernambuco e ao mesmo tempo atende às demandas do nosso grupo de pesquisa, *religionAJE*, ao avaliar a ação dos bispos e clero secular na difusão da vigilância sobre o catolicismo no Brasil Colonial

Palavras-chave: Juízo Eclesiástico; Pernambuco; Paracatu; Século XVIII.

.....

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

**GOVERNO ECLESIAÍSTICO E ALTERIDADE
SOCIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS**

**A ORDENAÇÃO DE DOMINGOS GONÇALVES LAMAS ENTRE
O BRASIL E ANGOLA: PERCALÇOS DA FORMAÇÃO DE UM
CLERO NATIVO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS – SÉCULO XVIII**

ANDERSON JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA (DOCENTE – UNIRIO/CNPQ)

ANDERSONOLIVEIRA.17@HOTMAIL.COM

A comunicação tem como questão discutir as diferentes estratégias de classificação das populações no Império português, procurando compreender como tais estratégias inserem-se no processo de construção de hierarquias sociais. Procurar-se-á da mesma forma compreender como a questão anteriormente afirmada relaciona-se com a expansão do processo de disciplinarização da fé, conduzido pela Igreja, mediante a constituição de um clero nativo nas áreas de conquista. Para tanto, parto da história de Domingos Gonçalves Lamas que, em princípio da década de 1740, atravessou o Atlântico para ordenar-se clérigo secular no Bispado de Angola. Domingos nascera nas Minas Gerais e era filho natural do português Antônio Rodrigues Campos e da preta forra de Angola Joana Maria. Considerando a conjuntura específica do governo do bispado do Rio de Janeiro sob o múnus episcopal de

D. Frei João da Cruz e o fato de Domingos ser sufragâneo deste bispo, já que o bispado de Mariana só seria instituído em 1745, procurarei propor algumas explicações para os possíveis motivos de sua opção por buscar as ordens sacras em Angola, bem como para as diferenças que se configuravam nas exigências em relação à ordenação de descendentes de africanos nas duas margens do Atlântico português. As fontes privilegiadas serão as habilitações sacerdotais, notadamente a de Domingos Gonçalves Lamas, alguns documentos inseridos na Monumenta Missionária Africana e as cartas e ofícios dos bispos de Angola, Rio de Janeiro e Mariana. Esta comunicação insere-se na reflexão que venho realizando há alguns anos sobre a constituição de um clero de origem escrava e africana na América portuguesa.

Palavras-chave: clero nativo; catolicismo; escravidão; classificação social; hierarquias.

IGREJA E JUSTIÇA. ÍNDIOS, PRETOS E MESTIÇOS PERANTE OS PODERES EPISCOPAIS NO MARANHÃO SETECENTISTA

POLLYANA GOUVEA MENDONÇA MUNIZ (DOCENTE – UFMA/FAPEMA)

POLLYANNAGM@YAHOO.COM.BR

Os homens e mulheres batizados faziam parte da comunidade leiga da Igreja e, na eventualidade de cometerem determinados delitos, poderiam estar sujeitos à jurisdição episcopal. Na sociedade colonial, índios, mestiços, cafuzos, mamelucos, pretos e pardos estavam, como todos os leigos cristãos, sujeitos à jurisdição dos bispos. O objetivo deste artigo é investigar a atuação dos bispos do Maranhão sobre as populações que não tinham a pele branca e cujos membros eram referidos sob várias categorizações étnicas e jurídicas neste espaço da Amazônia portuguesa durante o XVIII. Utilizar-se-á documentação da Câmara Eclesiástica e do Auditório Eclesiástico com o intuito de analisar se houve adaptabilidades na norma processual, quais os delitos cometidos pelos nativos e pelos mestiços que caíram na alçada do tribunal e quais as punições que lhes foram aplicadas na tentativa de disciplinamento que se projetou sobre os povos cristianizados na colônia.

Palavras-chave: Justiça Eclesiástica; índios; mestiços; Maranhão; Amazônia.

O INGRESSO DE ÍNDIOS E DE MULATOS NA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ (1759-C. 1767)

WILLIAM DE SOUZA MARTINS (DOCENTE – UFRJ)

WILLIAMSMARTINS@UOL.COM.BR

Em primeiro lugar, a comunicação pretende discutir a entrada de fiéis católicos, descendentes de povos indígenas que habitavam a região amazônica, na Ordem Terceira de São Francisco. Segundo as crônicas da associação fundada na cidade de Belém do Pará, em princípios do século XVIII a Ordem praticava uma política restritiva de aceitação de fiéis nativos. Após a recepção em Portugal da Bula de 20 de dezembro de 1741, em que o papa Benedito XIV determinou a liberdade “de pessoas, bens e comércio dos índios do Pará e Maranhão”; e, principalmente, depois das leis de 4 de abril, de 6 de junho, de 7 de junho de 1755 e do famoso Diretório dos índios, aprovado em 17 de agosto de 1758, constituiu-se um ambiente legal propício ao ingresso mais amplo de descendentes de populações indígenas na Ordem. Não obstante, as fontes do Arquivo Histórico Ultramarino mostram sinais de resistência ao cumprimento da legislação josefina, por parte dos frades capuchos da província de Santo Antônio de Portugal. Para tanto, serão examinados os conflitos relativos a tal acusação, nos quais há a interferência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, ex-governador do Pará e irmão do poderoso Conde de Oeiras. Ainda na década de 1760, o ingresso de irmãos que descendiam de nativos pareceu abrir caminho a solicitações de grupos sociais que, considerados de “sangue impuro”, eram tradicionalmente excluídos do ingresso nas ordens terceiras e em outras instituições eclesiais de caráter exclusivista. Em 1773, no final do gabinete pombalino, a legislação que determinou a revogação dos estatutos de pureza de sangue veio consolidar tal política.

Palavras-chave: ordens terceiras; Diretório dos índios; pureza de sangue.

A CONVERSÃO DOS HOMENS DE COR COMO PROJETO: A CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIOS DE DISCIPLINAMENTO SOCIAL VOLTADOS À POPULAÇÃO ESCRAVIZADA NO SÉCULO XVIII

DIMAS CATAI SANTOS JUNIOR (DOUTORANDO - UNIRIO / DOCENTE - IFBAIANO)

Ao longo do século XVIII o crescimento constante da população escravizada e o seu processo de inserção no mundo católico através do batismo, conversão e apreensão da fé tornou-se um problema cada vez mais aparente para a Igreja. Se as demandas econômicas exigiam dos navios negreiros quantitativos maiores de população escravizada para Brasil, é importante lembrar que os seres humanos traficados traziam consigo um conjunto de experiências religiosas e de sociabilizações que escapavam da lógica católica e ao tipo de papel social designado a eles neste Novo Mundo. Era necessário para formação do bom súdito, do bom escravizado e para salvação da alma uma inserção eficiente no mundo católico que construísse um sujeito capaz de incorporar a moral de uma nova fé e que aceitasse com resignação o seu lugar numa sociedade barroca e bem hierarquizada como a de Antigo Regime. Para atender com todas essas demandas lançaram mão de ações que variavam desde o incentivo para formação de irmandades religiosas e a divulgação de cultos a alguns santos específicos e das suas hagiografias – próximas ao que se esperava destas comunidades pretas – até mesmo o emprego de instrumentos mais duros como a dissolução de comunidades de práticas religiosas africanas, prisões, castigos físicos e processos movidos pelo Santo Ofício, Tribunal Eclesiástico ou as instâncias jurídicas e administrativas pertencentes diretamente a Coroa. Por conta destas questões teremos como palco deste trabalho os anos entre 1730 e 1770 na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Essas praças concentravam quantitativo importante de mão de obra escravizada e uma estrutura eclesiástica e Inquisitorial mais sólida. Buscaremos falar um pouco sobre os instrumentos de disciplinamento desenvolvidos pela Igreja e o Estado para os povos pretos na colônia e como eles circulavam entre a conversão e a repressão. Para tanto, empregaremos documentação de natureza inquisitorial, eclesiástica e relatos de viagem.

Palavras-chave: Catolicismo; Práticas Religiosas; Igreja; Santo Ofício.

EM TORNO DO CLERO NATIVO: MAPEANDO AS CONTROVÉRSIAS ENTRE OS JESUÍTAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

NATÁLIA DE ALMEIDA OLIVEIRA (DOUTORANDA – UNIRIO/CAPES)
NATÁLIA_HIST@YAHOO.COM.BR

Segundo a historiadora Charlotte de Castelnau-L'Estoile ao mesclarmos duas dimensões - a individual e a coletiva - conseguimos compreender histórias individuais, ao mesmo tempo que reconstruímos as histórias coletivas. E seguindo este pressuposto buscamos apresentar algumas especificidades dos filhos de Loyola no que tange a formação e aceitação de um clero nativo. Ao realizarmos a reconstrução da trajetória do padre Jorge Benci, podemos reconstruir conflitos que ocorreram no seio da Ordem, analisando as redes internas presentes entre os Inacianos e seus diferentes projetos missionários. Nossa hipótese inicial baseia-se na querela relativa à formação e utilização de um clero nativo. Percebemos que parte da Companhia apoia essa ideia, estando essa parte dos filhos de Loyola ligados diretamente com uma versão mais romana de missão, seguindo os pressupostos da Propaganda Fide. Já uma outra parte dos inacianos não apoiam essa formação em utilização de um clero nativo, os motivos ainda não são claros, mas pensamos que a ligação com o Padroado Português possa ser um fator de importância. Entretanto, sabemos que não podemos ser dicotômicos, ou criar categorias enclausuradas para pensarmos os inacianos, por isso aqui apresentamos as considerações iniciais dessa pesquisa em desenvolvimento, na qual desejamos apresentar esse conflito interno da Companhia, e como pretendemos entender melhor quem são esses homens, e como que eles chegaram à posição de ser a favor ou contra a utilização de um clero nativo. Com este propósito, apresentaremos ainda que de forma inicial, o mapeamento realizado a partir dos Catálogos Breves e Trienais da Companhia relativos à América Portuguesa

(Fundo ARSI), enfocando os colégios de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, entre os anos de 1622 e 1751. Para essa análise criamos um banco de dados cujo objetivo inicial é inventariar as origens dos padres que estavam no Brasil neste período de forma a que este índice possa guiar a possibilidade de relacionar tais origens com os centros de formação desses religiosos e assim melhor compreender suas linhas de atuação missionária e como a questão do clero nativo nelas se insere.

Palavras-Chave: Missão; Companhia de Jesus; Clero nativo; Conflitos.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

A RELIGIÃO PRESCRITA, A VIVÊNCIA RELIGIOSA E OS DESVIOS

AS DISPOSIÇÕES PIAS E O BEM MORRER NA AMÉRICA PORTUGUESA (CACHOEIRA, SÉC. XVIII)

TÂNIA MARIA PINTO DE SANTANA (DOUTORA – UFRB)
 TMP SANTANA@GMAIL.COM

O objetivo desta comunicação é analisar as disposições pias dos moradores da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e dos seus termos. As fontes sobre as quais nos debruçamos foram os seus testamentos, num total de 110, redigidos ao longo do século XVIII. Busca-se, através desta análise, compreender as práticas de bem morrer observadas nos testamentos – especificamente os legados pios (pedidos de mortalhas, procissões, missas fúnebres, sepulturas e sufrágios). Investigamos o registro das suas últimas vontades, relativas à salvação de suas almas e à abreviação do tempo de purgação delas no Purgatório. Através da análise dos legados pios, solicitados pelos moradores da vila e dos seus termos,

também pretendemos analisar o papel desempenhado pela comunidade paroquial no processo de disciplinamento religioso destas comunidades, bem como das negociações e resistências nelas verificadas, tendo em vista que é no espaço das igrejas matrizes e das capelas filiais que tais legados pios são realizados. Esta análise foi desenvolvida numa perspectiva comparativa. Os dados levantados nos testamentos analisados nesta pesquisa foram comparados com os identificados em pesquisas desenvolvidas para outras regiões do mundo português moderno, para o mesmo período - Lisboa, Braga, Ilha de Açores, Salvador, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Palavras-chave: Testamento; Legados pios; Morte; Catolicismo.

**“MAIS BARATO É FAZER O QUE LHE PEÇO QUE EXPERIMENTAR O RIGOR DA INQUISIÇÃO”:
RELAÇÕES FAMILIARES E A PRÁTICA DA
BIGAMIA NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS**

EMILY DE JESUS MACHADO (DOUTORANDA – UFBA)

EMILY.JMACHADO@GMAIL.COM

Numa missiva, escrita por volta de maio de 1661, Maria da Fonseca – uma mulher lisboeta, pertencente as camadas populares – declarava ao seu marido: “[...] o senhor, sendo casado comigo, me fez morta para se casar com outra [...] Mas se lembrará vossa mercê de mim com mandar com que me sustente [...] E não tratando vossa mercê do que lhe digo, o farei eu minha justiça, e advirto-lhe que mais barato lhe há de ser o fazer o que lhe peço que experimentar o rigor da Santa Inquisição.” A carta era dirigida a Pascoal Coutinho, que após quatro anos de casamento com Maria, deixou-a na América portuguesa - onde haviam residido por um tempo - e voltou a Lisboa sozinho. Lá, incorreu em bigamia ao casar-se ilicitamente com Domingas da Silva. A ameaça presente na missiva de Maria não era infundada. O ato de casar-se segunda vez, de acordo com o modelo tridentino para o matrimônio, sem que o primeiro enlace

tivesse sido rompido através da anulação do matrimônio ou morte do primeiro cônjuge era delito sério, que recaía sob a jurisdição da Inquisição portuguesa. A carta de Maria, por fim, tornou-se prova integrante do processo aberto contra seu marido. Nesta comunicação analisaremos, através do processo de Pascoal, de que modos o delito de bigamia refletia as motivações e vantagens pessoais daqueles que o praticavam, como também nos oferece vestígios acerca de mais uma possibilidade de dinâmica familiar existente no Atlântico português. Destacaremos ainda como a contradição que a bigamia significava, ao desrespeitar um sacramento com a intenção de outra vez contraí-lo, pode ser mais efetivamente explicada quando analisada dentro de um processo maior de disciplinamento social imposto pela Igreja. Pensar esse processo de disciplinamento como elemento definidor no que se refere ao crime/pecado dos bigamos nos permitirá explorar este tema em conexão com as questões relativas aos modos de atuação da Igreja no período, além de compreender tal comportamento como elemento atinente à movimentação Atlântica de sujeitos e de valores sociais e religiosos.

Palavras-chave: Bigamia; Inquisição; Atlântico português; Disciplinamento social.

SOLICITAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO NOS CADERNOS DO PROMOTOR: INQUISIÇÃO DE LISBOA

JOSEANE PEREIRA DE SOUZA (MESTRA – UFBA)

JOSI.ANESOUZA@HOTMAIL.COM

Neste trabalho analisamos a moral clerical nas Atas do Concílio de Trento, e o crime de solicitação através das denúncias de solicitação nos Cadernos do Promotor. A *Solicitatio ad turpia in actio confessionis*, delito associado ao ofício eclesiástico, pode ser literalmente traduzida como “Solicitação para atos torpes no momento da confissão” era vista como uma atitude transgressora que ocorria

quando confessores aliciavam penitentes durante a realização da confissão sacramental. Constituíam-se como uma ofensa ao sacramento da penitência. A Igreja pós-tridentina exigia dos sacerdotes uma postura moral referente à continência sexual, como condição para obter o mérito de representá-la e administrar sacramentos, pois a propagação da “imoralidade” clerical no confessionário poderia incitar o descrédito dos fiéis em relação à sacralidade da confissão. O momento destinado ao perdão e à condução para o caminho da salvação, em que o confessor seria o intermediário entre os fiéis e o pai celestial transformava-se em momento de lubricidade. O Tribunal da Inquisição, enquanto instituição vigente e detentora de poder, que atendeu aos interesses da monarquia e da Igreja na sociedade portuguesa e suas colônias entre os séculos XVI e XIX, foi constituído e atuou também por meio de dispositivos de gênero, entre outros marcadores sociais. Assim, esse tribunal criou normas regimentais, idealizando os sujeitos e determinando os modos de agir em sociedade, principalmente no que se refere às religiosidades, às sexualidades, às sociabilidades e à organização familiar. Nas resoluções conciliares de Trento sobre a moral clerical, verificou-se que o gênero atuou no sentido de estabelecer uma diferenciação categórica entre os homens integrantes do clero e os leigos determinando uma masculinidade clerical. Ao analisar a solicitação sobre esse viés foi possível pensar sobre os modos como os perfis de masculino e feminino foram representados e se fizeram presentes nas relações sociais; e, ainda, como elas visaram atender aos interesses institucionais de acordo com as configurações de poder e correlações de forças vigentes. Do mesmo modo, foi possível analisar as rupturas e conflitos sociais, isto é, a maneira como alguns sujeitos burlam as normas impostas, desorganizando a ordem posta e imposta.

Palavras-chave: Solicitação; Gênero; Inquisição.

BISPOS SOB ESTRESSE: AGENTES, AMBIENTE SOCIAL E PRÁTICAS SACRAMENTAIS DURANTE A TRAVESSIA ATLÂNTICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

PAOLA NESTOLA (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

NESTOLAP@GMAIL.COM

A proposta visa apresentar uma análise focada nas viagens de 4 bispos nomeados para as dioceses de Olinda (1739), Cabo Verde (1741),

Rio de Janeiro (1747), Belém do Pará (1749). Ao mesmo tempo aprofundar-se-ão as condições sociais, práticas sacramentais e religiosas protagonizadas pelos bispos do império ou seus colaboradores e celebradas durante as travessias atlânticas. Estes ritos eram consumados em condições de emergência, em condições logísticas diferentes com respeito a quanto acontecia durante as cerimônias organizadas numa igreja. Tais relatos são conhecidos, sendo que foram utilizados pela historiografia no contexto analítico das cerimônias episcopais da solene entrada diocesana. Este gênero de impressos, contudo, será colacionado com outra documentação manuscrita, como os *diários da viagem*, que complementam muitos aspectos, como a assistência espiritual ou moral administrada. Este conjunto documental revela muito mais do profundo drama da tragédia marítima ou da simples euforia do itinerário oceânico até ao território de jurisdição. Coevas ao renovado fervor editorial da tratadística litúrgica pós-tridentina, bem como aos impressos colacionados por B. Gomes de Brito na primeira metade do século XVIII, as narrativas episcopais apresentam detalhes das crenças, anseios, medos enfrentados pela tripulação bem como pelos agentes eclesiais. Aliás os itinerários oceânicos apresentam elementos de distinção com respeito às jornadas dos prelados nomeados para as circunscrições do reino. Não é por acaso que alguns bispos recusaram a nomeação régia para os longínquos espaços do império por medo de enfrentar uma viagem incerta e em condições de pressão psicofisiológica. Os exemplos atlânticos escolhidos constituem uma amostra dos desafios ultrapassados por estes bispos itinerantes. As excepcionais condições de estresse por eles enfrentadas não apresentam rupturas com respeito a quanto acontecia aos congêneres antístitos indigitados nos séculos XVI-XVII. Antes são fatores de permanência controlados através específicas estratégias. O congresso constitui uma boa oportunidade para (re)considerar esta documentação, os seus protagonistas, os sucessos e os fracassos que enfrentaram, os desafios que seguiram no processo de disciplinamento, na expansão da fé e do catolicismo no império português.

Palavras-chave: Bispos do império; travessia atlântica; práticas sacramentais; pressão psicofisiológicas; disciplinamento.

CONCUBINATO E O GRAVÍSSIMO CRIME DE ADULTÉRIO SEGUNDO AS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

RAYLANE RAMOS / RAMOSRAYLANE@GMAIL.COM / MESTRANDA – UFMA

O sagrado matrimônio fazia parte do projeto adestrador de corpos e costumes promovido pela Igreja Católica de acordo as resoluções tridentinas, as avessas do matrimônio existia o concubinato, uma prática comum no período colonial que ia de encontro ao projeto normatizador da Igreja Católica. Considerado um pecado crime pela mesma era abordado nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, onde era descrito e tinha suas penas estabelecidas. Um tipo de relacionamento muito presente na sociedade colonial, principalmente nas classes subalternas, assumia várias configurações, e em uma delas, quando uma das partes envolvidas fosse casada, também assumia a forma de adultério o que se tornava um agravante. O adultério era visto como um crime gravíssimo por macular o sagrado matrimônio, logo, ao se entrelaçarem as duas práticas causavam escândalo exigindo um tratamento rigoroso a fim de inibir tal comportamento. No presente trabalho buscamos conhecer através da bibliografia especializada como se davam tais relações a fim de compreender de que forma eram tratadas pela Igreja Católica nas terras colônia assim como o papel das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia no julgamento desses crimes.

Palavras-chave: Concubinato; Adultério; Brasil colônia; Igreja Católica.

“ARDENDO EM VÍCIOS”: PECADOS, DISCURSOS MORAIS E SOCIEDADE DA BAHIA DO SÉCULO XVIII

IGOR BARBOSA REIS / IGOR.BARBOSA.REIS@HOTMAIL.COM / MESTRANDO – UFBA

A comunicação pretende descrever e analisar as condutas e os discursos morais na Bahia setecentista, articulados entre si, mas também com um processo de disciplinamento social de orientação pós-tridentina conduzido pela Igreja. Os objetivos envolvem: a percepção de modelos viciosos condenados e modelos de virtude exaltados pelos agentes de disciplinamento; a investigação de casos

de condutas desviantes, identificando os seus autores e as reações que suscitavam nos âmbitos eclesiástico e civil; e a identificação da relação entre condutas indesejadas e grupos sociais específicos, com fundamento no próprio processo de disciplinamento. Para tal intento, serão examinados dois corpos documentais: os sermões, produzidos na e sobre a Bahia setecentista, que versam sobre acontecimentos relacionados à sua cristandade, notadamente um escrito pelo Fr. Feliciano de Mello sobre o roubo da âmbula de ouro na Sé (1730) e outro escrito pelo Fr. Manoel Ângelo de Almeida sobre a seca na capitania em 1735 (1736); e as correspondências administrativas trocadas entre os governadores-gerais – Vasco Fernandes César de Meneses, o Conde de Sabugosa e o seu sucessor, André de Melo Castro, o conde das Galveias – e o Conselho Ultramarino acerca dos acontecimentos referidos nos sermões, datadas de 1729 e 1735, respectivamente. Apesar da existência de estudos sobre desvios sexuais e religiosos na Bahia setecentista e sobre a religiosidade e a sexualidade para toda a América Portuguesa com os quais se pretende dialogar, os discursos e as condutas morais, pensados a partir dos sermões e das correspondências, necessitam de reflexão específica porque apresentam uma relação complexa na Bahia do século XVIII, rica, politicamente importante na administração colonial e projetada como metrópole religiosa no seio do Império Português.

Palavras-chave: Condutas Morais; Discursos; Disciplinamento social.

VIGIAR NO BISPADO DO MARANHÃO: INQUISIÇÃO E DEVASSAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

RAFAEL DE LIMA RIBEIRO /

RAFAEL_RECIFE77@HOTMAIL.COM / MESTRANDO – UFAM

A comunicação propõe discutir a partir das visitas pastorais e dos Termos de Culpa como mecanismos de

vigilância e controle social em espacialidades correspondentes ao Bispado do Maranhão no século XVIII. Por meio das denúncias, dos delitos, dos denunciados e das testemunhas demonstramos as normativas utilizadas para comprovação desse instrumento de inspeção oficial ocorrida na região. A comunicação – de natureza teórico-documental – tem por objetivo desvelar perfil econômico, social e étnico, pelas devassas de visita. Sendo assim, os objetivos específicos são: 1) contextualizar as normativas para realização das devassas no Maranhão colonial; 2) apresentar os perfis das testemunhas e dos denunciados nas devassas; 3) discutir os registros contidos nos termos de culpa e termos de conclusão das devassas. Sendo assim, os resultados evidenciaram que as visitas pastorais e o Tribunal do Santo Ofício foram mecanismos de vigilância, disciplina e controle social exercido pela Igreja através dos agentes inquisitoriais e diocesanos no Bispado do Maranhão, na primeira metade do século XVIII. Analisar a ação do Tribunal do Santo Ofício na América Portuguesa vem contribuindo para a historiografia brasileira em múltiplos aspectos, tais como o cultural, social, privado, religioso, entre outros. Essas investigações nos permitem perceber os mecanismos utilizados pelo Santo Ofício através da documentação inquisitorial na perseguição e investigação dos acusados de “desvios de conduta”.

Palavras-chave: Devassas de visitas; Mecanismos; Vigilância; Controle social; Maranhão Colonial.

16. ARTÍFICES DO ILÍCITO: A CORRUPÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL E POLÍTICA NO ANTIGO REGIME

COORDENADO POR:

MARCOS AURÉLIO DE PAULA PEREIRA (UNB)

MARCOSPEREIRA@UNB.BR

ADRIANA ROMEIRO (UFMG)

ADRIANA.ROMEIRO@UOL.COM.BR

Ao longo da Época Moderna, as monarquias ibéricas e seus domínios ultramarinos configuraram espaços de um variado repertório de práticas políticas e administrativas orientadas para o governo dos povos. Muitas dessas práticas, porém, permitiram que os detentores do poder e as elites locais atuassem contra o bem comum, corrompendo, dessa forma, o corpo da república. Lançando mão de expedientes como arranjos, acordos, fraude e troca de favores, esses sujeitos históricos assentaram o ilícito como prática social comum, bastante disseminada tanto na sede das monarquias, quanto no além-mar. Tal conjunto de práticas compunha boa parte das identidades nas sociedades de Antigo Regime, indo muito além dos pressupostos legais, jurídicos e contratualistas normalmente analisados pelos estudiosos desse período histórico. Se os escritos jurídicos e político-morais condenavam as ilicitudes que, de alguma forma, contaminavam o exercício do poder, na prática, porém, gozavam de grande tolerância, sendo muitas vezes constitutivas do funcionamento das instituições, como revela, por exemplo, o estudo clássico de Michel Bertrand. Os desafios inerentes à árdua tarefa de colonização dos domínios do Novo Mundo segundo os modelos ibéricos, resultaram no surgimento de arranjos plurais e multifacetados, que, ajustados à realidade colonial, punham em xeque alguns preceitos normativos da cultura política tradicional, a exemplo da preeminência do bem comum sobre o bem particular. Nessas sociedades, a corrupção aparece como fenômeno inerente à lógica

social, difundida em todos os seus níveis, ultrapassando o âmbito das estruturas administrativas para se infiltrar na tessitura das relações sociais. Com efeito, os estudos historiográficos recentes vêm mostrando, a partir de um amplo corpo documental, a corrupção como prática social enraizada na Época Moderna, destacando não só a ocorrência do conceito no imaginário político da época, mas também os esforços para a erradicação das ilicitudes que comprometiam o funcionamento da monarquia e de seus agentes nos exercícios de seus cargos e postos. A historiografia sobre a corrupção na Época Moderna - nos espaços europeus e ultramarinos - comporta, assim, três campos de investigação articulados entre si: o dos discursos sobre a corrupção, presentes nas fontes de natureza jurídico-político-moral; o das práticas ilícitas, como fraude, contrabando, roubo da Fazenda Real, favorecimento de parentes e criados, entre outros; e, por fim, o campo dos mecanismos criados com o objetivo de se combater os abusos. Para esse simpósio serão aceitos trabalhos que dialoguem, direta ou indiretamente, com esses três grandes eixos de pesquisa, tendo como recorte espacial os Impérios modernos dos séculos XVI ao XIX.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

ESCRavidÃO NA CORTE DO “PRÍNCIPE HUMANISTA”: JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU E O CONTRABANDO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS

CAROLINA MONTEIRO (DOUTORANDA – ARQUEOLOGIA UNIV. LEIDEN)
C.MONTEIRO@ARCH.LEIDENUNIV.NL

De 1630 a 1654, a Companhia das Índias Ocidentais dos Países Baixos estabeleceu o controle de parte do norte e nordeste do Brasil a fim de se beneficiar do lucro gerado pelo cultivo e produção de açúcar local, até então sob domínio ibérico. Assim como implementado anteriormente pela colonização portuguesa da região, o Brasil holandês – designação comum ao território ocupado – manteve a estrutura laboral da colônia baseada no uso de mão de obra escravizada de origem africana de diferentes localidades. O então

conde, e futuro príncipe, João Maurício de Nassau (1604-1679) serviu enquanto governador geral da colônia neerlandesa por sete anos (1637-1644), sendo este, invariavelmente, o período histórico mais estudado da existência da ocupação no Brasil. No entanto, a pesquisa acerca da escravidão no Brasil holandês e do papel de Nassau em relação à escravização e ao tráfico de pessoas de origem africana para o Brasil é ainda escassa. “Atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão”, capítulo da obra seminal de José Antônio Gonsalves de Mello de 1947 é, ainda hoje, a produção mais extensa já publicada sobre o tema da escravidão no Brasil holandês tendo como base fontes primárias do período. Uma pesquisa mais atenta aos documentos preservados nos arquivos holandeses nos mostra, no entanto, que não só podemos encontrar material suficiente para entender melhor a postura política e jurídica da Companhia em relação à escravidão transatlântica, como também apontam o envolvimento pessoal de Nassau no contrabando e venda de africanos escravizados para enriquecimento ilícito enquanto governador do Brasil holandês. Esta comunicação visa, portanto, apresentar parte desta pesquisa baseada em documentos do século XVII em arquivos holandeses para o público brasileiro, argumentando que é infactível entendermos as relações sociais no Brasil holandês sem levarmos em consideração a estrutura política e os mecanismos de corrupção que a acompanharam.

Palavras-chave: Escravidão; Brasil Holandês; João Maurício de Nassau; Contrabando; Tráfico Negreiro.

A COMPRA DE CARDEAIS: DIPLOMACIA E EMBAIXADAS EM ROMA DURANTE A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

LUCIANO CESAR DA COSTA (DOUTOR – UFF)

LUCIANOCESAR_3@HOTMAIL.COM

A presente comunicação versa sobre a atuação política dos embaixadores portugueses em Roma, em especial, durante os conclaves para a eleição de um novo Papa durante a Restauração Portuguesa. Em 1640, o Duque de Bragança, D. João, foi aclamado rei de Portugal, rompendo os sessenta anos de União das Coroas. Mas entre a aclamação e confirmação desse cenário, era necessário um grande

esforço diplomático para que o reino fosse reconhecido como autônomo por outras partes da Europa, entre elas a Santa Sé, em Roma. Assim, os embaixadores lusos passariam por diversos momentos de dificuldade, inclusive nos períodos de *Sede de Vacante*, nos quais se escolhia um novo papa, o que condicionava os embaixadores a mergulharem nos meandros políticos da Sé e, com isso, de toda a Europa Católica. Como sabemos, os cardeais do Sacro Colégio possuíam direito a voto no conclave. Porém, para além de homens da Igreja, esses cardeais também poderiam ser influenciados por questões mais temporais, ora por seu local de nascimento, ora por suas alianças políticas. Mas como parece natural, diversos desses cardeais também se abriam a possibilidades financeiras, logo, a escolha do novo papa estava permeada por questões típicas das sociedades de Antigo Regime: corrupção, fidelidade ao rei e a preocupação com a respectiva rede de clientelas. Para tanto, usaremos a diversa documentação epistolar dos embaixadores, bem como manuais de comportamento escritos para embaixadores a fim de perceber o complexo jogo de práticas sociais do Antigo Regime em Roma.

Palavras-chave: Diplomacia; Sede Vacante; Restauração Portuguesa.

O CONTRABANDO NA LEGISLAÇÃO DAS MONARQUIAS IBÉRICAS NO FINAL DO SETECENTOS: UMA ANÁLISE COMPARADA

MARIETA PINHEIRO DE CARVALHO (DOUTORA EM HISTÓRIA POLÍTICA / PROFESSORA DO PPGH – UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA)
MARIETACARVALHO@GMAIL.COM

Em 1745, o Ouvidor de Sabará escreveria uma carta ao governador do Rio de Janeiro relatando um grave ocorrido: o juiz de fora da comarca José Ferreira Brasão, tendo encontrado ouro contrabandeado nos cascos de um navio, teria se apropriado dele, indo diretamente contra o previsto nas Ordenações Filipinas e incorrendo no crime de roubo. Ao receber tal denúncia, o governador devassara o caso, informando ao Rei através de carta ao Conselho Ultramarino. Desta instância, então, se respondeu que se encaminhasse a denúncia ao Tribunal da Relação da Bahia e que se instaurasse novamente devassa sobre o caso crime. Embora não sabermos como este caso terminaria, são

vários os exemplos que são encontrados nas documentações que ilustram denúncias contra magistrados travestidos de petição. Via de regra, as queixas girariam em torno de crimes que, tanto iam contra o ideal de bom magistrado, como contra o bem social comum, o que foi enquadrado na historiografia sob a concepção de corrupção. As primeiras noções de corrupção derivaram do campo médico, no qual introduziriam a ideia de putrefação, passando por várias definições outras que variariam de acordo com a temporalidade estudada. Essa primeira concepção embasaria os discursos e tratados morais desde os primeiros estudos: as doenças seriam causadas por desequilíbrios, os quais teriam origem ou por questões energéticas internas, ou por abusos externos. Se, assim como o corpo humano poderia adoecer por abusos e excessos, a república também o poderia. É dessa perspectiva que a ideia de equilíbrio ficaria tão evidente, assim como a de punição. Ao cometer abusos e permitir o desequilíbrio, o corpo – e a república, – sofreria as mazelas vindas de Deus. Por consequência, a conservação dos bons valores morais evitaria a corrupção, sendo impossível então separar na época moderna a concepção de corrupção com tal ideia de equidade, que daria origem a um Ethos jurídico, ou seja, um juiz perfeito. Da mesma forma, esse discurso tornaria a definição de corrupção nebulosa, uma vez que, no limite, tudo que iria contra tal ideal, seria corrupção. Segundo Juan de Matiezo, escrevendo no século XVI, o *Judex Perfectus* seria aquele que aplicaria a justiça integralmente, com temor a Deus e longe dos vícios. Antônio Manuel Hespanha, discutindo a forma como os agentes da justiça haveria de se portar frente à sociedade, aponta que estes não deveriam se envolver com situações mundanas e com excessos. Desde Stuart Schwartz, se discute o grau de autonomia e a importância que tais agentes teriam na malha administrativa, uma vez serem eles os braços do Rei nas localidades periféricas. Ora, se estes eram responsáveis por dar a cada um o que lhes era de direito, e assim garantir a boa justiça, formas de fiscalização eram deveras essenciais para garantir o controle destes mesmos agentes. Essa questão, de como se julgaria aqueles que julgam, é antiga. Se, o ethos dos agentes jurídicos delimitaria uma postura frente à sociedade, havia nas Ordenações Filipinas regras que incidiriam sobre seu comportamento e sua figura como agente da lei dentro da sociedade. Como dito por

Carlos Garriga, estas premissas tinham como principal objetivo elevar o agente da malha social, impedindo que houvesse parcialidade no momento da aplicação da justiça. Pela via governativa havia a petição¹¹, forma ex officio de se dirigir ao Rei e pedir ou contestar uma situação vista como injusta. Se os mecanismos existentes partiam de cima, ou seja, dos Tribunais e Conselhos, as petições partiriam dos súditos e agentes régios. Na forma de Querela - ou seja, denúncia que clamava por um direito infligido, - a queixa seguiria as instâncias administrativas, partindo então da colônia, ou outra localidade periférica, e chegando ao conselho, responsável pela mediação Reino-periferia, o Conselho Ultramarino. O ato de demandar diretamente ao monarca tinha respaldo nas práticas do Antigo Regime. Simona Cerutti, estudando as vilas italianas, discute como tal documentação é rica para explorar a relação do corpo administrativo com os trabalhadores camponeses. Nesse estudo, a autora expôs que as súplicas trazem pontos contextuais e informações que possibilitam, junto a outras fontes, uma melhor compreensão dos agentes que a utilizam, dos motivos que mobilizaram a queixa e da relação com as autoridades que as receberam. Essa forma de queixa acaba tornando-se essencial quando pensamos no estudo sobre a corrupção, em que, travestida de pedido, deixa transparecer e até mesmo corrige, ações indesejadas. Podemos inferir que as petições trariam denúncias que, ainda que não pudéssemos chamar isso de controle, podemos notar que as petições trazem potencial para ações disciplinares, que, no limite, poderiam ser lidas como uma alternativa aos mecanismos já existentes e burocratizados. Daí, trabalhar com as petições sob a perspectiva de querela¹⁵ pode nos conduzir a compreensão de como os pedidos de correção da justiça carregam uma queixa intrínseca. Se dando a partir de uma denúncia que tramitaria em uma forma de investigação pelo governo, a querela também seria capaz de revelar as diversas instâncias que a queixa passou até chegar às mãos régias: as anotações nas margens, as rubricas, as assinaturas e outros sinais nos revelam como essa prática passaria de um recurso administrativo para judicial. É nesta perspectiva que nosso estudo se enquadra, partindo das petições marcaremos os atos que podem ser lidos dentro da chave da corrupção, para tentar compreender se estes mesmos atos teriam consequências. Para tanto, escolhemos a São Paulo

colonial pós-restauração nos governos do Morgado de Mateus e de Lobo de Saldanha, momentos em que um governo ilustrado se desenhava e que havia uma relativa autonomia dos agentes régios.

Palavras-chave: Querela; Magistrados; São Paulo; Morgado de Matheus; Petições; Corrupção.

GESTÃO FAZENDÁRIA E INTERESSES PARTICULARES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS SETECENTISTA: NEGÓCIOS ENTRE BAHIA E GOA

ANA PAULA MEDICCI (DOUTORA – UFBA)

APMEDICCI@GMAIL.COM

Ainda que por vezes proibidos, negócios entre grupos radicados na Cidade do Salvador e na Cidade de Goa foram comuns durante todo o período colonial. No XVIII, os Serpa adquiriram o ofício de Provedor-mor da Fazenda da Capitania da Bahia e aproveitando sua posição de gestores das rendas reais em uma das capitanias economicamente mais dinâmicas da América Portuguesa se envolveram em negócios que, quando não eram oficialmente proibidos, eram ao menos questionáveis; visto que prezavam mais por seus interesses particulares e de grupo do que pelo zelo para com a Real Fazenda. A partir de denúncias e requerimentos enviados ao Conselho Ultramarino, bem como investigações promovidas pelos tribunais reais quando da reestruturação dos negócios da Fazenda portuguesa na década de 1760, esta comunicação recupera as atividades ilícitas relacionadas ao comércio colonial promovidas pelos gestores da Real Fazenda da Capitania da Bahia, durante o setecentos. A análise se concentra em negócios relacionados às redes comerciais que ligavam a América Portuguesa ao Oriente, especialmente àquelas formadas por agentes portugueses radicados em Salvador e em Goa. Destarte, a trajetória dos Serpa em sua atuação na provedoria da Fazenda da Bahia permite melhor compreender práticas e princípios que baseavam a ação dos agentes empregados na gestão dos ramos administrativos portugueses, envolvendo íntimo relacionamento entre interesses particulares e de grupo e o acesso e manipulação das coisas públicas. Ademais, o envolvimento dos Serpa na rede de negócios entre Salvador e Goa lança luz sobre a trama de interesses a ligar agentes e regiões

distintas e específicas, porém todos identificados a um mesmo referencial, o de pertencimento ao Império Português ao qual sempre declararam fidelidade.

Palavras-chave: Negócios; Fazenda Real; Salvador; Goa.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

ACUSAÇÕES DE CORRUPÇÃO E ABUSOS DO PODER NA CAPITANIA DE MATO GROSSO

THAIS CARDOSO DAS NEVES (DOUTORANDA – UFGD/CAPES)

THAISNEVES12@YAHOO.COM.BR

A presente proposta de comunicação busca analisar as acusações inclusas no processo do auto da devassa aberta contra João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quinto governador da capitania de Mato Grosso (1789-1796). A partir da inquirição de testemunhas e de uma investigação preliminar contidos na devassa poderemos refletir sobre os supostos meios utilizados para legitimar a acusação de enriquecimento ilícito contra esse governador. O presente caso nos permite observar o comportamento desse administrador da capitania de Mato Grosso, as práticas administrativas e redes estabelecidas pelo seu sucessor no governo da capitania, seu irmão, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, e mantidas durante o seu governo. Ressaltaremos de igual modo o sistema de valores no qual agentes da administração naturalizam práticas abusivas e ilegais em busca de ganhos pessoais. Além disso tal análise nos permite compreender um pouco mais dos espaços da administração colonial e a distinção entre o que era visto e vivenciado entre lícito e ilícito. A devassa completa se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino e também em publicação de sua transcrição, em 2009, pelas autoras Maria de Fatima Costa e Flavia Kurunczi Domingos.

Palavras-chave: Justiça; corrupção; colonial; mato grosso; século XVIII.

CORRUPÇÃO NOS GOVERNOS PAULISTAS (1765-1782)

MARINA PASSOS TUFOLO (MESTRANDA – UNIFESP)

MATUFOLO@HOTMAIL.COM

Em 1745, o Ouvidor de Sabará escreveria uma carta ao governador do Rio de Janeiro relatando um grave ocorrido: o juiz de fora da comarca José Ferreira Brasão, tendo encontrado ouro contrabandeado nos cascos de um navio, teria se apropriado dele, indo diretamente contra o previsto nas *Ordenações Filipinas* e incorrendo no crime de roubo. Ao receber tal denúncia, o governador devassara o caso, informando ao Rei através de carta ao Conselho Ultramarino. Desta instância, então, se respondeu que se encaminhasse a denúncia ao Tribunal da Relação da Bahia e que se instaurasse novamente devassa sobre o caso crime. Embora não sabermos como este caso terminaria, são vários os exemplos que são encontrados nas documentações que ilustram denúncias contra magistrados travestidos de petição. Via de regra, as queixas girariam em torno de crimes que, tanto iam contra o ideal de bom magistrado, como contra o bem social comum, o que foi enquadrado na historiografia sob a concepção de corrupção. As primeiras noções de corrupção derivaram do campo médico, no qual introduziriam a ideia de putrefação, passando por várias definições outras que variariam de acordo com a temporalidade estudada. Essa primeira concepção embasaria os discursos e tratados morais desde os primeiros estudos: as doenças seriam causadas por desequilíbrios, os quais teriam origem ou por questões energéticas internas, ou por abusos externos. Se, assim como o corpo humano poderia adoecer por abusos e excessos, a república também o poderia. É dessa perspectiva que a ideia de equilíbrio ficaria tão evidente, assim como a de punição. Ao cometer abusos e permitir o desequilíbrio, o corpo – e a república, – sofreria as mazelas vindas de Deus. Por consequência, a conservação dos bons valores morais evitaria a corrupção, sendo impossível então separar na época moderna a concepção de corrupção com tal ideia de equidade, que daria origem a um Ethos jurídico, ou seja, um juiz perfeito. Da mesma forma, esse discurso tornaria a definição de corrupção nebulosa, uma vez que, no limite, tudo que iria contra tal ideal, seria corrupção. Segundo Juan de Matiezo, escrevendo no século XVI,

o *Judex Perfectus* seria aquele que aplicaria a justiça integralmente, com temor a Deus e longe dos vícios⁶. Antônio Manuel Hespanha, discutindo a forma como os agentes da justiça haveria de se portar frente à sociedade, aponta que estes não deveriam se envolver com situações mundanas e com excessos⁷. Desde Stuart Schwartz, se discute o grau de autonomia e a importância que tais agentes teriam na malha administrativa, uma vez serem eles os braços do Rei nas localidades periféricas. Ora, se estes eram responsáveis por dar a cada um o que lhes era ficaria tão evidente, assim como a de punição. Ao cometer abusos e permitir o desequilíbrio, o corpo – e a república, – sofreria as mazelas vindas de Deus. Por consequência, a conservação dos bons valores morais evitaria a corrupção, sendo impossível então separar na época moderna a concepção de corrupção com tal ideia de equidade, que daria origem a um Ethos jurídico, ou seja, um juiz perfeito. Da mesma forma, esse discurso tornaria a definição de corrupção nebulosa, uma vez que, no limite, tudo que iria contra tal ideal, seria corrupção. Segundo Juan de Matiezo, escrevendo no século XVI, o *Judex Perfectus* seria aquele que aplicaria a justiça integralmente, com temor a Deus e longe dos vícios. Antônio Manuel Hespanha, discutindo a forma como os agentes da justiça haveria de se portar frente à sociedade, aponta que estes não deveriam se envolver com situações mundanas e com excessos. Desde Stuart Schwartz, se discute o grau de autonomia e a importância que tais agentes teriam na malha administrativa, uma vez serem eles os braços do Rei nas localidades periféricas. Ora, se estes eram responsáveis por dar a cada um o que lhes era de direito, e assim garantir a boa justiça, formas de fiscalização eram deveras essenciais para garantir o controle destes mesmos agentes. Essa questão, de como se julgaria aqueles que julgam, é antiga. Se, o ethos dos agentes jurídicos delimitaria uma postura frente à sociedade, havia nas Ordenações Filipinas regras que incidiriam sobre seu comportamento e sua figura como agente da lei dentro da sociedade. Como dito por Carlos Garriga, estas premissas tinham como principal objetivo elevar o agente da malha social, impedindo que houvesse parcialidade no momento da aplicação da justiça. Pela via governativa havia a petição, forma *ex officio* de se dirigir ao Rei e pedir ou contestar uma situação vista como injusta. Se os mecanismos existentes partiam de

cima, ou seja, dos Tribunais e Conselhos, as petições partiriam dos súditos e agentes régios. Na forma de Querela - ou seja, denúncia que clamava por um direito infligido, - a queixa seguiria as instâncias administrativas, partindo então da colônia, ou outra localidade periférica, e chegando ao conselho, responsável pela mediação Reino-periferia, o Conselho Ultramarino. O ato de demandar diretamente ao monarca tinha respaldo nas práticas do Antigo Regime. Simona Cerutti, estudando as vilas italianas, discute como tal documentação é rica para explorar a relação do corpo administrativo com os trabalhadores camponeses. Nesse estudo, a autora expôs que as súplicas trazem pontos contextuais e informações que possibilitam, junto a outras fontes, uma melhor compreensão dos agentes que a utilizam, dos motivos que mobilizaram a queixa e da relação com as autoridades que as receberam. Essa forma de queixa acaba tornando-se essencial quando pensamos no estudo sobre a corrupção, em que, travestida de pedido, deixa transparecer e até mesmo corrige, ações indesejadas. Podemos inferir que as petições trariam denúncias que, ainda que não pudéssemos chamar isso de controle, podemos notar que as petições trazem potencial para ações disciplinares, que, no limite, poderiam ser lidas como uma alternativa aos mecanismos já existentes e burocratizados¹⁴. Daí, trabalhar com as petições sob a perspectiva de querela¹⁵ pode nos conduzir a compreensão de como os pedidos de correção da justiça carregam uma queixa intrínseca. Se dando a partir de uma denúncia que tramitaria em uma forma de investigação pelo governo, a querela também seria capaz de revelar as diversas instâncias que a queixa passou até chegar às mãos régias: as anotações nas margens, as rubricas, as assinaturas e outros sinais nos revelam como essa prática passaria de um recurso administrativo para judicial¹⁶. É nesta perspectiva que nosso estudo se enquadra, partindo das petições marcaremos os atos que podem ser lidos dentro da chave da corrupção, para tentar compreender se estes mesmos atos teriam consequências. Para tanto, escolhemos a São Paulo colonial pós-restauração nos governos do Morgado de Mateus e de Lobo de Saldanha, momentos em que um governo ilustrado se desenhava e que havia uma relativa autonomia dos agentes régios.

Palavras-chave: Querela; Magistrados; São Paulo; Morgado de Matheus, Petições; Corrupção.

“CAUTELAS PARA EVITAR A PREVARICAÇÃO, DOLO E MÁ FÉ”: O CONTROLE DA CORRUPÇÃO NO DISTRITO DOS DIAMANTES (SÉCULOS XVIII E XIX)

RÉGIS CLEMENTE QUINTÃO (DOUTORANDO – UFMG/CNPQ)

REGIS.QUINTAO@GMAIL.COM

Nos principais estudos sobre a sociedade e a administração dos diamantes facilmente nos deparamos com a palavra corrupção, embora esta nunca tenha figurado como objeto de pesquisa entre os especialistas da história da região diamantina, em Minas Gerais. Em todo caso, a corrupção foi ali um tema recorrente nos pensamentos, falas e escritos dos contemporâneos, incluindo moradores da área demarcada, autoridades locais e lisboetas, além, é claro, da própria Coroa portuguesa. Do ponto de vista teórico, as pesquisas mais recentes têm debatido não apenas a aplicabilidade do conceito de corrupção e a identificação de práticas ilícitas no período moderno, mas também a criação e o funcionamento de mecanismos para se combater a corrupção. Nessa perspectiva, esta comunicação tem como objetivo apresentar resultados de pesquisa em andamento sobre o controle da corrupção no Distrito Diamantino, entre o século XVIII e as duas primeiras décadas do XIX. A partir, sobretudo, de fontes inéditas pertencentes a acervos de diversas instituições portuguesas e brasileiras, analisamos as percepções coevas a respeito de tal fenômeno, evidenciando seus principais aspectos morais e sua relação com os interesses públicos e particulares, de acordo com noções próprias da época. Assim, discutimos igualmente em que medida a corrupção poderia ser considerada para além de um problema moral, com consequências políticas e econômicas. Por fim, como era controlado aquilo que ameaçava a conservação dos interesses régios, isto, é o domínio sobre a exploração dos diamantes do Brasil.

Palavras-chave: Diamantes; Administração; Corrupção; Distrito Diamantino; Minas Gerais.

NO FIO DA NAVALHA: OS DISCURSOS DO CÁRCERE E A QUESTÃO DOS DIAMANTES

JÚLIA DE CÁSSIA SILVA CASSÃO (MESTRANDA – UFMG/CNPQ)
JULIACASSAO@HOTMAIL.COM

Esta comunicação tem por objetivo de análise os discursos produzidos pelo terceiro contratador dos diamantes do Distrito Diamantino, entre 1749 e 1753, Felišberto Caldeira Brant, durante os anos em que esteve preso acusado, pela Coroa portuguesa, de um crime de corrupção. Minerar em áreas proibidas de acordo com as condições de sua arrematação, cooptar os habitantes da região do Tejuco para os seus negócios escusos, ultrapassar o limite permitido de escravizados que deveriam trabalhar nas lavras e encabeçar uma quadrilha de contrabandistas de Minas a Lisboa, foram alguns de seus considerados delitos. Fraudes, descaminhos, ilicitudes, transgressões, malversações do bem comum e prejuízos à justiça são alguns dos termos que abundam nas nossas fontes, depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino, e que dão a ler o significado que a corrupção como prática social deteve neste período histórico. O teor das denúncias, a sua prisão e a sua condenação a passar o fim de seus dias na cadeia no Limoeiro, levantam, por tudo isso, questões pertinentes à historiografia da corrupção para o mundo ibérico moderno. Tentaremos desvendar o público escândalo desencadeado por suas condutas, sua interferência no comércio internacional dos diamantes e a defraudação dos cofres da Fazenda. Para tanto, lançaremos mão especialmente das devassas e das cartas enviadas ao rei para sua defesa, nas quais Brant tentou livrar-se das culpas recorrendo à força dos usos, dos costumes e da tradição. Porém, na tentativa de incriminar seus oponentes, como o ex-contratador João Fernandes de Oliveira, a personagem ressignificava e selecionava a todo momento os imperativos da legislação e parecia “esquecer-se” dos informais recursos que gravitavam na sociedade e dos quais havia

muito se utilizado. Afinal, um estudo sobre a corrupção, tema de inúmeros debates na atualidade, se deve apoiar-se nas fontes de natureza político-moral, precisa também debruçar-se sobre o que tiveram a dizer os “artífices do ilícito”.

Palavras-chave: corrupção; trajetória; discursos do cárcere; Minas Setecentistas.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

CONTRABANDO E CORRUPÇÃO NO RIO DA PRATA: O COMÉRCIO ILÍCITO DURANTE O GOVERNO DE FRANCISCO DE BUCARELLI Y URSUA (1766-1770)

FÁBIO KÜHN (DOCENTE – UFRGS)

FABIO.KUHN@UFRGS.BR

O texto procura analisar um caso de contrabando de escravos, extraído de um processo de apreensão efetuado pelas autoridades da Real Fazenda de Buenos Aires no final de novembro de 1766. Foram presos – acusados de contrabando – o tenente Don Diego Andicochea, seu irmão, o cadete Don Juan de Andicochea e o patrão de uma corsaria, Francisco Peres Caçhumena “que destinada para vigiar o Comercio Ilícito, o fomentou, extraindo prata e fazendo introdução de mercadorias e negros”. O depoimento dos envolvidos, que estavam na embarcação espanhola, desvelou uma complexa operação que permitiu que o contrabando de escravos pudesse ocorrer, revelando ademais como a prática da corrupção estava presente nesta atividade em particular. A atenção da pesquisa recai sobre o período posterior à última retomada da Colônia do Sacramento (1764), correspondendo – no lado espanhol – aos primeiros anos do governo de Francisco de Bucarelli, momento crítico para a sobrevivência da praça lusitana encravada no rio da Prata. Quase sempre, os cativos e cativas apreendidos tinham passado pela Colônia, pequeno porto escravista que remeteu milhares de escravos para a América espanhola durante o século XVIII. Se tomamos os registros dos confiscos feitos em Buenos Aires, o governador Bucarelli parece ter atuado com menos rigor contra os contrabandistas do Rio da Prata, na medida em que durante seus anos de governo o número de apreensões de comércio ilícito alcançou uma

média de 28 casos anuais, diante de 42 casos de apreensão por ano durante o governo do seu antecessor, Pedro de Cevallos. Todavia, se utilizamos os dados compulsados a partir dos expedientes que se encontram em Sevilha, vemos que de um total de 524 casos de apreensão de contrabando realizados entre 1760 e 1775, 214 (ou 40%) foram registrados entre os anos de 1766 e 1771, período que corresponde aproximadamente ao governo do referido administrador.

Palavras-chave: contrabando; corrupção; Rio da Prata; Buenos Aires; Colônia do Sacramento; Francisco de Bucarelli y Ursua.

A CORRUPÇÃO DA NOBREZA: A DECADÊNCIA DOS MARQUESES DE ALORNA

MARCOS AURÉLIO DE PAULA PEREIRA (DOCENTE – UNB)
 MARCOSPEREIRA@UNB.BR

Nessa comunicação será debatida a corrupção ao se percorrer a saga de uma família de nobres em Portugal: a Casa de Alorna. Serão exemplificados três tipos de corrupção nomeados e interpretados ao longo do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Demonstra-se na ascensão dessa família, indo até sua queda, a corrupção pelo posto e cargo por meio de envolvimento em redes clientelares no governo além-mar. Em seguida, na geração posterior, o caso do segundo marquês, a corrupção política e do nome que lhe foi imposta em acusação e prisão por longos anos desvirtuando as tradições. Por fim, mas não menos emblemático, no alvorecer do século XIX, a corrupção da identidade política, ou seja, a que acabou na condenação por crime de lesa majestade e de lesa pátria, do titular da Casa, numa derrocada final dos homens dessa família, a ruína do nome nobre e de seu status, num claro exemplo de conflito entre as ambições e os deveres de servir a monarquia que anteriormente manifestados em documentos a serem apresentados. A intenção é ir além das noções primeiras sobre o que significa a corrupção na Idade Moderna para a partir dos delitos, situações e demais acusações, explorar as possibilidades desse conceito extraordinariamente polissêmico, mas, sem dúvida, central nos debates políticos da Era Moderna.

Palavras-chave: Nobreza; Corrupção; Cultura política.

OS AFETOS E A CORRUPÇÃO DA REPÚBLICA NA ÉPOCA MODERNA

ADRIANA ROMEIRO (DOCENTE – UFMG)

ADRIANA.ROMEIRO@UOL.COM.BR

Favorecer os mais amigos constituiu uma prática legítima na cultura política daquilo que se convencionou chamar de Antigo Regime? Deveria o bom governante atuar segundo as paixões e os afetos? Afinal, qual era o lugar dos sentimentos? Esta apresentação tem por objetivo discutir as práticas de favorecimento e clientelismo no imaginário ibérico na Época Moderna, indagando em que medida tais práticas gozavam de legitimidade como critérios de preenchimento dos cargos e postos administrativos. Tendo como ponto de partida as obras dos tratadistas ibéricos, particularmente os conceitos de amor e amizade, pretende-se mostrar a existência de um consenso em torno do caráter negativo desses sentimentos na gestão das repúblicas, responsáveis por violar o princípio do merecimento e, por extensão, da justiça. Ao mesmo tempo, serão examinados alguns casos de autoridades dos altos escalões da administração colonial que foram processadas e condenadas pela prática de clientelismo. De modo geral, privilegiando tanto os tratados político-morais, quanto as fontes jurídico-administrativas, de modo a contemplar as esferas da norma e da prática, o objetivo é problematizar o lugar dos afetos no mundo ibérico da Época Moderna.

Palavras-chave: afetos; poder; favorecimento; clientelismo; Península Ibérica; Época Moderna.

17. DINÂMICAS RELIGIOSAS NOS ESPAÇOS IBERO- AMERICANOS: IGREJA, RELIGIOSIDADE, INQUISIÇÃO E PODER (SÉCULOS XVI-XIX)

COORDENADO POR:

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS (UFV)

ANGELOASSIS@UOL.COM.BR

YLLAN DE MATTOS (UFRRJ)

YLLANMATOS@YAHOO.COM.BR

Desde o primeiro EIHC, temos organizado e/ou participado de Simpósios Temáticos que tratam de abordagens que contemplem os estudos sobre religiões e religiosidades nos mundos ibéricos, sejam metropolitanos ou coloniais. Estes Simpósios têm sido espaços privilegiados e democráticos para a troca de experiências, críticas e discussões entre pesquisadores em momentos diversificados de suas investigações, desde graduandos e mestrandos em início de seus trabalhos até doutores e profissionais renomados com pesquisas já reconhecidas e consolidadas. Esta proposta, coordenada por pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, exemplifica a riqueza dos estudos sobre o recorte aqui apresentado de Norte a Sul do País, com o objetivo de dar continuidade e avançar nos debates fomentados nos encontros anteriores. Da mesma forma, é resultado do crescimento e refinamento das pesquisas e estudos acerca da temática aqui proposta, que contemplam as mais diversas facetas destes assuntos. Assim, este Simpósio procura ser um espaço para promover debates acerca das múltiplas dimensões relacionadas ao fenômeno da religião e da religiosidade no espaço ibero-americano entre os séculos XVI e XIX.

O intercâmbio entre historiadores dedicados à compreensão dos diferentes contextos que formam esta ampla região possibilitará a emergência e o esclarecimento de ricas conexões entre os diferentes aspectos das problemáticas a serem apresentadas. Serão contempladas questões como aparatos institucionais repressivos do poder eclesiástico e do poder inquisitorial (e seus respectivos agentes); religião e sociedade; clero; padroado; vivências e resistências religiosas, entre afirmação da fé monopolizadora e as estratégias de sobrevivência das crenças proibidas; tentativas de disciplinamento moral e religioso no espaço ultramarino; trajetória e personagens, sejam vítimas ou algozes na dimensão do controle religioso e comportamental. Serão analisadas todas as propostas, almejando-se que o grupo formado ao redor desta temática tenha um espaço de acolhimento para o debate e contribua para a troca de experiências entre pesquisadores das mais variadas instituições e tendências historiográficas, bem como de áreas afins, além de um convite aos novos interessados para a difusão dos estudos sobre as especificidades analíticas que moldam este Simpósio.

.....

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

MISSIONAÇÃO, EVANGELIZAÇÃO E DEVOÇÃO

LA VIRGEN EN ARMAS: IMÁGENES DE MARÍA CONTRA LOS ENEMIGOS EN HISPANOAMÉRICA COLONIAL

PATRICIA ALEJANDRA FOGELMAN (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES)

PAFOGELMAN@YAHOO.COM.AR

Este trabajo se inscribe en el área de la Historia cultural de las imágenes marianas. Proponemos pensar en las funciones de las imágenes de la Virgen María a partir de sus representaciones y usos, basándonos en un corpus de visual constituido por una selección de imágenes provenientes de Nueva España, Cuzco, Quito, Bogotá, Alto Perú y del Río de la Plata. Este conjunto de fuentes tiene como eje transversal la figura mariana en un rol activo frente a sus contrincantes

en diferentes paisajes: principalmente, contra la serpiente o la bestia de siete cabezas (representación genérica del mal y también de la herejía), pero también aparecen otro tipo de enemigos: los indios. Esta particularidad es parte del fenómeno colonial donde Conquista y Evangelización se entrelazaron en una trama muy compleja dentro del espacio caracterizado por diversas modalidades del escenario dentro de ciertos paisajes. No sólo referiremos a las clásicas representaciones de la Visión de San Juan mimetizada en la tradición immaculista sino también al uso de cruces-lanzas, rayos propiamente dichos, cadenas e, incluso polvos y nieblas cegadoras en escenarios de combate entre infieles y cristianos. Estos atributos de la Virgen para la defensa de sus hijos peninsulares en América nos llevan a pensar en ciertas connotaciones simbólicas dentro del proceso de conquista y evangelización. Lejos de anclarnos en la idea estereotipada de una María pasiva, siempre misericordiosa y sufriente, su otra relación con las armas la lleva ante los ojos de los espectadores de esa época a la visión de una Virgen fuerte, activa y combativa en la defensa de sus Hijos, de la Iglesia y de la Monarquía católica. Así, planteamos que María y las armas fueron símbolos e instrumentos, a la vez, de la fuerza expansiva del imperio colonial en las Américas y se representaron en espacios caracterizados por elementos del paisaje natural e imaginario del cristianismo.

Palabras clave: Historia cultural; Virgen María; armas; evangelización; arte colonial.

PEREGRINAÇÕES DEVOCIONAIS DOS LUSITANOS NA ÍNDIA: UMA IMAGEM CENSURADA NO “THESAURUS DE VIAGENS” DOS DE BRY

TEREZA BAUMANN ZAVATARO (DOUTORA - UFF / MUSEU NACIONAL UFRJ)

THEREZABAUMANNZ@GMAIL.COM

Embora a coletânea de viagens ultramarinas ilustradas e editadas pelos De Bry contenha cerca de 600 imagens, apenas uma, incluída no segundo volume das narrativas dedicadas às Índias Orientais, mereceu o olhar acurado e severo dos inquisidores, determinando sua inclusão nos Índices Expurgatórios. Por que razão as demais imagens, não obstante o fascínio que exerciam – e ainda exercem –, não foram objetos de censura já que representam, inúmeras

vezes, situações de nudez ou de crueldade explícitas? O objetivo de nossa comunicação é refletir sobre os possíveis motivos que levaram a referida imagem a ser objeto da censura dos inquisidores ibéricos embora, aparentemente, não infringisse a regra XII, preconizada pelo Index Romano (1547), que determinava a exclusão de “pinturas de pessoas que portassem auréolas, diademas, raios ou outras insígnias só permitidas pela Santa Igreja”. A imagem representa homens e mulheres, acompanhados de seus escravos, dirigindo-se a pé para assistir a uma missa à noite. Embora os Índices Expurgatórios de Espanha e Portugal tenham, por diversas vezes, obedecido a critérios diferenciados em suas críticas, no caso específico ambos mantiveram a exclusão da referida imagem. Utilizamos como fontes básicas em nosso trabalho, além do segundo volume da coletânea de De Bry, *Il Pars Indiae Orientalis* (relativo às viagens de Jan Huygen van Linschoten à Índia), publicado em 1599 em Frankfurt; os *Index Librorum prohibitorum et expurgatorum* e o *Index Librorum Prohibitorum et Expurgandorum Novissimus*, publicados em Madri, respectivamente por D. Bernardo de Sandoval et Roxas em 1612 e D. Antonio Soto Maior em 1640; e, ainda, o *Index Auctorum Damnae Memoriae*, editado em 1624 em Lisboa por D. Fernando Martins Mascarenhas.

Palavras-chave: De Bry; Coletânea de Viagens; Imagem; Índia; Censura Ibérica; Índices Expurgatórios.

“POIS ÉS AQUELE POR DEUS ESCOLHIDO PARA EM TI SE ESTABELECE O REINADO DO MESMO CRISTO”: A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS MESSIÂNICO-MILENARISTAS NO BRASIL COLONIAL (XVI-XVIII)

ISRAEL ANDRADE DOS REIS VALENTIM (MESTRANDO – UFJF)

ISRAEL.ANDRADE.REIS@HOTMAIL.COM

Devido ao Santo Ofício português não ter estabelecido de fato um dos seus Tribunais no Brasil, algumas ideias vindas do Reino Português chegaram fortemente na colônia e tiveram uma maior liberdade de circulação na sociedade colonial. Muitas dessas ideias tinham um caráter messiânico-milenarista de configurações diversas ao longo do tempo, baseadas nas Trovas do sapateiro de Trancoso

(Gonçalo Annes Bandarra), do sebastianismo e sendo difundidas pelos manuscritos e sermões do padre Antônio Vieira. Além de padre Vieira, outras pessoas serviram de base para o surgimento de diversos movimentos proféticos na colônia, indo deste alguns denunciados e degredados para cá, como Gregório Nunes (1591), Luiza de Jesus (1647) e Joana da Cruz (1660), entre outros que voltaram para a Metrópole, após viverem por alguns anos nas terras mineiras, criando toda uma cosmologia repleta destas ideias, como o caso de Pedro de Rates Henequim e do padre Manoel Lopes de Carvalho. O objetivo é trazer estes casos milenaristas à tona, usando de processos-crime da Inquisição portuguesa, e tendo o apoio de uma bibliografia base, observando a importância destas ideias proféticas no período moderno, principalmente em torno da Colônia, e analisar como elas influenciaram a formação de motins contra o Reino, além de servirem de base para a formação de movimentos messiânico-milenaristas no Brasil.

Palavras-chave: Messiânico-milenarista; Inquisição portuguesa; ideias proféticas.

RETÓRICA, TEOLOGIA E HUMANISMO NA AMÉRICA HISPÂNICA: A EVANGELIZAÇÃO NO NOVO MUNDO E SUAS PREMISSAS DE PERSUASÃO A PARTIR DA OBRA DO FREI DIEGO VALADÉS. (1533-1582)

DAYANNE LUZ (MESTRANDA - UNIFESP/CAPEs)

DAY87.DL@GMAIL.COM

O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado, baseada no campo do conhecimento da história cultural da primeira modernidade Ibérica (XVI-XVIII), nesta perspectiva, partimos da categoria de análise da cultura jurídica, ao analisarmos pela esfera normativo-doutrinária, buscando no período colonial, por novos caminhos possíveis de investigação. Nosso objetivo é analisar o método persuasivo de evangelização, a partir da obra *Retórica Cristiana* (1579) do Frei franciscano Diego Valadés (1533-1582), missionário e evangelizador no Novo Mundo. Seguindo a corrente tomista, atribuindo racionalidade e inteligência aos homens, Valadés planejava formar a razão prática, de tal maneira, a construir o juízo reto e livre. Para tanto, a obra nos apresenta um material linguístico de cunho ciceroniano, integrado com as

categorias e conceitos apresentadas pela disciplina da teologia moral, como livre-arbítrio, consciência, lei, justiça etc. A retórica valadesina, pretendia desenvolver um método argumentativo, unindo com a casuística, para solucionar questões duvidosas da moralidade, tendo em vista, a conjuntura de incertezas do século XVI. Nesse sentido, através da linguagem, conectava o mundo externo ao interno, conduzido pelo jogo dialético, na intenção de direcionar as condutas humanas o mais virtuosamente possível. Portanto, a obra de Valadés, pretendia convencer os indivíduos a realizarem atos retos e justos, respeitando o livre-arbítrio, e preenchendo a razão com bons argumentos.

Palavras-chave: Retórica; evangelização; Humanismo; teologia; probabilismo.

“HUM EXTASI DA VIDA”: AS Suntuosas EXÉQUIAS DO ABADE MANOEL DE MATTOS BOTELHO CELEBRADAS NA CIDADE DA BAHIA (1744)

LUCIANA ONETY DA GAMA SOBRAL (UFBA)

LUCIANA.ONETY@YAHOO.COM.BR

As festas exerceram importante papel de estruturação social e consolidação dos instrumentos de poder. As comemorações religiosas exerciam função disciplinadora, tornando o calendário litúrgico um indispensável instrumento de controle social. Na Bahia, durante os séculos XVII e XVIII, os terceiros franciscanos eram responsáveis pela celebração da Procissão da quarta-feira de Cinza ou da Penitência. A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo organizava a Procissão dos Passos na segunda sexta-feira da Quaresma e a Procissão do Enterro do Senhor nas tardes da sexta-feira da Paixão. Essas eram procissões marcantes no orbe religioso e tinham como principal motivação a memória da morte de Cristo. Acrescente-se a essas, a Procissão dos Ossos dos Condenados sob os auspícios dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia que a realizava no dia primeiro de novembro em memória dos infelizes que haviam sido condenados à morte na forca. Somavam-se a essas, outras tantas celebrações em homenagem aos oragos, as penitenciais, as propiciatórias (implorando por chuvas ou pela cessação de epidemias), as de desagravo, de ação de graças por acontecimentos favoráveis, etc. Ainda que não fossem as únicas, essas festividades tinham grande

importância para a cosmovisão cristã da época. O objetivo desse artigo é analisar como essas comemorações religiosas foram vivenciadas pela sociedade baiana e apropriadas pela Igreja Católica para enquadrar comportamentos e exercer o disciplinamento social.

Palavras-chave: Exéquias; abade; celebração; Salvador; morte.

OS IRMÃOS DO ROSÁRIO NO SERRO: PERFIL SOCIAL, USOS E COSTUMES (MINAS GERAIS, 1716-1800)

ARIEL LUCAS SILVA (DOUTORANDO – UFMG/CAPES)

SILVA.ARIELUCAS@GMAIL.COM

Os estudos sobre religiões e religiosidades em Minas Gerais oferecem excelentes oportunidades para a compreensão da presença africana no mundo moderno. As análises das múltiplas dimensões relacionadas aos fenômenos religiosos no século XVIII confirmam que as “mestiçagens culturais”, aqui entendidas como misturas de hábitos, crenças e formas de pensamento, são processos que fundaram as sociedades no Novo Mundo. Para compreender essas dinâmicas é preciso conhecer melhor os sujeitos históricos envolvidos nesses processos, sem negligenciar as dimensões de dominação e de violência inerentes à escravidão. Esta comunicação apresenta parte dos resultados preliminares da pesquisa de doutoramento que investiga o perfil social, os usos e os costumes de pessoas que serviram à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila do Príncipe do Serro do Frio (hoje Serro, Minas Gerais), entre os anos 1716 e 1800. O objetivo foi analisar documentos produzidos pela irmandade (Livro de Compromisso; Livro de Concordatas; Livros de Entrada de irmãos; Livro de Termos; Livro de Eleições de reis, rainhas, juízes, juízas, etc.) e Testamentos de devotos do Rosário a fim de compreender e explicar seu perfil social e suas vivências religiosas. Essa combinação de diferentes fontes deve-se à complexidade que se coloca para a historiografia contemporânea a qual se propõe pensar as questões referentes ao âmbito religioso em associação com a escravidão e com as dinâmicas socioculturais.

Palavras-chave: Irmãos do Rosário; Perfil social; Usos e costumes; Serro, MG.

MISSÕES FRANCISCANAS: AÇÃO CATEQUÉTICA, FRONTEIRAS, CULTURAS E CONSOLIDAÇÃO DA FÉ NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

RAFAEL FERREIRA COSTA (DOUTORANDO – UFPEL/CAPES)

RAFAEL.FE.COSTA@GMAIL.COM

A Ordem dos Frades Menores de São Francisco participou ativamente no processo missionário realizado no Brasil. O interesse dos religiosos pela conversão dos Gentios estimulava a propagação da Fé no Império português, enquanto contribuíam para o delineamento de seus domínios. Tal potencial espiritual e temporal foi revelado pela singularidade na reação inicial dos índios, participativos, curiosos e festivos, diante das novidades. Entretanto, enquanto os franciscanos buscavam ultrapassar as barreiras culturais, enfrentavam as dificuldades geradas pelos interesses econômicos coloniais – tanto a exploração abusiva portuguesa quanto a influência desagregadora francesa e holandesa. Em 1974, Frei Venâncio Willeke verificou ciclos de atuação missionária nas fontes ligadas à Ordem. O autor delimitou os períodos de acordo com as regiões, desde suas fundações até os seus encerramentos. As crônicas franciscanas descrevem passagens de frades que atuaram de maneira independente na evangelização dos índios até a fundação do Convento de São Francisco de Olinda, em 1585. Com a oficialização da Custódia de Santo Antônio do Brasil, as ações catequéticas foram regularizadas e distribuídas em aldeamentos indígenas, seja no litoral (Nordeste e Sudeste), no Sertão ou no entorno dos rios (Norte). Este artigo se deterá nas Missões franciscanas, ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, de maneira a identificar suas características, individualidades e os contrastes culturais (divergências e assimilações) entre nativos e religiosos. Tais dinâmicas serão analisadas através do cruzamento das crônicas escritas no período referido e a historiografia recente, evidenciando o papel

dos frades como agentes mediadores da Fé, educação e ordenação social no território brasileiro.

Palavras-chave: Ordem Franciscana; Missões; Fronteiras Culturais; Padroado Régio.

OS PATRIMÔNIOS DO CONVENTO DA AJUDA E O DE SANTA TERESA DO RIO DE JANEIRO. O USO DO DOTE COMO FORMA DE GARANTIR A SANTA RIQUEZA NO ESPAÇO CONVENTUAL (1781-1806)

AMANDA DIAS DE OLIVEIRA COSTA (DOCTORA – UFRJ/CAPES)

AMANDA_D_OLIVEIRA@YAHOO.COM.BR

SCHEYLA TAVEIRA DA SILVA (DOCTORANDA – UFRRJ)

SCHEYLAT@HOTMAIL.COM

Neste breve artigo tentaremos delinear aspectos que envolvam os trâmites econômicos do Convento da Ajuda e o de Santa Teresa no Rio de Janeiro entre os anos de 1781 e 1806. Qualquer mulher, dentro do perfil estipulado pela igreja, que buscava o convento, deveria pagar um dote a instituição. Desta maneira, a proposta do artigo é o de compreender como o convento utilizou os dotes, ou outras contribuições, em benefício da instituição. Por mais que as candidatas ao estado religioso doassem quantias significativas, nem sempre os valores eram utilizados apenas em prol das religiosas (sustento). Conseguiremos detalhar que as quantias eram canalizadas, pelo menos no Convento da Ajuda, para compra e venda de imóveis no Rio de Janeiro e aforamentos. E para tal detalhamento destas informações, selecionamos por volta de seis registros, fundos do Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, a citar: Série de Congregação Religiosa Cód. 081. Já para o Convento de Santa Teresa, selecionamos em torno de quatro registros, os quais possibilitam verificar o aporte financeiro garantido pelas tenças, ou seja, contribuições realizadas não apenas em espécie, mas através de outros bens. Para a análise utilizaremos o Livro de casas, tenças e contas (1802-1841), fundos do Arquivo do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro. Acreditamos ser de máxima importância a análise material destes dois conventos do Rio de Janeiro, por serem instituições proeminentes, que exerceram um impacto na política, sociedade e economia do Brasil colonial.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Convento; Patrimônio e Freiras.

LAVAR AS MÃOS, PURIFICAR O CLERO: VIGILÂNCIA DA FÉ NAS SACRISTIAS DE MINAS GERAIS

FRANCISLEI LIMA DA SILVA (DOUTORANDO – UNICAMP)

FRANCISLEI.LIMA@GMAIL.COM

O lavatório de madeira fabricado, na década de 1730, para a capela de Santo Antônio, localizada no Arraial de Pompéu, recebeu uma inscrição, pintada logo acima da carranca que botava água pela boca, com a seguinte fórmula: “*Vnda manus vestras, etiam lavat vnda Pilati, Ne sit Pilati vestra cavete, Patres*”. A advertência em latim impunha ao padre, durante o rito da lavagem de mãos, antes e depois da missa, uma admoestação bastante disciplinar: “A onda que lava as vossas mãos, também lava a onda de Pilatos. Não seja a mão de Pilatos a vossa. Cuidado, ó pais”. Conforme vem sendo salientado pela historiografia, com a criação do bispado de Mariana, no ano de 1745, uma maior vigilância da pureza da fé e a punição dos desvios seriam impostas sobre o clero secular. Entretanto, conforme esse lavatório nos provoca, já antes da chegada de D. Frei Manuel da Cruz às Minas, as imagens nos apresentam evidências sobre o controle moral das posturas dos padres. A tópica da purificação recaía não somente aos fiéis, mas também, e não menos coercitiva, à párocos e vigários descuidados com os seus fregueses. A mística da água, conforme as rubricas do missal romano, manifestava lições a serem aprendidas não somente com os sermões pregados no alto do púlpito, mas também, à beira das bicas d’água. Adentrando o ambiente das sacristias podemos iluminar, por meio das imagens, como a política teológica, que controlava o corpo e os sentidos, se materializa àqueles que se colocavam diante dos corpos da água enquanto metáforas alegóricas. As carrancas esculpidas para decorar os lavatórios compunham, junto com a oração para purificação das mãos, um cenário a ser ainda explorado mais detidamente. Nesse sentido, dispomo-nos a aprofundar essa discussão a partir de nossa pesquisa sobre os motivos selecionados de um repertório hidromitológico moralizado para a ornamentação dos lavatórios em sacristias mapeadas no território correspondente à Capitania de Minas Gerais, fabricados pelas suas mais diversas oficinas, ao longo de todo o século XVIII e início do século XIX.

Palavras-chave: água; carrancas; lavatórios; purificação; sacristias.

CONVERSÃO NOS SERTÕES DE DENTRO E OS ESCRITOS DE LUIGI VINCENZO MAMIANI DELLA ROVERE SOBRE OS KIRIRI (1666-1699)

ANE LUÍSE SILVA MECENAS SANTOS (DOUTORA – UFRN)
ANEMECENAS@GMAIL.COM

Na segunda metade do século XVII, após a Restauração Portuguesa, intensificou-se o povoamento do sertão da América portuguesa. Coube aos padres da Companhia de Jesus a tutela dos índios da nação Kiriri, que se encontravam na margem sul do Rio São Francisco. Durante esse período de reordenação dos domínios coloniais e de implantação de novos aldeamentos, foi produzido um significativo corpus documental, que versa sobre a solicitação de índios, traz notícias sobre as aldeias, descrições dos espaços e sobre a necessidade da elaboração de novos instrumentos que auxiliassem a comunicação. Para o atendimento destas solicitações, foram realizados estudos linguísticos, com o propósito de sistematizar e normatizar as línguas locais e, assim, tornar possível a comunicação e a pretendida conversão. No presente trabalho, analisamos tanto esta documentação, quanto as duas obras que visaram normatizar a língua Kiriri, o Catecismo da Doutrina Cristã i e a Arte de Grammatica da Língua, escritas pelo padre Mamiani e utilizadas nas aldeias de Mirandela, Saco dos Morcegos, Natuba e Geru, na segunda metade do século XVII, com o objetivo de apresentar e de discutir as estratégias de conversão empregadas pelos missionários que atuaram junto aos Kiriri, bem como o processo de tradução cultural que o Catecismo e a Gramática evidenciam. No Catecismo são elencadas as categorias do pecado na qual os sujeitos estariam suscetíveis, a responsabilidade individual do sujeito perante suas ações na vida em comunidade, um elemento também necessitava ser levado em consideração: a ação do demônio. Essa força, por vezes silenciosa, era um agente contrário a conversão e precisava também ser combatido.

Palavras-chave: Jesuítas; conversão; sertão e Kiriri.

ENTRE AS VIRTUDES E OS VÍCIOS: NARRATIVAS MIEIEVAIS E IMAGENS MODERNAS COMO MECANISMOS DO DISCIPLINAMENTO MORAL E RELIGIOSO NA AMÉRICA PORTUGUESA

ALDILENE MARINHO CÉSAR ALMEIDA DINIZ
(DOUTORA – UFRJ/DOCENTE – CEFET-RJ)
ALDICESAR@GMAIL.COM

A presente proposta de comunicação tem como objeto de investigação uma seleção sucinta de textos e imagens, produzidos entre a Baixa Idade Média e a Época Moderna, relacionados à história franciscana, mas também aos esforços por disciplinamento moral e religioso do clero regular franciscano na América Portuguesa de meados do século XVIII. O trabalho tem por finalidade discutir a circulação e a apropriação de narrativas medievais e imagens modernas para a elaboração de gravuras e, posteriormente, azulejos que passam a compor os tipos iconográficos da vida de São Francisco de Assis (c. 1181-1226) – patriarca da Ordem dos Frades Menores – como parte do esforço moralizante dirigido aos frades e noviços atuantes na sociedade colonial, mais precisamente nas capitâncias de Pernambuco e da Bahia. Para a discussão proposta, serão mobilizados alguns relatos hagiográficos, crônicas escritas por franciscanos entre os séculos XVI e XVIII, estatutos da referida Ordem, estampas gravadas e imagens azulejares produzidas no mesmo período. Nesse sentido, busca-se também atentar para as potencialidades dos estudos que exploram tanto as fontes escritas como as visuais como meios privilegiados de investigação histórica para as mais diferentes problemáticas. Desse modo, a comunicação buscará discutir o entrelaçamento entre as apropriações dessas narrativas medievais e a elaboração de imagens que, na sociedade colonial, deveriam enunciar preceitos virtuosos e atuar como mecanismo de controle moral dos religiosos franciscanos estabelecidos (ou de passagem) nos conventos em que tais imagens eram dadas à contemplação e a outras práticas espirituais.

Palavras-chave: Franciscanismo; Medievo; Modernidade; Longa duração; História das imagens; América Portuguesa.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

TRAJETÓRIAS RELIGIOSAS E INDIVÍDUOS PERSEGUIDOS

BOLÉS NOS CÁRCERES DA INQUISIÇÃO: TRAJETÓRIA, DESDOBRAMENTOS NA PRISÃO E SENTENÇAS

JORGE LUIZ DE OLIVEIRA COSTA /
JLTRAST@HOTMAIL.COM / MESTRE - UNESP/ASSIS

O presente texto, sobre o qual pretendemos discutir na comunicação tem como intuito expor sobre a trajetória de Bolés nos cárceres da Inquisição. O Jean Cointa dos registros sobre a França Antártica, tal qual com seus compatriotas franceses, se fez conhecido entre os portugueses como o João de Bolés - da cidade comuna de Troyez, região de Champagne na França - pelas notáveis posições religiosas que expunha sem se intimidar e que levou seu nome às crônicas de vários personagens contemporâneos seus - franceses e portugueses -, mesmo durante o tempo nos cárceres das ações da Igreja em nome do Tribunal do Santo Ofício. Tentaremos expor também sobre seus desdobramentos na prisão mediante alguns testemunhos, as versões de sua sentença a partir das lacunas do seu processo de Inquisição, as situações históricas, implicações culturais e as compreensões políticas e religiosas que marcaram as mentalidades da América Portuguesa no século XVI. Para fundamentar o que propomos, além da historiografia que trata do recorte, nos pautaremos também nos registros dos seus contemporâneos franceses e portugueses e na bibliografia dos séculos posteriores que trata da sua trajetória, das implicações da sua passagem e do seu fim.

Palavras-chave: Jean Cointa, o Bolés; Cárceres da Inquisição; América Portuguesa do século XVI.

TENDO O MAR COMO ALIADO: A TRAJETÓRIA DO FORRO PEDRO DA SILVA PARA SACRAMENTAR SEU CASAMENTO NO MARANHÃO SETECENTISTA

MARINELMA COSTA MEIRELES (DOCENTE – IFMA)

MARINELMA.MEIRELES@IFMA.EDU.BR

O Novo Mundo que nasceu na modernidade é resultado de experiências das sociedades (mundos) que se conectaram através do Atlântico. Esse espaço deve ser considerado como construído, oriundo de práticas advindas da circulação de pessoas, mercadorias e ideias compartilhadas por europeus, africanos e americanos. Nessa perspectiva de mundos conectados, esta proposta de comunicação dá ênfase à história do africano Pedro da Silva, de 38 anos, que, segundo consta, era negociante. Sua trajetória começa na Ilha de Cabo-Verde, África, onde nasceu; continua em Lisboa, onde morou e deixou sua mulher, Clara Thereza, preta forra, quando viajou para a América, mais precisamente para o Maranhão, em 1780. Nessas terras conheceu a mestiça Francisca das Chagas com quem queria casar-se, pois alegava ter ficado viúvo. O desejo de contrair novo matrimônio colocou Pedro da Silva em contato com o Tribunal da Igreja e suas ações moralizadoras dos costumes imputadas em Portugal desde o Concílio de Trento (1545-1563) e estendidas às suas possessões ultramarinas. A busca pela “justificação de viuvez” desvela a trajetória desse indivíduo em conexão com os três espaços: África, Europa e América e mostra como sujeitos marcados pela escravidão percebiam o mundo que lhes cercava, principalmente, no que tange à circularidade de pessoas e de informações e à concepção de trabalho e sobrevivência. Desse modo, por meio de incursão microanalítica, far-se-á uso do processo de “justificação de viuvez” referente ao caso para compreender as experiências e ações empreendidas por sujeitos como Pedro da Silva em meio a diretrizes de

instituições de poder como a Igreja e de sua interação com o Mundo Atlântico, aqui pensado como um espaço “construído” por fluxos e trocas culturais.

Palavras-chave: Mundos Conectados; Comércio; Escravidão; Maranhão; Século XVIII.

EXTIRPAÇÃO DE IDOLATRIAS NO PERU VICE-REINAL: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DO RELATO DE JOSÉ DE ARRIAGA E DOS PROCESSOS DE SARMIENTO DE VIVERO

LORENA GOUVEA DE ARAÚJO (DOUTORANDA – UERJ/FFP/FAPERJ)

LORENA.GOUVEA@GMAIL.COM

Em 1608 o doutrineiro da região do Huarochirí (localizada na serra central de Lima) – Francisco de Ávila – teria descoberto que, entre a população nativa “católica” desse território, era mantida a ancestral religiosidade andina. Tal prática, considerada pelos colonizadores como idolatria, foi informada ao Arcebispo de Lima Lobo Guerrero que, com ajuda do poder vice-reinal, implementou a instituição da Extirpação das Idolatrias no território do atual Peru em 1610, com objetivo de eliminar essa religiosidade e garantir o triunfo da fé católica sobre os habitantes da colônia. Uma vez que não restaram processos sobre essa primeira onda de visitas idolátricas (1610-1622) o relato de Pablo José de Arriaga *La extirpación de la Idolatría en el Peru* (1621) nos oferece esse suporte. Nele encontramos a descrição de sacrifícios, festas e crenças desenvolvidas pelos nativos, dentre outras regiões, no território do Huarochirí. A segunda fase da Extirpação ocorreu já sob o comando do Arcebispo Pedro de Villagómez (1640-1671). Sobre esse período, nos interessa especialmente as visitas levadas a cabo pelo juiz eclesiástico e visitador Sarmiento de Vivero (1660) na região do Huarochirí. Essas resultaram em processos de idolatrias que estão disponíveis no Archivo del Arzobispado de Lima. Para esta comunicação analisaremos ambas as fontes supracitadas, no objetivo de discorrer a respeito dos dois momentos de perseguição à religiosidade nativa no Vice-Reino do Peru, protagonizados pelos clérigos católicos. Nos interessa compreender as transformações que essas visitas desencadearam na cultura religiosa andina da região do Huarochirí – região essa ainda pouco analisada pelos historiadores –, apontando a dinâmica social sob a ótica do colonialismo.

Também nos interessa compreender a relação existente entre população local e autoridade eclesiástica, uma vez que compreendemos que esses processos só são exitosos quando na existência de uma aliança entre grupo nativo e conquistadores.

Palavras-chave: Extirpação de Idolatrias; Huarochirí; Sociedade colonial.

“DE PORTAS A DENTRO”: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA DAS TRAJETÓRIAS FAMILIARES NOS ESTUDOS SOBRE O CRIPTOJUDAÍSMO

ANDERSON CORDEIRO DE MOURA (DOUTORANDO – UFPE)

PROFANDERSONMOURA@OUTLOOK.COM

Os estudos sobre a realidade dos cristãos novos inseridos nos diferentes espaços do mundo atlântico entre os séculos XVI – XVIII, ocupam um lugar de destaque na moderna historiografia inquisitorial brasileira. Nos últimos anos, com a influência da micro-história italiana e do paradigma indiciário, os trabalhos sobre a realidade do criptojudaísmo a partir de um núcleo familiar tem se tornado recorrente em diversos trabalhos de mestrado e doutorado. Por esta razão, o presente trabalho, tem como principal objetivo, realizar uma revisão historiográfica dos trabalhos produzidos no Brasil sobre famílias judaizantes, cotejando os resultados e conclusões dos autores e destacando sobretudo, quais as contribuições que estes estudos trazem para uma melhor compreensão do tema do criptojudaísmo. Para tanto, adotamos a estratégia de revisão narrativa de literatura, por meio de uma busca nos principais bancos de dados nacionais englobando livros, teses e dissertações publicadas nos últimos 30 anos (1989 – 2019) que versem sobre a trajetória de uma família judaizante e que de alguma forma foram enredados nas malhas Inquisição. Acreditamos que este trabalho se justifica na medida em oferece subsídios para uma melhor compreensão da resistência sefardita na América portuguesa.

Palavras-chave: Inquisição; Mundo atlântico; Revisão de literatura; Criptojudaísmo; Historiografia.

A METAMORFOSE DOS PRECEITOS: APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO NA CARREIRA INQUISITORIAL AO LONGO DAS REFORMAS POMBALINAS

LUIZ FERNANDO RODRIGUES LOPES /

LUIZFERNANDO_RL@YAHOO.COM.BR / DOUTOR – IFB

Esta comunicação versa sobre as transformações doutrinárias ocorridas no Tribunal do Santo Ofício português a partir do momento em que a instituição foi elevada à condição de tribunal régio em 1769, período de grandes reformas políticas e administrativas conduzidas pelo então ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. A análise estatística censitária da subsérie das habilitações incompletas identificou a existência de uma acentuada incidência de encerramentos administrativos destes processos ocorrendo nos anos de 1769 e 1770; estritamente nestes anos, as ocorrências tinham índices muito acima do padrão estatístico usual, e intervalos medianos entre o início e o fim da tramitação dos processos rigorosamente mais extensos quando encerrados nestes dois anos específicos. Diagnosticado estatisticamente este enredo inusual, foi necessário empreender um exame mais vertical destes casos, e análise das habilitações incompletas encerradas nestes dois anos específicos revelou a existência de um procedimento de reabertura de antigos processos que haviam ficado parados em virtude de algum óbice regimental incidente sobre os candidatos, e que nesta reabertura foi empreendida uma nova análise das condições dos pretendentes, agora à luz das novas diretrizes políticas que vigoravam no estado português naquele momento. Assim, ficou expressa a clara tentativa do Santo Ofício de promover uma política reparatória na instituição – naquele momento já bastante transformada para se adequar diante das forças políticas do regalismo pombalino – no sentido de reabrir antigos processos e desmobilizar os impedimentos a certos grupos sociais, moderando assim o seu até então rigoroso exercício de classificação social. Foi o que aconteceu, por exemplo, com candidatos que eram impedidos de serem familiares do Santo Ofício por terem filhos mulatos; a partir de 1769, esta circunstância deixaria de ser óbice no acesso à carreira inquisitorial. Portanto, a identificação da ação administrativa de reabertura e reavaliação das condições dos

habilitandos revela que o Santo Ofício, depois de estar sob intervenção direta da coroa portuguesa, não foi apenas “domesticado”, mas esteve à serviço dos ímpetus de governação do reformismo empreendido no reinado josefino.

Palavras-chave: Tribunal do Santo Ofício; Habilitações Incompletas; Carreira Inquisitorial; Mobilidade Social; Reformas Pombalinas.

BEM-NASCIDOS, ESQUECIDOS E RENASCIDOS – COMISSÁRIOS E QUALIFICADORES DO SANTO OFÍCIO NOS CÍRCULOS INTELECTUAIS E ACADEMIAS LITERÁRIAS DA BAHIA SETECENTISTA

GRAYCE MAYRE SOUZA BOMFIM (DOUTORA DOCENTE – UESB)
GRAYCEBS@YAHOO.COM.BR

Abordar agentes da Inquisição na América portuguesa é tratar de uma elite colonial. Não apenas uma elite opulenta e de dominação política na sociedade soteropolitana, mas, sobretudo, de um setor que fazia parte também da “fina flor” letrada luso-brasileira. A cidade da Bahia foi de fato um grande centro em projeção e no século XVIII, consolidou-se como principal polo econômico, de jurisdição civil e eclesiástica e espaço de efervescência intelectual da América Portuguesa. Aproveitando o ensejo dos movimentos intelectuais de caráter científico e literário pretendemos com a presente comunicação apresentar um quadro geral da inserção de agentes do Santo Ofício da Bahia nos setecentos, destacadamente os Comissários e Qualificadores, que tiveram uma formação acadêmica, produção intelectual e participação nas academias literárias baianas setecentistas - *Academia Brasílica dos Esquecidos* e *Academia Brasílica dos Renascidos*. Analisaremos também aproximadamente vinte impressos publicados em oficinas de Lisboa (Regia Oficina Tipográfica, Miguel Menescal da Costa Impresso do Santo Ofício, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Oficina de Manuel Lopes Ferreira e etc.) entre 1700 à década de 1790. No conjunto das publicações encontramos majoritariamente sermões, além de homilias, orações fúnebres, orações em ação de graça e sonetos.

Palavras-chave: Bahia colonial; Santo Ofício português; Agentes inquisitoriais; Círculos intelectuais; Academias literárias.

“BISPO DE SUA MAGESTADE”: DOM FREI TOMÁS DA ENCARNAÇÃO COSTA E LIMA E O REGALISMO POMBALINO NA DIOCESE DE OLINDA ENTRE 1774-1784

MARCONE CARLOS DOS SANTOS NASCIMENTO

(MESTRANDO – UFRPE)

MARCONNYKARLOS@GMAIL.COM

Nos últimos anos vem se desenvolvendo na historiografia colonial brasileira estudos sobre o episcopado na América portuguesa. Sujeitos de importância social, cultural, econômica e política, os bispos propagaram e implementaram projetos que impactaram as vidas de seus diocesanos, modulando formas de agir, pensar e se comportar, que se refletem ainda nos dias atuais. Assim, este trabalho tem por objetivo contribuir para com estas pesquisas, na medida em que visa compreender como os bispos cooperaram com a administração civil para a implantação de determinadas políticas. Na ocasião, faremos o estudo de caso do décimo bispo da diocese de Olinda, Dom Frei Tomás da Encarnação Costa e Lima, que no período de sua administração (1774-1784) implantara medidas que dialogavam com a política religiosa do marquês de Pombal, o regalismo, que consistia na submissão da Igreja ao Estado. Esta cooperação não se dera apenas pelos bispos neste período serem “feituras do rei”, mas sim, por compor setor da igreja que fora beneficiado com tal empreendimento, como as congregações que passara por reformas recentes, entre elas, agostinianos, franciscanos e oratorianos. Além de que, muitos prelados perceberam a possibilidade de terem maior independência na gestão de seus bispados em relação ao Vaticano ao se submeter a tal política. Para tanto, recorreremos ao corpo documental manuscrito e impresso (cartas, requerimentos, decretos, ofícios, pastorais, tratados jurídicos-teológicos, etc.) presentes em diferentes arquivos e acervos, dentre eles, o Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional

da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional Portuguesa, e Arquivo da Cúria Metropolitana do Recife. Documentos que nos permitem identificar medidas de cunho regalias, durante e após a queda do ministro de D. José I.

Palavras-chave: Bispo; Regalismo; Igreja; Estado; Marquês de Pombal.

“ACCIPE BACULUM PASTORALIS”: CRIAÇÃO DO BISPADO E POSSE DO PRIMEIRO BISPO DO PARÁ (1719-1724)

JOÃO ANTÔNIO FONSECA LACERDA LIMA (DOUTOR – UFPA)

JAFLACERDA@YAHOO.COM.BR

A pretensão de universalidade da Igreja Católica se expressa, dentre tantos modos, por sua organização jurisdicional. As circunscrições eclesiais, criadas pela autoridade pontifícia e conduzidas pelos bispos, espalham e tornam presente a Igreja nos mais variados territórios. Na América Portuguesa, a cura espiritual cabia até 1551 ao bispado de Funchal, de onde foi desmembrada a diocese da Bahia, que se constituiu no bispado primaz do Brasil. O bispado do Brasil ficou sufragâneo do arcebispado de Lisboa até 1676, quando foi elevado à dignidade arqui episcopal, mesma ocasião em que foram elevadas à bispado as prelazias do Rio de Janeiro e de Olinda, ficando sufragâneas do agora arcebispado da Bahia. Um ano após, em 30 de agosto de 1677, pela bula *Super Universas orbis Ecclesias* de Inocêncio XI, foi criado o bispado do Maranhão e em 4 de março de 1719, pela bula *Copiosus in Misericordia* de Clemente XI, foi criado o bispado do Pará, ambos sufragâneos de Lisboa e desmembrados da diocese de Pernambuco. Outro modo de expressar a universalidade da Igreja se dá na observância de seus ritos, minuciosamente prescritos no *Ceremoniale episcoporum*. Pouco mais de cinco anos separam a bula de criação do bispado e a posse do primeiro Bispo do Pará, o carmelita D. Fr. Bartolomeu do Pilar. O bispo diocesano no ato de sua posse, revestido de suas vestes e insígnias próprias, demonstra externamente o seu lugar como pontífice daquela porção da Igreja universal. Ao discutirmos a criação do bispado e a posse do primeiro bispo, pretendemos demonstrar como os ritos tinham a função social de significar aos olhos de todos, o lugar da Igreja e dos eclesiais dentro do corpo da sociedade.

Palavras-Chave: Igreja; Bispado; Pará.

GIRALDO JOSÉ DE ABRANCHES, ENTRE A INQUISIÇÃO E O BISPADO (GRÃO-PARÁ, 1763-1773)

YLLAN DE MATOS (DOCENTE – UFRRJ/FAPERJ)

YLLANMATTOS@YAHOO.COM.BR

Giraldo José de Abranches esteve no Grão-Pará investido de muitos serviços: foi nomeado pelo rei para assumir a administração do bispado, na qualidade de vigário capitular, depois da expulsão do bispo; recebeu poderes da Mesa da Consciência e Ordens para tratar dos seus negócios; e foi ordenado pela Inquisição de Lisboa para visitar as capitanias do Pará, Maranhão, Rio Negro e Piauí. O padre permaneceu em Belém por dez anos, chegando à sede do bispado em 1763, mas encerrando a visitação em 1769. Sua trajetória foi importantíssima para a política pombalina e, por isso, toda sua ação teve de se medir com o *Diretório dos índios* e os problemas ocasionados por frei João de São José Queirós, prelado daquela diocese. Assim, esta comunicação procura analisar a visitação do Santo Ofício através da atuação do visitador Giraldo de Abranches na Amazônia colonial, utilizando, sobretudo, sua correspondência com Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário do Conselho Ultramarino, e também diversas instituições, entre elas a própria Inquisição, como meio de compreender essa trajetória. Mais que analisar os delitos, nesse sentido, o objetivo é perceber as formas, os resultados e os limites da mesa inquisitorial instalada em Belém no século XVIII.

Palavras-chave: Inquisição; Amazônia colonial; bispado; heresia; Grão-Pará.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

**PERSEGUIÇÕES, COMUNICAÇÃO
E FORMAS JUDICIAIS**

**EXORTAÇÕES À JUSTIÇA COLONIAL. A
PUBLICAÇÃO LISBOETA DE UM SERMÃO
BAIANO DO PADRE ANTÔNIO DE SÁ**

DANIEL PIMENTA OLIVEIRA DE CARVALHO
(PÓS-DOUTORANDO – UFRJ/CNPQ)
MURIQUID@GMAIL.COM

Durante as décadas centrais do século XVII, foram impressas pela primeira vez em Portugal edições individuais de sermões pregados em suas possessões americanas. Entre elas, figura o *Sermão que o padre Antonio de Saa da Companhia de Jesu pregou à Justiça na Sancta Sé da Bahia na primeira Oitava do Spiritu-Sancto*, publicado em Lisboa pela oficina de Henrique Valente de Oliveira em 1658. Nossa análise deste livreto procurará, em um primeiro momento, identificar os indícios, encontrados no seu texto e apresentação, do tipo de preocupação que pode ter conduzido à sua impressão, entendendo-o como um objeto criado em busca de um determinado impacto na sociedade em que seria lido, dependendo justamente de como seria lido. Seu tema: os erros a serem evitados e os acertos a serem perseguidos na administração da Justiça humana, tanto punitiva quanto distributiva. Neste sentido, e enquanto parte de um estudo mais amplo sobre os sermões pregados na cidade de Salvador e impressos nas tipografias europeias ainda no século XVII, esta comunicação deverá verificar se existe talvez, como em outros exemplos da mesma série documental, uma relação entre esta publicação lisboeta e motivações ou demandas provenientes da Bahia, através principalmente de suas

estruturas eclesiais, e se é possível identificar estratégias de afirmação político-religiosa no quadro da Igreja e do Império português. Em um segundo momento, porém, será interessante também considerar este sermão específico no interior da obra e da trajetória do padre Antônio de Sá, jesuíta nascido no Brasil, conhecido por suas habilidades oratórias, e notadamente pela pregação realizada em Lisboa quando de sua passagem pelo reino, já no início da década de 1660, intervindo em um período particularmente turbulento da política portuguesa.

Palavras-chave: pregação; cultura impressa; Bahia; século XVII.

DIPLOMACIA E INQUISIÇÃO NA PRIMEIRA DÉCADA DA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

THIAGO GROH DE MELLO CESAR (DOUTOR – UFT)

THGROH@TERRA.COM.BR

Quando a Casa de Bragança deixa o paço em Vila Viçosa para ocupar o trono na corte restaurada em Lisboa, D. João IV, tal como Portugal, está assumindo o ônus da União Ibérica, lançando os lusitanos para os conflitos europeus e por consequência as disputas no ultramar. O novo rei tinha três importantes missões para garantir a Restauração e manutenção do reino, que segundo Evaldo Cabral de Mello na obra *O Negócio do Brasil*, eram: obter o reconhecimento internacional do Reino e do trono, defender as fronteiras na península e recuperar as colônias perdidas ao longo do globo para o inimigo batavo, principalmente. Cumprir com sucesso essas tarefas, eliminando o ônus deixado pela união das coroas, passa pelo esforço diplomático. A prática da diplomacia, no entanto, não era precisamente uma novidade para Portugal no século XVII. Desde o quatrocentos o reino mantinha relações regulares com outras coroas europeias, tratando muito mais dos laços de parentescos que ligavam as cortes que propriamente de negócios, constituindo uma diplomacia bastante diferente daquela que se pratica atualmente e inicia-se na segunda metade do século XVI. Logo, uma das primeiras ações de D. João IV, após a sua aclamação é justamente formar um corpo diplomático para buscar junto às diversas monarquias europeias e da Santa Sé sua legitimação como monarca de Portugal e o reconhecimento da independência

do reino. Contudo, a economia do reino estava em crise devido à presença holandesa no Nordeste do Brasil, além dos custos da guerra fronteiriça com a Espanha. Os custos elevados das missões diplomáticas obrigaram D. João IV a buscar recursos com financiadas como Duarte da Silva, assim como associar-se figuras como Manuel Fernandes Villa Real que tinham influência junto as comunidades sefarditas e circulavam pelas cortes estrangeiras com desenvoltura. O objetivo dessa apresentação é pensar por meio dos processos inquisitoriais de ambos os personagens, das cartas diplomáticas e outros documentos, o papel dos cristãos-novos na diplomacia da Restauração.

Palavras-chave: Diplomacia, Inquisição, Restauração portuguesa, Dom João IV.

ENTRE OS RAMOS E A ESPADA: A MISERICÓRDIA E JUSTIÇA NA REPRESENTAÇÃO DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVII (1605 -1643)

BRUNO FERNANDES SILVA MATOS RIBEIRO (MESTRANDO – UFRRJ)
BFSMR21@GMAIL.COM

A presente comunicação integra a dissertação de mestrado cujo objetivo foi compreender como a Inquisição portuguesa se representava diante da sociedade, na primeira metade do século XVII – mais especificadamente entre o perdão-geral de 1605 e a batalha de privilégios contra os jesuítas da Universidade de Évora, em 1641-3. Ou seja, qual a visão que a instituição produziu sobre si mesma e como apresentava-se e se defendia diante daqueles que a criticavam. Assim, nesta comunicação, temos como objetivo compreender como o Tribunal do Santo Ofício difundiu uma imagem pedagógica, com o intuito de persuadir e validar suas ações. O lema “*misericórdia et justitia*” estampados nos estandartes e idealizado nos regimentos de 1613 e 1640 se transformou no poder simbólico e disciplinar da Inquisição. Por meio do seu lema, o Tribunal se viu “senhora da Graça e da Justiça” punindo o mal (heresia) e reconciliando o réu com o divino (misericórdia). Diante das ações do Tribunal, inquisidores se viram como “*ecclesia defensores*”, isto é, não se viam defensores somente da fé, mas da própria Igreja Católica. Dessa forma, quem ousasse criticar as ações dos

inquisidores estariam, portanto, agindo contra a própria Igreja. No auto-da-fé, muitos sermões foram utilizados como mecanismo para a defesa da Inquisição e de seus membros, que, por sua vez, produziram discursos e iconografia (símbolo nos estandartes) que representou um poder simbólico do Santo Ofício na sociedade lusitana.

Palavras-chave: Representação; Inquisição; Crítica; Portugal.

CASTIGO E PENALIDADE NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: REGISTRO DE CONDENADOS PARA AS GALÉS (SÉCULO XVIII)

EMÃNUEL LUIZ SOUZA E SILVA (DOUTOR – UFF / DOCENTE – IFMT)
EMANUEL.SILVA@SRS.IFMT.EDU.BR

O Tribunal do Santo Ofício português e a justiça secular deste país utilizaram, durante a época moderna, uma variedade de condenações e sentenças como forma de castigo e punição aos considerados desviantes ou infratores da legislação inquisitorial e determinações das Ordenações vigentes. Entre os castigos aplicados podemos destacar: penitências espirituais, açoites, confisco de bens, degredo, morte na fogueira, calcetas e trabalhos forçados nas galés. Com base nisso, propomos, nesta comunicação, analisar a documentação referente aos registros de condenados para as galés e que o foram durante o século XVIII. A partir desta fonte, disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, podemos avaliar uma série de aspectos que marcam tanto os mecanismos e procedimentos de repressão, como também observar informações acerca dos indivíduos sentenciados: características físicas, estatuto social, estado civil, tempo destinado ao cumprimento da pena, delito pelo qual foi condenado, entre outras informações que podem ser extraídas deste material.

Palavras-chave: Degredo às galés; penalidades; Império português.

A TEOLOGIA MORAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO PROCESSUAL: CONFLITOS MATRIMONIAIS JULGADOS PELA REAL AUDIÊNCIA DE BUENOS AIRES ENTRE FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

MARIANGELA CÉLIA RAMOS VIOLANTE (DOUTORANDA – USP/CAPES)

MARI-CRV@HOTMAIL.COM

Esta proposta de comunicação se relaciona aos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento. O recorte da investigação é a administração da justiça local do Vice-reino do Rio da Prata durante fins do século XVIII e início do XIX, período em que a chamada Segunda Real Audiência de Buenos Aires funcionou entre 1785 e 1810 aproximadamente. O objeto de pesquisa é composto por processos criminais julgados em grau de apelação que fazem parte do *Archivo de la Real Audiencia y Cámara de Apelación de Buenos Aires* (parte do acervo do *Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires “Ricardo Levene”* da cidade de La Plata). Trata-se, particularmente, de crimes envolvendo a violência contra a mulher e que estão relacionados aos conflitos e incomodidades no matrimônio, tais como causas de maus-tratos, feridas, tentativa de homicídio, dentre outras. A partir da perspectiva da História Cultural voltada para a História da Justiça, propomos uma reflexão sobre a argumentação jurídica do ponto de vista do repertório doutrinário da teologia moral comum ao mundo Ibero-americano. Isso significa privilegiar a observação de elementos constitutivos de uma cultura jurídica e de uma cultura judicial, isto é, uma concepção particular do universo normativo e uma maneira também particular de sentenciar imbuídas da cosmovisão cristã. Pretendemos pensar de que maneira as condutas do réu e da vítima eram concebidas pelas alegações da defesa e da acusação em termos de vícios e virtudes, assim como os crimes e os delitos eram entendidos como pecado, como uma falta cometida contra o comportamento cristão.

Palavras-chave: História da justiça; cultura jurídica; teologia moral; processos judiciais; crimes contra a mulher; conflitos matrimoniais.

PARA ALÉM DO IMPÉRIO: PERSEGUIÇÕES RELIGIOSAS, COMUNIDADES E REDES NEOCONVERSAS NA MODERNIDADE

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS (DOCENTE - UFV)
ANGELOASSIS@UOL.COM.BR

Esta comunicação é fruto de um projeto de pós-doutorado em desenvolvimento na Lettres Sorbonne Université, sob a orientação da Professora Laura de Mello e Souza. Pretende investigar os variados espaços da presença cristã-nova portuguesa durante o período em que o problema do criptojudaísmo se fez ameaça no mundo luso, mapeando alguns espaços e rotas de fuga desta diáspora, não apenas a partir das fontes deixadas pela Inquisição, mas ainda através de obras de croniastas destas realidades, como observaram e valoraram a prática oculta judaica, buscando compreender como essa *ouillage* foi utilizada e misturada à cultura e aos valores dos locais que escolheram para recomeçar a vida. Em especial, pretendemos entender a migração neoconversa para espaços livres do alcance oficial da Inquisição portuguesa, em especial no mapa europeu, como Holanda, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e outras regiões que receberam e viram surgir comunidades de cristãos-novos, inclusive, com alguns deles abandonando a fé católica e aderindo, nos espaços de livre crença, ao Judaísmo, passando de cristãos-novos a judeus-novos. A intenção geral da investigação é demonstrar a hibridez das saídas encontradas pelos neoconvertos para adaptarem-se às novas realidades, bem como, no caso daqueles que desejavam abraçar a religião dos antepassados, vivenciar e divulgar, dentro do possível, a experiência judaica e permitir sua continuidade pelas novas gerações.

Palavras-chave: redes sefarditas na Modernidade; Inquisição portuguesa; resistência religiosa; comunidades cristãs-novas.

INQUISIÇÃO E PODERES LOCAIS NA CAPITANIA DA BAHIA

SUZANA SEVERS (DOCENTE - UNEB)
SUZANASEVERS@GMAIL.COM

Esta comunicação pretende apresentar o estado da arte da pesquisa que desenvolvo na Universidade do Estado da Bahia sobre as relações

entre Inquisição e autoridades locais de Salvador na estruturação de seus interesses e na manutenção de sua efetiva ação repressora, sem, contudo, deixar de perscrutar as dimensões variegadas de domínio luso em terras tropicais. Cumpre observar a correlação de força, os arranjos e as formas de negociação entre as partes e em que medida as elites locais beneficiavam-se pessoal e socialmente dessas articulações. Além disso, interessa também reconhecer as condutas de funcionários (Comissários e notários, por exemplo) e agentes inquisitoriais (Familiares do Santo Ofício) frente ao cumprimento de suas funções e o convívio social com suspeitos e sentenciados pela Inquisição. Da mesma forma, o envolvimento e comprometimento de ordens religiosas, a exemplo de jesuítas, capuchinhos ou mesmo franciscanos e beneditinos, com o êxito da atividade inquisitorial nesta conquista ultramarina. Diferentemente dos colaboradores do Santo Ofício para os quais começam a esboçar substanciais estudos que os perfilam de modo mais geral, as ordens religiosas no contexto inquisitorial é assunto pouco estudado pela historiografia clássica e recente e quase nada se sabe sobre sua influência no Recôncavo baiano. É debruçando na análise da documentação inquisitorial, camarária (Atas da Câmara) e eclesiástica que se vislumbra as articulações políticas e as relações de poder presumidamente viabilizadoras do cumprimento das ordens inquisitoriais, para as quais estavam disponíveis bispos, Comissários e uma plêiade de religiosos regulares e seculares, além dos Familiares do Santo Ofício e toda a gente de poder.

Palavras-chave: Inquisição; América portuguesa; relações de poder; elites.

O BRASIL NA CORRESPONDÊNCIA INQUISITORIAL PORTUGUESA – SÉCULOS XVII E XVIII

DANIELA CALAINHO (DOCENTE – UERJ)

CALAINHO@GMAIL.COM

Os fluxos de comunicação do Santo Ofício português através de trocas regulares de correspondência foram fundamentais para o bom funcionamento das suas várias instâncias administrativas, sendo veículo estratégico para o cumprimento do exercício do poder inquisitorial no Reino e em terras coloniais na Época Moderna. O Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição portuguesa,

mantinha constante troca de correspondência com os tribunais regionais de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa, bem como com outras instâncias eclesiásticas e seculares. O tribunal inquisitorial produziu farto volume de documentação escrita se comparada às outras instituições portuguesas no Antigo Regime. Cada um dos tribunais locais organizava e gerenciava o fluxo de informações recebidas, administrando a guarda de todo este material. Os temas presentes nesta correspondência expedida e recebida pelo Tribunal lisboeta foram os mais diversos, desde procedimentos específicos relacionados ao cotidiano e funcionamento do Tribunal, como encaminhamento de denúncias, informações sobre habilitações, prisões, envio de editais, rol de livros proibidos, execuções de diligências, dentre outros, até discussões sobre casos de determinados réus, questões econômicas, número de agentes em diversas localidades, modos de processar certos delitos, pedidos de comutação de pena de degredo por parte dos réus, etc. O objetivo desta comunicação é explicitar alguns resultados desta pesquisa, que pretende traçar um quadro temático a partir dos assuntos tratados nos circuitos de correspondências com o Tribunal de Lisboa, especificar seus destinatários e remetentes, os períodos de maior circulação e tentar desvendar o cotidiano daqueles que transportavam os documentos a partir dos processos que sofreram no caso de violações, e roubo da correspondência inquisitorial, enquadrados nos chamados “crimes contra o Santo Ofício”, e percebendo com isso as possíveis fragilidades da estrutura organizacional da Inquisição portuguesa.

Palavras-chave: Inquisição; Santo Ofício; Correspondência.

A COMUNICAÇÃO INQUISITORIAL: ASPECTOS DA COLABORAÇÃO ENTRE AS INQUISIÇÕES PORTUGUESA E ESPANHOLA

LUCAS MAXIMILIANO MONTEIRO (DOCENTE – IFFAR)

LUCAS.MAXMONTEIRO@GMAIL.COM

O objetivo central desta comunicação é apresentar os resultados finais da pesquisa desenvolvida entre os anos de 2014 e 2019 a respeito da colaboração entre os tribunais inquisitoriais de Espanha e Portugal ao longo dos séculos XVI e XVIII. Durante este período,

as inquisições espanhola e portuguesa colaboraram na perseguição dos desviantes. Informavam sobre o paradeiro de um fugitivo, compartilhavam denúncias e confissões de presos, fazendo com que esta informação circulasse por entre as fronteiras das monarquias, chegando também aos tribunais radicados na América. Dentre os encarcerados podia haver uma família inteira, cujos membros estavam nos cárceres dos dois lados da fronteira. Aos inquisidores, coube a troca de informação, para que a causa não ficasse sem as provas do desvio religioso. Os tribunais também colaboraram para a formação da rede de agentes inquisitoriais, realizando as diligências de limpeza de sangue daqueles radicados no reino vizinho, ou na América. A atuação colaborativa dos inquisidores permitiu alargar o alcance de um tribunal, não permitindo ao desviante que ficasse impune, mesmo que cruzasse a fronteira para o reino vizinho. Pretende-se apresentar estas nuances da colaboração inquisitorial, baseadas nos registros de correspondências dos tribunais ibéricos e americanos.

Palavras-chave: Inquisição; Tribunal do Santo Ofício; Comunicação Inquisitorial; desvios religiosos.

A PRÁTICA ADMINISTRATIVA DO SANTO OFÍCIO NO MARANHÃO DO SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DOS REGISTROS DE CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS

FERDINAND ALMEIDA DE MOURA FILHO (DOUTORANDO UFPA)
FERDINANDHISTORIA@YAHOO.COM.BR

A presente proposta de comunicação é parte dos dobramentos de minhas investigações à nível de doutorado pelo programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Desta forma, proponho-me a analisar a organização e funcionamento do Santo Ofício no Bispado do Maranhão, a partir de 1724 até o ocaso desta instituição,

em 1821 - para além da Visitação empreendida entre 1763 e 1773. Para esta comunicação, a problemática central será o circuito de comunicação, informação e, por conseguinte, operacionalização do Santo Ofício português com a periferia - o Maranhão do século XVIII. Para tanto, utilizaremos, sobretudo, de um fundo documental que só recentemente tem chamado atenção de nós historiadores para uma análise sistemática. Trata-se dos *Livros de Registro de Correspondência Expedida*. Algumas questões nortearão esta exposição: Quais eram as estratégias utilizadas para colmatar a distância entre a Inquisição de Lisboa e o Maranhão fazendo valer, assim, o exercício do poder jurisdicional? Quem eram os interlocutores acionados a realização dos atos administrativos e judiciais desta instituição? Qual era a dinâmica local destes sujeitos para o comprometimento destas comissões? À guisa de conclusão, gostaríamos de discutir a questão da descentralização das funções inquisitoriais à luz da delegação de poderes e o papel das comissarias.

Palavras-chave: Inquisição; Maranhão; Colônia; Comissaria; Jurisdição.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E SOCIABILIDADE

APONTAMENTOS SOBRE LEGITIMIDADE E QUALIDADE DE COR DE GENITORES E INOCENTES. QUANDO A VIDA CONJUGAL DOS PAIS INTERFERIA NA QUALIDADE DE COR. JACUTINGA, RIO DE JANEIRO, SÉCULOS XVIII E XIX

MOISÉS PEIXOTO SOARES (DOUTOR - UFRJ)

PEIXOTO_MOISES@YAHOO.COM.BR

A proposta da apresentação é cotejar o tipo de relação conjugal estabelecida entre os genitores (se casados ou não), principalmente forros e egressos do cativo, e suas qualidades de cor anotadas nos livros paroquiais pelos religiosos. Neste caso, observou-se que forros pais de filhos legítimos, à revelia da cor da pele, tendiam a ser classificados como pardos e, muitas vezes, brancos. Ao passo que pais de filhos

naturais eram inscritos como pardos ou pretos. Certamente, isto se deu por ordens superiores e/ou pela prática costumeira, como a do visitador Barbosa, que esteve em Jacutinga de 1811, e assim deixou escrito no livro de batismo de escravos da freguesia: “*sendo os batizados filhos legítimos de pais nascidos neste bispado, e também seus avós, se fará menção deles nestes assentos como se fossem brancos*”. Ou seja, para além da cor da pele, ser branco, pelo menos para este padre, estava atrelado ao comportamento conjugal dos pais. Suponho, portanto, que se a legitimidade interferia na qualidade de cor dos filhos, não diferente seria para os pais. Neste caso, se a ordem do visitador foi posta em prática pelos padres que passaram por Jacutinga, nem todos anotados como brancos tinha a tez alva. Ademais, se considerarmos que até boa parte do século XIX as fontes paroquiais, mormente de batismo, serviam como identificação do indivíduo, concordaremos que a maneira que era classificado nelas (como pretos, pardos, cabras, etc.) incidia diretamente na classificação social. Assim, a partir do cruzamento de fontes paroquiais da freguesia, pretendo analisar o perfil social dos fregueses, acima de tudo egressos do cativoiro. Palavras-chave: qualidade de cor; legitimidade; forros.

DISPENSAS E CONCUBINATOS NOS SERTÕES DO NORTE DE BAIXO DO BISPADO DE PERNAMBUCO, O CASO DA VISITA DO CÔNEGO GARCIA VELHO DO AMARAL (1762–1766)

JOSÉ RODRIGUES DA SILVA FILHO (DOUTORANDO – UFRN)

RODRIGUESHISTORIA@OUTLOOK.COM

O presente trabalho apresenta uma análise da prática de formação de relações familiares, no bispado de Pernambuco do século XVIII, a partir de uniões ilegítimas, segundo o prisma da ortodoxia católica. Como estudo de caso parte-se da visita do Cônego Garcia Velho do Amaral (1762 – 1766) a repartição dos “Sertões do Norte de Baixo”, correspondente à capitania do Rio Grande e parte da capitania da Paraíba. As fontes que embasam esse estudo são um sumário de testemunhas elaborado sobre a ação do clérigo na dita visita e os registros de casamento das freguesias visitadas. A documentação atesta a prática comum de casamentos entre primos, mesmo que sem a devida dispensa, o que significava um número significativo de uniões extramatrimoniais. A tentativa de controlar e coibir as ações desviantes dos

católicos, especialmente os “pecados públicos” como concubinatos e amancebamentos, eram não somente alvo dos sermões e termos de visita, deixados nos livros paroquiais, mas também de punições efetivas e públicas aos culpados. Não obstante a presença de legados episcopais e a aplicação das penas apontadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o alto número dos casos de desvios morais, mostra que a sociedade das freguesias do Sertão do Norte de Baixo, estava longe de um controle efetivo por parte da autoridade episcopal. É significativo que os casos de desvio moral apontado no sumário de testemunhas ou nos as dispensas constantes nos registros paroquiais resumiram-se aos casos que foram tidos como de aplicação abusiva do direito, para o caso do sumário, sobretudo, ou referentes aos que solicitaram dispensas para celebrar seu matrimônio na igreja, sendo ou não fruto de uma denúncia na visita, o que pode velar um universo muito maior de desvios públicos da moral católica. Nesse sentido, as visitas eram instrumentos de integração de freguesias distantes da Sé do bispado, fazendo chegar aos sertões a presença do poder episcopal através de seus legados.

Palavras-chave: Bispado de Pernambuco; relações familiares; dispensas matrimoniais.

MAGIA AMOROSA E A BUSCA PELO CASAMENTO NA BAHIA DO SÉCULO XVI

DANIELE STÉFANI DA SILVA CORADO (MESTRANDA - UNEB)

DANIELE_CORADO@HOTMAIL.COM

Na Europa Moderna, a religião católica praticada entre as camadas populares era mal assimilada e permeada por antigas crenças pagãs. Esse catolicismo permeado por heterodoxias continuou a ser praticado pelos europeus que chegaram à América portuguesa, mesclando-se com outras religiões e sendo vivenciado de diversas maneiras. Muitas práticas mágicas coexistiram com o catolicismo, sendo este também ressignificado em rituais que estavam muito distantes do que pregava a ortodoxia. Na colônia, essas práticas, muitas vezes, estavam associadas à sexualidade. Esta comunicação tem origem em questões levantadas em minha pesquisa de Mestrado sobre relação entre as condições de sobrevivência feminina na Bahia em fins do século XVI e o interesse das mulheres pela magia amorosa/sexual.

Aqui, tenho por interesse demonstrar como a magia amorosa/sexual foi utilizada por mulheres na América portuguesa no século XVI com a finalidade de alcançar o casamento e, conseqüentemente, tudo o que o matrimônio representava naquela sociedade. Para isso, trabalharei com a trajetória de Violante Carneira e, através dessa personagem, pretendo discutir a realidade de mulheres que buscaram maneiras de sobreviver em um espaço de perseguição e exclusão, tema de fundamental importância e que merece espaço na narrativa histórica, que por tanto tempo silenciou a atuação feminina e as questões de gênero. Essa discussão se dá a partir do uso de fontes como os livros de Confissões e Denúncias da Primeira Visitação do Santo Ofício   Bahia, além de processos disponíveis em acervo digitalizado pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, visto que são materiais extremamente ricos em informa es acerca das práticas sociais, culturais e da mentalidade da época em questão, deixando transparecer elementos importantes das rela es sociais, bem como dos sistemas de repressão. Essa documenta o permite inferir que parte das práticas mágicas confessadas ou denunciadas ao Visitador Heitor Furtado de Mendonça teve origem em tempos anteriores   coloniza o: diversos rituais aqui recorrentes foram trazidos pelos colonos, sobretudo por mulheres. Dentre os diversos motivos pelos quais se buscavam as feiticeiras, o mais recorrente nos livros de Confissões e Denúncias foi a insatisfa o no amor, já que os feitiços quase sempre eram feitos para amansar maridos ou fazer querer bem. Em um contexto patriarcal como o da Bahia quinhentista era evidente a superioridade dos homens sobre as mulheres. Entendemos o patriarcado como um sistema social de domina o masculina sobre as mulheres, que atua não apenas no contexto familiar, mas na sociedade. Assim,   preciso destacar que toda a estrutura social corroborava com a manuten o da submissão feminina. Nesse cenário, constatamos que a magia no campo amoroso e sexual era utilizada como tática tanto para a inser o na vida matrimonial quanto para a obten o ou manuten o de uma boa convivência entre os casais. A Igreja classificou de herege não apenas os desviantes da doutrina, mas aqueles comportamentos que se distanciavam ou burlavam uma conduta católica ortodoxa. O que as confissões, denúncias e mesmo os processos em torno do que a Inquisi o considerava

práticas supersticiosas nos mostram são mulheres utilizando de ensinamentos passados por meio da oralidade - muitas vezes de geração para geração - para lidar com as dificuldades de se viver na colônia, um novo mundo que estava sendo construído. Mulheres foram julgadas e condenadas por terem utilizado desses saberes, ainda que em suas sentenças não conste a designação de feiticeira, como é o caso de Violante Carneira, cristã-velha, viúva, condenada pelo uso das palavras da consagração "*hoc est enim corpus meum*" (este é, pois, o meu corpo) durante o ato sexual. Violante era filha de Pero Roiz Carvalho, que fez parte dos quadros da governança da Bahia e de Margarida Carneira de Magalhães, moradora da cidade de Salvador. No momento de sua prisão, era viúva havia dezoito anos de Antônio Roiz Vila Real, cristão-novo, almotacel, queimado pela Inquisição em Coimbra. Violante Carneira morava com seus filhos próximo ao Terreiro de Jesus, local de nobre moradia. Apesar disso, passava por situação precária financeiramente, além de encontrar-se doente. Como nos lembra Pablo Lacošte, a viuvez era o momento em que a mulher se livrava do cárcere que era o casamento para cair em outra prisão de tipo socioeconômica (LACOSTE, 2007, p. 11). Com a morte do marido dezoito anos antes da Visitação, além de ter sua vida desestruturada financeiramente, Violante passou a se encaixar na categoria de mulher sozinha, que era vista com suspeição. Violante Carneira recebeu três denúncias, todas referentes ao uso das palavras da consagração durante o ato sexual. Essa magia sexual é considerada por Vainfas uma vivência profana do sagrado na colônia que não nega necessariamente o catolicismo, mas une "proposições desonestas" e supostos questionamentos dos preceitos da Igreja (VAINFAS, 1997, p. 200). O encantamento utilizado por Violante Carneira consistia em dizer, na boca do amante, durante o ato sexual, as palavras da consagração da Eucaristia "*hoc est enim corpus meum*". Este era um ritual muito comum entre as mulheres tanto na colônia quanto na metrópole e era utilizado para fins de benquerença, por isso as confissões e denúncias da Bahia nos mostram mulheres lançando mão deste costume para "amansar", "prender" ou fazer com que os homens lhe quisessem bem, isto é, para tê-los em suas mãos. O ritual praticado por Violante Carneira foi o mesmo com todos os denunciantes, em tempos diferentes. Segundo a ré, sua

intenção foi sempre fazer com que o amante lhe quisesse bem. Mas, o que estaria por trás dessa intenção? Sabemos que tinha muitos filhos e não tinha condições financeiras, o que poderia motivá-la a recorrer ao sobrenatural para atrair a atenção de determinados homens. Seus esforços na arte da conquista pareciam seguir um padrão: os três denunciadores eram homens pertencentes às altas camadas da sociedade colonial. Vainfas assinala que na colônia, assim como na Península, o casamento era um ideal a ser perseguido, pois garantia respeitabilidade, segurança e ascensão (VAINFAS, 1997, p. 100). Talvez por esse motivo Violante tenha passado anos de sua vida em busca de um novo casamento. Seus esforços na busca por um casamento nos mostram como a magia amorosa/sexual era experienciada pelas mulheres na colônia com a finalidade intervir indiretamente na dura realidade em que viviam, visando atingir o status de casadas. Violante Carneira era viúva. Não é difícil supor as implicações decorrentes dessa condição considerando a mentalidade quinhentista que via com suspeição as mulheres sozinhas. Em uma sociedade em que as desigualdades eram institucionalizadas como a do Antigo Regime, a desconfiança em torno das viúvas se acentuava no caso de Violante, que, naquele momento, se encaixava também na condição de mulher pobre. Para uma mulher branca que havia pertencido aos quadros da nobreza na colônia e se encontrava na miséria, a única forma de encontrar estabilidade era por meio de um casamento, já que, considerando sua ascendência, trabalhar para se manter era considerado pejorativo. Por suas culpas, Violante Carneira foi condenada a ir ao auto-de-fé para ouvir sua sentença. Foi condenada a quatro anos de degredo, que cumpriu na Ilha de Itaparica, devendo arcar também com as custas do processo, além de cumprir penitências espirituais. Elementos e palavras sagradas do catolicismo foram comumente utilizados para magia, sendo uma prática comum também em Portugal. É preciso destacar que essa prática, que atravessou o Atlântico, envolve também questões morais: o Visitador declarou que Violante estava em busca de “amor desonesto” ao fazer uso das palavras da consagração. As palavras de Heitor Furtado de Mendonça na sentença deixam clara sua visão pautada no discurso disseminado entre os inquisidores por meio dos manuais inquisitoriais: a imagem sexualizada da mulher que pretende, através de feitiços, alcançar

atos considerados torpes e carnavais. A utilização dessa concepção pelo Visitador para julgar e punir comportamentos considerados inadequados para o feminino dentro dos valores cristãos representa bem a ideia que se tinha da necessidade de disciplinar os comportamentos femininos. As culpas da ré não foram designadas formalmente como feitiçaria, já que isso não está explícito em seu processo como a causa de sua condenação. Apesar disso, Heitor Furtado de Mendonça, sob o pretexto de punir as práticas supersticiosas, a condenou, pautado no discurso moralista empenhado em legitimar valores patriarcais, como a domesticação feminina. O olhar lançado sobre as práticas de Violante Carneira era permeado por representações de gênero, as quais construíam padrões de comportamentos naquela sociedade, demarcando os que eram corretos e os que eram desviantes. Lembremo-nos que após a viuvez, Violante se relacionou com diversos parceiros, com quem praticava encantamentos a fim de conquistá-los e contrair um novo matrimônio. A documentação acerca de sua trajetória nos mostra que ela praticou o encantamento por pelo menos quinze anos. O fato de ter estado com diversos homens era condenado pela Igreja, cujos valores restringiam as relações sexuais ao matrimônio, com a finalidade de procriação. Sabendo disso, Violante negou em seu depoimento o envolvimento sexual ao proferir as palavras da consagração. Nesse sentido, Silvia Federici defende a ideia de que as interdições feitas às mulheres serviam para a imposição de uma exclusão social. Àquela época, como ressalta Marcus Vinícius Reis, acreditava-se na natural condição feminina para submissão e na sua maior propensão às artes do diabo. “Era necessário, portanto, regular seus comportamentos, seus corpos, sua sexualidade e, não menos importante, a sua religiosidade” (REIS, 2018, p. 67). A sexualidade unida ao recurso sobrenatural, configurava, portanto, uma dupla transgressão do papel social estabelecido para as mulheres cristãs. Esse comportamento considerado transgressor aos olhos da Igreja e da Inquisição era a única forma de uma mulher nas condições de Violante Carneira tentar mudar sua vida. A tentativa de tornar o homem submisso a ela era uma forma de contornar a situação de dificuldade em que se encontrava, ou seja, o uso do encantamento foi a maneira encontrada por Violante – e por tantas outras mulheres na colônia e no reino – de intervir na realidade,

dentro das possibilidades. A mulher e a sua sexualidade precisavam ser vigiadas e a ação do Santo Ofício no caso de Violante Carneira demonstra como a Igreja Católica e a Inquisição interferiam na vida privada das pessoas, exercendo constante vigilância sobre os desvios morais, religiosos e comportamentais. Com a chegada do Visitador à colônia, a busca pela manutenção da moralidade católica estabeleceu fronteiras de comportamento que contribuíram para a representação da “mulher feiticeira”, muito associada à sexualidade. Assim, Violante Carneira acabou caindo nas malhas da Inquisição.

Palavras-chave: Mulheres; gênero; práticas mágicas; casamento; Inquisição.

A RESISTÊNCIA FEMININA FRENTE AO PODER INQUISITORIAL E CRIPTOJUDAÍSMO DA CRISTÃ-NOVA ANA MENDES NA BAHIA DO SÉCULO XVIII

ELAINE DA SILVA SANTOS (MESTRANDA – UFOB)

ELAINE.DASILVASANTOS@HOTMAIL.COM

Este estudo contempla as práticas criptojudáicas na Bahia setecentista e a trajetória da cristã-nova Ana Mendes, que viveu no Recôncavo baiano fixando sua moradia em Cachoeira, na primeira metade do século XVIII. A partir da documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, custodiados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi possível investigar sua trajetória dentro da Colônia brasileira. A história de persistência de Ana Mendes se conecta com a história de vários cristãos-novos. Essa cristã-nova chegou ao Brasil no final do século XVII, em companhia de seu irmão Diogo Nunes Henriques, viúvo na época. Ana Mendes exerceu dentro da colônia brasileira uma espécie de “rabinato” feminino. Foi professora de judaísmo, transmitindo o ensino da Lei Mosaica há várias pessoas de sua família. Os espaços domésticos se tornaram recintos de propagação de um judaísmo que fugia a ortodoxia tradicional, sendo transmitido através da memória oral,

principalmente das matriarcas, que segundo Novinsky; “as mulheres exerciam um papel primordial na família pois dela dependia a educação dos filhos, inclusive a religiosa.” Engendraram nas tradições suas resistências e permanências, dentro daquela temporalidade Ana Mendes tipificou a figura da resistência feminina, a mulher como o centro da manutenção e preservação da identidade da “gente da nação”. Através dos processos inquisitoriais de alguns judaizantes, foi possível averiguar todas as singularidades de Ana Mendes pela Colônia. Percebemos as dinâmicas da época, as efervescências do contexto histórico. O movimentar dessa cristã-nova nos mostraram suas redes de sociabilidade em ajuntamentos grupais com cristãos-novos, fazendo cerimônias criptojudáicas. Por meio de suas vivências foi possível descortinar um momento importante da resistência feminina diante do contexto híbrido e conflituoso em que viviam.

Palavras-chave: Criptojudáismo; resistência; Inquisição.

UM BÍGAMO NAS MINAS GERAIS: CASAMENTO, RELIGIOSIDADE E SOCIEDADE NO SÉCULO XVIII

LETÍCIA MAIA DIAS (MESTRA – UNIVERSIDADE DE ÉVORA)

LETICIAMAIADIAS@HOTMAIL.COM

O Santo Ofício português embora não tenha estabelecido um Tribunal no Brasil, atuou expressivamente na sociedade colonial, mediante a tentativa de disciplinar, julgar e punir os comportamentos, hábitos e costumes de seus habitantes em conformidade com os preceitos da Igreja Católica. Neste sentido, a bigamia se configurava enquanto um delito *Mixti Fori*, isto é, violava as normas da justiça civil, eclesiástica e inquisitorial. Posto isto, ao direcionar nossa pesquisa a jurisdição inquisitorial, buscamos mostrar através da análise de alguns indivíduos denunciados por bigamia, em especial do processo inquisitorial de Antonio José Cogominho, algumas particularidades do cotidiano social e da religiosidade mineira setecentista. Ademais, tentamos também perceber a bigamia através da própria estrutura dos casamentos coloniais, uma vez que o ato de casar de novo evidenciava brechas inerentes aos processos matrimoniais e que podem ter sido estrategicamente usadas pelos denunciados, acusados de “sentir mal o sacramento do matrimônio”. Portanto, procuramos traçar os principais aspectos da sociedade em

Minas Gerais ao longo do século XVIII, por meio de uma perspectiva que dialogue com a trajetória deste acusado e as estruturas matrimoniais coloniais existentes.

Palavras-chave: Bigamia; Inquisição; casamentos coloniais; Minas Setecentistas.

MULHERES INDISCIPLINADAS: SOCIABILIDADES E FEITIÇARIA NA BAHIA COLONIAL

JAQUELINE SOUZA GOMES DE MELO (MESTRA – UNEB)

JAQUELINESGMELO@GMAIL.COM

Este artigo tem por objetivo geral discutir a ideia de normatização e disciplinamento social, imposto pelo Catolicismo da Modernidade, especialmente no que diz respeito ao modelo de feminilidade em confronto ao crime de feitiçaria. Tendo como fonte os processos de Maria Gonçalves e Violante Carneira, ambas residentes na Capitania da Bahia, acusadas e penitenciadas pelo Santo Ofício durante a Primeira Visitação na América portuguesa, - processos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A análise das práticas e das relações sociais que essas mulheres estavam inseridas junto a aqueles que solicitavam seus “serviços” é de suma importância para a reconstrução das vivências da sociedade brasileira. Vale ressaltar que no Brasil não houve tribunal inquisitorial, o que não impediu a Santa fiscalização, realizada sob a jurisdição do Santo Ofício de Lisboa que por meio de Visitas e denúncias se fez presente. As contribuições da História Social, com enfoque aos Estudos de Gênero e da Micro-história são essenciais para a fundamentação teórica e metodológica deste artigo. O resultado desse trabalho é contribuir para a produção historiográfica alusivo ao período colonial, a partir da análise de comportamentos femininos considerados impróprios, não apenas por serem avaliadas como hereges, mas, por constituírem um estereótipo de mulheres indisciplinadas, que não serviam de bom exemplo para a sociedade.

Palavras-chave: Mulheres, Feitiçaria, Disciplinamento social, Bahia colonial.

CORPOS E SEXUALIDADES DISSIDENTES NOS ARQUIVOS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA: RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS DE FEITIÇARIA (1541-1595)

MARCUS VINÍCIUS REIS (DOCENTE – UNIFESSPA)

MARCUS.REIS@UNIFESSPA.EDU.BR

A partir da primeira onda (1548-1595) de processos inquisitoriais realizados pelo Tribunal do Santo Ofício português contra o delito da feitiçaria, esta apresentação tem por objetivo investigar como algumas das várias mulheres processadas performaram as suas identidades de gênero a partir da fama que adquiriram como feiticeiras. Para isto, serão analisados os processos referentes às seguintes mulheres: Brites Frazão, Iria Jorge de Avis, Mônica Fernandes e Maria Gonçalves, todas inseridas no contexto citado, embora residentes nos distintos espaços do Império português. As reflexões propostas buscarão levantar a possibilidade destas mulheres terem não somente construído a identidade de feiticeiras a partir das crenças e práticas em feitiçaria, como, exatamente pelo exercício dessa prática, terem adquirido reconhecimento e delimitado espaços de autonomia.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa; Feitiçaria; Relações de gênero.

18. REVOLTAS, INCONFIDÊNCIAS E INDEPENDÊNCIAS: EPISÓDIOS, PODERES E NARRATIVAS DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (SÉCULOS XVII-XIX)

COORDENADO POR:

PATRÍCIA VALIM (UFBA)

PATRICIA.VALIM@UFBA.BR

LUCIANO FIGUEIREDO (UFF)

LUCIANORAPOSO@UOL.COM.BR

O objetivo de nosso Simpósio Temático é reunir e dinamizar o debate em curso a respeito das lutas políticas e dos processos independentistas ocorridos na América Portuguesa e no Brasil entre os séculos XVII ao XIX. O tema das revoltas, das Independências e de outras diferentes formas que assumiu o direito à contestação vem ganhando um papel destacado na historiografia brasileira e internacional, nutrido por pesquisas originais em variadas universidades espalhadas pelo país e na Europa ibérica. Tais processos desdobram-se em diferentes escalas e configurações: guerras indígenas, motins urbanos, conjuras palacianas, furores rurais, conflito entre autoridades, chicanas jurídicas, guerra contra potências invasoras, deposição de governadores, rumores, quilombos, quarteladas, enfrentamentos da ordem monárquica, independências e muitas outras. São perceptíveis ainda os condicionamentos conjunturais: as múltiplas manifestações ocorridas nas capitanias sob o Antigo Regime após a Restauração Portuguesa de 1640, durante as tumultuadas décadas que marcaram o tempo das revoluções atlânticas e no período seguinte, quando se consolida o Estado-nação, nos marcos da monarquia constitucional. Nestes três momentos, traços comuns e muitas diferenças acompanham as revoltas, contestações e processos

de Independências. Sempre que possível, interessa-nos estudos que desenvolvam abordagens lidando de maneira ampliada com o tema das insurreições nas Américas e na Europa ibérica, assim como sobre os processos de Independências ocorridos nas províncias brasileiras do século XIX. Em ambos os casos, porém, há denominadores comuns e indagações que acompanham necessariamente os pesquisadores e estudiosos. Por isso, ao longo dos debates do Simpósio, privilegiaremos questões relativas: a) aos principais paradigmas teóricos de análise e tipologias utilizadas nos estudos; b) aos padrões de manifestação dos revoltosos evidenciados em cada caso: formas de ação coletiva, composição social dos revoltosos, rituais e representação utilizados, abrangência das revoltas (tempo e espaço) e sua repressão; c) à história, historiografia e interpretações dos processos independentistas ocorridos no século XIX; d) à memória social das revoltas e dos processos independentistas; e) ao vínculo das revoltas, incondições e independências com outras formas cotidianas de resistência e de luta política; e f) às fontes disponíveis, arquivos e documentação utilizados para o seu estudo.

.....

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

“SUBLEVAÇÃO DO CAETÉ”: UMA REVOLTA ANTIJESUÍCA PRINCIPIADA PELOS MORADORES DA CAPITANIA DO CAETÉ (1736-1741)

LEONARDO AUGUSTO RAMOS SILVA (MESTRANDO – UFPA)
LEO.ARSILVA147@GMAIL.COM

A Sublevação do Caeté foi um levante dos moradores insatisfeitos com a atuação dos missionários da Companhia de Jesus na Capitania do Caeté, no norte do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1741. Essa revolta constitui o objeto desta comunicação, antes de tudo, por estar conectada à questão do acesso à mão de obra indígena na Amazônia colonial. A partir desse contexto, objetivamos investigar e discutir a natureza da participação de diversos segmentos sociais – autoridades militares, indígenas, jesuítas e moradores – na revolta, uma vez que essa era multifacetada e não envolvia apenas uma

única razão de descontentamento. Assim pretende-se investigar as condições, necessidades e interesses que levaram estes grupos a se unirem, a estabelecerem intrigas, alianças e negociações em busca de interesses comuns. Essa perspectiva é possível, quando examinamos vestígios dos descontentamentos e alterações desses sujeitos com os impasses de seu tempo, levando-os a registrá-las, e muitas vezes, manifestando-as através dos movimentos coletivos armados. Dessa forma, há a necessidade de se recorrer às correspondências manuscritas disponíveis nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino – avulsos do Pará e Maranhão – e dos Anais da Biblioteca Nacional, juntamente com a produção bibliográfica sobre a temática, revoltas e protestos no Brasil colonial. O trabalho destaca ainda episódios que demonstram outras manifestações sociais realizadas pelos diversos segmentos sociais envolvidos na sublevação, como mortes de autoridades locais, a expulsão de jesuítas e uma fuga indígena em massa, tramas que marcaram a revolta e permitem acompanhar as ações dos movimentos sociais na Amazônia setecentista.

Palavras-chave: Sublevação do Caeté; revolta antijesuítica; Movimento social; Capitania do Caeté; Século XVIII.

BAÍAS EM REVOLTA: O PROTESTO MILITAR NO RIO DE JANEIRO E SALVADOR NA AURORA DOS SETECENTOS

FERNANDO PITANGA (DOUTORANDO – UFF/GD/CNPQ)
GUERRACISPLATINA@GMAIL.COM

A presente comunicação tem como um de seus objetivos principais a análise das condições materiais da guarnição estacionada na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVIII. Tencionamos recuperar brevemente a conturbada conjuntura das invasões francesas a cidade em 1710 e 1711, ocasião em que os soldados se apresentaram, senão de forma vexatória, muito aquém do que se esperava de uma tropa profissional, treinada nos moldes da *Guerra de Flandres*, usando aqui expressão consagrada por Evaldo Cabral de Mello. Além das investidas estrangeiras, a cidade do Rio de Janeiro conviveu com outros problemas naqueles anos, muitos motivados pelo encarecimento – ou mesmo carestia- de gêneros

básicos no mercado por conta do aumento da demanda destes nas áreas mineradoras. Tendo como base a documentação exarada do Conselho Ultramarino, sobretudo as consultas elaboradas a partir da correspondência dos conselhos municipais e de prepostos régios (governadores, provedores, ouvidores dentre outros), pretendemos analisar duas revoltas de soldados, ocorridas entre 1717 e 1724, que tiveram como motivos a questão dos atrasos nos pagamentos, uma constante no Império Português, e conflitos dos militares com a Justiça. Depreende-se dessa documentação, por um lado, de como as revoltas militares preocupavam Lisboa pelo fato de abrirem possibilidade para a conjugação de perigos internos e externos. Por outro lado, esses documentos desnudam a vida desses militares, os conflitos e solidariedades tecidas com a população. Por fim, analisaremos os porquês dessas revoltas não receberem punições como, por exemplo as dos soldados de Salvador em 1728.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Século XVIII, Revoltas, Soldados.

NO SÉQUITO, NA FOLIA: MOTINS DAS MINAS E ALIANÇAS ENTRE SENHORES E CATIVOS, AMÉRICA PORTUGUESA

FRANCISCO EDUARDO ANDRADE (DOCENTE – UFOP)

FRANCISCO.ANDRADE@UFOP.EDU.BR

Investigamos as vinculações ou alianças (no mais evidente quadro da assimetria política e social de poder), variáveis na duração, entre senhores, cativos e libertos estabelecidas nas situações de tensão ou de confrontação sociais: os motins urbanos ou das fronteiras do território minerário, na primeira metade dos Setecentos. Da conspiração à rebeldia pública e coletiva, as estratégias revoltosas incluíam conjecturas a respeito das forças de uma comunidade negra e da capacidade associativa dos escravos (caso da conspiração de 1789, nas Minas Gerais). Nos discursos dos senhores amotinados e das autoridades da repressão das primeiras décadas do século XVIII, avaliou-se a mobilização dessa camada social do cativo, que se submetia às lideranças dos *partidos* (facções) da elite local ou governante constituídos na disputa. Sujeição ambígua, na verdade, desses cativos (e libertos), pois o dirigente – o poderoso –, nos motins ou nas fronteiras territoriais, por outro lado, dependia da sua tropa

de sujeitos armados (incluindo os trabalhadores escravizados). Além dessa aliança plena de contradições, nos lugares de preconização da civilidade urbana (conforme determinadas interpretações historiográficas), ocorria outra forma de vinculação ambivalente entre os atores brancos, pretos e mestiços, com implicações políticas e nas feições dos motins. É o que se apreende quando o senhor (*homo devotus-festivus*), aproximava-se dos escravos e libertos por meios das práticas devotas, associando-se às suas confrarias, participando de algum modo da figuração pública e contribuindo com recursos para os festejos dos pretos.

Palavras-chave: motim; escravidão; aliança; devoção; festa.

“FALTAVA VIR UM INTENDENTE QUE SE FIZESSE E CONSTITUÍSSE NO MEIO DA SOCIEDADE”: INTENDENTES DE MARINHA E CONFLITOS NOS PORTOS DA AMÉRICA PORTUGUESA

HALYSSON GOMES DA FONSECA (DOCENTE - UESB)

HGFONSECA@UNEB.BR

As intendências da marinha foram repartições administrativas e fiscalizadoras das atividades econômicas e militares, instaladas nos portos lusitanos a partir de 1770 (Bahia). Foram expandidas para os principais portos do Império português por meio da Carta Régia de 12 de agosto de 1797, momento em que o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar intensificou a atuação dessa repartição retirando os intendentes exclusivamente dos quadros da Armada portuguesa. As recepções aos intendentes reinóis, que se deram na forma de protestos, tentativas de motim e movimentos de conjuração na América portuguesa são o objeto desta pesquisa. Os intendentes da marinha eram legalmente assentados nas Juntas de Fazenda na qualidade de deputados, geriram Armazéns Reais nas capitanias e fiscalizaram os agentes econômicos nos portos do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. A onda revolucionária que tomou conta do Atlântico nas últimas décadas do século XVIII reforçava a necessidade portuguesa de aumentar o controle sobre as atividades realizadas nos portos ultramarinos, onde a intendência da marinha representava os interesses régios e

a opressão dos comerciantes e negociantes. Pretende-se perceber o papel dos intendentess da marinha no período da crise do Antigo Sistema Colonial, ainda pouco conhecido. Eles atuaram ativamente na economia das capitãniass, gerando grande insatisfação entre os colonos nas décadas que antecederam a abertura dos portos em 1808. Para tanto, foram utilizados ofícios, cartas e requerimentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico da Marinha (Lisboa).

Palavras-chave: intendentess da marinha; América portuguesa; economia; protestos; motins; conjuração.

JUSTIÇA E PODER NA CAPITANIA DA BAHIA NO FINAL DO SÉCULO XVIII

MILENA PINILLOS PRISCO TEIXEIRA (MESTRANDA – UFBA/CAPES)

MILENA_PINILLOS@YAHOO.COM.BR

A aplicação da boa justiça era entendida como um dos pressupostos de grande relevância para a administração do bom governo do Estado do Brasil. Conforme anunciava o capítulo 35º do regimento dos governadores-gerais de 1677, “a justiça é tão necessária para conservação e acrescentamento dos Estados, que tudo o que na administração dela encomendar e encarregar, será muito menos do que desejo”. Os agentes régios seriam os meios para que tais fins fossem alcançados, para aquele Estado “ir em aumento”. No entanto, à medida que várias demandas eram solicitadas, esses mesmos agentes perceberam que não bastava “deter o poder de dizer o que era o direito”, era preciso demonstrar certo grau de flexibilidade diante das exigências coloniais. Portanto, para além das atribuições e competências definidas nos regimentos, requeria-se desses mesmos agentes a capacidade de lidar com todo tipo de situação conflitiva, das quais, na maioria das vezes, eles eram os maiores incentivadores. O objetivo desta comunicação é tratar de uma destas exigências, os conflitos de jurisdição ocorridos na capitania da Bahia no final do século XVIII. A partir da análise das correspondências trocadas entre os agentes régios no ultramar e o poder central, além da legislação portuguesa (leis extravagantes, cartas régias, provisões régias, alvarás, portarias, regimentos),

entende-se que esses conflitos não só desestabilizavam o sossego dos povos, promovendo a insegurança e a instabilidade, como colocavam à prova a eficácia do sistema de dominação.

Palavras-chave: justiça; cultura jurídica; conflitos jurisdicionais.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

CARTAS-DENÚNCIA: PROVA DE LEALDADE OU DE VINGANÇA? O CASO DE SILVÉRIO DOS REIS E A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (DOCENTE – UNESP/ASSIS)

ANDRE.F.RODRIGUES@UNESP.BR

O tema Inconfidência Mineira ainda se constitui como um dos assuntos que mais suscitam debates, quando se discutem sobre revoltas coloniais. Muito disto se deve ao fato de o seu maior personagem, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo apelido de Tiradentes, ser tido pela memória, tanto a popular quanto a oficial, como o maior de todos os heróis brasileiros. A Inconfidência Mineira foi um movimento que se pretendeu arquitetar na capitania de Minas Gerais contra o poder metropolitano em 1788-1789. Em geral, muito já se escreveu ao longo de mais de duzentos anos, desde o final trágico dos conjurados sentenciados pelo crime de lesa-majestade, ou seja, insurgir-se contra a autoridade real e a segurança interna e externa do Estado português na América. Entretanto, o que pouco se fez foi analisar detidamente as cartas-denúncia que deram origem à repressão empreendida contra os sediciosos mineiros. Em vista disto, a presente comunicação tem por objetivo analisar as cartas-denúncia escritas, tanto no Rio de Janeiro quanto em Vila Rica, por personagens que tentavam isentar-se da culpa de se envolverem – independentemente de seu grau de participação – no movimento rebelde mineiro, com especial destaque para a delação escrita pelo contratador Joaquim Silvério dos Reis. Mas, afinal, o que representou as cartas-denúncia no contexto histórico e discursivo da repressão aos inconfidentes? Quais informações podem ser extraídas delas? A delação ali escrita pode ser compreendida apenas como

uma simples e pura prova de lealdade ao governo metropolitano, como entende a historiografia brasileira que estuda a Inconfidência Mineira?

Palavras-chave: Silvério dos Reis; Cartas-denúncia; Delação; Inconfidência Mineira.

EM PÚBLICA CLAREZA: DEMANDAS MILICIANAS E RESPOSTAS PALACIANAS NA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798

PATRICIA VALIM (DOCENTE – UFBA)

PATRICIA.VALIM@UFBA.BR

Dez dias antes de ocorrer o enforcamento seguido do esarteamento dos corpos dos homens considerados réus da Conjuração Baiana de 1798, em 25 de outubro de 1799, a Coroa Portuguesa enviou um Alvará ao Bispo de Olinda, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, sobre a criação de um novo Regimento com sede em Recife e atuação em uma vasta região, incluindo a Capitania da Bahia. O novo Regimento deveria ser composto por 1600 homens, à semelhança do Arsenal Real do Exército, e funcionar por meio de resoluções “em pública clareza”, incluindo, por exemplo, data de recebimento de soldo, treinamento de um mês para a tropa e concurso público para ascender na carreira militar, com provas em cinco etapas e uma banca composta por três examinadores: Tenente-coronel, Major e Capitão. Fato significativo na conflituosa transição do século XVIII para o XIX, a análise da documentação do novo Regimento contempla a um só tempo a mudança de critérios típicos do Antigo Regime para o princípio de isonomia na esfera pública e a solução de compromisso que a Coroa Portuguesa estabeleceu com os milicianos que participaram do movimento, atendendo suas principais reivindicações como forma de contenção dos insubmissos. É o que se apresentará na comunicação.

Palavras-chave: Cultura política; Conjuração Baiana de 1798; demandas políticas.

ENTRE ANARQUIA E CIVILIZAÇÃO: NOTAS DE PESQUISA SOBRE RELATOS DA MARINHA FRANCESA ACERCA DA AMÉRICA MERIDIONAL À ÉPOCA DAS INDEPENDÊNCIAS

DANIEL DUTRA COELHO BRAGA (DOUTOR – UFRJ)

DANIELDUTRACB@GMAIL.COM

Esta comunicação analisa relatos de viagem publicados pelo Ministério da Marinha e das Colônias francês ao longo do período em que a França esteve sob regimes monárquicos parlamentares, ou seja, da Primeira Restauração ao final da Monarquia de Julho. Ao longo desse período, esse Ministério se destaca enquanto vetor de publicação de viagens em função das contínuas expedições científicas e estações navais cujos itinerários incluíram espaços decisivos da América meridional, tais como cidades portuárias e capitais. A relativa continuidade da política editorial de relatos de viagens por parte da Marinha francesa, a despeito de algumas tensões internas em termos de negociações editoriais e controvérsias científicas, permite analisar o vocabulário político predominante nessa instituição, sobretudo no tocante aos projetos políticos concorrentes na América meridional à época da formação de Estados independentes. Torna-se possível, assim, analisar a inserção da Marinha francesa, enquanto vetor estratégico de uma potência europeia sob regime monárquico, na disputa semântica acerca do futuro da América do Sul, notadamente em contraposição a projetos políticos na América do Norte e, também, em relação à circulação de ideais liberais na própria Europa. Para tanto, a comunicação aborda relatos decorrentes das viagens de oficiais como Louis de Freycinet, Louis Duperrey, Abel Dupetit-Thouars, Albin Roussin e Nicolas Vaillant. Ressaltam-se diferenciações no interior da América do Sul evidenciadas por esses próprios viajantes, no intuito de avaliar as posições conceituais distintas que eles mobilizaram ao abordar temas como a escravidão, a mestiçagem, a oposição entre princípios monárquicos e princípios republicanos, o cristianismo e as sociedades ameríndias. Em termos metodológicos, os relatos publicados são contrapostos aos manuscritos da troca de correspondência operada no interior do Ministério da Marinha e das Colônias à época da realização de viagens e expedições, atualmente arquivados no Service historique de la Défense em Vincennes (França).

Palavras-chave: vocabulário político; independências; monarquia.

DAS PRÁTICAS GOVERNATIVAS EM TEMPO DE CRISE: D. MANOEL DE PORTUGAL E CASTRO E A INDEPENDÊNCIA EM MINAS GERAIS (1814-1822).

ANA TEREZA LANDOLFI TOLEDO (DOUTORANDA – UFMG/CAPES)
LANDOLFIAT@GMAIL.COM

Nos anos finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX o anticolonialismo estava em pauta nos diferentes círculos sociais na América Portuguesa. Em meio a este momento de efervescência de ideias, observamos, então, a possibilidade do rompimento dos laços que uniam metrópole e colônia e como este debate estimulou o aparecimento de novas formulações e práticas políticas a respeito das relações coloniais. Neste sentido, considerando o presente contexto, essa comunicação tem por objetivo analisar as práticas políticas de d. Manoel de Portugal e Castro à frente do governo de Minas Gerais, de 1814 a 1822. Para tal, analisamos esta personagem histórica como um sujeito tributário ao *ethos* nobiliárquico português, cuja linhagem esteve intrinsecamente ligada aos altos cargos da Monarquia. A partir desse enfoque, o propósito dessa apresentação é refletir sobre as atitudes de um governante formado nos valores do Antigo Regime português, num contexto permeado por mudanças que abalaram os pilares do sistema político vigente. É nesta encruzilhada entre dois mundos que, à frente do governo de Minas Gerais, d. Manoel de Portugal e Castro se colocava como uma figura síntese da conjugação entre o *velho* (*antigo*) e o *novo* em um cenário em que novos paradigmas eram postos em face ao *modus operandi* do Antigo Regime, cujas fissuras da assimetria entre metrópole e colônia se mostravam mais agudas. Para tal, privilegiaremos em nossa análise a Coleção de ofícios expedidos pelo presente governador.

Palavras-chave: Minas Gerais; práticas governativas;
Independência do Brasil; d. Manoel de Portugal e Castro.

CEARÁ DEVISSADO: A “REPÚBLICA DO CRATO” DE 1817 E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

FELIPE DENNILSON RIBEIRO FEIJÓ (MESTRANDO – UFPE)

FELIPE.FEIJO@UFPE.BR

Este presente texto tem por objetivo apresentar a pesquisa sobre os impactos da Revolução de 1817 no Ceará. Utilizando os dados disponíveis nas devassas de 1817, publicados nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, somado aos documentos manuscritos da Revolução de 1817 e ao debate sobre o processo de independência da América Portuguesa, propomos esta análise. Desde o alvorecer do século XIX, a então capitania do Siará grande, ou simplesmente do Ceará, foi marcada por transformações econômicas, políticas, administrativas e culturais, aprofundadas com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Autônoma desde 1799 da Capitania Geral de Pernambuco, o Ceará passou a ser rota de funcionários régios e do comércio direto com Lisboa e Londres, puxado pelo surto algodoeiro do início da centúria. Disputas e embates foram travados entre esses novos sujeitos que passaram a habitar o Ceará e a velha elite enfeudada nas Câmaras Municipais. Dentro desse novo contexto, pactos foram feitos e “partidos” foram formados. O Ceará em 1817 era uma “bomba” a explodir. Por isso, desde as primeiras notícias recebidas sobre a revolução de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, uma série de medidas foram tomadas pelo governo da capitania, dentre as primeiras: a prisão de alguns membros do grupo oposto ao Governador e a família Castro. O ouvidor, o vigário da capital, membro de um clã oposto aos Castro, os Moreiras, e alguns comerciantes de algodão são presos ou retidos. Todos acusados de conspirarem contra o Rei, mas, sobretudo, contra o governador. Com os eventos do Crato, a partir do 03 de maio, os crimes de conspiração passaram a ser tratados como de rebelião

e traição envolvendo uma “facção” das elites locais que ansiavam por mais autonomia contra o governo da vila da Fortaleza a qual já negociava a hegemonia na capitania frente às outras vilas. Foram estas mesmas elites conflitantes em 1817 que estiveram presentes nos futuros acontecimentos de 1821 a 1824 no Ceará.

Palavras-chave: Ceará; Processo de Independência; Revolução de 1817; Elites; Família.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

ANTÔNIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND: “NOTÁVEL DA INDEPENDÊNCIA”

DANIEL CARVALHO DE PAULA (DOUTORANDO – MACKENZIE)

DANIELCARVALHODEPAULA@GMAIL.COM

Conselheiro de Sua Majestade Imperial e diplomata, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, nasceu no Rio de Janeiro, em 1794, e faleceu em Paris, em 1874. Em início precoce de sua carreira na burocracia do Império, a partir de 1809, serviu à Chancelaria do Reino. Obteve o hábito da Ordem de Cristo em 1810. Em 1817, foi denunciado como partícipe da Revolução Pernambucana e reputado como maçom, o que negou, veementemente. Drummond possuía ligações estreitas com os irmãos Andrada, sendo o destinatário das *Cartas Andradinas*. Menezes, como lhe chamavam os Andrada, não sofreu maiores retaliações pela denúncia, porém foi afastado da capital e transferido para Santa Catarina. De volta ao Rio de Janeiro, foi um dos fundadores e principal redator do jornal *O Tamoyo*, em cujas páginas defendeu a causa da Independência, rendendo censuras à publicação. Dissolvida a Constituinte, em 1823, por ser considerado demasiadamente radical na defesa das instituições liberais, como ocorreu a Bonifácio, Drummond foi punido com desterro a Paris. Varnhagen, na *História da Independência do Brasil*, cita Drummond como sendo importante personagem daqueles acontecimentos, mas, principalmente, como tendo escrito em suas *Anotações* à sua biografia uma espécie de “pré-história” da Independência do Brasil. Drummond retornou ao Brasil somente em 1829, e logo foi reenviado a Europa como diplomata. O ápice de sua carreira veio com a nomeação a Ministro Plenipotenciário em Portugal. Também foi membro do IHGB

e institutos acadêmicos europeus. Drummond é um personagem cuja trajetória deverá ser capaz de oferecer alguma contribuição ao estado da arte sobre as relações do Brasil nascente com a antiga metrópole portuguesa. Não queremos, contudo, cumprir esse fim minorando nosso personagem diante dos contextos históricos mais amplos, ou tomando-o por pretexto. Interessa-nos, pois, nos debruçar sobre o homem e sua época, procurando compreender o seu lugar na cultura intelectual e política do seu tempo.

Palavras-chave: Conselheiro Drummond; Independência do Brasil; Biografia; Exílio político; Diplomacia.

DAS CENAS BÉLICAS AO DUELO DE PALAVRAS: NARRATIVAS VISUAIS EM CONFRONTO SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

CARLOS LIMA JÚNIOR (DOUTOR – USP/FAPESP)
CRLSLIMAJR@GMAIL.COM

Em fins de fevereiro de 1917, o historiador Afonso Taunay assumiu o posto de diretor do Museu Paulista. Aprontar o interior do edifício para os festejos do Centenário da Independência, que ocorreriam em setembro de 1922, era o que almejava Taunay, junto aos altos membros da política do Estado de São Paulo. Para tal intento, artistas brasileiros, mas também muitos estrangeiros, foram recrutados pelo diretor, a partir de 1919, com o objetivo de recriar em pinturas as cenas históricas selecionadas a serem expostas nos espaços vazios do “edifício-monumento”, erguido entre 1885 e 1890, no alto da colina do Ipiranga. Rascunhado ainda em 1919, e endereçado ao Governo do Estado no mesmo ano, o Projeto submetido por Taunay propunha, de maneira detalhada, uma narrativa da história da Independência política, que difere, substancialmente, daquela apresentada, ainda que parcialmente completa, em 7 de setembro de 1922, quando o Museu reabriu suas portas ao público. Neste documento, a tomada de partido por certos nomes e assuntos históricos – em detrimento de tantos outros –, a serem rememorados em pinturas dentro do Museu, orientaria a narrativa histórica, e visual, sobre a emancipação política do Brasil. As ideias contidas em tal Projeto foram, no entanto, modificadas com o “decorrer do tempo”, nas palavras do próprio Taunay. À luz de documentos preservados no Arquivo do Museu Paulista, podemos acompanhar os bastidores da vagarosa elaboração desse Projeto,

que não se limitou a uma decisão isolada de Taunay, dentro de seu gabinete, mas envolveu uma larga negociação entre diversos agentes, como intelectuais, artistas e políticos da época. O confronto de fontes, como cartas, ofícios, relatórios e pinturas, produzidas sob encomenda da diretoria do Museu, permite compreender dilemas ainda um tanto obscurecidos sobre os primeiros momentos da escrita desse Projeto decorativo, cuja ênfase recaiu, sobremaneira, na importância de São Paulo, - compreendida como o *locus* da Independência -, e na atuação dos homens paulistas na condução dos destinos da história pátria, dos tempos de Colônia a 1822.

Palavras-chave: Pintura Histórica; Centenário da Independência do Brasil; 7 de setembro de 1822; Museu Paulista; Afonso d'Escagnolle Taunay.

DE “CORÇÃO GUERREIRO” E “ALMA VARONIL”: MARIA QUITÉRIA DE JESUS DESCRITA NA OBRA “BRASILEIRAS CÉLEBRES” (1862)

MARIANNA TEIXEIRA FARIAS (MESTRANDA – UFBA)

MARIANNATFARIAS@GMAIL.COM

O objetivo dessa comunicação é analisar como Maria Quitéria de Jesus, a mulher sertaneja que se travestiu de homem e lutou pela independência política do Brasil na Bahia, de 1822 a 1823, foi narrada na obra “Brasileiras Célebres” (1862), de Joaquim Norberto de Souza Silva, influente romancista, biógrafo e historiador, natural do Rio de Janeiro, e sócio do IHGB. À época, o referido instituto objetivava uma escrita da história do Brasil que evocasse a construção da nacionalidade e de ideais patrióticos, e “Brasileiras Célebres” se insere nessa proposta como um dicionário biográfico de mulheres que foram consideradas ilustres ao serem denotadas de patriotismo, heroísmo e, até varonilidade, como foi o caso da biografada Maria Quitéria de Jesus. Sendo essa obra uma das principais referências sobre a história de vida dela no oitocentos, coloca-se em hipótese se a denotação de qualidades tidas como masculinas e patrióticas sobre ela tiveram o intuito de justificar sua vontade e performance em batalha, visto que resultaram na imagem de uma mulher-soldado baiana que detinha “alma varonil” e, portanto, se sobrepôs à “debilidade de seu corpo, à delicadeza de seu sexo” ao lutar bravamente pela “nação”. Além disso, por esta obra ter sido destinada à educação do povo e, especialmente, à das jovens moças, é questionada a

sua finalidade pedagógica ao ser incentivado um modelo de mulher a ser seguido no contexto do Brasil imperial. Dentro desse raciocínio, indagamos de que maneira o arquétipo de mulher que estava a se consolidar no Império foi tensionado com a inclusão da figura de Maria Quitéria, designada com qualidades tidas como masculinas que contrastavam com o ideal de feminino em construção.

Palavras-chave: História da Bahia; Memória Histórica; Independência do Brasil.

A SOBERANIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA BRASILEIRA: 1820-1822

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE (DOUTORANDO – UNESP/CAPES)

AGTASSIS@YAHOO.COM.BR

Com a apresentação desse trabalho, pretendo mostrar que especialmente entre os anos de 1820 e 1822, a questão da soberania esteve bastante presente nas páginas da imprensa liberal brasileira. Um fato extremamente importante ao universo luso-brasileiro motivou a diversificação do vocabulário político da época: a revolução do Porto de 24 de agosto de 1820. Especificamente para a apresentação vindoura, eu me baseio em pesquisas (ainda em curso) realizadas em quatro jornais: *Correio Braziliense* (1.º de junho de 1808 a 1.º de dezembro de 1822), *Correio do Rio de Janeiro* (10 de abril de 1822 a 24 de novembro de 1823), *Revérbero Constitucional Fluminense* (15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822) e *Semanário Cívico* (1.º de março de 1821 a 19 de julho de 1823). O tema da soberania não era algo novo naquele período no cenário ocidental, visto que remontava ao século XVII e estava presente em obras clássicas como as de Rousseau, Hobbes e Montesquieu, entre outros estudiosos. Porém, com o avanço do movimento constitucionalista das décadas de 1810 e 1820 (ocorridos nas penínsulas Ibérica e Itálica) entre os ibero-americanos, tal temática ganhava destaque. Vê-se nos jornais do período supra duas vertentes ligadas à soberania: aquela ligada ao monarca e com sua pretensa origem divina, portanto mais moderada; e a que se originava no povo e na nação, de caráter mais exaltado. Assim, a partir do conceito de soberania e baseado nessas duas formas é que pautarei a apresentação desse trabalho.

Palavras-chave: soberania; imprensa; constitucionalismo.

REBELDATA: UMA BASE DE DADOS E DE MUITAS PERGUNTAS SOBRE REVOLTAS COLONIAIS

LUCIANO FIGUEREDO DE ALMEIDA RAPOSO

(DOCENTE UFF/CNPQ/FAPERJ)

LUCIANORAPOSO@ID.UFF.BR

Encontra-se em desenvolvimento a base de dados RebelData, que pretende reunir, classificar e relacionar dados objetivos das revoltas que ocorreram na América portuguesa. Seu registro permitirá conhecer as dimensões quantitativas de inúmeros fenômenos ligados às rebeliões, compreender suas tipologias, estabelecer cruzamentos de aspectos que sirvam para interpretações mais acuradas. A primeira etapa desse projeto está abrigada pela pesquisa “Das guerras de conquista à independência do Brasil: um Rio de revoltas (séculos XVI-XIX)” desenvolvida desde 2018 graças a bolsa da FAPERJ “Cientista do Nosso Estado”. Foi realizado amplo estudo sobre um conjunto variado de conflitos que ocorreram na capitania do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e o XIX, da ocupação francesa na baía de Guanabara à emancipação política do Brasil. Dentre ele há violências cotidianas, conflitos com populações indígenas, quilombos e fugas, motins militares, rebeliões contra governadores, sedição contra capitão-mor e outras autoridades, oposição dos colonos aos clérigos, revolta de frades contra mudanças hierárquicas, conflitos com os jesuítas, conspirações contra vice-rei, conjurações contra a coroa portuguesa, levantes de vilas inteiras contra as determinações da capital. Estão presentes também inúmeros conflitos jurisdicionais, entre oficiais da câmara e o Bispo, entre ouvidores e o governador. Desse vasto conjunto foram selecionadas as rebeliões formais, cada qual detalhada a fim de responder ao preenchimento de dados para a base, tais como data de início e de final, localização, motivos da eclosão, grupos sociais participantes, nomes das lideranças, rituais, tipos de repressão

e formas de execução, além de bibliografia e lugares de memória. Muito além dos desafios técnicos de acomodar a dinâmica política do Antigo Regime a padrões de uma base de dados, o processo de preparação das informações suscitou uma série de definições que serão apresentadas nesta comunicação.

Palavras-chave: Revoltas, Brasil colônia, base de dados, Humanidades Digitais.

19. CULTURA E EDUCAÇÃO NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS

COORDENADO POR:

EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR (UNICURITIBA)

EDUARDOTCJR@GMAIL.COM

ITACIR MARQUES DA LUZ (UNILAB)

ITACIRLUZ@UNILAB.EDU.BR

Este simpósio pretende reunir trabalhos sobre o universo da cultura escrita, na sua forma mais ampla, e sua relação com a educação nos Impérios Ibéricos. Nesse sentido, tem por objetivo agregar pesquisas que permitam compreender os diferentes usos do escrito associados às práticas culturais diversas, entendidas como mediadoras de sociabilidades. Assim, tendo como recorte temporal o século XVIII e inícios do século XIX, engloba temáticas como: as diferentes práticas educativas, sejam elas institucionalizadas ou não; a instrução e a formação de quadros da administração; as diferentes concepções educativas e seus métodos e finalidades; relações entre o iluminismo e a cultura escrita, assim como processos de difusão e circulação do escrito; a cultura jurídica; enfim, todas as formas de difusão da cultura e do conhecimento por meio do escrito, entendido na sua historicidade e enquanto representação organizada em sistemas e modalidades distintas de registro. Os debates desenvolvidos a partir dessa abrangência podem ajudar na percepção sobre a ampla dimensão do próprio fenômeno educativo e dos eventos de ensino e aprendizagem. Além disso, também serão bem-vindas as abordagens voltadas à compreensão dos diferentes usos e significados de palavras, termos e conceitos que possam estar articulados ao vocabulário das sociedades dos Impérios Ibéricos e que permitam uma melhor compreensão de sua realidade social, em particular relacionados ao campo da educação.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

CULTURAS EDUCATIVAS E FUNDAÇÃO INSTITUCIONAL DAS MINAS: NUANCES DE UM APRENDIZADO COLONIAL NORTEADO PELA REFRAÇÃO ÉTNICA

HILTON CÉSAR DE OLIVEIRA (DOUTOR – UEMG) H.CESAR.OLIVEIRA@UOL.COM.BR

A principal ferramenta metodológica disponível ao historiador da educação, quando este se empenha em retratar o modo pelos quais se manifestavam as culturas educativas na América Portuguesa - antes que por aqui se constituíssem formalmente a escolarização - é a compreensão de que ela na realidade tem raízes fincadas em tradições culturais de diversas partes do Império Ultramarino Português. Ao se estudar fundação institucional das Minas convém debruçar-se sobre essa trajetória, haja vista, que essa capitania foi palco do encontro de indivíduos oriundos de diversas partes do Império Ultramarino Português, atraídos pelo ouro. Grupos de poder na capitania cingiram alianças na promoção da autoridade da Coroa na região das Minas, mas desde que pudessem assinar a sua participação nessa, como coparticipes nas posições de mando na burocracia local. A experiência de autoridades da Coroa a partir do convívio com as populações das Minas permitiram uma forma peculiar de controle sobre aqueles que comumente a historiografia chamou de “desclassificados do ouro”. Ela constituiu-se por uma deliberada intervenção no *modus vivendi* das populações mineiras, orientadas por culturas educativas que obtiveram relativo grau de sucesso, no intuito de refrear o avanço demográfico da população mestiça. Neste sentido, a presente comunicação busca o entendimento da construção de um padrão na constituição da autoridade metropolitana nas Minas, referendadas por culturas educativas inspiradas na religião, que desencorajassem as uniões entre brancos, negras e mulatas. As fontes arroladas para a consecução da pesquisa foram: livros de termos de culpas e testemunhas de devassas eclesiásticas, livros de pastorais, testamentos, inventários, correspondências trocadas entre o governo das Minas e o Conselho Ultramarino, fontes paroquiais, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, dentre outras.

Palavras-chave: Fundação institucional das Minas; Culturas educativas; catequese; refração étnica.

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS NA AMAZÔNIA SEISCENTISTA

JANE ELISA OTOMAR BUECKE (DOUTORANDA – UFPA)

JANEBUECKE@YAHOO.COM.BR

Este trabalho trata das práticas educativas envolvendo as crianças que viveram na Amazônia do século XVII e as relações dessas práticas com os saberes existentes e/ou nelas gerados. Baseia-se em fontes documentais, tais como crônicas e cartas de religiosos que viveram na região naquele período como os capuchinhos Claude D'Abbeville e Yves D'Évreux e os jesuítas João Felipe Bettendorff e Antônio Vieira. Nos documentos foram esmiuçados os relatos envolvendo a vivência dos padres com as crianças e sua visão sobre as relações das crianças índias em suas tribos, capturando-se situações identificadas como práticas educativas. Os referenciais teóricos que subsidiaram as análises produzidas se baseiam em Chartier (1990, 1991, 1999), Brandão (2002, 2007) e Albuquerque (2012). Foi possível perceber a valorização da educação das crianças como estratégia de doutrinação e perpetuação dos valores morais da Igreja Católica, demonstrando que entre os religiosos a infância tinha um tratamento peculiar. As fontes consultadas permitiram identificar a observação, a imitação, a repetição, o silêncio e a atenção como principais formas de aprendizagem entre as crianças da Amazônia seiscentista. A pesquisa demonstrou também que as crianças foram, sobretudo, mediadoras culturais capazes de catalisar as novas aprendizagens adquiridas nas práticas educativas em que estavam envolvidas, dando-lhes um novo sentido em seu próprio contexto.

Palavras-chave: Educação Colonial; Práticas Educativas; Amazônia Colonial.

CIVILIZAR O SERTÃO? A COMPANHIA DE JESUS E A PAISAGEM LETRADA NO CEARÁ COLONIAL (1727-1759)

RONALD FERREIRA DOS SANTOS GOMES TAVARES (DOUTORANDO – UNB)

RONALDGOMESTAVARES@GMAIL.COM

O estudo que apresentamos é parte integrante de nossa pesquisa de mestrado que buscou compreender a atuação da Companhia de Jesus nos espaços da Vila de São José de Ribamar do Aquiraz e a importância do Real Hospício do Siará. Serão utilizadas, dentre outras fontes, a produção epistolar da Ordem, a documentação do Conselho Ultramarino e Câmara de Aquiraz, além dos registros da igreja paroquial. O equipamento funcionou entre os anos de 1727 e 1759 e, dentre outros objetivos, se propunha a cuidar do ensino dos filhos dos moradores dos sertões do Siará Grande e Piahuay. Nesse contexto, no início do século XVIII, a questão do ensino, repetindo as nuances do século anterior esteve ligada ao próprio conceito de civilização que se tinha à época. Em outras palavras, muito mais do que a simples transmissão de conteúdos acadêmicos e religiosos, a educação significava dotar os homens das próprias regras de convivência e civilidade. Era, sem dúvida, um instrumento a mais de que disponha o Estado, bem como a igreja, para o exercício de controle da ordem vigente, não só sobre os educandos, mas, de certo modo, sobre aqueles que a eles estavam agregados, seja por vínculos familiares ou mesmo sociais. A Câmara da então Vila do Siará, atenta a tal conjectura, já no começo de suas atividades, procurou que a recém-criada Vila fosse dotada de um convento de religiosos, a princípio justificando a demanda pela necessidade de socorro espiritual dos povos que habitavam o seu termo, mas acrescentando que o equipamento também poderia prestar-se ao ensino dos seus filhos, o que para isso apropriado seria destiná-lo à Companhia de Jesus. A chave para a continuidade e sucesso das práticas da Companhia parece encontrar eco nos permissivos de adaptabilidade que, a par dos postulados de centralidade e autonomia mitigada insitos às tramas da Ordem, conferiam aos membros a possibilidade de moldar suas práticas ao sabor das circunstâncias ditadas pelo contexto local.

Palavras-chave: Ceará; Jesuítas; Ensino; Sertão; Colônia.

A LITERATURA DE VIAGEM EM CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS LUSO-BRASILEIRAS DO FIM DO SÉCULO XVIII

CLAUDIO DENIPOTI (UEL)
DENIPOTI@UEL.BR

Esta comunicação busca avaliar a presença e o impacto da literatura de viagem no âmbito da leitura e circulação de livros no espaço luso-brasileiro entre meados do século XVIII e início do século XIX. As fontes utilizadas são os catálogos, manuscritos ou impressos, de bibliotecas públicas e/ou particulares e os catálogos de livros a venda em lojas de livreiros em Portugal ou no Brasil, bem como em catálogos de leilões relacionados a espólios de bibliotecas. O estudo buscará problematizar a circulação de livros entre a América Portuguesa e a Europa ao mesmo tempo que buscará compreender a dimensão social, política e econômica das viagens ultramarinas nos séculos XVI a XVIII dentre os leitores luso-brasileiros, uma vez que o gênero literário resultante dessas viagens foi um dos mais profícuos em todo o período. Os relatos de viagem (concretas ou imaginárias) povoaram as bibliotecas do século XVIII e marcaram os esforços editoriais e de comércio de livros. Após um mapeamento quantitativo das obras listadas nos catálogos estudados, identificando sua relevância no contexto mais amplo da cultura escrita, bem como as reincidências e sucessos entre os leitores, buscar-se-á perceber que tipo de práticas culturais podem ter resultado da posse, leitura ou redação de tais obras.

Palavras-chave: Literatura de viagem; bibliotecas; cultura escrita; século XVIII.

SABERES COSMOPOLITAS GUARDADOS NAS ESTANTES: LUZES E CULTURA CIENTÍFICA NAS LIVRARIAS DE GONÇALO JOSÉ MUZZI E JOSÉ PINTO DE AZEREDO

GUSTAVO HENRIQUE TUNA (PÓS-DOUTORANDO - USP)
GUSTAVO_TUNA@YAHOO.COM.BR

Agremiação científica fundada em 1786 na capital do vice-reino do Estado do Brasil, a Sociedade Literária do

Rio de Janeiro congregou, além de alguns homens que exerceram ofícios mecânicos, letrados nascidos no Reino e na América portuguesa. A academia significou, no fim dos Setecentos, um recanto privilegiado de discussão de saberes científicos por parte de uma elite letrada que desfrutava de rarefeita condição para o desenvolvimento de seus conhecimentos na colônia, situação acentuada pela atmosfera de tensão política que marcou aquela fração da América portuguesa no período. Vicejando melhor qualificar as Luzes que transitaram nas mentes dos homens de ciência que passaram pela academia, a presente comunicação tenciona apresentar uma discussão que justapõe as bibliotecas particulares de dois deles: os médicos Gonçalo José Muzzi (c.1738-1790) e José Pinto de Azeredo (c.1766-1810). Com base nas listas de livros dos inventários de Muzzi, sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e de Azeredo, presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, serão examinados os distanciamentos e proximidades entre os dois acervos. Pretende-se com tal exercício dimensionar o cosmopolitismo das Luzes que tingiram a formação destes dois letrados ultramarinos, buscando identificar em quais níveis eles travaram contato com textos de ilustrados Além-Pirineus.

Palavras-chave: Bibliotecas particulares; Luzes; Cosmopolitismo ilustrado; Circulação de saberes científicos; Império português.

O PROCESSO FORMATIVO A PARTIR DO GRAND TOUR NO SÉCULO XVIII

SOLANGE REGINA DA SILVA (MESTRANDA – UFPE/CAPES)
SOL.SILVA.ES@GMAIL.COM /

O presente trabalho visa analisar a literatura de viagem durante século XVIII, o que significaram as viagens e quais eram os interesses dos viajantes na Europa e em particular na Espanha. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura sobre a temática, que está baseada em alguns estudos como os de Daniel Delgado e Alfonso Díaz (2017), Antonio Moyá (1984), Gregorio Valera-Villegas (2013), John Lynch (2007). Na tentativa de compreender os principais aspectos da literatura de viagens e as principais motivações dos viajantes que escreviam durante o século das luzes, o objetivo deste trabalho é

demonstrar que o Grand Tour, considerada a mais importante entre todas as viagens realizadas no século XVIII, e entendida aqui não só como uma viagem pelos principais focos culturais da velha Europa, mas também como fenômeno social da época que tinha o intuito de ampliar os conhecimentos dos viajantes sobre história e arte, foi um evento de grande importância no século das luzes. A intenção de viajar, ver e logo contar a experiência por meio da escrita dos diários e relatos de viagem tornou-se um costume nessa época, entendendo-se assim que o Grand Tour teve um grande impacto na formação dos viajantes. Como resultado pode-se identificar que da mesma forma que a maneira de transmitir a realidade muda com o passar do tempo, as motivações pelas viagens também mudaram, foram realizadas viagens com diferentes finalidades e o século XVIII europeu se constituiu um momento crucial para a história. Conclui-se que apesar das dificuldades eram muitos os interesses dos viajantes nessa época, e a partir dos relatos conseguiu-se identificar diferentes características do movimento ilustrado e entender como foi se consolidando o gênero da literatura de viagens.

Palavras-chave: Grand Tour; Formação; Literatura de viagem; Século XVIII.

O PRINCÍPIO DA “BOA RAZÃO” E O REFORMISMO ILUSTRADO PORTUGUÊS

EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO JÚNIOR (DOCENTE – UNICURITIBA)

EDUARDOTCJR@GMAIL.COM

Nossa proposta consiste em apresentar alguns usos e significados que o termo “boa razão” assumiu no contexto do reformismo ilustrado português. Conforme defendiam alguns ilustrados portugueses, o processo de adaptação de Portugal aos “novos tempos das Luzes” deveria ser guiado não por uma suposta razão neutra e objetiva, mas pela “boa razão”, que levasse em consideração as necessidades e especificidades do reino português. Embora o termo “boa razão” seja mais associado à famosa “Lei de 18 de agosto de 1769”, que representava as reformas pombalinas no campo do Direito, este termo também estava articulado ao conjunto mais amplo do ideário iluminista português. Assim como o conceito de “método”, o termo “boa razão” serviu para opor duas concepções de mundo

antagônicas, uma identificada com as “luzes” pombalinas e outra mais conservadora fundamentada na “razão escolástica”. Nos documentos da Reforma da Universidade de Coimbra é possível perceber uma proposta ampla de reformulação das disciplinas, dos conteúdos e dos métodos de ensino com o objetivo de formar homens dotados de “boa razão”. Antes da publicação da lei de 1769, Luis António Verney já destacava no seu “Verdadeiro Método de Estudar” (1746) a importância de um “novo método” na formação dos juristas, por meio dos princípios da “boa razão” da “boa filosofia”, da “boa lógica” e da “boa física”. Embora concordasse com as premissas teóricas do direito natural apresentadas por Grócio e Pufendorf, Verney advertia para o fato de serem “hereges”, e por isso recomendáveis apenas aos mestres. Além disso, afastava-se das correntes do jusnaturalismo moderno quando demonstrava sua intolerância religiosa e defendia a importância da Inquisição como um tribunal necessário para Portugal. Para a maioria dos reformadores portugueses, a modernização do reino deveria ocorrer de acordo com o filtro da “boa razão”, sem abalar a fidelidade à religião católica.

Palavras-chave: boa razão; reformismo ilustrado português; iluminismo português; direito natural; jusnaturalismo; Verney.

20. RELAÇÕES DE PODER, REDES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DOS IMPÉRIOS IBÉRICOS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII: ENTRE O GLOBAL, O REGIONAL E O LOCAL

COORDENADO POR:

FERNANDA SPOSITO (UNIFESP E BROWN UNIVERSITY)

F.SPOSITO.F@GMAIL.COM

FERNANDO VÍCTOR AGUIAR RIBEIRO (USP)

FVRIBEIRO@GMAIL.COM

Entre os anos 1580 e 1640, Portugal foi incorporado à monarquia hispânica, juntamente com seus domínios coloniais. Por muito tempo o estudo da relação entre Portugal, Espanha e seus domínios no período da União Ibérica, foi relegado a segundo plano. Ao final do século XIX e início do século XX, a historiografia portuguesa consagrou uma visão acerca da perda de autonomia de Portugal e a sua submissão à Coroa espanhola, sempre retratada de maneira tirânica. Os estudos sobre a América portuguesa nesse mesmo período, seja pela herança dessa visão pessimista acerca do período, seja pela dificuldade em se trabalhar com as fontes documentais, eram escassos. Nas últimas décadas, contudo, o assunto vem sendo estudado de maneira mais sistemática. Entre as novas abordagens, salientam-se aquelas que procuram estudar as conexões dos diversos espaços do mundo ibérico que ficaram unidos a partir da união das Coroas. Além disso, tem-se aprofundado o conhecimento das instituições da monarquia, tanto do lado Habsburgo, como do lado português. A incorporação das terras ultramarinas amplificou esse

desafio do domínio político. Os novos contextos sociais, políticos e econômicos tornaram necessárias novas instituições, formas de comunicação e de representação do poder real. Os organizadores deste simpósio estão articulados em torno do Finisterra_lab (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre os Impérios Ibéricos da Época Moderna) da Universidade de São Paulo. Este grupo de pesquisa congrega pesquisadores de diversas universidades no Brasil e no exterior em torno do estudo das articulações entre os impérios português e espanhol durante os séculos XVI e XVIII. Pretendemos com este Simpósio alargar ainda mais esse debate, congregando historiadores que têm se dedicado a estudar essas novas conexões entre a América portuguesa, América espanhola, Portugal, Espanha, África e Ásia. A chegada de Colombo às Américas foi um dos eventos inaugurais da modernidade e da história global, inserindo este continente às novas dinâmicas dos impérios europeus. O contato dos ibéricos com as sociedades ameríndias e americanas resultou no surgimento de novas realidades políticas, sociais e econômicas não só na América, mas em várias partes do globo. Os reinos, até então inseridos na espacialidade das disputas políticas na Europa, tiveram que reinventar suas estruturas a partir do desafio de conquistar e colonizar um Novo Mundo, bem como consolidar sua expansão para a África e Ásia. A sociedade colonial americana foi fruto do saque, das alianças e das guerras de conquistadores europeus com as sociedades autóctones, em um processo violento e, muitas vezes contraditório, de imposição cultural e religiosa, de dominação política e econômica, processos esses que resultariam em novas arranjos sociais e elementos culturais híbridos. A economia foi marcada pela inserção da América no circuito comercial mundial, tanto pela exploração de prata e ouro, produção de commodities como cana de açúcar, como pela utilização intensiva de formas de trabalho compulsório de africanos e indígenas, através de diferentes justificações morais, teológicas e jurídicas como meio de obtenção desses trabalhadores. No processo de construção da sociedade colonial na América, as redes sociais, políticas e econômicas que envolviam as autoridades metropolitanas, os agentes coloniais e os povos nativos da América, da África e da Ásia foram fundamentais na estruturação das estruturas locais e regionais e tornam-se, pois, elementos privilegiados para a

compreensão das dinâmicas coloniais nessas partes. Elementos esses que também influenciaram estruturas na Europa, pois tiveram que incorporar o novo continente e seu impacto político, econômico e religioso.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

PODERES, COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO NOS IMPÉRIOS IBÉRICOS (SÉCULOS XVI E XVII)

EL ENLACE BRASILEIRO DE DOMINGO DE ERAZO, PROCURADOR DE CHILE ANTE LA CORTE EN MADRID (1595-1598)

JAIME VALENZUELA (JVALENZM@UC.CL)
 UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE

El vizcaíno Domingo de Erazo cumplió una serie de tareas administrativas y militares a lo largo de su vida, desde que migró a América en pos de una vida marinera ligada a la flota de Indias y, luego, a la Armada del Mar del Sur. Estando en el Callao fue designado como secretario del flamante gobernador Martín García Oñez de Loyola, que partía a hacerse cargo del inestable territorio chileno. El sur de Chile vivía entonces en medio de una violencia permanente donde los hispanos y sus descendientes intentaban desde hacía medio siglo el sometimiento de un territorio de geografía ruda y población indígena hostil. El oro escaseaba, los “soldados” destacaban más por pillaje que profesionalismo, y los diferentes actores locales (civiles, religiosos, militares, funcionarios, ...) coincidían en un diagnóstico desolador y preocupante respecto del futuro del “reino” de Chile. Nuestra ponencia busca contextualizar y acompañar la misión que entonces se le encomendó a dicho capitán Erazo, de viajar a Madrid para exponer ante la Corte todas estas dificultades y, al mismo tiempo, proponer soluciones. Erazo viajará a través de una ruta terrestre poco utilizada por ese entonces, que lo llevó desde Santiago a Buenos Aires, y de ahí a Salvador de Bahia, donde se embarcó para cruzar el Atlántico.

Si bien contamos solo con fragmentos documentales que ilustran este derrotero, ellos permiten dar cuenta de una cierta relación ya establecida, incluso en fechas tan tempranas, entre un lejano territorio periférico como el chileno y aquella ciudad central para los dominios portugueses en América. De hecho, pensamos que la ruta elegida por Erazo (en detrimento de la más utilizada en ese entonces, a través del océano Pacífico y el cruce por Panamá) podría haberse debido a que el capitán llevaba encargos de mercaderes y dinero para ser invertido en Brasil, en la compra de esclavos africanos que luego serían eventualmente enviados a Chile. Por otra parte, y ya en Madrid, Erazo elabora varios informes y propuestas con el fin de auspiciar la ayuda de la monarquía en recursos y en soldados para acudir a la frontera chilena. Y en ese contexto, buscaremos analizar también una de sus propuestas que incluía la posibilidad de aprovechar justamente la unión de las coronas con el fin de embarcar soldados en Lisboa para enviarlos a la guerra de Arauco sin pasar por la ruta de Panamá-Lima, sino enviarlos directamente hacia Rio de Janeiro-Buenos Aires, y de ahí por tierra hasta Chile, utilizando las naves portuguesas que iban al Brasil. Nuestra ponencia, en definitiva, busca dar luces respecto de los lazos inéditos (y hasta ahora no trabajados) que pudieron haberse tendido desde época muy temprana entre el Brasil y la lejana provincia española de Chile, a través de la circulación de este personaje.

Palabras claves: Chile; Brasil; siglo XVI; circulación; conexión.

A FAMÍLIA FIDALGO NO COMÉRCIO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM FINS DO SÉCULO XVI E COMEÇO DO SÉCULO XVII

JANAÍNA GUIMARÃES DA FONSECA E SILVA (DOCENTE – UPE)
GUIMARAES.JANAINA@GMAIL.COM

A teia de relações dos irmãos cristãos-novos Afonso e Rodrigo Fidalgo, envoltos no tráfico de escravos e na

produção do açúcar em fins do século XVI e começo do XVII, será aqui analisada a partir de dois processos inquisitoriais e de vários contratos comerciais dos quais ambos participaram em fins do século XVI e começo do XVII. Nosso objetivo é mapear os personagens com os quais esses comerciantes tinham negócios, buscando compreender os itinerários e as mercadorias que passavam pela Capitania de Pernambuco, agora sob a égide da Monarquia Dual. Para tanto, utilizaremos protocolos do Arquivo Notarial de Amsterdã, entre os anos de 1596 e 1614 e alguns contratos nos quais foram signatários ou citados. Compreendendo os percursos e interesses dessa importante família de comerciantes poderemos visualizar a multiplicidade e extensão das redes comerciais das quais participavam. Sujeitos que vinham inaugurando novas formas de negociação e comunicação, conectando a Capitania de Pernambuco a partes diversas da monarquia hispânica e de boa parte do mundo conhecido.

Palavras-chave: Comércio; Cristãos-novos; Redes comerciais.

A “EXPULSÃO” DOS HOLANDESES COMO MOEDA DE TROCA PARA OBTENÇÃO DE MERCÊS EM ANGOLA – SÉCULO XVII

INGRID SILVA DE OLIVEIRA LEITE (UFSJ)

INGRID_HISTORIA@YAHOO.COM.BR

As guerras envolvendo os interesses portugueses e holandeses em Angola fizeram com que diversas pessoas prestassem auxílio nas campanhas militares e, por vezes, utilizando seus próprios recursos. Após a chamada “restituição” de Angola em 1648, diversos indivíduos pediram mercês ao rei português, alegando seus papéis na luta contra os neerlandeses na região. Este artigo demonstra resultados parciais de pesquisa que vem sendo realizada em fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e que intenciona revelar as mercês solicitadas ao rei de Portugal, bem como mapear os suplicantes e, na medida do possível, perceber se foram atendidos ou não. Trata-se de um esforço inicial com o objetivo de criar bases para uma comparação da dinâmica realizada para obtenção de mercês em Angola com as pesquisas já verificadas para a expulsão holandesa da Bahia e Pernambuco, por exemplo. A documentação analisada até o momento abrange 30

consultas realizadas ao Conselho Ultramarino sobre as benesses e 13 *requerimentos* realizados por aqueles que se julgavam merecedores de uma recompensa por parte da monarquia portuguesa. Trata-se de um esforço inicial de pesquisa com o objetivo de criar bases para uma comparação da dinâmica realizada pelos representantes dos interesses lusitanos em Angola com as pesquisas já verificadas para a expulsão holandesa no nordeste da América Portuguesa.

Palavras-chave: Guerras luso-neerlandesas; Restauração de Angola; Império português; Mercês.

“OS PREZENTES EM VERAÇÃO TRATARÃO DO BEM COMUM”: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO PODER CAMARÁRIO DE SALVADOR NO FIM DA MONARQUIA HISPÂNICA E INÍCIO DOS BRAGANÇA (1625-1656)

IRENE MARÍA VICENTE MARTÍN (EUE – ITÁLIA)

IRENE.VICENTE@EUI.EU

Em fevereiro de 1641, os oficiais reunidos em vereação na Câmara da Bahia aprovaram João IV de Bragança como rei de Portugal e também do Brasil. Fato semelhante havia ocorrido há 60 anos quando os funcionários da cidade aceitaram o monarca da Espanha, Felipe II de Habsburgo, como seu soberano. Em momentos assim, a Câmara de Salvador assumia poderes significativos e falava não só em nome de Salvador, mas de todo o Estado do Brasil. Sem tal aceitação na Bahia, o governo efetivo da Coroa não dava início nas terras do Brasil. Este fato político e institucional sempre interessou aos historiadores. Especialmente prolíficos têm sido os trabalhos que entenderam as Câmaras como os espaços centrais nas relações entre a Coroa portuguesa e os territórios ultramarinos, como instituições fundamentais no governo do império, e como canais privilegiados de articulação das elites no Brasil-colônia. As análises comparativas têm

desempenhado um papel de liderança nestes enfoques, juntando-se a elas as recentes pesquisas prosopográficas e de redes, que permitiram a identificação daqueles indivíduos envolvidos na maquinaria política local, seus interesses pessoais e suas estratégias e trajetórias de promoção. O objetivo da presente comunicação é descobrir as variações e continuidades no poder local e no padrão de ação da Câmara municipal em um período de confluência: os últimos anos do Felipe IV da Espanha (1625-1640) e os do reinado do primer rei Bragança, João IV (1640-1656). Entendidos como governos consecutivos, mas independentes, este estudo pretende, através da análise exaustiva das 1804 minutas conservadas no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, descobrir as permanências e variações 1) nos ritmos e nas rotinas administrativas da municipalidade; 2) no perfil dos oficiais camarários e sua consequente atividade política 3) e no grau de interferência das Coroa Habsburgo e Bragança na administração local brasileira, face às conjunturas imperiais e peninsulares que os dois monarcas enfrentaram. Se busca aferir, assim, as efetivas consequências do fim da União Ibérica através da política local em Salvador, seus atores, práticas, discursos e conexões além das fronteiras e dinastias.

Palavras-chave: Salvador; Poder local; Câmaras; Monarquia Hispânica; Restauração.

SER PROVIDOR: A TRAJETÓRIA ADMINISTRATIVA DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA

KAROLINE MARQUES MACHADO (MESTRANDA – UERJ)

KAROLMARQUES5@GMAIL.COM

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia esteve presente, como apontou Charles Boxer, de “Maranhão a Macau”, sendo, portanto, uma das instituições assentes no Império Português. Dada sua importância e a extensão de sua influência, faz-se necessário decifrar o papel da Irmandade, bem como suas conexões no mundo moderno. No presente trabalho privilegiaremos a análise da Irmandade a partir da cidade do Rio Janeiro, tal escolha parte do entendimento desta como produto da expansão dos domínios ultramarinos. Reconhecemos a centralidade do Rio de Janeiro na integração do Império Luso, no entanto pouco vem sendo debatido sobre o papel

da Misericórdia e dos seus membros nesta localidade. A partir disso, é necessário observar e analisar com vagar a importância permanente desta como uma das instituições a ter o seu papel nas dinâmicas coloniais a ser descortinado. Ao buscar compreender o espaço ocupado pela Misericórdia, este trabalho visa acompanhar a trajetória administrativa dos indivíduos que ocuparam o lugar de provedor, cargo mais alto da Irmandade, no período que se estende de 1640 até 1780. Ser provedor foi uma escolha de muitos membros das elites locais, mas a causa pela qual o fizeram continua a ser uma questão. Defendemos que ao investigar as redes de sociabilidade engendradas por tais homens, é possível nos aproximarmos dos motivos pelos quais escolheram ocupar tal posição em determinado momento de suas vidas e, conseqüentemente, ajudar-nos-á a (re)descobrir se era ou não a Misericórdia um pilar do Império.

Palavras-chave: Provedor; elites locais; Misericórdia; Rio de Janeiro.

.....

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

**SABERES, PODERES COLONIAIS E
POPULAÇÕES INDÍGENAS NO PARAGUAI E
NO BRASIL (SÉCULOS XVII E XVIII)**

**A FRONTEIRA AMERICANA COMO CONSTRUÇÃO:
CIRCULAÇÃO DE SABERES IBÉRICOS E
INDÍGENAS NO PARAGUAI NO SÉCULO XVII**

FERNANDO VICTOR AGUIAR RIBEIRO (PÓS-DOUTORANDO – USP)

FVRIBEIRO@GMAIL.COM

Para a comunicação pretendemos apresentar a interpretação sobre a construção da fronteira americana a partir de seus agentes locais. Propomos que as relações cotidianas, operadas pelos indivíduos, foram fundamentais para a conceituação de identidade e alteridade. Construímos nossa argumentação a partir de dois eixos. O primeiro corresponde à definição de estrangeiro, elemento fundamental para

o estabelecimento de uma identidade durante o século XVII. Cabe destacarmos que tal processo, operado pelos agentes locais, ocorreram em um momento de fluidez de identidades, sendo que somente no século XIX teríamos as definições de nacionalidade mais demarcadas. O segundo eixo corresponde à contribuição das populações indígenas ao processo de identidade. Analisamos as espacialidades das populações guaranis, bem como seu processo de incorporação dos elementos externos, através da estratégia de matrimônios, como características da construção da identidade. A partir desses elementos buscamos compreender a formação da fronteira na região do Paraguai em meados do século XVII, superando a ideia de divisão entre impérios ibéricos e reforçando a importância das estratégias indígenas. A circulação de conhecimentos e de experiências em sociedades coloniais torna-se um importante vetor para compreendermos melhor as dinâmicas, as construções e a participação desses agentes. Palavras-chave: fronteira; circulação; conhecimentos; Paraguai.

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE O MUNDO NATURAL EM DOIS MANUSCRITOS JESUÍTAS SETECENTISTAS

ELIANE CRISTINA DECKMANN FLECK (UNISINOS/CNPQ)
EFLECK@UNISINOS.BR

Nesta comunicação, nos detemos em dois manuscritos ainda inéditos, o *Libro de Cirugía* (1725) – atribuído ao irmão jesuíta Pedro Montenegro –, e o *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776), escrito pelo padre jesuíta José Sánchez Labrador, nos quais encontramos registrado o empenho desses religiosos em desvendarem o mundo natural americano, sobretudo, para seus usos no tratamento de enfermidades. Procuramos demonstrar que ambos os manuscritos resultaram tanto de observações e experiências feitas por seus autores ou, então, de informações que obtiveram junto a informantes indígenas, quanto da consulta a obras escritas por outros jesuítas ou cientistas leigos, com os quais estabeleceram um produtivo diálogo, refutando ou confirmando as orientações e os pressupostos por eles defendidos. Entendemos que o primeiro manuscrito, escrito nas reduções jesuíticas, e os quatro tomos do segundo, redigidos durante o

exílio de seu autor, em Ravena (Itália), constituem-se em evidências da existência de uma rede de circulação de conhecimentos de medicina, cirurgia e botânica entre a América platina e a Europa, fomentada, em grande medida, pela Companhia de Jesus. A conformação dessa rede pode ser observada tanto nos livros que integravam as bibliotecas de seus colégios, quanto nas obras de Matéria Médica que foram escritas por seus irmãos e padres durante o período de sua atuação como missionários na América ou naquele que se seguiu à expulsão da Ordem dos domínios coloniais ibéricos.

Palavras-chave: Libro de Cirugía; Paraguay Natural Ilustrado; Companhia de Jesus; redes de conhecimento; circulação e apropriação de saberes; América platina.

“LA LLAVE DE TODOS LOS CAMINOS”: O PASSO DO SALTO DO GUAIRÁ E AS CONEXÕES NO MUNDO PARAGUAIO DO SÉCULO XVII

TIAGO BONATO (DOCENTE – UNILA)
BONATOTIAGO@GMAIL.COM

É bastante conhecida na historiografia a trajetória e as desventuras de Luis Céspedes Xeria nos sertões da América meridional. Nomeado governador e capitão geral da província do Paraguai em 1625, ainda em Madri, Xeria desembarcaria na cidade de Assunção apenas em primeiro de abril de 1629, depois de uma viagem cheia de percalços. Nos poucos anos em que cumpriu sua função, o governador colecionou disputas e querelas administrativas com colonos e jesuítas, a começar pela escolha de chegar ao mundo paraguaio pelo *camino de San Pablo*, trajeto proibido que ligava a vila paulista ao Guairá. Largamente utilizado durante a virada do século XVI e XVII, o caminho e seus desdobramentos são um dos elementos-chaves que corroboram o novo olhar da historiografia recente, muito mais atento às conexões entre o mundo paulista e paraguaio – e, portanto, entre a América portuguesa e espanhola. Apesar dos muitos caminhos indígenas, a circulação pela região não era tarefa fácil. Em busca de diminuir as dificuldades da ligação Assunção-Guairá os jesuítas abriram um caminho pelas encostas íngremes do rio Paraná, registrado na documentação como *camino nuevo del salto*, utilizado para fazer a transposição do imenso e famoso salto na

região. Chegando no Guairá, o governador considerou que aquele passo era muito importante – a chave de todos os caminhos que ligariam as províncias de rio abaixo ao mundo peruano – e decidiu regular sua passagem, proibindo a livre circulação por ele. O fato desagradou tanto os jesuítas que foi registrado na documentação do período. Utilizando a documentação jesuíta, bem como um interrogatório feito com diversas testemunhas pelo próprio governador, essa comunicação busca analisar esse episódio com objetivo de, por um lado, lançar luzes às questões ligadas à conexão entre mundo atlântico, paraguaio e peruano, e, por outro, analisar o intrincado jogo de poderes e conflitos entre jesuítas, funcionários reais, *vecinos* e indígenas, chave para o entendimento da história da região naquele período.

Palavras-chave: Guairá; caminho proibido; Impérios ibéricos na América; Luis Céspedes Xeria.

AS FORMAS DE TRABALHO COMPULSÓRIO DOS ÍNDIOS NO PARAGUAI COLONIAL (1540-1630)

BRUNO FELIPE FERREIRA INOCENCIO (MESTRANDO UNIFESP/FAPESP)
BRUNOF.INOCENCIO@GMAIL.COM

A manutenção da lógica de colonização da América espanhola, em grande medida e durante muito tempo, dependeu da exploração da mão de obra indígena. As formas de trabalho tiveram suas especificidades em lugares e tempos diferentes, além disso, estavam relacionadas com determinadas forças e aspectos da organização até então existente entre os grupos indígenas. O sistema de *encomiendas* foi o mais recorrente no mundo paraguaio colonial e chegou a ser, segundo parte da historiografia, a coluna vertebral da economia no século XVII. Como *encomendados*, os índios da região do Paraguai e Rio da Prata cumpriam inúmeras tarefas: do trabalho da terra e o cuidado com o gado até o trabalho em canais, trapiches ou forjando ferro. Muitos trabalhavam

no benefício da erva-mate e seu transporte pela terra em carretas e pelas vias fluviais através da condução de balsas. Além de tudo, eram acompanhantes de guerra e atuavam intensamente na defesa da província. A situação de exploração dos indígenas nessas tarefas e por períodos maiores do que o estipulado ocasionou em diversas fugas, revoltas e querelas. Agregavam-se a este contexto de disputa pelo acesso aos trabalhadores e trabalhadoras indígenas, as expedições das bandeiras paulistas e as missões jesuíticas. O objetivo desta comunicação é abordar como as diferentes formas de classificação do trabalho indígena aparecem nas fontes do período, como por exemplo, a divisão entre *encomiendas* de índios *originarios* (ou *yanaconas*) e de *mitayos* (ou *mitarios*).

Palavras-chave: Trabalho indígena; Paraguai colonial; *Encomienda*; *Mita*.

EL JUICIO DE RESIDENCIA A JOAQUÍN DE ALÓS: SOCIEDAD Y ESTADO EN EL PARAGUAY A FINES DEL SIGLO XVIII

HERIB CABALLERO CAMPOS (UNIVERSIDAD NACIONAL DE CANINDEYÚ)
HISTORIADORPY@GMAIL.COM

Esta ponencia da cuenta sobre el análisis del Juicio de Residencia al que fue sometido el gobernador del Paraguay Joaquín de Alós y Brú (1787-1796), cuya implementación tuvo que superar una serie de avatares en su inicio y que constituye una fuente rica y variada para comprender las tensiones entre el estado que se configuró a partir de las Reformas Borbónicas y una sociedad de frontera como la paraguaya, que mantenía una fuerte tensión con las autoridades enviadas desde la Metrópoli. Las fuentes utilizadas provienen principalmente del Archivo Nacional de Asunción y son complementadas con fuentes de otros repositorios como el de Buenos Aires, de Madrid y Sevilla. El estudio de los juicios de residencia ha permitido a los historiadores

acercarse a una fuente que por su diversidad y amplitud permite un estudio acabado de diferentes fenómenos sociales, políticos, jurídicos e institucionales. En el caso del Paraguay este trabajo es pionero al acercarse a este tipo de fuentes. Esta ponencia está enmarcada en una línea de investigación más amplia que tiene como propósito principal el estudio de la sociedad y el estado en la Provincia del Paraguay a lo largo de todo el siglo XVIII, de forma tal a poder analizar los altibajos en las relaciones entre el estado imperial y la sociedad provincial.

Palabras clave: Paraguay; Juicio de Residencia; Corrupción.

.....

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

TRABALHO E TERRAS EM ZONAS DE EXPANSÃO (SÉCULO XVIII)

MUARES, CANOAS E ESCRAVOS: CONFLITOS NAS REDES DE ABASTECIMENTO NO SERTÃO DO MACACU: CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO, SÉCULO XVIII

VINICIUS MAIA CARDOSO (DOUTORANDO – U. SALGADO OLIVEIRA)

MAIA-VINICIUS@HOTMAIL.COM

O Sertão do Macacu foi, na segunda metade do século XVIII, região aurífera de exploração tardia na capitania do Rio de Janeiro. A comunicação se relaciona à pesquisa de doutoramento “Pouco conhecido, montuoso e emboscado: Poder e Economia no Sertão do Macacu - 1750 a 1800”, que busca analisar redes sociais voltadas para a economia e relações de poder nesse sertão. O recorte temporal se situa entre os governos dos vice-reis conde de Atouguia (1749 a 1754) e conde de Resende (1790 e 1801). A fonte que sustenta a pesquisa é a “Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro, 1786-1790.” Uma compilação de documentos com dados sobre cotidiano da ocupação desse Sertão: cartas enfocando variados assuntos entre agentes sociais como o vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa, os superintendentes das Minas, o capitão-mor e Câmara Municipal da Vila de Macacu (Santo Antônio

de Sá), comandantes de Pousos, Ranços, Registros e Guardas no Sertão, militares, comerciantes, tropeiros, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, arreeiros, curtidores, madeireiros, clérigos, médicos, cirurgiões e outros. Há relações de gêneros fornecidos pela Fazenda Real, compras de muares, bovinos e cavalos, listas de escravos e indígenas da Fazenda de Santa Cruz e aldeamento de São Barnabé, composição de tropas militares, planos de construção, relatos de incursões, descrições do ambiente, arrecadação de impostos, descrições de pousos, registros etc. A conquista e ocupação desse Sertão exigiu a formação de redes de abastecimento das populações participantes nesse processo. Conectando regiões limítrofes ao sertão, bem como outras localidades, elas promoveram intensa circulação de tropas de muares às quais se integraram indígenas, brancos livres, negros libertos e cativos, a utilização de transporte fluvial e escravos carregadores de gêneros não apenas circunscritos a alimentos, mas artigos voltados às atividades de ocupação. A presente comunicação busca apresentar relações sociais, acordos e conflitos existentes entre tropeiros, canoieiros, escravos, indígenas e o Estado na busca do estabelecimento e controle dessas redes de abastecimento do Sertão.

Palavras-chave: Sertão do Macacu; Capitania do Rio de Janeiro; abastecimento; redes sociais.

OS “CORREIA VIEIRA”: TERRA, FAMÍLIA E PODER NO VALE DO BANABUIÚ (CEARÁ) NO SÉCULO XVIII

ÁUREA REGINA DE ARAÚJO RIBEIRO (MESTRANDA – UFC)

AUREA4RAUJO@GMAIL.COM

O presente trabalho versa sobre a constituição de uma elite conquistadora nos sertões do Banabuiú, no Ceará. O ensejo é analisar a trajetória familiar do núcleo “Correia Vieira”, percebendo seus arranjos e estratégias quanto à inserção na lógica econômica e social operante no período, sobretudo na ânsia de adquirir destaque dentro da hierarquia social estabelecida. E para isso, o grupo familiar realizou esforços no sentido de angariar somas de terras por sesmaria e posteriormente utilizar o território para a atividade pastoril, além de buscar manter uma ampla teia de influências sociais ordenada em torno da ribeira do Banabuiú. Neste sentido, observaremos os primeiros contatos efetuados pela família em estudo na localidade, buscando traçar um

mapeamento ocupacional da região mediante o espraiamento dos sujeitos empenhados na conquista e posterior fixação naqueles sertões. Para a compreensão da dinâmica supracitada, o recorte espacial adotado compreende o território da ribeira do Banabuiú, no Vale do Jaguaribe, importante região para a pecuária e toma como ponto de referência temporal os anos entre 1700 e 1740, período responsável pelos primeiros processos de interesse e busca por fixação na localidade. Além disso, na primeira metade do século XVIII despontou uma das mais violentas guerras de conquista travadas, conhecida como “Guerra dos Bárbaros”, o combate corroborou para o extermínio de inúmeras populações indígenas e o espraiamento de sujeitos rumo aos sertões. As fontes utilizadas englobam de maneira especial as cartas de sesmaria concedidas na ribeira do Banabuiú, de guarda e acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará.

Palavras-chave: Família; Sesmaria; Poder; Ceará Colonial.

REDES ECONÔMICAS E ALIENAÇÃO DE TERRAS EM CURITIBA NO SÉCULO XVIII

AMANDA DO COUTO E SILVA PINHEIRO (MESTRANDA – UNB/CNPQ)

AMANDACSP.TIME@GMAIL.COM

Propomos uma comunicação a respeito das dinâmicas de alienação de terras na Vila de Curitiba e as redes sociais da mesma, entre 1773 e 1800. Discutiremos, especificamente, de que forma a disposição das vizinhanças e a transferência (fracionada ou total) de direitos sobre o uso a terra se relacionam com outras esferas de vínculo social e como podem ser influenciadas por elas. Desta forma, como a sociabilidade pode ser instrumentalizada economicamente ou como os laços de Antigo Regime impactam o espaço produtivo, em um sistema de preferências e hierarquização das relações pessoais e, portanto, dos negócios. Este estudo parte de uma pesquisa sobre o crédito e a confiança colonial, sendo feito a partir de registros em Tabelionato de venda de terrenos e plantações, crédito, doação e arrendamento de terras lavráveis da região. Ao todo, são 498 escrituras de vendas no período, que indicam imprecisamente a proximidade a rios e os vizinhos próximos, alguns com suas respectivas direções, nos bairros rurais de São José, Lapa, Castró e da própria Vila de Curitiba. Exploraremos, em síntese, a localização dos agentes em relação uns aos outros, em

concomitância a uma análise das suas redes sociais, considerando o histórico de relacionamentos e da movimentação financeira dos moradores da Vila durante este mesmo período, a partir das mesmas fontes. Por fim, para escapar de um retrato rígido da população ao longo do tempo, apresentaremos diversas representações dos relacionamentos e das mudanças de status das terras que combinem as redes sociais e a geografia agrária local. Assim, acreditamos ser possível instigar novas questões sobre os dados, a estrutura produtiva e a própria dinâmica da economia local – questões que podem ser estendidas ao restante da colônia portuguesa.

Palavras-chave: Antigo Regime, Análise de Redes Sociais, Curitiba, História Agrária

O TRABALHO FEMININO NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS: 1765 – 1800

JULIANA PANCHINIAK FERNANDES (MESTRANDA – UFSC/CAPES)

JULIANA.PANCHINIAK@GMAIL.COM

Norteadas por uma perspectiva que considera as imbricações entre gênero, classe e raça – categorias tomadas em um sentido heurístico para o estudo do contexto colonial –, a pesquisa que irei apresentar explora de forma integrada aspectos socioeconômicos e culturais do trabalho feminino na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, no século XVIII. Percebendo que as práticas locais são constituídas por dinâmicas que envolvem outros espaços, a investigação assume, ao mesmo tempo, um enfoque glocal que situa a localidade nos marcos mais amplos de cadeias, fluxos e trânsitos que a inseriam e ao mesmo tempo a mantinham em uma zona de fronteira em relação à economia-mundo capitalista. A fim de contribuir para a compreensão do trabalho feminino no período colonial, à luz das discussões mais recentes sobre o tema, a investigação se debruça sobre as variadas formas do trabalho feminino na vila: assalariado, compulsório, autônomo, rural, urbano, doméstico não remunerado. Para dar conta desta última, inspirando-me nas formulações da economia feminista, procuro analisar as estruturas familiares e as maneiras pelas quais a exploração do trabalho doméstico, assim como as outras modalidades de trabalho, relacionavam-se a processos históricos transnacionais e de longa duração.

Por estes caminhos, meu trabalho, ainda em fase inicial de execução, parte em busca de uma análise histórica que traga à tona “as vidas daqueles esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado” (SCOTT, 1999: 24), tais como as mulheres trabalhadoras do Brasil setecentista. O corpus documental é composto por listas nominativas, registros paroquiais (batismos e certidões de casamento), inventários, testamentos e cartas de alforrias.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho feminino; Brasil colônia; Século XVIII; História Global; Economia colonial.

.....

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS DA OCUPAÇÃO NOS TERRITÓRIOS COLONIAIS

A ARMADA DO ESTREITO E A POLÍTICA ESTRATÉGICA DA MONARQUIA HISPÂNICA: O CASO DA CAPITANIA DA PARAÍBA

SYLVIA B. RAMALHO DE BRITO (DOUTORA - USAL)
SYLVIABRITO@USAL.ES

Estudos mais recentes vêm demonstrando que a América portuguesa não foi desprezada nas preocupações governamentais, quando da união das duas Coroas ibéricas, mas inserida como componente relevante dentre os objetivos estratégicos do império dos Habsburgo. A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica representava a ampliação da estratégia voltada para o Atlântico e a inclusão de novos súditos espalhados pela Europa, África, Índias Orientais e América. Os ibéricos estavam cientes de que embarcações de nações do norte da Europa vinham, com frequência cada vez maior, singrando as águas do Atlântico em ações corsárias e de tráfico nas zonas costeiras, incursões essas que se agravaram após a união dinástica, a ponto de ameaçar o domínio da Monarquia Hispânica na região. A criação da Capitania da Paraíba fazia parte desse cenário,

respondendo a duas demandas principais: a necessidade de proteger a região contra os ataques dos franceses e, ao mesmo tempo, cuidar da última fronteira em direção ao Peru. É nossa intenção nesse trabalho evidenciar a maneira particular com que foi conduzida a conquista da Capitania da Paraíba a partir de um contexto histórico ligado à consolidação da Monarquia Hispânica na América portuguesa. A existência de um projeto para a integração da região pode ser deduzida a partir da análise da documentação oficial disponível e também de fontes ainda inexploradas sobre os sessenta anos da dominação filipina.

Palavras-chave: Período filipino; União Ibérica; Brasil colonial; Monarquia hispânica.

SOB O SIGNO DO MEDO: TEMOR, POLÍTICA E CULTURA EM TEMPOS DE PESTE EM PERNAMBUCO (1685-1693)

BERNARDO MANOEL MONTEIRO CONSTANT (MESTRE – UFF/CAPES)

BERNARDOCONSTANT@HOTMAIL.COM

Esta comunicação se debruça sobre as experiências do medo geradas em Pernambuco de fins do século XVII pela epidemia da peste dos males. Hoje reconhecida como uma epidemia de febre amarela, esta, que até então era uma doença desconhecida pelos portugueses, dizimou cerca de um quarto da população do Recife entre 1685 e 1691. Além disso, a peste espalhou-se pela costa da América portuguesa, atingindo ao menos a capitania de Itamaracá ao norte e a Bahia ao sul, provocando lá também grande mortandade. Os objetivos da comunicação são, assim, identificar os diferentes aspectos das experiências de medo diante da epidemia de peste dos males; observar como tais experiências se encaixavam nas dinâmicas culturais europeias da época; e analisar como esse medo foi usado como elemento nas disputas políticas em tal cenário. Como fontes para tanto, foram consultados tratados médicos como o “Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco” de João Ferreira da Rosa e “Notícias do que é o achaque do biço”, de Miguel Dias Pimenta. Para observar as dinâmicas políticas, consultou-se a correspondência político-administrativa trocada entre os governos de Pernambuco e da Bahia e a Coroa. E para o discurso religioso sobre a doença, as crônicas da ordem da Congregação do Oratório de São

Felipe Neri de Pernambuco foram utilizadas. A epidemia dos males se deu em um período de múltiplas crises em Pernambuco, instaurando temores graças à grande mortandade e às possibilidades percebidas de despovoamento, fome, ataques por indígenas Tapuias e mesmo a destruição do Recife. O medo da peste pode, portanto, ser observado como elemento retórico mobilizado pelas autoridades governativas, como foi feito nas disputas entre o governador D. Antônio Félix Machado e os oficiais da câmara de Olinda. Interessa observar também as tentativas de inscrever a doença nas tópicas culturais europeias sobre a peste, como forma de dar inteligibilidade e sentido às experiências vividas e administrar assim o medo.

Palavras-chave: História da medicina; História de Pernambuco; Peste; Século XVII.

**“UM CAMINHO PARA O ESTADO DO BRASIL”:
ENTRADAS, COLONOS E A OCUPAÇÃO DO ESTADO
DO MARANHÃO E PIAUÍ, SÉCULO XVII/XVIII**

MAIRTON CELESTINO DA SILVA (DOCENTE - UFPI)

MAIRTONCELESTE@GMAIL.COM

A constituição do Estado do Maranhão (1620-1718), enquanto unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil, remonta ao século XVII. A carta régia de fevereiro de 1620, que instituiu essa nova unidade administrativa, tinha entre outros motivos a proteção, o povoamento e a ocupação daquelas conquistas. A necessidade da interligação desses domínios do ultramar português ao longo do século XVIII propiciará uma série de medidas, entre elas: a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1718-1751); logo em seguida, a do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e, posteriormente, a separação dessas duas unidades da administração portuguesa em Estados do Grão-Pará e Rio Negro (1772-1808) e Estado do Maranhão e Piauí (1772-1821). Tais mudanças alterariam sobremaneira a vida dos poucos indivíduos desse imenso território e redefiniriam, assim, suas hierarquias e costumes, expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos e os mais diversos mestiços, livres e escravizados, e luso-brasileiros - bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa - adentravam aqueles sertões e mantinham contatos, amistosos ou

não, com os índios locais. Nesta tese, procuro demonstrar esse contexto da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí, no intuito de perceber como esse expansionismo político e econômico baseado na conquista e ocupação da terra, na exploração da mão de obra indígena, no tráfico de escravos da África e, já no final do século XVIII, na sistematização da natureza moldou esse território até torná-lo uma paisagem colonial.

Palavras-chave: História; Estado do Maranhão e do Piauí; Administração Portuguesa.

CAMINHOS DO COMÉRCIO: ROTAS COMERCIAIS E CIRCULAÇÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DOS NEGOCIANTES DA FAMÍLIA TORRES, SÉCULO XVII

GUTIELE GONÇALVES DOS SANTOS (MESTRANDA – FIOCRUZ)

GUTIELEGONCALVES12@GMAIL.COM

No contexto da expansão colonial, o interesse na ocupação dos territórios, no desenvolvimento da economia e na administração das propriedades, visava algo maior: a possibilidade de encurtar as distâncias, expandir o poder real e criar conexões de um território a outro. Nesse período, o tráfico por mar possibilitava uma grande movimentação no comércio tanto de produtos, como de pessoas através da escravidão. Concomitante a esse movimento havia o interesse em avançar aos sertões, assim o tráfico/tráfego negreiro por terra ganharia maiores proporções. Estevão Martins Torres atuou principalmente nas décadas de 1730 e 1740 como “Administrador Geral do Contrato de Escravos de Angola” e “Contratador de sal do Estado do Brasil” um negociante muito ativo e influente, logo os seus filhos e esposa também acabaram se envolvendo nessas atividades que eram muito lucrativas. Devido a intensa circulação que tal atividade proporcionava, as fontes sobre o Estevão Torres e sua família são as mais variadas possíveis, como cartas, requerimentos, certidões, etc. disponíveis em arquivos digitais como a Biblioteca Nacional, Arquivo Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, etc. e mostram que o contratador tinha contatos com outros negociantes em diversas partes do Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, já que todo o sal que abastecia os sertões era proveniente do porto de Santos. Estevão, ora está na Bahia, ora em

Pernambuco e às vezes do Rio de Janeiro. Faz despacho de navios das mais diversas partes da África, a exemplo de São Tomé, Cabo Verde e Luanda, fato este que nos mostra o dinamismo da sua atividade, sempre em movimento e em contato com pessoas e produtos no atlântico e nos sertões do Brasil. Um exemplo dos movimentos e trânsitos que essa atividade comercial proporcionava era a transação de compra e venda de escravos. Em 1739, Estevão faz o pedido de uma certidão para compra e transferência de Escravos de Pernambuco, passando pela Bahia até chegar ao destino final, em Minas Gerais. O documento pontua a necessidade de os “condutores de escravos” fazerem todo o percurso com os “contratos dos direitos dos escravos” em mãos, caso no caminho fosse necessário comprovar a posse daqueles escravos. A Viagem seria por mar e por terra com previsão de três anos de duração, como abaixo exemplifica: “Faço saber a vos provedor da fazenda das minas gerais que Estevão Martins Torres rematou no meu cons. Ultramarino o contrato da saída dos escravos que de Pernambuco vão para as minas gerais por mar e terra por tempo de três anos que vão de principiar no primeiro de janeiro de mil setecentos e quarenta com a condição de que serão obrigados os condutores dos escravos a apresentar os despachos que tirarem por onde conste ter pago os direitos dos mesmo escravos em Pernambuco os quais apresentaram nos registros e contagem das minas para onde entrarem.” Apesar do cargo e de exercer uma atividade que geralmente trazia muitos lucros, de acordo com o historiador Luiz Antônio Silva Araújo, “Estevão Torres não aparece formalmente como um grande contratador, pelo menos nos contratos que dizem respeito América Portuguesa. Identificamos apenas dois contratos nos quais aparece como titular. O Contrato da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro (1739-1741), tendo como fiador João da Costa Guimarães, e o dos Direitos dos Escravos que de Pernambuco se despacham para as Minas (1740-1742), tendo como fiador José Ferreira da Veiga, este muito atuante em contratos no Rio de Janeiro e Minas Gerais.” Dessa forma, Torres acabou acumulando algumas dívidas. Depois de 1756, os relatos nos informam do falecimento do contratador, porém, o legado de comércio estabelecido por Estevão não morre com ele, sua esposa, Maria Teresa de Abreu, torna-se a Contratadora de escravos do Reino de Angola e mantenedora do comércio de cativos entre África e os sertões do Brasil, juntamente com o seu filho Manuel Barbosa Torres.

Maria Teresa não se limita apenas ao comércio e exige que seus direitos como negociante sejam respeitados, como, por exemplo, o de cobrar o devido ajustes de modo a beneficiá-la no ressarcimento da venda de escravos aos senhores do Maranhão mediante acordos comerciais com a Companhia Geral do Pará e Maranhão. Pretendo realizar essa análise a partir dos estudos sobre a circulação que possuem justamente esse propósito de incluir novos atores e novas localidades no processo de construção do conhecimento, ou seja, apesar de partir da atuação de uma família de negociantes, essas redes de conexão através do comércio e os movimentos do tráfico/tráfego eram compostos por atores diversos. Os estudos que apresentam a agência dos sujeitos subalternos são muito importantes para compreender a história de uma maneira que mostre a complexidade das sociedades, e assim buscar compreender os fenômenos históricos para além das tradicionais fronteiras do pensamento, percebendo as conexões entre variados espaços e populações, fornecendo novas possibilidades de estudos que não ignoram os fatos históricos considerados dominantes e, ao mesmo tempo, permite incorporar a multiplicidades dos sujeitos e suas agências. As circulações e conexões são complexas, pois se movimentam, mas sobretudo se transformam a partir do contato e da interação com outras pessoas e outras localidades. Nesses movimentos, não existe um que seja superior ou inferior, são compostos por trocas, negociações, conflitos, tensões, misturas e redes de atores múltiplos. Assim, para além da família Torres, esses atores múltiplos – europeus, indígenas e escravizados de diversas etnias – também se constituem enquanto foco da discussão desse trabalho.

Palavras-chave: comércio; circulação; negociantes; contratadores; tráfico; tráfego.

“E DOM LUIS SE VA LOGO A RESIDIR NA BAHIA COMO HE NECESSARIO”. LOS GOVERNADORES-GERAIS Y SU CIRCULACIÓN EN EL ESTADO DO BRASIL DURANTE LA MONARQUÍA HISPÁNICA (1580-1640)

SERGIO MORETA PEDRAZ (PESQUISADOR – USAL)

SERGIOMORETA@USAL.ES

El cargo de *governador-geral* fue la principal figura política enviada a la América portuguesa para gobernar el territorio, también durante

el periodo de Monarquía Hispánica. Este cargo fue fundamental, ya que era el nexo entre Madrid/Lisboa y los territorios coloniales, debido a que era la persona encargada de conjugar las directrices políticas y las estrategias militares que emanaban del centro político, además de ocuparse de dirigir, matizar e incluso involucrarse en el proyecto reformista que se intentaba llevar a cabo. Por tanto, estamos hablando del principal agente imperial de la Monarquía en la América portuguesa. En esta comunicación trataremos el tema de la circulación de los diferentes *governadores* que ocuparon el cargo durante el periodo en el que la América portuguesa perteneció a la Monarquía Hispánica. El estudio de la circulación de estas personas es interesante ya que nos proporciona una valiosa información sobre la comunicación existente entre el mundo colonial y el metropolitano a finales del s. XVI y principios del s. XVII. La circulación de los *governadores-gerais* del *Estado do Brasil* se puede estudiar desde diferentes perspectivas: circulación como “*cursus honorum*”, es decir, qué puestos ocuparon antes y después de llegar al puesto de *governador* en la América portuguesa y circulación como “movimiento”, cuál fue el recorrido que realizaron tanto entre la Península Ibérica y la América portuguesa, ya que varios de ellos viajaron a la Corte, como dentro del propio territorio americano. Nosotros nos centraremos en esta última vertiente, la circulación de los *governadores-gerais* dentro de la América portuguesa durante la primera parte del s. XVII, periodo en el que, como veremos, pasaron por diferentes territorios: a la búsqueda de minas, qué pasó durante la conquista de Maranhão, la circulación entre Pernambuco y Salvador de Bahía, etc.

Palabras clave: circulación; gobernadores; Estado do Brasil; Monarquía Hispánica.

21. ENTRE PERMANÊNCIAS E RUPTURAS: HISTÓRIA DAS FAMÍLIAS NO PASSADO COLONIAL (SÉCULOS XVI AO XIX)

COORDENADO POR:

ANA SILVIA VOLPI SCOTT (UNICAMP)

ANASCOTT@UNICAMP.BR

CARLOS DE ALMEIDA PRADO BACELLAR (USP)

CBACELLAR@USP.BR

Este Simpósio Temático pretende aprofundar as reflexões sobre as permanências e rupturas nas estratégias familiares e nas redes sociais inscritas no universo complexo da sociedade luso-brasileira. A temática da história da família vem atraindo cada vez mais a atenção dos historiadores e historiadoras, através da exploração de fontes de caráter variado, de cunho quantitativo ou qualitativo. Portanto, serão preferencialmente acolhidas comunicações que apresentem resultados de pesquisa nesta perspectiva e/ou que discutam questões de caráter teórico-metodológico no âmbito da problemática que é o fio condutor da proposta, isto é, a família como objeto de pesquisa para o historiador/ historiadora. É intenção do simpósio, estimular e valorizar trabalhos que investiguem o rico e distinto universo familiar, em vários contextos e segmentos populacionais, oferecendo, assim, contribuições para se analisar a complexidade dos sistemas familiares vigentes no passado brasileiro. Há muito tempo o estudo da família tem atraído a atenção de especialistas de diferentes áreas. No campo da História as análises sobre esta instituição têm crescido de maneira bastante expressiva, contribuindo de forma decisiva para o debate. Neste contexto de intensas discussões sobre a família, em perspectiva histórica, o EHC tem sido um fórum privilegiado e, nos últimos eventos, já se tornou uma tradição propor um Simpósio sobre este tema. O crescimento do estudo da família entre

os historiadores teve seu impulso inicial nos trabalhos produzidos no âmbito de Demografia Histórica, sobretudo a partir das décadas de 1980 e 1990. Contudo, os estudos sobre a família se alargaram de tal maneira, principalmente por conta do diálogo com as Ciências Sociais, que as recentes pesquisas não se restringem apenas ao estudo do aspecto demográfico, embora este continue a fornecer elementos importantes para a compreensão da organização e das dinâmicas familiares. Essa abertura para outras áreas se justifica pela própria complexidade do tema, pois a compreensão dos sistemas familiares do passado não pode restringir-se ao estudo das variáveis demográficas, até por conta das múltiplas situações de vida que são contempladas pela família, como instituição básica de praticamente todas as sociedades. Assim a vertente dos estudos básicos do comportamento demográfico, já nos anos de 1980, foi sendo gradativamente extrapolada para a questão da economia doméstica, dos sentimentos, como mostrou Michel Anderson há quarenta anos. A ampliação desse universo, para além do núcleo constituído por pais e filhos e/ou co-residentes, englobando a parentela, ganhou cada vez mais atenção dos estudiosos, a partir do diálogo interdisciplinar com a Antropologia e Sociologia. Fundamental também foi a contribuição teórico-metodológica advinda da Micro História e da proposta da redução da escala de abordagem, que procura fazer sobressair o comportamento social dos atores históricos, acreditando que a observação possibilitada através dos jogos de escala poderá revelar dados previamente não evidenciados. Sobretudo a partir das reflexões de Giovanni Levi e de outros historiadores italianos, tal perspectiva permitiu uma abertura a discussões relativas às estratégias familiares e às redes de parentesco para as sociedades do Antigo Regime. Levi afirma que toda a ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas, decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, entretanto, oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. Se estivermos de acordo com esta afirmação, uma questão de relevo para o historiador passa a ser a análise das margens de manobra que são utilizadas pelos indivíduos (e/ou famílias) para lidar com os sistemas normativos existentes, aproveitando-se de suas brechas e/ou contradições. Portanto, a questão das redes sociais

adquire um papel fundamental quando se opta pela redução da escala de abordagem. Entretanto a temática das redes sociais não é nova e o estudo das redes de relações sociais já tem alguma tradição no âmbito das ciências sociais e políticas. Os historiadores, por sua vez, passaram também a incorporar esse conceito para analisar questões tão variadas como o estudo das elites ou das migrações. Considerando a importância da noção de estratégias familiares e de redes sociais, temos um universo rico e complexo a ser explorado, que pode se valer tanto de fontes produzidas por instituições laicas quanto eclesiásticas. Desta maneira, reunimos elementos fundamentais para o estudo das redes, constituídas tanto através dos vínculos de consanguinidade e/ou aliança, quanto a partir de relações de outra natureza. Embora o discurso dominante identifique na família espaços de harmonia, proteção, solidariedade e cumplicidade, os conflitos também fazem parte desse universo, e os historiadores também têm que refletir sobre essas contradições entre o discurso e a prática. Nesse sentido, podemos focar as permanências e rupturas que têm marcado as famílias no passado.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

AS FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS DOS LIBERTOS NHÁ CHICA E DE JOÃO JUSTINIANO EM MINAS GERAIS: CONCUBINATO OU MATRILINEARIDADE? (1770-1850)

SIRLEIA MARIA ARANTES (FSEMG – CAMPUS BARBACENA)

SIRLEIA.ARANTES@IFSUDESTEMG.EDU.BR

A família dos libertos, em Minas Gerais organizavam-se pela mescla da unidade familiar enquanto unidade produtiva e pelas relações tecidas para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio, pelo concubinato, pelas redes de compadrio, pelas amizades e pela afinidade. Nessa intrincada rede social há diferentes modelos de famílias presentes na vida dos libertos e suas redes de relações sociais estabelecidas para ascender e cotidianamente sobreviver e, assim, legar um patrimônio material e imaterial aos seus descendentes. As famílias

legítimas são percebidas pelo registro do casamento ou do batismo. Já as ilegítimas podem ser mensuradas pelo número de batismos dos filhos naturais. A família ilegítima é aquela que não se organizou dentro dos ditames da Igreja e das Ordenações do Reino. São famílias organizadas a partir de relações consensuais “desligadas de quaisquer obrigações burocráticas e institucionais”. O concubinato e a matrilinearidade são opções sociais de formação de família têm suas matrizes culturais herdadas da tradição portuguesa e africana, em que os libertos se recusavam casar-se para mantê-las. A discussão que se pretende desenvolver nessa comunicação são duas a primeira é a ausência do nome do pai no ato do batismo que pode apontar para dois caminhos o concubinato ou a matrilinearidade e a segunda é a trajetória dos libertos Nhá Chica (hoje santa da Igreja Católica) e de João Justiniano que formou em Medicina em Coimbra, ambos de famílias ilegítimas.

Palavras-Chave: Minas Gerais; família; libertos; concubinato e matrilinearidade.

O PRIMEIRO SACRAMENTO: AS FORMAÇÕES FAMILIARES ATRAVÉS DOS BATISMOS NA VILA DE ALAGOAS – CAPITANIA DE PERNAMBUCO – 1801-1810

GIAN CARLO DE MELO SILVA (DOCENTE – UFAL)

GIANCMELO@HOTMAIL.COM

O estudo da sociedade nos leva a compreensão de costumes e de sua organização, para o período colonial o tema no Brasil torna-se mais difícil devido as fontes disponíveis para pesquisa. No nosso caso, iremos abordar a composição social de uma Vila em Alagoas no início do século XIX, através de documentos de batismos que nos foram legados pela população que compareceu na Igreja para realizar o primeiro sacramento religioso, seguindo os preceitos da legislação eclesiástica. O espaço geográfico que compreende a antiga Vila de Alagoas, tem sua origem em um dos polos de povoamento da antiga Comarca, mais conhecido como Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul, enquanto era freguesia. O local foi sede do governo até meados de 1830, quando ocorreu a transferência da capital para Maceió. Ao todo são 2269 registros paroquiais de batismo que nos revelam nuances da população e nos possibilitam entender um pouco do

passado da localidade. Uma região que se desenvolveu as margens das lagoas e que conviveu com a escravidão e a fé católica.

Palavras-chave: Batismos; Família; Sociedade.

FAMÍLIAS E MESTIÇAGENS: O CASO DE UMA MAMELUCA PODEROSA EM MINAS COLONIAL

IGOR BRUNO CAVALCANTE DOS SANTOS (DOUTORANDO – UFOP)

IGOR366SANTOS@GMAIL.COM

O objetivo desta comunicação é repensar as noções de Família e Mestiçagens na América portuguesa. Tomamos o caso de uma mameluca nascida na capitania de São Paulo e falecida na comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, no ano de 1743. O caso da mameluca Anastácia é emblemático por retratar a história de uma mestiça que deixou em seu testamento e inventário registrada a sua experiência de itinerância movida pelo medo de morrer pelas mãos do próprio marido, por tê-lo traído quando este estava pelos sertões. Por reconhecer-se adúltera e ter ciência das legislações civis e eclesiásticas da época, Anastácia decidiu partir para as minas do ouro e ali reestruturar sua vida. Anastácia fugira para as Minas sem bem algum. Chegando à capitania mineira, trocara de nome, voluntariamente, passando a se chamar Francisca Poderosa, e lançara mão de novos casos de concubinato, sendo o mais duradouro, com o licenciado Domingos Maciel Aranha. Seguindo os seus rastros através de testamento, inventário e devassas eclesiásticas, é possível ver que a itinerância permitiu a Anastácia/Francisca a fuga de São Paulo, a chegada a Minas Gerais, novas misturas com homens portugueses, com suas formas de conjugalidade, e uma ascensão social e econômica. Anastácia morreu em 1743 sendo proprietária de escravos, índios administrados e outros bens. Este estudo visa contribuir com a historiografia sobre as formas de Família, os regimes escravistas e as mestiçagens em Minas Gerais, além de contribuir com estudos na área de História sociocultural. Oferece, ainda, uma oportunidade para se pensar maneiras de se apropriar de fontes documentais de naturezas distintas que, conjuntamente, permitem ao historiador seguir os fios e os rastros de personagens que foram responsáveis por reconfigurar os espaços sociais propondo maneiras distintas de viver e pensar no mundo colonial.

Palavras-chave: Família; Escravidão e Mestiçagens.

FAMÍLIAS PARDAS NA PERIFERIA DA CIDADE DE SALVADOR (1760-1810)

JERÔNIMO AGUIAR DUARTE DA CRUZ
(DOUTORANDO – UFRJ/CNPQ)
JERONIMOADC@GMAIL.COM

Esta apresentação procura investigar o papel das famílias pardas nas hierarquias socioeconômicas da Salvador setecentista. Partindo do pressuposto de que a atuação dos pardos tem sido pouco explorada pela historiografia que estuda a cidade no século XVIII, busca analisar características de um conjunto de domicílios pardos estabelecidos na freguesia de Nossa Senhora da Penha de Itapagipe, periferia do importante centro comercial e administrativo. Fundada em atividades relacionadas à construção naval e pesca, a região é forjada em meio a uma intensa circulação de agentes vindos da costa Ocidental e Centro-Ocidental da África, do norte de Portugal e por fortíssimas dinâmicas de mestiçagem. Todos chefiam domicílios na freguesia em meados do século. Tendo em vista este cenário, busca demonstrar a existência de famílias chefiadas por africanos libertos, crioulos, brancos e pardos. Tais unidades são abordadas a partir da adesão às práticas de legitimidade matrimonial, faixas de idade dos chefes, gênero, posse de escravos e tamanho dos domicílios. As análises são desenvolvidas por meios dos mapas populacionais, lista nominativa, registros de batismo, óbito e matrimônio da região entre os anos de 1760 e 1810. Desta forma, acreditamos verificar indícios da atuação dos pardos no interior das configurações sociais da pequena freguesia e, conseqüentemente, deslindar lógicas mestiças e suas hierarquias no interior da Monarquia lusa.

Palavras-chave: Pardos; Salvador; Família; Hierarquias sociais.

“SEMPRE O CRIEI COM AMOR DE FILHO”: AMOR E ALFORRIAS NO RIO DE JANEIRO SETECENTISTA (CANDELÁRIA, 1700-1740)

PAULA MELLO DOS SANTOS (MESTRANDA – UFRJ)

PAULAMELLODS@HOTMAIL.COM

A presente pesquisa analisa o papel social do amor mediante as concessões de alforrias e doações testamentárias. As relações de assimetria e dependência que envolviam escravos, livres e libertos em seus espaços de convívio engendraram a paisagem fluminense no século XVIII, quando pessoas, social e juridicamente distintas, podiam se conciliar afetivamente. Embora ordenadas e categorizadas como desiguais, partilhavam o mesmo universo relacional atravessado por relações de compadrio, matrimônios e partilhas de bens, que evidenciam proximidades e conciliações. Desse modo, amor, cordialidade, amizade e outros vínculos de solidariedade serão aspectos a serem considerados, porque nada sugere que desiguais não podiam se amar. A pesquisa se torna possível pela observação das disposições testamentárias, privilegiando as alforrias e doações. Para tal, evidenciaremos as relações construídas nas freguesias da Candelária, a partir da análise de testamentos e registros de batismos. Portanto, o objetivo desta pesquisa é evidenciar as redes que circunscreviam as relações entre diferentes agentes que compunham a sociedade fluminense de Antigo Regime, na qual, não raro, afetos se sobrepunham a aspectos de ordem jurídico-social.

Palavras-chave: Amor; Antigo Regime; Escravidão.

DE PARDA FORRA A DONA: A TRAJETÓRIA FAMILIAR DE MARIA DE BASTOS NERVA NA CAPITANIA DE GOIÁS – SÉCULO XVIII

JASON HUGO DE PAULA (DOCENTE – IFG)

JASONDEPAULA@GMAIL.COM

Não é novidade nos estudos acerca das famílias coloniais, tal como nos ensinaram Maria Beatriz N. Silva (1998; 2002), Sheila Faria

(1998), Katia Mattoso (1988), que mulheres administravam heranças, comandavam engenhos e planteis, negociavam em tabernas, lideravam lavras de mineração e em muitas outras atividades. Inserido nesse debate proponho uma reflexão sobre a trajetória familiar da *parda forra* (qualidade + condição jurídica) Maria de Bastos Nerva. Nascida no Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, acompanhou seu pai, o mestre de campo Manoel de Bastos Nerva, por vários arraiais mineradores. Entre a segunda metade do séc. XVIII e o ano de 1812, Maria de Bastos transitou pelos arraiais de Santa Luzia e Bomfim, na Capitania de Goiás. De sua família materna pouco se sabe pelas fontes, a não ser que era *filha natural* de Maria de Serqueira e que tinha uma irmã. O primeiro aparecimento nas fontes goianas ocorre no ano de 1753 quando leva seu filho Francisco para ser batizado na igreja Matriz do Arraial de Santa Luzia. No total foram seis filhos, todos assentados como *filhos naturais*. Com a perspectiva teórico-metodológica da micro-história, perscruto as estratégias familiares que tornaram possíveis a essa mulher ser considerada *dona* e possuir muitos escravos, fazendas de gados, lavras e negócios diversos sem jamais ter contraído matrimônio. O objetivo é acompanhar essas estratégias familiares e a formação de redes de sociabilidade responsáveis por preservar e aumentar o *status* social e econômico de sua família. Sua fortuna pode ser vista no funcionamento de sítios, retiros, fazendas, mais de uma centena de escravos, alambiques e gados; na lida com bigornas, alavancas, foices, machados, fornos e tachos, moinhos, paióis, casas de vivendas, roças e currais; e seu prestígio e estima encontrados nas boas relações com a elite local (dívidas, empréstimos, compadrio etc.) e exéquias de seu funeral solicitadas no seu testamento e trasladadas em seu inventário de 1812.

Palavras-chave: Capitania de Goiás; trajetória familiar; mulheres; redes de sociabilidades.

A FAMÍLIA ESCRAVA EM MOVIMENTO: LEGITIMIDADE E COMPADRIO ENTRE OS ESCRAVOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DE SÁ – RIO DE JANEIRO (C. 1760- C.1808)

DERMEVAL MARINS DE FREITAS (DOUTORANDO – UFRRJ)

DERMEVAL.MARINS@GMAIL.COM

O objetivo desta comunicação é analisar os laços familiares dos escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (localizada no Recôncavo da Guanabara) entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX. Apesar das diversas pesquisas sobre a família escrava apontarem o peso das grandes escravarias nas tendências de legitimidade das crianças escravas e nas formas de apadrinhamento ainda pouca atenção foi dada as variações destas tendências ao longo do tempo. Neste sentido analisaremos a família escrava a partir de um enfoque longitudinal percebendo as variações no tempo e conforme o desenvolvimento do tamanho das posses de escravos, verificando o peso que as grandes escravarias no decorrer das décadas, influenciaram os arranjos familiares e de compadrio. Utilizaremos como fontes além dos registros paroquiais de casamento e batismo de escravos, outros documentos produzidos no período que trazem informações referentes as escravarias da região. A historiografia sobre a economia do Rio de Janeiro no período em estudo destaca o revigoramento da agricultura, tanto aquela voltada para a agro-exportação como para o abastecimento interno. Desta forma, neste artigo procura-se estabelecer os possíveis nexos entre a economia, demografia e família escrava.

Palavras-chave: família escrava; compadrio; demografia;

OS COMPADRES DA FAZENDA CAXAMBU: NOTAS DE HIERARQUIA SOCIAL, ESCRAVIDÃO E COMPADRIO EM CASTRO, 1801-1836

VINÍCIUS AUGUSTO ANDRADE DE ASSIS
(MESTRANDO – UEL/CAPES)
VINIDEASSIS1@GMAIL.COM

O presente trabalho investiga as redes tecidas pelo compadrio na vila de Castro (São Paulo), nas primeiras décadas do século XIX, enquanto prática reprodutiva de hierarquias sociais costumeiras, constituídas por indivíduos dos mais variados estatutos de uma sociedade escravista com valores de Antigo Regime. Para o desenvolvimento da análise, me aproprio dos dados contidos em registros de batismo e casamento da Paróquia de Sant’Ana de Castro, bem como das listas nominativas e maços de população da referida vila. Aliando as técnicas seriais com a micro-história italiana, proponho reduzir a escala de observação para a fazenda Caxambu, pertencente ao tropeiro Francisco Xavier da Silva, a fim de debater questões referentes às relações escravistas e senhorias em vilas marcadas por uma economia de abastecimento interno, por escravarias distribuídas em poucos domicílios, majoritariamente em pequenos plantéis e com uma população cativa predominantemente crioula. A análise me levou a hipóteses referentes à suposta autonomia das famílias escravas na escolha de padrinhos, o dever senhorial na evangelização dos cativos africanos, caminhos indiretos ao paternalismo, bem como as hierarquias entre a elite escravista local e na própria senzala. Palavras-chave: Compadrio, escravidão, hierarquia social.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

TRAMADOS SOCIAIS DO RIO GRANDE: REDES SOCIOFAMILIARES NA FORMAÇÃO DO CONTINENTE (TRIUNFO, 1754-1808)

ISRAEL DA SILVA AQUINO (DOUTORANDO – UFRGS)

ISRAELL.AQUINO@GMAIL.COM

O presente trabalho se insere no âmbito de uma pesquisa de doutorado em andamento no PPG em História da UFRGS, e tem como mote o estudo da formação da freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo durante a segunda metade do século XVIII. A sociedade que se estabeleceu nos primórdios da América Portuguesa era atravessada por intrincadas formas de hierarquização e sociabilidade, envolvendo a interação de diversos contingentes. Havia militares, criadores, agricultores e comerciantes; fazendeiros, posseiros, peões e agregados; brancos, negros, índios e pardos que, em conjunto, contribuíram para a construção de um espaço comum. Este estudo busca compreender como as redes destes atores se imbricavam e quais as consequências disso para a formação daquela comunidade. Para isso, pretende-se realizar um estudo de caso, abordando uma entre as famílias povoadoras da região, e as relações diversas que esta constituiu através de diferentes expedientes. Interessa-nos analisar, a partir da reconstituição das relações daquele grupo, as estratégias de afirmação e reprodução social e econômica que poderiam ser mobilizadas em um contexto de disputa e ocupação do território do Continente. A problematização destas relações será realizada através do emprego de aportes da História Social, dialogando especialmente com autores como António Hespanha, Giovanni Levi e João Fragoso, de forma articulada com ferramentas da Análise de Redes Sociais (SNA), utilizadas para fins de crítica e interpretação dos dados. Como principais fontes de pesquisa, trabalharemos com a documentação paroquial e notarial do período de formação da freguesia.

Palavras-chave: História da Família; Análise de Redes Sociais; Interdependência Social; Triunfo.

MAIS LUZIDO É MANIFESTO: ECONOMIA, VIDA MATERIAL E ESTRATÉGIAS FAMILIARES NA CURITIBA DO SÉCULO XVIII

MILTON STANCZYK FILHO (DOUTORANDO – USP)

MILTINHO@USP.BR

Em 1787, declarava o então Capitão-Mor da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade: “*não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura, esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém mais luzido, é manifesto.*” Sua descrição, ao que propõe a historiografia tradicional, fazia clara referência à suspensão do recrutamento militar ocorrida no ano de 1768, uma vez que a inspeção aos jovens pela Companhia de Auxiliares estava incompatibilizando grande parte da população com a ocupação na agricultura, causando-lhe “*decadência*”. Mas não só: também aos trabalhos na mineração (ainda remanescentes), criação e transporte de gado. Ao comparar a década pretérita, fazia o Capitão um balanço das transformações daquela comunidade e sua forma de viver. Mas qual o significado de luzir-se nos sertões da América colonial portuguesa dos setecentos, no interior de uma vila agrária voltada basicamente ao mercado de abastecimento? Seria possível separar as atividades de modo tão estanque entre seus moradores? Do ponto de vista material da existência, que diferença havia dos bens acumulados nos arraiais de mineradores e as posses agropastoris? Para tal, ao fazer uso do recorte micro analítico como artefato metodológico da construção das trajetórias de vida, este estudo analisa quais estratégias familiares foram utilizadas enquanto projetos que oportunizaram determinados processos de mobilidade econômico-social nos sertões de Curitiba. Tem-se como fontes os inventários *post-mortem* conjuntamente auxiliado por um cruzamento nominativo nas listas nominativas de habitantes, testamentos, registros de terras, cartas de sesmaria, atas de catolicidade, genealogias e demais documentação coeva.

Palavras-chave: História da Família; Paraná setecentista; estratégias de sobrevivência; inventários *post-mortem*; vida material.

SER DONO DE ENGENHO NA CAPITANIA DE MATO GROSSO: A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA PEREIRA ALBUQUERQUE SILVA (1760?-1822)

VANDA DA SILVA (DOCTORA – UFGD/APMG)

VANDASILVA16@GMAIL.COM

Esta comunicação tem como objetivo analisar a composição da família Pereira Albuquerque Silva e suas estratégias, enquanto donos de sesmarias, para o fortalecimento do seu prestígio social e econômico na elite rural constituída no Termo do Cuiabá, na capitania de Mato Grosso. Parte, desta família chegou à capitania por volta de aproximadamente 1760, e a sua atuação esteve inicialmente ligada as atividades administrativas e militares. A trajetória dessa família chamou atenção a partir do inventário de Antônio da Silva Albuquerque e o valor do seu monte-mor em relação ao demais donos de engenho da capitania. Para mapear os indivíduos que compunham essa família, recorreremos aos poucos inventários, processos dos Juizados dos Órfãos e documentos avulsos da Capitania de Mato Grosso. A pesquisa revelou que estes pertenceram a uma influente família da Vila de Igarassu, Pernambuco, que vieram primeiro para capitania de Goiás e posteriormente para a capitania de Mato Grosso, portanto, não pertenciam, as famílias paulistas que para vieram no início da ocupação das minas do Cuiabá. Assim, os enlances matrimoniais estabelecidos entre por essa família foram estratégias importantes para estreitar relações de amizade, de parentesco e de inserção econômica e política no Termo do Cuiabá. Traçar a trajetória dessa família nos permitiu compreender como a elite rural dos homens que se intitulavam “Donos de engenho” se relacionavam e como de organizavam enquanto, grupo social dentro a elite local.

Palavras-chave: Terra; família; capitania de Mato Grosso; engenho.

NAS SOMBRAS DA AUTORIDADE: FAMÍLIA PATRIARCAL NA FORMAÇÃO DO COMPLEXO AÇUCAREIRO CAMPINEIRO (SÉCULOS XVIII-XIX)

CARLOS EDUARDO NICOLETTE (MESTRANDO – USP/FAPESP)

CARLOS.NICOLETTE@USP.BR

O conceito de família patriarcal, trazido à luz por Gilberto Freyre, fora assaz debatido entre os historiadores no último século. Grande parte deles entendeu que Freyre se referia à família extensa, ou seja, que família patriarcal se referia a um grande grupo de pessoas residindo sob o mesmo teto. Bert Barickman iluminou novamente o tema no início dos anos 2000, trazendo à luz o debate sobre a interpretação de Freyre. O autor argumentou que Freyre, ao apresentar a família patriarcal, se referia somente às relações socioeconômicas impostas por um indivíduo, que detinha o poder naquela família para influenciar, de maneira desigual, nas trajetórias individuais. Em outras palavras, Freyre não evidenciara as relações na unidade doméstica, mas pensou a família patriarcal num sentido amplo das relações estabelecidas pelo indivíduo que detinha a autoridade. A partir da análise de Barickman, percebeu-se em Campinas a existência de relações patriarcais ao longo do estabelecimento de suas unidades canavieiras na montagem de seu complexo açucareiro, entre os séculos XVIII e XIX. Isso ocorreu, sobretudo, na vinculação do senhor de engenho com o partidista de cana – que cultivava a cana-de-açúcar, mas não possuía o engenho para beneficiá-la. Isto posto, o objetivo do presente artigo é investigar a formação do complexo açucareiro campineiro à luz das relações patriarcais estabelecidas sob a autoridade de dois poderosos senhores de engenhos: o ituano Albano Leite de Almeida e o mineiro Antônio Ferraz de Campos. Para cumprir o objetivo proposto, buscar-se-á entender, a partir das listas nominativas de habitantes e dos inventários, de qual maneira esses dois indivíduos financiaram familiares em seus empreendimentos canavieiros na vila em expansão econômica. O segundo passo é compreender a maneira com que as relações socioeconômicas eram estabelecidas entre os indivíduos, ou seja, quem eram aqueles privilegiados pelo poder patriarcal.

Palavras-chave: Família Patriarcal; Complexo Açucareiro; Lavradores de cana

A TRANSMISSÃO DOS SOBRENOMES DAS FAMÍLIAS DA NOBREZA DA TERRA DE PERNAMBUCO COMO ESTRATÉGIA DE PERPETUAÇÃO SOCIAL. AMÉRICA PORTUGUESA, SÉCULOS XVI-XVIII

ANA LUNARA DA SILVA MORAIS (DOUTORANDA – UNIVERSIDADE DE ÉVORA)
LUNARA_ANA@HOTMAIL.COM

Durante o Antigo Regime português, e em seus domínios, não havia uma imposição sobre a forma pela qual os indivíduos transmitiam seus sobrenomes aos seus descendentes. A regulamentação sobre essa matéria teve origem em Portugal e no Brasil somente nas primeiras décadas do século XX. Diante da falta de regulamentação, muitas famílias, sobretudo as que aspiravam a nobreza, utilizaram a transmissão do sobrenome de suas famílias de forma estratégica para perpetuar a memória de seus ancestrais. Neste estudo, serão analisadas a transmissão onomástica de oito famílias da nobreza da terra da capitania de Pernambuco para perceber de que forma a transmissão dos sobrenomes colaborou para a sobrevivência dessas famílias e a perpetuação de sua memória e identidade entre os séculos XVI e XVIII. As famílias em análise são as seguintes: dois ramos dos Albuquerque, Cavalcanti, Pais Barreto, Rego Barros, Camelo Pessoa, Carneiro da Cunha e Vieira de Melo. Essa pesquisa, fruto de uma tese de doutorado sobre a reprodução social das famílias da nobreza da terra de Pernambuco, dispõe de informações sobre 497 indivíduos membros das famílias elencadas, sendo possível analisar a origem e frequência dos sobrenomes transmitidos, incidindo sobre as lógicas de transmissão onomástica e mesmo a sua mudança ao longo dos séculos. As informações foram obtidas por meio do cruzamento de fontes de diversas naturezas, oriundas de diferentes fundos, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEP), entre outros. Essa pesquisa traz alguns esclarecimentos acerca da prática de transmissão dos sobrenomes no período colonial do Brasil, sendo relevante, portanto, para a análise das estratégias de perpetuação das famílias e da metodologia empregada no uso desse tipo de análise.

Palavras-chave: Capitania de Pernambuco; família; nobreza da terra; reprodução onomástica; reprodução social.

PROTEÇÃO E INTERCESSÃO: RELAÇÕES DE PARENTESCO E A CONDUÇÃO AO CARGO DE GOVERNADOR-GERAL DA CAPITANIA DE MOÇAMBIQUE E RIOS DE SENA (DÉCADA DE 1780)

ANA PAULA WAGNER (UNICENTRO)

ANAPWAGNER@GMAIL.COM

Na história do Império Português, as relações de parentesco, instituídas por base consanguínea ou via casamento e/ou batismo, podem constituir um importante instrumento de compreensão do funcionamento das dinâmicas políticas e sociais dos territórios que compunham o império luso. Juntamente com outros vínculos, como de amizade e de relações clientelares, os laços de parentesco por vezes eram mobilizados por determinados agentes da coroa para a resolução de conflitos. O episódio que constitui o ponto de partida desta reflexão foi a instalação de um governo provisório na Capitania de Moçambique e Rios de Sena na década de 1780, por ocasião do falecimento do governador geral. Aparentemente, tratava-se de uma questão de ordem militar, de questionamento de hierarquia sobre quem deveria ocupar o cargo vago. Na ocasião, António Manuel de Melo e Castro, que era governador da capitania subordinada Rios de Sena, considerava ser a pessoa certa para o desempenho da tarefa. No entanto, ao ser preterido, ele empregou uma série de estratégias para ser conduzido ao governo, acionando recursos diversos, como relações de parentesco, argumentos de fidelidade e honra aos serviços prestados à coroa portuguesa. Naquele momento de instabilidade e de tensões, a correspondência trocada entre as diferentes autoridades possibilita conhecer os pedidos de proteção e intercessão enviados para parentes em Lisboa na resolução do impasse, particularmente para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, e para a tia, Dona Violante de Melo e Castro. Nesse sentido, consideramos que as questões a serem apresentadas nesta comunicação poderão contribuir para o conhecimento das particularidades da história de Moçambique, mas também trazer subsídios para um debate mais amplo das estratégias familiares e das redes sociais no contexto do Império Português.

Palavras-chave: governador geral; relações de parentesco;

Capitania de Moçambique e Rios de Sena.

COR E INSERÇÃO SOCIAL: A FAMÍLIA GOMES DA FONSECA EM PERNAMBUCO (SÉCULO XVIII)

JANAÍNA SANTOS BEZERRA / JANATABIRA@HOTMAIL.COM / SEDUC-PE

A presente abordagem tem como objetivo fazer uma análise do patrimônio, das redes de poder e das estratégias de promoção social utilizadas pela família Gomes da Fonseca, em Pernambuco, no século XVIII. Tal família se fez notável, não apenas por possuir avultado cabedal, mas também por ter distinção e honra e viver à moda da nobreza. Para conseguir tal façanha utilizaram diversas estratégias de integração social, entre elas a carreira eclesiástica, a compra de cargos, a ostentação de patente militar, a ocupação de cargos importantes na Ordem Terceira do Carmo, a aquisição de escravos e imóveis e o casamento em face da Igreja. Todos esses elementos convergiam para uma aquisição e consolidação de posições de prestígio e comando. Aparentemente eram pardos, carregavam na pele e nos cabelos todas as ferramentas que denunciavam a sua origem mestiça. Porém, na documentação, localizada no AHU e na Torre do Tombo, em seus processos de habilitação na Ordem de Cristo, ou até mesmo na ocupação de cargos de prestígio na colônia, apresentavam-se como brancos de sangue limpo. A trajetória dos legados aqui pontuados demonstra que a hierarquia social não era rígida; existia uma mobilidade que era possível através de inúmeras estratégias utilizadas por muitos sujeitos de cor.

Palavras-chave: Pardos; família; inserção; poder.

22. INDÍGENAS E AFRICANOS NO ATLÂNTICO SUL

COORDENADO POR:

CRISLAYNE ALFAGALI (PUC-RJ)

CRISALFAGALI@PUC-RIO.BR

Este simpósio temático propõe a análise das trajetórias e experiências de indígenas, africanos e seus descendentes nas duas margens do Atlântico Sul. O objetivo é propor a reflexão sobre a possibilidade de unir dois campos historiográficos que, salvo algumas exceções, têm se desenvolvido separadamente: a historiografia sobre os povos indígenas e a sobre a escravidão, os africanos e seus descendentes daqui e dali (na Europa e no continente africano). Creio que esta abordagem pode apresentar muitos ganhos em termos teórico-metodológicos, quanto no que diz respeito a escolhas temáticas, a análises que reflitam sobre as múltiplas interações entre esses grupos; pois se há um consenso que vem se formando na historiografia brasileira é o de que a América, na Época Moderna, era tão ou mais indígena, africana, negra, afro-indígena que portuguesa. Por isso, serão bem-vindas propostas que se debrucem sobre essas populações de forma isolada ou conjunta; por meio de uma abordagem cruzada que pense nas conexões entre diferentes lugares das Américas e/ou do continente africano ou mais circunscritas a localidades específicas; pelo estudo de coletividades ou trajetórias de vida; reflexões teóricas que reflitam sobre como esses campos de estudo pensam os diálogos entre a história, antropologia, arqueologia e os conceitos de cultura, etnia e agência; trabalhos que se voltem a multiplicidade de fontes (materiais, orais, escritas, outras escrituras como grafismos, ideogramas etc.) analisadas de forma entrecruzada; estudos que abordem os saberes e técnicas de indígenas e africanos incorporados por missionários, naturalistas e viajantes europeus em seus escritos, desenhos e cartas, ou seja, trabalhos que evidenciem como a botânica, a medicina, a química, a mineralogia, a arte, as diferentes formas de escrita e de escritura se pautaram no conhecimento e experiência acumulados das populações originárias das Américas e de diferentes partes do continente africano.

.....

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

AMÉRICA INDÍGENA: AGÊNCIA E RESISTÊNCIA NAS AMÉRICAS

ENTRE OS DESFILADEIROS A RESISTÊNCIA: A REBELIÃO DE ENRIQUILLO EM SÃO DOMINGOS, 1519-1533

VICTOR VILMAR ALEXANDRE (MESTRANDO – UFSC)

VICTOR.A.99@HOTMAIL.COM

A proposta desse trabalho é analisar a guerra do Batoruco, na Ilha de São Domingos, aproximadamente de 1519 a 1533, liderada pelo cacique Guarocuya ou também conhecido por Enriquillo. O jovem Guarocuya, era membro e herdeiro de um dos cinco maiores cacicados que existiam na Ilha após a chegada de Cristóvão Colombo. No ano de 1503, e subsequentes ao governo de Nicolás de Ovando, houve inúmeras investidas contra os chefes indígenas da Ilha, tornando o jovem Guarocuya órfão. Colocado em um mosteiro e batizado, Enriquillo constituiu laços com a elite indígena e espanhola, casando-se com a filha da princesa Higuemota e tendo como mentor Bartolomé de Las Casas. Diante da contínua queda da população indígena, Enriquillo se uniu a outros indígenas, partindo para as serras do Batoruco e iniciando uma rebelião que durou 14 anos contra as autoridades espanholas. Nos anos de 1519 a 1533, emitiram-se Leis, Reais Cédulas e ordenanças que tratavam diretamente ou tocavam no assunto da rebelião de Enriquillo. Ao mesmo tempo, crônicas coloniais como a “*História das Índias*” de Las Casas, bem como peças literárias posteriores, como o romance histórico de Manuel Jesús de Galván “*Enriquillo*”, do século XIX, entre outras obras, trazem uma gama de informações sobre a guerra do Batoruco e dão conta do registro de sua memória na sociedade dominicana. A partir dessas fontes, busca-se identificar e questionar a rebelião de Enriquillo em relação: (A) quais os elementos que evidenciam a relação entre indígenas e africanos – que passam a ser introduzidos de forma constante na ilha no mesmo período – como componentes centrais da resistência ao colonialismo europeu? (B) A experiência da rebelião

de Enriquillo nas montanhas e serras do Bahoruco formaram um espaço de resistência histórica para as populações indígenas e africanas submetidas ao poder espanhol? (C) Quais eram as características da historiografia que tratou do tema e como pode-se extrair novos horizontes da guerra do Bahoruco?

Palavras-chave: Resistência; Guerra do Bahoruco; Cacique Enriquillo.

RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: A RECRIAÇÃO DE MITOS E O ENFRENTAMENTO À ESCRAVIDÃO NO PERU E NO BRASIL (SÉC. XVI)

NATALIA DE SOUZA MIRANDA (MESTRANDA – UFRJ/CAPES)

MIRANDAS.NATALIA@GMAIL.COM

Este trabalho, que é resultado da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ), apresenta uma reflexão sobre o impacto dos movimentos messiânicos indígenas na organização do trabalho colonial no século XVI. Para isso, compara dois movimentos: o *Taki Onqoy*, ocorrido entre os povos nativos do Peru, e a Santidade de Jaguaripe, que se deu na capitania da Bahia. Ambos os movimentos tinham como característica a ação de profetas itinerantes, que pregavam o enfrentamento cósmico entre os deuses indígenas e os europeus, bem como a morte ou a escravização de espanhóis e portugueses. Tais pregações se deram especialmente entre índios ladinos, cujo contato com missionários católicos era constante. Esses nativos eram exortados a passar por processos de purificação em relação ao catolicismo, bem como a abandonar o trabalho nas *encomiendas* e nos engenhos açucareiros baianos. Nosso objetivo é demonstrar, a partir do conceito de *tradução* e dos debates sobre cultura como processo histórico, que a ação dos profetas indígenas conseguiu não somente reconstruir as narrativas cosmológicas, mas também desarticular em alguma medida a organização do trabalho compulsório indígena na colônia. A pesquisa baseou-se em fontes bastante conhecidas pelos historiadores americanistas e brasilianistas, especialmente as cartas jesuíticas, as crônicas de missionários e a documentação inquisitorial. Porém, traz nova luz à problemática dos movimentos messiânicos indígenas à medida que os analisa de maneira comparada,

pensando as conexões entre os diferentes espaços de colonização Ibérica na América, a organização da mão de obra nativa pelos europeus e nas formas encontradas pelos indígenas para a interpretação da história e o enfrentamento à colonização.

Palavras-chave: Indígenas; Movimentos messiânicos; *Taki*

Onqoy; Santidade da Jaguaripe; Cultura; Tradução.

**“EN ESTE INCOMPORTABLE TRABAJO, O POR MEJOR DECIR EJERCICIO DEL INFIERNO...”
INDÍGENAS Y AFRICANOS EN LAS PESQUERÍAS DE PERLAS DE LA ISLA DE CUBAGUA DURANTE LA TEMPRANA ÉPOCA MODERNA**

FIDEL RODRÍGUEZ VELÁSQUEZ (DOUTORANDO – PUC-RIO/CAPES)

FIDELRODV@GMAIL.COM

“...la rica isla...” “...la más rica tierra que hay en el mundo...” “...aquellas famosas islas...” fueron expresiones utilizadas por los cronistas que, durante el siglo XVI y XVII, escribieron sobre los llamados “Reinos de Indias” para referirse a isla de Cubagua y en general a su esfera de influencia compuesta por las islas de Margarita y Coche, y la Costa de Tierra Firme alrededor del río Cumaná. El origen de esta celebrada riqueza fueron los bancos de “ostras”, que se ubicaban en el mar que rodeaba esta pequeña isla de tan solo 24km², de donde se extrajeron en el mejor de los años 1600 kilogramos de perlas que tempranamente alimentaron redes globales de comercio de esta preciada mercancía que, hasta la fecha, solo llegaba a la Península Ibérica y Europa provenientes del golfo pérsico y el medio oriente. La explotación de estos bancos de ostras americanas solo fue posible a través de la implantación paulatina de un régimen de trabajo en el que participaron fundamentalmente (i) indígenas provenientes de diversas islas del Caribe, especialmente las llamadas “islas Lucayas”, la costa de tierra firme y la costa atlántica brasileña y (ii) africanos provenientes de

la costa centro occidental que llegaron a la isla de Cubagua tras cruzar el atlántico y ser comerciados a través de las factorías portuguesas que se asentaban en las islas de Cabo Verde. A partir de la lectura de las crónicas tempranas dedicadas a la presencia de los reinos europeos en el caribe, relaciones geográficas, peticiones de libertad y procesos criminales contra funcionarios ibéricos nos hemos propuesto analizar en esta ponencia la transformación del régimen de trabajo del que participaban indígenas y africanos en las pesquerías de perlas de la isla de Cubagua entre 1498 y 1539.

Palabras clave: perlas; indígenas; africanos; Isla de Cubagua; Mundo Atlántico.

TABUSSERAM, NOTAS SOBRE A AGÊNCIA INDÍGENA EM ALDEAMENTOS COLONIAIS NAS CAPITANIAS DO NORTE (1617-1654)

LUCAS DE LIMA SILVA (MESTRANDO – UFRPE)

LUCASLIMASHT@GMAIL.COM

Esta apresentação baseia-se em pesquisa de mestrado corrente, associada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda. A pesquisa intenta cobrir aspectos sociopolíticos que permearam a existência do aldeamento colonial de Tabusseram, entre os anos de 1617 e 1654, ao mesmo tempo em que se debruça sobre problemáticas da pesquisa histórica dos aldeamentos indígenas nos recortes espacial e cronológico apontados. É mister evidenciar que a escolha de um aldeamento como objeto de pesquisa vincula-se a um campo de debates específico na “Nova História Indígena”. Nele, as relações entre os indígenas que ocupavam esses espaços e os diversos grupos não-indígenas, assim como as interações dos primeiros com dinâmicas sociais, políticas e econômicas a nível local e regional, são elementos direcionadores das análises sobre a agência de indivíduos e grupos indígenas. Dessa forma, a aldeia de Tabusseram mostra-se como objeto de estudo privilegiado. Esta desponta na documentação como espaço importante para uma rede familiar de poderosas lideranças indígenas, e cuja submissão a poderes coloniais obedece em grande medida às ações conscientes e autocentradas dos próprios aldeados. As fontes utilizadas vão desde

relatos e narrativas – como a Jornada do Maranhão elaborado pelo Sargento-mor Diogo Soares Moreno, ou as Memórias Diárias sobre a Guerra de Pernambuco de Albuquerque Coelho – até documentação burocrático-administrativa – como os relatórios periódicos e as Atas Diárias elaboradas pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil – passando também por fontes que ocupam algum espaço entre ambos os “estilos”, como a Descrição das Índias Ocidentais e a História ou Anais de Johannes de Laet ou a História das Últimas Lutas de Pierre Moreau.

Palavras-chave: Aldeamento; Brasil Holandês; História Indígena.

.....

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

***INDÍGENAS E AFRICANOS: ESPAÇO
DE CONVÍVIO, RELAÇÕES SOCIAIS E
COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS.***

**SABERES INDÍGENAS E AFRICANOS NO BRASIL
HOLANDÊS: INTERSEÇÕES ETNOBOTÂNICAS
EM *HISTORIA NATURALIS BRASILIAE* (1648)**

CAROLINA MONTEIRO (DOUTORANDA EM
ARQUEOLOGIA – UNIV. LEIDEN)
C.MONTEIRO@ARCH.LEIDENUNIV.NL

Publicado em 1648 em Amsterdã, o livro *História Naturalis Brasiliae* é considerado um dos primeiros volumes a se dedicar exclusivamente à história natural do Brasil que tenha circulado no continente europeu. Contendo informações minuciosas acerca da flora, fauna, geografia, astronomia, e da população originária do Brasil, entre outros assuntos, o livro é uma compilação

das anotações do médico Willem Piso (1611-1678) e do astrônomo George Marcgraf (1610-1644), feitas durante a ocupação holandesa no Brasil (1630-1654). Ambos estiveram no território comumente chamado de Brasil holandês por cerca de sete anos, como parte integrante da comitiva científica do então conde João Maurício de Nassau (1604-1679). Apesar do importante esforço de estudos recentes em apontar que a maior parte de tais anotações se debruça em saberes indígenas, principalmente em relação ao conhecimento etnobotânico, há ainda uma particularidade menos estudada contida no volume: o conhecimento trazido e difundido pelos povos africanos escravizados, originários de diversas localidades e dispersados involuntariamente pelo território ocupado. Informações sobre o cultivo e uso de plantas para fins nutricionais, medicinais, espirituais e como ferramentas de resistência circulavam, e eram empregadas por grande parte da população colonial, de modo que Piso e Marcgraf por vezes anotavam a maneira com a qual tais saberes eram utilizados por diferentes grupos sociais e para múltiplos fins. Pela necessidade de se pensar o *Historia Naturalis Brasiliae* – fonte principal desta proposta – enquanto obra europeia setecentista, concebida a partir de uma perspectiva socialmente hierarquizante, esta comunicação tem por objetivos analisar como os saberes indígenas e africanos coexistiram na sociedade colonial do Brasil holandês, apontando também, como estes foram percebidos, interpretados e por vezes apropriados pelo conhecimento científico europeu.

Palavras-chave: Etnobotânica; Brasil Holandês; Conhecimento Indígena; Conhecimento Africano; História Natural.

INDÍGENAS E AFRICANOS NA FORMAÇÃO FAMILIAR DAS FREGUESIAS DE ARACATI E RUSSAS (1720-1820): NUANCES DA COMPOSIÇÃO POPULACIONAL E DAS MISTIÇAGENS

ELISGARDÊNIA DE OLIVEIRA CHAVES (DOCENTE – UECE)

ELIS_GARDENIA@YAHOO.COM.BR

A presente comunicação objetiva problematizar a presença de indígenas e africanos e seus descendentes na formação familiar das freguesias de Aracati e Russas - (1720-1820), dando ênfase as mestiçagens e as condições jurídicas. Em estudos realizados a partir dos registros de casamentos e de batismos referentes às freguesias nesse período, pude perceber que atividades desenvolvidas em torno da economia agropecuária, entre outros elementos, conectaram a capitania do Siará Grande aos sertões, à zona da mata açucareira brasileira, à Metrópole e à África. Seja por mar ou por terra, pelas várias vias de acesso, pelos trânsitos internos e intercontinentais pessoas de “qualidades” (nativos, portugueses, africanos, brancos, pretos, crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos, entre outras designações) e de condições jurídicas (livre, liberto e escravo) formaram variadas formas de famílias mestiças. Assim, diferente da imagem de fixidez que os sertões no Brasil foram imaginados pela literatura e pela historiografia, a nova realidade historiográfica tem possibilitado constatações sobre a fluidez, os encontros, as misturas biológicas e culturais nas paragens sertanejas. Essa pesquisa, portanto, vem somar-se a estudos historiográficos brasileiros desenvolvidos, sobretudo a partir dos anos 1970/80, que embasados em corpus documental variado e com ênfase nas naturalidades e nas mobilidades geográficas têm identificado intensas migrações populacionais. A procedência da população das duas freguesias confirma o trânsito e as lógicas de deslocamentos de entradas, saídas e fixações pelas estradas, vilas e ribeiras da capitania,

proporcionando misturas biológicas e culturais complexas entre nativos, portugueses, ilhéus, africanos e nascidos na colônia.

Palavras-chave: Registros de casamentos; Índios; Africanos; Portugueses; mestiçagens; Aracati e Russas.

OS POVOS SOB O TERMO DA VILA DE SOBRAL: SOBRE MULHERES INDÍGENAS, AFRICANAS E SEUS DESCENDENTES NA RIBEIRA DO ACARÁU (CEARÁ, SÉCULO XVIII)

MARIA RAKEL AMANCIO GALDINO (MESTRA – UFC)

RAKELGALDINO2014@GMAIL.COM

A presente comunicação versa sobre as mulheres que viviam sob o termo da Vila de Sobral, a qual abrangeu parte da região Noroeste da Capitania do Ceará Grande, uma área considerada periférica na dinâmica colonial da América Portuguesa. Entre os principais objetivos da pesquisa, pode-se destacar a importância de analisar a situação das mulheres em um contexto agropastoril onde o trabalho compulsório africano e afrodescendente aconteceu, mas se sobressaiu a exploração indígena e de mestiços pobres. Entre as principais fontes de pesquisa sobre essas mulheres, como viviam e eram tratadas na sociedade em formação, foram utilizados inventários *post-mortem*, testamentos, livros de plantações, licenças para comercializar, entre outros documentos arquivados no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS/UVA, bem como os assentos de casamentos, batizados e de óbitos da Cúria Diocesana de Sobral. É importante frisar que a ocupação do referido território aconteceu entre o final do século XVII e início do XVIII, se consolidando na segunda metade do setecentos. Para além dos homens de negócios e suas dinâmicas familiares convém frisar que os registros deixados podem revelar como viviam os povos desses sertões de modo mais amplo. Especificamente sobre as mulheres, há que

se discutir a respeito dos elementos captados diretamente ou nas entrelinhas das fontes históricas analisadas, seja sobre o trabalho, as sociabilidades ou as imposições através dos discursos e práticas, os quais forjaram regras, condutas, respaldaram formas de exclusão e exploração, entre outros, impondo uma cultura com intuito hegemônico que deixou resquícios ainda marcantes nos dias atuais.

Palavras-chave: Mulheres; Registros Históricos; Discursos e Práticas; Sobral.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS ENTRE INDÍGENAS E NEGROS DURANTE O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: O CASO DE DUAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

ALICE MABEL PRATES MONTEIRO (MESTRANDA – PUC/RIO)

ALICEMABELPRATES@YAHOO.COM.BR

Ao longo da prática historiográfica, são inúmeras as pesquisas que abordam relações sociais, tema central das ciências humanas. No entanto, existe uma lacuna nos estudos das relações entre indígenas e afro-americanos. Faltam trabalhos que analisem as vicissitudes dessas relações e consigam preencher a lacuna existente sobre as trocas entre esses dois grupos humanos ao longo dos séculos de colonização. A partir de cartas, ordens, requerimentos e legislações, a proposta objetiva complexificar as relações sociais e raciais entre os diversos agentes históricos durante a aplicação do Diretório dos Índios, com ênfase nas relações interétnicas entre indígenas e negros. Para isso, analisa-se um caso ocorrido entre as lideranças indígenas das aldeias de São Barnabé e Sagrada Família de Ipuca, ambas pertencentes à capitania do Rio de Janeiro. Nele, José Dias Quaresma perde seu posto de capitão-mor por ter se casado com Margarida, uma mulher negra. Nesse contexto, investiga-se como a cor de Margarida, na segunda metade do século XVIII, era pautada por componentes sociais e culturais, que colocavam a questão do biológico em segundo plano. Além disso, também é intenção do artigo examinar como o Diretório pombalino em seu projeto assimilacionista, cuja proposta de homogeneização cultural alicerçada nos valores morais europeus era nítida, afetou as hierarquias sociais no contexto colonial ultramarino. Trata-se essa legislação como

resultado de um complexo jogo de interesses disputado entre a Coroa, seus representantes, os indígenas e os colonos, compreendendo as dinâmicas entre a lei e sua prática. As trajetórias de José Dias Quaresma e João Batista da Costa, apesar de bastante distintas, são igualmente válidas para refletirmos sobre identidades e relações de poder.

Palavras-chave: Relações interétnicas; Diretório dos Índios; Lideranças indígenas; Identidade.

.....

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

MULHER, FAMÍLIA E RELAÇÕES SOCIAIS

OS GOVERNADORES ÍNDIOS DO SÃO FRANCISCO: FAMÍLIA, PODER E ASCENSÃO SOCIAL NA BAHIA COLONIAL

DAVID BARBUDA G. DE M. FERREIRA (DOUTORANDO – UFMG CAPES)
BARBUDA.DAVID@GMAIL.COM

A presente comunicação visa analisar a trajetória dos líderes indígenas da família Mataroã que, durante mais de 50 anos, ocuparam cargos administrativos e militares nos sertões do Império Português, especialmente na região do Rio São Francisco, nas Capitanias da Bahia e Pernambuco. Esses índios receberam em retribuição aos seus serviços muitas mercês e benesses da Coroa Portuguesa, tendo ocupado, inclusive, um cargo de governador que lhes concedia autoridade sobre os outros sujeitos indígenas na região. O título de “Governador dos índios do Cabelo Corredio do Rio São Francisco de Baixo e de Cima” criado na segunda metade do século XVII, esteve sob o domínio da família Mataroã, sendo exercido por Francisco Dias e Jorge Dias de Carvalho Mataroã entre os anos de 1680 e 1733. Tais índios ficaram conhecidos

pelos seus feitos nas campanhas contra os “tapuias”, considerados inimigos dos portugueses no Piauí, durante as chamadas “Guerras dos Bárbaros” e também pelo auxílio prestado à Coroa na expulsão dos holandeses durante a restauração pernambucana. A jurisdição do referido cargo provavelmente estava restrita ao rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, e Jorge e Francisco Mataroã estavam submetidos à autoridade dos Governadores Gerais dos índios em Pernambuco. Contudo, sua atuação na região do São Francisco foi reconhecida a ponto de eles terem sido deslocados para diversas outras partes da colônia com o objetivo de efetivar o domínio português. No âmbito desse trabalho pretende-se analisar a trajetória desses índios, utilizando-se das fontes burocráticas e administrativas portuguesas presente no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e demonstrar o quanto eles conheciam da estrutura política, jurídica e cultural lusa e como isso possibilitou uma maior inserção desses sujeitos no mundo colonial.

Palavras-chave: família Mataroã; São Francisco; linhagens indígenas.

MULHERES INDÍGENAS E A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES ÉTNICAS

JULIA PIZARDO MICHELETTO (MESTRANDA – UNESP/FAPESP)

JULIAMICHELETTO@GMAIL.COM

O trabalho analisa as violências cometidas contra as mulheres indígenas dentro dos grupos étnicos e verifica suas reações ante tais situações. Partindo da análise das mitologias indígenas à luz de dados etnográficos, investigamos os contextos de ocorrência dessas violências e os agentes responsáveis, identificando que tais situações localizavam-se nas relações de parentesco e ocorriam quando a mulher não se sujeitava às normas impostas pelo grupo. Nas sociedades ameríndias, onde o trabalho era dividido através do sexo e idade, os homens exerciam as funções referentes à guerra e as mulheres assumiam grande parte das atividades essenciais para a vida nas aldeias. Isso atribuiu às mulheres papel central na organização grupal e instituiu uma relação assimétrica entre os gêneros, onde a dependência masculina ao trabalho feminino ocasionou o estabelecimento de regras sociais que visavam o controle das ações das mulheres. Esse

controle se localizava dentro dos próprios papéis sociais exercidos por ambos os sexos e atuava no sentido de garantia da estruturação da organização social e da própria existência do grupo étnico. Neste sentido, observamos que as violências vivenciadas pelas nativas ocorriam na condição do casamento – instância que permitia o usufruto do trabalho feminino – principalmente nas circunstâncias onde as mulheres fugiam do comportamento esperado e não se submetiam às normas impostas. Na mitologia, essa transgressão se traduzia através da noção de desestruturação da ordem e justificava, no plano, prático a agressão contra as mulheres. Contudo, as mulheres não foram passivas nesse processo e não devemos supor que aceitassem caladas. Por fim, a verificação da violência contra a mulher no meio étnico levou à constatação de que, com a presença do colonizador, esta violência étnica foi incorporada e resignificada à luz da moral cristã, combinando-se ainda aos vetores incontornáveis da colonização, como a exploração, a dominação e a escravidão. Palavras-chave: violência; mulher; ameríndios.

TRAJETÓRIAS DE VIDA, MEMÓRIAS, ORALIDADE E LITERATURA AFRO-DIASPÓRICAS

DE ESCRAVO A CABECEIRA: A TRAJETÓRIA DO AFRICANO JOÃO DE OLIVEIRA NO MUNDO ATLÂNTICO SETECENTISTA.

DANIELE SANTOS DE SOUZA (DOCENTE – IFBA)
DARESOUZA@GMAIL.COM

Esta comunicação revisita a trajetória do africano mina João de Oliveira para compreender o tráfico negreiro entre a Bahia e a Costa da Mina na segunda metade do século XVIII, mas também analisa como esse comércio, ao se disseminar pela colônia, possibilitou a sobrevivência e a afirmação da liberdade para alguns libertos africanos. João de Oliveira foi escravizado no início do Setecentos, tendo sido embarcado em um dos portos da Costa da Mina em direção ao Recife. Anos depois, seu senhor o empregou como marinheiro em navios que negociavam entre

a Bahia e a Costa da Mina. Nesta região, fixou-se após alcançar a liberdade, obtendo o pecúlio necessário através de seu trabalho no mar. Segundo os traficantes da praça da Bahia, Oliveira teria sido responsável pela abertura de Porto Novo e Onim para o comércio baiano, além de auxiliar e proteger os interesses dos vasos luso-brasileiros naqueles portos. Em Porto Novo, tornou-se cabeceira do rei, termo que faz alusão a “cabeça”, capitão, ou seja, representante da autoridade régia africana sobre o comércio atlântico. Em 1770, após décadas atuando no tráfico, João de Oliveira decidiu terminar seus dias na Cidade da Bahia, onde foi preso ao chegar, acusado de contrabando. Este episódio resultou em uma devassa, pela qual a maioria dos historiadores veio a conhecer a trajetória deste liberto. Este trabalho debruçou-se sobre esse processo, mas avançou um pouco mais. Por meio da análise de fontes paroquiais, registros da Santa Casa de Misericórdia e do Tribunal da Relação, localizou-se outros fragmentos da experiência dessa personagem, a exemplo da sua vida como marinheiro e como liberto na Cidade da Bahia. João de Oliveira não encerrou seus negócios na Costa da Mina ao voltar a Salvador, seguiu importando africanos e constituiu uma rede de cativos e libertos na freguesia do Pilar, onde residia. Sua trajetória, portanto, lança luz sobre as relações entre os libertos africanos minas e o comércio negreiro na Bahia setecentista.

Palavras-chave: tráfico de africanos; Costa da Mina; escravidão e liberdade.

ORALIDADE E IDENTIDADE ETNOGRÁFICA: INTERFACE TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA “AMÉRICA”, BRAGANÇA-PA

CLAUDIO PADILHA DA SILVA FILHO (DOUTORANDO – UFPA)

PADILHA@UFPA.BR

As comunidades quilombolas fazem parte da cultura brasileira. Essas comunidades guardam, seja no aspecto familiar ou religioso muito de sua ancestralidade e tem forte relação com o território que ocupam. Elas vivenciam dificuldades comuns as populações tradicionais e rural, acesso a saúde, saneamento, educação, renda, políticas públicas e, enfrentando os desafios na posse dos territórios onde vivem. Tal pesquisa configura como ponto de partida a estruturação da tese, realizada na Comunidade Quilombolas “América” em Bragança-PA. A hipótese nos discursos proferidos pelos quilombolas, revela-se, por um lado a identidade que os constituem e estão inseridos, isto é, grupo social,

por outro, reivindicam-se outros direitos a partir das condições de produção e lugar onde encontram-se, instâncias que asseguram originalmente suas territorialidades. Nesse sentido, a terra é mais que um bem econômico é uma questão de território. Por meio dela, se constituem as relações sociais e culturais, e são transmitidos bens materiais e imateriais, enquanto é o elemento fundamental que singulariza o modo de viver e produzir da comunidade. Como justificativa, partimos da não existência de narrativas científicas que contemplem a teoria oral e, em específico, que investiguem a questão da identidade etnográfica da comunidade. Nesta perspectiva dispomos de métodos adstritos à etnografia e oralidade a discutir a existência da identidade dos quilombolas, utilizamos, o *corpus* composto por narrativas orais, obtidas a à luz do discurso dos “guardiões da memória local”. A comunidade América, constrói e dá significado ao lugar, partindo dos vínculos com a terra, com as relações de parentesco/afinidade cultural que os unem. Assim, a memória de suas referências históricas de origem e as ligações com o território demonstram que, dentro de um cenário pré-urbano, estes elementos marcam os conflitos pela autodefinição étnica e territorial além de lutar pelos direitos assegurados constitucionalmente. Palavras-chave: Identidade; Territorialidade; Oralidade; Quilombola; Etnografia.

SEMPRE VIAJANTE: MEMÓRIAS DE DIÁSPORAS EM “UM DEFEITO DE COR”, DE ANA MARIA GONÇALVES

ADRIANA MINERVINA DA SILVA (DOUTORANDA – UFPE)
ADRIANAMINERVINA@GMAIL.COM

Este estudo é parte de uma pesquisa de doutorado em Teoria da Literatura sobre a obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Os anos de 1800 são marcados pelas relações coloniais de poder e pela escravidão. Chegando ao Brasil, as pessoas negras que foram escravizadas eram obrigadas a abandonar sua identidade cultural e adotar a cultura brasileira como sua. A partir daí, acontecem uma série de conflitos que resultam em novos elementos culturais, que afetam o modo de vida e trabalho das pessoas. Esses novos elementos culturais põem em conflito a questão da identidade cultural, agora descentrada, repleta de deslocamentos, imagens, memórias (HALL, 2003). A obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves é ambientada no início do século XIX, e relata diversos conflitos ocorridos na História do Brasil a partir da narrativa literária. Apresenta a vida da

personagem Kehinde, mulher de origem africana, capturada ainda na infância e trazida para o Brasil para ser vendida como escrava. Após passar por diversos sofrimentos, ela consegue sua liberdade e sua emancipação financeira, tornando-se uma mulher intelectual, profundamente afetada pela leitura dos textos literários que tem acesso. Neste breve estudo, apresentaremos como as experiências de diásporas marcam a memória e a vida dessa personagem. Sua relação com a geografia cultural é modificada a partir de quando ela tem acesso à cultura brasileira, tendo crescido e aprendido dela para si, seu olhar muda, provocando vários deslocamentos (territoriais, culturais e de si mesma), deixando-a sempre em um “não-lugar” por não se sentir parte do lugar em que se encontra. Para tanto, contaremos com as discussões propostas por Aníbal Quijano (2005), Arturo Escobar (2005), de Djamila Ribeiro (2017), e ainda Spivak (2012), Hall (2003). Todas as memórias dessa protagonista que se emancipa e consegue viver por si estão eternizadas na literatura de Ana Maria Gonçalves, sendo inspirações e representatividade social.

Palavras-chave: Colonialismo; Memórias de diásporas; Geografia cultural.

.....

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

**GOVERNO, AGÊNCIA AFRICANA E BALANÇO
HISTORIOGRÁFICO ENTRE ANGOLA E BRASIL**

GOVERNO DE ANGOLA (1750-1777)

NAIRA MARIA MOTA BEZERRA (DOUTORANDA – USP/CNPQ)
NAIRAMARIAMOTA@GMAIL.COM

Durante muito tempo a historiografia brasileira, e até mesmo aqueles que se dedicaram a *Atlantic History*, História dos impérios, História conectada, analisou a história de Angola em perspectiva relacionada ao Brasil: “sentido”, “fluxo e contrafluxo”, “dependência(s)”, “influência(s)”, “ofertas e procuras”. Especificamente no tema dos governos, é possível perceber a tendência semelhante. São os casos dos trabalhos, por exemplo, que estudaram o governo de Angola como uma

mercê recebida após atos heroicos no Brasil. Como o caso de Salvador Correia de Sá (1648-1651); ou João Fernandes Vieira, que após liderar guerras contra Holandesas em Pernambuco governou Angola (1658-1661) e André Vidal de Negreiros (Angola 1661-1666) cujo percurso é igual ao anterior. Há ainda as abordagens que buscaram perceber o sentido de *experiência* entre os sujeitos que governaram Angola e o Brasil em suas carreiras administrativas do ultramar. Mas afinal, governar Angola era apenas, indiretamente, sustentar o Brasil? O objetivo dessa comunicação, fruto da pesquisa de doutorado em andamento sobre os governos de Angola, Salvador e Rio de Janeiro no período pombalino, é discutir o que foi o governo de Angola no período: qual a sua agenda política e como os governos, ocupando a posição de intermédio entre o Reino e as demandas locais, executaram essa gestão política e econômica. Assunto que pode ser observado a partir das correspondências trocadas entre Lisboa e Luanda, dos governadores para os órgãos centrais da monarquia, especificamente aquelas que dizem respeito aos assuntos como comércio, administração fazendária e reformas fiscais. Tendo isso em mente, é possível rever a relação entre desses pontos do Atlântico Sul português e levantar a hipótese que o governo deles, com peso equivalente para as três partes, foi o que sustentou o império a partir das demandas portuguesas e globais que aquela conjuntura impôs. Por fim, essa comunicação também tem por objetivo estabelecer um diálogo com quem já tem experiência nos estudos sobre Angola, ainda que não especificamente da temática de governo. Diálogo e aprendizado serão bem-vindos para essa etapa da pesquisa.

Palavras-chave: governo; Pombal; Angola.

MBANGU KYA TAMBWA: LIDERANÇAS CENTRO- AFRICANAS E SUAS GRAMÁTICAS POLÍTICAS

LUANA MAYER DE SOUZA (DOUTORANDA – PUC-RIO)

LUMAYERSZ@GMAIL.COM

Em meados do século XIX, Mbangu Kya Tambwa, aparece como um importante *sobado* no sertão de Angola, comandava uma grande rede de dependentes e era reconhecido pelo governo de Luanda como um grande produtor agrícola. Esse *sobado* aparece em

diferentes tipos documentais do século XVII também como a principal liderança entre as chefias da região. O primeiro registro escrito que localizamos Mbangu é no Livro dos Baculamentos em 1625, registro oficial de todos os chefes do reino de Angola que eram avassalados a Portugal e o quanto pagavam de imposto ao Erário real. A manutenção política de Mbangu kya Tambwa ao longo dos séculos que essa investigação pretende analisar. Esta comunicação irá apresentar apontamentos iniciais desta pesquisa. Irei apresentar um panorama histórico, retratando o processo de acordos comerciais, militares e de conquista de Ndongo e o início do chamado Reino de Angola, localizando o sobado Mbangu nesse período e as transformações que passou ao longo do século XVII. Analisarei desde sua vassalagem, procurando seus motivos para se tornar um vassalo de Portugal, questionando essa relação que não era de submissão, e sim, que fazia sentido para as lideranças abundas. O Livro dos Baculamentos é uma fonte preciosa que explorarei tentando entender o contexto no qual o sobado Mbangu kya Tambwa estava envolvido: seus vizinhos, seus territórios, o valor dos tributos entregue aos portugueses, como esse processo se envolve no tráfico transatlântico de escravizados. Poderei reconstituir fragmentos da história de mais de uma centena de chefias que primeiro travaram contatos com os portugueses. Portanto, esta pesquisa tem como relevância demonstrar que os líderes de Mbangu kya Tambwa por conta do diálogo com a administração colonial portuguesa, porém esse diálogo não anulou sua agência, partindo da premissa que foi essa relação que garantiu sua continuidade ao longo dos séculos, exercendo sua própria sintaxe política centro-africana.

Palavras-chave: Angola; América Portuguesa; Relações políticas; História Social; Líderes Africanos.

CAPAZES DE TRABALHAR: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ATLÂNTICO SUL (SÉCULO XVIII)

CRISLAYNE ALFAGALI (DOUTORA – PUC-RIO)

CGMALFAGALI@GMAIL.COM

Este projeto aborda as conexões entre as diferentes modalidades e relações de trabalho que se instituíram no Reino de Angola e na América portuguesa, no século XVIII. A ênfase recai sobre as possibilidades de comparação das estratégias de domínio, controle e exploração da mão de obra das populações locais nos dois lados do Atlântico. Interessa-nos também compreender as formas de organização do trabalho de indígenas e africanos, ou seja, o próprio conceito de trabalho e sua relação com os demais âmbitos da vida social, os ritmos e tempos de trabalho, conhecimentos e técnicas, padrões de disciplina no cotidiano dos trabalhadores, antes das políticas de controle coloniais e as mudanças que elas causaram após sua implementação. Por outro lado, pretende-se conhecer como trabalhadores de variada origem e condição social vivenciaram modalidades diferentes de trabalho (não-escravo e compulsório), e elaboraram formas de resistência, negociação, (re)inventaram novas práticas culturais e de trabalho e criaram soluções para conflitos. As fontes aqui analisadas são majoritariamente de natureza administrativa, a correspondência entre os governos de Luanda e da Amazônia e as autoridades do ultramar português. Esta documentação está dispersa em arquivos no Brasil, Portugal e Angola. Parte complementar e primordial deste conjunto de documentos é a correspondência, bandos e portarias do governo de Angola – trocada entre o governador, os capitães-mores e demais autoridades do interior de Angola. Este segundo conjunto vem sendo coligido em visitas ao Arquivo Histórico Nacional de Angola e por meio do Projeto Acervo Digital Angola – Brasil (PADAB-IHGB), que guarda cópia de parte da documentação daquele acervo.

Palavras-chave: Angola, América portuguesa, trabalho, legislação, conexões sul-atlânticas.

REFLEXÕES SOBRE A AGÊNCIA SUBALTERNA E HISTÓRICA: QUATRO ESTUDOS SOBRE BRASIL E ANGOLA

ALEC ICHIRO ITO (DOUTORANDO – USP)

ALEC.ITO@USP.BR

Vincada ao mundo do trabalho, a problemática da agência histórica é debatida em diversas pesquisas, dentre as quais podemos destacar as de Eugene Dominic Genovese, Herbert Gutman, Edward Palmer Thompson e Jean-Paul Sartre. A problemática incide nos “homens de carne e osso”, engajados com as vontades e funções que possam ter motivado a ação efetiva e histórica. Nesta comunicação científica discorreremos sobre o posicionamento crítico ensejado por quatro jovens pesquisadores: Gustavo Velloso, Luma Ribeiro Prado, Ariane Carvalho da Cruz e Cryslaine Gloss Marão Alfagali. A temática que os coligam é a política de regulamentação e exploração do trabalho escravo e, em segunda instância, o impulso em lidar com a agência subalterna, indígena no Brasil ou africana em Angola, em maior ou menor grau. Sendo mais específico, nossos objetivos são: (i) pontuar que há pressupostos e deduções dissonantes entre eles; (ii) indicar que, a despeito do valor acadêmico, as pesquisas apresentam limitações que podem ser superadas, em prol de um adensamento analítico; (iii) observar que a existência de um horizonte de expectativas, voltada à agência subalterna, articulava-se com a situação colonial que, por sua vez, era condicionada pelos trânsitos sistêmicos que ligavam as duas margens do Atlântico. Nossas ponderações estão respaldadas em uma bibliografia de suporte, apresentada ao longo da comunicação.

Palavras-chave: História Atlântica; História de Angola; História do Brasil colonial;

Agência e estudos subalternos; Tráfico de escravos e escravismo; História Moderna.

23. GOVERNO E JUSTIÇA EM MOVIMENTO, CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE CONHECIMENTOS: HISTÓRIAS DE SUCESSO E FRACASSO NOS MUNDOS IBÉRICOS (SÉCULOS XVI-XVIII)

COORDENADO POR:

MARIA FERNANDA BAPTISTA BICALHO (UFF)

MFICALHO@UOL.COM.BR

GIBRAN BAUTISTA Y LUGO (UNIV. NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO)

MONARQUIASCOMPARADAS@GMAIL.COM

A circulação de pessoas, conhecimentos e práticas de governo nos mundos ibéricos foi um fator de conservação de suas monarquias. O nosso objetivo é explorar várias histórias de mobilidade que ocorreram no âmbito das monarquias de Portugal e Espanha e seus impérios ultramarinos para conhecer suas trajetórias, o elo que mantiveram com aqueles que não se aventuraram além de seus locais de nascimento, a fim de avaliar o papel do sucesso ou fracasso dos circuitos imperiais de governo e justiça que os sustentaram. A dinâmica entre a inclusão e o fracasso da integração de pessoas e de saberes não é apenas um problema social chave da nossa contemporaneidade, mas tem profundas raízes históricas e filosóficas. A inclusão e integração de personagens e instituições que circularam nas diferentes configurações e conjunturas sociais das monarquias ibéricas e seus impérios ultramarinos são desafios para as historiografias portuguesa, espanhola e latino-americanas, incluindo a brasileira. É necessário promover uma compreensão clara da natureza provisória das falhas e das possibilidades de revertê-las e questioná-las.

Essa reversão é um evento real e resultado de mudanças nas concepções sociais de sucesso, gosto ou bem-estar. Embora o fracasso seja uma categoria pesada e paralisante, um conceito desenvolvido para perpetuar o domínio colonial e legitimar a desigualdade, há, sem dúvida, vários aspectos positivos e efeitos recuperação e superação. Enfim, os modos e as estratégias de reverter o fracasso são objeto deste Simpósio Temático.

DIA 16 DE SETEMBRO DE 2021

JUAN DE CERVANTES CASAUS O EL GOBIERNO DE LAS FINANZAS INDIANAS: CIRCULACIÓN, LAZOS Y SABERES DE UN CONTADOR DEL REY (1616-1640)

GIBRAN BAUTISTA Y LUGO (DOUTOR – UNAM)

GIBRAN@UNAM.MX

Con base en un conjunto de expedientes producidos en torno a la merced de hábito de Santiago conseguida por Juan de Cervantes Casaus, natural de México, descendiente de conquistadores y miembro del tribunal de cuentas de Nueva España, esta contribución estudia la circulación de modelos de gobierno y justicia hacendaria entre ciudades de Castilla, Nueva España y Filipinas. Asimismo, se exploran los lazos que permitieron al contador mexicano incrementar la riqueza y el éxito de su familia, a costa de los fracasos en el control fiscal de la corona sobre las cajas reales indianas.

ÉXITOS Y FRACASOS DE PORTUGUESES AVECINDADOS EN EL REINO DE GUATEMALA, 1570-1640

MARTHA ATZIN BAHENA PÉREZ (UNIVERSIDAD NACIONAL

AUTÓNOMA DE MÉXICO)

ATZINBP@COMUNIDAD.UNAM.MX

El interés por extender negocios o crear nuevas fuentes de recursos llevó a naturales del reino de Portugal a conectarse y a veces arraigarse en el territorio adscrito al reino de Guatemala. Este espacio por su ubicación entre el Atlántico y el Pacífico llamó la atención

de mercaderes, comerciantes y navegantes. El objetivo de esta ponencia es estudiar a algunos de estos personajes encontrados en la documentación durante la etapa de unión de Coronas. Pues en este contexto, los reyes españoles impusieron medidas fiscales para componer la situación de los “extranjeros” en las Indias, entre quienes se encontraban los portugueses. La circulación de estos personajes dinamizó el mercado de los productos que movilizaban de y desde Guatemala, por lo que muchos se arraigaron a las villas y ciudades adscritas a esta gobernación. Sin embargo, al morir algunos de estos personajes sin dejar testamento sus bienes fueron confiscados por los oficiales reales, por lo que no llegaban a sus familias. De esta manera planteo relativizar el éxito de estos personajes para integrarse en las vecindades del reino de Guatemala y relacionarlo con el fracaso sobre el control de sus bienes comerciales. Las fuentes consultadas son los autos de bienes de difuntos, cédulas reales y pleitos judiciales resguardadas en el Archivo General de Indias. Para la cuestión de las composiciones he consultado la documentación resguardada en el Archivo General de Centro América.

Palabras clave: Reino de Guatemala; composiciones de extranjería; éxitos y fracasos; unión de coronas; portugueses.

O DR. JOSÉ PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE: A TRAJETÓRIA TRIUNFANTE DE UM NOBRE DA TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA.

EDUARDO JOSÉ SANTOS BORGES (DOCENTE – UNEB)

EDUARDOHISTORIA@HOTMAIL.COM

Esta comunicação visa apresentar a trajetória social de um membro da nobreza da terra na Bahia do século XVIII. A família Pires de Carvalho e Albuquerque foi uma das mais ricas e poderosas Casas do período colonial brasileiro. Seus membros ocuparam postos importantes e estratégicos nas principais instituições de poder do Império português na América. Contudo, não se restringiram à colônia, foram sujeitos de circulação imperial ao estudarem em Coimbra e servirem como magistrados na metrópole. Estiveram a serviço da Casa das Rainhas de Portugal tanto na Europa quanto na América. Como membro destacado deste clã, o Dr. José Pires de Carvalho

e Albuquerque foi exemplo completo de reprodução social de todas as estratégias de ascensão social permitidas pelas brechas do Antigo Regime em território da colônia. Entre Coimbra, Lisboa, Salvador e o Recôncavo baiano, José Pires de Carvalho e Albuquerque circulou nestes espaços e deles se beneficiou construindo o *status* necessário para engrandecer sua Casa, e incorporar os privilégios e mercês necessários a transformá-lo em um exemplo de trajetória triunfante de um membro da elite que se formou na América em tempos de domínio português.

Palavras-chave: Bahia colonial; nobreza da terra; mercês.

UM HOMEM DO MUNDO: CIRCULAÇÃO E APRENDIZAGEM DE UM MILITAR PORTUGUÊS NO EXTREMO SUL DA AMÉRICA

TIAGO VINICIUS BONHEMBERGER (MESTRANDO – UFSM)

BONHEMBERGERVT@GMAIL.COM

O presente trabalho tem como função expor um caso experimental, com objetivo de analisar o processo de circulação e aprendizagem de oficiais militares portugueses no final do século XVIII e início do XIX, a fim de obter conhecimentos para a projeção a cargos administrativos no império português. Para tanto, acompanhamos Joaquim Xavier Curado, português nascido na capitania de Goiás e que ao longo dos seus 50 anos de atividade, progrediu de forma atípica socialmente e na carreira das armas, ascendendo de soldado a general e de militar a nobre. Por meio de um estudo de caso centrado na trajetória de Xavier Curado no extremo sul-americano, principalmente em suas ações nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande de São Pedro e no vice-reino espanhol do rio da Prata, buscamos identificar as características que possibilitaram a esse militar se projetar para um cargo administrativo dentro do império português, nesse caso em específico, o governo

da ilha de Santa Catarina (1800-1805). Até o momento, poucos estudos abordaram esse personagem e sua ação em nome do império português, assim nosso trabalho busca preencher parte dessa lacuna. Para tanto, consultamos os fundos documentais que guardam as correspondências da época e realizamos um levantamento das missivas trocadas ou das que se referem ao nosso personagem de estudo. Identificamos que a nomeação de Xavier Curado em 1800 deriva-se de dois quadros gerais: o primário diz respeito ao indivíduo ter demonstrado em inúmeras diligências ser possuidor de certos conhecimentos que iriam ao encontro de uma razão de Estado portuguesa que buscava uma maior racionalidade em seu corpo administrativo na América, o que era parte dos esforços daquele Estado em consolidar a sua soberania sob este território; o outro ponto é que Joaquim Xavier Curado era um indivíduo adequado ao cenário, ou seja, seu perfil enquadrava-se também nas necessidades exigidas pelo contexto e pelo próprio espaço ao qual ele foi indicado.

Palavras-chave: militares; recrutamento; administração; trajetória; Joaquim Xavier Curado.

“NÃO SÃO ISTO VALIAS DE PINTORES PORTUGUESES”: FRANCISCO DE HOLANDA E OS ESCRITOS COMO ADVERTÊNCIAS AO FRACASSO DA PINTURA EM PORTUGAL NOS QUINHENTOS

FERNANDA DEMINICIS DE ALBUQUERQUE (DOUTORANDA
– UFF) FERNANDA.DEMINICIS@GMAIL.COM

No início da década de 1540, Francisco de Holanda retornava a Portugal, após profícua estada em Roma. Enviado por D. João III, seu protetor, Holanda passou por diversas cidades e cortes até chegar ao centro da Cristandade. Em sua estada, Holanda foi, de certa maneira, tutelado por Blosio Palladio, secretário do Papa Paulo III, que lhe abriu portas para seletos círculos, aproximando-o até Michelangelo e outros artistas em voga. Com grande experiência, que se somava aos seus eruditos estudos humanistas já concluídos em Portugal, Holanda retornava à corte lusa com grandes ideias e projetos advindos de um modelo italiano que eram apresentados em formatos diversos, como pinturas, desenhos, heráldica, gravações e escritos, ao rei. Apesar de bem recebido pelo rei, é certo que em

Portugal um determinado modelo de arte setentrional estava bem estabelecido, intensificado pelas relações comerciais com Flandres, de modo que o gosto pela pintura flamenca e do norte parecia predominar em relação às novidades italianas que Holanda ora trazia. Todavia, com a morte de D. João III, Holanda e suas ideias ingressaram em notável ostracismo. Agora distante da corte e privado da proximidade de um diálogo com o rei, como outrora, Holanda parece apostar nos escritos para aproximar-se do jovem Sebastião. Se antes tais textos tinham formatos de tratados, que discutiam a importância, o estatuto e aplicações da arte na esfera do poder, os escritos de Holanda agora assumem, em uma última tentativa, uma roupagem de lembrança, de advertência, do que deveria ter sido a pintura em Portugal, seja em seus usos na guerra ou na paz. Portanto, o objetivo desta comunicação é discutir não só o aparente fracasso de Francisco de Holanda na corte portuguesa, mas também o fracasso do próprio modelo estético e filosófico de arte que ele pregava. Além disso, no plano das estratégias e possibilidades do pintor, analisar a sua produção textual como artifício de ascensão e convencimento para um possível sucesso.

Palavras-chave: Francisco de Holanda; Renascimento português; escritos de artistas.

DIA 17 DE SETEMBRO DE 2021

MEDIADORES DESEJADOS OU MARGINALIZADOS? O PAPEL DOS PERITOS PORTUGUESES, ESTRANGEIROS E AFRO-BRASILEIROS NA CONSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

JORUN POETTERING (DOUTORA – UNIVERSIDADE ROSTOCK)

JORUN.POETTERING@UNI-ROSTOCK.DE

A minha contribuição trata da função social dos engenheiros militares, arquitetos e artistas que participaram da construção do Rio de Janeiro colonial, particularmente das obras relativas ao abastecimento de água. Analisarei a origem e o curso de formação desses especialistas e explicarei como estes fatores influenciaram a sua seleção pelo governo colonial. A minha tese central é que os

especialistas podiam desempenhar uma função de mediação social (os clássicos *go-betweens*), mas também podiam vir a encontrar-se em situações de concorrência ou de marginalização – e cada uma dessas opções teve uma influência diferente no desenvolvimento da sociedade local. O sucesso dos peritos dependia não apenas dos seus respetivos talentos, conhecimentos e experiências profissionais, mas também do *status* social associado às suas origens. Vou mostrar que, no contexto colonial, as escolhas do governo foram consideravelmente mais complexas, e mais ambivalentes em termos de suas consequências, do que na metrópole.

Palavras-chave: estrangeiros; afro-brasileiros; engenheiros militares; sociedade colonial; sociedade urbana.

VELHAS, NAVIOS ESTRANGEIROS E RECIPROCIDADE DOMINGOS LUÍS DA COSTA E O CONTRABANDO ENTRE HOLANDA E BRASIL

ERNST PIJNING (DOCENTE – MINOT STATE UNIVERSITY)

ERNST.PIJNING@MINOTSTATEU.EDU

Domingos Luís da Costa, um protegido de Martinho de Melo e Castro, ministro da Marinha e do Ultramar entre 1770 e 1795, foi comerciante e cônsul português na Holanda nos anos 50, 60, e 70 do século XVIII. Quando Melo e Castro foi embaixador a Haia e Londres, Domingos Luís da Costa foi um importante informante dele sobre o comércio de diamantes e outros assuntos. Domingos Luís da Costa, tendo atuado como informante sobre o tráfico de diamantes, foi alvo de grandes escândalos, entre eles, uma briga entre os Estados Gerais e a Coroa portuguesa sobre a igualdade do *status* dos cônsules holandeses e portugueses (reciprocidade) até a bancarrota de sua casa de comércio em Amsterdã. O maior escândalo, porém, deu-se quando ele passou a enfrentar grandes problemas financeiros e foi implicado no comércio direto entre Amsterdã e o Nordeste do Brasil. Sua correspondência mostra envolvimento do corpo diplomático português no comércio legal e ilegal no Brasil e em Portugal, especialmente o contrabando feito por meio do navio holandês *A Princesa do Brasil*. Curiosamente, sua correspondência mostra ainda que pretendia cuidar de ovelhas ao voltar a residir em

Portugal. Esta palestra é baseada em fontes localizadas em arquivos da Holanda e de Portugal.

Palavras-chave: Diplomacia; Contrabando; Relações luso-holandesas.

SERVIÇOS E DESSERVIÇOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: CAPITÃES-MORES E GOVERNADORES NA ADMINISTRAÇÃO DA CAPITANIA DA PARAÍBA (1700-1750)

LANA CAMILA GOMES DE ARAÚJO (DOUTORANDA – UFPE)

LANACAMILAGOMES@GMAIL.COM

Este trabalho apresenta considerações iniciais de uma pesquisa em andamento sobre a atuação dos capitães-mores e governadores da Capitania da Paraíba, na primeira metade do século XVIII. Com a expulsão dos holandeses em 1654, passou-se a discutir acerca da reorganização das Capitanias do Norte, das estratégias para uma melhor administração das conquistas do império português e a necessidade de fiscalizar esses cargos. Sendo assim, a Coroa passou a intervir de forma mais constante na nomeação dos representantes de capitania, estabelecendo critérios de seleção e tentando prevenir, dentre outras questões, que os agentes administrativos assumissem maiores enraizamentos no cenário político local. Analisando os documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, podemos perceber que era prática corriqueira a fiscalização dos cargos pelos próprios colonos, que davam conta de enviarem frequentes cartas ao rei relatando - fosse denunciando, fosse defendendo - o serviço prestado por seus contemporâneos. Os relatos informavam sobre o “serviço” ou “desserviço” de alguns governadores frente os interesses Reais, fazendo com que alguns ficassem conhecidos por desempenharem um bom governo ou um “péssimo governo”, como foi o caso do governador Pedro Monteiro de Macedo (1734-1744) que até os dias atuais carrega a má fama. Nesse sentido, nos propomos a investigar sobre esses discursos envolvendo a administração dos capitães-mores e governadores da Capitania Real da Paraíba entre 1700-1750, apoiando-se em Mafalda Cunha (2005), Maria de Fátima Gouveia (2010), Pedro Cardim (2014) quando afirmam que as dinâmicas políticas e sociais podem constituir um ponto de observação interessante sobre o espaço político, as decisões político-administrativas e para explicar a governabilidade da monarquia. Por fim,

tem-se verificado que o sucesso ou não de cada governante frente à dita capitania estava associado a fatores econômicos, religiosos, interétnicos etc.

Palavras-chave: Capitães-mores; Governadores; Administração Colonial;

Postos de governação; Império português; Capitania da Paraíba.

SESMEIRAS DA CAPITANIA DO SIARÁ GRANDE, UMA TERRA SEGURA PARA HOMENS VINDOS DO REINO

LEILIANE KECIA MAGALHÃES (MESTRANDA – UFC)

LEILIKECIA@GMAIL.COM

Deixar sua terra, transpor oceanos, meses no mar, para um território cujo imaginário é cercado de perigos fantásticos, em que os perigos reais não são menos temerosos, é uma decisão que não é tomada de maneira totalmente aleatória, estratégias foram sendo elaboradas para diminuir os riscos dessa jornada. O objetivo da pesquisa é identificar o papel de algumas mulheres senhoras de terras na capitania do Siará Grande, na inserção de homens recém-chegados do Reino à “nobreza da terra”, tendo em contrapartida o enlace com um indivíduo de sangue português, entendendo que as relações de Gênero envolvem não apenas os interesses masculinos, mas os femininos, onde é impossível pensar um sem o outro. Através da análise das Cartas de Sesmarias é possível traçar o percurso de homens e mulheres na obtenção de sesmarias, se tornando Senhores e Senhoras não só de terras, mas de gentes. Dona Vitoria Rodrigues da Câmara, sesmeira, neta, filha, sobrinha, irmã, tia, mãe, esposa e comadre de sesmeiros, a qual é descrita na Carta de Sesmaria como nobre, orfã, natural do Estado do Brasil donde seus pais e avós serviram a sua majestade, detentora de posses, possui três versões sobre sua origem, sendo a última possivelmente a verdadeira: filha do padre Ascenço Gago, ou descendente de um dos chefes Tabajaras da Ibiapaba, ou sobrinha do padre Ascenço Gago. E diz a tradição que o dito padre mandou trazer de Portugal a Pedro da Rocha Franco para se casar com a sobrinha. Assim também as sesmeiras Dona Maria César, Maria de Sá e Teodósia da Rocha se relacionaram com homens do Reino, os quais se tornaram grandes Senhores de terras, exceto Teodósia cujo intento fracassou. Desse modo, um migrante

teria suas possibilidades de ascender aumentadas se conseguisse que alguma mulher de posses o aceitasse em sua rede poder.

Palavras-chave: Capitania do Siará Grande; Estudo de Gênero; Sesmeiras; Terras.

ENTRE RÉUS E SUPLICANTES: ESCRAVOS E LIBERTOS NA JUSTIÇA CÍVEL DA VILA PITANGUI NO SÉCULO XVIII

ANA CAROLINE CARVALHO MIRANDA (DOUTORANDA – UFJF)

ANACAROLINEC625@GMAIL.COM

Este trabalho visa apresentar a dinâmica e transformação do Termo da vila de Pitangui, Capitania de Minas Gerais, Brasil, por meio das relações sociais, econômicas e culturais vivenciadas pela população alforriada, a partir das demandas judiciais. Tais demandas, que podem ser entendidas como reivindicações que geraram ações cíveis, nos permitem ampliar horizontes sobre os comportamentos assumidos por estes sujeitos diante da lei, na tentativa de legitimarem as conquistas advindas com a alforria. O recorte temporal estabelecido para a pesquisa compreende a data de 1715, ano de fundação da vila e da instalação do aparato jurídico no local, estendendo-se até 1800. A escolha desta delimitação temporal foi motivada em virtude do aumento sucessivo das ações cíveis para a localidade no decorrer do século XVIII, de acordo com a documentação encontrada. A escolha da localidade se justifica, igualmente, devido sua importância no cenário econômico, tendo sido um dos principais núcleos de abastecimento alimentício da Capitania de Minas Gerais e por ter como base produtiva, além da atividade mineradora, a agropecuária. Pitangui também ficou conhecida pelos vários conflitos políticos desencadeados entre a população e a coroa, surgidos desde os primórdios de sua ocupação.

Palavras-chave: Vila de Pitangui; Libertos; Sociedade; Justiça.

CIRCULAÇÃO DE PESSOAS E DE CONHECIMENTOS: ENTRE OS ÓRGÃOS COLEGIADOS E OS OFICIAIS RÉGIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

MARIA FERNANDA BICALHO (DOCENTE – UFF)

MFBICALHO@UOL.COM.BR

Essa comunicação pretende discutir a atuação do Conselho Ultramarino no aconselhamento do rei e na elaboração da política voltada para o Atlântico e mais especificamente para a América portuguesa nos séculos XVII e primeira metade do XVIII. Essa discussão terá como ponto de partida as trajetórias e experiências de alguns dos conselheiros ultramarinos que passaram anteriormente pelas conquistas. Desde a criação em 1604, em pleno período filipino, do Conselho da Índia português, seu regimento previa que seus membros tivessem servido ao rei nos domínios ultramarinos, sobretudo no Estado da Índia. Ou seja, que tivessem conhecimento e experiência do ultramar. Com a instituição, depois da Restauração, em 1642, do Conselho Ultramarino, a mesma premissa foi adotada e muitos dos conselheiros haviam atuado nos distantes territórios do Índico e do Atlântico antes de serem nomeados pelo rei para esse importante tribunal. A intenção aqui é pensar até que ponto esse conhecimento contribuiu, já no centro da monarquia, para o bom governo das conquistas. Para tanto serão analisados os feitos e as trajetórias de três importantes conselheiros que circularam entre o Índico e o Atlântico antes de compor o tribunal.

Palavras-chave: Conselho Ultramarino; Governo; Conquistas;

Trajetoórias; Experiência; Conhecimento.

24. O PERÍODO POMBALINO E A ILUSTRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

COORDENADO POR:

EDNA MARIA MATOS ANTONIO (UFS)

EDNAMATOS.ANTONIO@GMAIL.COM

PABLO ANTÔNIO IGLESIAS MAGALHÃES (UFOB)

PIMAGALHAES@YAHOO.COM.BR

O simpósio temático busca agregar e discutir projetos e pesquisas, que contemplem a complexa conjuntura que teve lugar em Portugal e nos seus territórios ultramarinos a partir do Ministério do Marquês de Pombal (1750-1777), em várias dimensões sócio-históricas, considerando também as investigações sobre a Ilustração luso-brasileira, entre o referido período e os primeiros anos do século XIX. Oferece um espaço de incentivo e colaboração para o desenvolvimento de pesquisas e compartilhamento de experiências acerca desses objetos, de modo a proporcionar o diálogo, a divulgação e a atualização historiográfica sobre instituições, agentes políticos, personagens, redes, formas de resistência, ações, documentos, circulação de livros e ideias na América portuguesa, bem como em outras partes do Império ultramarino. O debate proposto, acerca da referida conjuntura, constituída a partir do período pombalino, e do influxo das ideias da Ilustração sobre os territórios portugueses, possibilita evocar novas reflexões e mobilizar investigadores de ambos os lados do Atlântico.

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

ALÉM DE POMBAL, AQUÉM DO RIO DE JANEIRO: A POÉTICA CELEBRATÓRIA DE SILVA ALVARENGA NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DO GOVERNO DE DOM JOSÉ PARA DONA MARIA

FERNANDO LIMA E MORATO /
LIMAEMORATO.1@BUCKEYEMAIL.OSU.
EDU / DOUTOR – OHIO UNIVERSITY

Este trabalho analisa as obras poéticas de Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) que circulam ao redor do ano de 1777, sobretudo os idílios “O reino de Netuno” e “A gruta americana”. Anos antes, enquanto ainda estudante na Universidade de Coimbra, Silva Alvarenga se envolvia abertamente nos processos de construção simbólica da autoridade do marquês de Pombal, chamados por Ivan Teixeira de “Mecenato pombalino”, mas em 1776 retorna ao Brasil para imprimir, no ano seguinte “O reino de Netuno”, que é uma celebração do controverso casamento do príncipe da Beira, derradeira cartada política do marquês. Toda a armação poética criada por Silva Alvarenga sugere a ideia de expandir para o Rio de Janeiro certos aspectos do projeto pombalino, que estava em franco perigo na metrópole. Os poemas seguintes do autor, aliados à sua atividade educacional como professor régio de retórica e poética, bem como sua liderança frente à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, apontam para uma continuidade, na América, daquilo que foi um projeto político-cultural de ilustração proposto por Pombal para o Império. As relações entre Silva Alvarenga e os poderes constituídos encenadas através dos poemas a serem analisados também apontam para uma compreensão mais ampla do papel das artes, sobretudo da poesia como ferramenta de criação de realidades simbólicas dentro dos moldes da Ilustração, muito mais do que simplesmente expressão de incipiente nativismo, como em geral se prefere compreender.

Palavras-chave: Império Transatlântico; Poesia; Silva Alvarenga.

A CIÊNCIA ADENTRA O SERTÃO LUSO-PIAUIENSE: A FAUNA E A FLORA NA PERSPECTIVA DO BACHAREL VICENTE JORGE DIAS CABRAL NO FINAL DO SÉCULO XVIII

FLÁVIO PEREIRA COSTA JÚNIOR (DOUTORANDO – UFPA)

FLAVIOPOETA@HOTMAIL.COM

No final do século XVIII, no período em que o ministro da Marinha e Ultramar era Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), foi enviada uma expedição científica aos sertões do Maranhão e Piauí. Fazia parte de tal empreitada o bacharel Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira, ambos nascidos na América Portuguesa. O principal objetivo que os norteava era a busca de minérios, principalmente do salitre, que era matéria-prima para o fabrico da pólvora. Todavia, o olhar científico deles não se limitou a isso, mas também em avaliar a fauna e flora local. Assim é que Dias Cabral apontou como potencialidade econômica na região a criação da coçhonilha (inseto que era usado na fabricação de corante vermelho). Em tal contexto identifica uma planta da família caçtáceas, vulgarmente conhecida como *palmatória de coçhonilha*, que seria ideal para uso na criação dos ditos insetos. Também analisou plantas com usos medicinais, com destaque para a *quina-quina do Piauí*. Tais relatos estão vastamente documentados em manuscritos, memórias e gravuras. O objetivo da pesquisa é compreender como a ciência foi usada como ferramenta política para conhecimento das potencialidades econômicas que a natureza piauiense poderia auferir para o Império Português. E com isso contribuir com a história ambiental e da ciência.

Palavras-chave: Natureza; história da ciência; história ambiental; Piauí colonial.

FRANCISCO AGOSTINHO GOMES: A TRAJETÓRIA DE UM INTELCTUAL ILUSTRADO NA CAPITANIA DA BAHIA (1769-1842)

MAIARA ALVES DO CARMO (MESTRA – UFBA)

MAIARAALVESDOCARMO@GMAIL.COM

Francisco Agostinho Gomes atuou nos bastidores políticos, econômicos e intelectuais da Capitania e, posteriormente, Província da Bahia ao longo de sua vida. Herdeiro de duas ricas famílias, o referido personagem foi um dos ilustrados luso-brasílicos suspeitos de participar da Conjuração baiana (1798). Atuou no Império português, entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, influenciado pelo reformismo ilustrado português, eventualmente alinhado seus interesses com os da Coroa portuguesa, foi responsável por transportar para a Bahia centenas de livros franceses, muitos dos quais proibidos de circular pelo aparato censor português, franqueando aos jovens leitores da Bahia acesso às ideias da Ilustração. Esteve à frente de diversos empreendimentos com o objetivo de aprimorar a instrução pública, economia, comércio, agricultura, indústria e ciências na América portuguesa, tais como, entre outros, a Biblioteca Pública da Bahia (1811), ingressando nos canais oficiais da vida política quando eleito deputado às cortes de Lisboa em 1821. Passados mais de um século e meio, sua vida e escritos permanecem pouco visibilizados. Sua obra política, jornalística e filosófica merece ser recuperada, antes que seja perdida em definitivo. O estudo de sua trajetória política e intelectual possibilita-nos uma nova perspectiva acerca da dinâmica social e econômica do Império português, sobretudo da Bahia, no referente período.

Palavras-chave: Iluminismo; Conjuração Baiana; Biblioteca Pública.

TRADUÇÕES PROIBIDAS: A CENSURA E A CIRCULAÇÃO DAS OBRAS DE VOLTAIRE NA AMÉRICA PORTUGUESA (1768-1794)

PABLO ANTONIO IGLESIAS MAGALHÃES (DOCENTE – UFOB)

A criação da Real Mesa Censória (1768-1787), durante o ministério pombalino, substituída pela Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros (1787-1794) estabeleceu mecanismos institucionais para controlar a circulação de livros e ideias da Ilustração em Portugal e nos seus territórios ultramarinos. Apesar do controle sistemático, livros e manuscritos proibidos, pelos censores da Real Mesa, alcançaram diversas capitanias da América portuguesa, particularmente o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e o Maranhão. Naquele contexto, as principais obras de Voltaire, ainda em língua francesa, começaram a entrar clandestinamente pelos principais portos, alcançando os núcleos urbanos do interior e influenciando a produção de intelectuais brasileiros. Posteriormente, essas obras foram traduzidas e começaram a circular clandestinamente, ultracopiadas, oferecendo as bases ideológicas para movimentos de contestação do governo português, da hegemonia da Igreja Católica e do domínio colonial sobre a América portuguesa. Identificar esses códices manuscritos e analisar seu conteúdo pode revelar aspectos ainda negligenciados pela historiografia dos mecanismos de censura e da circulação de livros proibidos em Portugal.

Palavras-chave: Voltaire; Censura; Ilustração.

“CIVILIZAR OS POVOS DOS SERTÕES”. UM ILUSTRADO A GOVERNAR AS CAPITANIAS DE GOIÁS E DE ANGOLA

CRISTINA DE CÁSSIA PEREIRA MORAES (DOUTORA – UNIVERSIDADE

NOVA DE LISBOA) CRISTINADECASSIAPMORAES@UFG.BR /

PATRÍCIA DA SILVA SOARES (DOUTORANDA – UFG)

PATRICIASOARES1@GMAIL.COM

Em fins do setecentos, José de Almeida Vasconcelos que foi governador e capitão-geral da Capitania de Goiás (1772-1778) e logo depois da Capitania de Angola (1784-1790), tinha grande interesse nas ideias ilustradas e era um entusiasta das reformas pombalinas, além de amigo pessoal de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês

de Pombal. Recebeu as instruções para seu governo no sertão dos *guayazes* em 1771 e a questão dos indígenas era a mais importante a ser acertada pelo governador, pois visava o povoamento da capitania por vassalos uteis ao Rei. O novo método a ser adotado deveria ser baseado na “civilização dos índios”. Nos anos seguintes a sua posse, colocou em prática as novas instruções dedicando-se a negociar com os indígenas – método até então desconhecido na capitania – por meio de acordos de vassalagem com os maiores. Foram feitos acordos com lideranças Akroá, Karajá, Javaé e Xacriabá, em que os portugueses prometiam proteção contra outros povos inimigos em troca de tributos “ao nosso comum Pai o invicto Rei de Portugal”. Para selar os acordos era rezada uma missa e logo após, um ato de juramento de fidelidade, no qual se assinava um termo previamente preparado pelo governador para ser apenas assinado pelos maiores e as testemunhas, essas lideranças também recebiam um nome português. Essas lideranças foram inseridas na complexa rede de poder portuguesa do final do XVIII, servindo de ponte entre seu povo e a administração portuguesa. Alguns membros desses povos foram aldeados, Karajá, Javaé (Nova Beira), Akroá (São José de Mossâmedes) e os Xacriabá (Rio das Pedras). Mesmo aldeadas, essas lideranças mantiveram seu papel como *principais*. Os aldeamentos, pela Lei do Diretório, teriam como objetivo converterem-se em vilas, nessas conviveriam indígenas e brancos e se recomendava que os indígenas (*principais*) não fossem preteridos para os cargos honoríficos – “capitães-mores, sargentos-mores e outros graus de oficialato” – em relação aos brancos. O governo de Vasconcelos na Capitania de Angola começa com reflexos de desequilíbrio provindos do fim da guerra de Cabinda, no norte da capitania, seguindo pela Guerra do Norte contra os Ambuila, Quinguengo e Namboangongo, que insistiam no comércio com os franceses. Mossâmedes segue as características reformistas do seu governo na Capitania de Goiás, entretanto, as questões que se levantavam na capitania faziam com que o posicionamento do governo fosse guiado pelas circunstâncias locais. A ideia principal para resolução desses conflitos estava na prudência na condução da guerra e no poder da negociação com os sobas através dos acordos de vassalagem, a exemplo de seu governo nos *guayazes*. Esses acordos eram firmados por colaboração

ou por derrota dos sobas como instrumento de poder para legitimar o jugo dos chefes locais à Coroa portuguesa, com isso o vassalo garantia uma aliança e o apoio militar português contra sobas adversários, porém o custo era a submissão do soba ao rei de Portugal, na prática, ao governador em exercício e mais frequentemente ao capitão-mor mais próximo. Nosso objetivo nesse trabalho é analisar o avassalamento como uma estratégia de expansão e dominação dos sertões dos *guayazes* e *mbundo* nos governos de José de Almeida Vasconcelos, que aproximou e conectou as histórias dessas duas regiões nos setecentos. Estratégia essa utilizada em Angola desde o século XVI, mas que ganha novos contornos com a política pombalina e a crença de que educação, trabalho e o convívio com brancos serviriam de mecanismos para “civilizar” os povos dos sertões. Mossâmedes vai utilizar dessas instruções e estratégias para expandir o domínio português em seus governos nas. O avassalamento das lideranças locais os incorporará e os colocará em uma das pontas de uma rede de poder que perpassava os funcionários régios, elite local, governadores e a Coroa Portuguesa, que estava na outra ponta e no centro do espiral dessa cadeia de poderes relacionais. Para análise das estratégias engendradas por Mossamedes e os oficiais régios de incursão e domínio dos sertões dos *guayazes* e dos *mbundius* utilizaremos o conceito de Histórias Conectadas que nos possibilita pensar em novos recortes, na medida em que as conexões auxiliam o historiador a redimensionar a espacialidade, rompendo com a delimitação regional e estabelecendo recortes inter-regionais. as histórias conectadas constituem uma forma de pensar e fazer a História que converte o historiador em “uma espécie de eletriciста encarregado de restabelecer as conexões intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras” Nesse sentido, é uma modalidade que tenta aterrar o fosso estabelecido pelas historiografias nacionais entre espaços que compartilham mais histórias comuns do que as fronteiras nacionais fazem parecer. Nas Histórias Conectadas retira-se a barreira do tempo, pois estuda-se o mesmo espaço de tempo em lugares diferentes, então ficamos com o espaço onde percebemos as conexões, um não fica no passado e o outro no futuro; analisa-se diferentes espaços em um mesmo tempo, pois nós e eles somos

os mesmos conectados. A comunicação pautar-se-á, em grande parte, na pesquisa dos autos de vassalagem com lideranças dos sertões dos *guayazes* e *mbundu*, instruções dos secretários do Conselho Ultramarino, cartas e ofícios dos governadores e seus funcionários e que se encontram majoritariamente no Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca Nacional de Lisboa, bem como no Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás. A documentação referente a Angola do século XVIII, estão no Arquivo Histórico Ultramarino, no Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da Série Angola, na Coleção Cartografia impressa 1538/1977- Angola e na Coleção de Cartografia Manuscrita- Angola, para além da coleção PADAB do IHGB. Nos sertões os portugueses se depararam com estruturas de poder variadas e descentralizadas que tornaram necessárias estratégias múltiplas para a garantia da cooperação em seus investimentos. As elites locais foram “inseridas em uma dinâmica onde alianças eram determinadas por interesses datados e onde a possibilidade de acordos mais vantajosos reconfigurava constantemente as redes de poder.

Palavras-chave: ilustração; vassalagem; sertão.

.....
 DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

AS RELAÇÕES COMERCIAIS ANGLO-LUSITANAS NOS ESCRITOS DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO EM LONDRES

GISELLE RODRIGUES (DOUTORANDA – UEM)
 GISELLERODRIGUES3029@GMAIL.COM

Propomos uma discussão sobre as relações políticas e comerciais Anglo-Lusitanas observadas na missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Londres. Para isso utilizamos como fonte principal os Escritos económicos de Londres: 1741-1742, de autoria

do próprio Carvalho e Melo. A enviatura do futuro marquês de Pombal junto a Corte de Jorge II ocorreu no contexto do desenvolvimento do movimento ilustrado lusitano que, em sua singularidade, buscava reaver a importância econômica, científica e cultural demonstrada entre os séculos XV e XVI, quando Portugal ocupava posição de destaque. Na tentativa de modernizar o Reino, tornando-o competitivo economicamente no cenário mundial, D. João V empreendeu um conjunto de reformas políticas e administrativas, dentre elas a nomeação, em 1738, de Carvalho e Melo como representante dos interesses da Coroa em Londres. No exercício da sua função, o diplomata atuou em diversas frentes, como na mediação dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha na América, na defesa das possessões portuguesas na Ásia e, sobretudo, na revisão das alianças políticas e tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra. As relações Anglo-Lusitanas foram alvo principal de reflexão de Carvalho e Melo nos Escritos económicos de Londres: 1741-1742. Na documentação evidenciamos que sua preocupação não era somente de diagnosticar os problemas do atraso do comércio lusitano, mas sugerir os remédios que considerava, de mais úteis e modernos, ao desenvolvimento econômico do Reino e de seu Império Ultramarino.

Palavras-chave: Iluminismo; Carvalho e Melo; Comércio; Anglo-Lusitano.

MEDICAMENTOS E TERAPÊUTICAS NO REAL HOSPITAL MILITAR DE VILA BOA (1792-1799)

LEANDRO CARVALHO DAMASCENO NETO (DOCENTE - IFG)

LEANDRO.NETO@IFG.EDU.BR

O Real Hospital Militar de Vila Boa na capitania de Goiás foi criado a partir da reforma no Quartel dos Dragões, no ano de 1764. Durante o governo do capitão-general João Manuel de Melo (1759 - 1770), o governador solicitou a edificação anexa ao quartel do “Hospital para as tropas, o qual dantes não havia”. Com a demora na reforma, o RHMVB passou a funcionar a partir do ano de 1770. O principal objetivo de criação do Hospital era ofertar tratamento aos enfermos militares doentes e feridos que compunham as Companhias Militares Regulares pagas: Companhia dos Dragões e Companhia de Pedestres

instaladas nas minas dos Guayazes. A construção do RHMVB compunha a política do Império português de reestruturação militar a partir da década de 1760, com a construção de quartéis, ampliação e criação de novos corpos militares e as construções de hospitais. Essa reestruturação militar garantiria à Coroa portuguesa a manutenção e expansão dos territórios nas fronteiras, sul, centrais e à oeste da América portuguesa. A tipologia da documentação que encontrei referente as doenças e seus tratamentos no Hospital Militar de Vila Boa nos séculos XVIII e XIX, definiu nossa metodologia de pesquisa. Em alguns documentos pesquisados, encontrei a nomenclatura das doenças que assolavam os enfermos, tais como “diarreia, gota serena, gota coral, cavalos, cancros, bubão entre outras. Porém, nestas documentações não constavam as terapêuticas que eram usadas para o tratamento destas doenças, assim, tive que recorrer aos ‘Tratados de Medicina’ e ‘Farmacopeias’ dos séculos XVII a XIX para compreender as terapêuticas que eram utilizadas para o tratamento das doenças que assolavam os enfermos no RHMVB. Noutra documentação, rica de informações e preciosa para a pesquisa, o livro de Receitas de remédios do cirurgião-mor do hospital, Lourenço Antonio da Neiva constavam os tratamentos e terapêuticas ministradas pelo cirurgião-mor aos enfermos. Todavia, não estavam registrados nele, as doenças que assolavam os militares tratados no Hospital Militar. Assim, a partir da análise das terapêuticas presentes no livro de receitas de remédios busquei as doenças ausentes no livro do cirurgião-mor nos Tratados de medicina e Farmacopeias dos séculos XVII, XVIII e XIX, assim, pelas terapêuticas aviadas pelo cirurgião, pude inferir quais as doenças grassavam nos enfermos e quais os seus tratamentos, uma metodologia de “caminho de mão dupla”, hora sabíamos as doenças e não conhecíamos os tratamentos, hora tínhamos acesso aos tratamentos e não sabíamos as doenças. A pesquisa sobre hospitais é relevante para a história. De acordo com Ribeiro (2012), a medicina hospitalar começou a surgir no século XVIII a partir dos Hospitais Militares. Tais instituições foram dotadas de uma organização severa e regime ordenado. Reuniam um número significativo de doentes disponíveis para experimentação. Cirurgiões e médicos aptos para levar a cabo observações de cabeceira, sem que fossem perturbados, e muitos cadáveres para

realizar autópsias. Portanto, ressaltou Ribeiro (2012, p. 49), “a medicina floresceu nos hospitais militares, cujos clínicos viriam a proporcionar grandes contribuições para a literatura cirúrgica e médica contemporânea”. Nesse sentido, corroboro com a tese da autora sobre a importância dos Hospitais Militares no século XVIII para efetivação da medicina hospitalar, no RHMVB. Seus dois principais cirurgiões, Lourenço Antonio da Neiva e seu genro Bartholomeu Lourenço da Silva, aprenderam o ofício de cirurgião na própria instituição hospitalar da capitania de Goiás. No século XVIII, principalmente na segunda metade daquela centúria, surgiu uma nova medicina hospitalar, os médicos podiam seguir e tratar um elevado número de doentes, bem como realizar autópsias, o que lhes permitia abranger as massas e compreender melhor as patologias. Assim, os esculápios construíram padrões de doenças e estabeleceram correlações entre sintomas e órgãos atingidos. Surgiram inúmeros manuais de saúde e panfletos, muitos deles redigidos por médicos consagrados, como o caso do esculápio português cristão-novo, Ribeiro Sanches. A partir da Revolução Francesa, o desenvolvimento da medicina hospitalar, baseada na observação, no exame físico, na anatomia patológica, no conceito de localização da doença nos órgãos e nos tecidos continuaria a ser implementado. (RIBEIRO, 2012). Conforme Porter (2004, p. 165), no final do século XVIII e início do século XIX, contexto da criação do RHMVB, “o hospital estava para medicina como a catedral para a religião e o palácio para a monarquia”. O RHMVB racionalizou o tratamento da saúde dos militares na capitania de Goiás. O hospital estabeleceu um rigor nos tratamentos dos enfermos, pautando no funcionamento racional, este fato ocorreu principalmente devido a ascensão da Ilustração em Portugal com o Marquês de Pombal. No RHMVB, tinham horários para as refeições diárias, para as medicações, para banhos e para visitas. Os hospitais militares seguiam regulamentos, nos quais estabeleciam as rotinas diárias, as atribuições de cada funcionário. O RHMVB funcionou também como *locus* experimental e empírico que garantiu a produção do conhecimento em relação ao corpo, à saúde, às doenças e aos medicamentos, desdobrando-se como instituição que ajudou a manter a administração imperial portuguesa na América, por meio dos tratamentos dos militares e as melhores

condições de saúde destes. As reformas pombalinas foram essenciais para modificar os aspectos conceituais da educação portuguesa. Até o início da segunda metade dos Setecentos, o Império português estava sob a orientação quase exclusiva da instituição eclesiástica. A partir de 1759 até 1772, Pombal colocou em ação suas reformas, no qual afastou os jesuítas e reorganizou o ensino nas universidades, assim, a medicina iniciava sua reformulação no âmbito acadêmico. Pombal levou para Portugal um gabinete completo de física, com uma quantidade enorme de equipamentos para aulas experimentais e mandou instalá-lo em Coimbra. “Convidou professores estrangeiros, após o afastamento dos antigos, para ensinar a prática experimental, em oposição à filosofia especulativa.” (BRAGA; GUERRA & REIS, 2005, p. 26). a partir das reformas pombalinas e a ascensão da nova ciência moderna no Império português, o reino e as conquistas tiveram suas instituições renovadas. Assim, a análise das ‘Artes de curar’ praticadas no RHMVB durante a segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, fez parte deste processo de transformações na medicina no Império português. Nas conquistas ultramarinas portuguesas, em nosso caso específico, a Capitania de Goiás, as ‘Artes de Curar’ tiveram as influências teóricas e experimentais descritas anteriormente. A análise do livro de receitas de remédios do cirurgião-mor do hospital, Lourenço Antonio da Neiva, os tratamentos e terapêuticas ministradas no final do século XVIII e início do século XIX eram provenientes da “medicina mestiça”, segundo Almeida, esse saber, “ampara-se na fusão de elementos da flora e da fauna e nos saberes a eles referentes, processados no encontro de diversas culturas e na utilização igualmente diversa na terapêutica” (ALMEIDA, 2010, p. 49). O Império português propiciou o encontro de diferentes e diversas culturas, ameríndia, europeia, africana e asiática, a partir desses encontros de mundos, as ‘Artes de curar’ se transformaram e ressignificaram. As práticas e saberes de cura entre diferentes partes do Império Português se tornou uma realidade durante os séculos XVIII e XIX, as práticas de cura, saberes e plantas da América, Ásia, África e Europa se difundiram pelas conquistas ultramarinas, o saber mestiço se alicerçou a partir da importância da circulação de informações e espécies naturais, vegetais e animais entre diferentes locais destas conquistas. A

transformação nas 'Artes de curar' no final do século XVIII no Império português, se configurou no âmbito da química na preparação dos medicamentos, a América portuguesa sofreu os impactos dessas transformações. Percebe-se a quantidade de substâncias químicas para preparação das drogas que foram enviadas para a botica do RHMVB. A botica do hospital era o compartimento existente na instituição destinado ao preparo e à administração de medicamentos aos doentes internados. O cirurgião-mor Lourenço Antonio da Neiva aviava as receitas para os doentes, o "manipulador de remédios, fazendo as vezes de boticário", preparava as medicações e o enfermeiro-mor ou ajudante de cirurgia ministrava os medicamentos aos enfermos. As demais transformações no âmbito das 'Artes de curar', conforme citou Pita (2006), aconteceu na área das instituições científicas e laboratoriais que foram criadas na América, a partir de 1808 com a vinda da família Real portuguesa e a criação da Escola de Medicina, Cirurgia e Farmácia no Rio de Janeiro e na Bahia. Antes disso, as 'Artes de curar', como as provenientes do RHMVB, eram basicamente clínicas, ou seja, práticas e sintomatológicas, ou seja, foram descritas a partir das sintomatologias dos enfermos. No livro de Receitas de remédios do cirurgião-mor, Lourenço Antonio da Neiva, a cada terapêutica ministrada para o enfermo, abaixo da descrição do récipe constavam as assinaturas do militar responsável por fiscalizar os enfermos militares tratados no hospital e a assinatura do cirurgião-mor. As assinaturas eram uma prática regulamentar dos hospitais para garantirem o bom tratamento dos enfermos e para a prestação de contas das despesas da instituição ao Real Erário. O livro de Receita de remédios, demonstrava a importância que os cirurgiões tinham nas regiões que não possuíam médicos, como nas minas do Guayazes. No livro de Receitas de remédios de Lourenço Antonio da Neiva, os récipes eram "escritos de próprio punho, os componentes (simples ou compostos, vegetais, animais, minerais e químicos) de cada medicação a ser utilizada pelo enfermo, bem como a quantidade de cada componente que entraria nessa composição", constavam na descrição destes récipes. (ALMEIDA, 2010, p. 60). Os cirurgiões na América portuguesa, fizeram as vezes de médicos. Para exercer o ofício de cirurgião-mor do RHMVB, Lourenço Antonio da Neiva devia ter o "conhecimento das

doenças e das pessoas, era indispensável ao desempenho da arte da cirurgia”. Ao manipulador de remédios do hospital “caberia atender as recomendações do cirurgião e cuidar da correta manipulação das substâncias prescritas para a medicação do paciente, aplicando seus conhecimentos”. (ALMEIDA, 2010, p. 61). Cirurgiões e boticários ou manipuladores de medicamentos tinham que exercer seus ofícios em sintonia, pois, a eficácia da receita de um, dependia da manipulação precisa do outro. De acordo com Almeida, os métodos da experimentação e a observação dos resultados “na cura de enfermidades deixavam vislumbrar as possibilidades terapêuticas de outros vegetais, a comprovação de sua eficácia ampliaria o arsenal dos oficiais da cura, então experimentar e observar foram os fios condutores do saber dos cirurgiões e boticários”. (ALMEIDA, 2010, p. 86)

Palavras-chave: Real Hospital Militar de Vila Boa; Artes de Curar; Império português; Século XVIII; Pombal; Racionalização; Experimentação.

PRAÇAS MATRIZES DE IGREJAS SETECENTISTAS: ELEMENTOS DE CENTRALIDADE NA URBANIZAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL

JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA (MESTRE - UFS)

SOUSASJOSES@GMAIL.COM

Ao longo da segunda metade do século XVIII, as extensas áreas territoriais a esquerda e direita do São Francisco, passaram a terem maior atenção da Coroa Portuguesa, tanto no que diz respeito ao estabelecimento do Estatuto da Sesmaria, quanto ao patrocínio e desenvolvimento das fazendas do gado e de cultivares, bem como o controle dos caminhos e rotas do gado que adentravam na região, vindos das Capitâneas do Norte, do Ceará e Piauí em direção as Minas Gerais. Essas terras são consideradas como o segundo maior latifúndio do Brasil colonial e pertenciam ao morgado da Casa da Ponte, tendo como senhor absoluto e proprietário

Antônio Guedes de Brito. A ação de sesmeiros, arrendatários e posseiros fazia girar uma rede de homens de negócios nessa imensa área administrada a uma grande distância pela comarca da Vila de Santo Antônio da Jacobina. Acompanhando as novas diretrizes da política centralizadora do Império colonial lusitano e no bojo da política pombalina ilustrada de administrar o território através da criação de vilas centralizadoras, em 1745 sob a provisão de D. João V, é criada, na rota do gado dos currais do São Francisco, a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima. Este trabalho analisa na documentação ultramarina, o significado dessa vila e seus arraiais como núcleos de irradiação do poder do Império Português, do ponto de vista da urbanização da região através da formação das Praças das Matrizes das igrejas setecentistas. Palavras-Chave: Praça Matriz; igrejas setecentistas; Urbanização colonial.

A POLÍTICA POMBALINA CONTRA A COMPANHIA DE JESUS, A LEI DE EXPULSÃO DE 1759 E AS DEMISSÓRIAS

MARCIA SUELI AMANTINO (DOUTORA – UFRJ/
UNIV. SALGADO DE OLIVEIRA)
MARCIAAMANTINO@GMAIL.COM

A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios em 3 de setembro de 1759 não aconteceu de repente e não acabou naquele momento. Ela foi o resultado de um desgaste constante causado, em grande parte, por uma disputa de poderes e de um processo de afirmação da autoridade real sobre a Igreja, acompanhado de uma intensa propaganda contrária aos jesuítas, orquestrada por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. Para se entender a expulsão no reino português é necessário retroceder, pelo menos, até o ano de 1750 e acompanhar as diferentes políticas implementadas pelo secretário de estado em nome do rei D. José I, visando diminuir o poder da Companhia

de Jesus, tanto em Portugal quanto nas áreas de conquistas. A expulsão, formalizada em 3 de setembro de 1759, foi mais uma etapa de um projeto maior, destinado a eliminação definitiva da ordem, conseguida apenas em 1773, mediante muita pressão de Pombal sobre o papa Clemente XIV. Esta comunicação tem por objetivo analisar a possibilidade que a lei de expulsão de 3 de setembro de 1759, criou, ao permitir aos religiosos que ainda não haviam professado o juramento do 4º voto, solicitassem sua saída da ordem por meio de uma carta demissória e permanecessem onde viviam ou voltassem para suas áreas de origens, transformando-se na categoria “egresso”. Por meio destes egressos, é possível identificar o discurso pombalino contrário aos religiosos e as diferentes pressões que eles vivenciaram tanto para abandonarem as fileiras da ordem, quanto para não cederem ao poderoso ministro. Para efeito desta proposta serão analisados os indivíduos que pediram para sair da Companhia de Jesus e que, no momento da expulsão, estavam no colégio do Rio de Janeiro. Para isso, serão cotejados documentos produzidos pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio do Desterro, pelas autoridades da coroa, pelos próprios jesuítas ainda na América e depois pelos que já estavam no exílio, presos em Portugal.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; expulsão; Pombal; demissórias; egressos.

APONTAMENTOS SOBRE O MARQUÊS DE POMBAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: CULTURA HISTORIOGRÁFICA, USOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

EDNA MARIA MATOS ANTÔNIO (DOCENTE – UFS)

EDNAMATOS.ANTONIO@GMAIL.COM

O período pombalino - fase da história portuguesa de 1750 a 1775 em que Sebastião José de Carvalho e Mello (1699 – 1782), conde de Oeiras (1759) e, posteriormente, marquês de Pombal (1769), exerceu o cargo de primeiro-ministro no reinado de D. José I (1750-1775) - é reconhecido por um grupo significativo de estudiosos luso-brasileiros, de temporalidades diversas, como uma importante fase de modernização do Estado lusitano com profundas repercussões para todo o Império. Desde os anos finais do reinado josefino, as avaliações acerca do papel de seu principal protagonista dominam

as perspectivas de análise dos significativos textos produzidos sobre a vida pública do Marquês de Pombal, atravessando gerações de historiadores dos dois lados do Atlântico e conformaram noções importantes sobre o assunto. Mais do que evidenciar a constituição de um quadro dos argumentos antagônicos e polêmicas que envolvem a avaliação sobre os méritos e à importância de suas reformas, pensa-se que refletir sobre os modos como a experiência pombalina é solicitada para justificar visões sobre o passado/questões no presente e contribuir para a reflexão acerca da tessitura dos discursos históricos. No movimento historiográfico que tem buscado reavaliar o papel do Marquês de Pombal em várias dimensões de investigação, cabe demarcar linhas de interpretação que pautaram construções de sentido desse tema incontornável do período colonial brasileiro, identificando tendências de análise, questões teóricas alinhadas a noções de passado e projetos de nação e as matrizes intelectuais de seus autores. Nesta comunicação, a análise atém-se a explorar escritos referenciais sobre Pombal na historiografia brasileira, localizando e problematizando as construções da imagem histórica, dos sentidos políticos atribuídos à ação de Pombal e a cultura histórica que forjou uma representação específica, entendendo o texto historiográfico como fonte, objeto cultural e ação política.

Palavras-chave: historiografia brasileira; cultura historiográfica; Pombal.

25. FORMAS DE PENSAR O IMPÉRIO: REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

COORDENADO POR:

PATRICIA SOUZA DE FARIA (UFRRJ)

PATRICIA@CARVANO.COM.BR

ROBERTA GUIMARÃES FRANCO (UFLA)

ROBERTAFRANCO@UFLA.BR

O presente ST pretende dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nas últimas edições do EIHC, nos STs “Do colonial ao pós-colonial: perspectivas para ler os domínios portugueses na África e no Oriente” e “Representações da África e do Oriente: formas de ler e pensar os domínios portugueses do colonial ao pós-colonial”. Portanto, ao objetivo de estabelecer um debate acerca dos estudos relacionados às leituras e releituras sobre os espaços que vivenciaram o domínio colonial português tanto em África como no Oriente, e sobre as representações produzidas ao longo dos séculos sobre esses espaços, representações perpassadas também pelas interações com o espaço ibero-americano, soma-se o interesse pela reflexão sobre as rupturas e permanências nas perspectivas teóricas e analíticas nas pesquisas sobre os referidos espaços, bem como problematizar movimentos que apontem para heranças ou embates no momento contemporâneo, ou ainda reafirmem ou questionem a ideia/imagem de Império. Além de abordar o império português, esta terceira edição do Simpósio estimula a apresentação de trabalhos que discutam outros impérios coloniais na Ásia e África. A perspectiva comparativista permanece como foco metodológico, tanto para pensar diferentes territórios, mas também para trabalhos que privilegiem uma análise multidisciplinar, voltada para variados aspectos, tais como: religioso, cultural, práticas sociais, político, econômico,

entre outros. Interessa-nos pensar na heterogeneidade dos processos que envolvem os variados territórios que foram de domínio português, problematizando as especificidades dos contatos culturais. Almeja-se estimular debates acerca dos múltiplos tipos de contato, dinâmicas ou manifestações oriundas desses processos, com atenção ao papel de diferentes agentes e instituições na produção de conhecimento, representações e classificações das populações coloniais. Encoraja-se o desenvolvimento de análises sobre as representações da África e do Oriente que afirmem ou refutem a ideia de Império, a partir de uma ampla variedade de materiais: tratados sobre costumes e crenças religiosas; documentos inquisitoriais; relatos etnográficos; numeramentos e classificação das populações; mapas cartográficos; coleções e exposições; fotografias; literatura e outras formas de arte. Neste sentido, incentiva-se a análise das representações produzidas por funcionários coloniais, missionários, viajantes, mas sem descuidar das visões que surgiram a partir da própria África e do Oriente, o que incluiu as perspectivas de suas “elites nativas”, de críticos locais do colonialismo, de exilados e membros das comunidades de diáspora. Assim, pretende-se igualmente repensar as representações que colocam o colonizador como imagem central desses processos e ignoram as particularidades de cada sociedade de acordo com os povos autóctones.

.....

DIA 14 DE SETEMBRO DE 2021

A MENTALIDADE DE CRUZADA E A EXPANSÃO PORTUGUESA: O CASO DA CONQUISTA DA ILHA DE SOCOTORÁ (1507)

LUCAS LIXA VICTOR NEVES (MESTRANDO – UFRJ/CAPES)
LUCASVITTA96@GMAIL.COM

Segundo Luiz Felipe Thomaz (2009), o primeiro projeto português de expansão – a conquista de Ceuta em 1415 – teve cariz cruzadístico. O Marrocos foi alvo preferencial dos reis portugueses que sucederam d. João I (1357-1433), fundador da dinastia de Avis. A escola de combate criada no noroeste africano no concerto das operações bélicas lusas no dito recorte geográfico, durante o século XV, proporcionou a formação de experimentados guerreiros. Muitos desses soldados, especialmente os fidalgos, eram sagrados cavaleiros e integravam ordens militares – que inclusive se envolveram na Reconquista da Península Ibérica, terminada em 1492. Esses soldados atuaram também no palco asiático, na guerra contra o *mouro*, em terras e águas da Índia e da Arábia no contexto da expansão portuguesa. Foi durante o reinado de d. Manuel I (1469-1521) que esforços consistentes foram engendrados em torno de estabelecer presença portuguesa no Índico – inclusive a criação do Estado da Índia –, com o fim de fazer com que Lisboa controlasse o comércio oriental. Com esse objetivo em mente, os portugueses tomaram e fundaram diversas praças de modo a estabelecer mando sobre a navegação nessas águas. Buscarei discutir os elementos associados às cruzadas medievais presentes em um relato da conquista da ilha de Socotorá, localizada na entrada do Mar Vermelho – que consta nos *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, volume publicado pela primeira vez em 1557 –, vitória militar esta ocorrida em 1507, protagonizada por dois veteranos portugueses ligados à Ordem de São Tiago e que serviram no Marrocos: Tristão da Cunha (1460-1540) e Afonso de Albuquerque (1452-1515).

Palavras-chave: Expansão Portuguesa; Cruzadas; Ilha de Socotorá.

OS JESUÍTAS E AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA CONVERSÃO DOS PUERIS NATIVOS EM GOA (SÉCULO XVI)

CAMILA DOMINGOS DOS ANJOS (DOUTORANDA – UFRRJ/FAPERJ)

CAMILA.HSTR@HOTMAIL.COM

Buscamos analisar nesta comunicação as controversas que marcaram as iniciativas de conversão dos *pueris* nativos por parte dos jesuítas no Colégio de São Paulo em Goa no século XVI. Para tanto, analisaremos as cartas dos jesuítas organizadas na Documenta Indica. Conforme a historiografia tem demonstrado, a expansão da fé católica no Oriente foi fundamental como um dos pilares da sustentação do poder político português. O projeto de conversão nativa visava homogeneizar as sociedades nativas e estabelecer um vínculo de fidelidade ao Rei de Portugal (XVIER, 2003). Em Goa, a conversão dos *pueris* nativos (meninos entre 7 e 14 anos de idade) ocorreu no bojo de um processo mais amplo de cristianização da sociedade. Estrategicamente, os *pueris* foram considerados mais dóceis para serem disciplinados e incorporados ao serviço da Coroa e da Igreja. Os meninos convertidos e conhecedores das línguas locais tornavam-se importantes mediadores entre as sociedades nativas e os portugueses estabelecidos no Oriente. Com efeito, os jesuítas se empenharam na conversão dos meninos nativos e idealizaram na instrução dos mesmos não apenas a possibilidade de formação de uma sociedade cristã consistente em sua fé, como também torná-los auxiliares e agentes da conversão. Entretanto, alguns jesuítas questionaram o projeto alegando a má qualidade das pessoas da terra. Nesse sentido, a iniciativa foi pauta de discussão e controversas. Nosso intuito é contribuir com a historiografia referente à expansão portuguesa e o seu estreito vínculo com a Igreja católica, bem como com a produção que busca abordar as crianças no Oriente e como sua imagem foi fabricada e debatida entre os jesuítas. Consideramos a importância deste trabalho visto que a produção sobre as percepções acerca das crianças no Oriente é escassa. Muito se produziu sobre a conversão dos nativos, mas poucos trabalhos se atentaram para os *pueris* especificadamente, público este que recebeu bastante atenção por parte dos jesuítas.

Palavras-chave: Conversão; jesuítas; meninos.

A PRÁTICA EVANGELIZADORA DO JESUÍTA FRANCISCO XAVIER EM YAMAGUCHI

WILLIAN CARLOS FASSUCI LARINI (MESTRE – UEM)

WCARLOSLARINI92@GMAIL.COM

O presente trabalho tem por objetivo abordar o processo de evangelização realizado pelo cofundador da Companhia de Jesus, Francisco Xavier e outros religiosos cristãos na localidade japonesa de Yamaguçi no século XVI. Temos por objetivo discorrer como os clérigos católicos manifestaram aos habitantes de Yamaguçi distintos elementos da religião cristã, crença que era desconhecida antes da aproximação dos mercadores e dos clérigos europeus no arquipélago japonês. Para examinarmos a prática evangelizadora dos jesuítas em Yamaguçi temos como fonte uma carta redigida por Francisco Xavier no ano de 1552 do território indiano aos integrantes da Ordem Jesuíta que se encontravam no continente europeu, na qual o missionário narra a sua experiência no Japão. Nos utilizaremos também, para o desenvolvimento deste estudo, de outras missivas relativas à nação asiática, escritas pelo padre jesuíta. Francisco Xavier que é uma figura histórica foi rememorada de forma edificante no Japão por meio da construção de estátuas que celebram a passagem do missionário pelo arquipélago japonês. Por detrás desta glorificação existe um processo histórico que abrange diferentes assuntos. Pretendemos demonstrar como o contato do evangelizador com o povo japonês ocorreu em meio a conflitos e impasses.

Palavras-chave: evangelização; Japão; jesuítas.

TERRITORIALIDADE E ALTERIDADE NO JAPÃO TOKUGAWA: OS CONTATOS ENTRE JESUÍTAS E NIPÔNICOS NA ILHA DE KYUSHU

RENATA NOBRE BEZERRA (MESTRANDA – UFRN)

RENATANOBREB@GMAIL.COM

Desde a primeira metade do século XV, o império japonês estava passando por uma série de conflitos internos, a casa imperial estava perdendo o controle de várias partes do país. Os *daymios*, como eram conhecidos os senhores de terras, estavam em constantes batalhas pela hegemonia do poder da região. Na História do Japão este período ficou conhecido como *senigoku jidai*, ou período de guerras internas. No decorrer desses acontecimentos os primeiros portugueses chegaram ao Japão. No início eram apenas comerciantes, somente visitavam a região. Em 1549 o jesuíta Francisco Xavier chegou ao país com o propósito de levar o cristianismo às terras nipônicas. Suas pregações percorreram todo o território, entretanto influência cristã era especialmente forte na parte sul do arquipélago, na ilha de Kyushu. Em 1603 teve início oficialmente o período Tokugawa e com ele uma série de mudanças político-administrativas aconteceram e outras se firmaram no território japonês, com isso a situação começou a piorar consideravelmente para os representantes do catolicismo na região. Ser cristão no Japão tinha se tornado uma condição perigosa, principalmente se você fosse padre, mas somente com a revolução de Shimabara-Amakusa o governo encontrou a desculpa necessária para expulsar definitivamente os jesuítas e os representantes dos impérios ibéricos de suas terras. Em 1639 saiu o édito de fechamento do país, dando início ao período *Sakoku*. Este trabalho tem como objetivo mostrar as primeiras conclusões da pesquisa que procura entender como o contato entre a cultura europeia/cristã e a cultura nipônica foi capaz de criar relações tão complexas que conseguiu alterar a prática dos espaços na ilha de Kyushu e reelaborar as diversas faces do seu território (econômico, social, político, religioso), dando enfoque à primeira metade do século XVII. Tendo como fonte de pesquisa as cartas jesuíticas do período e as obras “Kirišhitan Monogatari”, “Ha Daiusu”, “Arawa Utagu-Roku” e “Ha Kirišhitan”.

Palavras-chave: Império Português; Período Edo; Companhia de Jesus; Territorialidade; Alteridade.

A MISSÃO JESUÍTA NA CHINA PELA ÓTICA DO HIBRIDISMO CULTURAL

RENAN MORIM PASTOR (DOUTORANDO – UFRRJ)

RENANP8989@GMAIL.COM

Em “*Hibridismo Cultural*”, Peter Burke aborda as várias formas de interpretação do hibridismo entre as culturas. Burke menciona a missão jesuíta na China, na figura do missionário Matteo Ricci, e seu método de acomodação religiosa como uma das manifestações do hibridismo. Este método consistia no estudo da língua chinesa e na interpretação do confucionismo, a fim de facilitar o processo de conversão dos chineses ao cristianismo. Os estudos de Ricci e dos outros missionários geraram uma série de interpretações que podem ser consideradas híbridas, fruto da mistura da interpretação europeia e cristã da filosofia confuciana. Este é o nosso objeto. O objetivo é analisar a interpretação jesuíta do confucionismo a partir de uma abordagem histórica, inspirada nos conceitos de hibridismo cultural que começara com Matteo Ricci e a publicação do *Tianzhu Shiyi* na China em 1603, e se consolida no século XVII, com a publicação do *Confucius Sinarum Philosophus* na Europa. As duas obras citadas são nossas fontes principais. O *Tianzhu Shiyi* foi escrito por Ricci com o propósito de demonstrar uma alternativa de restauração da doutrina confuciana clássica com a ajuda do cristianismo. Já o *Confucius Sinarum Philosophus* foi a tradução jesuíta dos clássicos confucianos, a partir da interpretação de diferentes comentadores chineses e dos próprios jesuítas. Apesar da relevância do tema, o estudo das missões jesuítas na China e da sinologia em geral não é um tema amplamente debatido no espaço acadêmico brasileiro. Espera-se que essa pesquisa possa ser uma contribuição para o estudo da jornada jesuíta no Extremo Oriente, mais precisamente os esforços iniciais de conhecimento e interpretação da cultura e filosofia confuciana na Era Moderna, que se desenvolveram no âmbito das missões jesuíticas. Esperamos demonstrar o papel dos jesuítas na constituição de um saber sobre o Oriente, um tipo híbrido de Sinologia “católica”.

Palavras-chave: Missões; China; Jesuítas.

DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021

O CONVENTO DAS MÔNICAS E A TERRITORIALIDADE RELIGIOSA DOS AGOSTINHOS NO MONTE SANTO DE GOA

ROZELY MENEZES VIGAS OLIVEIRA (UERJ)

ROZELUI@YAHOO.COM.BR

Embora não tenha se transformado numa província independente de Lisboa nem ter alcançado o mesmo feito dos jesuítas na missão do Oriente, a Congregação dos Eremitas de Santo Agostinho da Índia Oriental desenvolveu um papel muito importante na propagação da fé católica na Ásia. Mesmo tendo sido os últimos das cinco principais Ordens no Oriente a chegarem – somente em 1572 – sua ação missionária alcançou a China, atuando principalmente na Ásia Ocidental (Ormuz e Pérsia), com um envio significativo de religiosos. Todos os missionários que iriam atuar nos territórios sob a responsabilidade dos agostinhos, fossem os que vinham do reino fossem os que professavam no Oriente, saíam da cidade de Goa. O Convento de Nossa Senhora da Graça se tornou a casa-mãe da congregação desde seus anos iniciais, enquanto o Monte Santo – onde se encontrava o convento – tornou-se um território quase que exclusivamente agostiniano. Havia no local cinco casas e igrejas agostinianas, entre elas o Convento de Santa Mônica de Goa. A fim de refletir sobre o sentimento de pertença do cenóbio feminino à congregação e de ambos ao Monte Santo, nesta apresentação pretende-se fazer uma breve análise dos relatos presentes nas crônicas agostinianas acerca de sua atuação no Oriente através do viés do conceito de territorialidade religiosa, desenvolvido por estudiosos da Geografia da Religião. A partir do dito conceito, juntamente com o de território, será possível compreender como o topo do Monte Santo foi sendo transformado num território majoritariamente agostiniano e como os religiosos e religiosas se apropriaram e se identificaram com ele.

Palavras-chave: Convento de Sta. Mônica; Goa (Índia); Ordem dos Eremitas de Sto. Agostinho; Territorialidade religiosa.

ESCRITA COMO ESTRATÉGIA MISSIONÁRIA PROTESTANTE NA ÁSIA MODERNA: O CASO DE JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA.

CARLOS ALDLEN TORRES DE SOUZA (MESTRANDO – UFRRJ/CAPES)
CARLOSALDLEN@GMAIL.COM

O objetivo consiste em tratar, dentre outros aspectos, dos mecanismos utilizados por missionários protestantes para a propagação da ortodoxia correspondente na Batávia (atual Jakarta) do século XVII, acompanhando uma transição política que possui agentes de Portugal e da Holanda como protagonistas. Assim, enquanto domínios da Coroa portuguesa e o catolicismo encontram-se ameaçados, agentes da Holanda e o protestantismo oferecem perdas coloniais aos portugueses na Ásia, tendo a Batávia como centro de sua rede mercantil. Esperamos dosar a escala mais ampla desses processos com as práticas locais adotadas por missionários reformadores. Tomaremos como objeto João Ferreira de Almeida, missionário português, calvinista, que contribuiu para a difusão do protestantismo em regiões da Ásia, sendo responsável por grande parte da primeira tradução da Bíblia para o português. Trataremos das práticas missionárias exemplificadas pelos escritos de Almeida. Faremos uso do documento *Diferença d'a Cristandade*, traduzido do castelhano para o português pelo próprio missionário e contendo comentários acerca de suas ideologias. Buscaremos também destacar outros meios utilizados pelos protestantes, como Catecismos que visavam estabelecer a boa conduta entre os fiéis reformados. Estudar as missões protestantes através do pensamento de Ferreira de Almeida é importante para contribuir para o crescente estudo do continente asiático no Brasil. Almeida será a ponte para exemplificar as concepções de mundo não muito exploradas do protestantismo, cujos estudos concentram-se, muitas vezes, à teoria desenvolvida em tempos primórdios, com ênfase em Martinho Lutero e João Calvino. Temos por expectativa que a análise de um missionário cotidiano permita demonstrar embates que colocaram em prática aquilo que foi definido pelos pensadores supracitados do protestantismo, além de entender os confrontos políticos que foram transportados com as viagens expansionistas europeias da Idade Moderna.

Palavras-chave: Missões; Ásia; Protestantismo.

ENTRE A CRUZ E A PRATA: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁSIA A PARTIR DO “DIÁLOGO DO SOLDADO PRÁTICO” (1790)

MARIA DO CARMO OLIVEIRA DA SILVA NETA (MESTRANDA – UFPE)

MARY.OLIVEIRASILVAN@GMAIL.COM /

O presente trabalho tem por finalidade analisar um dos discursos construídos acerca da presença portuguesa na Ásia entre os séculos XVI e XVIII, tomando como base a obra “Soldado Pratico”, uma crônica histórica em forma de diálogo, produzida pelo cronista e intelectual Diogo do Couto (1542-1616). Possuindo o título de primeiro guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, bem como tendo sido contemporâneo e relativamente íntimo de figuras como Luís de Camões, Diogo do Couto nasce e cresce em Lisboa, mas é enviado ainda muito jovem a Goa, e mesmo tendo voltado para Lisboa após 10 anos, regressa à Índia e lá falece em 1616. Sua principal obra, aqui tomada como ponto de partida para a compreensão de um contraponto ao discurso comum de louvor ao Império Lusitano, consiste de diálogos e observações que se propõem a analisar o fracasso da empreitada portuguesa na Ásia. Tendo em vista que a obra foi publicada pela primeira vez apenas após 174 anos da morte do autor, bem como o conteúdo extremamente crítico à corrupção e à falta de transparência da administração nas Índias, e sua publicação num momento de grande ode às conquistas do Império Português, faz-se necessária uma análise acerca do contexto trabalhado por esse historiador. A metodologia aqui empregada consiste em analisar o discurso proferido por Diogo Couto diretamente da obra “Soldado Pratico”, em contraste com outras obras contemporâneas ao autor, bem como contextualizar a discussão historiográfica acerca da presença lusitana na Ásia, objetivando mostrar como o discurso de Diogo do Couto se contrapõe ao de seus contemporâneos e quais seus motivos.

Palavras-chave: Ásia; Império Português; Historiografia; Revisão historiográfica; História colonial.

PORTUGAL E A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DO CONGO SOB MEDIAÇÃO FRANCESA: OS BASTIDORES DA CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-1885)

ALINE BARBOSA PEREIRA MARIANO (DOUTORANDA – UFF/CAPES)
ALINEBPM@HOTMAIL.COM

A presente proposta de trabalho tem como objeto principal os acordos estabelecidos entre Portugal e a Associação Internacional do Congo (AIC), sob mediação da França, durante um período em que aconteciam, na capital alemã, os encontros da Conferência de Berlim. No final do século XIX, realizou-se em Berlim uma Conferência que tinha como um de seus principais propósitos garantir que a navegação no rio Congo estivesse livre à todas as potências europeias. Após o fim do evento algumas decisões como a liberdade dos rios Congo e Níger foram tomadas, bem como foram estabelecidas regras para que as futuras anexações no continente africano fossem consideradas como efetivas. Essas resoluções podem ser encontradas na Ata Geral redigida por ocasião do encerramento do encontro diplomático. Contudo, sabe-se que algumas negociações foram feitas entre os representantes europeus concomitantemente às sessões oficiais dos plenipotenciários das potências. Isso porque, para que as negociações pudessem prosseguir, algumas medidas como a aceitação da soberania da Associação Internacional do Congo sobre determinados territórios africanos precisavam da adesão de todos os países representados na Conferência. Sendo assim, o principal objetivo da investigação é saber como alguns desses acordos, especificamente entre Portugal e a AIC, eram feitos e de que maneira a mediação da França pode revelar os interesses de cada uma das partes envolvidas. Como fonte de pesquisa será analisada principalmente a *Convention entre le Portugal et l'association internationale du Congo, signée à Berlin, sous la médiation de la France*, além de algumas correspondências trocadas entre os representantes da França e de Portugal. O trabalho se justifica pela importância de saber quais eram os interesses europeus em relação ao continente africano e quais foram as posições defendidas por algumas potências europeias durante o imperialismo do final do século XIX no que se refere ao continente africano.

Palavras-chave: Imperialismo; Conferência de Berlim; Portugal; Associação Internacional do Congo; França.

IMAGENS DO COTIDIANO, RETRATOS DAS HERANÇAS DO (TALVEZ) IMPÉRIO PORTUGUÊS

ROBERTA GUIMARÃES FRANCO / ROBERTAGF@UOL.COM.BR / DOCENTE – UFLA

A literatura contemporânea – especialmente no sentido de contemporâneo aplicado por Giorgio Agamben, como “uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias” (AGAMBEN, 2009, p. 59) – tem se configurado como importante instrumento de questionamento e de reflexão tanto de um passado recente quanto longínquo. As produções em língua portuguesa advindas de Angola, Moçambique e Portugal, por exemplo, especialmente as posteriores ao 25 de abril de 1974, têm sido grandes responsáveis pela desconstrução de um imaginário sobre a ideia de Império português, questionamento presente em obras como as do filósofo Eduardo Lourenço, do cientista social Boaventura de Sousa Santos e do historiador António Manuel Hespanha. Neste trabalho, pretende-se analisar como obras contemporâneas, ao retratar o cotidiano comum, problematizam as heranças do Império nas sociedades pós-independência (1975).

Palavras-chave: Império Português, Angola, Moçambique, imaginário.

ELHC

496_

01. REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA MODERNA E COLONIAL

496_

02. ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NO CEARÁ NOS SÉCULOS XVII E XVIII A PARTIR DAS CARTAS DE SEMSARIAS

497_

03. OS ÍNDIOS ANTES DE BARREIROS: O ALDEAMENTO DO UNA (1593-1619)

498_

04. UM OLHAR SOBRE AS PESQUISAS A RESPEITO DA ESCRAVIDÃO: HISTORIOGRAFIA, REFERÊNCIAS E ATIVISMO

498_

05. A SERRA DA IBIAPABA NA GUERRA DA CONQUISTA NO CEARÁ, SÉCULO XVII

599_

06. NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: A QUINA-QUINA

500_

07. TRANSITANDO ENTRE IMPÉRIOS, CARTOGRAFANDO LIMITES: MIGUEL ÂNGELO DE BLASCO A SERVIÇO DE LISBOA NA AMÉRICA MERIDIONAL

501_

08. AS CONQUISTAS E MANUTENÇÃO DAS TERRAS DE DOMINGOS AFONSO SERTÃO NO SERTÃO DO PIAUÍ NO SÉCULO XVIII

501_

09. SOCIABILIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS: UM UNIVERSO VIOLENTO – CURITIBA, SÉCULO XVIII

502_

10. AS HABILITAÇÕES DE FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO COMO FONTES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE REDES FAMILIARES E CLIENTELARES EM PERNAMBUCO (1612-1730)

503_

11. COMO CHEFES DE DOMICÍLIO: PETIÇÕES DE VIÚVAS EM SÃO PAULO (1749-1807)

503_

12. A FORMA E O CONTEÚDO DOS *VILANCICOS* NA PENÍNSULA IBÉRICA

504_

13. "POR SEREM ZELOSOS DO SERVIÇO DE V.A. E DO BEM COMUM": A ATUAÇÃO DA CÂMARA DA PARAÍBA NA RECONSTRUÇÃO DA CAPITANIA NO *POST BELLUM*

505_

14. A ADOÇÃO DE ANTROPÔNIMOS E A(S) QUALIDADE(S) DA FAMÍLIA FERNANDES PIMENTA (RIBEIRA DO PANEMA, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE)

505_

15. CONTEXTOS PÓS-EXPEDIÇÕES CONTRA PALMARES: POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO SOBRE O PASSADO COLONIAL

516_

16. OS DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NA CONQUISTA DO CEARÁ A PARTIR DA COLEÇÃO STUDART: DOCUMENTOS RELATIVOS AO MESTRE DE CAMPO M. A. DE MORAES NAVARRO

507_

17. TERRA, ADMINISTRAÇÃO E JURISDIÇÃO NA BAHIA SETECENTISTA: O CASO DA CAPITANIA DE PARAGUAÇU

507_

18. O USO DE MERCÊS E HONRAS NA NOBILITAÇÃO DOS PERFIS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE, SÉCULOS XVII-XVIII

508_

19. RELATOS DE UM PAÍS INQUIETO: ANÁLISE CRÍTICO-TEXTUAL DA "NOTÍCIA DA SUBLEVAÇÃO [...] DE 1720"

509_

20. MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM FINS DO SÉCULO XVI

509_

21. ROTAS E REDES DE COMÉRCIO DE CRISTÃOS-NOVOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DURANTE A UNIÃO DINÁSTICA (1580-1640): ANÁLISE SOBRE DUARTE DIAS HENRIQUES, JOÃO NUNES E DUARTE FERNANDES

510_

22. COTIDIANO DA SOLDADESCO NAS FILEIRAS DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS DURANTE A OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1630-1654)

511_

23. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ESCRAVIDÃO: SOCIABILIDADES E ANÁLISES

512_

24. "COMO CONCORREM NA PESSOA DE...": ANÁLISE DO PERFIL DOS OUVIDORES DO RIO GRANDE (1659-1687)

banners

01. REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS PESQUISADORES EM HISTÓRIA MODERNA E COLONIAL

ANA LÍGIA VIANA ADAMI (UNB/FAPDF)

ORIENTAÇÃO DO PROF. JONAS PEGORARO (UNB)

A pesquisa desenvolvida visa fazer uma análise dos componentes de produção acadêmica do Brasil durante o século XXI (2001-2018) nas áreas de História Moderna e Colonial. Nesta perspectiva, foi realizado um levantamento em diversas revistas científicas da área, a fim de identificar elementos como: autores/as, programas de pós-graduação, orientadores/as, temáticas, etc. Desta forma, além de se observar os produtores do campo, buscou-se identificar seus referenciais teórico-metodológicos através das notas de rodapé e referências bibliográficas de cada artigo produzido e publicado pelas revistas científicas, construindo um imenso banco de dados. Assim, foi possível identificar, quantitativamente, as transformações do campo, como por exemplo, a incidência de textos clássicos como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. na produção atual, ou ainda, a recorrência de novos referenciais e abordagens ao longo desse início de século XXI, como os de João Fragoso, Laura de Melo e Souza, Maria de Fátima Gouvêa. Nesta apresentação, contudo, o foco foram os artigos publicados em duas destas revistas, a Revista Topoi (UFRJ) e a Revista de História Regional (UEPG).

Palavras-chave: Artigos; Referências bibliográficas; História Moderna; História Colonial; Século XXI.

02. ANÁLISE DOS DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NO CEARÁ NOS SÉCULOS XVII E XVIII A PARTIR DAS CARTAS DE SESMARIAS

ANTONIO ANDERSON VIEIRA (UFC)

MÁRCIA EDUARDA MOREIRA BERNARDINO SÉRGIO (UFC)

ORIENTAÇÃO DO PROF. ALMIR LEAL DE OLIVEIRA (UFC)

O presente trabalho tem como objetivo entender as movimentações indígenas e realizar um mapeamento histórico e etnográfico dos mesmos a partir das cartas de sesmarias concedidas no Ceará nos séculos XVII e XVIII ⁴, entendendo que os indígenas não eram apenas agentes

passivos nessa conquista e ocupação de terras como a historiografia já vem questionando a algumas décadas (SANTOS, 2017; OLIVEIRA, 2014), as fontes nos ajudam a perceber essa ativa atuação desses povos originários, nessa guerra de conquista que não foi só feita através de meios bélicos, mas também de forte ataque cultural. Para isso, o projeto utiliza um instrumento de coleta de dados como principal forma de abordagem das fontes, onde buscamos informações como nomes de grupos indígenas, localização das terras pedidas, tamanho, limites, nome do sesmeiro, justificativa do pedido, autoridade que concedeu, data do pedido, data do deferimento, cargo/patente do sesmeiro, localidade onde mora o sesmeiro e dever do sesmeiro que recebe a concessão. Podemos perceber já como resultados prévios, pedidos de sesmarias que descrevem a dificuldade de conquista por parte dos luso-brasileiros pela presença de indígenas, como no pedido de sesmaria do capitão João da Fonseca Pereira onde ele justifica a solicitação dizendo que “foi o primeiro povoador em cujas povoações perdeu muitos gados roubados do gentio bárbaro”, dentre outros exemplos. Palavras-chave: Indígenas; Sesmarias; Ceará; Conquista e Ocupação; História Colonial.

03. OS ÍNDIOS ANTES DE BARREIROS: O ALDEAMENTO DO UNA (1593-1619)

CARMELITA COSTA ZUZART (UPE – GARANHUNS)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a KARINA MOREIRA RIBEIRO

DA SILVA E MELO (UPE – GARANHUNS)

Os aldeamentos constituíram palco para a inserção das populações indígenas na ordem administrativa portuguesa, que visava não apenas cristianizá-los, mas torná-los subordinados cristãos do rei de Portugal e que teriam vários papéis a cumprir na nova sociedade que se construía. Diante do caos que se instalara nos sertões, a aliança com os portugueses e o ingresso nas aldeias missionárias poderia ser vista pelos índios como possibilidade de sobrevivência. A aldeia de Una, localizada a aproximadamente um quilômetro do atual município de Barreiros – PE, foi originalmente fundada como uma missão franciscana em meados de 1590, compreendendo um dos mais antigos aldeamentos ao sul de Pernambuco. Através de

fontes documentais primárias, esse trabalho visa compreender o surgimento e organização do Aldeamento do Una em sua primeira gestão, suas articulações entre as políticas coloniais do final do século XVI e início do XVII. Assim também, busca entender como os indígenas se relacionaram com os agentes missionários e com os processos de catequização, numa modesta contribuição para a historiografia indígena pernambucana.

Palavras-Chave: Aldeamentos; Una; Missões; Franciscanos; Barreiros; Indígenas.

04. UM OLHAR SOBRE AS PESQUISAS A RESPEITO DA ESCRAVIDÃO: HISTORIOGRAFIA, REFERÊNCIAS E ATIVISMO

CLARA CLEMENSIA SOUSA LIMA (UNB)

ORIENTAÇÃO DO PROF. JONAS WILSON PEGORARO (UNB)

O projeto de pesquisa concentra seus objetivos em analisar como, ao longo do século XXI, os autores e autoras produziram o conhecimento a respeito da escravidão. Para tanto, catalogamos as fontes utilizadas por estes autores e autoras, suas visões e análises das sociabilidades daquele momento histórico. Conjugamos assim três elementos importantes para a história a respeito da escravidão: autores, referências bibliográficas e fontes utilizadas. Dessa maneira podemos identificar os locais geográficos que os historiadores privilegiam para suas análises, na África e no Brasil. É possível ainda responder questionamentos como: os artigos sobre escravidão no período colonial brasileiro utilizam os textos de pensadores africanos? Como se dá a relação historiográfica entre os autores e autoras sobre o tema da escravidão?

Palavras-chave: escravidão, autores, referências bibliográficas.

05. A SERRA DA IBIAPABA NA GUERRA DA CONQUISTA NO CEARÁ, SÉCULO XVII

DAVID RODRIGUES STIGGER (UFC)

ORIENTAÇÃO DO PROF. ALMIR LEAL DE OLIVEIRA (UFC)

Os aldeamentos constituíram palco para a inserção das populações indígenas na ordem administrativa portuguesa, que visava não

apenas cristianizá-los, mas torná-los subordinados cristãos do rei de Portugal e que teriam vários papéis a cumprir na nova sociedade que se construía. Diante do caos que se instalara nos sertões, a aliança com os portugueses e o ingresso nas aldeias missionárias poderia ser vista pelos índios como possibilidade de sobrevivência. A aldeia de Una, localizada a aproximadamente um quilômetro do atual município de Barreiros – PE, foi originalmente fundada como uma missão franciscana em meados de 1590, compreendendo um dos mais antigos aldeamentos ao sul de Pernambuco. Através de fontes documentais primárias, esse trabalho visa compreender o surgimento e organização do Aldeamento do Una em sua primeira gestão, suas articulações entre as políticas coloniais do final do século XVI e início do XVII. Assim também, busca entender como os indígenas se relacionaram com os agentes missionários e com os processos de catequização, numa modesta contribuição para a historiografia indígena pernambucana.

Palavras-Chave: Aldeamentos; Una; Missões; Franciscanos; Barreiros; Indígenas.

06. NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES: A QUINA-QUINA

DINORAH FRANÇA LOPES (UFPI/PIBIC).

ORIENTAÇÃO DO PROF. MAIRTON CELESTINO DA SILVA (UFPI)

Muitos colonos que circulavam pelo interior das capitanias do Maranhão e Piauí tinham em suas viagens o cuidado de averiguar as potencialidades minerais e vegetais que cada lugar podia oferecer. A *Cinchona officinalis*, conhecida nas terras da administração portuguesa por quina-quina – assim como o cacau, cânhamo, salitre, anil e a urumbeba – fazia parte do repertório de análise desses primeiros colonos. Diante dessa busca pela compreensão do funcionamento da natureza, autoridades coloniais (re)interpretavam o mundo à sua volta, conectando regiões distantes, como o Piauí, México Colonial e as Índias, a partir de suas experiências comerciais com essas ervas. Sabendo bem explorar os produtos do reino vegetal, esses agentes coloniais buscavam vultosos recursos no mercado global de especiarias. Assim, nesse recorte, o presente trabalho pretende analisar a produção científica dessas autoridades coloniais a respeito da

natureza, paisagem e, sobretudo, dos usos da quina-quina e entender as experiências de contato culturais entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, índios e autoridades coloniais locais e como estas lidavam com as práticas de cura em sua região.

Palavras-chave: Brasil colônia; História natural; Piauí colonial; Quina-quina.

07. TRANSITANDO ENTRE IMPÉRIOS, CARTOGRAFANDO LIMITES: MIGUEL ÂNGELO DE BLASCO A SERVIÇO DE LISBOA NA AMÉRICA MERIDIONAL

GABRIELA ANIBALE AUSANI (UFRGS)

ORIENTAÇÃO DO PROF. FÁBIO KUHN (UFRGS)

A presente pesquisa investiga a trajetória do Coronel Miguel Ângelo de Blasco, engenheiro militar genovês contratado pela Coroa Portuguesa para servir na América Meridional quando da execução do Tratado de Limites de 1750. Ao longo os trabalhos demarcatórios, Blasco produziu notável cartografia como: *Mappa de hua parte da America Meridional, que comtem do rincam das Galinhas athe Tramandy...* (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro); *Mappa que contiene las marchas que hizieron las dos tropas de sus M.C. y Fidellissima y por todo el Pais conocido desde la Colonia del Sacramento hasta las Misiones...* (Museu Naval, Madri); e *Mappa que contem o Pais conhecido da Colonia athe as Missões, e o caminho q fizerão as duas Armadas de Sua Magestade Fidellissima e Cattolica* (Biblioteca Nacional da França). Tomando como perspectiva metodológica a *Nova história da cartografia*, este trabalho busca analisar as relações de poder político-institucionais e interimperiais expressas nesta documentação e compreender como o saber científico e o poder estavam relacionados nesta conjuntura. As documentações cartográficas referente aos trabalhos demarcatórios na América Meridional dispõem de grande potencial a ser explorado e o seu estudo abre possibilidade para a compreensão de questões ligadas a política imperial ibérica, ao exercício de poder e a produção de saberes científicos e locais no século XVIII.

Palavras-chave: Tratados de Limites; Engenheiros Militares;

Cartografia Histórica; Relações de poder.

08. AS CONQUISTAS E MANUTENÇÃO DAS TERRAS DE DOMINGOS AFONSO SERTÃO NO SERTÃO DO PIAUÍ NO SÉCULO XVIII.

GILSON BEZERRA GOMES (URFN/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a. CARMEN ALVEAL (URFN)

Objetiva-se, neste trabalho, analisar o processo de ocupação no sertão do Piauí, baseando-se na análise das posses de Domingos Afonso Sertão, um dos maiores possuidores de terras na região estudada durante o primeiro quartel do século XVIII. Ademais, pretende-se investigar as ações praticadas pelo sertanista para manutenção de suas terras ou em defesa de interesses próprios. Tais análises serão feitas compreendendo a importância dos sertões – forma como comumente eram chamadas as fronteiras internas da colônia – e a problemática envolta da jurisdição da Coroa nesses espaços. No mesmo sentido, as posses e ações de Sertão serão analisadas concordando que o entendimento sobre as fronteiras é essencial no estudo sobre a sociedade colonial, formada por um movimento simultâneo de ocupação, apropriação e exploração do solo. Esse movimento foi gerador de contatos entre conquistadores e índios, ora amistosos – ocasionando uma fusão cultural – ora divergentes, que resultou em conflitos bélicos. Para tanto, foram utilizados documentos que mostram denúncias contra atos praticados por Domingos Afonso, como também registros de suas sesmarias no sertão do Piauí.

Palavras-chave: Domingos Afonso Sertão; Sertão do Piauí; Fronteiras; Formação territorial.

09. SOCIABILIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS: UM UNIVERSO VIOLENTO – CURITIBA, SÉCULO XVIII.

JULIANE SANCHES DA ROCHA (UNB)

ORIENTAÇÃO DO PROF. JONAS WILSON PEGORARO (UNB)

Essa comunicação visa observar os elementos de violência presentes nas sociabilidades coloniais, recompondo os sujeitos que recorriam as instâncias da justiça régia com o objetivo de sanar os seus conflitos. Tendo em vista que dentro de uma certa corrente historiográfica o sistema colonial traz à tona a realidade de opressão dos povos colonizados,

é importante notar os diferentes mecanismos de vigilância e controle, estabelecer o que seria a violência, considerando a conjuntura da época e ter em mente que esta estava presente em todas as relações. Isso se tornará possível a partir da análise de textos, documentos e da transcrição dos livros de audiências do juiz ordinário e da vigaria da vara de Curitiba, recompondo assim as redes sociais por meio da documentação existentes entre os agentes históricos, pensando, como pano de fundo, como aquela sociedade era organizada e estruturada.

Palavras-chave: violência; sociabilidade; Curitiba.

10. AS HABILITAÇÕES DE FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO COMO FONTES PARA A IDENTIFICAÇÃO DE REDES FAMILIARES E CLIENTELARES EM PERNAMBUCO (1612-1730).

LETÍCIA SERRANO MARINHO DE ARAÚJO (UFPE/PIBIC/CNPQ)

MARIA LARISSA FRANÇA ARAÚJO (UFPE/PIBIC/CNPQ)

ORIENTAÇÃO DO PROF. GEORGE FÉLIX CABRAL DE SOUZA (UFPE)

O presente trabalho tem como objetivo criar uma base de dados com informações que possibilitem, *a posteriori*, identificar redes familiares e clientelares existentes em Pernambuco durante os séculos XVII e XVIII, através da coleta e cruzamento de dados encontrados nas Habilitações para Familiares do Santo Ofício, disponibilizadas pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Essa documentação se constitui como uma fonte rica em informações biográficas, dado a própria natureza do processo da familiatura. Pela necessidade de se investigar a “pureza” de sangue de cada candidato, eram recolhidas informações sobre a sua vida e família por meio de diligências, que também contavam com várias testemunhas registradas em detalhes nas habilitações. Dessa forma, cada processo contém dados importantes sobre aqueles que viveram nos domínios portugueses no período colonial, e em Pernambuco, foram identificadas mais de 140 habilitações entre 1612 e 1730. Pensando na necessidade de esclarecer as dinâmicas internas dessa sociedade para melhor compreendê-la, essa pesquisa tem se utilizado das informações registradas nas habilitações, em conjunto com outras documentações do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: Familiares do Santo Ofício; Inquisição; Redes; Pernambuco.

11. COMO CHEFES DE DOMICÍLIO: PETIÇÕES DE VIÚVAS EM SÃO PAULO (1749-1807).

LETÍCIA ROHRER SIQUEIRA SILVA (UNIFESP/FAPESP)
ORIENTAÇÃO DA PROF.^a ANDRÉA SLEMIAN (UNIFESP)

Esta pesquisa de Iniciação Científica se centra na análise de petições protagonizadas por viúvas e enviadas para o Conselho Ultramarino com o objetivo de obter as tutorias de seus filhos e administração dos bens deles. Os objetivos da pesquisa são compreender quais os argumentos mobilizados por estas viúvas, quais são as documentações comprobatórias anexadas e de que forma o Conselho Ultramarino se apresentava como um caminho possível para obtenção da graça régia. As fontes para esta pesquisa são petições protagonizadas por mulheres em São Paulo e enviadas para o Conselho Ultramarino. Encontram-se disponíveis no site do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco” vinculado à Biblioteca Nacional. O recorte temático e temporal tem por justificativa o levantamento prévio, em que foi observado que a temática de tutoria e administração era preponderante em relação aos outros temas, sendo a primeira petição enviada em 1749 e última em 1807.

Palavras-chave: Mulheres; tutoria; petições.

12. A FORMA E O CONTEÚDO DOS *VILANCICOS* NA PENÍNSULA IBÉRICA.

LUCAS GOMES FERREIRA (UFF/PIBIC/CNPQ)
ORIENTAÇÃO DO PROF. RODRIGO BENTES MONTEIRO (UFF)

Os *vilancicos* constituem uma forma textual característica da Época Moderna, que foi conhecida na Península Ibérica nos séculos XVII-XVIII. Esses opúsculos tinham um papel importante nas tipografias, que os produziam de modo especializado. Seus textos eram lidos e cantados em várias festividades religiosas e em missas, sendo muito difundidos, por exemplo, em missas na capela real durante os primeiros reinados da dinastia de Bragança em Portugal. Nessa investigação, a análise dos folhetos segue uma abordagem ampla, através de uma bibliografia especializada e recente sobre os documentos

que se encontram em acervos de Portugal, da Espanha e principalmente no Brasil, como a coleção de folhetos compilados por Diogo Barbosa Machado (1682-1772), depositada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o projeto tem o intuito de explicar os *vilancicos* a partir de um estudo dos textos, compreendendo essa forma especial de comunicação que envolvia os âmbitos escrito, oral e visual – pela projeção de imagens que circulavam entre o público participante das cerimônias e os leitores desses pequenos impressos. Palavras-chave: Vilancicos; folhetos; coleção Barbosa Machado.

13. "POR SEREM ZELOSOS DO SERVIÇO DE V.A. E DO BEM COMUM": A ATUAÇÃO DA CÂMARA DA PARAÍBA NA RECONSTRUÇÃO DA CAPITANIA NO *POST BELLUM*.

LUCAS GUEDES PEREIRA ARNAUD ARROXELAS (UFPB)

ORIENTAÇÃO DO PROF. MOZART VERGETTI DE MENEZES (UFPB)

Diante da necessidade de reconstrução da capitania da Paraíba após a expulsão dos holandeses, a câmara da cidade irá propor um programa de reforma que passa por diversas demandas consideradas necessárias para a consecução desse objetivo. Analisando a partir da noção de economia do bem comum e de questões em torno do poder local, da economia e da nobreza principal da terra, este trabalho foca em um conjunto de Consultas do Conselho Ultramarino que foram formuladas com base em um Plano Geral de Reconstrução proposto à Coroa pela Câmara e Povo da Capitania da Paraíba. Apesar da existência de alguns trabalhos sobre a temática da reconstrução da capitania da Paraíba neste período, focando principalmente na questão fiscal, o papel da Câmara nesse processo ainda carece de uma análise mais consistente. Neste sentido, fazendo eco ou se incorporando a outros trabalhos que se voltam para a temática da ação camarária nas capitanias do norte, este trabalho contribui para uma melhor compreensão a respeito da câmara da Paraíba e do contexto *post bellum* nesta capitania.

Palavras-chave: Câmara, Paraíba, poder local, economia do bem comum, século XVII.

14. A ADOÇÃO DE ANTROPÔNIMOS E A(S) QUALIDADE(S) DA FAMÍLIA FERNANDES PIMENTA (RIBEIRA DO PANEMA, CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE).

MARA GABRIELLY BATISTA DE MACÊDO (UFRN/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DO PROF. HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO (UFRN)

Objetiva estudar a genealogia dos Fernandes Pimenta, família que se estendeu entre as Capitanias da Paraíba e do Rio Grande, a partir do século XVIII, tendo como pressuposto que o antropônimo “Pimenta”, relacionado com a “qualidade” de “branco”, merece ser problematizado, o que será feito utilizando como norte as discussões propostas por Eduardo França Paiva. Parte do desejo de investigar as dinâmicas de mestiçagem que podem ter acontecido na gênese desta família que, de Portugal, se assentou no sertão. Em termos de historiografia consultada, tem como suporte bibliográfico obras de literatura genealógica de autoria de José Augusto Bezerra de Medeiros, Olavo de Medeiros Filho, João Felipe da Trindade e Luiz Fernando Pereira de Melo. Como fontes, o trabalho adota, para consulta e verificação, registros paroquiais da Freguesia do Seridó e assentamentos de praça da Vila do Príncipe, relativos aos séculos XVIII e XIX. A hipótese sustentada, a partir dessa análise, é a de que os descendentes do patriarca Antônio Fernandes Pimenta, em sua maioria, foram qualificados como “brancos” nos documentos religiosos e militares, confirmando a hipótese de o antropônimo ser proveniente do seu fenótipo. Palavras-chave: Genealogia; Fernandes Pimenta; Sertão; Qualidade; Dinâmicas de mestiçagem.

15. CONTEXTOS PÓS-EXPEDIÇÕES CONTRA PALMARES: POSSIBILIDADES DE REFLEXÃO SOBRE O PASSADO COLONIAL.

MARIA ISABELA THALIA DOS SANTOS (UPE – GARANHUNS)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a KARINA MOREIRA RIBEIRO

DA SILVA E MELO (UPE – GARANHUNS)

O contexto de pós destruição dos quilombos palmarinos permite refletir sobre as alternativas políticas para fazer continuar a vida econômica na capitania de Pernambuco, entre o final do séc. XVII e início do XVIII. No sertão pernambucano, onde africanos, sertanistas,

indígenas e autoridades coloniais estabeleceram relações de violência e solidariedade, existiam terras “vazias” para serem conquistadas e povoadas, moradores insatisfeitos com a violência dos “rebeldes”, sertanistas paulistas em busca de recompensas, proprietários arruinados em virtude das invasões holandesas buscando estabelecer novos engenhos. Esta pesquisa monográfica busca contribuir com as releituras da historiografia recente sobre Palmares. A partir de fontes documentais primárias acerca da distribuição de sesmarias após as últimas expedições contra Palmares, o intuito é analisar aspectos da colonização no interior da capitania, através de disputas envolvendo a posse e ocupação das terras palmarinas.

Palavras-chave: Palmares; contexto pós-expedições; sesmarias.

16. OS DESLOCAMENTOS INDÍGENAS NA CONQUISTA DO CEARÁ A PARTIR DA COLEÇÃO STUDART: DOCUMENTOS RELATIVOS AO MESTRE DE CAMPO M. A. DE MORAES NAVARRO.

MARINA AUGUSTO DE MORAES (UFC/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DO PROF. ALMIR LEAL DE OLIVEIRA (UFC)

Esta pesquisa registra os deslocamentos indígenas da conquista do Ceará a partir das fontes organizadas na Coleção Studart. Analisamos a participação indígena no processo colonial como sujeitos históricos ativos que desenvolveram estratégias conscientes para lidar com o a conquista. Visamos elaborar um georreferenciamento dessa diáspora na Capitania do Ceará nos séculos XVII-XVIII nesse contexto de expansão da conquista da América Portuguesa, apreendendo os acordos, as formas de guerra e as experiências de resistência indígena. As fontes analisadas são as cartas régias que orientaram Moraes Navarro durante a chamada Guerra dos Bárbaros. O mestre de campo acaba como uma peça fundamental para se estudar esses conflitos, já que sua posição o colocava em direto contato com essas disputas. O trabalho, portanto, estabelece um debate historiográfico com autores como Puntoni (2002), buscando fazer uma reinterpretação dessas movimentações dos povos originais, mas tendo eles como agentes ativos, protagonistas do processo.

Palavras-chave: deslocamentos, indígenas, Capitania do Ceará, Guerra dos Bárbaros, resistências.

17. TERRA, ADMINISTRAÇÃO E JURISDIÇÃO NA BAHIA SETECENTISTA: O CASO DA CAPITANIA DE PARAGUAÇU

MATEUS ARAÚJO BRILHANTE (UFRN/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a. CARMEN ALVEAL (UFRN)

A Capitania de Paraguaçu, instituída em 1565 e abolida no contexto das reformas pombalinas, compreendia um extenso território situado entre os rios Jaguaripe e Paraguaçu, no recôncavo baiano, e sua administração e distribuição de terras foi marcada por longas disputas entre os descendentes da família donatarial, indígenas e jesuítas, entre outros. Baseado nos registros de terra e no cruzamento de informações obtidas nas cartas de sesmaria, bem como nas cartas régias endereçadas aos agentes locais e demais autoridades, o presente pôster tem como objetivo expor os primeiros resultados dessa nossa pesquisa referente à administração dos territórios que compreendiam a capitania de Paraguaçu no século XVII. Em particular, é objeto de análise as medidas tomadas pelos agentes administrativos coloniais quando constatado excessos, por parte das autoridades da capitania, na distribuição de terras, sobretudo, quanto à extensão das terras doadas e como esse processo de concessão e demarcação de sesmarias acabou modificando os limites e as fronteiras da Capitania de Paraguaçu e sua espacialidade situada entre rios.

Palavras-chave: Paraguaçu; Administração Colonial; Terra.

18. O USO DE MERCÊS E HONRAS NA NOBILITAÇÃO DOS PERFIS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE, SÉCULOS XVII-XVIII

OTÁVIO HENRIQUE GOMES DO NASCIMENTO (UFRN)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a. CARMEN ALVEAL (UFRN)

Este trabalho pretende analisar os discursos proferidos nos pedidos de honras e mercês de perfis envolvidos na câmara do Natal e nas conquistas militares na capitania do Rio Grande, nos séculos XVII-XVIII. A pesquisa está em fase inicial, portanto, foi realizado de maneira parcial a prosopografia desses indivíduos por meio das transcrições dos documentos referentes aos termos de vereação da câmara da cidade do Natal, bem como os termos de posse e juramentos,

cartas de patentes e os editais para abertura de pelouro. Com isso, ao analisar as fontes, constatou-se que os processos que viabilizavam as concessões de mercês pelo tempo de serviço prestado para Coroa, eram utilizados como instrumento para obter cargos e títulos na capitania do Rio Grande. Dessa forma, os conceitos que serviram como base para compreender tais processos foram o de “nobreza de sangue e nobreza civil”. Assim, conclui-se que as concessões de títulos feitos pela Coroa aos seus vassallos, influenciavam na vida política e administrativa da capitania do Rio Grande.

Palavras-chave: Nobilitação, Câmara do Natal, Mercês.

19. RELATOS DE UM PAÍS INQUIETO: ANÁLISE CRÍTICO-TEXTUAL DA “NOTÍCIA DA SUBLEVAÇÃO [...] DE 1720”

PEDRO HENRIQUE DOMINGUES DE LIMA (UFF/FAPERJ)

ORIENTAÇÃO DO PROF. RODRIGO BENTES MONTEIRO (UFF)

Parte de uma pesquisa que lida com a interpretação de manuscritos e impressos, o presente trabalho propõe a análise crítico-textual da *Notícia da sublevação, que nas minas do ouro preto houve no anno de 1720*, manuscrito sobre a Revolta de Vila Rica pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP). Pelo exame material prévio, acreditamos que este códice tenha circulado entre a elite nobiliárquica portuguesa, ávida por relatos de conflitos no exterior. Tal documento poderia elevar o estatuto social de d. Pedro Miguel de Almeida, o 3º conde de Assumar (1688-1756), governador das Minas durante a sublevação. Entender a forma textual da *Notícia* constitui um importante passo na investigação de suas possíveis leituras, contribuindo para os estudos da cultura política e do manuscrito em Portugal na Época Moderna. Para tanto, tomamos o programa crítico-analítico delineado por Eriich Auerbach, que propõe olhar a obra literária imersa no contexto sócio-histórico. Este trabalho, ao conceber o texto literário também como documento histórico, busca a simbiose entre história social e crítica textual.

Palavras-chave: Manuscritos; Revolta de Vila Rica; Pedro Miguel de Almeida Portugal; Monarquia portuguesa.

20. MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO EM FINS DO SÉCULO XVI

RAIANY FERREIRA DA SILVA (UPE – MATA NORTE)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a JANAÍNA GUIMARÃES (UPE – MATA NORTE)

Este trabalho de pesquisa visa através da análise de denúncias contra mulheres cristãs-novas na Capitania de Pernambuco no período que vai de 1593 a 1595, elucidar as representações construídas sobre as cristãs-novas, atentando para essas personagens não apenas de modo isolado, mas, sobretudo, no tocante as relações familiares e de redes nas quais estavam inseridas. Utilizaremos como fonte base a documentação gerada pela Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil de modo relacional com fontes teóricas, a fim de que essas mulheres possam ser enxergadas enquanto agentes, que aprenderam a desenvolver meios de garantir sua sobrevivência, se posicionando mediante acordos e adaptações. Ademais, apresentaremos nesse trabalho uma breve contextualização do antissemitismo Ibérico na modernidade, que culminou no processo de conversão ao catolicismo, do qual surge o elemento cristão-novo.

Palavras-chave: Capitania de Pernambuco, Santo Ofício, cristãs-novas.

21. ROTAS E REDES DE COMÉRCIO DE CRISTÃOS-NOVOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DURANTE A UNIÃO DINÁSTICA (1580-1640): ANÁLISE SOBRE DUARTE DIAS HENRIQUES, JOÃO NUNES E DUARTE FERNANDES

REBEKA MYRELLA SOBRAL ALVES (UPE – MATA NORTE)

VINÍCIUS DE MELO SILVA (UPE – MATA NORTE)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a JANAÍNA GUIMARÃES (UPE – MATA NORTE)

Entre 1580 e 1640, diversas foram as redes e rotas de comércio estabelecidas por cristãos-novos, que passavam ou tinham como destino a capitania de Pernambuco, período esse que corresponde a união das coroas ibéricas. Estabelecidos na capitania, esses cristãos-novos se dividem em várias famílias, começando a introduzir mercadorias através do comércio, sendo os principais o açúcar e o tráfico de escravos. A pesquisa apresentada foca as relações comerciais de alguns

personagens cristãos-novos que se estabeleceram na capitania, tendo como uma das bases protocolos notariais do Arquivo Municipal de Amsterdã disponibilizados na Base de Dados BRASILHIS. Nosso interesse é observar o funcionamento dessas redes e rotas de comércio, saber quem era esses personagens e como se deu as reorganizações ou renovações dos grupos de comerciantes. Os objetivos da pesquisa em questão são analisar as rotas e redes de comércio dos cristãos-novos, Duarte Dias Henriques, Duarte Fernandes e João Nunes Correia, fazendo um mapeamento dessas redes e rotas de comércio, através das ligações entre os personagens. O levantamento se deu a partir das publicações periódicas de protocolos notariais na Studia Rosenthaliana e nos contratos disponibilizados pela pesquisadora Cátia Antunes, disponíveis na Base de dados pelo Grupo de Pesquisa “BRASILHIS”, *Redes personales y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica, 1580-1640*. Ao final da pesquisa, pretende-se a compreensão das redes e rotas presentes na sociedade da época envolvendo cristãos-novos, além de entender a dinâmica das relações estabelecidas por essas redes. A partir disso, contribuir para a História da antiga capitania de Pernambuco, que mais se desenvolveu no comércio principalmente pelo açúcar, fato esse que se tornou atrativo para o estabelecimento de famílias cristãs-novas.

Palavras-Chave: Comércio; Cristãos-Novos; Pernambuco.

22. COTIDIANO DA SOLDADESCA NAS FILEIRAS DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS DURANTE A OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1630-1654)

ROBERTO JUNIO MARTINASSO RIBEIRO (UNIFESP/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DO PROF. JAIME RODRIGUES (UNIFESP)

A ocupação da capitania de Pernambuco pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (1630-1654)

trouxe uma parcela de homens de diferentes origens sociais e geográficas europeias. Além de agentes no campo de batalha, alguns desses militares foram responsáveis por produzirem singulares diários de viagem. Como continuidade de uma pesquisa na qual me detive inicialmente em analisar a origem e os primeiros deslocamentos desses militares, o presente estágio desta pesquisa centra-se em analisar a experiência de Ambrósio Richshoffer, Cuthbert Pudsey, Caspar Schalkalden e Peter Hansen Hajstrup, buscando compreender o cotidiano da soldadesca a partir de seus próprios registros. Dessa forma, busco analisar, primeiramente, as estratégias adotadas no que se refere à sobrevivência fora do confinamento das trincheiras. Em seguida, investigo as descrições que tratam da relação dos militares da WIC com os indígenas, em que uma possível aliança militar seria conveniente a homens pouco adaptados à ecologia da guerra dos trópicos. Por fim, analiso o retorno destes homens aos Países Baixos e, na medida do possível, seus deslocamentos fora da esfera dos serviços à Companhia. Palavras-chave: Brasil Holandês; Diário; Soldados; História Colonial.

23. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ESCRAVIDÃO: SOCIABILIDADES E ANÁLISES

TAILANE FONSECA SANTOS (UNB)

ORIENTAÇÃO DO PROF. JONAS PEGORARO (UNB)

Nosso estudo, na presente pesquisa, se situa no âmbito da história da sociedade escravocrata brasileira. Esta comunicação tem como objetivos apresentar uma análise de como se estruturava a rede de sociabilidade entre os escravizados e discutir o referencial bibliográfico utilizado na produção historiográfica sobre o assunto. Nessa perspectiva, inquirimos, por exemplo, se os escritos de pensadores africanos são utilizados nesta historiografia e a que fontes seus autores e autoras recorrem quando

se dedicam à temática da escravidão e ao estudo das redes de sociabilidade e solidariedade entre escravizados. Realizamos um rastreamento nas referências (documentais e bibliográficas) indicadas na mencionada historiografia. Em seguida, buscamos, em diferentes arquivos, dados sobre as redes entre os sujeitos enquadrados na pesquisa. Dessa forma, pretendemos analisar a construção do pensamento sobre os/as escravizados/as na produção historiográfica.

Palavras-chave: Historiografia, Escravidão, sociabilidade entre escravizados.

24. "COMO CONCORREM NA PESSOA DE...": ANÁLISE DO PERFIL DOS OUVIDORES DO RIO GRANDE (1659-1687)

VINICIUS MONTENEGRO DE MORAIS (UFRN/PIBIC)

ORIENTAÇÃO DA PROF.^a CARMEN ALVEAL (URFN)

Este trabalho pretende analisar o perfil dos ocupantes do cargo de ouvidor e auditor da gente de guerra, providos pelos governadores-gerais ou pelos capitães-mores, para se administrar a capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. Nomeados no período anterior a criação da comarca da Paraíba, tais oficiais apresentavam a condição de serem oficiais de justiça não letrados. Neste sentido, planeja-se inquirir o perfil destes ouvidores e as relações desenvolvidas por eles no âmbito administrativo local e as suas relações com as outras instituições da capitania, como a Câmara do Natal. Por meio das provisões de nomeação e do cruzamento de dados com outras fontes primárias será possível analisar o perfil destes oficiais, tais como: critério de nomeação, origem social, origem geográfica, cargos que ocupou e posse de sesmarias. Assim, a análise do perfil poderá permitir a formulação de outras perguntas, como se a presença desses homens implicava uma instituição de justiça que atendia a demandas locais, de acordo com as relações destes ouvidores ou se suas atribuições de jurisdição eram equivalentes à de um ouvidor letrado, como em outras capitanias do Estado do Brasil.

Palavras-chave: Rio Grande; Ouvidores; Perfil.

EHHC

514_

01. ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

516_

02. HISTÓRIA DOS MAPAS OU DA CARTOGRAFIA: COMO USAR OS MAPAS PARA ALÉM DA ILUSTRAÇÃO DE CONTEÚDOS

518_

03. AFRICANOS E NEGROS NO BRASIL: DOENÇAS, PRÁTICAS DE CURA E SAÚDE NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO

519_

04. HISTÓRIA DA JUSTIÇA E MUNDO IBÉRICO: CULTURA JURÍDICA E DEBATES TEOLÓGICOS NA AMÉRICA HISPÂNICA

521_

05. COMUNICAÇÃO ESCRITA, SOCIEDADE E ECONOMIA NA MONARQUIA ULTRAMARINA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XIX)

523_

06. AS PRODUÇÕES IMAGÉTICAS DA COMITIVA DE INTELLECTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DE NASSAU NO CONTEXTO DA INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL (1637-1644)

524_

07. A HISTORIOGRAFIA SOBRE A IGREJA CATÓLICA NO PORTUGAL MODERNO: TEMAS E ABORDAGENS

525_

08. FONTES DOCUMENTAIS E A PESQUISA HISTÓRICA: AS FONTES MANUSCRITAS E SUAS MARCAS PALEOGRÁFICAS (SÉCULOS XVI-XIX)

minicursos

01. ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

PROF. FRANKLIN OLIVEIRA (DOUTOR – UFPE)

O presente curso tem a intenção de examinar uma época complexa onde se embateram projetos irreduzíveis uns aos outros, e, ao tratar dos impasses, observar que estes não surgem do nada, mas são construídos e re-construídos dialeticamente na sua pretensão de trazer o novo. Concebe, assim, o novo dentro de uma aceção que o faz nascer do velho e incorpora parte do antigo no seu resultado factual. Tem o objetivo de mostrar personagens atuando, as múltiplas direções que deram as suas ações, e que foram capazes ou não de expressar as estruturas da sociedade. Discute o papel político que cumpriram os militares nesta época. Mais do que isto, discute as estratégias que foram aplicadas de lado a lado para alcançar determinados propósitos. Os atores constroem personagens para encenarem peças de teatro. Mas eles não o fazem apenas das suas cabeças e sim no diálogo com a vida real. O ato de construí-los incorpora a investigação, a comparação, a seleção das características de uma multitude de seres humanos até que possamos sintetizá-las na particularidade de uma vida concreta realçando certas ideias, gestos e significados que se pretendem universais. As primeiras décadas do Século XIX colocaram em xeque, de um lado, os impérios da Península Ibérica, e de outro, a sobrevivência do Velho Regime. Questões como a manutenção do comércio, as alianças diplomáticas, o status do Império, e a atuação do Exército passaram ao centro das preocupações do Império Português. Os impérios da península ibérica declarariam guerra contra a França, para logo depois se dividirem e Portugal ser forçado a recuar passando a professar uma política de paz e neutralidade. Os portugueses experimentaríamos a invasão de seu território, sem que os franceses, porém, pudessem colocar as mãos na família real, então transmigrada para o Brasil. Em 1817 novos conflitos estouraram dos dois lados do Atlântico, uma revolução no Norte do Brasil e uma revolta imputada ao marechal Gomes Freire em Portugal. Dom João VI combateu os revoltosos a ferro e fogo. O cenário absolutista só seria abalado em 1820 com o pronunciamento liberal que repercutiu no Brasil. O cenário começou a mudar quando se concretizam as pressões para o retorno a Portugal

do rei D. João VI. Em 1822 o clima político se acirraria com a aceitação do príncipe D. Pedro de permanecer no Brasil. O ato é seguido da nomeação de um gabinete onde pontifica o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva. O episódio leva a primeira medição de forças entre brasileiros e portugueses, com as pressões sobre D. Pedro por parte do Governador das Armas do Rio de Janeiro, Jorge Avillez. Estas, entretanto, se haviam funcionado na conjuntura do ano anterior, levaram a uma queda de braço que só se encerrou com a partida de Avillez e suas tropas para Portugal. Outra província em que ocorreram problemas envolvendo o cargo de Governador das Armas foi a Bahia. A situação já estava agitada pelos acontecimentos do Rio de Janeiro e pela eleição de uma nova Junta Governativa, e, quando chega a notícia de nomeação do brigadeiro Madeira de Melo, forma-se outro impasse, desta feita só resolvido com o uso da força. Logo a seguir, chega ao Rio de Janeiro a frota portuguesa comandada por Francisco Maximiliano de Souza. Na ocasião, D. Pedro age com a mesma firmeza de antes, não lhe permitindo aportar, admitindo, após negociações, o seu retorno a Portugal. O primeiro round entre Brasil e Portugal havia terminado, com D. Pedro tornando a capital do país desobstruída de tropas e em condições de operar uma possível separação, e Portugal ficando posição na segunda cidade do país. Em Portugal as Cortes criam uma comissão especial dos negócios do Brasil. No entanto, falta o ambiente para que suas decisões fossem aprovadas, sendo que, progressivamente, o clima torna-se praticamente inviável. Se algum momento pode ser definido como decisivo para a Independência, este não é o Sete de Setembro, mas o período de maio a agosto que concentram tal número de iniciativas que não deixam dúvidas que a decisão já está tomada. Em fins de maio o Conselho de Estado aprova o “empréstimo da Independência” de 400\$000,00, a ser cobrado da Inglaterra e de particulares. A 3 de junho é convocada a Assembleia Constitucional e Legislativa do

Império do Brasil. Mais alguns dias D. Pedro envia carta a Madeira e a Divisão dos Voluntários do Rei mandando que se retirassem as tropas portuguesas e se decide a convocação de atos por todo o país para coincidir com as festas de S. Pedro. O último quadrimestre de 1822 foi gasto numa nova ofensiva política por parte de D. Pedro, antecipando-se a proclamação da Constituição imperial. Assim, em 7 de setembro ocorre a proclamação oficial da independência, em 12 de outubro a sua aclamação como imperador constitucional do Brasil e no início de dezembro a sua coroação. Do lado das Cortes há a assinatura e o juramento da constituição do Império e a edição de um decreto que é lido pelas lideranças do Rio de Janeiro como regressista e que pretensamente fariam retornar o país à situação em que se encontrava antes da transferência da família real portuguesa. Mesmo com todas as medidas de D. Pedro, o quadro ainda era de “empate técnico”. O país ia mal de finanças, parte do Norte continuava fiel a Portugal, e os portugueses controlavam a Bahia. De outro lado, se as Cortes e o governo português concentravam forças no Norte do Brasil não conseguiam novas adesões que lhes permitissem alterar o quadro geral.

02. HISTÓRIA DOS MAPAS OU DA CARTOGRAFIA: COMO USAR OS MAPAS PARA ALÉM DA ILUSTRAÇÃO DE CONTEÚDOS

PROFA. CARMEM MARQUES RODRIGUES (DOUTORANDA - UFMG)

O objetivo deste minicurso é apresentar e discutir, com professores e pesquisadores, propostas de abordagem de mapas do período colonial, de acordo com a metodologia da História da Cartografia. Busca-se, portanto, introduzir os interessados nas teorias e metodologias da História da Cartografia e encorajá-los a utilizar esse recurso em sala de aula e em pesquisas históricas. A História da Cartografia tem se desenvolvido

amplamente desde os anos 1990, sendo possível constatar um aumento crescente da produção historiográfica centrada no uso dos mapas como fontes históricas. No entanto, ainda é comum encontrar trabalhos históricos que utilizam os mapas apenas de forma pontual, normalmente como ilustrações ou apêndices. A despeito do grande desenvolvimento da História da Cartografia, ainda é grande o desconhecimento de pesquisadores e professores sobre suas teorias e métodos, por isso este minicurso pretende oferecer uma pequena imersão na área, com o objetivo de proporcionar aos professores ferramentas para trabalhar com mapas como objetos principais das aulas, e a municiar historiadores a utilizá-los como objetos de pesquisa. Para tanto, o minicurso, primeiramente, abordará a historiografia atual sobre a História da Cartografia, e buscará promover a discussão sobre seus aspectos teóricos e metodológicos. Posteriormente, apresentará centros de pesquisa, grupos de estudos e trabalhos atuais que se dedicam ao campo, e, por fim, irá propor práticas de pesquisa e ferramentas para uso dos mapas em sala de aula. Na primeira sessão do minicurso (História dos Mapas ou da Cartografia: aspectos teóricos e metodológicos), propõem-se apresentar um breve histórico sobre a formação da História da Cartografia como campo de pesquisa e discutir sobre o desenvolvimento de seus principais aspectos teóricos e metodológicos, com foco nas principais discussões da historiografia atual. A segunda sessão do minicurso (Quem, Onde e Como: os pesquisadores, grupos de estudos e eventos) será dedicada a apresentar um panorama das pesquisas em História da Cartografia, com foco especial no Brasil. Propõem-se discutir as publicações atuais, apresentar os centros de pesquisa e os principais eventos da área. A terceira sessão (Colocando em prática: ferramentas e sugestões de uso) apresentará algumas ferramentas e sugestões de uso dos mapas, de acordo com as teorias, metodologias e historiografia

previamente discutidas. O objetivo será colocar em prática a proposta da História da Cartografia, encerrando com a criação de planos de aula ou de pesquisa.

03. AFRICANOS E NEGROS NO BRASIL: DOENÇAS, PRÁTICAS DE CURA E SAÚDE NO CONTEXTO DA ESCRAVIDÃO

PROFA. INGRID SILVA DE OLIVEIRA LEITE (DOCENTE – UFSJ)

O objetivo geral deste Minicurso é demonstrar como as análises em torno das doenças em determinados cenários e contextos fornecem pistas de como os cativos viviam e lidavam com a experiência da doença e da morte. Muito além de terem sido objeto de estudo médico, os africanos e seus descendentes também foram agentes históricos, ou seja, portadores de saberes e práticas médicas necessários no contexto em que viviam. Objetivamos especificamente: compreender a elaboração de práticas médicas realizadas no contexto da escravidão; refletir sobre a permanência de uma medicina “popular”, mesmo com o avanço do discurso médico, especialmente ao longo do século XIX; estimular a interdisciplinaridade entre a História da Saúde e a História da África e dos africanos no Brasil; perceber o negro no Brasil como um agente histórico, portador de saberes e práticas específicas e necessárias no contexto escravista; estimular estudos de caso que analisem os escravos e a escravidão por novos ângulos. Os módulos serão desenvolvidos em aulas expositivas e discussões a partir dos textos indicados e atividades propostas. Eis os módulos a seguir: 1) A experiência da doença e da morte; 1.1. A importância de novos olhares sobre a escravidão no Brasil; 1.2. A “unificação microbiano do mundo”; 1.3. As viagens no Atlântico; 1.4. Reflexões médicas sobre a saúde dos escravos no Brasil; 1.5. Fontes e debates historiográficos em torno da saúde do escravo no Brasil. 2) Estudos de caso de

doenças na população escrava; 2.1. As principais doenças que acometiam os escravos; 2.2. Estudos de caso nas regiões de Santa Catarina, Amazônia e Rio de Janeiro; 2.3. As condições físicas dos escravos fugitivos. 3) As práticas de cura e saberes médicos dos negros; 3.1. Os cirurgiões-barbeiros; 3.2. Os Calundus; 3.3. A medicina popular e o saber médico em conflito no século XIX. 4) Outros temas referentes ao negro e à saúde no contexto escravista; 4.1. As amas de leite: escravas e forras; 4.2. Escravos “alienados” em hospitais psiquiátricos; 4.3. Os negros feridos em guerras: o caso da Guerra do Paraguai.

04. HISTÓRIA DA JUSTIÇA E MUNDO IBÉRICO: CULTURA JURÍDICA E DEBATES TEOLÓGICOS NA AMÉRICA HISPÂNICA

PROFA. MARIANGELA CÉLIA RAMOS VIOLANTE
(DOUTORANDA – USP)

PROFA. DAYANNE LUZ DAS NEVES (MESTRANDA – UNIFESP)

Este minicurso tem o objetivo de apresentar as recentes perspectivas e propostas da História da Justiça, destacando a importante contribuição desse campo para o estudo de temas e questões ligados diretamente à História da América Colonial, como a catequese, a confissão, o pensamento filosófico das ordens religiosas, o variado conjunto de normas que dava sentido ao direito e à administração prática da justiça. O foco do minicurso é a América hispânica inserida no contexto político e intelectual do Mundo Ibérico durante a Primeira Modernidade. A partir desse recorte, pretende-se abordar, paralelamente, a teologia moral como uma categoria de análise histórica apropriada para revelar o sentido das relações sociais e jurídicas do período. A partir de meados do século XX, houve um esforço entre historiadores e juristas, sobretudo europeus, no sentido de refletir sobre a especificidade da política e da justiça

durante os períodos medieval e moderno por meio da recuperação dos sentidos que eram atribuídos às suas respectivas instituições na época. Esses estudos, que contam com expoentes como o português António Manuel Hespanha e o espanhol Bartolomé Clavero, por exemplo, ganharam força nas últimas décadas do século XX em diante e tiveram em comum uma crítica metodológica referente ao emprego da noção contemporânea de Estado para explicar as instituições do Antigo Regime com base nos desdobramentos que levaram a seu fim, como a influência dos ideais iluministas, o processo de codificação do direito e a posterior vigência do positivismo jurídico. Desde então, as interpretações que se pautavam pela tendência centralizadora do poder político absolutista vêm sendo matizadas, quando não contestadas, por uma quantidade expressiva de investigadores europeus e latino-americanos, como os italianos Paolo Prodi e Paolo Grossi e os argentinos Víctor Tau Anzoátegui e Aberlado Levaggi, dentre outros. Baseando-se nos debates mencionados, este minicurso propõe abordar as possibilidades do diálogo entre a perspectiva da História Cultural e a temática da História da Justiça, particularmente, a noção de cultura jurídica durante a Primeira Modernidade Ibérica (séculos XVI a XVIII aproximadamente), a fim de evidenciar as imbricadas relações entre os âmbitos social, político, jurídico e religioso. Nesse sentido, a teologia moral, enquanto campo privilegiado de debates entre juristas e teólogos da época, configura uma categoria adequada para o estudo de textos de doutrina e processos judiciais por revelar as normas de conduta e os vínculos sociais que influenciavam diretamente o sentido e a prática da justiça. O curso abordará na primeira sessão o debate historiográfico, os diálogos entre a História da Justiça e a História Cultural da América hispânica, as novas abordagens para a História Colonial e a categoria “cultura jurídica”. Na segunda sessão serão discutidos: moral e virtude no ofício de juiz durante a Primeira Modernidade Ibérica, as virtudes na produção literária do direito e da teologia moral, o modelo de juiz (julgar em consciência), o delito e o pecado. Na terceira e última sessão trataremos das fontes processuais e da literatura jurídico-moral (a cultura jurídica no Novo Mundo a partir da análise documental).

05. COMUNICAÇÃO ESCRITA, SOCIEDADE E ECONOMIA NA MONARQUIA ULTRAMARINA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XIX)

PROF. ROMULO VALLE SALVINO (DOUTOR – UNB)

PROFA. DRA. MAYRA CALANDRINI GUAPINDAIA

(DOUTORA – ICS/UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Não obstante o desenvolvimento dos campos da História da Leitura e da Escrita nas últimas décadas, a circulação material das informações na modernidade ainda é pouco estudada, no que se refere tanto às suas dinâmicas jurídico-administrativas, políticas e econômicas, quanto àquelas propriamente logísticas. Tendo em vista tal deficiência, este curso aborda, de forma panorâmica, os sistemas de comunicação escrita no império ultramarino português, desde o aparecimento do Correio-Mor, até as reformas ilustradas do final do século XVIII e seus desdobramentos nos primeiros anos do século XIX, contemplando também os sistemas não oficiais de comunicação, em um cenário de tensão e deslocamentos entre diversas forças: as tentativas de controle das informações por parte da Coroa, as demandas pelo desenvolvimento dos negócios, as necessidades de comunicação da população e das próprias autoridades, bem como as resistências dos vassallos. Os objetivos deste Minicurso são: oferecer aos alunos uma visão geral sobre os principais problemas logísticos e institucionais relativos à comunicação escrita durante o Antigo Regime português, com destaque para o caso das conquistas americanas; discutir as principais lacunas existentes nesse campo de estudo; permitir um primeiro contato com algumas das principais fontes e com a bibliografia existente sobre o assunto. Serão abordados os seguintes tópicos: a comunicação escrita na Idade Moderna: dominar a distância, aproximar os ausentes. As “monarquias de papel” e as cartas como instrumento de territorialização; A “revolução comunicacional”

(Behringer) e a “cultura postal” (Caplan); usos da carta: na governação e na comunicação política, na diplomacia e na guerra, no comércio, na circulação de notícias; o papel da epistolografia na constituição de uma “esfera privada” (Caplan e How); analfabetismo e cultura escrita na Idade Moderna: interações entre a oralidade e a escrita; comunicação e segredo: os “gabinetes negros”, as cartas cifradas (Padre Antônio Vieira), carta e espionagem e as estratégias de burla à censura; o correio-mor do Reino: um modelo de relativo sucesso; uma “revolução comunicacional” também na América? A escrita entre o “Novo Mundo” e a Europa; as tentativas de implantação do correio-mor das cartas do mar no Estado do Brasil e a oposição das Câmaras e dos homens de negócio; hipóteses para a ausência do correio-mor na Índia, África e estado do Maranhão e Grão-Pará; Antônio Alves da Costa e a rota postal entre o Rio de Janeiro e os arraiais e vilas mineiras (1710-1715); a comunicação transatlântica: o sistema de frotas e os navios de aviso; as tentativas fracassadas de implantação de um correio marítimo regular (paquetes) entre Lisboa e o estado do Brasil (1710-1750): o caso de Francisco Peres de Sousa (1745-1749); os correios não oficiais: “próprios” e “positivos”, barcos costeiros, condutores de gado, traficantes de escravos e comerciantes em geral; a comunicação entre as Câmaras; a consulta ao Conde de Galveas (1740); o “correio das monções” (1769); Os correios implantados por governadores e autoridades portuguesas: Alexandre de Sousa Freire (Maranhão e Grão-Pará - 1729), Gomes Freire de Andrade (Rio de Janeiro e Minas Gerais - 1737), Gonçalo Lourenço Botelho de Castro (Piauí - 1770), Morgado de Mateus (São Paulo - 1773) e os “correios do Tijuco” (1753-1771); D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o liberalismo econômico de Adam Smith e as reformas postais; a extinção do correio-mor (1797); a recepção das reformas postais nas capitanias da América portuguesa: os múltiplos projetos dos governadores para a comunicação marítima e terrestre (1796-1798); a implantação das reformas: o surgimento das Administrações de correios nas vilas e cidades e a provisão de oficiais de correio pelas Juntas da Real Fazenda (1798-1821); caminhos de terra e rotas postais: reaproveitamento de estradas x a construção de “recovagens públicas” (1798-1821); correios marítimos: o sistema de paquetes da Coroa e o aproveitamento das embarcações de negócio (1798-1821).

06. AS PRODUÇÕES IMAGÉTICAS DA COMITIVA DE INTELLECTUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DE NASSAU NO CONTEXTO DA INVASÃO HOLANDESA NO BRASIL (1637-1644)

PROF. ARNALDO MARTIN SZLACHTA JUNIOR (DOCENTE – UFPE)

Os séculos XVI e XVII viveram grandes transformações na arte europeia, e as representações humanas solitárias, como o retrato, influenciadas principalmente pela ascensão burguesa, ganharam espaço e se destacaram nas produções desse período. Paralelamente ao destaque dado aos retratos, as produções de brasões foram perdendo espaço, pois as representações humanas comuns e do cotidiano eram criações que dialogavam “com as propostas do humanismo daquele momento” (BELTING, 2007:151). Dessa maneira entendemos que uma das estratégias da administração humanista de Nassau eram as representações pictóricas do empreendimento neerlandês no Novo Mundo, buscando demonstrar seus feitos e usando do interesse pelo exótico da Europa Renascentista. Os objetivos deste Minicurso são: discutir a construção das pinturas neerlandesas e como elas destacam as concepções do exótico, demonstrando uma ideia de desejo pelo Novo Mundo, diferente da perspectiva católica ibérica; demonstrar através de análise de imagens como o exótico e o pitoresco se destacam nesse processo, ganhando um novo olhar sobre o outro e os espaços que estão inseridos; perceber como tais pinturas usam do imaginário e buscam inspirações para enxergar estéticas da antiguidade na construção de um ideal de realidade em meio às constantes mudanças do mundo. Serão abordados os seguintes conteúdos: 1) o século de ouro holandês; paisagens, naturezas mortas, animais e tipos étnicos nas pinturas de Frans Poët e Albert Eckhout; a influência do trabalho de Poët e Eckhout em outros artistas na estética europeia.

07. A HISTORIOGRAFIA SOBRE A IGREJA CATÓLICA NO PORTUGAL MODERNO: TEMAS E ABORDAGENS

PROF. BRUNO KAWAI SOUTO MAIOR DE MELO (DOCENTE – UFPE)

O objetivo geral deste minicurso é proporcionar aos estudantes de graduação uma introdução à historiografia preocupada com a história da Igreja Católica no Portugal moderno (Sécs. XVI-XVIII), o que inclui os territórios do ultramar. Os objetivos específicos são: apresentar de forma sintética os principais temas que nos últimos anos receberam especial destaque da historiografia eclesiástica luso-brasileira; refletir a respeito da relação de concorrência e negociação entre Igreja e Monarquia; pensar o papel do corpo eclesiástico na dinâmica de poderes, tanto no Portugal peninsular, como nas dioceses do mundo ultramarino; destacar a importância dos inúmeros agentes disciplinares na divulgação e consolidação do catolicismo nas conquistas ultramarinas; entender a carreira eclesiástica como um importante caminho para mobilidade social; apresentar os aportes metodológicos e subsídios empíricos disponíveis para o estudo da história da Igreja no Portugal moderno. Nos últimos anos, a história da Igreja em Portugal na época moderna – o que incluiu também a historiografia produzida sobre o tema no Brasil – vem sendo revisitada largamente. Temas clássicos, como o peso disciplinar do Santo Ofício ou os múltiplos organismos que compunham as malhas diocesanas, foram recuperados a partir de novas chaves interpretativas, abrindo caminho para uma pluralidade de trabalhos preocupados em demonstrar a complexidade institucional da Igreja na constituição da monarquia portuguesa. À vista disso, tendo em conta o avanço das pesquisas interessadas nos temas aqui discutidos, o presente minicurso servirá como um interessante espaço de reflexão e diálogo, intentando, com isso, um profícuo intercâmbio de experiências e troca de saberes. Serão abordados os

seguintes conteúdos: a contrarreforma em Portugal; o Concílio de Trento e seus reflexos em Portugal peninsular e nas conquistas ultramarinas; a malha diocesana; Inquisição e justiça eclesiástica; a ação missionária das ordens regulares e sua dimensão política; política e religião ao longo do século XVIII; e subsídios para a História da Igreja Católica no Brasil Colonial.

08. FONTES DOCUMENTAIS E A PESQUISA HISTÓRICA: AS FONTES MANUSCRITAS E SUAS MARCAS PALEOGRÁFICAS (SÉCULOS XVI-XIX)

PROF. EVERTON ROSENDO DOS SANTOS (DOUTORANDO – UFPE)

O minicurso tem por objetivo instrumentalizar o pesquisador nas atividades de pesquisa em história, precisamente no debate sobre métodos e abordagens dadas a documentos dos séculos XVI ao XIX, e a tipologia das fontes que abarcam esse período. Tal formato será adotado pois partirá da reflexão teórica e metodológica do uso de fontes manuscritas e os seus diferentes formatos, dentro de perspectivas tais como o poder local e o cotidiano em Portugal e em suas colônias na América, com ênfase nas dinâmicas de Pernambuco Colonial. Objetivamos, portanto, conhecer abordagens dadas as fontes manuscritas, analisar documentos dos séculos XVI-XIX de arquivos brasileiros e portugueses e instrumentalizar os pesquisadores com métodos de leitura de fontes a partir da paleografia. O conteúdo programático do Minicurso se enquadra em três eixos: 1) O trabalho com o documento (contexto de produção e a pesquisa história em documentos); 2) Paleografia: conceituação, história e origem (a paleografia aplicada à História Colonial, tipologias de documentos e normas paleográficas); e 3) Transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX (aplicabilidade da paleografia).

Título Encontro Internacional de História Colonial
IMPÉRIOS COLONIAIS DA ERA MODERNA:
RUPTURAS E PERMANÊNCIAS [caderno de resumos]

Organização George F. Cabral de Souza
Suely Creusa Cordeiro de Almeida
Marília de Azambuja Ribeiro Machel
Gustavo Acioli Lopes
Kleber Clementino da Silva
Ricardo Pinto de Medeiros
Letícia Serrano Marinho de Araújo
Domicio Aurélio de Sá
Garibaldi Dantas Gurgel Júnior
Michelle Vieira Fernandez
Rafael da Silveira Moreira

Formato E-book (PDF)

Tipografia Os textos desta programação foram
compostos em URW DIN Cond e Macho.
Ambas licenciadas pela Adobe Typekit.

Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | Site: www.editora.ufpe.br



realização



incentivo



apoio

